

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

MIGUEL ESPAR ARGERICH 

DIALOGISMO EM DISCURSOS DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES (PT)

Recife,
Outubro de 2007.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Espar Argerich, Miguel
Dialogismo em discursos do Partido dos
Trabalhadores (PT) / Miguel Espar Argerich. – Recife:
O Autor, 2007.

385 folhas : il., quadros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CAC. Letras, 2007.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Lingüística. 2. Análise do discurso. 3.
Dialogismo. I. Título.

801
410

CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)

UFPE
CAC2007-
72

DIALOGISMO EM DISCURSOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

MIGUEL ESPAR ARGERICH

Pesquisa para servir de base à
realização da Tese no Doutorado no
Programa de Pós-graduação.

Orientadora: Profa. Dra. DÓRIS DE ARRUDA CARNEIRO DA CUNHA

Recife,
Outubro de 2007.

**DIALOGISMO EM DISCURSOS DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES (PT)**

MIGUEL ESPAR ARGERICH

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Miguel Espar Argerich e aprovada pela Comissão julgadora em 29/10/2007.

Orientadora: Profa. Dra. DÓRIS DE ARRUDA CARNEIRO DA CUNHA

Recife,
Outubro de 2007.

MIGUEL ESPAR ARGERICH

DIALOGISMO EM DISCURSOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

COMISSÃO JULGADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha
Departamento de Letras – UFPE
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Cristina Teixeira Vieira de Melo
Departamento de Comunicação Social – UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Maria Bernadete Fernandes de Oliveira
Departamento de Letras – UFRN

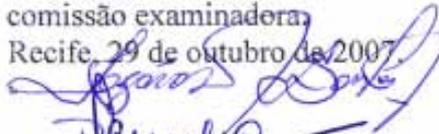
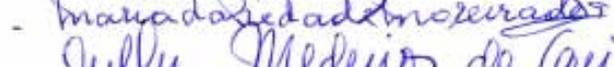
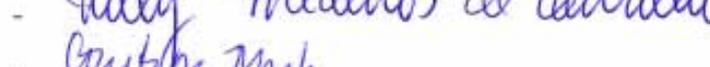
Prof^ª. Dr^ª. Maria da Piedade Moreira de Sá
Departamento de Letras – UFPE

Prof^ª. Dr^ª Nelly Medeiros de Carvalho
Departamento de Letras – UFPE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA PARA JULGAR A TESE INTITULADA: “*Dialogismo em Discursos do Partido dos Trabalhadores (PT)*”, DE AUTORIA DE: **Miguel Espar Argerich**, ALUNO DESTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS.

O julgamento ocorreu às 14h do dia 29 de outubro de 2007, no Centro de Artes e Comunicação/UFPE, para julgar a Tese de Doutorado intitulada: DIALOGISMO EM DISCURSOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, de autoria de **Miguel Espar Argerich**, aluno deste Programa de Pós-Graduação em Letras. Presentes os membros da comissão examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha (Orientadora), Prof^ª. Dr^ª. Nelly Medeiros de Carvalho, Prof^ª. Dr^ª. Maria da Piedade Moreira de Sá, Prof^ª. Dr^ª. Cristina Teixeira Vieira de Melo, Prof^ª. Dr^ª. Maria Bernadete Fernandes de Oliveira. Sob a presidência da primeira, realizou-se a arguição do candidato. Cumpridas as disposições regulamentares, foram lidos os conceitos atribuídos ao candidato: Prof^ª. Dr^ª. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha: **APROVADO**, Prof^ª. Dr^ª. Nelly Medeiros de Carvalho: **APROVADO**, Prof^ª. Dr^ª. Maria da Piedade Moreira de Sá: **APROVADO**, Prof^ª. Dr^ª. Cristina Teixeira Vieira de Melo: **APROVADO**, Prof^ª. Dr^ª. Maria Bernadete Fernandes de Oliveira: **APROVADO**. Em seguida, a prof^ª. Dóris de Arruda Carneiro da Cunha comunicou ao candidato Miguel Espar Argerich, que sua defesa foi aprovada pela comissão examinadora. E, nada mais havendo a tratar eu, Jozaias Ferreira dos Santos, Auxiliar em Administração, encerrei a presente ata que assino com os demais membros da comissão examinadora.

Recife, 29 de outubro de 2007.

- 
- 
- 
- 
- 

A Leocádia Maria da Hora Neta

A Teresa Espar

A Luiz Antônio Marcuschi

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^a Dr^a Dóris de Arruda Carneiro da Cunha.

A minha esposa, Lea, e aos meus filhos Moacir, Vitória e Vera.

A Vera Gomes e a quantos lutam por um mundo mais fraterno.

ESPAR-ARGERICH, Miguel. **Dialogismo em Discursos do Partido dos Trabalhadores (PT)**. 385f. Tese (Doutorado em Lingüística)-Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RESUMO

Dentro de uma perspectiva dialógica de abordagem, alguns textos do Partido dos Trabalhadores (PT) são assumidos como inseridos numa saga ideológica e política de lutas populares. A partir de unidades léxicas, enunciados e de sua localização histórica e social, procuraram-se instruções ou restrições de sentido extraíveis das escolhas e associações de palavras em âmbitos semânticos e das vozes que chegam da memória social coletiva. A análise procura revelar acentuações, apagamentos, deslocamentos inclusões e exclusões nos discursos, enfim, convergências e divergências entre o Manifesto ou discurso fundador e alguns dos mais recentes. Contando com a inevitabilidade da existência de heterogeneidades mostrada ou constitutiva no discurso. Ao contrastar o discurso de documentos atuais - o Estatuto e as deliberações do 13º Encontro Nacional – com o discurso do documento fundador, as análises induzem à conclusão de que não se caracteriza nem a ruptura nem a negação de propostas fundadoras: o discurso oficial do PT, aquele refletido nas últimas deliberações partidárias, mantêm convergências básicas com as linhas mestras do discurso e dos propósitos políticos em que se assentavam nas propostas originais do Partido, porém, atualizando temáticas, léxico, expressões e formulações”. Perde-se, sim, a ênfase no horizonte de classe social e na ideologia da luta de classes e uma certa roupagem lingüística relativa a estes enfoques. Ainda, pode ser estimado que as linhas de abordagem dialógica utilizadas - uma, marcada pela ênfase nas instruções ou restrições semânticas no léxico e nos enunciados; outra, pela relação dos textos com as vozes sociais - tenderam a complementar-se numa dinâmica “re-veladora” de sentidos.

Palavras chave: dialogismo, discurso político e Partido dos Trabalhadores.

ESPAR-ARGERICH, Miguel. **Dialogisme dans des discours du Partido dos Trabalhadores (PT)**. 385f. Tese (Doutorado em Linguística)-Centro de Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RESUMÉE

Dans une perspective dialogique d'approche, quelques textes du *Partido dos Trabalhadores* (PT) sont assumés comme étant insérés à l'intérieur d'une *saga* idéologique et politique de luttes populaires. En partant des unités lexiques, des autres énoncés et de sa localisation historique et sociale, on obtient instructions ou restrictions des sens que peuvent être extraits des sélections et associations des mots dans des domaines sémantiques et des voix qui nous parviennent de la mémoire sociale et collective. L'analyse cherche à relever des accentuations, obscurcissements, déplacements, inclusions et exclusions à l'intérieur des discours, c'est à dire, des convergences et/ou des divergences parmi *O Manifesto*, *O Discours fondateur* et d'autres textes plus récents, tout en acceptant l'innévitabilité de l'existence de hétérogénéités manifestées ou bien constitutives du discours. En remettant en contraste le discours des documents actuels – *O Estatuto* et les délibérations du *XIII Encontro Nacional* - avec le discours du document fondateur, les analyses nous amènent à conclure qu'il n'y a point de rupture ni de négation par rapport aux propositions fondatrices : le discours officiel du PT, celui qui est attesté dans les dernières délibérations du Parti, garde les convergences fondamentales par rapport aux lignées maîtresses du discours et aux objectifs politiques sur lesquels prennent base les propositions originelles du Parti; pourtant, en actualisant thématiques, lexique, expressions et formulations, on remarque que l'emphasis dans l'horizon de classe sociale, de l'idéologie de lutte de classes et dans un certain aspect linguistique relatif à ces problématiques est différent. On peut estimer que les lignes d'approche dialogique utilisés – l'une marquée par l'emphasis des instructions ou restrictions sémantiques dans le lexique et les énoncés- et l'autre marquée par le rapport des textes avec les voix sociales- sont appelées à être complémentaires dans une dynamique "ré-velatrice" du sens.

Mots clés: dialogisme, discours politique et *Partido dos Trabalhadores*.

ESPAR-ARGERICH, Miguel. **Dialogismo en Discursos del *Partido dos Trabalhadores* (PT)**. 385 f. Tese (Doutorado em Lingüística)-Centro de Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RESUMEN

Dentro de una perspectiva dialógica de abordaje, algunos textos del *Partido dos Trabalhadores* (PT) son asumidos como inseridos en una saga ideológica y política de luchas populares. A partir de unidades léxicas, enunciados y de su ubicación histórica y social, se procuran instrucciones o restricciones de sentido extraíbles de las elecciones y asociaciones de palabras en ámbitos semánticos y de las voces que llegan de la memoria social colectiva. El análisis procura revelar acentuaciones, oscurecimientos, desplazamientos, inclusiones y exclusiones en los discursos, en fin, convergencias y divergencias entre el Manifiesto o discurso fundador y algunos de los más recientes. Contando con la inevitabilidad de la existencia de heterogeneidades mostrada o constitutiva en el discurso. Al contrastar el discurso de documentos actuales - el Estatuto y las deliberaciones del *13º Encontro Nacional* – con el discurso del documento fundador, los análisis inducen a la conclusión de que no se caracteriza ni la ruptura ni la negación de las propuestas fundadoras: el discurso oficial del PT, aquel reflejado en las últimas deliberaciones partidarias, mantiene convergencias básicas con las líneas maestras del discurso y de los propósitos políticos en que se asentaban en las propuestas originales del Partido; sin embargo, actualizando temáticas, léxico, expresiones y formulaciones. Se pierde el énfasis en el horizonte de clase social, en la ideología de la lucha de clases y un cierto ropaje lingüístico relativo a estos enfoques. Además, puede estimarse que las líneas de abordaje dialógico utilizadas -una, marcada por el énfasis en las instrucciones o restricciones semánticas en el léxico y en los enunciados; otra, por la relación de los textos con las voces sociales- tendieron a complementarse en una dinámica “reveladora” de sentidos.

Palabras clave: dialogismo, discurso político y *Partido dos Trabalhadores*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: <i>Resumo do procedimento metodológico que está sendo proposto a fim de salientar a relação dialógica identificável nos textos em análise:</i> _____	48
Quadro 2: <i>Número de eventos léxicos do Manifesto e seus atuantes políticos coletivos institucionais:</i> _____	165
Quadro 3: <i>Número de eventos léxicos do Manifesto e seus atuantes políticos coletivos não institucionais:</i> _____	166
Quadro 4: <i>Número de eventos léxicos do Manifesto e seus atuantes políticos processuais ou situacionais:</i> _____	167
Quadro 5: <i>Número de eventos léxicos da Carta de Princípios e seus atuantes políticos coletivos institucionais:</i> _____	193
Quadro 6: <i>Número de eventos léxicos da Carta de Princípios e seus atuantes políticos coletivos não institucionais:</i> _____	194
Quadro 7: <i>Número de eventos léxicos da Carta de Princípios e seus atuantes políticos processuais ou situacionais:</i> _____	195
Quadro 8: <i>Número de eventos léxicos do documento ‘Conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º Encontro Nacional e seus atuantes políticos coletivos institucionais:</i> _	240
Quadro 9: <i>Número de eventos léxicos do documento ‘Conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º Encontro Nacional e seus atuantes políticos coletivos não institucionais</i>	241
Quadro 10: <i>Número de eventos léxicos do documento ‘Conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º Encontro Nacional e seus atuantes políticos individuais:</i> _____	242
Quadro 11: <i>Número de eventos léxicos do documento ‘Conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º Encontro Nacional e seus atuantes políticos processuais ou situacionais:</i>	242
Quadro 12: <i>Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus atuantes políticos coletivos institucionais:</i> _____	268
Quadro 13: <i>Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus atuantes políticos coletivos não institucionais</i> _____	269

Quadro 14: Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus atuantes políticos individuais _____	270
Quadro 15: Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus atuantes políticos processuais ou situacionais _____	270
Quadro 16: Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos coletivos institucionais: _____	293
Quadro 17: Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos coletivos não institucionais: _____	294
Quadro 18: Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos individuais _____	296
Quadro 19: Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos processuais ou situacionais: _____	296

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – MANIFESTO	336
ANEXO 2 - CARTA DE PRINCÍPIOS	339
ANEXO 3 – BREVE HISTÓRICO DOS ENCONTROS E CONGRESSOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	346
ANEXO 4 – 22/05/2006 - 13º ENCONTRO NACIONAL DO PT - CONJUNTURA, TÁTICA E POLÍTICA DE ALIANÇAS	349
ANEXO 5 –Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição presidencial de 2006)	368
ANEXO 6 –DELIBERAÇÕES DO 7º ENCONTRO NACIONAL DO PT. O SOCIALISMO PETISTA	380

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABCD ou ABC– Sigla utilizada para designar a região compreendida por Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema na Região Metropolitana de São Paulo

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CGU – Controladoria Geral da União

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DEM – Democratas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PG – Programa de Governo

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

SUMÁRIO	14
1. APRESENTAÇÃO	17
2. RELEVÂNCIA DO TEMA	25
3. QUESTÕES METODOLÓGICAS: HIPÓTESE, OBJETIVOS, METODOLOGIA E DEFINIÇÃO DO CORPUS	35
4. ELEMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO INTRODUTÓRIA	51
4.1. ELEMENTOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	56
4.1.1. denso lugarchamado PT	58
4.1.2. O luga existencial do “nós-pesquisador-escritor”	66
4.1.3. O lugar gnosiológico do “nós-pesquisador-escritor”	69
4.1.4. O lugar metodológico do “nós-pesquisador-escritor”	72
4.1.5. Outro possível lugar metodológico do “nós-pesquisador-escritor”	73
4.2. O PRETENSO SABER	76
4.3. O TEXTO ESCRITO, TEXTO À MÃO	80
4.4. ESCREVER PARA O MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE PESSOAS	83
5. PARA FIRMAR UMA BASE TEÓRICA E OS PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS	87
5.1. A PALAVRA COMO EXPRESSÃO DA INTERAÇÃO ENTRE CONSCIÊNCIAS, IDEOLOGIAS E A SOCIEDADE	88
5.2. ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO	100

5.3. TEXTO E DISCURSO	106
5.3.1. A noção de texto e sua complexidade	108
5.3.2. A noção de discurso e sua complexidade	113
5.3.3. O texto no discurso e o discurso no texto: correlação plural	120
5.4. O DISCURSO COMO ENUNCIACÃO E A ENUNCIACÃO COMO INTERAÇÃO SOCIAL	127
5.5. A INTERAÇÃO NA ENUNCIACÃO DO DISCURSO POLÍTICO	132
6. ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	140
6.1. ANÁLISE DO MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	141
6.1.1. O Manifesto apresentado como inserido numa saga universal, ideológica e política de lutas populares com uma proposta inovadora	142
6.1.2. O Manifesto como texto e discurso fundador do partido dos trabalhadores e como 'texto indutor' das análises	157
6.1.3. Âmbitos semânticos e instruções de sentido nos enunciados do Manifesto	161
6.1.4. Instruções de sentido na heterogeneidade de vozes do Manifesto	179
6.2. ANÁLISE EM PERSPECTIVA DIALÓGICA DA CARTA DE PRINCÍPIOS E DO MANIFESTO DO PT	192
6.3. ANÁLISE EM PERSPECTIVA DIALÓGICA DAS DELIBERAÇÕES DO 13º ENCONTRO NACIONAL DO PT E O MANIFESTO	210
6.3.1. Análise em perspectiva dialógica do texto “conjuntura, tática e política de alianças” do 13º Encontro Nacional do PT e do Manifesto	216

6.3.2. Análise em clave dialógica do texto do 13º Encontro Nacional do PT “diretrizes para a elaboração do programa de governo do Partido dos Trabalhadores (eleição presidencial de 2006)”, e o Manifesto	255
6.4. ANÁLISE EM CLAVE DIALÓGICA DAS DELIBERAÇÕES DO MANIFESTO E O ESTATUTO DO PT	281
7. CONCLUSÃO	291
8. BIBLIOGRAFIA	313
9. ANEXOS	336
9.1. ANEXO 1 – MANIFESTO	336
9.2. ANEXO 2 - CARTA DE PRINCÍPIOS	339
9.3. ANEXO 3 – BREVE HISTÓRICO DOS ENCONTROS E CONGRESSOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	346
9.4. ANEXO 4 – 22/05/2006 - 13º ENCONTRO NACIONAL DO PT - CONJUNTURA, TÁTICA E POLÍTICA DE ALIANÇAS	Erro! Indicador não definido.
9.5. ANEXO 5 – Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição presidencial de 2006)	368
9.6. ANEXO 6 – 7º ENCONTRO NACIONAL DO PT. RESOLUÇÃO SOBRE O SOCIALISMO PETISTA	380

1. APRESENTAÇÃO

Neste trabalho de pesquisa a respeito do “Dialogismo em Discursos do Partido dos Trabalhadores (PT)” pretendemos conjugar um exercício de análise de discurso centrado em correlações identificadas nas unidades léxicas e nos enunciados com a focalização desses dentro dum horizonte enunciativo que assume o caráter dialógico do discurso.

Após a apresentação¹, introduzimos uma reflexão acerca da desejada relevância do tema abordado para a instituição acadêmica, a sociedade brasileira e o próprio ‘pesquisador-escritor’.

A seguir, apresentamos o planejamento do trabalho, o corpus selecionado e os critérios seguidos para defini-lo, a hipótese fixada, os objetivos pretendidos e a metodologia seguida.

Depois, fazemos considerações sobre o planejamento, a contextualização e o procedimento de aglutinação da pesquisa e explicitamos alguns dos elementos com que realizamos uma teorização introdutória mais detalhada, por entender que são de relevância para melhor situar o tipo de reflexão que será empreendida. Abordamos com detalhe questões tais como caracterizar o que chamamos de um lugar denso no âmbito discursivo e tentamos explicitar em que sentido consideramos lugares ‘densos’ o Partido dos Trabalhadores e o “nós-pesquisador-escritor”. Também, procuramos relativizar o saber como “pretense saber”, avaliar as características diferenciadas que comporta o fato de trabalhar com textos escritos ou “textos à mão”.

Na seqüência, firmamos bases teóricas e pressupostos conceituais que tratam, inicialmente, da caracterização das noções de texto e discurso, enunciado e enunciação, para podermos nos debruçar em questões como a de mostrar a palavra como expressão da interação entre consciências e ideologias, o discurso como enunciação, a enunciação como interação social e o papel da interação social na enunciação do discurso político.

¹ Não deixa de ter razão, François (1998:5), quando acha cômico que alguém queira antecipar o que quer fazer ou dizer, porque, de fato, contradiz o que quer provar: a obrigada mudança de significação de uma mesma percepção, ato ou discurso, segundo o contexto, o entorno ou o marco. Porém, mesmo ciente de que o pesquisador está se jogando numa atmosfera marcada pela contradição original, as apresentações são próprias do gênero textual ‘tese’ ora iniciado.

O trabalho específico de análise de documentos do Partido dos Trabalhadores, a partir das unidades léxicas e dos enunciados, é feito num horizonte de interação dialógica com diversos acontecimentos e discursos que marcam a história e influenciam os destinos de diversas sociedades humanas e da sociedade brasileira. Daí, situarmos a fundação e os discursos do PT como expressão de uma saga universal de opções políticas, para só depois expormos uma breve análise da conjuntura em que se gerou o PT e da conjuntura mais recente – anos 2002 a 2007 – com o intuito de caracterizar os discursos dentro do processo histórico e captar e mostrar convergências e divergências entre eles. Com os olhos nesta meta, procuramos estabelecer correlações entre os documentos oficializados pelo PT e os realizados e oficializados fora do seu próprio âmbito.

A fim de pesquisar em que medida o discurso do Partido dos Trabalhadores permanece, é semelhante ou mudou, adotaremos duas perspectivas interdependentes. Na primeira perspectiva, que pretendemos plenamente ancorada ou imanente ao texto, serão procuradas correlações entre enunciados e suas partes; ditas correlações estabelecerão pautas para o que chamamos segunda perspectiva, na que nos colocamos basicamente numa compreensão da enunciação que qualificamos como ‘bakhtiniana’² - a do dialogismo ou relação dialógica ou aproximação dialógica - como possibilidade cognitiva teórica da constatação da interação comunicativa nas relações humanas:

A característica fundamental do pensamento de Bakhtin e seu Círculo é a sua tentativa de compreender os complexos fatores que tornam possível o diálogo [...] Propõe um continuum entre sistema e desempenho, a complementariedade de ambos (Clark – Holquist, 1998:36,41).

Definir-se-á brevemente *o dialogismo*, noção tomada de Bakhtin, como as relações que todo enunciado mantém com os discursos anteriores e os que estão por vir que ele propicia a seus destinatários (Moirand, 2006:5)³

Contando com a interdependência e indissociabilidade das duas perspectivas, ousaremos distinguir três ‘inquietos momentos’ no âmbito da pesquisa proposta, situando-nos nesse *continuum*, nessa complementariedade. No entanto, antes de prosseguirmos, advertamos que são delimitados como ‘momentos’ porque atendemos a uma certa precedência temporal identificável, tratada duma forma que reconhecemos um tanto arbitrária, por não

² Bakhtinianas ou referentes a Bakhtin e seu Círculo de estudos.

³ « On définira brièvement *le dialogisme*, notion empruntée à Bakhtine, comme les relations que tout énoncé entretient avec les discours antérieurs et les discours à venir qu’il prête à ses destinataires ».

existir a descontinuidade que aporta a noção habitual do termo momento; e, também, que nos permitimos a prosopopéia na adjetivação, através do termo ‘inquietos’, para reforçar que tratamos de ‘limites não limites’, por não serem estáticos ou delimitados: afinal de contas trata-se duma realidade contínua.

A fim de ilustrar o significado temporal de um *continuum* ou de uma realidade contínua, nos acolheremos às chamadas fases da vida dum ser humano, mesmo sabendo que as comparações relacionam os fatos limitadamente. Passamos pelas grandes fases: intra-uterina, criança, jovem, adulto, idoso. Após o parto, fica difícil delimitar com precisão quando começa uma ou outra fase, mas chegam momentos em que as características que percebemos nos certificam que estamos diante de uma criança ou de um idoso. De forma semelhante, após abrir as páginas de um texto fica difícil, por exemplo, delimitar o quando e o quanto das influências lingüísticas ou extralingüísticas são mais ou menos responsáveis pelos sentidos resultantes; mas existem momentos, sempre inquietos, mutáveis, em que temos a certeza de que já ocorreu o advento do discurso, de que no continuum que caracteriza a comunicação atingimos o âmbito discursivo.

O interesse de utilizar a expressão ‘inquietos momentos’ representa o reconhecimento do caráter irredutível da linguagem, dentro da decisão de trabalhar a reflexão acerca do discurso a partir de textos, co-textos e contextos. E representa também que esses ‘momentos’ são cognitivos e que, portanto, a temporalidade não tem porque ser seqüencial: na prática, constituir-se-á numa sucessão de concomitâncias, de simultaneidades: sucessão há quando o conhecimento advém pela via da reflexão; simultaneidade, quando advém pela via da intuição.

Tendo presentes essas restrições, no primeiro ‘momento’, procuraremos reduzir-nos a considerar o texto como documento - ou aqui, indistintamente, como corpus - como algo fixado por autor(es)(as) à espera de leitor(es)(as) até o instante de acontecer uma nova abordagem e o trataremos ou qualificaremos como ‘documento’. François (2003:65) prefere falar em “corpus como o dito fixado, em que os signos e as palavras são considerados como objetos.

No segundo ‘momento’, nos referiremos ao texto, propriamente, como ‘texto’⁴, como documento presente no processo em que está sendo apropriado por leitor(es)(as) que o assume(m) em seu co-texto.

⁴ Utilizamos esta expressão ‘texto’ intencionalmente para referir-nos ao texto em situação de enunciação, antes de ser assumido como discurso e, portanto, sendo lido numa perspectiva que, indo além da leitura

No terceiro ‘momento’, trataremos do ‘discurso’, como enunciado já apropriado por leitor(es)(as) em seu contexto de enunciação.

O ‘documento’ comporta duas dimensões que permitem que o concebamos dialeticamente: segundo uma dimensão, trata-se dum conjunto de dados fixados, imutáveis; segundo a outra, trata-se dum conjunto de dados que carrega histórias de significações em processo contínuo de diversificação e de mudança qualitativa, em sintonia com as mudanças sociais e culturais que modificam as condições existentes de interpretação. O documento assim caracterizado situa-se dentro de alguma sistemática lingüística que, através de formas e modos de organização e de apresentação fixados inscreve nele e lhe propicia, de alguma forma, potenciais significados dialógicos inferíveis de suas relações sintático-semânticas, sócio-culturais ou político-ideológicas, de sua localização espaço-temporal e de gênero: dos elementos que o caracterizam para ser um ente comunicável por alguém para alguém.

Enquanto ‘texto’ é visto como compêndio do processo de apreensão cognitiva que vai acolhendo, além das instruções auferidas como documento, supra citadas, todo o tecido dialógico que é gerado ao estar sendo assumido por leitor(es)(as) capazes de destrinchar o apreensível em relação a seu co-texto: dêixis, discursividade, tematizações, implicaturas, pressuposições, argumentações, contra-argumentações, figuras, tropos e elementos retóricos”, fenômenos identificáveis a partir de enunciados prenes de significados, e o *ethos*⁵.

Enquanto ‘discurso’, é visto como expressão duma enunciação, fruto dum contexto, que se permite, além de contar com ou de ignorar todo o apreendido nos momentos cognitivos expostos antes, acrescentar o autêntico terremoto de instruções de sentido que significa assumir a relação dialógica com o contexto: nos enunciados apreendidos como discurso são encarnadas, além das próprias, as vozes de outros carregando memórias da própria história, visões de mundo em disputa ou em acerto, valores e interesses próprios e alheios, mundos que se fazem presentes. Dispor-se a realizar análise do discurso, representará optar por obter instruções e restrições de sentido, concomitantemente, a partir de texto(s) em seu(s) co-texto(s) e seu(s) contexto(s). Isso implica em considerar cada discurso como a

metalingüística ou gramatical da linguagem e da co-textual, não invade as instruções de sentido que são tributáveis ao contexto situacional. O nosso conceito de ‘texto’ será explicitado com maiores detalhes logo a seguir.

⁵ *Ethos* aqui é uma noção que quer assinalar a inscrição do enunciador na enunciação do seu discurso: deliberadamente ou não, ele se apresenta (Amossy,1999).

expressão concreta resultante dos diálogos travados pelo somatório de vozes que interage(m) no(s) texto(s) numa enunciação.

Pretendemos que o expressado acima sirva como delimitação e referência teórica dos termos documento, texto, e discurso ao longo das nossas análises.

Na presente pesquisa, trataremos de correlacionar determinados textos consigo mesmos e com outros textos numa perspectiva de apreender sua relação dialógica, o que equivale a assumi-los em seus respectivos processos de enunciação, quer dizer, assumi-los nos processos em que se constituem em discursos.

Mais especificamente, visaremos a tentar evidenciar texto(s) como discurso(s) de caráter político. Com este fim, focalizaremos, como categorias reveladoras do discurso, fenômenos lingüístico-discursivos como acentuações, apagamentos, deslocamentos, inclusões ou exclusões⁶ realizadas no documento. Para melhor tentar atingir essa meta, preocupar-nos-emos, especialmente, em detectar fios dialógicos que nos permitam identificar essas categorias tanto nos texto(s) focalizado(s) num corpus explicitamente escolhido para ser analisado em detalhe quanto em outro(s) texto(s) com eles relacionáveis e referidos por seus conteúdos e suas significativas circunstâncias de uso. Também, por fidelidade à visão dialógica, universalizadora do Círculo de Bakhtin, colocaremos determinado(s) texto(s) sob o foco de alguns acontecimentos e circunstâncias históricos avaliados como relevantes.

Também, o Manifesto, o documento fundador do Partido dos Trabalhadores, será utilizado como “texto indutor” (Cunha:1992b:53) ou texto e discurso indutor de textos posteriores do Partido. Com esse objetivo será contrastado, com as deliberações do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - que precederam a reeleição de um membro do seu Partido, Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República Federativa do Brasil – e, finalmente, com o atual Estatuto do Partido dos Trabalhadores (do ano 2007).

A fim de obter mais instruções de sentido, o Manifesto⁷ será contrastado com um documento que o antecedeu, a Carta de Princípios⁸, que lançara publicamente o Partido dos Trabalhadores sem se prender a satisfazer exigências legais.

⁶ Nesta pesquisa fazemos a opção de assegurar a ‘exclusão’ como uma categoria diferenciada em relação ao ‘apagamento’. É claro que a exclusão pode ser considerada um apagamento total, completo. Porém, fazemos isso, em primeiro lugar, porque ‘exclusão’ é um termo marcado em sua relação binária, de oposição, a ‘inclusão’, o que não acontece com o termo ‘apagamento, que, por sua vez, opõe-se a ‘acentuação’ Mantemos, assim, os pares opostos acentuação / apagamento e inclusão / exclusão.

⁷ O texto completo consta no Anexo 1

⁸ O texto completo consta no Anexo 2.

A focalização das categorias de análise dar-se-á quando cada texto e discurso trate de temas como socialismo, democracia, luta de classes, partido de massas e organização partidária, exploração e opressão, exclusão e inclusão social, estatização e privatização.

A partir dos dados obtidos, acolhidos como sendo instruções e restrições semânticas e semântico-pragmáticas orientadoras e geradoras de efeitos de sentido, tentaremos inferir conclusões. Mais concretamente, a análise pretende ser uma releitura, para verificar convergências e divergências, partindo de diversas temáticas ou focos e de processos de construção de uma identidade discursiva - aspecto, este, inspirado na teorização acerca dos posicionamentos discursivos⁹ - entre o Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores e os demais textos e discursos selecionados. Todos são considerados e abordados como inseridos numa saga ideológica e política de lutas populares.

O Manifesto é tratado como uma proposta política que, naquele momento, pensava-se inovadora; por isso, é objeto de uma abordagem mais detalhada quanto à sua relação com acontecimentos importantes da época no exterior e no Brasil.

A simples leitura do Manifesto e do texto e discurso anterior, “A Carta de Princípios”, já nos permite inferir que as diferenças entre um e outro texto e discurso servem como uma prematura amostra pública dos conflitos ideológicos existentes no PT, em seus inícios, fruto das divergências e, também, como expressão das potencialidades aglutinadoras da unidade na luta, expressão das convergências. Percebemos que ambos os aspectos – conflitos e potencialidades - servirão para pautar algumas das marcas de identidade do Partido dos Trabalhadores até o presente.

⁹ A referência a ‘posicionamento discursivo’ envolve uma primeira referência a Maingueneau (2006,10-14), quem confessa que o utilizou para substituir a noção ‘formação discursiva’, em palavras suas, “devido à incapacidade em que me encontrava de atribuir-lhe um estatuto bem claro”. O posicionamento se define no interior de um campo discursivo e gira em torno “da construção e da gestão de uma identidade em um campo discursivo”. Explicita que a noção de ‘formação discursiva’ foi introduzida por Michel Foucault, mas que ela “oscila constantemente entre uma interpretação em termos de “regras” e uma outra em termos de “dispersão”, a ponto de aí se perder”. Acrescenta que, no grupo de Michel Pêcheux, a noção é definida como “determinando *o que pode e não pode ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada”. Não se definem claramente as relações com “gênero” e com “posicionamento”. Tratar-se-ia, sim, de uma “posição” inscrita no espaço da luta de classes. Segundo Maingueneau é empregada habitualmente “na falta de uma expressão melhor” ou porque permite evitar o embaraço de usar noções como “gênero” ou “tipo de discurso”.

A abordagem intratextual do Manifesto e com os demais documentos, na perspectiva da relação dialógica, servindo-se das categorias de análise acima referidas - acentuações, apagamentos, deslocamentos, inclusões ou exclusões - acreditamos que permitirá analisar com profundidade conexões e correlações e servirá como caminho revelador do caráter das concordâncias e dos confrontos e contradições presentes nos discursos que interagem no momento político atual vivenciado pelo PT e pela sociedade brasileira.

Ainda, tentando fazer valer o propósito do “pesquisador-escritor” de escrever de forma tal que possibilite que o documento resultante seja apreensível por um maior número de pessoas, decidimos que o nosso linguajar teorizador e algumas explicitações subseqüentes refletiriam uma certa vontade didática (traduzido isto, por exemplo, no caráter de algumas das notas de rodapé). Nosso esforço será no sentido de que o texto escrito por nós seja acessível sem fugir do conveniente rigor acadêmico.

Finalmente, expressamos a vontade, como pesquisador, de tentar mostrar o quanto uma perspectiva enunciativa de análise do discurso que assumir como pauta dirigente o dialogismo adquire uma focalização na qual podem ser integradas outras metodologias e categorias analíticas. É que, de acordo com as nossas reflexões, algumas perspectivas analíticas podem ser vistas, ao menos, como centradas no empenho do pesquisador em descobrir e transmitir os diálogos que os textos estabelecem consigo próprio; outras perspectivas analíticas acrescentam a esse empenho o diálogo com outros textos; a perspectiva dialógica que assumimos, acrescenta o diálogo com quanto de discursivo constituir o fenômeno humano: relações sociais e políticas, condicionamentos históricos, pensamentos, sentimentos e utopias.

O dialogismo, então, viria a ser: por um lado, uma macro-metodologia capaz de acolher outras metodologias – em nosso caso, uma plenamente ancorada ou imanente ao texto, quando serão estabelecidas correlações entre enunciados, suas partes e componentes como expressões discursivas; e outra, a da própria relação dialógica que se estende aos demais discursos, situações e acontecimentos; por outro lado, viria a constituir-se numa macro-categoria de análise discursiva capaz de integrar as demais categorias de análise – neste trabalho, acentuações, apagamentos, deslocamentos, inclusões ou exclusões em discursos políticos; e, ainda, funcionaria como um macro-momento, expressão do *continuum* que configura no espaço e no tempo a atividade discursiva dos seres humanos.

Daí que nos tenha parecido plausível considerar compatíveis no fornecimento de instruções de sentido não somente o trabalho analítico feito arbitrando

diferentes “momentos” mas também o realizado com diferentes enfoques. E é o horizonte dialógico desta concepção a que nos levou a que tenhamos resolvido deixar de lado o título que anteriormente tínhamos proposto para este trabalho – “Convergências e divergências entre o discurso fundador e os recentes do Partido dos Trabalhadores (PT)” substituindo-o pelo de “Dialogismo em discursos do Partido dos Trabalhadores (PT)”. Tratamos de implementar análises discursivas com um enfoque que chamamos “dialógico”, que originariamente se inspira nos escritos do Círculo de Bakhtin e nos de Moirand para ir adquirindo uma feição diferenciada, pessoal.

2. RELEVÂNCIA DO TEMA

Apontaremos algumas considerações relativas à relevância acadêmica, ao interesse pessoal e ao interesse social e coletivo que atribuímos a este trabalho investigativo.

Quanto à relevância acadêmica, ela se nutre da singular importância que adquiriram para a sociedade ocidental as elaborações teóricas realizadas no âmbito da análise do discurso nos últimos decênios e seu aproveitamento prático em terrenos como os da comunicação de massas, a política, a justiça e no das próprias relações inter-pessoais e nas institucionais .

Mas o reconhecimento de tamanha importância não é empecilho para que o analista do discurso se encontre jogado no meio de uma aluvião de propostas teóricas e metodológicas diversas que pretendem seduzi-lo ou arrastá-lo. Aí é onde, provavelmente, o analista sente a necessidade de definir-se e constituir sua própria opção teórica. Que melhor oportunidade para fazê-lo que testando a consistência, viabilidade e praticidade das teorias com um corpus motivador delimitado e específico?

Quanto à definição teórica, expusemos acima um posicionamento nosso não isento de possível ambigüidade terminológica e de conteúdos. Em relação a esse fato, não podemos esconder uma certa relativização quanto à validade das construções teóricas: como quem acaba pensando que não são tão certas as que nos parecem certas, nem são tão limitadas as que nos parecem limitadas. No fundo, ao juntar sua bondade e maldade, suas possibilidades de sucesso e fracasso, é como se todas mostrassem tanto sua capacidade como sua incapacidade de revelar o real. O qual vale para a reflexão lingüística e para a discursiva.

Espar (1994) assinala que o da análise do discurso é um campo que acolhe numerosas terminologias que precisam ser harmonizadas e delimitadas. A autora realiza uma reflexão de caráter histórico e metodológico sobre este complexo tema, avaliando diversas propostas teóricas e metodológicas contemporâneas. Chama a atenção para o paradoxo da multiplicidade das terminologias que permitem que nos perguntemos se o objeto de pesquisa – o discurso - permanece o mesmo¹⁰:

O desenvolvimento das ciências da linguagem nestes últimos vinte anos manifesta-se através da mudança dos meta-termos do seu próprio discurso; a complexidade do objeto de análise e as diferentes vias de aproximação que os lingüistas exploram,

¹⁰ Todas as traduções, assim como as expressões em caracteres tipo ‘negrito’ são nossas.

originam uma polissemia que pode confundir. Quando falamos “discurso”, falamos do mesmo? [...] A análise do discurso – suas teorias e metodologias – apresentam-se a nós como um continuado intertexto cujo denominador comum seria o da construção duma figura da lógica e da retórica conhecida como o paradoxo [...] Paradoxo da procura científica que nunca pode achar a realidade daquilo que analisa¹⁰.

O paradoxo das terminologias, portanto, implica conteúdos diversos que dificultam a compreensão da abrangência do campo e a identificação do que é entendido ao falar em discurso.

Mais ainda, a autora chama a atenção quanto à falta de coerência, fundamentação e delimitação que pode caracterizar o próprio trabalho analítico:

Partimos da confusão, do amálgama e depois segmentamos, distinguimos, analisamos para conhecer; se não somos fiéis aos fundamentos epistemológicos que guiam nosso percurso – coerência interna da teoria, adequação da metodologia ao objeto, seleção de níveis de pertença – corremos o risco de resultar numa algaravia dissolvente, em vez de descobrir os limites e o horizonte duma polifonia como metáfora do inatingível do discurso [...] também não saberemos dizer se o discurso é um objeto exclusivo da lingüística das línguas naturais ou se podemos chamar discurso a todo conjunto significativo que esteja no lugar de outra coisa, e então a análise do discurso é o objetivo da semiótica.¹¹ (Espar, 1994)

¹⁰ “El desarrollo de las ciencias del lenguaje en estos últimos veinte años se manifiesta a través del cambio de los metatérminos de su propio discurso; la complejidad del objeto de análisis y las diferentes vías de acercamiento que los lingüistas exploran, originan una polissemia que puede confundir. Cuando decimos “discurso”, ¿hablamos de lo mismo? [...] El análisis del discurso -sus teorías y sus metodologías- se nos presentan como un continuado intertexto cuyo denominador común sería el de la construcción de una figura de la lógica y de la retórica conocida como la paradoja. [...] “Paradoja de la búsqueda científica que nunca puede dar con la realidad de aquello que analiza”.

¹¹ “Partimos de la confusión, de la amalgama y después segmentamos, distinguimos, analizamos para conocer; si no somos fieles a los fundamentos epistemológicos que guían nuestro recorrido -coherencia interna de la teoría, adecuación al objeto de la metodología, selección de niveles de pertenencia- corremos el riesgo de desembocar en una algarabía disolvente, en lugar de descubrir los límites y el horizonte de una polifonía como metáfora de lo inalcanzable del discurso [...] no sabremos tampoco decir si el discurso es un objeto exclusivo de la lingüística de las lenguas naturales o si también podemos llamar discurso a todo conjunto significativo que esté en lugar de otra cosa, y entonces el análisis del discurso es el objetivo de la semiótica”.

Alerta, pois, para a exigência de fundamentação consistente e metodologia adequada para fazer possível captar a riqueza de vozes presentes no discurso.

A autora, após tratar da problemática da delimitação do campo do discurso, destaca a riqueza potencial que comporta a novidade deste campo de estudo, sempre e quando sejam assumidas as conseqüências das necessárias correlações dos conhecimentos propiciados pelas ciências da linguagem com os conhecimentos de outras ciências:

A análise do discurso pode ser considerada, de fato, como uma profunda mudança de mentalidade nos estudos sobre a linguagem e essa transformação impõe às investigações o dever não postergável de reconhecer a legitimidade e a necessidade que o objeto evidencia de abordar o conhecimento do discurso em suas múltiplas dimensões. (Espar, 1994)

Múltiplas dimensões que, para possibilitar a construção de um conhecimento mais amplo, clamam por integrar os estudos da lingüística com os realizados por um extenso e variado leque de ciências (ação que chama de “fazer as pazes com”):

Esta realidade implica em fazer as pazes com a filosofia e dentro dela com a lógica, a epistemologia, a filosofia analítica; também com as ciências que propõem modelos duros formais, com disciplinas como a etnologia, sociologia, literatura ou a psicanálise que proporcionam à lingüística e à semiótica a possibilidade de construir um conhecimento menos reducionista e mais adequado ao objeto¹².

Em conseqüência, sobrevoa o campo da teorização sobre o discurso a necessidade de aproveitar e harmonizar um sem-fim de pistas, caminhos, descobertas conhecimentos que tornam esse campo, ao mesmo tempo, rico e complexo, plural e problemático.

Espar (1994) afirma a necessidade de harmonizar as diversas visões que coexistem no âmbito da linguagem e da comunicação com a teorização acerca do discurso:

¹² “*el análisis del discurso puede ser considerado, de hecho, como un profundo cambio de mentalidad en los estudios sobre el lenguaje y que esa transformación impone a las investigaciones el deber impostergable de reconocer la legitimidad y la necesidad que el objeto evidencia, de abordar el conocimiento del discurso en sus múltiples facetas.[...] Esta realidad implica hacer las paces con la filosofía y dentro de ella con la lógica, la epistemología, la filosofía analítica; también con las ciencias que proponen modelos duros formales, con disciplinas como la etnología, sociología, literatura o el psicoanálisis que proporcionan a la lingüística y a la semiótica la posibilidad de construir un conocimiento menos reduccionista y más adecuado al objeto.*”

O estudo do discurso pode coexistir com as orientações presentes e futuras das ciências da linguagem e da comunicação [...] a abundância e multiplicidade de aproximações não é um excesso mas um desenvolvimento natural, necessário, bem-vindo, uma obra aberta em que ninguém sobra na hora de construir a polifonia dum termo, somente é desejável que a orquestra tenha sintonia para que possamos perceber a harmonia de cada diferença, no texto¹³. (Espar, 1994)

De fato, ao realizar as nossas análises acolheremos o modo de aproximação a que antes nos referimos sucintamente na expectativa de achar um caminho que nos permita contribuir à sinfonia que representa a construção dos sentidos.

Da possibilidade e conveniência de realizar aproximações multidisciplinares e diferentes emerge outro dos fatores que tornam interessante e importante o trabalho no âmbito da análise do discurso: se o estudo do discurso já é interessante – e pode ser relevante - por sua própria índole tanto mais o será, como em nosso caso concreto, ao destinar-se a estudar discursos surgidos da ação de um partido político no próprio país! Porque nos colocaremos perante discursos de caráter político, implicados e abertos a uma grande pluralidade de aproximações de significação e, potencialmente, responsáveis em nível elevado dos acontecimentos verificáveis na sociedade.

Efetivamente, consideramos que nos discursos políticos podemos assistir de camarote ao confronto de simulacros lingüísticos que abrigam propostas de sociedade. Identificar com maior ou menor precisão essas propostas pode iluminar o habitual caminhar da humanidade às apalpadelas pelas lombadas não só do próprio país mas do universo.

Pretendemos fazer nossas análises como que situadas na encruzilhada de duas perspectivas teóricas que acreditamos acabarão por complementar-se em suas indicações e achados. Isso poderá contribuir para termos uma atitude acadêmica mais tolerante e compreensiva, menos intransigente até, para com a diversidade de linhas e opções de pesquisa. Afinal de contas, a linguagem, em sua imensidão de dimensões enquanto discurso, supera e apequena toda e qualquer tentativa de confinamento ‘científico’, pretensamente científico e indiscutível.

¹³ “*el estudio del discurso es coexistivo a las orientaciones presentes y futuras de las ciencias del lenguaje y de la comunicación, y que la abundancia y multiplicidad de acercamientos no es un exceso sino un desarrollo natural, necesario, bienvenido; una obra abierta en la que nadie sobra a la hora de construir la polifonía de un término, sólo es deseable que la orquesta sintonice para que podamos percibir la armonía de cada diferencia, en el texto.*”

Por outra parte, a transmissão de conhecimentos acerca das posições discursivas de um partido político pode contribuir para elevar o nível de consciência cidadã.

As considerações precedentes permitem-nos aplainar caminhos que nos autorizam a assinalar que trabalhos desta natureza podem ter uma importante significação social. Nesse sentido, o interesse coletivo e a relevância social, extrapolam, cremos, qualquer tentativa de minimização da importância de conhecer melhor o que têm a dizer a seu povo, ao povo brasileiro, as atitudes discursivas de um partido político que, atualmente, no ano 2007, é um dos maiores depositários de confiança popular, expressada no voto eleitoral.

Avaliamos ser relevante para a cidadania, para a sociedade, a apresentação crítica e dentro de uma perspectiva abrangente, dos embates discursivos que vem enfrentando o Partido dos Trabalhadores com outras propostas e partidos ou agremiações ou que enfrentam grupos dentro do próprio partido.

É uma ação socialmente significativa, parece-nos, relacionar vozes dos discursos que se confrontam abertamente e dos discursos que estão por trás, e que são exaltados, deturpados, apagados ou silenciados, etc., em outras palavras, que interagem no espaço-tempo histórico em que nos cabe viver.

Nessa compreensão, focalizar relações potenciais entre os discursos políticos, centrando-nos naqueles assumidos como expressão partidária pelo Partido dos Trabalhadores, configura-se como um caminho adequado para a verificação dos processos de caráter interativo que ocorrem entre uns discursos e outros.

Pensamos que será factível tentar observar e mostrar como as deliberações iniciais e as atuais do PT, assumidas pública e oficialmente pelo Partido, tentam incorporar ou responder a outros discursos concomitantes de cada realidade, sejam eles internos ou externos ao próprio Partido.

Cremos que muitos cidadãos leitores da situação política do Brasil e técnicos analistas do discurso político compartilham a consciência de que na complexa sociedade brasileira se confrontam e enfrentam posições contrárias e interesses conflitantes, alguns contraditórios e irreconciliáveis entre si, por conseguinte, difíceis de administrar e articular.

Da mesma forma, historiadores tratam como sendo um consenso - até o presente momento e ao longo da história que iniciaram as invasões européias, salvo em limitados momentos e situações pontuais -, que a hegemonia no Brasil do capital e seus representantes e interesses é permanente e tem resultado na concentração das riquezas em

poucas mãos, fenômeno diretamente proporcional e simultâneo à marginalização e dominação dos trabalhadores e da maioria da população¹⁴.

Outro consenso que identificamos na maior parte dos discursos políticos e que alerta sobre a relevância desta temática é o de proclamar a necessidade de mudar a situação em que a maioria da população, especialmente aquela que gera mais diretamente as riquezas, encontra-se: excluída de poder desfrutá-las. Aliás, este é, parece-nos, o discurso público de todos os partidos políticos. Parece um fato, repetido uma e outra vez nas últimas décadas, que tanto os cidadãos pertencentes ao PT que referendam os discursos oficiais do partido, quanto aqueles do próprio partido que não se sentindo contemplados os combatem em parte, como outras vertentes, atualmente não mais petistas, conclamam os trabalhadores a unir-se organizadamente para lutar a fim de mudar a situação de dominação e exclusão. Hoje, como ontem, pode ser observado que numerosos militantes petistas ao se auto-definirem como legítimas representações das aspirações dos trabalhadores e da maioria da população, adotam um discurso que condena o sistema capitalista e os regimes que o sustentam.

Uma das propostas básicas que centra o discurso do Partido dos Trabalhadores encontra seu espaço ideológico dentro de uma visão que combate as relações de poder instauradas e firmemente assentadas na sociedade brasileira, por considerá-las excludentes da maioria dos trabalhadores, concentradoras de renda e poder nas mãos de minorias privilegiadas e, conseqüentemente, alimentadoras da instabilidade, da violência e da marginalização.

Nesta direção, a princípio, poderia ser útil atribuir alguma relevância política e social ao discurso petista – como arquétipo de discurso político: o que está em jogo é a tentativa de dar e ser a direção ideológica e política do País. Segundo seu discurso, pretender-se-ia inviabilizar a continuidade ou a volta ao jogo da desesperança e do fatalismo imobilizador que representa a opção por uma sociedade capitalista selvagem e que predominou na prática política e nos discursos durante os quinhentos anos anteriores da história do Brasil.

Olhando para períodos mais próximos, os compreendidos entre os anos 2003 e 2007 - quando o PT é o partido político que mais ministérios comanda no Governo da República Federativa do Brasil - observa-se que no âmbito da rejeição ou não da sociedade capitalista como política podem ser constatadas tensões dos setores petistas entre si, de ex-

¹⁴ Obras como a de Caio Prado Junior, *História Econômica do Brasil*, ou de Leôncio Basbaum *História Sincera da República* transmitem esta percepção.

petistas e de adversários. O enfrentamento se concentra em diversas ocasiões em relação a políticas e opções governamentais concretas oficialmente destinadas a viabilizar anseios da maioria da população. Constituem um exemplo as divergências em relação à política econômica e às políticas sociais que têm sido mostradas publicamente e em muitas ocasiões como incontornáveis. Assim, enquanto alguns petistas afirmam que estão enfrentando o capitalismo e suas mazelas da forma melhor entre as possíveis e que estão sendo privilegiadas as políticas de inclusão social, outros petistas e ex-petistas acusam os responsáveis pela condução das políticas de medrosos ou de instrumentos a serviço dos interesses de reprodução do capital por tentarem administrar a crise essencial e inerente ao capitalismo, o qual vem a significar salvar ou retardar a sua inevitável destruição. Ou, ainda, alguns acusam o Governo petista de se colocar a serviço da ideologia e política neoliberais e de tentar iludir a sociedade com políticas paternalistas e paliativas. Não pode ser esquecido que, simultaneamente, existe o combate contra o PT das vertentes de seus adversários históricos e inimigos programáticos, ou daqueles políticos que são catalogados habitualmente como da direita conservadora; políticos ou grupos que são acusados de darem ou terem dado sustentação constante e explícita às exigências ideológicas e pragmáticas de reprodução do capital. Trata-se de embates protagonizados por políticos ou grupos ou partidos aos quais são imputadas arbitrariedades e culpas como as de haver-se servido, num passado recente, da ditadura militar para alcançar benefícios, privilégios ou poder.

Basicamente, esses últimos são diversos indivíduos que deflagraram intensos esforços e cálculos, nos primeiros momentos da democratização, nos anos 1979 e 1980, para inviabilizar a existência e consolidação de partidos com as características do PT, partidos com discurso e prática que denunciam e combatem a organização social e a política capitalista. Não parece ser uma constatação bizarra – vistos os acontecimentos posteriores - a de que os cálculos dos estrategistas da ditadura deram errado e seus esforços demonstraram-se insuficientes; segundo os petistas, por conta da força aglutinadora da dedicação dos futuros petistas: porque o Partido dos Trabalhadores, destinado a estar entre os barrados no baile pelos ideólogos da transição da ditadura para alguma forma de democracia representativa, conseguiu ser o terceiro partido legalizado no processo de redemocratização (por isso recebeu o número 3 como identificador); era o terceiro partido que conseguia preencher as exigências estabelecidas para obter o registro eleitoral, e o segundo a existir na nova democracia dentre

as forças que não se alinhavam claramente entre os fiéis apoiadores da ideologia e da prática política das ditaduras militares¹⁵.

Avaliamos os dados e acontecimentos da época no sentido de que o PT foi um golpe inesperado e duro de assimilar para as pretensões do modelo de redemocratização idealizado pelo sistema vigente e pelas forças conservadoras e tradicionais da política brasileira. Sirva para confirmar a propriedade da nossa avaliação a posterior determinação oficial, casuística, de realizar uma campanha eleitoral para os diversos parlamentos exigindo a plena vinculação de votos e permitindo apenas realizar uma propaganda eletrônica estereotipada e muda, verdadeiro insulto à inteligência cidadã e à possibilidade de divulgar discursos políticos:

Como parte dos arranjos da abertura, o governo adiou as eleições municipais de 1980. Somente em 1982 os eleitores foram às urnas para eleger vereadores, prefeitos (exceto nas capitais e áreas consideradas de "Segurança Nacional", como estâncias hidrominerais!), deputados estaduais e federais, parte do Senado e governadores" [...] "Na época, a campanha eleitoral estava submetida aos rigores da "Lei Falcão" e os candidatos só podiam apresentar, no rádio e na TV, os seus currículos. (Fundação Perseu Abramo, 2002:2)¹⁶

Medidas interpretadas como a opção encontrada pela ditadura para tentar bloquear o poder persuasivo das propostas petistas e das demais forças opositoras e boicotar possibilidades de potencial crescimento eleitoral do PT e das oposições. A estratégia deu certo, até certo ponto, dado que conseguiu impedir que a representatividade e força social das candidaturas do PT fossem refletidas nas votações. Porém, não foi o fim da história; apenas conseguiu retardar, adiar a crescente expressão de apoio ao PT e suas propostas que viria acontecer daí em diante até o presente.

¹⁵ Em 1976, com a promulgação da Lei da Reforma Partidária no 6767 de 20/12/1976, criam-se regras que acabam com o bipartidarismo vigente e possibilitam um multipartidarismo muito controlado dado que as exigências para a legalização de um partido político eram consideráveis.

¹⁶ As eleições de 1982 aconteceram e foram estruturadas para viabilizar uma democracia muito *sui generis*, vacilante e cheia de fórmulas casuísticas. A chamada "Lei Falcão" impunha todo tipo de restrições a partidos e candidatos. Lei Falcão e o nome "pelo qual a Lei nº 6.336, de 1º de julho de 1976, ficou conhecida, em vista de ser o seu autor o então Ministro da Justiça Armando Falcão. Esta lei deu nova redação ao art. 250 do Código Eleitoral, determinando que, na propaganda eleitoral, os partidos se limitassem a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda mencionar o horário e o local dos comícios. "http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_tse/lei_falcao.html", visitado em 14.02.2007.

Em 2002, aquele Partido dos Trabalhadores que se distinguia e destacava por seu perfil discursivo ideológico, passados 22 anos desde a sua fundação, conquistava a presidência da República.

No momento em que escrevemos (ano 2007), o Partido dos Trabalhadores ocupa de novo a presidência da República e desfruta de uma posição destacada no governo. Mas seu poder é relativo: ao não dispor de maioria no Parlamento para garantir a governabilidade, vê sua autonomia diminuída e entende estar forçado a agir através de um recurso utilizável nas democracias parlamentaristas contemporâneas, o de pactos ou coalizões, mas que chegam a ser estranhas porque feitas com algumas agremiações políticas de posições históricas dificilmente compatíveis com as assumidas pelo PT. E, de fato, no campo de batalha da política, uma missão essencial das oposições é a de tentar tomar do PT a fatia de poder que possui por encabeçar o Governo e afastá-lo dos lugares simbólicos que tem conseguido conquistar no imaginário de amplas camadas da população de ser o partido que quer mudar o País para melhor, especialmente em relação aos socialmente excluídos. Neste sentido, para os opositores é fundamental para sua sobrevivência política, inviabilizar a efetivação no Brasil das propostas políticas petistas que, segundo advertem, mudam substancialmente as perspectivas e papéis consolidados nas relações políticas até então estabelecidas na sociedade brasileira. Nesses pressupostos configura-se como algo necessário o retorno a uma situação de governo mais próxima das precedentes; isso torna imprescindível concentrar esforços em retirar de posições hegemônicas na administração da República quem hoje ao ocupá-las afirma tentar mudar relações sociais e de poder consolidadas ao longo da história.

Assim, tanto o Governo quanto o Partido dos Trabalhadores têm vivenciado uma situação política de enorme tensão em razão de que a luta política fundamental de alguns adversários parece ser a da pressa por recuperar todos os seus espaços anteriores de poder a qualquer preço e servindo-se de qualquer instrumento. Mesmo que esse preço seja o de propiciar as condições necessárias e convenientes para tentar restabelecer o *status quo* que configurou as relações sociais e políticas no passado autoritário mais recente do País, identificáveis, fundamentalmente, pela concentração do poder e da riqueza nas mãos de poucos, ao preço da exclusão social de boa parte da população. Ou, ainda, mesmo que esse instrumento venha a ser o de camuflar um golpe de estado.

O fato de existirem as precedentes considerações já parece ser justificativa suficiente para que se tente submeter ao duro crivo da análise do discurso a dialética

discursiva que se gera e é verificável no caminhar do Partido dos Trabalhadores nos 27 anos que transcorreram desde a sua fundação.

Igualmente, parece estar fora de qualquer questionamento mais sério, a relevância do fato de um pesquisador procurar captar melhor e transmitir a existência ou não de coerência na teoria e na prática discursiva política de um dos principais partidos formuladores de política no Brasil.

Quanto ao interesse pessoal poderíamos situar-nos em três direções. Na primeira direção poderíamos situar várias realidades: uma, a de ajudar a espantar ou dissipar fantasmas ideológicos e políticos próprios e alheios graças a conhecimentos, esclarecimentos e respostas mais exatos ou graças a pontos de apoio mais firmes para as crenças e utopias pessoais; outra, a de procurar, na reflexão acerca dos discursos, luzes que ajudem a melhor poder seguir caminhando ou, simplesmente, para animar ou dinamizar a caminhada. A segunda direção é polarizada pelo valor que possuem para a sociedade os saberes que cada qual adquire no exercício de um trabalho de investigação: quem se lança a caminhos que podem levar à construção de conhecimentos estende novas e mais promissoras pontes entre a realidade e o pensamento, entre as comunidades e o saber, entre a vida e a ciência; foge do seu próprio desamparo existencial ao rumar para os outros, para tentar ser útil aos outros. A terceira direção é referida ao âmbito profissional. Estão em jogo: a melhora das possibilidades pessoais como analista do discurso e o decorrente da valorização do trabalho pessoal e do alargamento da capacidade de colaboração com um projeto educativo num âmbito acadêmico como é o da universidade pública, onde trabalhamos. Portanto, a relevância do trabalho de reflexão e pesquisa ora realizado tem também fortes motivações pessoais.

3. QUESTÕES METODOLÓGICAS: HIPÓTESE, OBJETIVOS, METODOLOGIA E DEFINIÇÃO DO CORPUS

Mesmo antes de iniciar as reflexões temos consciência de que encontram-se prontas em nossa mente ou no coração diversas espécies de resposta desejadas às indagações incluídas na hipótese. Intimamente apelamos para que sejam confirmadas. Somos conscientes de que os desejos agirão, queiramo-lo ou não, como forças condicionadoras da escolha das propostas e dos resultados. Sabemos que, de algum modo, nossas emoções e sentimentos íntimos procuram condicionar as opções a fazer, desde a eleição do corpus, à escolha das hipóteses metodologia e objetivos. Pode ser tão fácil arrumar discursos justificadores para as nossas opções!

A sabedoria popular, para relativizar a verdade das pretensas verdades, costuma dizer que “há discurso para tudo”. Para nós é um diagnóstico certo.

François (1998:13-15) ao falar na interpretação como relação “na qualidade de”¹⁸ reconhece esta realidade ao considerar que cada um de nós é, de alguma forma, intérprete, leitor genérico e intérprete leitor específico, sem poder especificar de forma unívoca o quanto é de um ou de outro.

Consciente dessa limitação firmamos nosso compromisso de articular um discurso não manipulado conscientemente, com pretensões de ser veraz, mesmo que saibamos que, no fundo, ao finalizar o trabalho gostaríamos de poder afirmar: O PT mantém-se fiel às suas origens, soube atualizar sua prática, sem esquecer nem trair seus sonhos; apenas aprendeu e apreendeu as lições que a caminhada foi-lhe mostrando em função de tornar mais viáveis seus ideais e sonhos; apenas foi deixando de lado certas incongruências, os impossíveis, o que atrapalhava, certas roupagens, etc. para poder incorporar o que viabiliza a libertação das maiorias. E assim por diante...

Segundo o nosso planejamento, sucessivamente, serão estabelecidos a hipótese de trabalho, os objetivos e a metodologia a ser seguida; finalmente, deliberamos acerca do corpus a ser analisado.

Em relação ao objeto da pesquisa - relação dialógica entre o discurso fundador e as deliberações do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) - devemos confessar que não tivemos acesso a trabalhos com este objeto específico: não

¹⁸ “*en tant que*”.

obtivemos referências de publicações que abordassem o discurso do PT na perspectiva de um lingüista que se inspire ou que assuma o horizonte, por exemplo, de pautar-se por perspectivas teóricas relacionadas ou decorrentes das principais intuições bakhtinianas e que tenta aproveitar sugestões inspiradas nos trabalhos dos semióticos e lingüistas da Escola Semiótica de Paris, animada por Greimas. Em conseqüência, a pesquisa teórica realizada terá uma menor possibilidade de estabelecer, aqui e agora, potenciais parentescos teóricos mais imediatos ou de poder garantir que suas conclusões sejam expressão de aspectos originais em relação à temática.

Nas considerações e reflexões prévias, procuraremos estabelecer os referentes teóricos, as categorias de análise a serem privilegiadas e o modo destas serem abordadas. Pensamos, no entanto, que a definição das categorias e da metodologia de abordagem, em boa parte, não serão fruto de decisão *a priori* nem de algo adotado imutavelmente desde o início, mas deverá ser uma construção também ditada pelo próprio processo. Algo que nos lembra a postura aberta e visão ‘escatológica’ de Bakhtin (1997:392-393), em seus últimos apontamentos, do ano 1974, ao tratar de uma metodologia das ciências humanas traz intuições de temáticas para a pesquisa com as que nos identificamos e inspiramos:

Não existe nem primeira nem última palavra, e não existem fronteiras para um contexto dialógico (ascende a um passado infinito e tende igualmente a um futuro igualmente infinito.) Não existe nada morto de uma maneira absoluta: cada sentido terá sua festa de ressurreição. Problema do grande tempo.¹⁹

Mesmo conscientes de que há pontos de partida, marcos teóricos prévios, acreditamos que o trabalho de pesquisa irá ajudando a encontrar as estratégias mais produtivas de acordo com a não limitação dos contextos dialógicos. Estratégias que poderão ser diversas para cada documento, texto e discurso.

Entendemos que o próprio corpus tem também um papel a desempenhar como guia e que ele irá sugerindo ou exigindo a adoção de novas práticas ou de novos caminhos para a pesquisa se concretizar com maiores chances de sucesso, para propiciar as festas de ressurreição dos sentidos de que fala Bakhtin: as novas partes do corpus que servem

¹⁹ “No existe ni primera ni última palabra, y no existen fronteras para un contexto dialógico (asciende a un pasado infinito y tiende igualmente a un futuro igualmente infinito). No existe nada muerto de una manera absoluta: cada sentido tendrá su fiesta de resurrección. Problema del gran tiempo”.

de base para os novos momentos de análise interagem com as análises já realizadas e recebem influência destas que virão a funcionar como uma contribuição para procurar enriquecer a análise em andamento.

De fato, uma análise facilmente é enfraquecida quando não existe uma interação concomitante com a práxis em que está encaixado cada discurso específico e vice-versa: a propriedade da teorização sobre um discurso específico está condicionada pelo momento do pesquisador e da pesquisa, pelo encaminhamento prático dos objetivos e pelos resultados viabilizados pela própria metodologia.

Esperamos que este planejamento nos permita avançar na análise dos discursos do Partido dos Trabalhadores. Consideramos que as análises poderão conduzir a confirmar a seguinte hipótese:

Contando com a inevitabilidade da existência de heterogeneidades mostrada ou constitutiva²⁰ no discurso, pode-se afirmar que o discurso oficial do PT, aquele refletido nas últimas deliberações partidárias, mesmo com as divergências constatáveis, mantém profundas convergências com as linhas mestras do discurso e dos propósitos políticos em que se assentavam as propostas originais do Partido, porém, atualizando temáticas, léxico, expressões e formulações.

Dada a relevância que tem para a sociedade brasileira - como refletimos antes - o quanto diz respeito às opções políticas do Partido dos Trabalhadores, esta hipótese, se for confirmada, constituir-se-á numa significativa e promissora experiência para orientar o discurso e a prática do Partido dos Trabalhadores e quem sabe, de quebra, os destinos da política no Brasil.

A hipótese sobre o resultado final dos trabalhos vem a ser o aspecto mais imutável. Porque é isso mesmo, hipótese, com um tanto quanto de profecia. Como tal pode

²⁰ A terminologia segue reflexões de Authier-Revuz (2004) relativas à onipresença do outro no discurso. Em realidade, constituem um *continuum*. As formas de heterogeneidade mostrada vem a ser como que a manifestação de diversas formas de “negociação” do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva. A constitutiva apóia-se na rede de oposições que se estabelecem entre o outro e o um ao ser atravessado pela relação dialógica. No discurso são produzidas formas marcadas que atribuem ao outro um lugar delimitado no discurso. A respeito destas formas, relativas, portanto, à inscrição do outro no discurso, que operam no espaço do “não explícito” e que são recuperáveis, falar-se-á em heterogeneidade mostrada. A autora firma a hipótese de que, no discurso, a heterogeneidade mostrada não é um espelho nem é independente da heterogeneidade constitutiva; ela corresponde a uma forma de necessária negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva que se lhe faz necessário desconhecer. Admite a existência de gêneros que não apresentam nenhuma marca de heterogeneidade mostrada.

estar mais ou menos certa, mais ou menos errada, porém, a sua formulação tem que ser anterior. Concretamente trata sobre a questão do mesmo e do outro, da ruptura ou não, em relação ao discurso aqui considerado como fundador, aquele que, em teoria, mais fielmente deveria conter a expressão do pensamento que vincula o Partido dos Trabalhadores às suas origens; trata-se da vinculação, como uma saga, dos demais discursos com o do Manifesto, oficializado como o de fundação do Partido.

Os objetivos vêm aqui marcados, fundamentalmente, pela visão do texto e do discurso como eventos, acontecimentos imersos numa dinâmica de interação¹⁷ e não como realidades acabadas ou previamente imobilizadas. Trata-se, portanto, de passar a focalizar o texto numa perspectiva fundamentalmente dialógica para abordá-lo como discurso. Assim, os objetivos, que estão polarizados pelo propósito de detectar redes ou articulações de significação em enunciados e enunciações¹⁸, ficam, de algum modo, já pré-estabelecidos em torno à questão da procura de pistas ou sinais que nos levem a deduzir em que as propostas contidas nos discursos - o fundador e os recentes - convergem e em que não convergem entre si. Isto representa, em outras palavras, partir para constatar se as propostas dos vários discursos podem ser vistas ou não como constituindo-se em autênticas paráfrases. Quando consideradas paráfrases suas diferenças se localizariam em seus níveis de acentuação, em certos apagamentos e deslocamentos; e as inclusões e exclusões contidas nos discursos novos não seriam contrárias às propostas do discurso fundador.

A metodologia, polarizada pela procura de pistas ou sinais lingüísticos e não lingüísticos, deverá ser plural e integrada, mas tentando não cair na cilada que representa o ecletismo¹⁹. A este respeito, tentaremos não esquecer o que Geertz (2003:20) afirma: “O ecletismo é contraproducente não porque haja unicamente uma direção na qual torna-se útil mover-se, mas porque justamente existem muitas e é necessário escolher dentre elas”²⁰. Como contraponto a esta visão, Faraco (1991:69-70) expressa a sua condenação apenas para o recurso de apelar para o ecletismo como possível saída metodológica quando as teorias em

¹⁷ Basicamente vem a ser definida como ‘ação recíproca’. Ação que é expressão de uma dinâmica permanente, universal e que produz efeitos tanto positivos quanto negativos. A interação é um construto teórico que enriquece os horizontes epistemológicos do mundo de hoje.

¹⁸ As noções de enunciado e enunciação serão explicitadas no item 5.2.

¹⁹ O ecletismo é a postura de combinar elementos de vários estilos, idéias, teorias. A escola filosófica eclética procurava conciliar as melhores doutrinas de diversos sistemas.

²⁰ “*El eclecticismo es contraproducente no porque hay únicamente una dirección en la que resulta útil moverse, sino porque justamente hay muchas y es necesario elegir entre ellas.*”

que se baseiam se excluem mutuamente: entende que as teorias têm que ser compatíveis, assimiláveis, para possibilitarem sínteses teóricas que não gerem contradições internas.

Justamente é nesta questão que radica um dos objetivos acadêmicos da nossa tese: queremos assentar nosso trabalho em pesquisas fundamentadas em linhas teóricas diferentes, para mostrar que os resultados são complementares e compatíveis: por um lado, e fundamentalmente, trabalharemos com elementos significativos que podem ser extraídos através da aplicação da teoria da enunciação, na perspectiva do Círculo de Bakhtin; por outro lado, trabalharemos com elementos significativos que podem ser extraídos através da aplicação de vertentes ancoradas nos textos, situadas apenas no âmbito das correlações semânticas e semióticas. A nossa expectativa é que as instruções de sentido que surgirem desta segunda perspectiva, representem pautas para a pesquisa de elementos da relação dialógica.

Feita a precedente ressalva, partiremos para evocar os seguintes aspectos que formam parte da nossa proposta metodológica: deliberação sobre as perspectivas de reflexão assumidas, fases – não sequenciais - de reflexão definidas, percursos – não sequenciais - realizados para pesquisar e vertentes de pesquisa priorizadas.

Dentro do foco de correlações imanentes ao texto, como também quando situados fundamentalmente dentro do foco dialógico com relação ao exterior, poderemos observar a presença de diversas opções linguísticas (como reformulações, repetições, inclusões, exclusões, etc.) sinalizando para acentuações, apagamentos ou deslocamentos discursivos. Em ambas as vertentes, abrem-se diante do pesquisador inúmeras possibilidades de opção concreta para alcançar revelações com esse caráter. Dada a orientação externa da enunciação, são inúmeros os caminhos de investigação possíveis e todos com promessa de serem valiosos.

Em conseqüência, como as opções metodológicas são diferenciadas e múltiplas; a nossa proposta metodológica não pretende ficar amarrada a um formalismo mecânico ou sequencial, a um caminho único e simétrico para todas as análises específicas, mas decide confiar-se a dinâmicas específicas, plurais, que, em cada caso, pareçam mais idôneas para ajudar a revelar instruções de sentido.

Concretamente, não se orientará o trabalho de reflexão e pesquisa com formas idênticas para textos de gêneros diferentes: textos, co-textos e contextos serão dados prestes a serem aproveitados; ora procuraremos pistas e relações nas palavras e nos enunciados ou em sua ausência, ora nas realidades e acontecimentos sociais. Em

consequência, reiteramos que o nosso propósito inicial é o de procurar associar, sem sincretismo, duas perspectivas diferentes de abordagem a fim de colher instruções discursivas.

Uma primeira perspectiva de abordagem atentará, mais para as instruções ou restrições de sentido extraíveis das escolhas e associações de palavras nos ‘âmbitos semânticos’. Âmbito semântico como um espaço cognitivo de associações de palavras seja como sintagmas - em razão de aportar uma significação específica -, seja como paradigmas - quando articuladas com a mesma finalidade por relações de substituição, comutação, conotação, etc. Ou, ainda, âmbito semântico entendido como ambiente textual onde são integradas vozes, expressões ou enunciados passíveis de agrupamento em razão da ocorrência de coincidências representativas de significação e das contribuições ou instruções de sentido advindas da memória discursiva que se atualiza em determinado evento comunicativo. Funciona como um espaço cognitivo de associações de palavras num ambiente textual que as relaciona porque propicia coincidências com vozes, expressões ou enunciados e instruções de sentido advindas da memória discursiva que se atualiza em determinado evento comunicativo.

Assim, o que chamamos de âmbito semântico abrange as espécies de agrupação de palavras que, ao interagirem, simultaneamente, com o seu co-texto podem ser classificadas como possuidoras de alguma(s) instrução / instruções ou restrição / restrições semântica(s) distintiva(s) coincidente(s). Assumimos esta noção de âmbito semântico com o intuito de poder trabalhar palavras, blocos léxicos e enunciados, no tocante à sua forma ou composição, com uma categoria mais ampla e elástica, o que deverá facilitar as análises realizadas com foco preponderantemente dialógico.

Com esta teorização nos distanciamos de outros conceitos utilizados na semântica, como os relativos aos chamados campos semânticos, entendidos como “uma organização de significados – dinamicamente estruturada -, cada um dos quais se desenvolve no âmbito permitido pelos demais” (Masip, 2003:57): São isolados campos conceituais (cor, parentesco, etc.) e os itens lexicais usados para se referir aos vários traços destes campos são analisados em termos de uma rede de relações de sentido (Crystal, 1988:41).

Procurar-se-á, também, dentro desta linha de abordagem, descobrir e interpretar a articulação existente entre os enunciados que compõem um texto tentando apontar, na direção dos eixos temáticos

Numa segunda perspectiva de abordagem atender-se-á para quanto puder ser caracterizado como resultante de relações dialógicas entre palavras ou enunciados, contando com seus co-textos e contextos, em processos de enunciação; tratar-se-á de relacionar a interação entre vozes que se constitui em cada enunciação. Conforme Bakhtin (apud Authier,

2004:24-25), a palavra apresenta-se saturada, atravessada por discursos. Discursos que podem emergir tanto de ditos como de não-ditos, ou da conjunção de ditos e não ditos presentes no nível da língua e no nível da interação enunciativa, dado que estamos tratando dum *continuum*, o que equivale a abolir fronteiras formais, claramente diferenciadoras, nas reflexões acerca das manifestações da linguagem.

Em relação aos não ditos identificáveis nas pressuposições lingüísticas comenta Lozano (1999:218-219):

Além *do dito* ou expressamente *dado*, a atividade discursiva, põe em jogo as numerosas formas no *não dito* às quais alude-se com a denominação genérica de ‘pressuposições’. Costumam excluir-se delas os supostos que não expressam uma intenção comunicativa particular, aliás, as implicações lógicas. Algumas *pressuposições* [...] possuem caráter lingüístico, aliás, estão vinculadas a certos lexemas ou construções, e enquanto tais remetem para a competência lingüística dos falantes. Certamente não é sempre fácil diferenciar as implicações lógicas das pressuposições²¹

Em relação aos não ditos como parte constitutiva da enunciação, numa das intuições de Bakhtin, o texto é visto “como uma espécie de mônada que reflete em si todos os textos possíveis numa esfera determinada de sentido”²² (2002:295-296), acrescentando mais adiante o caráter criador do enunciado na enunciação a partir de quanto chega a nós no processo enunciativo:

Um enunciado nunca é somente reflexo ou expressão de algo já existente, dado e concluído. Um enunciado sempre cria algo que nunca tinha existido algo absolutamente novo e não repetível, algo que sempre tem a ver com os valores (com a verdade, com o bem, com a beleza, etc.). Mas o criado sempre se cria do dado (a língua, um fenômeno observado, um sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o

²¹ Además de *lo dicho* o expresamente *dado*, la actividad discursiva pone en juego las numerosas formas de lo *no dicho* a las que se alude con la denominación genérica de ‘presuposiciones’. Suele excluirse de ellas a los supuestos que no expresan una intención comunicativa particular, a saber, las *implicaciones lógicas*. Algunas *presuposiciones* [...] poseen carácter lingüístico, es decir, están vinculadas a ciertos lexemas y construcciones, y en cuanto tales remiten a la *competencia lingüística* de los hablantes. Ciertamente no es siempre fácil diferenciar las implicaciones lógicas de las presuposiciones”.

²² “como una especie de mônada que refleja en sí textos posibles de una esfera determinada de sentido”.

definido em sua visão do mundo, etc.). Todo o dado se transforma no criado²³ (2002:312).

Num horizonte epistemológico destas características, a correlação do dito com o não dito revela-se como um dos aspectos mais fecundos e complexos da reflexão contemporânea sobre a linguagem: por exemplo, na delimitação de onde começa e onde termina o dito e o não dito. Porque definir partes num *continuum* terá sempre algo de arbitrário e subjetivo e porque o dado lingüístico é transformado no sempre renovado dado discursivo.

Assim, teorizar colocando no âmbito do dito o que pertencer ao plano da língua enquanto sistema de expressão e representação não resulta conflituoso. Como não há dificuldade em colocar no âmbito do não dito o que pertencer ao âmbito do contexto. O verdadeiro problema radicar-se-á em delimitar quanto as fronteiras. Inspirado no esquema de Kerbrat-Orecchioni (apud González, 2001:239-240), consideraremos ditos todos os conteúdos explícitos e, também, boa parte dos conteúdos implícitos considerados como pressupostos; consideraremos não ditos todos os conteúdos subentendidos.

Os subentendidos são um conjunto heterogêneo tributário sempre do contexto (González, 2001:240):

Vão da simples alusão ou da insinuação a uma ampla gama de atos ilocutórios indiretos. Kerbrat-Oriocchione relaciona a adequada interpretação dos subentendidos, por uma parte, com os índices interpretativos – como os marcadores ou outras formas de enunciação – que às vezes proporciona o co-texto e, por outra, com as diversas competências verbais e, em concreto, com as competências enciclopédica e retórica [...] Sua proposta consiste basicamente em considerar os diversos tipos de subentendidos no seio da teoria clássica dos *tropos*.²⁴

²³ “Un enunciado nunca es sólo reflejo o expresión de algo ya existente, dado y concluido. Un enunciado siempre crea algo que nunca había existido, algo absolutamente nuevo e irrepetible, algo que siempre tiene que ver con los valores (con la verdad, con el bien, con la belleza, etc.). Pero lo creado siempre se crea de lo dado (la lengua, un fenómeno observado, un sentimiento vivido, el sujeto hablante mismo, lo concluido en su visión de mundo, etc.). Todo lo dado se transforma en lo creado”.

²⁴ “Van desde la simple alusión o la insinuación a toda la amplia gama de actos ilocutivos indirectos. Kerbrat-Orecchioni relaciona la adecuada interpretación de los sobreentendidos, por una parte, con los índices interpretativos –como los marcadores y otras formas de enunciación- que a veces proporciona el cotexto y, por otra, con las diversas competencias verbales y, en concreto, con las competencias enciclopédica y retórica [...] Su

Comentário que sinaliza para a difícil fronteira do *continuum* documento / texto / discurso onde dados co-textuais somam-se a dados contextuais sem que seja simples determinar onde começam as instruções ou restrições creditáveis ao co-texto ou ao contexto.

Certamente agem como vozes discursivas originadas no contexto as decorrentes dos interesses, dos imaginários, das crenças, do ethos que se veicula, intencionalmente ou não, conscientemente ou não, mas agem como vozes originadas, simultaneamente no co-texto, por exemplo, os termos subjetivos, modalizadores, axiológicos ou avaliativos. Agem simultaneamente no co-texto e no contexto, figuras retóricas como a metáfora, a ironia ou as dêixis exofóricas, aquelas que se referem ao contexto da situação enunciativa, ao seu tempo e lugar.

O âmbito do dialógico, das vozes que comparecem no ato da enunciação é sem dúvida o divisor de águas que Bakhtin propugna para a abordagem da linguagem.

Ducrot (1999) revela a própria evolução e crescimento na compreensão ou avaliação do *dire et ne pas dire* (dizer e não dizer), em que em vez de considerar o não dito fundamentalmente nos pressupostos e subentendidos numa relação de sujeitos *únicos* passa a enxergá-la numa relação de sujeitos *desinstalados* pela polifonia de vozes presentes na interação discursiva.

Autores como Maingueneau (2005:33-48) trabalham com a hipótese do primado ‘do interdiscurso’, do não dito sobre o dito, tendência que parece dominante, hoje, entre analistas do discurso. Tese que pode não ser tão interessante, sem ir mais longe, para algumas espécies de gêneros de textos escritos.

Esta qualificação de ‘não tão interessante’, para nós, é correta, por exemplo, quando referida a texto como os aqui abordados (manifestos, resoluções congressuais ou estatuto) que trazem discursos constituintes, em que o olhar dos autores é pressionado pelo interesse de explicitar os conteúdos reduzindo os implícitos. O dizer desses discursos constituintes, no afã primordial de proclamar, de identificar, de esclarecer, procuram dotar a palavra de um grau maior de objetivação na qual o interdiscurso poderá não prevalecer, porque procura ser explicitado no texto o outro que impregna o discurso. São casos em que se pode dizer: ‘veja, tudo isso consta no texto’ e em que a maioria dos leitores aos que se dirige

apreenderá uma leitura restrita a marcos próximos, com a captação de instruções de sentido semelhantes. São tipos de texto em que o axiológico e avaliativo é abundante

Não se pretende com esta observação negar o caráter essencialmente dialógico do texto ou a presença de outras vozes nele, senão assinalar que, em alguns casos, o relacional não prima sobre a palavra, sobre a língua como linguagem, como fenômeno total e concreto, a língua como integrante de uma plenitude completa e viva, porque as relações dialógicas são extra-lingüísticas mas não podem ser separadas do domínio da palavra (Bajtin:2004:264-266).

Para nós, na linha dos escritos do Círculo de Bakhtin, todo discurso, enquanto representação, tem características de simulacro do real, de tentativa. No entanto, todo discurso apreende outros discursos e é atravessado por eles; todo discurso se debate e estrutura com outros discursos: em todo discurso está a presença do outro, de outras vozes; todo discurso interage dialogicamente com outros discursos. Porém, uma coisa é ser um simulacro e outra bem diferente é a simulação, a ocultação, a falsidade ou a mentira, porque nesses casos, sim, prevalece o não dito: tanto naquilo que é representado, como naquilo que é desvirtuado pelo interlocutor como naquilo que é relacional.

Authier-Revuz (2004) concebe o sentido como um fenômeno em aberto situado entre a transparência e a opacidade; em suas análises discursivas, trabalha a partir do lingüístico e certifica a presença da heterogeneidade em toda enunciação. A heterogeneidade se faz presente no discurso num *continuum* que tem modos ou formas diferenciáveis. Pode ser ‘mostrada’ através de formas marcadas, exteriores à palavra, mais facilmente detectáveis, – comentários, citações entre aspas, alusões, explicitações, correções, explicações, trocadilhos, etc. E pode ser ‘constitutiva’ através de procedimentos menos marcados ou não marcados, constitutivos da palavra e onde vão-se diluindo os limites da lingüística (não coincidências interlocutivas, rupturas sobre o fio enunciativo, figuras retóricas, redes de oposições, elementos semióticos, gêneros, interlocução, cena, estilo, ironia, humor, riso, etc.).

De fato, a certificação tão enriquecedora da presença do heterogêneo, do outro no discurso abre importantes horizontes à compreensão do dialogismo assim como para a reflexão e compreensão da abrangência do dito e do não dito.

A nossa expectativa é que os dois caminhos de pesquisa escolhidos para o nosso trabalho se iluminem mutuamente e sugiram articulações mútuas numa dinâmica “reveladora” dos sentidos.

Mas, em definitivo, serão as interações com os dados surgidos da análise dos discursos as que irão revelando a praticidade, a viabilidade dos passos originariamente propostos e a conveniência ou a necessidade de outros ou de mudanças de rumo.

No trabalho pretendemos abordar, com o pano de fundo de outros eventos discursivos e de acontecimentos sócio-históricos, aspectos da evolução do discurso do Partido dos Trabalhadores no Brasil, após algo mais de um quarto de século de sua existência, a fim de captar e mostrar mudanças, em razão de acentuações, apagamentos, deslocamentos, inclusões e exclusões, entre seus discursos iniciais e recentes.

O ideal seria acompanhar tal evolução passo a passo, documento a documento, acontecimento a acontecimento. Mas este empreendimento revelou-se enorme, difícil de ser levado a bom termo a não ser com o comprometimento de um bom grupo de pesquisadores sem prazo exato de conclusão. Por razões pragmáticas, de exclusiva operacionalidade, optamos por priorizar o contraste dos discursos primeiros com alguns dos mais recentes e representativos.

Apesar da redução das ambições analíticas, temos consciência de que para atingir esse objetivo polarizador, central, será necessário realizar um preciso e exigente processo de análises se queremos realmente caracterizar os discursos dentro do processo histórico, pesquisar sinais, fios dialógicos que induzam ou levem a deduzir se e em que medida os discursos permanecem ou são semelhantes e em que medida os discursos mudaram substancialmente ou se contrapõem aos originários.

Chegados a este ponto delimitamos que para atingir a meta de caráter dialógico proposta projetamos três 'fases' (lembraremos que pretendemos que não sejam consideradas seqüenciais):

1ª) Situar em relação a diversos eventos discursivos ou discursos o tratamento dado a alguns temas previamente selecionados como relevantes dentre as resoluções do PT (socialismo, democracia, luta de classes, partido de massas e organização partidária, exploração e opressão, exclusão e inclusão social, estatização e privatização), temas assumidos como sendo amostras dum acontecimento dialógico permanente e como aspectos representativos da praxe discursiva acontecida no PT e que entendemos carregam em si importantes interesses, relativos à atividade política, por parte da sociedade brasileira. Em outras palavras, pretendemos relacionar dialogicamente temas de alguns discursos petistas significativos entre si e com alguns acontecimentos discursivos que marcaram a história política brasileira e mundial e a do próprio Partido. Objetivo a atingir que entranha dificuldades particulares lembradas de alguma forma por François (1998:7-8), ao referir que o

intérprete do discurso e sua maneira de perceber os objetos acabam gerando uma certa tensão do tipo que caracteriza como “Fácil de dizer, difícil de dizer”²⁵ em razão da distância que se estabelece entre as características gerais do objeto e a sua especificidade.

2ª) Identificar convergências e divergências no discursar do Partido dos Trabalhadores, ao verificar como nos discursos políticos e na própria especificidade das suas entoações e envolvendo a sua pretensa ou real racionalidade existe uma amarração e penetração reveladoras de ditos e de não ditos, reveladoras da dinâmica discursiva existente (Bakhtin, 1998:86).

3ª) Sistematizar algumas pistas relativas às opções que permanecem, desaparecem, se fortalecem ou surgem na heterogeneidade ideológica dos discursos oficiais do atual Partido dos Trabalhadores quando contrastados com os discursos das origens. Seguindo isso estaremos atentos às categorias que podem ajudar-nos a analisar o discurso dito e não dito: acentuações, apagamentos e deslocamentos, inclusões e exclusões.

A fim de facilitar e viabilizar as tarefas necessárias para a realização das fases acima propostas resolvemos adotar estratégias metodológicas diferenciadas em relação à organização da pesquisa e ao dimensionamento dialógico.

Com as estratégias relativas à organização do trabalho de pesquisa:

1º) Verificaremos associações de palavras, em torno a eixos semânticos, nos enunciados - que caracterizem o que chamamos âmbitos semânticos - com que se tratam os temas nos diferentes textos, para tentar inferir sinalizações diferenciadas de significação e estabelecer correlações entre os âmbitos semânticos selecionados em função de seus co-textos e contextos de uso.

2º) Procuraremos, eventualmente, observar a relevância discursiva de aspectos como a adjetivação, os operadores discursivos, a utilização de elementos ou figuras retóricas e da reiteração, ou da função sintática e da posição nos enunciados dos elementos léxicos mais diretamente relacionados aos temas.

Nas estratégias relativas ao dimensionamento dialógico:

1º) Mostraremos aspectos da interação existente entre discursos políticos considerados de esquerda, presentes na sociedade, e os discursos do PT selecionados para o corpus; a este fim, pretendemos utilizar as aproximações seguintes:

a) exporemos uma análise da conjuntura em que se gerou o Partido dos Trabalhadores e da conjuntura recente (até o segundo trimestre de 2007); valendo-nos de

²⁵ “Facile à dire, difficile à dire”.

informações e discursos que interajam mais diretamente com os textos, procuraremos mencionar e avaliar a interação entre circunstâncias, discursos e acontecimentos precedentes ou simultâneos;

b) estabeleceremos correlações entre os eixos discursivos oficializados pelo PT e alguns eixos de diversos discursos políticos considerados de esquerda realizados e oficializados fora do âmbito do PT, seja por grupos, correntes de pensamento ou movimentos influentes ou precursores, ou por competidores ou adversários; em definitivo, detectaremos a potencial interação discursiva objetivando destacar conexões dialógicas entre afirmações contidas ou posições sustentadas pelo PT e outros pensamentos ou posições políticas de esquerda.

2º) Analisaremos nos textos os temas selecionados seguindo critérios de relevância. Um dos critérios orientadores para este fim é o de tratar sobre temas que suscitem debates ardorosos dentro do Partido dos Trabalhadores, aliás, identificar aqueles temas que suscitam disputas ou que fazem correr mais tinta dentro do Partido. Esperamos, desta forma, obter subsídios para melhor poder diagnosticar quais são algumas das vozes que interagem na deliberação partidária; procuraremos realizar uma leitura interpretativa das conexões e correlações existentes entre discursos que interagem no âmbito do PT.

3º) Relacionaremos os enunciados de cada evento discursivo específico com os âmbitos semânticos para tentar detectar o quando e o porquê do seu possível ou real apagamento, acentuação, deslocamento, inclusão e exclusão em sua enunciação. Temos consciência de que nesta fase será importante tentar fugir do perigo de tratar de abordar o texto como objeto "coisificado". Para isso nos esforçaremos em observar, nos jogos de presença / ausência léxica, ditos e não ditos, sinalizações para orientar nossas reflexões e análises.

4º) Submeteremos as constatações efetuadas a indagações que possam ajudar a relacioná-las com as possíveis vozes²⁶ ou diálogos presentes nos textos, com implicações que possam revelar intenções ou interesses.

Juntando os percursos metodológicos diferenciados em relação à organização da pesquisa e ao dimensionamento dialógico, tentaremos inferir conclusões pertinentes às metas estabelecidas para as análises e confirmar ou não a hipótese de trabalho,

²⁶ Vozes, no sentido atribuído a elas neste trabalho, são os discursos próprios e os discursos outro(s) que interagem no processo de enunciação. Esses discursos podem estar inscritos tanto em elementos lingüísticos e para-lingüísticos; – no enunciado e suas partes, nos textos - como nos não lingüísticos – situações e relações de caráter social, político e econômico.

a partir das indicações precedentes, tratadas como sendo instruções e restrições semânticas e semântico-pragmáticas orientadoras e geradoras de efeitos de sentido.

Avaliamos que estas opções procedimentais convergem basicamente no sentido de duas vertentes de pesquisa lingüística diferenciadas:

1ª. uma trabalha a partir da constatação da presença ou ausência do léxico ou das agrupações léxicas, da organização dos enunciados e das suas relações e seus modos de realização: a perspectiva é a de auferir instruções ou restrições semânticas ou identificar noções que sejam delimitadoras de sentido;

2ª. outra tenta apreender o sentido dos discursos na harmonização da heterogeneidade de vozes que se fazem presentes na efetivação da enunciação; a perspectiva surge da compreensão do caráter dialógico da implementação da linguagem como interação comunicativa;

De qualquer forma, acreditamos que a sistemática adotada permitir-nos-á ler as conexões e correlações constatadas, e servirá como caminho e instrumento teórico revelador do caráter das coincidências e dos confrontos e contradições presentes, de convergências e divergências existentes entre os discursos que interagem no momento político atual vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores na sociedade brasileira.

Quadro 1: Resumo da teorização acerca do encaminhamento metodológico que está sendo proposto a fim de salientar a relação dialógica identificável nos textos em análise:

PERSPECTIVAS	Procurar pistas e sinais lingüísticos e não lingüísticos	1ª: âmbitos semânticos
		2ª: relações dialógicas
FASES	1ª. Situar nos eventos o tratamento dos temas selecionados	
	2ª. Identificar convergências e divergências nos fenômenos discursivos	
	3ª. Assinalar acentuações, apagamentos, deslocamentos, inclusões, exclusões	
ESTRATÉGIAS	Relativas à organização do trabalho	Verificar âmbitos semânticos e suas correlações nas associações de palavras
		Eventualmente, observar fenômenos lingüísticos como posição, adjetivação, modalização, repetição, figuração.
	Relativas à dimensão dialógica	Identificar a interação entre conjunturas e discursos
		Analisar temas quanto à sua relevância discursiva
		Correlacionar âmbitos semânticos e fenômenos discursivos
		Correlacionar constatações e vozes

VERTENTES	Verificar instruções e restrições semânticas no léxico e agrupações léxicas; detectar noções temáticas
	Constatar a relação dialógica na interação das vozes do discurso: ditos x não ditos; texto x co-texto x contexto

Finalmente, estabelecemos que farão parte do corpus mínimo e básico do trabalho os seguintes textos:

- a) o Manifesto, como o fundador – o qual, normalmente, deve expressar o consenso básico inicial - que faremos interagir com os demais;
- b) a Carta de Princípios, um texto anterior que apontava na mesma direção de fundar um partido dos trabalhadores, assumido por dirigentes sindicais do ABC paulista;
- c) as deliberações formuladas no 13º e último Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado como parte da recente campanha presidencial que acabou sendo vitoriosa;
- d) o Estatuto vigente do Partido dos Trabalhadores.

Eventualmente, parecendo de interesse ou conveniência para o melhor andamento do trabalho, outro(s) texto(s) interagirão com o corpus: para dissipar dúvidas ou para contrastar, corroborar ou salientar análises, serão colocados frente a frente alguns outros texto(s) do PT, apresentados por tendências e grupos organizados em outros Encontros Nacionais e nos dois Congressos do Partido, além de texto(s) de pensadores e escritores considerados representativos de outras correntes políticas.

Temos consciência de que o nosso corpus, apesar de muito extenso não reúne a maior variedade possível de enunciados efetivamente emitidos pelo Partido dos Trabalhadores, como seria desejável (Ducrot-Todorov, 1974:48). De fato, também se afasta das características que Greimas defende para um corpus segundo a referência que encontramos em Cunha (1990:108): que seja representativo, exaustivo e homogêneo. Mesmo assim, acreditamos que o corpus por nós selecionado pode gozar do reconhecimento de que preenche suficientemente os requisitos acima enunciados. Circunstância em que nossas análises e conclusões poderão ser mais proveitosas, gozar de maior reconhecimento e ter maior relevância. Mais especificamente, no tocante à representatividade dos textos, temos esta certeza: o Manifesto, como fundador, funciona como legitimador exterior dos demais do Partido dos Trabalhadores por proporcionar, ao menos um simulacro da identidade original do Partido como instituição e como proposta política e social para a sociedade. O contraste com a Carta de Princípios só pode enriquecer as instruções e restrições de sentido que brotam do

Manifesto. Outrossim, as deliberações do último Encontro Nacional e as disposições do Estatuto vigente representam uma razoável garantia de poder tratar da atual identidade do Partido, também, como instituição e proposta política e social.

A respeito da satisfação da característica 'exaustividade' surgem fundadas dúvidas porque no Partido dos Trabalhadores a formulação política plural e abundante é uma constante. Nem tanto nas deliberações surgidas de Encontros e Congressos que rejeitam nas votações numerosos posicionamentos minoritários. Por isso, a não inclusão da maior parte dos textos e discursos elaborados em mais de duas décadas não pode deixar de empobrecer as análises resultantes. Mas essa limitação relativa à exigência de exaustividade nos chega dada pelas condições reais dum trabalho de pesquisa individual que dispõe de recursos parcos e prazo limitado.

Optamos por acolher-nos a textos de gêneros textuais diferentes entre si em seu caráter, abrangência, circunstâncias e objetivos. Porém, existe a dimensão de expressão da praxe partidária que aporta homogeneidade a seu caráter político, a sua abrangência e objetivos e, até, às suas circunstâncias, quando vislumbradas como etapas duma mesma luta: procurar o melhor para os trabalhadores.

Diante da amplitude da heterogeneidade discursiva e do que pode representar a concepção de um dialogismo pleno, as limitações assinaladas em relação ao corpus ficam minoradas. Com Maingueneau (2005:26) a escolha de qualquer corpus implica em correr riscos: assumimos esta postura.

No entanto, não queremos ignorar a influência manipuladora que pode advir, na escolha do corpus, de outras possíveis motivações pessoais de caráter ideológico ou político e tentaremos seguir critérios de relevância para a identidade do Partido dos Trabalhadores, auferidos das atitudes e posições públicas assumidas pelo Partido.

4. ELEMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO INTRODUTÓRIA

Acreditamos que no trabalho do pesquisador existe muito daquele curioso que ávido por conhecer algo que lhe chamou a atenção vai-se aproximando mais e mais do objeto e perscruta-o até conseguir identificar aspectos novos nos fenômenos manifestos ante ele. Experiência semelhante queremos tentar expressar ao expor, mediante aproximações e reflexões, experiências vivenciadas na abordagem deste trabalho acerca do discurso do Partido dos Trabalhadores.

Provavelmente um pesquisador que se reivindique analista do discurso tenderá, inicialmente, a apresentar indagações ou perguntas como as que constam a seguir: o que é que pretendem dizer mesmo esses textos ou discursos? com quem dialogam? a que questões pretendem responder? a quem interessam os discursos e por quê? Ou, ainda, podem surgir questões menos óbvias como estas outras: o que esse texto ou discurso diz sem o dizer? o que não diz ao dizer? Ou, também, para que serve? que efeitos produz? age em que sentido?

Pois é na tentativa de oferecer respostas consistentes a este conjunto de questões que nos lançamos ao trabalho. Responder a questões dessa índole gera um sem fim de caminhos teóricos: a literatura referente à análise do texto e à análise do discurso não é avara em apresentar nomes de pesquisadores -escritores que se destacaram por seu esforço para enfrentar teoricamente o desafio de responder a essas ou a questões semelhantes; seus leitores nos sentimos convidados a entrar nessa saga certos de que todos os que foram objeto de aulas ou de leituras exerceram e exercem sua influência em nós²⁷.

Como optamos por trabalhar dentro de caminhos nos quais prevalecem duas perspectivas diferentes, o nosso ganho teórico-metodológico se dará se comprovarmos que realmente elas entram em sintonia.

De fato, as escolas lingüísticas que chamaram a nossa atenção têm concepções diferenciadas de texto e discurso: uma delas faz coincidir texto com discurso ou discurso com texto; as outras, diferenciam texto de discurso. Nossa visão assume como mais

²⁷ Dentre os que foram nos surpreendendo posso mencionar alguns: Greimas, Marcuschi, Bernárdez, Taralho, Beaugrande, Dressler, Brown, Yule, Halliday, Hasan, Levinson, Maingueneau, Austin, Ducrot, Van Dijk, Foucault, Pêcheux, Bakhtin e Moirand.

exata esta segunda tendência, como já avançamos ao distinguir o *continuum* documento, texto e discurso²⁸.

Na base dessas opções divergentes encontraremos algumas das questões mais delicadas de definir quando colocada a questão do texto e do discurso numa perspectiva interativa. Porque os textos como documentos estão aí, sim; no entanto, apenas o fato de estarem, já os faz serem textos-para-alguém? Não parece óbvio que o texto só completa sua própria entidade quando é lido por alguém? O texto pode, historicamente, ‘dizer’ algo se ninguém o ‘escuta’ ou profere, sem alguém o ‘escutar’ ou proferir?

Mais perguntas surgem: se não “são para-alguém” até que ponto podemos continuar considerando-os textos? o conteúdo do texto não renasce, não se recria, sempre, na nova interpretação quando lido por alguém?

Segundo as respostas que dermos a essas questões estaremos sinalizando a nossa preferência por alguma das duas opções antes assinaladas.

A princípio, parece-nos fora de questionamento que assumir a consideração do texto como uma estrutura, como algo independente dos sujeitos, como um construto estável de idéias e conceitos como que gravados em pedra sagrada eliminaria qualquer hipótese que não fosse a de agir por mera decodificação perante os textos: nada poderia existir, além da exegese, da gramática ou da filologia, como processos de interpretação textual. A análise textual sobraría, não haveria espaço para ela. Não ser vítima dos estreitos limites dessa cilada exegética, gramatical ou filológica será um dos nossos desafios a superar ao abordar o léxico, os grupos léxicos e diversas modalidades de agrupamentos de palavras como âmbitos semânticos a ditar instruções de significação sempre dentro de uma orientação dialógica que contribuirá a gerar os sentidos dos discursos.

Assim, ao responder que o texto sempre será lido de uma forma nova, pessoal, única estamos introduzindo a perspectiva do discurso como imbricado na existência do texto, como sendo ‘texto-para-alguém’, como constituindo alguma espécie de unidade colocada em processos de interação comunicativa.

Perante o dilema: considerar texto e discurso como a mesma realidade ou considerar que há espaço diferenciado para uma lingüística textual e uma lingüística discursiva, que há espaço para uma análise do texto que tenha diferentes objetivos e conteúdos que uma análise do discurso, preferimos alinhar-nos a esta segunda tendência a fim de tentar construir um caminho de pesquisa próprio. Nesse sentido, queremos deixar

²⁸ Esta temática será tratada com detalhe no item 5.3.

constância de um aspecto: não conseguimos identificar-nos plenamente com nenhuma das opções metodológicas das que temos informações, apesar da simpatia que algumas nos suscitam.

Com algumas das que mais nos atraem – Greimas (1976; 1989; 1993) e Maingueneau (2005) -, fundamentalmente, por complicadas, difíceis de assimilar e aplicar. Com Maingueneau temos ademais a diferença da espécie de limitação metodológica que ele adota para a análise dos discursos ao contemplar uma intertextualidade e interação que começa e termina apenas no lingüístico.

Bakhtin é um caso muito especial, porque, para nós, elaborou mais uma filosofia que uma metodologia: uma filosofia que nos faz vibrar, nos seduz e inspira; porém, carente de uma proposta metodológica que ele aplicou sem ir além dos textos literários. Portanto, acaba delegando a aplicação de suas idéias e a metodologia a cada pesquisador que as terá que inventar.

Não deve ser esquecido que, como Zavala aponta (1991:15,18-19), as reflexões de Bakhtin concorrem com a chamada crise do significado em que o sentido encontra-se em permanente construção:

Em sua heteroglossia os enunciados dominantes e hegemônicos modificam-se polemicamente nas posições irreconciliáveis dos discursos e classes e etnias e até gêneros textuais [...] para Bakhtin sempre resta algo por dizer e algo sem dizer [...] A interrogação apresenta-se sempre.²⁹

Nosso intento será o de procurar encontrar caminhos, uma metodologia simples e consistente para avaliar o texto em diálogo consigo mesmo, com outros textos e com quanto do social se revelar vozes particularmente significativas; procuraremos detectar, no processo de enunciação, vozes reveladores dos discursos imbricados na interação com os diretamente intervenientes, com alguns discursos representativos da história da humanidade.

Enfim, além desse aspecto definidor que afeta tanto a forma quanto o fundo, precisamos explicitar que na pesquisa que nos propomos realizar, o foco norteador dos esforços será dialógico ao contrastar diversas formulações discursivas de índole política do Partido dos Trabalhadores com acontecimentos importantes a fim de constatar convergências

²⁹ *“En su heteroglosía los enunciados dominantes y hegemónicos se modifican polémicamente en las posiciones irreconciliables de los discursos y clases y etnias y hasta géneros textuales” [...] “para Bakhtin siempre queda algo por decir y algo sin decir” [...] “La interrogación se plantea siempre”.*

e divergências em diversas práticas discursivas assumidas. Ao escolher as convergências e divergências, fazemos isso com uma proposta que tendo em seu âmago a polêmica e sendo contrastiva pelo caráter intrínseco de sua orientação, aponta para a tendência dialógica de superação do dualismo ao abrirem-se as portas de uma síntese que está nos aguardando.

Pretendemos, também, ingressar na trilha de alguns dos autores que deram seqüência às reflexões que avançam na questão de ter em conta as heterogeneidades mostrada e constitutiva dos discursos; visão que propicia elementos para aproximar-se de como se dão as presenças dos outros ou do outro em cada discurso, ou de perceber heterogeneidade presente, constitutiva dos discursos de todos os interlocutores em todas as interlocuções.

As intuições do Círculo de Bakhtin³⁰ encontram elogios e crítica indireta na reflexão de Barros (2001:21-22) quando afirma que Bakhtin influenciou ou antecipou as principais orientações teóricas de estudos sobre o texto e o discurso, seja por mal aproveitamento de suas reflexões, seja por sua dispersão teórica, seja pelo seu caráter ambivalente e genérico. É claro que no filósofo da linguagem Bakhtin e seu Círculo ou seus círculos de estudos nem tudo é um mar de rosas. Por exemplo, Barros (2001:21-40), após observar variações teóricas nos escritos de Bakhtin, e afastando-se dele, decide reservar o termo dialogismo “para o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso” e empregar a palavra polifonia “para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes”.

Também somos estimulados por vozes como a de Faraco (2001:113-115,10) quando avalia que Bakhtin obedece a outra lógica, a outros padrões não hegemônicos; inclui-se “entre aqueles que entendem o dialogismo como uma *Weltanschauung*, como um olhar compreensivo e abrangente do ser do homem e de seu fazer cultural” [...] “pensa a cultura como um vasto e complexo universo semiótico de interações semioticamente orientadas; e

³⁰ Falaremos no texto em Círculo de Bakhtin para identificar um âmbito de produção textual que nos chega de grupos de pensadores e lingüistas russos como Bakhtin, Volochinov e Mevedev que têm em comum a perspectiva coletiva e construtivista do conhecimento e que sofreram os rigores da censura stalinista obstruindo a possibilidade de pensar com liberdade. Clark e Holquist (1998), biógrafos e críticos de Bakhtin, observam vários períodos na sua participação em grupos de intelectuais. Em Nevel, de 1918 a 1924, com Pumpianski, Maria Iudina, Kagan e Gurvitch, partilha o entusiasmo pela Revolução Soviética assumindo a tarefa de ilustrar às massas. Em Leningrado o Círculo se amplia com Volochinov, Solertinski, Miedvediev, Kanaiev, Tubianski, Zaltieski entre outros; Bakhtin é exilado, em represália a seus ideais cristãos e não adesão à ortodoxia marxista. Na década de 1930, expurgados e doentes, morrem a maioria dos membros do Círculo, sobrevivem, além de Bakhtin, doente, Kanaviev, Iudina e Zaltieski.

entende o homem como um ser de linguagem”. Além do mais, observa que “Bakhtin tinha uma relação amorosa com a palavra do outro: o que foi dito merece ser ouvido” (1998:36,41).

Lodge, por sua vez, mostra uma das debilidades teóricas de Bakhtin ao indagar: “Se a linguagem é inatamente dialógica como pode existir discurso monológico?”³¹.

Nós entendemos, sim, que a linguagem possui, por natureza, caráter polifônico (preferimos este termo aos de intertextual ou heterogêneo) e dialógico. Seu caráter polifônico quer caracterizar que é constituída por múltiplas vozes. Seu caráter dialógico, porque as vozes são expressão e fruto de permanentes processos de interação. Procura de sentidos na interação discursiva nos processos de enunciação é o que significa para nós dialogismo. Por isso é que rejeitamos a possibilidade de acontecer um discurso que não seja dialógico, aliás, que não tenha em si a presença dos outros e que não seja dirigido aos outros.

Assim, a pesar de constituírem nossa inspiração primeira e básica, de Bakhtin e seu Círculo nos afastamos, em alguns aspectos, como quando preferimos assumir as noções de polifonia e dialogia como fenômenos universais, constitutivos da linguagem que entra em interação. Representa uma mudança de foco.

Mesmo tendo consciência de que os termos polifônico e dialógico tal como concebidos por nós diferenciam-se dos expressados por Bakhtin, reconhecemos como principal matriz inspiradora do nosso trabalho Bakhtin e seu Círculo dado que eles relacionam o discurso com os acontecimentos que se dão nas coletividades humanas, situam o discurso num horizonte social, onde importam as condições concretas.

Assim, para nós não existe discurso monológico. Este seria, idealmente, o texto depositado, por exemplo, nas prateleiras das bibliotecas, sem a existência de um leitor interessado no que esse texto diz ou não diz; ou, também, o texto visto como objeto de análises meramente metalingüísticas (gramaticais).

Quando passa a existir o leitor que se importa com o sentido, ele assume o texto, qualquer texto, dentro duma atitude dialógica, como gerador de discurso ou de discursos: cada leitor, em cada situação, extrairá seu renovado discurso. No seu limite mínimo, um discurso será pautado pelo interesse do leitor em apreender o rico mundo dos significados.

A polifonia, tal qual gostamos de apreendê-la, é inerente à palavra, à linguagem, está presente em qualquer enunciação discursiva: na enunciação, a partir do texto são apreendidas diferentes vozes que virão a ser discursos diferenciados para cada interlocutor

³¹ “*Si el lenguaje es innatamente dialógico cómo puede haber un discurso monológico?*” Lodge (1989:100).

ou atuante em cada localização espaço-temporal. Daí que consideremos qualquer monólogo como sendo polifônico; tanto quanto dialógico; a pluralidade de vozes em permanente interação ressoa em qualquer texto, oral ou escrito, literário ou não. Consideramos verdadeiro que até nos textos formulaicos ou meramente instrutivos, utilitários poderemos identificar vozes em interação dialógica, pontos de partida e propiciadoras de múltiplas leituras.

Para qualquer espécie de textos e discursos existirão seres humanos que poderão fazer uma leitura diferenciada ou diferente; leitura resultante e expressão, sem mecanicismo, com possibilidade de livre alvedrio, de tudo quanto vivenciaram até aquele momento: suas crenças e valores, suas experiências conscientes, subconscientes ou inconscientes; seus desejos, aversões e conhecimentos; suas reações face os outros e a natureza; seus interesses. Pois toda ação responde a uma incontornável interação com o cosmos.

Portanto, à diferença de Bakhtin, optamos por não restringir a qualificação como polifônicos a determinado tipo de textos ou obras literárias.

Por outro lado, mesmo achando-a uma perspectiva rica e segura, trabalhamos com timidez a perspectiva semiótica, por insegurança teórica e pouca prática. No entanto, temos consciência de que não realizaríamos certas observações se não partíssemos dos caminhos e achados que analistas da Escola Semiótica de Paris desenvolveram.

4.1. ELEMENTOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

As perspectivas que assumimos para encaminhar o trabalho de pesquisa entranham a explicitação de diversos aspectos ou questões relativa aos enunciados e sua enunciação.

Primeiramente, é preciso frisar que os enunciados aportam instruções de sentido, a partir de seus elementos lingüísticos, para-lingüísticos e extralingüísticos; porém, há enunciados em que os elementos lingüísticos são transformados em menos relevantes na medida em que as instruções de sentido são passadas a partir de seus elementos para-lingüísticos e extralingüísticos.

Outro elemento que destacamos é que os elementos lingüísticos apresentam-se como ditos quando surgidos da relação enunciativa que se estabelece dentro e entre os enunciados. E apresentam-se como não ditos, por um lado, através do estabelecimento de

correlações ou de deduções ou por possuírem marcas que os relacionam diretamente com os diferentes interlocutores ou potenciais destinatários e com todos os tipos de ‘atuantes’ – pessoais ou coletivos, institucionais ou não, situacionais ou processuais - , aliás toda espécie de intervenientes no processo de interação enunciativa; por outro lado, por relações que estabelecem com outros discursos e com os textos e acontecimentos, enfim, ao interagir com outros elementos - extralingüísticos e não ditos, que são expressão dos mesmos processos enunciativos -, ao relacionarem seus enunciados com outros ocorridos antes, em razão da influência produzida pela atualização de enunciações acontecidas anterior ou simultaneamente ou pela pressão de fatos ou acontecimentos assumidos como conhecimentos e saberes, como poderes, frutos da experiência e das vivências.

Em harmonia com essa reflexão, ditos e não ditos adquirem para a nossa análise uma significação e relevância cruciais como portadoras de delimitações nas instruções de sentido. Daí que dedicamos uma atenção particular a acontecimentos e situações de importância que identificarmos no contexto espaço-temporal.

Inicialmente, serão considerados aspectos substanciais àqueles que dizem respeito ao lugar organizativo em que os textos são gerados e tornados públicos: a instituição política Partido dos Trabalhadores e seus membros que são aqueles que assumem o discursar. Trataremos este aspecto com mais detalhe sob a epígrafe “O denso lugar chamado PT”.

Da mesma forma, será considerado substancial localizar no espaço / tempo aquele que faz discursos sobre os discursos do Partido dos Trabalhadores. Trata-se daquele que é identificado em razão da sua intervenção na autoria dos discursos fruto das presentes análises. Isto tem a ver com o autor-escritor das considerações e resultados da pesquisa em andamento. Trataremos este aspecto sob a epígrafe “O lugar do nós-pesquisador-escritor”.

A substancialidade conferida ao “lugar chamado PT e ao “nós-pesquisador-escritor” poderia levar a um equívoco que tentaremos evitar: ser um conceito marcado pelo seu viés metafísico. Por esta razão, cuidaremos de que sejam abordados a partir do seu balizamento histórico concreto.

Aqui temos consciência de que os que são tratados como sujeitos, em realidade o são abstratamente, porque no processo de interação, são deslocados, ‘des-assujeitados’, atingidos e barrados em sua centralidade e relativizados pelas relações que representam os processos enunciativos.

Dentre outros elementos extralingüísticos que intervêm na enunciação e na realização discursiva, e nesta mesma linha de reflexão, queremos sublinhar dois outros aspectos que consideramos substanciais. O primeiro é um aspecto de caráter cognitivo: a

relativização e caráter provisório dos saberes. O segundo, um aspecto de caráter formal: o da contribuição ao discurso exercida pelo instrumental posto a serviço do discurso na própria pesquisa (esclarecemos que aqui queremos referir-nos mais concretamente à questão do gênero textual).

A relativização e caráter provisório dos saberes tenta acolher a perspectiva dialógica e polifônica, em permanente renovação, para o reconhecimento e a conquista de saberes. Daí que seja identificado pela epígrafe “O pretense saber”.

As contribuições ao discurso advindas das características específicas de cada gênero textual nos leva a valorizar, para efeitos de análise, o tipo de textualidade que geram os textos a partir duma opção de forma escrita que lhe conferirá contornos textuais, identificáveis repetidamente. Tratamos este aspecto na epígrafe “Texto escrito à mão”.

A possibilidade e o desejo de chegar a outros leitores leva-nos a renunciar, na medida do possível, neste trabalho de gênero textual de caráter acadêmico, ao texto que se configura sob a égide do hermetismo de significação e opacidade referencial. Em consequência nos engajamos na tentativa de plasmar nosso discurso num linguajar simples, não excessivamente erudito. É o aspecto que se intitula “Escrever para os mais”.

A respeito das opções precedentes não vemos como fugir aqui de fazer referência à famosa frase de Mac Luhan: “O meio é a mensagem”. Expressão que sublinha a importância que detêm em nossa sociedade de consumo os aspectos formais. Haja vista do quanto as ações de publicidade e propaganda discriminatórias, como o racismo, são capazes de realizar-se ao cultivar as formas como os elementos essenciais das mensagens.

4.1.1. O denso lugar chamado PT

Chamaremos “denso” àquele lugar, espacial ou não, que é percebido como confluência efetiva de acontecimentos múltiplos e relevantes que configuram como que uma explosão de questões importantes para as sociedades humanas. Geertz (2003: 19-20) refere que “Susanne Langer observa que determinadas idéias explodem na paisagem intelectual com uma tremenda força”³² e que todos as procuram explorar; e o que ele tenta fazer ao interpretar as culturas é, através de uma descrição densa, desentranhar as tramas de sua significação.

³² “Susanne Langer observa que determinadas ideas estallan en el paisaje intelectual con una tremenda fuerza”

Há lugares no universo onde se geram processos especialmente ricos, vitais e complexos. Alguns são reconhecíveis e localizáveis fisicamente; outros se afirmam apenas como lugares depositários de pressupostos ou de realidades de caráter simbólico.

Um lugar, no Brasil, que veio a ser denominado e reconhecido como o Partido dos Trabalhadores ou PT é uma instituição política em que se junta a complexidade constitutiva com um processo de consolidação. Onde podem ser considerados densos os documentos que são elaborados e divulgados a partir de seu âmbito discursivo. E existe, também, ‘densidade’ em muitas das relações internas e externas que no PT se estabelecem. Como pode ser chamada ‘densa’ a sua atuação política mais representativa.

Um outro lugar ‘denso’ é cada um de nós, seres humanos, complexos onde se integram ou entram em disputa multiplicidade de saberes, querereres e poderes, de características diversas em permanente interação que, em geral, vêm a ser articuláveis e unificáveis, mesmo com extrema dificuldade. Assim ocorre no Partido dos Trabalhadores, onde cada filiado, cada militante vem a ser um lugar denso constitutivo do conjunto do lugar.

Talvez não exista um texto mais expressivo para caracterizar aspectos que dizem respeito à “densidade” do lugar chamado PT que o poema “Os Filhos da Paixão”, de 1994, do poeta Pedro Tierra; o poeta identifica os petistas como não limitáveis: os “filhos da paixão” não cabem dentro duma moldura; esta funciona como isotopia da ordem, do sistema. E fora da moldura estão os petistas como outros excluídos da sociedade, que são rebeldes. Versos que soam como expressão do caráter lutador, do “talento prodigioso” para a luta que demonstra o militante petista:

Não cabemos dentro da moldura...
Somos dilacerados como todos os filhos da paixão.
Briguentos. Desaforados. Unidos. Livres:
como meninos de rua.
Quando o inimigo não fustiga
inventamos nossas próprias guerras.
Desenvolvemos um talento prodigioso para elas.

Sem esconder “as desavenças” dentro do Partido – talvez uma das mais comentadas senhas públicas de identidade dos petistas – que funciona aqui como expressão de imperfeição, faz alusões que identificam como fruto das lutas e dos sonhos dos trabalhadores. A paixão é a maior expressão do amor e é projetada como herança patrimonial dos petistas. Anuncia a história apaixonada do Partido, dialogando com acontecimentos que marcaram a vida do PT.

Em realidade, funciona como poema iniciático e imagem mítica da identidade do Partido dos Trabalhadores. O poema interage diretamente com o lugar chamado PT, dialoga com os outros textos do presente trabalho apresentando uma versão da utopia do Partido. Basicamente, quem lê esses versos pode dar-se conta de que no lugar chamado PT, para o poeta, existe algo mais que um partido político comum: entre seus militantes, o Partido pode ser assumido como uma instituição viva, de sonhadores, que se reivindica herdeira de tradições humanistas marcadas pela utopia e que vive atenta às exigências da sociedade brasileira, da maioria do povo, nos diferentes momentos históricos. O poema de 1994 poderia estender-se, com novas alusões e referências, por mais treze anos, até alcançar o momento atual, ano 2007, quem sabe, confirmando a força transformadora dessa que acredita como conspiração de sonhadores.

No caso, a linguagem poética quer ser uma confirmação do que os documentos do Partido dos Trabalhadores explicitam em prosa: o PT pretende ser flexível, ágil e mutável para melhor adaptar-se às exigências majoritárias das circunstâncias concretas. A mudança é uma opção consciente e explícita.

Nesse contexto, um PT idealizado como entidade fixa, imutável não passa de uma caricatura e não apenas porque feito de seres humanos e porque os seres humanos mudam e tudo quanto é humano muda também. A questão que se suscita é até que ponto a mudança é negação da sua identidade anterior.

A princípio, um lugar chamado PT pode ser considerado um habitat onde se dá uma forte confluência de “lugares densos” que são suas utopias e seus filiados, canalizadores, estes, para dentro do Partido de toda sorte de interesses, sejam eles de índole particular, sejam eles de índole coletiva.

E, de fato, as mais diversas narrativas coincidem em que para tornar possível um Partido dos Trabalhadores, juntaram-se pessoas e grupos politicamente diversificados e que vivenciavam intensamente opções que chegavam a ser díspares entre si: comunistas revolucionários, leninistas, stalinistas, trotskistas; socialistas cristãos e socialistas utópicos³⁷ e os simpatizantes ou círculos de influência de todos eles; também, cidadãos libertários pertencentes a diversos setores das várias classes sociais; segmentos de população organizados (dos movimentos popular, estudantil, das donas de casa, etc.) e movimentos eclesiais de base. Era uma mistura de homens e mulheres adultos e jovens de diversas raças e credos, que se declaravam idealistas e movidos por sonhos que, possivelmente, convergiam na

³⁷ No item 6.1.1 tratamos das posições presentes nos movimentos socialista e comunista.

meta de alcançar um mundo mais humano. Estava-se perante opções que eram assumidas por operários, profissionais diversos, trabalhadores informais, donas de casa, desempregados, aposentados, estudantes, etc.

Entre eles havia grupos que adotam programaticamente o tipo de opção que é chamada “entrista” ou tática³⁸. É o caso dos grupos de filiação trotskista ou leninista³³ que, basicamente, aderiam com o propósito prioritário de se agrupar a outros a fim de tentar conquistar novos adeptos para fortalecer as suas próprias opções ou organizações revolucionárias específicas e obter fôlego organizativo para superar o relativo anonimato a que estavam submetidos durante boa parte e nos estertores do período da ditadura militar. Para os grupos de opções revolucionárias, a possibilidade da existência legal de um partido novo, de orientação teórica socialista acabava sendo o guarda-chuva protetor, um amparo legal para a sua futura ação revolucionária específica e uma saída para o isolamento padecido³⁴.

Se tivéssemos que imaginar um romance, fantasiar sobre esta temática, faríamos isto de acordo com os moldes simplificadores que utilizávamos um dia para explicar a uma das nossas filhas as divisões e os conflitos internos que observávamos, especialmente entre os jovens, dentro do Partido dos Trabalhadores.

Dizíamos para ela que, além de posições menos influentes, falando *grosso modo*, víamos dois modelos ou vertentes hegemônicas de forças que lutam pelo poder no Partido. Ambas fortemente influenciadas pela análise marxista: uma, de saga mais marcada por um imaginário cristão; a outra, de saga mais marcada por um imaginário comunista. Uma e outra marcadas pelo imaginário da procura do paraíso terrestre perdido.

O modelo com posicionamento mais marcado pela inspiração de uma utopia cristã, olhado de forma idealizada, defende a vivência de uma fraternidade universal, à qual dever-se-á chegar como resultante do compromisso destemido com a opção pela não violência persistente e do exercício permanente do diálogo, da negociação, da pressão e da reivindicação, da relação democrática, na procura de justiça e paz; exercícios que devem ser

³⁸ Fala-se em tático em contraste com estratégico. A opção “entrista” aposta na nova instituição e em suas propostas mais como tática ou como instrumento para fortalecer a sua instituição originária. O tático é marcado pela circunstância e pelo provisório.

³³ Lênin é o primeiro ideólogo do marxismo-leninismo como teoria revolucionária. Corria o primeiro ano do século XX quando preconiza: “Devemos ir a todas às classes de população como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (1978:64).

³⁴ Comentário fruto de apreciações pessoais.

assumidos e protagonizados pelas maiorias unidas e organizadas, hoje, exploradas e oprimidas. Esse imaginário compartilha o ideal comunista de igualdade entre os seres humanos até chegar o mais próximo possível dos novos céus e nova terra bíblicos. Formariam parte deste modelo de forças a maior parte dos petistas originários dos movimentos populares.

O modelo com posicionamento mais marcado pela inspiração numa utopia de inspiração comunista, também visto de forma idealizada, procuraria uma convivência universal, à qual se deverá chegar como resultante do exercício de certas violências, fruto de uma visão tática, utilitarista e manipulável da democracia, onde certos fins sonhados justificam a adoção de certos meios casuísticos, dentro das exigências pragmáticas de um contexto social de luta de classes, a fim de acelerar a apropriação pelos trabalhadores dos meios de produção e, também, do Estado até poder extingui-lo na futura e utópica sociedade comunista. Compartilha, até certo ponto, o ideal cristão de justiça. Fariam parte deste modelo de forças a maior parte dos petistas que militaram ou militam em movimentos comunistas, revolucionários ou não.

As esferas do poder partidário, como é arquetípico no campo da política, serão apropriadas por aqueles que tiverem capacidade para, participando ativamente, suportar e se sobrepôr às duras conseqüências advindas da disputa travada entre ambas as vertentes hegemônicas. Porque, neste terreno, mais do que nos discursos assumidos pelos seus posicionamentos ideológicos é nas práticas políticas internas, efetivas, dos membros de ambos os modelos ou vertentes que as opções da saga ‘cristã’ são deixadas de lado e prevalece o embate interno mais identificável com o segundo modelo. É em cima deste estereotipo dualista, um tanto dicotômico, que procuraríamos construir as tramas e personagens da nossa obra de ficção.

Os caminhos assumidos pelo Partido dos Trabalhadores mostram a existência de uma maioria de membros com opção “estratégica”³⁵, pertencentes ou não a grupos políticos, que apostavam no partido e suas decisões. Eles acreditavam ou vislumbravam – quem sabe mais com o coração que com a razão - que essa proposta era a capaz de mudar a história de séculos da opressão e exploração sofrida pelos trabalhadores e a maioria do povo brasileiro³⁶.

³⁵ O “estratégico” sinaliza para os objetivos programáticos do grupo e é marcado pela crença e o compromisso com o projeto e pelas metas a serem atingidas que identificam os participantes.

³⁶ Comentário pessoal que acolhe um dos temas básicos do Manifesto fundador do PT.

O próprio documento oficialmente fundador do PT – o Manifesto - tem como fato de relevância histórica que o Partido dos Trabalhadores (PT) se tenha constituído numa proposta de organização política diferente das conhecidas no Brasil até então, ao conseguir incorporar a maioria das ideologias de esquerda numa proposta básica assimilável de emancipação política e social (1,016-015, 026-031)³⁷:

”a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos [...] Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador. Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores”.

O partido político aparece, portanto, como instrumento para garantir as conquistas do trabalhador e dos movimentos populares.

Porém, esse tipo de instrumento pode responder a identidades bem diversificadas. O Manifesto parece querer dirimir qualquer dúvida a este respeito: a opção é pela democracia tanto dentro quanto fora do Partido (1,048-052, 055-056):

O PT quer atuar [...] no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias [...] queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases [...] O PT lutará [...] pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Mas, é o Estatuto atual, em seu Artigo. 1º que assume a tarefa de identificar o Partido dos trabalhadores (PT):

O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais,

³⁷ Cada fragmento de texto do Manifesto consta do Anexo 1 e é citado assim:: o primeiro dígito, anterior à vírgula, identifica o anexo; os dígitos posteriores identificam a(s) linha(s) em que se localiza a citação. Por exemplo, (1,003-004) deve ser lido desta forma: texto do Anexo 1 – que é o do Manifesto – linhas 1-003 a 1-004.

destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.

Como o Manifesto, o Estatuto expressa a opção pela via democrática como caminho a ser trilhado para a conquista de uma sociedade melhor para poder conquistar a inclusão social, a plena participação política dos trabalhadores e do povo, enfim, o socialismo democrático.

Foi com objetivos e discursos diversificados e, até, contrapostos, e, a partir de um Manifesto que, a princípio, não respondia plenamente às aspirações e propostas de qualquer um dos grupos, mas não excluía nenhum - muitos se engajaram na tarefa de satisfazer exigências legais para poder fundar e construir o PT. E foram bem sucedidos. Tornava-se realidade uma espécie de Torre de Babel discursiva com aparência de Paraíso Terrestre que aglutinava a maioria das correntes políticas de esquerda do Brasil, todas elas avaliando-se solidárias às necessidades dos trabalhadores e do povo brasileiro. Tratava-se de uma proposta política oficialmente assumida por uma constelação de grupos, que dada a disparidade de suas opções políticas, poderia ser qualificada como um tanto 'esquizofrênica'³⁸, onde os obstáculos ideológicos que lhes impediriam juntar-se eram diluídos, uma e outra vez, dentre outros aspectos, por causa da enorme hegemonia e gigantismo das forças conservadoras, pelo entusiasmo mobilizador de muitos de seus integrantes e pelo carisma de uma liderança operária, um sindicalista nordestino retirante, dirigente metalúrgico, não vinculado a nenhum grupo de esquerda, que respondia pelo nome de Lula. Hoje (ano 2007), ele é atual presidente do Brasil. Conquistou a reeleição e está exercendo seu segundo mandato; interage fortemente com a história e o ethos do Partido que ajudou a fundar. Lula, por seu carisma e papel aglutinador e negociador, é possivelmente o principal elemento catalisador da existência e crescimento do PT. Provavelmente sem Lula o PT não teria passado de ser um pequeno partido, um dos vários partidos nanicos de esquerda. Por isso, quem sabe (a vida, a história é resultante de um acúmulo de detalhes) se o que Lula representa para o PT é maior que o representado pelo discurso inscrito em montanhas de documentos. Contudo, custa acreditar que Lula seja mais importante para a sociedade brasileira do que o papel político e social que desempenham e desempenharam o conjunto dos militantes do partido³⁹.

³⁸ A adjetivação, algo retórica e livre, pretende chamar a atenção para a diversidade de tendências políticas e ideológicas que se aglutinaram no PT.

³⁹ Trata-se de apreciações puramente pessoais que enfrentam a pergunta: Lula é maior que o PT?

Quando o analista do discurso se depara com textos nascidos e construídos dentro de circunstâncias desta índole ou natureza, sabe que descobriu uma preciosa jazida da qual será factível extrair interessantes conhecimentos e lições para melhor compreender os discursos que acompanham a ação política e as relações sociais. Em consequência, parece significativo e relevante, a nível discursivo, tentar pesquisar e compreender as andanças dialógicas desse Partido dos Trabalhadores, por tratar-se de uma instituição embrenhada desde o nascedouro no debate de princípios e propostas, na discussão áspera, na luta⁴⁰ por conquistar hegemonias tal qual hoje – ano 2007 – já as desfruta. Ainda mais tendo em conta a pluralidade e a coincidência espaço-temporal, aglutinadas sob o manto petista, de grupos que historicamente se digladiaram pelo mundo afora⁴¹ e que no PT, tranqüilos ou não, desfilaram e desfilam sonhos e utopias, sacudindo a poeira de seus velhos discursos e velhas práticas.

Chega a afirmar-se que o PT é um caso novo e único no Brasil de convivência de tantas esquerdas. Parece, portanto, haver motivação suficiente para realizar um interessante trabalho de pesquisa no campo do discurso.

Mais ainda, em favor de pesquisar esse denso lugar chamado PT: na evolução da preferência partidária as pesquisas conduzidas pelo Instituto mostram que o PT, desde 1995, é o partido preferido pela população brasileira com ampla vantagem sobre todos os demais. Em pesquisa recente, encomendada por um partido adversário e publicada pelo jornal *Correio Braziliense* em 16 de junho de 2007, praticamente, a preferência popular pelo Partido dos Trabalhadores supera a de todos os demais partidos juntos e que é identificado como o maior defensor dos trabalhadores e dos pobres:

Segundo a consulta, dos brasileiros que tem preferência partidária, 25,2% optam pelo PT. A lista segue com PMDB (5,2%), PSDB (7%), PFL (2,9%), PV (2,3%), PDT (1,5%), PSOL (1%), PTB (0,8%) e DEM (0,6%).

A pesquisa revela ainda que o PT é um partido identificado com a defesa dos trabalhadores (para 63,1% dos entrevistados), dos pobres (para 56,7%) e da classe média (para 26,2%). O PSDB é identificado como o maior defensor dos ricos e da elite para 21,9%.

(http://www.pt.org.br/sitept/index_files/noticias_int.php?codigo=1349).

⁴⁰ É algo bastante configurado no imaginário popular brasileiro a imagem do PT como lugar de discussões, divergências, embates, confrontos nem sempre tão leais.

⁴¹ Os desentendimentos entre os que se reivindicam marxistas, por exemplo, levaram à criação da 4ª Internacional e ao assassinato de Trotski, refugiado no México, a mando do líder comunista da União Soviética, Stalin.

4.1.2. O lugar existencial do “nós-pesquisador-escritor”

Donde parte o “nós-pesquisador-escritor”? Donde partimos ao pesquisar e escrever, ao tentar analisar discursos? Donde vem a teoria e prática que utilizamos para análise de textos gerados, concebidos e construídos no presente e no passado?

Inicial e evidentemente, e falando de uma forma mais genérica, partimos *de nós mesmos*, dentro de nossas mutantes circunstâncias concretas: a teoria e prática vai integrando-se e modificando-se, dia a dia, em nossa cognição. De modo que, *partimos de nós* remete a uma densa, diversa e dispersa série de experiências, interesses, desejos, impulsos, ideologias, opções, estudos e reflexões e sonhos que formam um todo inseparável e em contínua re-elaboração com as *nossas circunstâncias*⁴², tantas e a maior parte delas tão inatingíveis dado que atravessam, além dos reconhecidos e reconhecíveis, inúmeros, habitáveis ou inóspitos e domináveis ou indomáveis mundos. *Partimos de nós* é falar de um sujeito essencialmente influenciado e dividido, destronado de sua autonomia, expresso em simulacros lingüísticos. *Partimos de nós*, assim pois, traz a força e a fraqueza de um sujeito desinstalado, instável, mediado pela natureza e pela sociedade. *Partimos de nós* sinaliza na direção de reivindicar a presença de tantos e tantos autores e professores e companheiros e cidadãos que têm ido deixando suas marcas, positivas ou negativas, em nossa consciência e em nosso coração, e que hoje nos permitem desenvolver a função de professor e assumir as tarefas de doutorando. *Partimos de nós* significa trazer à tona tantas e tantas leituras e debates e aulas e conversas e conselhos e julgamentos e audições que nos têm modelado como o ser social que hoje somos. *Partimos de nós* importa em afirmar a significação do eu pesquisador na construção do sentido e sublinhar o papel do afetivo-emotivo na transmissão do pretenso

⁴² Na perspectiva em que discorre sobre o tema o filósofo Ortega e Gasset, defensor do ‘velho liberalismo’ e que sustentava que a América do Norte era sinônimo de primitivismo, em 1927, em *La rebelión de las masas* (1997:66-67). Ortega pontificava: “Circunstância e decisão são os dois elementos radicais de que se compõe a vida. A circunstância – as possibilidades – é o que de nossa vida nos é dado e imposto. Isso constitui o que chamamos o mundo. A vida não elege o mundo, senão que viver é encontrar-se, efetivamente, com um mundo determinado e não trocável: é este de agora. Nosso mundo é a dimensão da fatalidade que integra nossa vida [...] Em vez de nos impor uma trajetória, impõe-nos várias e, conseqüentemente, força-nos... a escolher. Sorpreendente condición a de nossa vida! Viver é sentir-se fatalmente forçado a exercitar a liberdade, a decidir o que vamos a ser neste mundo. [...] É, pois falso dizer que na vida “decidem as circunstâncias”. Ao contrário: as circunstâncias são o dilema, sempre novo, diante do qual temos que nos decidir”.

saber, significa acreditar na relevância da presença de quem discursa na descoberta, identificação, seleção, interpretação, transmissão das instruções de sentido veiculadas em seu discurso. *Partimos de nós* vem a ser falar dos silêncios com seus gritos estridentes e dos sonhos como motor de utopias, esperanças e fracassos. *Partimos de nós* representa lançar ao público os próprios valores, ódios e amores. Enfim, *partimos de nós* pressupõe assumir a coexistência de muitos *outros* (com todo um legado de influências, via experiências, reflexões, conhecimentos diversos) num único e não homogêneo ser humano detentor de habilidades, competências, conhecimentos e saberes relativos.

Certamente, as maneiras de ler o mundo encontram-se interiorizadas em nós como fruto de toda uma existência, todo o qual resulta impossível reduzi-lo aos estreitos limites das chamadas descrições 'científicas'⁴³. Em consequência, encontramos-nos num patamar de consciência que limitará a cientificidade de qualquer resultado ou conclusão (aspecto este que salientaremos mais adiante).

Temos a percepção de que a significação das expressões partidárias, dos discursos políticos, sejam governamentais ou oposicionistas, respondem, de forma paradigmática, a referências ou horizontes dialéticos que poderíamos adjetivar, ao mesmo tempo, como 'dialogicos', 'polifônicos' e 'citativos'.

Este tipo de percepção, em nós, entronca-se com o Círculo de Bakhtin, mas somos conscientes de que não se iniciam com ele. Remoendo em nossas lembranças, possivelmente devemos colocar as origens da nossa visão na década de sessenta com as leituras do mais holístico dos autores de que temos conhecimento: o jesuíta francês Teilhard de Chardin. Confessamos que sua visão cósmica hiper-totalizante a fizemos nossa e marcou-nos até hoje. Teilhard de Chardin, em obras como *O Fenômeno Humano*, na que teoriza sobre o que denomina de neo-humanismo contemporâneo, ao apresentar a origem e articulação da matéria e o espírito numa perspectiva evolutiva, quase que diviniza o universo e, tenta quebrar barreiras levantadas entre ciência e religião. “Religião e Ciência: as duas faces ou fases conjugadas de um mesmo ato completo de conhecimento, - o único que pode abarcar para contemplá-los, o Passado e o Futuro da Evolução” (1995:324)

No entanto, desde bem cedo, ainda escolar – na década de cinquenta -a física e a química viriam, anos depois, confirmar ao já adolescente, desde uma perspectiva

⁴³ Sejam elas de caráter hipotético-dedutivas ou empírico-indutivas; as descrições hipotético-dedutivas utilizam os raciocínios lógicos para alcançar verdades; as empírico-indutivas verificam a constância empírica de fatos para extrair consequências.

científica empírica, esse horizonte holístico porque “*nada se crea, nada se destruye, todo se transforma*”. Tudo o que fazemos tem a sua influência no cosmos. Tratava-se de um prelúdio a uma formulação, como as de dialogia ou de polifonia, daquilo que na vida se configurava como expressão do real: cada instante, cada palavra era repercussão, em síntese pessoal e livre, de toda a história da humanidade.

O gosto pelas significações, este, sim, vem do berço familiar. O pai erudito, intérprete obsessivo e implacável das leituras, devorado pelas curiosidades filológicas ia mostrando e abrindo os caminhos aos filhos, futuros lingüistas.

E do aspecto ‘citativo’ o que dizer? A gente quase não falava duas palavras sem se referir ou referir textos ou exemplos dos Evangelhos...: Aos oito anos já pregávamos e rezávamos com os colegas; aos dez anos começamos a ser um catequista cristão, católico apaixonado, militante. Quase poderíamos dizer o somos até hoje, não fosse a minoração da paixão e a nossa pretensa visão libertadora menos dual entre o profano e o sagrado.

Bakhtin chegou a nós, ligeiramente, no início dos anos 90. Eram as aulas da professora Dóris Arruda no Curso de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. Assumimos a novidade naturalmente, sem surpresa e sem críticas, como evidência. Nessa época já eram passados decênios da nossa vida divulgando que a combinação de teses ideológicas apassivadoras, conformistas, agiam como cortinas de fumaça para camuflar os interesses econômicos espoliadores que presidiam todo tipo de ação dos capitalistas e seu sistema: quiséssemos ou não, os interesses econômicos estavam por trás de tudo, portanto, também por trás do uso da própria linguagem: a retórica capitalista instrumentalizava a linguagem para procurar acomodar, domesticar o povo; tratava-se da denúncia do discurso “ópio do povo” que havia que desterrar do nosso meio. Em nosso caso evidenciava a assimilação e fusão de visões e crenças marxistas e cristãs. As vertentes de reflexão da teologia da libertação juntam essas visões. Em apertada síntese, diríamos que a figura de Jesus Cristo, filho de Deus, surge como a figura do Libertador do povo de toda espécie de escravidão, de toda exploração e opressão. Para os cristãos é missão divina cooperar na construção dos “novos céus e nova terra” onde todos os filhos de Deus – todos os seres humanos – possam viver em harmonia, com paz e justiça conforme o plano divino. O cristão, em conseqüência, deve comprometer-se na denúncia e combate das injustiças sociais e na promoção do bem comum. A solidariedade com as causas dos explorados e oprimidos e o combate aos exploradores e opressores são a decorrência natural desta teologia.

A curiosidade pela semiótica greimasiana chegou nos anos 80, através de conversas com Teresa Espar, professora e lingüista afinada com aquela escola para nós tão

difícil quanto admirada. Era sedutor interpretar discursos partindo de minúsculos entes, figuras, identificáveis nos vocábulos, mas parecia uma missão um tanto impossível. E hoje ainda sentimos a dificuldade de enveredar de vez nas trilhas do sentido seguindo seus percursos.

Mas por que o autor escritor deste texto estará contando a sua vida se o escrito pretende ser um texto de tese científica e não uma biografia?

Acreditamos que esses poucos apontamentos biográficos podem ser significativos dos porquês da nossa tentativa de realizar um trabalho de pesquisa que mostre convergências entre perspectivas teóricas que de uma ou outra forma nos seduzem. E também chegam a sugerir algo do porquê não assumimos plenamente nenhuma delas.

Além de que temos consciência de que as vertentes de reflexão lingüística, textuais e discursivas, que assumem a opção de explorar as virtualidades do léxico e suas agrupações, parecem-nos mais claras e fáceis de realizar; em conseqüência, não rejeitamos pistas e instruções de sentido que possam ser extraídas dos usos do léxico e dos enunciados e seus diversos modos de relação e correlação.

Resta ainda falar algum detalhe mais do ‘nós-pesquisador-escritor’ deste texto, em função de tentar precisar um elemento importante que situa decisivamente a questão tão relevante *de onde se fala*. Acreditamos que esse depoimento pessoal ajudará o possível leitor a posicionar-se melhor quanto ao nível atribuível de legitimidade ao discurso aqui articulado e à validade de possíveis conclusões.

Desde há muitos anos não acreditamos na neutralidade da ciência, do conhecimento científico: pensamos que toda ciência responde a ideologias, que por sua vez respondem, em maior ou menor grau, a interesses pessoais, de grupo ou de classe social. Também, cremos que a ciência deve tentar afastar-se de ser sectária, não tentar conscientemente manipular, não ser conscientemente dirigida para instrumentalizar os conhecimentos, sob pena de rebaixar consideravelmente suas potencialidades de avançar no mundo do conhecimento. Para nós existe, pois, a ciência não sectária mesmo que não possa ser neutra. E nosso esforço, nosso comprometimento será o de combater em nós mesmos a tentação do sectarismo e tentar fornecer elementos, reflexões, disciplinados por uma metodologia, que viabilizem atingir objetividades aceitáveis como verazes, dignas de crédito.

4.1.3. O lugar gnosiológico do “nós-pesquisador-escritor”

Correlato às precedentes considerações, refletiremos mais especificamente sobre a teorização do conhecimento que acata que o conhecimento é inseparável de sua localização na sociedade, ele vem contaminado dos interesses em disputa na sociedade. Partimos de lugares sociais concretos que geram ou condicionam o advento de visões gerais, ideologias, propostas, projetos, iniciativas. Os textos e os discursos herdarão, de alguma forma, esses influxos. Mais concretamente, aqui e agora, nós, emergimos de nossos lugares sociais com a pretensão de trabalhar para assimilar e assumir os dados, o conhecimento que naqueles lugares são gerados.

Assim, há textos e discursos nascidos nos movimentos sociais e políticos, nos processos históricos do dia-a-dia; mas chegam a nós numerosos textos trazidos pela historiografia em sua vertente de memória documentada de fatos. Os da historiografia são textos que interagem com outros e com diferentes fatos, portanto, todos eles dados de interpretação mutante, todos limitados e limitantes, todos ideológicos e políticos, porque são frutos de um tempo e um lugar específicos acolhidos em outros tempos e lugares específicos.

Textos que por essas razões são passíveis de inúmeras leituras, não apenas porque interagem com um sujeito que não é indiferente ou imutável, mas porque são produtos que de alguma maneira carregam marcas da larga história da humanidade. Textos suscetíveis de revelar dados que serão condicionantes ou limitadores das nossas possibilidades de leitura discursiva ao apresentarem-se como acontecimentos ou eventos concretos.

Em consonância com esta visão, do conhecimento gerado a partir de textos como dentro dum processo interativo, pretendemos permanecer atentos aos desafios inevitáveis do dialogismo⁴⁴, tentando explicitar algo da sua efetiva realidade.

Um das palavras do educador pernambucano Paulo Freire parecem-nos ilustram este lugar denso, envolvente de onde escrevemos:

“Nunca um acontecimento, um fato, um feito, um gesto de raiva ou de amor, um poema, uma tela, uma canção, um livro têm por trás de si uma única razão. Um acontecimento, um fato, um feito, uma canção, um gesto, um poema, um livro se acham sempre envolvidos em densas tramas, tocados por múltiplas razões de ser”.
(Freire, 2003:18).

⁴⁴ Barros (2001:33-34) prefere usar apenas o termo dialogismo mas observa que “Todorov, a partir da sugestão de Kristeva, prefere usar o termo *intertextualidade* para os “diálogos entre discursos” e preservar a palavra *dialogismo* para os “diálogos entre interlocutores”.

Os lugares são densos porque habitados por tramas humanas.

Ainda, em relação à inter-relação entre os aconteceres da vida acrescenta pouco mais adiante Freire:

“Às vezes, nós é que não percebemos o “parentesco” entre os tempos vividos e perdemos assim a possibilidade de “soldar” conhecimentos desligados e, ao fazê-lo, iluminar com os segundos a precária claridade dos primeiros.” (2003:19)

Moirand (2000,145-159) percebe a conveniência de trabalhar a contextualização em termos de relações sociais que extrapolam a situação, sugerindo para isso encarar todos os indícios do contexto como categorias de análise capazes de ajudar-nos a pôr em ordem a complexidade das heterogeneidades achadas no texto. Alerta para o fato de que a própria recorrência de semas, palavras e construções funcionam como indícios de contextualização para a memória discursiva. Assim, podem funcionar como pistas do sentido do discurso, por exemplo, efetuar os inventários das designações dadas aos que intervêm no discurso, dos objetos privilegiados no discurso, dos verbos introdutórios, das designações verbo-nominais das atividades, das categorias verbo-nominais utilizadas.

As pistas e dados aportados nas abordagens marcadas pela perspectiva geral, de ambição integradora, pensamos que impulsionarão a enxergar o discurso além dos signos, rumo à interação social.

Ao correlacionar uns textos com outros deverá ser gerada uma nova luz que tornará mais significativos, mais iluminadores acontecimentos, interesses, mitos, crenças, fé, sonhos, utopias... Neste patamar, será possível a explicitação de prováveis valores das opções político-econômico-sociais existentes nos âmbitos onde o discurso acontece; tratar-se-á de algo capaz de enriquecer a percepção do sentido da vida mesma.

Entendemos que os textos e os fatos que poderemos analisar virão marcados pelas limitações que imporão as distâncias e as ausências, o conhecimento e o desconhecimento e o próprio crivo dos valores, dos interesses e dos afetos do pesquisador.

Temos consciência de que teremos capacidade de aproveitar apenas uma mínima parte dos elementos extraíveis das situações e textos selecionados. Porém, queremos acreditar que essa mínima parte, que chegará a nós já mediada pela subjetividade dos diversos autores e das leituras que uns fazemos dos outros, poderá adquirir uma relevância para atribuir sentido aos textos, a partir da interação conosco, com o mundo do autor redator final ou autor escritor do trabalho de pesquisa. E, no fim das contas, trabalhamos este texto na expectativa

de que o resultado final das análises seja válido, útil e contenha algum conhecimento novo ou dito de uma forma nova.

4.1.4. O lugar metodológico do “nós-pesquisador-escritor”

Partimos da decisão de concentrar esforços em analisar a interação existente entre documentos políticos escritos, procurando, fundamentalmente, atingir abordagens de caráter ou pretensão integradoras ou holísticas. Primeiramente, procurando inspiração no que realizaram Bakhtin e seu Círculo com textos literários; acolhendo elementos das várias perspectivas que eles deixaram em suas reflexões de filosofia da linguagem, ao tentar avançar na verificação de fenômenos que trataram como dialogismo⁴⁵ e polifonia⁴⁶, identificáveis nos textos e discursos a partir da constatação do valor social do signo, avaliado como sombra, reflexo e refração, portanto, como fragmento material das estruturas sociais envolventes.

A heterogeneidade dos discursos tem-se constituído numa das ‘reflexões estrela’ dos analistas do discurso. Authier-Revuz (2004) ao analisar a reflexividade meta-enunciativa própria da enunciação adverte que esta é marcada por uma heterogeneidade que torna inevitáveis as abordagens não exclusivamente lingüísticas por parte de quem descreve os fatos da língua: assim, por exemplo, o enunciador representa e se representa em seu discurso como marcado pela heterogeneidade que o constitui.

Temos a convicção, desde há muito assentada em nós, graças ao nosso peregrinar por esses mundos de Deus, de que interlocutores e interlocuções trazem em si próprios as marcas do processo de ‘ser e estar-no-mundo’; em termos assumidos pelo Círculo de Bakhtin “refletem e refratam”⁴⁷ vozes⁴⁸ diversas que representam convergências e

⁴⁵ Oposto ao monologismo que reflete uma única consciência: a do autor. Segundo o dialogismo, a palavra sempre possui um horizonte social, acontece nos processos de interação.

⁴⁶ Barros (2001:21-22) observa como os termos texto, discurso, enunciado tomaram “direções diversas, com princípios e métodos diferentes, assentados em quadros teóricos diversificados”. De fato, Bakhtin acaba sendo o precursor ou antecipador das principais perspectivas teóricas, bastante diferenciadas, desenvolvidas nos últimos trinta anos.

⁴⁷ A reflexão implica no simulacro; a refração, na transformação por processo de assimilação.

⁴⁸ Aqui, ‘vozes’ sinaliza para o relação dialógica que se estabelece entre os interlocutores discursivos. Cada um escuta e responde a diversas vozes.

divergências existentes na sociedade, mesmo quando o enunciador pretende produzir um discurso individual-pessoal, unívoco, autoritário, caracterizável estilisticamente como um monólogo.

Assim, nos textos e discursos analisados, trataremos de detectar pistas, marcas que os relacionam e colocam em interação com outros textos e discursos; sairemos à cata de detalhes e sinais que dedutivamente entendamos que têm significativa influência nos efeitos de sentido produzidos.

Consideraremos como de relevância, por exemplo, a verificação de associações, apagamentos, omissões, reiterações ou repetições, incorporações ou ênfases: perseguiremos os ecos nesses fenômenos para melhor identificar prováveis alicerces do sentido dos discursos.

Trata-se de uma dinâmica de trabalho que responde a uma perspectiva que classificaria, de acordo com correntes hoje em voga, no âmbito do que se reivindica como enunciativa, sócio-histórica, sócio-interacionista e sócio-construtivista⁴⁹: os diferentes discursos interagindo se constroem e reconstituem. O esforço nosso como pesquisador deverá tentar reconstituir os fios dialógicos, encontrar caminhos que delatem a existência de uma ação intersubjetiva permanente, interdependente e transformadora.

4.1.5. Outro possível lugar metodológico do “nós-pesquisador-escritor”

Por outro lado, mesmo achando-a uma perspectiva rica e segura, trabalhamos com timidez a perspectiva semiótica, por insegurança teórica e pouca prática, sob a alegação de que é complexa. Porém, gostaríamos de acertar ao aproximar-nos das significações como forma de atravessar portas rumo à existência concreta, específica, o que equivale a enxergar “o discurso como semiose do mundo e da história”⁵⁰ (Espar T., 1998:8); em palavras nossas, o discurso como uma espécie de construção e expressão ou tradução do mundo e da história que pode ser identificada como incorporada à inter-relação, também, das relações identificáveis a partir dos próprios signos lingüísticos.

Neste sentido adoraríamos ter a capacidade de sermos coerentes com o famoso princípio de Greimas de que para o analista do discurso “*hors du texte, point de*

⁴⁹ A consciência e o conhecimento como construção em processo permanente de interação social.

⁵⁰ “*el discurso como semiosis del mundo y de la historia*”. No discurso, o mundo, a história mostram as suas caras.

salut”⁵¹ para demarcar o espaço a ser ocupado pelo analista do discurso: um espaço no qual os textos estão presentes com a sua organização carregada de significações e gerando a possibilidade de percepção de redes de relações, de movimentos isotópicos que contêm instruções de sentido. Ao trabalharmos ancorados no texto, nas palavras do texto, na cadência do texto, aparece como achado a formulação estruturalista de que cada termo gera seu ou seus contrários, num permanente processo de signo / não signo, afirmação / negação que resulta ser para os interlocutores uma espécie de manual com instruções de sentido. Neste âmbito em que é “a significação concebida como um algoritmo, um todo decomponível em suas mínimas partes que formam redes de relações estruturais em diferentes níveis hierárquicos”⁵² (Espar, 1998:15-16), a análise do discurso ora tenderá a identificar-se com a análise textual, quando tratar de descrever as redes integradoras do signo / não signo, ora com aquilo que a enunciação enuncia quando opta pela descrição da organização dos enunciados como um conjunto significante global (Espar, 1998: 32-33)⁵³.

Tentaremos utilizar ambas as perspectivas: a descrição das redes entre signos e a descrição da organização dos enunciados. Sem esquecer que consideramos que as redes de relações instrutoras do sentido presentes na enunciação não obedecem apenas ao dito senão também ao não dito, discernível ao detectar esquemas de geração ou implicação do contraditório ou do complementar, como no caso da significação aportada por associações, apagamentos, ocultações, omissões, incorporações de outros textos ou ênfases. Resta constatar se esta perspectiva fornecerá instruções de sentido convergentes com as produzidas em âmbitos de abordagem mais explicitamente ou intencionalmente integradora.

Procurando forjar um jogo dialético, acrescentaríamos ao princípio de Greimas antes mencionado o de que ‘fora da interação social não há salvação’. Faríamos isto para sinalizar que dentro do campo das pesquisas, não apenas no mundo das linguagens mas das ciências humanas, o fator relacional, o da interação mútua, é chave. Em conseqüência, ao focar a interação com a sua complexidade e dificuldade de objetivação de dados e inferências, o pesquisador deverá recorrer a práticas tanto indutivas quanto dedutivas no trato dos dados que irão sendo colhidos e destacados.

⁵¹ “Fora do texto não há salvação”. Esta controvertida frase não deve ser entendida numa perspectiva formalista e estreita. Ela defende o texto como ponto de partida não evitável para aventurar-se a realizar pesquisas lingüísticas e discursivas: no texto estão inscritas redes significantes. Opta-se por contar sempre com o texto.

⁵² “significación concebida como un algoritmo, un todo descomponible en sus mínimas partes que forman redes de relaciones estructurales en diferentes niveles jerárquicos”.

⁵³ A própria organização dos enunciados é significação.

Estas opções situam o trabalho proposto num plano onde existe a consciência de que o conhecimento nos chega profundamente marcado pelo viés da subjetividade do autor ou autores. Subjetividade que estará presente na seleção, nos focos, na valoração e na própria percepção dos fatos. A atividade de pesquisa será fruto de atividade adjetivável seja como descritivo-indutiva, a que parte de experimentos para atingir os conhecimentos, seja como hipotético-dedutiva, a que parte de raciocínios para alcançar o mesmo fim ou, quem sabe, aquela que poderá pretender ser classificada de indutivo-dedutiva ou hipotético-descritiva, em que experimentos e raciocínio interajam e se retro-alimentem para construir os novos conhecimentos. Trabalharemos, portanto, com um pé no dado mais marcado pela pretensa objetividade e com um outro pé na onipresente subjetividade, numa espécie de permanente dialética entre dados, percepções e reflexões surgidos.

Parodiando o início simbólico e bem humorado dado por Cervantes à narrativa do Quixote, partimos de “*un lugar de la Mancha de cuyo nombre no quiero acordarme*”⁶⁰, pois partimos de um lugar que mesmo sendo único e propiciador de identidade – o do nosso eu -, é também múltiplo e heterogêneo, propiciador de heterogeneidade, como são todos os lugares ocupados pelos seres humanos. Partimos de um lugar mágico (como são muitos lugares e mais particularmente os da comunicação humana, onde encontramos uma série de fenômenos que parecem carregar certa magia que permite ilações, pressuposições, implicações que orientam a construção do sentido) e partimos de um lugar denso, como são alguns lugares especiais, prenes de histórias de gente, de vozes marcadas por realizações e frustrações, sucessos e fracassos, anseios e sonhos e pragmatismos.

Como pode ser avaliado, partimos para falar daquele que poderia ser qualificado como um “denso lugar”.

⁶⁰ “de um lugar da Mancha de cujo nome não quero me lembrar” (2004:27).

4.2. O PRETENSO SABER

Ao tentar responder a inicial e elementar pergunta o que quer dizer isso? qual o verdadeiro sentido disso? Sente-se, sim, a vertigem da própria limitação. Deveremos, provavelmente, recolher-nos à pessoal insignificância após ter escrito as ‘conclusões’. Porque o “verdadeiro” não passará de uma verdade parcial, limitada temporal e espacialmente e o sentido está em permanente e diversificada construção. Cremos que, de fato, em ciências humanas, as proclamadas conclusões concluem pouca coisa ou, melhor, nada que possa ser verdadeiramente conclusivo. As conclusões não passam de importantes tentativas de ‘dialogar’ com a realidade para desvendar algo da sua complexidade. Os achados considerados ‘científicos’ não passarão, em verdade de ‘verdades’ marcadas pela instabilidade, provisórias. Mas nem por isso, deixarão de poder desfrutar de importância, de relevância. Quando obtidos por metodologias mais idôneas representarão apenas avanços rumo à explicitação do inatingível ser das coisas, mas serão avanços. Significarão uma etapa mais vencida da interminável caminhada da busca do saber. Não acreditamos em ciência de valor absoluto: entendemos que os conhecimentos científicos portam em si a característica inevitável de pretensos saberes: amanhã serão, provavelmente, superados. E o dia-a-dia da ciência e tecnologia vem confirmando esta percepção.

Parece-nos que neste ponto torna-se oportuno firmar a constância de um dos elementos que precisamos sublinhar no trabalho: declarar a problemática inerente à vontade de tentar status ético na busca do conhecimento, dos considerados saberes. Queremos sublinhar nesse desejo que temos consciência de que tanto nos encaminhamentos quanto nas conclusões, a gente, o pesquisador, nós ou o eu pesquisador-escritor, estaremos sempre presentes interagindo, colocando-nos mesmo quando movidos por uma atitude consciente que tente contrariar essa presença.

Amossy (1999) analisa este aspecto e chama-o de *ethos*, dentro dos processos de construção da imagem de si mesmo no discurso. Em consequência, o enxerga como um instrumento de análise ao observar a dinâmica que acontece entre aqueles que estão diretamente em interação. Afirma que o locutor efetua uma apresentação de si mesmo nos discursos procurando construir uma boa imagem de si para seu auditório; a própria maneira de dizer já traz implícita uma autorização para construir a imagem do locutor.

Trata-se da convicção de que como autor da exteriorização do produto final, poderemos estar transformando dados no sentido de favorecer interesses ou desejos próprios, além de fruto da auto-estima, estar tentando salvaguardar a nossa própria boa imagem. Sabemos que isso é mais um grande complicador para uma pretensa leitura objetiva e científica de um discurso porque sinaliza para o fato de que esquecimentos, escolhas, atenuações ou destaques poderão responder ou responderão a leituras parciais, dirigidas, interessadas. No entanto, essa constatação não deverá servir-nos de álibi para adotar qualquer atitude ou posição cética ou descomprometida. Disso, nem pensar. Empreendemos o trabalho com garra e com fé na importância, mesmo que relativa, dos possíveis resultados.

Igualmente, ao colocar-nos como um pensador a mais entre aqueles que se debruçaram sobre parte do imenso caudal dos saberes humanos não podemos deixar de sublinhar e contrastar a posição ora adotada como algumas das mais representativas, dentre as precedentes, da história do pensamento humano⁶¹.

Sem pretender diminuir o papel das correntes filosóficas como degraus rumo a uma mais elaborada teoria do conhecimento, consideramos que existem aspectos sensivelmente diferenciadores na perspectiva adotada neste trabalho. Nele, sujeito e objeto do discurso não são abordados como entidades estáveis em seus respectivos papéis nem plenamente objetiváveis em determinadas seqüências de conjunturas espaço-temporais.

De fato, e à diferença do que acontecia nas perspectivas até então adotadas, eles, sujeitos e objetos, aqui, mudam, se interpenetram, são atingidos e desestabilizados e são desestabilizadores. A interpenetração é vista como contínua e inevitável. Captar esses fenômenos, algo de sua pluralidade e complexidade faz parte do que pretendemos realizar.

⁶¹ Consideramos que, de fato, este modelo de pesquisa dentro do campo da teoria do discurso, nos coloca longe não só dos parâmetros realistas ou idealistas da filosofia de filiação aristotélica e platônica, mas também da que surgiria de uma perspectiva cartesiana, a qual, através da aplicação da dúvida metódica, pretendia ter achado o segredo capaz de construir o caminho que leva às verdades claras e distintas. Igualmente, a nossa proposta de trabalho nos distancia também da linha de Hume, com sua opção pela indução após a reiteração experimental como a grande estrada do autêntico conhecimento científico. Ainda, é deixado de lado o credo kantiano que defende a utilização da crítica da razão pura como método para conhecer o mundo por parte de um sujeito condicionado a priori pelas categorias do espaço e do tempo, e da opção pela crítica da razão prática ao proclamar a influência determinante sobre o conhecimento dos imperativos categóricos ético e estético. Igualmente, recusamos como horizonte suficiente a tentativa da razão dialética hegeliana de operar a síntese do universal e do particular num processo de sucessivas teses, antíteses e sínteses; como também a limitação da opção marxista pelo materialismo histórico, ao pretender reduzir a história à luta de classes, às oposições geradas pelas relações de produção.

Temos consciência de que a neutralidade absoluta na análise discursiva não pode passar de uma tentativa, de uma elogiável pretensão; simplesmente, como na vida, no discurso, não entra dentro do humanamente possível ser totalmente neutral. Então, tentaremos situar-nos num plano ou patamar o mais ético e autêntico possível.

Os resultados ou conclusões, surgidos de um ‘cavalgar corajoso’ pelos indícios e pistas colhidos ou de pretendidas instruções de leitura captadas não deverão passar de sugestões, mais ou menos fundadas de leitura, de interpretação formuladas por parte de um sujeito em permanente perplexidade e questionamento.

Tratar-se-á de algo assim como vencer etapas da perpetua peregrinação na busca do saber, do lógico e do contraditório, nos âmbitos das convergências e das divergências de diferentes discursos; de atingir um pretense saber, portanto, como meta.

Será como lançar pensadas palavras ao vento a fim de tentar dialogar com a realidade das palavras analisadas, a fim de procurar dialogar com o universo: universo de querereres e supostos saberes, universo de ideologias, interesses e opções plasmados em simulacros verbais; universo de relações complexas em que a liberdade e a realização competem com a opressão e a exploração; universo em que as boas ações e os crimes, prêmios e castigos são vivenciados num ritmo confuso e frenético que ri das barreiras entre o bem e o mal; universo marcado pela complementação e contradição inerentes ao ter e ao ser, ao possuir e ao carecer; universo que traz nos discursos em que se expressa toda sorte de apagamentos, acentuações, relativizações, ocultações, ênfases; universo perplexo diante de um destino que passa pela morte. Universo em que a palavra, o discurso, toda palavra e todo discurso, são fruto de um *continuum* que se inicia com a história da humanidade e alcança o nosso aqui e agora. Tudo o que recoloca o saber na categoria de pretense saber.

O fato de trabalhar com textos e discursos de deliberações políticas, se por um lado nos oferece a materialidade de textos formulados medida e criticamente e, em aparência, precisos e definitivos, por outro lado, não significa que é eliminada a heterogeneidade enunciativa, mostrada ou constitutiva. No caso dos textos do Partido dos Trabalhadores, se considerada a sua gênese dentro de um ambiente constituído e construído por uma aluvião de visões conflitantes e nem sempre passíveis de harmonização. Ponto particularmente determinante quando existe a consciência do fenômeno complexo, por altamente plural e diverso, que foi e tem sido o surgimento e a construção do Partido dos Trabalhadores brasileiro, berço explícito dos documentos que pretendemos analisar.

Por acreditar que a reflexão sobre os discursos que interagem em cada documento trabalhado pode ser enriquecida através de uma focalização plural, realizar-se-ão

análises lingüísticas de caráter indutivo, mediante uma dinâmica descritiva, e também análises de caráter indutivo-dedutivo, geradas e construídas a partir das reflexões do Círculo de Bakhtin e dos teóricos da enunciação.

Acreditamos estar assim contribuindo para confirmar abordagens nascidas em trilhas diferentes e desenvolvidas com autonomia como instrumentos teóricos adequados para desvelar o caráter dos conteúdos presentes nos discursos políticos como sendo resultantes de complexos processos interativos, recheados de estratégias discursivas, de afirmações, argumentações e contra-argumentações, fruto de confrontos de interesses em que se manifestam mais claramente as contradições e opções reais.

4.3. O TEXTO ESCRITO, TEXTO À MÃO

Não nos parece uma questão menos relevante deter-se a pensar que a escrita é um instrumento de comunicação relativamente recente e de uso limitado, se comparado com a fala⁶², mas que possui uma característica valiosíssima: vem em socorro da memória dos seres humanos para que eles possam tentar fixar e guardar através de meios ou veículos diferentes, se assim o acharem conveniente, tudo quanto interessar e puder ser transformado em palavra ou expressão. Funciona, pois, como uma espécie de extensão da fala, fugindo da fugacidade desta, e da memória, convertida num autêntico arquivo de referências ou de dados.

O texto escrito poderá estar sempre à mão, com os seus componentes de caráter lingüístico, tal qual foram produzidos, revelando características das suas condições de produção mesmo não mais estando dentro dessas condições.

Graças a características como estas é que o texto escrito desempenha um papel fundamental, por exemplo, na preservação da literatura e das culturas.

É sabido que os primeiros textos escritos que chegaram até nós vieram marcados pelo seu caráter sagrado, de organização social e pela epopéia: livros sagrados, inscrições funerárias, códigos jurídicos ou obras épicas, de alguma maneira, interagem discursivamente nos rumos da exemplaridade para seus respectivos povos⁶³. No entanto, as circunstâncias históricas acabaram por ampliar mais e mais o leque de âmbitos que servindo-se da escrita dinamizaram sua ação na sociedade. Assim, os textos escritos acabaram constituindo-se no grande instrumento que viabiliza ou dinamiza um variado leque de atividades sociais:

“Com a escrita, instrumento bivalente, têm-se declarado guerras e assinaram-se tratados de paz; têm-se difundido pseudo-teorias oportunistas e fixaram-se as grandes descobertas do pensamento honesto; graças à escrita vêm-se acumulando e

⁶² A fala é o recurso básico e mais generalizado da comunicação humana. Nesta atividade o sujeito não dispõe de muito tempo para preparar seu texto e, face a face, investe muito em mecanismos destinados a captar a atenção dos que interagem. Provavelmente é o maior diferencial do ser humano em relação aos outros seres vivos. Numa aula de Pós-graduação, na Universidade Federal de Pernambuco, o Prof. Luiz Antônio Marcuschi fez referência a esta antológica frase de David Olson: “A fala nos torna humanos e a escrita, civilizados”. Nesta atividade o sujeito investe muito em mecanismos destinados a captar a atenção do interlocutor.

⁶³ O *Código de Hammurabi*, a *Bíblia*, a *Ilíada*, a *Odisséia*, o *Corão* são alguns dos exemplos prototípicos de monumentos escritos chegados até nós.

conservando uma parte essencial da memória humana: as ciências e as técnicas com as quais cada nova geração pode abrir caminho sem ter que começar do zero; as histórias que nos ligam a nossas raízes e, muito especialmente, essas obras excelentes, quiçá generosamente gratuitas, que são os escritos literários, as elaborações estéticas da linguagem, a criação de mundos possíveis (J. Tusón, 1996:9).” (Calsamiglia, 2002:71)⁶⁴

Além do mais, a escrita pode também conviver, combinar-se com a fala e com um sem fim de outros modos de textualidade não verbal, com recursos semióticos capazes de iluminá-la, dar-lhe vida, consistência, expressividade e beleza (imagens de objetos, formatos, gráficos, cores, etc.). E, hoje, pode ser apreendido em simultaneidade com diversas formas de oralidade e de imagens reproduzidas por meios magnéticos ou eletrônicos.

Mas, como assinalou Vigotski (1985:166), não se pode esquecer a sua origem na interação, dentro de um processo que não mais existe nos novos momentos de acolhida do texto, o qual deve contribuir a aumentar a responsabilidade e interesse do autor-escritor em caprichar na sua elaboração primeira a fim de obter uma escrita expressiva e precisa de acordo com seus desejos.

Igualmente, representa para o leitor o convite a tentar se aproximar das condições de produção e enunciação, caso não pretenda apreender a significação do texto apenas partindo da situação contextual atual.

Um texto, como autêntico documento, pode existir para ser exibido durante e depois de longos períodos de tempo; em muitos casos, o autor-escritor deposita nele, mesmo quando não explícitos ou mascarados os propósitos argumentativos, a missão de procurar seduzir quantos entrarem em interação com ele (seus leitores). Em palavras de Carvalho (1993:1):

Falar é argumentar, é tentar impor-se (...) Todo uso da linguagem, de forma mais ou menos racional, faz o mesmo. Assim é com a linguagem jornalística, os discursos políticos (sobretudo na época eleitoral), a linguagem dos tribunais (com defesas e

⁶⁴ “Con la escritura, instrumento bivalente, se han declarado guerras y se han firmado tratados de paz; se han difundido seudoteorías oportunistas y se han fijado los grandes descubrimientos del pensamiento honesto; gracias a la escritura se ha ido acumulando y conservando una parte esencial de la memoria humana: las ciencias y las técnicas con las que cada nueva generación puede abrirse camino sin tener que empezar desde cero; las historias que nos ligan a nuestras raíces y, muy especialmente, esas obras excelentes, quizás generosamente gratuitas, que son los escritos literarios, las elaboraciones estéticas del lenguaje, la creación de mundos posibles (J. Tusón, 1996:9).”

acusações apaixonadas) e até o discurso amoroso, que exploram os recursos estilístico-argumentativos, tendo em vista a persuasão do receptor.

De acordo com esta visão toda e qualquer linguagem funciona, então, como instrumento discursivo de persuasão.

François (1998:64-67) reforça a função mediadora que preenche o texto escrito; explicita como no texto escrito não estão mais presentes as condições da sua enunciação, apesar de conter indicações de como ele foi produzido; destaca a multiplicidade de modos de significar por escrito que existem e como todos fazem a intermediação entre a língua coletiva e a individual; sublinha a possibilidade indefinida de releitura característica do texto, inclusive possibilitando a inversão do sentido ao ser apreendido por uns ou por outros.

Marcuschi (2001) adverte como as diferenças entre a fala e a escrita se dão dentro de um continuum tipológico das práticas sociais de produção textual. O autor elabora um estudo sobre a pluralidade de aspectos envolvidos nos processos de passagem da fala para a escrita ou da escrita para a fala. Assinala a existência de operações de natureza lingüístico-textual-discursiva como a idealização – através da eliminação, a completude ou a regularização - e a reformulação – através do acréscimo, da substituição ou da reordenação; a existência de operações de citação, por meio da adaptação; e a existência de operações cognitivas de compreensão, através de inferências, inversões e generalizações.

Pode-se verificar que os atuais textos escritos, os do aqui e agora, são um recurso cada vez mais utilizado para inúmeros fins e têm presença destacada em diversas áreas da sociedade atual. O que pode ser confirmado ao observar a proliferação de novas modalidades de formas e gêneros de escrita. Progressivamente o texto escrito tem ocupado novos espaços. Mencionamos alguns exemplos: a fixação das leis e regras sociais converte-se em atividade rotineira para nações e comunidades; a literatura escrita invade e alcança a maioria dos povos e suas diferentes camadas sociais; a fixação escrita dos conhecimentos científicos, tecnológicos, históricos e culturais revela-se como uma necessidade fundamental; jornais, manuais, Internet, que usam preponderantemente os textos escritos, se fazem mais e mais presentes em escolas e residências; a publicidade ocupa mais e mais espaços públicos; surge o surpreendente hipertexto em que diversos ou muitos leitores podem passar a ser instantaneamente reformuladores. O texto escrito vem a constituir-se num texto à mão, pronto para interagir com outros textos e subjetividades para transformar-se em discursos.

Especialmente nas consideradas democracias, onde devem prevalecer mecanismos que favoreçam a interação entre os membros da sociedade, a atividade política

aproveita essas características do texto escrito. Assim, a política cada vez mais incorpora o texto escrito como veículo privilegiado da sua ação, fazendo-o associar-se, agir em interação com os textos orais e outras formatações semióticas, com o uso oral da palavra e os próprios ecos dos silêncios.

Como o texto escrito está facilmente à mão, o discurso político apóia-se nele para a sua ação; manifestos, programas, propostas, normas, análises de conjuntura, discursos, relatórios, propagandas e publicidade passam a circular como textos escritos que garantem parâmetros de significação e que propiciam leituras coincidentes apesar da diversidade de situações e interesses.

O texto escrito tende a reforçar a identidade frente à diluição. Também por causa disso é considerado um instrumento insubstituível como suporte de determinadas formas de atuação política ou de análise política.

O trabalho que ora realizamos, este próprio texto, como tantos outros acadêmicos do gênero, é um exemplo da utilidade discursiva do texto escrito.

4.4. ESCREVER PARA O MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE PESSOAS

Apesar do presente escrito ser um texto de caráter acadêmico, adotaremos uma estratégia teorizadora que pretendemos responder a um aspecto da nossa opção didática: tender à simplicidade no uso da terminologia para que se dificulte o menos possível a compreensão dos que por ofício, por acaso, ou por se tratar de “*desocupados lectores*”⁶⁵ se aventurarem a ler alguma destas linhas.

Empreendemos uma fuga, consciente, de parte da terminologia restrita que é dominada apenas por determinados grupos de lingüistas e intelectuais acadêmicos⁶⁶. Quando alertado da necessidade de esclarecimentos ou de dar cabida a certos termos tentaremos fazê-lo, de preferência, com esclarecimentos ou no texto ou nas notas ao pé de página.

⁶⁵ Expressão humorística e irônica com a que se inicia o prólogo genial da obra conhecida como *Dom Quixote*

⁶⁶ O linguajar deste gênero textual – texto para obtenção de grau acadêmico – tenderá a ser erudito, desconhecido para o leigo; no entanto, acredito que é válido o esforço de simplificação e a tentativa de torná-lo acessível ao maior número possível de pessoas.

Pensamos que o linguajar acadêmico ou das ciências, menos habitual ou mais restrito, acaba resultando por demais sinuoso e complexo. Quando movido por interesse científico/acadêmico tende a utilizar uma linguagem marcada por um certo hermetismo.

Temos consciência da dificuldade que entranha realizar um trabalho de análise discursiva procurando achar caminhos para usar um linguajar acessível aos não especialistas. Até que ponto é viável se contrapor à tendência, à existência de assimetria lingüística quando estão frente a frente o especialista e o não especialista? Até que ponto podem ser utilizadas estratégias lingüísticas democratizadoras das significações sem trair os objetivos do trabalho acadêmico? Como fugir do tom de dono do saber num trabalho científico quando o consideramos uma indagação séria e pertinente que se transforma num desafio pessoal.

Assim, encaramos a questão da tentativa de não insistir na terminologia mais especializada, nem na formulação mais complicada como um aceno em direção a democratizar o conhecimento. O qual nos leva, quando achado o recurso eficaz para tanto, a usar paráfrases para tentar fugir do léxico ou nomenclaturas específicos e menos conhecidos, próprios de escolas ou teorias lingüísticas ainda pouco ou nada generalizados no âmbito escolar anterior aos estudos universitários.⁶⁷

Concomitante a essa opção, procuraremos explicitar os significados atribuídos aos conceitos e ao léxico parafraseando-os, no intuito de que um leitor com formação pré-universitária básica encontre o mínimo de obstáculos possível para compreender o relatado no texto.

Lazarillo de Tormes - personagem que nos fascina, anti-herói de uma pequena e surpreendente obra renascentista espanhola, anônima e de tipo autobiográfico, considerada por muitos como uma obra-prima -, ele, de origem extremamente humilde e que foi duramente castigado pelas experiências de uma vida cruel, inicia o prólogo –escrito quando se encontra no momento que acha mais auspicioso da sua vida - dizendo que escreve, como qualquer escritor, na esperança de ser lido⁶⁸. Valha para nós esse desejo...

⁶⁷ Geralmente, e quando impelido pelas circunstâncias, utilizaremos este espaço, o das notas ao pé de página para explicitar nomenclaturas, teorias, etc. que poderiam resultar opacas para um imaginado leitor médio ou para explicitar divergências.

⁶⁸ *“Yo por bien tengo que cosas tan señaladas, y por ventura nunca oídas ni vistas, vengan a noticia de muchos y no se entierren en la sepultura del olvido, pues podría ser que alguno que las lea halle algo que le agrade, y a los que no ahondaren tanto los deleite (...) Porque, si así no fuese, muy pocos escribirían para uno solo, pues no*

Existe, também, em nós o que poderia ser qualificado como a ambição de concretizar uma escritura agradável, motivadora, escritura que possa ser capaz de prender o leitor e causar-lhe satisfação, sem incomodar seus ouvidos. Daí, recorrer ao socorro, aqui e acolá, da intercalação de textos literários significativos em nossa vivência ou à narração de experiências ou de reflexões pessoais.

Paulo Freire (2003:72-73) traz em *Pedagogia da Esperança* um depoimento que achamos valioso em relação a esta temática:

Na verdade, em matéria de linguagem há algo mais a que gostaria de referir-me. Algo que jamais aceitei, pelo contrário, que sempre recusei – a afirmação ou a pura insinuação de que escrever bonito, com elegância, não é coisa de cientista. Cientista escreve difícil, não bonito. O momento estético da linguagem, me parece sempre, deve ser perseguido por todos nós não importa se cientistas rigorosos ou não. Não há incompatibilidade nenhuma entre rigorosidade na busca da compreensão e do conhecimento do mundo e a beleza da forma na expressão dos achados. [...] Não comete pecado contra a seriedade científica quem trata bem a palavra para não ferir o ouvido e o bom gosto de quem lê ou ouve seu discurso.

Então, seguindo as palavras deste mestre, o jeito é fazer um esforço para tratar bem à palavra e tentar ser rigoroso na sua adequada utilização. Em nosso caso, optaremos por perseguir mais a clareza do que a beleza estética. Oxalá gregos e troianos possam ler este texto com certa dose de proveito e prazer.

Ao contemplar, ou melhor, ler um discurso e, mais em concreto, um discurso político nos sentimos como os participantes de recitais musicais polifônicos com coral e orquestra. No coral, pode ser identificada a sutileza de múltiplas vozes de notas coletivas e de timbres individuais que se interpenetram em harmonias que plasmam sons, plurais e bem conjuntados, que provocam sensações, talvez nunca mais repetíveis. Do mesmo modo, podem ser apreciados na orquestra um dilúvio de tons, sons, harmonias, ritmos, em múltipla interação, gerados por instrumentos musicais ativados, ora em conjunto, ora individualmente. Da eclosão interativa do coral com a orquestra e da orquestra com o coral surge a sinfonia polifônica que como diálogo sublime emociona e explora até quase o infinito as células humanas da sensibilidade.

se hace sin trabajo, y quieren, ya que lo pasan, ser recompensados, no con dineros, mas con que vean y lean sus obras y, si hay de qué, se las alaben.” (Anônimo, 1987:5-6).

Ancorados, inicial e fundamentalmente, em nossas percepções, tentaremos identificar nos discursos políticos escritos do Partido dos Trabalhadores aspectos que motivam a investigação, como sejam partir para identificar vozes e diálogos presentes nos textos, em outras palavras, captar a polifonia das vozes que constituem algo da possível e provável dialogia cósmica presente na política. Algumas das vozes serão consideradas fundamentais ou principais. Mas como garantir que essas vozes e não aquelas por nós ignoradas, desconhecidas ou deixadas de lado por consideradas menos importantes não são, não foram as realmente mais representativas e importantes?

Não há como garantir isto. Também não há como saber, como sonhar, em ter notícia de todas as vozes. Não há ‘mobiola’ (“repeteco”) para a história; não dá pra fazer voltar o tempo porque cada experiência humana é única, exclusiva, portanto, não repetível; pois nem na hipótese irreal de que a história voltasse se conseguiria objetivar todos ou os principais dados que intervêm na emissão de cada voz, nem ter certeza plena do que motiva cada voz.

Sempre toparemos com a extraordinária e inalcançável complexidade da realidade, complexidade que torna as ciências etapas a caminho das verdades: as ciências nos dão um acesso limitado e provisório ao real; o real sendo objetivado por uma apreensão parcial e subjetiva, incompleta, revela marcas, emite sinais, torna-se presente com as suas vozes e permanece como utopia a nos chamar.

As ciências encontram-se condenadas a notáveis doses de idealismo, à relativização da sua pertinência e abrangência, a sua condição de imersa na limitação; limitação que não lhe retira nada da sua capital importância para a história da humanidade. Apenas não poderá conduzi-las à comprovação de verdades eternas. Estas ficarão restritas aos campos da fé.

A história humana pode ser enxergada como um permanente, sempre renovado e insondável concerto de mil e uma vozes destinado a quem puder ouvi-lo, em cada um dos seus dias e de suas noites, em todos e cada um de seus instantes.

Tentamos aproximar-nos, desentranhar algo apenas de um desses concertos, o de alguns discursos escritos produzidos sob o guarda-chuva de um partido político brasileiro chamado Partido dos Trabalhadores ou PT.

5. PARA FIRMAR UMA BASE TEÓRICA E OS PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Não é fácil, por mais que seja fundamental, explicitar a base teórica e os pressupostos conceituais que são adotados, no âmbito da lingüística, dada a complexidade da linguagem; para confirmá-lo basta advertir a diversidade de propostas existentes, a depender da perspectiva teórica adotada. E o propósito de um trabalho acadêmico pode tornar essa tarefa muito mais complexa quando, como definimos e assumimos, se opta por tentar aproveitar possibilidades que oferecem propostas teóricas diferentes. Os modos de abordagem da palavra, do texto e do discurso apresentam uma notável diversidade de perspectivas; os do enunciado e enunciação estão demarcados em âmbito teórico mais delimitado.

Para a reflexão, no âmbito da análise do discurso, a percepção da palavra ora como signo, ora como expressão da interação entre consciências e ideologias e do discurso como enunciação, vem sinalizar na direção da apreensão da linguagem como evento fruto da interação social. Justamente é nesse horizonte epistemológico que para nós pode ser equacionada toda enunciação, e, mais particularmente, a enunciação do discurso político.

Consideramos que é dentro de um processo sempre inacabado e permanentemente renovado de interação social que se geram as linguagens e as palavras, os textos e os discursos. Isso representa um apelo ou sinaliza para a conveniência de abordar a palavra como realidade social concreta reveladora da interação humana; implica reconhecer a enunciação como a situação, como o evento em que se constituem os sentidos ao fazer uso das linguagens e seus enunciados. Representa abrir a via da interação social na exploração do coração das práticas discursivas. Predispõe a efetivar a análise da palavra no discurso como sendo a resultante de uma construção inevitavelmente heterogênea, por ser coletiva.

Assim, identificar teias de redes relacionais entre interação social e enunciação do discurso político escolhido constituem-se em eixos delimitadores do trabalho a realizar.

A partir dessa delimitação inicial que consideramos definidora, será conveniente precisar melhor a posição teórica de onde o “nós-pesquisador-escritor” fala, mesmo já tendo explicitado algum elemento da própria singularidade, de referências ao Círculo de Bakhtin, do propósito de explorar instruções de significação auferíveis do tratamento do léxico e dos âmbitos semânticos e da vontade de acompanhar processos que revelem eixos semânticos nos discursos.

Após precisar melhor o lugar de onde o “nós-pesquisador-escritor” fala, deveremos dissertar sobre a opção relativa aos conceitos que dizem respeito à compreensão do que seja o falar e a decisão de para quem pretendemos falar.

Tivemos anteriormente a oportunidade de explicitar algo da nossa visão sobre a concepção e conseqüências da dialogia e da polifonia como conceitos universais próprios da linguagem em situação de enunciação. Temos interesse, agora, em esclarecer a visão de texto e discurso que adotamos, em expor o alcance para a linguagem das noções de enunciado e enunciação e, especialmente, em refletir mais sobre a questão das relações entre interação, palavra, enunciado, enunciação e discurso, fazendo incidir tudo na reflexão acerca do discurso político.

5.1. A PALAVRA COMO EXPRESSÃO DA INTERAÇÃO ENTRE CONSCIÊNCIAS, IDEOLOGIAS E A SOCIEDADE

O termo ‘palavra’, em sua polissemia, partilha duma notável variedade de sentidos. Um deles era o de ser a mínima unidade duma cadeia falada portadora de significação. Só que deverá ser descartado ao advertir que se choca com a significação atribuível a unidades de significação mais elementares imersas na própria palavra.

O gramático Alarcos Llorach em sua *Gramática de la Lengua Española* (1994:26) adverte para a questão de que é em razão do hábito ortográfico, na escrita, a delimitação do que habitualmente consideramos uma palavra:

Os hábitos ortográficos são responsáveis de que na análise gramatical se opere com uma unidade que chamamos *palavra*”. Os signos sucessivos de um ato de fala nem sempre se correspondem com a palavra [...] A palavra se reconhece, sobre tudo, como uma unidade da língua escrita: aquilo que na escritura aparece entre brancos⁶⁹.

Um outro sentido é o de ‘unidade léxica’: a palavra carrega significados que são resultantes da associação ou amálgama de semas ou elementos semânticos mínimos que

⁶⁹ “los hábitos ortográficos son responsables de que en el análisis gramatical se opere con una unidad que llamamos *palabra*. Los signos sucesivos en un acto de habla no se corresponden siempre con la palabra [...] La palabra se reconoce, sobre todo, como una unidad propia de la lengua escrita: aquello que en la escritura aparece entre blancos”.

podem ser identificados em sua constituição; a dificuldade está em determinar ou delimitar quais são esses elementos. Kerbrat-Orecchioni (1980:70) adverte que sempre existe subjetividade nela, que um pretendido isomorfismo das unidades léxicas não passa de ilusão.

Segundo observa Cusin-Berche (2003:57-58) a noção de unidade léxica surge *a posteriori* e não como dado concreto; pode ser usada para designar um ‘vocábulo’ como unidade léxica em discurso; permite evitar a utilização do nome ‘palavra’, excessivamente impreciso, e o de ‘lexema’, restrito demais.

Schippan (in Lewandowski, 1992:254) acredita ser mais conveniente definir a palavra em cada ocasião num determinado nível e contemplá-la como o ponto de união de vários níveis (léxico-semântico, morfemático, fonológico, grafêmico, sintático; no nível léxico-semântico é o menor portador de significado relativamente independente; a efeitos semânticos a palavra vem a ser o elemento “menor e relativamente independente dos portadores de significação na língua, que resulta isolável fonética, gráfica e semanticamente na fala”⁷⁰.

Trata-se duma visão que exclui a palavra do universo da interação entre consciências, ideologias e a sociedade, bem dentro do sentido em que agem as lingüísticas estruturalistas surgidas a partir da lingüística geral atribuída a Saussure e coletada por alguns dos seus alunos.

Robins (1983) confere a Saussure a efetivação de uma autêntica “revolução copernicana” no campo da lingüística: por explicitar as perspectivas sincrônica e diacrônica no campo dos estudos sobre a linguagem; por separar e distinguir, na competência lingüística, entre *langue*, que é forma e deve ser vista apenas sincronicamente e descrita como sistema, e *parole*, que é forma e substância e à que não submete a essas restrições.

Saussure situou *la langue* – a língua – fora do processo real de comunicação e de interação verbal. Esta visão, para Bakhtin / Volochinov, transforma a palavra num conceito metafísico ou mítico ou em peça dos museus lexicográficos. De fato, de acordo com o Curso e Lingüística Geral de Saussure, *le parole* - a palavra -, como *le langage* – a linguagem – não podem ser objetos da lingüística por sua condição multiforme e heteróclita que se traduz em falta de unidade interna e de leis independentes, autônomas (Bakhtin / Volochinov, 1997:79-95, 127).

⁷⁰ “menor y relativamente independiente de los portadores de significado en la lengua que resulta aislable fonética, gráfica y semánticamente en el habla”

Pode concluir-se que se no âmbito da filosofia, da filologia e da teologia, a palavra tinha chegado a ser uma estrela que atraía e seduzia pensadores de diversas épocas e correntes de pensamento, no âmbito da lingüística moderna herdeira do Saussure mais conhecido, estruturalista sistêmico⁷¹, ela tendia a receber um tratamento de algo como tabu, ao ser encarada como abstração, realidade ambígua e dificilmente abordável com pretensões de elaborar um discurso científico.

Mounin (1973) comenta que Saussure tem mania dicotômica: a linguagem é reduzível a cinco ou seis dualidades que acabam impondo a oposição entre as instituições sociais e as semiológicas, entre símbolo e signo; e enxerga com espírito fortemente crítico o Curso de Lingüística Geral (publicado em 1916), por incompleto, vacilante, manipulado e falsificado.

Calvet (1977) adverte que os editores do Curso de Lingüística Geral não tiraram as conseqüências de que a semiologia englobava a ciência da língua e a da fala. Com isso, a visão da língua como sistema passou a dominar durante décadas nas reflexões da ciência lingüística; isso fruto de uma falha que existiu entre o Saussure-imagem e o homem-Saussure.

Restringir-se a esse tipo de abordagem reducionista, de tendência estática, foi a saída assumida como viável pela lingüística positivista. Pelos estruturalistas tradicionais, a linguagem virá a ser tratada como limitadamente trabalhável, do ponto de vista científico, apenas como abstração – fora de qualquer interação – ficando a fala como evidente candidata a ser deixada de lado pelas ciências experimentais. A linguagem deveria ser abordada apenas como língua para tornar possível uma abordagem qualificável como empiricamente científica. Tratava-se de uma proposta que separava, deixava em campos distantes da interação comunicativa a palavra e a consciência, a palavra e a ideologia, a palavra e a sociedade.

No Dicionário de Semiótica (Greimas – Courtés, 1979:322) a palavra é tratada como “um engodo particularmente ativo da lingüística” pois não conseguindo defini-la é expulsa, pelo que ela volta com novos disfarces e permanece como enigma. No entanto, Greimas trata-a como um discurso-objeto submerso num imenso universo semio-cultural (Espar, 2006:201-202). Ela como discurso-objeto vem a constituir-se na unidade mínima que orienta muitas reflexões lingüísticas.

⁷¹ Foram pouco divulgadas as pesquisas de Saussure que extrapolavam os limites da língua como objeto da ciência.

Visão esta não divorciável da tradição bíblica que no livro Gênese inicia a primeira versão sobre a criação do mundo concedendo à palavra divina, nem mais nem menos, todo o poder de preencher os céus e a terra que havia criado, designar, pôr nome equivale a atribuir o ser: “Deus disse: “Faça-se a luz!” E a luz foi feita” (Gen. 1, 1-3). Aspecto reassumido na parte cristã da Bíblia quando podemos ler o apóstolo de Jesus de Nazaré, João, afirmando ao iniciar seu Evangelho:

No princípio era a Palavra (Verbo), e a Palavra (Verbo) estava junto de Deus e a Palavra (Verbo) era Deus [...] E a Palavra (Verbo) se fez carne e habitou entre nós, e vimos sua glória, a glória que um Filho único recebe do seu Pai (Jo. 1, 1 e 14).

Em ambas as narrativas, portanto, a palavra é ação criadora. No texto de João a palavra divina é a própria pessoa divina.

Não pode deixar de surpreender a mais de um leitor a identificação desta Palavra (Verbo) com a própria divindade ou com os atributos dela: a palavra divina é ação divina.

Nas ciências e filosofia da linguagem, será com Vygotsky⁷² e Bakhtin, nas primeiras décadas do século XX, quando a espécie de sentimento de desconfiança ou impotência dos cientistas perante o fenômeno da fala será deixado de lado e combatido. Para tanto, ambos relacionarão a palavra com a interação social e dotá-la-ão de materialidade por conta de ser um signo tanto na fala quanto na escrita. Assim, contribuirão ao surgimento de outras abordagens filosófico-lingüísticas e científicas do mundo da palavra, libertadoras de limitações estruturalistas.

Vygotsky apresenta o significado das palavras não como um fato estável e fechado, mas como um processo evolutivo de constante interação com o pensamento: “um contínuo ir e vir do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento”⁷³. E conclui afirmando o caráter integrador da palavra como microcosmos da consciência:

⁷² Vygotsky, psicólogo, inspirando-se na dialética materialista, em 1934, em sua obra “Pensamiento y lenguaje”, ao discorrer sobre a inter-relação entre pensamento e linguagem, aborda o desenvolvimento cultural das funções psíquicas relacionadas com a ordem social. Conclui que a história do desenvolvimento psíquico interage com a história do desenvolvimento da sociedade humana. Detecta que pensamento e palavra estão vinculados de forma não estática mas constantemente dinâmica.

⁷³ “*un continuo ir y venir del pensamiento a la palabra y de la palabra al pensamiento*” que não faz de um ser simples reflexo do outro (Vygotsky, 1985:166-167).

“O pensamento e a linguagem, que refletem a realidade em distinta forma que a percepção, são a chave da natureza da consciência humana. As palavras têm um papel destacado tanto no desenvolvimento do pensamento como no desenvolvimento histórico da consciência em sua totalidade. Uma palavra é um microcosmos de consciência humana”.⁷⁴

Em direção oposta ao estruturalismo clássico, Bakhtin (1986:264-266), no texto *A palavra em Dostoievski*, confirma-se na impossibilidade de existir interação dialógica ao referir-nos à língua como sistema:

Na língua, enquanto objeto da lingüística, não existe nem pode existir qualquer tipo de relações dialógicas: são impossíveis tanto entre elementos de seu sistema (por exemplo, entre as palavras de um dicionário, entre morfemas, etc.) quanto entre elementos do ‘texto’ dentro dum enfoque estritamente lingüístico⁷⁵.

Ainda, Bakhtin (2000: 312-313) postula que as palavras que compõem a língua não são de ninguém, mas que em sua utilização concreta sempre vêm marcadas pela individualidade e pelo contexto. Nesse sentido distingue três aspectos em sua existência específica para o locutor:

Como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como *palavra do outro* pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como *palavra minha*, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. Sob estes dois últimos aspectos, a palavra é expressiva, mas esta expressividade, repetimos, não pertence á própria palavra: nasce no ponto de contato entre a palavra e a realidade efetiva, nas circunstâncias de uma situação real, que se atualiza através do enunciado individual”

Bakhtin (2000:310) reafirma que “ao escolher a palavra, partimos das intenções que presidem ao todo do nosso enunciado, e esse todo intencional, construído por

⁷⁴ “El pensamiento y el lenguaje, que reflejan la realidad en distinta forma que la percepción, son la clave de la naturaleza de la conciencia humana. Las palabras tienen un papel destacado tanto en el desarrollo del pensamiento como en el desarrollo histórico de la conciencia en su totalidad. Una palabra es un microcosmos de conciencia humana” (Vygotsky, 1985:166-167).

⁷⁵ “En la lengua, en tanto que objeto de la lingüística, no existe ni puede existir ningún tipo de relaciones dialógicas: son imposibles tanto entre elementos de su sistema (por ejemplo, entre las palabras de un diccionario, entre morfemas, etc.) como entre elementos del ‘texto’ dentro de un enfoque estrictamente lingüístico”.

nós, é sempre expressivo”. Mas não deixa de assinalar que a “palavra (ou, em geral, o signo) é inter-individual. Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da ‘alma’, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade” (Bakhtin,2000:350). E, ao tratar acerca da expressividade da palavra, a faz decorrer não diretamente da sua significação ou de suas propriedades enquanto unidade da língua, mas da expressividade do seu gênero e do enunciado concreto (Bakhtin,2000: 309-314):

As palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários [...] não são de ninguém, porém, ao mesmo tempo, só as ouvimos em forma de enunciados individuais, só as lemos em obras individuais [...] a utilização da palavra na comunicação verbal ativa é sempre marcada pela individualidade e pelo contexto.

A interdependência entre a linguagem e a relação dialógica é colocada de forma incisiva ao abordar o “Problema do texto” (Bakhtin, 2002:309):

Lá onde não existe palavra, onde não existe linguagem, também não podem existir relações dialógicas, aquelas que não podem ser estabelecidas entre objetos ou entre categorias lógicas (noções, juízos, etc.). As relações dialógicas pressupõem a presença de uma língua, mas não existem no sistema da língua. Não podem ser estabelecidas entre os elementos da língua⁷⁶.

O Círculo de Bakhtin, e mais concretamente Bakhtin / Volochinov que assinam a obra, já anteriormente, em *O Marxismo e a Filosofia da Linguagem*⁷⁷, tinha proclamado o status teórico-científico dos estudos baseados na palavra por ela ser um os eixos

⁷⁶ “Allí donde no hay palabra, donde no hay lenguaje, no puede haber tampoco relaciones dialógicas, las que no pueden establecerse entre objetos o entre categorías lógicas (nociones, juicios, etc.). Las relaciones dialógicas presuponen la existencia de una lengua, pero no existen en el sistema de la lengua. No pueden establecerse entre los elementos de la lengua”.

⁷⁷ Sobre as idéias contidas na obra, assinada por Volochinov e Bakhtin, há uma corrente que atribui a autoria fundamentalmente ao primeiro porque seus conteúdos contrastam demais com outras obras atribuídas ao segundo. Volochinov morreu cedo e Bakhtin jamais quis assinar um documento confirmando os detalhes sobre autoria das obras a ele atribuídas. Pessoalmente temos dificuldade em aceitar a autoria individual de Bakhtin em qualquer obra que seja, dada a inspiração coletiva que ele soube imprimir ao seu trabalho de produção textual e o dilúvio de idéias apenas apontadas e não desenvolvidas de seus escritos mais recentes, quando todos os companheiros e amigos dos Círculos já tinham morrido.

onde se assenta a interação social. A afirmação se fundamenta no reconhecimento da materialidade do signo ideológico - o signo não é mais do que a materialização da comunicação social - e na percepção da palavra como absorvida por sua função de signo e, ao mesmo tempo, como fenômeno ideológico (Bakhtin / Volochinov, 1997:36).

Para ambos os autores, todo signo “resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação” (Bakhtin / Volochinov, 1997:44); para melhor caracterizar o signo, reforçam que ele pode ultrapassar sua própria especificidade “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma coisa” (Bakhtin / Volochinov, 1997:32).

A reflexão implica na incorporação na linguagem da dimensão ideológica. A refração implica em transformações discursivas de acordo com os interesses de classe existentes. Daí, os autores terem comparado o signo a uma arena onde os gladiadores se enfrentam para sobreviver: porque o signo ideológico reflete o ser da palavra como expressão social e refrata o confronto dos diferentes interesses sociais: a palavra como arena onde se desenvolve a luta de classes.

A fim de confirmar a materialidade da palavra como objeto de pesquisa, Bakhtin / Volochinov procuram relacionar a consciência e a ideologia com o signo e a palavra dentro de processos de interação. Assim quando relaciona ideologia e signo: “tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo” (1997:31). Relacionam palavra e ideologia ao definir a palavra como “o fenômeno ideológico por excelência” ou ao advertir que a “palavra acompanha e comenta todo ato ideológico” (Bakhtin / Volochinov, 1997:36, 37), em que a palavra está entronizada como signo na história, na sociedade e no coração dos homens, pois ela passará a ser veículo ou instrumento para expressar interesses, desejos, sonhos, elogios, reconhecimentos, juízos de valor, juízos estéticos, rejeições, ataques, insultos, propostas, etc.

Lembraremos, neste ponto, alguns versos do poema de Gabriel Celaya⁷⁸, “A poesia é uma arma carregada de futuro” que fala da palavra, ou melhor, da palavra na poesia,

⁷⁸ O autor deste poema “*La poesía es un arma cargada de futuro*” é um dos ícones da luta contra a ditadura franquista que assolou a Espanha de 1939 a 1975. Poeta espanhol, basco, contemporâneo (1911 -1991), uma das expressões da chamada poesia social, vê a poesia como um instrumento para transformar o mundo. Seleccionamos duas estrofes:

como uma poderosa arma para a transformação social. E por isto defende uma poesia comprometida socialmente e não obcecada pela beleza formal. A importância de produzir uma poesia engajada leva-o ao discurso de amaldiçoar a poesia que não for assumida como um compromisso de transformação social e a dispensar a beleza e os cuidados formais. Observemos esta dura atitude na tradução literal de duas estrofes do poema:

Não é uma poesia	Amaldiçou-o a poesia
Gota a gota pensada,	Concebida como um luxo
Não é um belo produto	Cultural pelos neutrais
Não é um fruto perfeito,	Que lavando suas mãos
É o mais necessário	Desentendem-se e evadem-se
O que não tem nome,	Amaldiçou-o a poesia
São gritos no céu	De quem não toma partido
E na terra são fatos	Partido até sujar-se

Na linha da palavra como engajamento social, Bakhtin / Volochinov tratam a palavra como "o modo mais puro e sensível de relação social" (1997:36). A adjetivação precedente, dedicada à palavra, relativa ela a representar os graus mais elevados de plenitude e de apreensibilidade da interação social, coloca-a como a mais privilegiada expressão e materialização das relações humanas. Uma das conseqüências desta caracterização impõe-se de imediato: os estudos científicos das relações sociais representarão caminhos para o estudo científico da palavra por ser ela própria também relação social.

Verdadeiramente, a palavra vem a ser "o material privilegiado da comunicação na vida quotidiana" (Bakhtin / Volochinov, 1997:37). Trata-se de algo que, de fato, a experiência de cada dia tende a confirmar-nos: a palavra é o veículo visível com que conta a consciência para expressar-se.

No es un poesía	<i>Maldigo la poesía</i>
gota a gota pensada,	<i>concebida como un lujo</i>
no es un bello producto	<i>cultural por los neutrales</i>
no es fruto perfecto,	<i>que lavándose las manos</i>
es lo más necesario,	<i>se desentienden y evaden,</i>
lo que no tiene nombre,	<i>maldigo la poesía</i>
son gritos en el cielo	<i>del que no toma partido,</i>
y en la tierra son actos	<i>partido hasta mancharse</i>

As palavras servem à consciência humana para estabelecer relações com outras consciências, para interagir com outros seres vivos: amores e ódios, acertos e enfrentamentos, pedidos e recusas, elogios e insultos costumam utilizar como seu veículo expressivo a palavra.

Segundo o pensamento gerado no Círculo de Bakhtin é, pois, o signo quem carrega o caráter ideológico ao relacionarem-se os seres humanos entre si. A palavra caracterizada como fenômeno ideológico e absorvida na sua função de signo, vem a repercutir a realidade das relações sociais, porque a palavra como signo, material sensível, veiculável pelo corpo, viabiliza não só o próprio desenvolvimento da consciência mas também a sua manifestação exterior. Bakhtin / Volochinov (1997:36-37), portanto, contemplam a palavra ao mesmo tempo como fenômeno ideológico e como signo neutro que carrega a ideologia, esta, sim, sempre comprometida.

Segundo este sentido da filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin: toda palavra é determinada, como que contaminada (Bakhtin, 2000:311), tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de se dirigir para alguém. A palavra sai de alguém e vai para alguém contaminada pela ideologia e a consciência dos interlocutores, levando consigo algo do ser das pessoas que se relacionam e comunicam através dela.

Parece conveniente alertar neste momento para a não coincidência do que Saussure chama signo – que articula significante e significado - com a noção de signo que veicula o Círculo de Bakhtin. Como também atentar para evitar confundir a palavra como mero signo (que identificaríamos com a noção de língua assumida sob a influência do Saussure universalizado por seus alunos)⁷⁹ com o que o Círculo de Bakhtin chama a palavra como signo e fenômeno ideológico (que identificaríamos como realização duma enunciação). Esta ressalva permite qualificar melhor o afirmado no texto seguinte:

Todas as propriedades da palavra que acabamos de examinar –sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente- todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias (Bakhtin / Volochinov, 1997:38).

⁷⁹ Para seus discípulos-escritores, Saussure escolheu a língua como objeto da lingüística científica, deixando fora, como cientificamente inatingível a palavra. Porém Bally, o principal deles, já relativizou a questão da objetividade da língua, e abriu espaço para a subjetividade através dos modos com que os sujeitos enunciam idéias (Negroni:2001,23-24).

É preciso observar que a neutralidade de que aqui se fala está referida a “qualquer função ideológica específica” porque a palavra, quando em enunciação, pode “preencher qualquer função ideológica: estética, científica, moral, religiosa” (Bakhtin / Volochinov, 1997:37).

Portanto, quando Bakhtin / Volochinov – segundo a tradução ao português que nos chega - falam na palavra da pureza semiótica, da neutralidade ideológica querem referir-se à palavra como presença no enunciado que está pronta para ser carregada de sentido; portanto, como a realidade ideológica, comprometida que surgirá de qualquer enunciação. Porque é justamente na utilização dessa palavra, na linguagem, na enunciação, onde aparece mais claramente o “papel contínuo da comunicação social, que é a materialização do signo ideológico, como fator condicionante da consciência individual” (Bakhtin / Volochinov, 1997:37).

Quem sabe se uma tradução da citação anterior, por exemplo, que falasse ‘na palavra enquanto expectativa ou não especificidade ideológica’, não seria mais adequada para evitar as ambigüidades do tipo ‘se é pura não se contamina, se é neutra não se compromete’ que estão entre as geradas pela formulação dada na tradução.

Observam os referidos autores como a palavra “penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos” e é por isso que a qualificam como “o indicador mais sensível de todas as transformações sociais”.[...] “A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (Bakhtin / Volochinov, 1997:41).

Que as mudanças e transformações sociais possam ser sinalizadas pelas palavras merece uma análise cuidadosa dado que é uma afirmação que exige captar e interpretar a função dessa sinalização na enunciação, na interação. Dado que as sinalizações deverão constituir-se numa importante fonte de informações ou de instruções de sentido para o analista do discurso.

No caso do trabalho que nos propomos, reservaremos para a referência à ‘língua’ o seu carácter polissêmico e a neutralidade ideológica entendida aqui como não comprometimento. À palavra no discurso nos referiremos como a voz comprometida ou como a aglutinação de vozes comprometidas, prenhe de sentidos, dinâmica, mutável por estar imbricada na enunciação. Será nas palavras ou em sua ausência onde poderemos detectar e interpretar uma série de informações surgidas do contexto espaço-temporal e sócio-cultural, desde as mais sutis às mais evidenciáveis.

Adotaremos a palavra como a comunicação resultante do processo de enunciação, valendo-se de recursos lingüísticos, para-lingüísticos e extra-lingüísticos. A palavra sempre estará associada a processos de interação e será vista como discurso polifônico (mesmo que nesta última concepção nos afastemos da abrangência da polifonia segundo Bakhtin).

Coincidimos com Bakhtin / Volochinov (1997:130) quando afirmam que “*A multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra*”.

E será nas relações entre as palavras assim concebidas numa perspectiva dialógica onde poderemos identificar outra série de informações ou instruções. Será nas situações que acompanham as palavras onde poderemos extrair importantes instruções de sentido. Por isso, operações discursivas que levem a oclusões, apagamentos, ênfases, acréscimos, etc., encontrarão na palavra presente ou ausente um ótimo informante, por tratar-se de “uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros [...] “território comum do locutor e do interlocutor” (Bakhtin / Volochinov, 1997:113). Entre as palavras poderemos pesquisar as teias de redes relacionais que se estabelecem entre elas no discurso e as que elas estabelecem com os demais discursos e acontecimentos sociais.

Esta visão sinaliza no sentido das prováveis vantagens para o pesquisador do discurso de uma abordagem numa perspectiva integradora, onde a enunciação é concebida num denso processo de interação social.

Nas obras escritas a partir do Círculo de Bakhtin, podemos encontrar uma tentativa de abordagem filosófico-lingüística da palavra como algo histórico-concreto, vivo, como um dos eixos onde se assenta a interação social. Isso é revelador da visão que compartilhamos da palavra como meio de interação que é capaz de ajudar a expressar as crenças e sonhos individuais e coletivos, de carregar em si mesma marcas dos interesses das pessoas e grupos que formam a sociedade e de sinalizar entendimentos e confrontações, acordos e conflitos, influências, etc. Aliás, justamente esta percepção da palavra na enunciação como algo vivo, sensível, simbólico capaz de sinalizar para os sentidos, identificando motivações, valores, interesses e intenções dos indivíduos e coletividades como vozes que interagem dentro dela é um dos fundamentos do trabalho que pretendemos realizar sobre o discurso do PT.

Em realidade, partindo da reflexão bakhtiniana, pode-se evoluir para apreciar a palavra enunciada como sempre renovada, única e não repetível, exclusiva e necessariamente dialógica e polifônica, eco de vozes, manifestação sempre nova, epifania, enfim. Ela é fruto definitivo no aqui e agora, de cada aqui e agora, de todos os ‘aquis’ e

‘agoras’. Ela constitui o produto da interação não repetível de muitos interlocutores ou interactuantes em níveis de influência diferenciados (quem prefere falar em locutor e ouvinte não poderá mais caracterizar ou marcar o ouvinte como aquela figura presente em passividade senão como aquele que ali se encontra em atitude falante, por permanecer em interatividade).

Em consonância com esta visão, a palavra no discurso político, na medida em que conseguir incorporar explicitamente a consciência e ideologias dos grupos sociais que a instrumentalizam, passa a ser testemunha qualificada e arma importante dos interesses que se enfrentam na confrontação social. Na palavra analisada como resultante da interação das diversas forças econômicas e sociais, encontram-se refletidos e refratados, mesmo quando escondidos ou mascarados, os interesses e os conflitos de classe, de gênero, de religião, de cultura, etc.

A palavra como uma ou diversas vozes, em interação com outras palavras, vindas de outras vozes, na enunciação, termina por ser a testemunha capaz de, para o analista do discurso, assinalar e indicar rumos, denunciar opções, manifestar a orientação das decisões político-sociais. Ao emergir carregada de ideologia é expressão privilegiada da interação social.

Neste momento traremos à tona considerações feitas anteriormente em razão da importância que lhe conferimos como formulação da posição teórica que assumimos – por correlacionar nossos conceitos de palavra, texto, discurso, enunciação e interação social - e para que sirva de conexão e harmonização entre as reflexões dos próximos capítulos. Dizíamos no início do presente capítulo (página 104) que “a percepção da palavra ora como signo e ora como expressão da interação entre consciências e ideologias e do discurso como enunciação, vem sinalizar na direção da apreensão da linguagem como evento fruto da interação social”. Consciência e ideologia interagem ao gerar a palavra na enunciação, quando ao relacionar-se necessariamente com os acontecimentos sociais passará a ser discurso. E acrescentávamos logo a seguir (página 104): “Justamente é nesse horizonte epistemológico que para nós pode ser equacionada toda enunciação, e, mais particularmente, a enunciação do discurso político”.

Creditamos e reconhecemos certos gêneros do discurso político – como, por exemplo, os gêneros manifesto e deliberação de congresso -, dentro da opacidade que caracteriza linguagens e discursos, a possibilidade de contar com maior transparência, devido ao fato de tentarem mostrar sua idiosincrasia de fermento social. Mas, reconhecendo, de imediato, a não completude e novidade permanente do interagir da palavra do discurso político com a sociedade onde é proferido.

É neste sentido dialógico que nos referiremos à palavra neste trabalho.

A palavra estabelece uma relação complexa, não coincidente, dada a heterogeneidade de sua constituição como palavra na enunciação. Como dizia-nos Jacqueline Authier, numa palestra, no Recife (Pernambuco – Brasil), em maio de 2003, a objetividade da palavra é ilusão dado que ela resiste a essa espécie de redução e, ao mesmo tempo, mostra-nos o problemático da relação do ser humano com a linguagem

A reflexão precedente nos permite ponderar e valorar o que significa estar dotado do dom da palavra e reconhecer a enunciação como o evento onde ela realmente se constitui como tal e como o *locus* onde se constituem os sentidos. Considerações que levam a analisar a palavra no discurso como resultante de uma construção coletiva, passando a ser, portanto, não apenas polissêmica, mas inevitavelmente heterogênea e provavelmente opaca.

Alguns destes aspectos não escapam, por exemplo, a Tannen (1996:33) quando ao relativizar as estratégias lingüísticas mostra que elas são potencialmente ambíguas e polissêmicas.

Fica mais explícita a espécie de ‘revolução copernicana’ que assumimos para a abordagem teórica da palavra no discurso, ao conceituá-la como sendo uma construção que acontece na interação de consciências, ideologias e sociedade.

Segundo esta postura gnosiológica que assumimos, o léxico, os enunciados, alheios a consciências e ideologias, podem, sim, representar algum tipo de condição à palavra – como sejam certos limites semânticos ou sintáticos – mas não podem impor, nem reduzir ou delimitar os sentidos que adotará a palavra nos processos enunciativos dentro da interação social. Zavala (1991:50,105) confirma o princípio dialógico como que toda palavra é habitada pela palavra do outro; a palavra não é unívoca, mas polissêmica e pluriacentuada. Os sentidos, os discursos gravitam na órbita da enunciação o que lhes garante a sua plurivalência.

5.2. ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO

Na visão que assumimos acerca da palavra, encaixa-se plenamente aquela que entra a constituir enunciados em situação ou processo de enunciação. Em consonância com o exposto em páginas precedentes, ao referir-nos à palavra, não pretendemos aqui evocar o conceito de vocábulo ou de unidade léxica; queremos tratar da palavra entendida, por exemplo, como “o material privilegiado da comunicação na vida quotidiana” (Bakhtin /

Volochinov, 1997:37) que quando em enunciação, pode “preencher qualquer função ideológica: estética, científica, moral, religiosa” (Bakhtin / Volochinov, 1997:37); ou como a comunicação resultante do processo de enunciação, associada a processos de interação e que será vista como discurso polifônico; ou como algo vivo, sensível, simbólico capaz de, na enunciação, sinalizar para os sentidos, identificando motivações, valores, interesses e intenções dos indivíduos e coletividades; ou como vozes que interagem dentro dela; ou como realidade que é capaz de ajudar a expressar as crenças e sonhos individuais e coletivos, de carregar em si mesma marcas dos interesses das pessoas e grupos que formam a sociedade e de sinalizar entendimentos e confrontações, acordos e conflitos, influências, etc.

É esta visão acerca da palavra que deve delimitar a compreensão do que vem a ser o enunciado como um fenômeno da enunciação.

Lozano / Peña / Abril (1999:95), ao fazerem uma referência a Jakobson, ilustram a passagem do enunciado à enunciação e vice-versa graças às palavras chamadas dêiticos por sua característica de que reenviam obrigatoriamente à ‘mensagem’ e implicam uma referência ao processo de enunciação:

Assim, a pessoa do verbo caracteriza os protagonistas do processo enunciado por referência ao processo da enunciação. /Eu/ assinala a identidade de um protagonista do enunciado com o agente do processo da enunciação. O tempo verbal funciona com igual mecanismo: o pretérito, por exemplo, informa-nos de que o processo do enunciado é anterior ao da enunciação, enquanto que o modo reflete a relação que os protagonistas da enunciação estabelecem com o processo e os protagonistas do enunciado⁸⁰.

Em outras palavras, o “eu” nos remete ao agente da enunciação, o “tempo verbal”, ao tempo da enunciação, o “modo”, à relação processual que se estabelece. Enunciado e enunciação sacodem-se mutuamente, inevitavelmente, num processo de interação que, para efeitos de reflexão metalingüística, não ultrapassa os limites das redes de relações intratextuais. O enunciado se faz presente na enunciação estabelecendo algumas pautas destinadas a condicionar o leque dos sentidos apreensíveis. Assim, Orlandi (1987:107)

⁸⁰ “*Así la persona del verbo caracteriza a los protagonistas del proceso enunciado por referencia al proceso de la enunciación. /Yo/ señala la identidad de un protagonista del enunciado con el agente del proceso de la enunciación. El tiempo verbal funciona con igual mecanismo: el pretérito, por ejemplo, nos informa de que el proceso del enunciado es anterior al de la enunciación, mientras el modo refleja la relación que los protagonistas de la enunciación establecen con el proceso y los protagonistas del enunciado*”.

como Benveniste entende a enunciação como um processo de apropriação, um processo mediador do semântico.

García e Tordesillas (2001:68-72) comentam o pensamento de Benveniste, em relação aos dêiticos, dado que ele coloca as palavras no marco espaço-temporal da enunciação, reconhecendo a dêixis de pessoa como eixo da enunciação e da intersubjetividade existente no ato interlocutivo. Porém, advertem, acertadamente, que outros muitos recursos servem para indicar a subjetividade na enunciação:

Recursos lingüísticos de opinião, de qualificação, de gradualidade, de gestão do discurso, de implícitos, de modalidade, etc. procedimentos que, por sua vez, se realizam no discurso mediante o emprego de caracteres tipográficos, pontuação, nomes, verbos, adjetivos, advérbios conectores, operadores, pressuposições, inferências, formulações sintáticas, etc.⁸¹

Em sentido diverso, Oliveira (95:240-241) aponta a visão de Landowski da enunciação como um processo de disjunção, dado que o enunciado por sair do enunciador, na enunciação, passa a sofrer menor controle e a ter maior heterogeneidade.

Maingueneau (2002:56) compara a relação enunciado / enunciação como uma relação de oposição semelhante à do produto com seu modo de ser produzido: o enunciado é a marca verbal do acontecimento que é a enunciação. Vem a ser como que o produto de um processo.

Ducrot (1986:183), por sua vez, em sua teoria polifônica da enunciação, conceitua esta como o acontecimento constituído pela aparição de um enunciado. A enunciação vem a ser o acontecer aqui e agora de um enunciado. O sentido que os enunciados contribuem a gerar é fruto de um diálogo travado entre três instâncias o sujeito falante, o locutor e o enunciador- é a ocorrência aqui e agora de uma frase (esta entendida como objeto da gramática) deixa entender que estão satisfeitas as condições que o tornam legítimo. Ducrot (1986:187) vê o sentido como descrição da enunciação, como o próprio fato de mostrar a superposição de vozes que acontece nela:

Aquilo que o sujeito falante comunica por meio do seu enunciado é uma qualificação da enunciação desse enunciado [...] o objeto próprio de uma concepção

⁸¹ “de recursos lingüísticos de opinión, de calificación, de gradualidad, de gestión del discurso, de implícitos, de modalidad, etc. Procedimientos que, a su vez, se realizan en el discurso mediante el empleo de caracteres tipográficos, puntuación, nombres, verbos, adjetivos, adverbios conectores, operadores, presuposiciones, inferencias, formulaciones sintáticas, etc.”

polifônica do sentido é mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de várias vozes⁸².

Diante dessas posições, nós temos a dizer que não basta considerar o que o sujeito falante comunica ou o que acha estar comunicando por meio do seu enunciado, dado que outras vozes alheias ao enunciado e fruto da situação de enunciação, introduzem-se no processo de enunciação. Como aponta Zavala (1991:49-56) o enunciado se apresenta como mudança e troca de vozes entre sujeitos discursivos; como interações dialógicas que ao incorporarem as vozes do passado, a cultura, a humanidade revelam sua orientação social.

Por isso, são, mais uma vez, as contribuições do Círculo de Bakhtin, mesmo que com focos diferentes nos vários escritos, que para nós qualificam melhor, ao complementar-se, as noções de enunciado e enunciação. Sublinham Brait e Melo (2005:67,70-71) que no processo interativo entre enunciado e enunciação de acordo com aquelas concepções, instala-se a intersubjetividade na concretude e historicidade: o enunciado é dirigido a alguém numa situação determinada que determina a forma lingüística.

Para nós é singular que, em conexão com a noção de palavra assumida, postula-se um *continuum* dialógico situação / enunciado / enunciação que traz implícito o *continuum* entre texto e discurso. Este aspecto é o que tentamos expressar ao adotarmos a tipologia ‘documento’, ‘texto’, ‘discurso’, (para o singular), ‘documento(s)’, ‘texto(s)’, ‘discurso(s)’ (para o singular ou o plural), ‘documentos’, ‘textos’, ‘discursos’ (para o plural), preterindo outras tipologias que identificam texto com discurso ou que se baseiam apenas na distinção de texto e discurso.

Comentaremos, brevemente, algumas posições que o Círculo de Bakhtin nos legou, em momentos diferentes, e que apontam na direção do *continuum* entre texto e discurso:

a) A visão de que o diálogo quotidiano, a carta pessoal, o discurso científico, o discurso ideológico ou até um romance completo podem ser considerados enunciados, resultantes da enunciação (Bakhtin, 2000:281);

b) A compreensão de que em realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más (Bakhtin / Volochinov, 1997:95);

⁸² “Lo que el sujeto hablante comunica por medio de su enunciado es una cualificación de la enunciación de este enunciado” [...] “el objeto propio de una concepción polifónica del sentido es mostrar como el enunciado señala, en su enunciación, la superposición de varias voces”

c) A afirmação de que o enunciado está ligado por milhares de liames ao contexto extraverbal vivido (Todorov, 1981:192);

d) A concepção de que a enunciação sendo uma fração de uma corrente de comunicação (Bakhtin / Volochinov, 1997:123) insere-na na evolução dos grupos sociais;

e) A concepção dialógica da linguagem: até a enunciação monológica (uma inscrição num monumento) é resposta a alguma coisa (Bakhtin / Volochinov, 1997:98) o que representa universalizar como inevitável o caráter dialógico da linguagem; a percepção de que a enunciação significa interação com a situação e o meio social e é um “puro produto” dela (Bakhtin / Volochinov, 1997:121); isto representa dinamitar qualquer possibilidade de estabelecer limites estreitos para a relação linguagem / comunicação, enunciado / discurso porque a interação social constitui “a realidade fundamental da língua” (Bakhtin / Volochinov, 1997: 123); neste sentido, assinalam que “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” [...] “A situação social mais imediata e o meio social determinam completamente a estrutura da enunciação” (Bakhtin / Volochinov, 1997:112-113,127); “A relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal”(2000:343);

f) A afirmação de que o centro organizador da enunciação é exterior (Bakhtin / Volochinov, 1997:121); assim, deslocam a primazia da relação lingüística para fora da língua e da linguagem estabelecendo-a nos processos de interação comunicativa;

g) O ‘eu’ só pode realizar-se no ‘nós’ (Todorov, 1981:192). O ‘eu’ é polifônico por essência e comunica-se com uma amálgama de vozes; sempre somos ‘nós’, nunca o ‘eu’ individual, autônomo (Zavala, 1991:58).

Estas posições se complementam e podem ser harmonizadas entre si, porque esses autores ao considerarem a interação verbal realizada através da enunciação consideram esta como um acontecimento puramente social; assim, qualquer obra é um enunciado que na enunciação passa a ser uma fração duma corrente de comunicação verbal social ininterrupta ou apenas um momento da evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. Como exemplo de reiteração, concatenaremos e glosaremos alguns dos enunciados dos autores: a enunciação ser o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, significa existir interação com a situação e o meio social, existir uma relação dialógica e ser uma fração duma corrente de comunicação cujo centro organizador é realmente exterior (Bakhtin / Volochinov, 1997:122-127).

Da nossa parte, entendemos ser profundamente relevante para os trabalhos com a linguagem inseri-la em processos de enunciação - porque ela é sempre inter-subjetiva,

sempre tem destinatário (Zavala,1991:52) - para abordar o enunciado dentro do âmbito da comunicação, superando assim o nível sintático, gramatical próprio da oração ou da frase. O enunciado precisa ser visto dentro de um processo enunciativo, dentro do social, portanto, dentro da enunciação: sem enunciação, propriamente, não se deve falar em enunciado, o enunciado é tal quando visto em função da enunciação.

Volochinov (1976), no texto *Discurso na vida e discurso na arte* expressa que o enunciado concreto nasce, vive e morre no processo de interação social entre os participantes na enunciação porque todos os produtos da criatividade humana nascem na e para a sociedade humana; quando julgamos algo como já dito, como comunicado, se abrange a situação extraverbal do enunciado. Em outras palavras, concluiríamos, ao concordar com ele, que enunciação e enunciado interdependem: o enunciado só existe em função de um processo de enunciação em curso e a enunciação só acontece enunciando enunciados: um existe em função do outro.

Mais ainda, o Círculo de Bakhtin nos oferece várias imagens simbólicas expressivas para ilustrar o que seja a relação dialógica continuada que estabelecem os enunciados: a imagem do elo e as imagens do eco e da lembrança.

Quanto à imagem do elo:

Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados (Bakhtin, 2000:291);

o enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal” (Bakhtin, 2000:308);

O enunciado é um fenômeno complexo, polimorfo, desde que o analisemos não mais isoladamente, mas em sua relação com o autor (o locutor) e enquanto elo na cadeia de comunicação verbal, em sua relação com os outros enunciados (Bakhtin, 2000:318-319);

O enunciado está ligado não só aos elos que o precedem mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal (Bakhtin, 2000:320);

Não pode haver enunciado isolado. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que o sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; é apenas o elo de uma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia (Bakhtin, 2000:375).

E estende a imagem do elo à obra como um todo: “A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal” (Bakhtin, 2000:298).

Traz também as imagens do eco e da lembrança:

O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum de comunicação verbal (Bakhtin, 2000:316);

Mas sem esquecer de asseverar o caráter criativo do enunciado na relação dialógica:

O enunciado nunca é simples reflexo ou expressão de algo que lhe preexistisse, fora dele, dado e pronto. O enunciado sempre cria algo que, antes dele, nunca existira, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza, etc.) (Bakhtin, 2000:348).

Ainda podemos referir-nos à bem-humorada e expressiva metáfora que diz respeito à enunciação do enunciado: “Um locutor não é o Adão mítico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” (Bakhtin, 2000:319).

5.3. TEXTO E DISCURSO

Texto e discurso, como construtos teóricos, costumam estar profundamente imbricados ou implicados um com o outro. Para alguns, são equivalentes; para outros, são diferentes, sejam interdependentes ou não.

Espar T. (2006:351) acha que a questão desta terminologia é algo bizantina: “Como em todos os assuntos das ciências da linguagem e da cognição têm sido escritas milhares e milhares de páginas em torno da sinonímia entre discurso e texto e o contrário. Rastier considera-o um debate *um tanto franco-francês demais*”⁵⁴. Prossegue observando que o texto configura um nível da descrição lingüística e coloca o exemplo de como na tradição hermenêutica e filológica, o texto é um escrito que adquire um valor sagrado por ter um valor institucional.

Nós, ignorando a crítica e acompanhando a perspectiva do Círculo de Bakhtin, ancoramos nossa reflexão na aceitação da existência de um *continuum* entre texto e

⁵⁴ “Como en todos los asuntos de las ciencias del lenguaje y de la cognición, se han escrito miles y miles de páginas alrededor de la sinonimia entre discurso y texto y lo contrario. Rastier lo considera un debate *un peu trop franco-français*”

discurso que nos permite trabalhar com a abstração da existência de três etapas: documento, texto e discurso. Mas, como é difícil (e impróprio?) fragmentar um *continuum*!

O documento considerado como algo meramente formal – enxergado como um composto de orações - apenas poderia ser cogitado como possível dentro do horizonte gramatical ou da metalinguagem. Porque a partir da sua utilização, não como mera “menção” ou metalíngua mas como “uso” ou como língua objeto⁵⁵, de língua enquanto linguagem, da linguagem enquanto expressão e fruto da interação, já começa a poder aceder ao horizonte da comunicação, já é um evento fruto de alguma enunciação. Em palavras de Bakhtin / Volochinov (1997:123):

“A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*”

A língua passa a ser abordada como linguagem quando concebida como instrumento de interação social, quando avaliada dentro de uma relação que inclui as relações intra e extralingüísticas. Porque, simplesmente, sem a realidade dessas relações, a linguagem não chegaria a acontecer: um texto, um documento, no livro fechado, sem ver nem o título, na prateleira da biblioteca, não passa de um objeto inerte, com determinados tipos de traços ou manchas em suas páginas. Situação em boa parte reproduzida quando abrimos páginas escritas num idioma cujo código lingüístico é para nós completamente desconhecido. Neste nível, ainda, nem texto mereceria ser considerado porque não diz nada ou quase nada: seria um objeto para qualquer uso indistinto; ornamentar, servir de contrapeso, alimentar uma fogueira...

Só quando o escrito já é visto, assumido como corpus (François, 2003:65) ou documento é que começa a estar inserido num processo enunciativo, já diz algo, começa a partilhar a condição de texto que comunica, que é discurso.

⁵⁵ Lozano / Pena / Abril (1999:147) trazem a contribuição dos filósofos, relativa aos termos menção e uso, segundo que a expressão signifique a si mesma ou aquilo do qual se fala, respectivamente. Daí a distinção entre menção e uso é estendida à teorização semântica. Lyons aponta a ‘reflexividade’ ou capacidade de referir-se ou descrever-se a si mesma como um dos traços característicos das línguas naturais. Prefere deixar de lado os termos ‘menção’ que se aplica à reflexividade ou mera expressão de uma reflexão de caráter gramatical e o termo ‘uso’, ou utilização da língua em algum de seus significados, em razão da ambigüidade que pode gerar o substantivo ‘uso’ (1989:7-12).

O texto, quando lido, quando assumido por algum leitor passa, de fato, a existir como tal, mas fica sendo modelado, de alguma forma, em função do(s) seu(s) interlocutor(es) e da respectiva situação social⁵⁶. Aspecto que não elimina inúmeras redes de relações que é possível identificar entre as palavras presentes no texto e que podem ser sinalizadoras e reveladoras de instruções de significação. Às instruções dessas redes incorporam-se, inevitavelmente, as instruções geradas pelos interesses ou realidades existenciais dos leitores ou interlocutores. Daí que preferamos reservar a nomenclatura ‘texto(s)’ àquele documento que já vai/vão sendo lido(s) ou assumido(s) como discurso(s), mas sem a sua formulação, divulgação ou promulgação como ‘discurso’.

Temos consciência de que diferenciar a reflexão realizada numa perspectiva formal da realizada numa perspectiva de interação abre caminhos para teorizações diferenciadas em cima do que venha a ser considerado texto como objeto inerte (documento) ou de texto como objeto vivo e de discurso como linguagem em interação social.

A seguir, em capítulos diferentes, atentaremos com maiores detalhes para a complexidade que envolve ambas as noções, as tentativas de responder às questões e a viabilidade e condições da diferenciação entre texto e discurso.

5.3.1. A noção de texto e sua complexidade

A noção de texto se revela complexa. Não é fruto do acaso a diferente abrangência que lhe é atribuída pelas diversas escolas e autores.

A noção de texto, numa aproximação inicial, guarda relação com a sua etimologia: texto tem a ver com ‘tecido’, com algo que usufrui a característica da ‘textura’, aliás, com o fato de contar com todos seus elementos organizados e relacionados entre si, fundando uma unidade (Calsamiglia, Tusón, 2002:219). Nesse patamar de pensamento, o que um texto tem a dizer, tem a ver, a princípio, com as instruções que são passadas pelas articulações travadas entre os seus diferentes componentes lingüísticos que se encontram

⁵⁶ Interlocutores que, com maior ou menor vantagem teórica ou não, podem ser chamados de ‘enunciador’ e ‘enunciatário’ na teoria da enunciação ou de “actantes” (atuantes) ou de participantes, a partir de Tesnière, termo preferido na semiótica. A nossa opção aqui, a este fim, é pelo termo ‘interlocutor’ mais familiar e conhecido apesar de aberto a diversas conotações teóricas. Reservamos o termo ‘atuantes’ para todos os fatores – pessoais ou não pessoais, individuais ou coletivos - que atuam dialogicamente nos processos de interação.

“tecidos” entre si. Mas, as próprias articulações revelam instruções de sentido embutidas em pressuposições, implicaturas lógicas, restrições semânticas ou marcos compreensivos vários. O texto passa a ser enxergado como uma trama de relações intrínsecas, como uma trama de articulações a desafiar o pesquisador. Assim nasce o filão da lingüística do texto.

No âmbito da reflexão sobre a linguagem, a adoção do texto como unidade de estudo lingüístico – e não apenas gramatical, exegético, filológico ou literário – marca o início da superação da perspectiva de análise apenas frasal, com o que se passa a centrar esforços na revelação das articulações existentes entre as frases. E são, como adverte Hjemlev, os atores sociais, através da sua competência, aqueles que atribuem a solidariedade entre as partes do texto (Lozano, Pena, Marín, 1999:19-21).

Marcuschi, L.A. (2003:III:7-10), ao realizar o que qualifica como ‘breve história lacunar’ da lingüística do texto, divide as concepções de texto segundo ele seja visto: a) na perspectiva estrutural, como uma estrutura coerente de sentenças; b) como unidade, ao mesmo tempo, lingüística e comunicativa, privilegiando a organização tópica; c) voltada para a comunicação, como um evento comunicativo num contexto de interação.

Observaremos como respondem a estas concepções, de alguma forma e de modo diferenciado, os lingüistas Adam, Weinrich, Van Dijk, Beaugrande e Dressler, Pessoa Barros, Orlandi, Maingueneau, François, Bakhtin e Marcuschi L.A.

Adam (1991:9) - a título de hipótese de trabalho e a fim de abranger a extrema heterogeneidade dos ‘gêneros do discurso’, tal qual assinalada por Bakhtin - delimita o texto formalmente como um tipo de estrutura, ao propor a seguinte definição: “Um TEXTO é uma estrutura hierárquica complexa que compreende *n* seqüências –elípticas ou completas – do mesmo tipo ou de tipos diferentes”.

Weinrich (apud Marcuschi L.A. , 2003:III 1,5) concebe o texto como “uma seqüência ordenada de signos lingüísticos, entre duas interrupções bem marcadas da comunicação”. A partir dessa premissa, numa perspectiva de caráter estrutural, defenderá a identificação da lingüística apenas com a lingüística de texto, o que Marcuschi, nessa cita, entende ser um exagero. Para nós, ao colar critérios estritamente formais a uma experiência de interação existencial, torna ambíguo e menos relevante seu conceito pois fica enquadrado na perspectiva estrutural.

Van Dijk (2001:55,93) por sua parte, apresenta a noção de texto como um construto teórico que consegue ter uma correspondência apenas indireta com o seu uso na vida quotidiana; concebe-o como um construto de macroestruturas a partir do construto de orações. Conceitua o texto como seqüência de orações que possuem uma macroestrutura; a

macroestrutura do texto é uma representação abstrata de sua estrutura global de significação (Van Dijk, 1973:55). Para ele é estabelecida uma correlação de interação mútua entre texto e contexto. Observa na mídia a existência de uma relação sistemática, não arbitrária, entre as formas estruturais e os significados globais, condicionando o processamento cognitivo do texto (Van Dijk, 1991:2-4). Conclui que a produção e compreensão de textos, por sua natureza interativa, constituem uma forma de ação social (Van Dijk, 2000:23). Poderíamos enquadrar esta visão na do texto como unidade, ao mesmo tempo, lingüística e comunicativa, privilegiando a organização tópica.

É mérito de Beaugrande e Dressler (1997:31) o esforço de caracterização dos caminhos que levaram a alcançar com rigor científico uma descrição e explicação do texto e seus diversos tipos. Eles rompem com os modelos que priorizam aspectos legalistas e prescritivos para o reconhecimento da textualidade e optam por um enfoque dinâmico, integrado e compreensivo da linguagem a partir de um horizonte probabilístico, não determinista e não estático:

“Deve-se tentar descobrir regularidades, estratégias, motivações, preferências e valores por defeito, em lugar de regras e leis. As tendências dominantes permitem realizar uma classificação mais realista dos fenômenos do que as categorias estritas. A aceitabilidade e a adequação são dois critérios que têm que cumprir um texto e que têm mais importância que a gramaticalidade e a correta formação. Os processos de raciocínio humano são mais essenciais para utilizar e transmitir o conhecimento mediante textos que as provas lógicas⁵⁷.”

Estes autores entendem que a textualidade se apóia no discurso (Beaugrande e Dressler, 1997:263) e que o problema mais premente a ser resolvido é o de como funcionam os textos na interação comunicativa dado que uma ciência do texto deve ser capaz de entender e de explicar tanto os traços característicos dos textos quanto aqueles que os diferenciam. Nesta direção é que consideram o texto como um evento comunicativo que tem que cumprir sete normas de textualidade, a saber: coesão, coerência, relações de causalidade, atitude de

⁵⁷ “Hay que intentar descubrir regularidades, estrategias, motivaciones, preferencias y valores por defecto, en lugar de reglas y leyes. Las tendencias dominantes permiten realizar una clasificación más realista de los fenómenos que las categorías estrictas. La aceptabilidad y la adecuación son dos criterios que ha de cumplir un texto y que tienen más importancia que la gramaticalidad y la correcta formación. Los procesos de razonamiento humano son más esenciales para utilizar y transmitir el conocimiento mediante textos que las pruebas lógicas”.

aceitabilidade por parte do receptor, informatividade ou transmissão de informações conhecidas ou novas, situacionalidade ou relevância na situação em que aparece, e a intertextualidade (1997:35-46).

Em relação a estas normas de textualidade, Marcuschi (2003:III:7-10), faz a observação de que a coesão “não é tida como um princípio de boa-formação textual” e que a coerência “será definida como um ponto de vista ou uma operação sobre o texto”. O autor, a partir de um percurso cognitivo, mesmo reconhecendo que gera os problemas decorrentes de realizar a sua definição dentro de uma perspectiva estrutural – ainda que não saussuriana -, lança sua própria proposta na que fica claro o predomínio da consideração do texto dentro de um horizonte comunicativo. Desta forma se aproximam, como mostraremos mais adiante, sem colidir, texto e discurso:

“Texto é um evento lingüístico social e cognitivo, de natureza comunicativa, falado ou escrito, de qualquer extensão, organizado de acordo com os princípios morfológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos das línguas envolvidas” (Marcuschi, L.A., 2003:III:12).

Esta noção satisfaz porque inclui o fato de ter que ser considerado um evento organizado de acordo com uma série de princípios, de índole lingüística e cognitiva, que pode comunicar algo em função das instruções de sentido que suas articulações internas suscitam nos interlocutores presentes. Porém, para nós, o texto assim caracterizado não consegue escapar duma espécie de “contaminação de caráter discursivo” que surge em razão da sua manipulação por algum leitor. Seria uma espécie de maldição do *continuum* texto – discurso que salientava Bakhtin.

Marcuschi, L. A. (2003,V,1-12) analisa vários modelos textuais cognitivos em que o conhecimento é visto “como o resultado de um conjunto entrelaçado de operações mentais”, dentro de um contexto, quando é ativada uma série de conhecimentos prévios (enciclopédicos, lingüísticos, interacionais, globais, etc.) que, por sua vez, ativam redes semânticas que estão organizadas na memória, seja por reações intra-conceituais, seja por relações inter-conceituais e que resultam em unidades armazenadas na memória. Identifica como modelos de relevância textual: os “frames ou enquadres, os esquemas – que funcionam como ‘andaimes ideacionais’, os scripts ou roteiros, os cenários e os modelos mentais globais - que comportam relações espaciais, temporais e causais. Avalia, igualmente, algumas carências nos diferentes modelos: falta uma noção de língua como atividade sócio-cognitiva,

sistêmica e organizada; falta uma explicação do funcionamento da língua; falta uma visão adequada do texto como fenômeno social e histórico; não é suficientemente contemplado o princípio da indeterminação lingüística; falta uma reflexão mais sistêmica sobre os gêneros e a tipologia textual. Carências que sinalizam para a necessidade de traçar novas perspectivas teóricas dada a complexidade inerente à noção de texto. O autor tem consciência de limitações que são deixadas de lado quando se quer falar em lingüística textual.

Barros (1990:90), na saga da lingüística de Hjelmslev e da semiótica greimasiana, apresenta o texto como objeto de significação e objeto cultural de comunicação entre sujeitos, sendo “o resultado da junção do plano do conteúdo, construído sob a forma de um percurso gerativo, com o plano da expressão”.

Orlandi (1987:139-140) inclui na sua visão de texto a situação discursiva; portanto, como um evento comunicativo num contexto de interação:

“Texto como unidade de significação, como multiplicidade de efeitos de sentido; é unidade diferente que a soma das frases: é conceito que acolhe o processo de interação e a relação com o mundo pela (e na) linguagem” [...] “O texto é tudo o que organiza os fragmentos correlacionados da linguagem e situação (ou recortes), portanto, que tem compromisso com as condições de produção e a situação discursiva.”

Maingueneau (2002:56,61), na mesma linha, define o texto como um enunciado apreendido como um todo, como uma totalidade coerente que pertence a um gênero.

Pensamos que com propriedade, François (2003,66-67) adverte para o perigo de atribuir ao texto aquilo que é aportado pelo receptor, de confundir a compreensão do texto com aquilo que o receptor pensa. O mesmo autor (2004) trata como texto todo discurso - oral ou escrito - que se encontre em situação terceira, aliás, fora das condições primeiras de sua enunciação; ele existe e age independentemente da forma em que foi produzido.

Bakhtin (1997:305) assinala que “o texto é a realidade primária e o ponto de partida para qualquer disciplina no campo das ciências humanas”⁸⁷; portanto, nada mais natural do que sua diversidade e suas variadas possibilidades de articulação interdisciplinar. Em seus apontamentos, dos anos 1959-1961, quando assinalava as intuições de pesquisa sobre

⁸⁷ “*el texto es la realidad primaria y el punto de partida para cualquier disciplina en el campo de las ciencias humanas*”.

os problemas do texto, por ele propostas e desejadas, vai mais longe ao explicitar a contextualização dialética e holística própria de qualquer texto dentro de seu âmbito específico, ao apreendê-lo como projeto e sendo visto como enunciado:

“O texto como enunciado incluso na comunicação discursiva (cadeia textual) de uma esfera dada. O texto como uma espécie de mônade que reflete em si todos os textos possíveis de uma esfera determinada de sentido” [...] “Por trás de cada texto está o sistema da língua [...] corresponde-lhe todo o repetido e reproduzido e todo o repetível e reproduzível, também todo quanto existe dentro dum texto dado (seu caráter determinado). Mas, ao mesmo tempo, cada texto (visto como enunciado) é algo individual, único e irrepitível, no qual consiste todo seu sentido (seu projeto, aquilo para o que se tinha criado o texto)” (2002:295-296)⁸⁸.

O texto como tratado por Bakhtin reflete o *continuum* ao qual nos acolhemos. Isso não significa que a segmentação que fizemos como construto teórico – documento, texto, discurso – deva ou possa ser considerada simétrica com a conceituação por ele realizada. O ponto de partida – o sistema da língua - talvez pode corresponder-se com o texto como documento ou como corpus. Já o tratado é como mônade que reflete todos os textos possíveis corresponderia a colocar o que chamamos de texto num contexto de relação dialógica; o tratado como enunciado corresponderia em parte ao que chamamos texto, em parte ao que chamamos discurso.

Queremos acolher-nos a essa visão dialógica do texto como sendo um enunciado projetado para ter sentido; visão em que é dilatada sua significação num dimensionamento contínuo que vai do único e específico até quase um infinito.

5.3.2. A noção de discurso e sua complexidade

⁸⁸ “El texto como enunciado incluido en la comunicación discursiva (cadena textual) de una esfera dada. El texto como una especie de mónada que refleja en sí todos los textos posibles de una esfera determinada de sentido” (...) “Detrás de cada texto está el sistema de la lengua” (...) “le corresponde todo lo repetido y reproducido y todo lo repetible y reproducible, también todo lo que existe dentro de un texto dado (su carácter determinado). Pero al mismo tiempo cada texto (visto como enunciado) es algo individual, único e irrepitible, en lo cual consiste todo su sentido (su proyecto, aquello para que se había creado el texto)” (2002:295-296).

Em sua origem latina ‘discursus’ apontava para o significado de correr de uma parte a outra ou para o de significar o próprio percurso ou espaço percorrido. Hoje, a unidade léxica ‘discurso’, nas línguas romanas, tende a ter relação com o discorrer de idéias, com dar curso e concatenar os pensamentos. Porém, pouco a pouco, a noção de discurso se distancia do que revelava a etimologia da palavra na medida em que implica relação com textos e com sujeitos.

Espar T. (1994) analisa a questão da complexidade da noção de discurso ao observar a diversidade e dispersão de âmbitos que tratam diferentemente do discurso que reduzem as coincidências a algo quantitativo e menos relevante:

“O discurso é aquilo graças ao qual nos comunicamos na análise conversacional. Na pragmática, o discurso é o ato de fala com todas as suas implicações situacionais, é o objeto que produz o sujeito do ponto de vista psicanalítico e é a matéria que toma o inconsciente para permitir que seja mostrado o rejeitado e o inibido, o discurso é a fala e sua história [...] Quando dizemos “análise do discurso” somente num aspecto existe acordo: a unidade que se adota como objeto é quantitativamente mais extensa do que a frase”⁸⁹.

A seguir, a mesma autora pontua a diversidade de teorizações que comporta este campo de estudo. Uma delas é a de Harris baseada na microanálise como condição para atingir o todo a partir das partes (Espar T. :1994), visão que vemos limitada ao formal:

“Podríamos agrupar em volta das investigações sobre o discurso de inspiração harrissiana, aquelas que dividem o todo em níveis – fonético, morfológico, sintático e que praticam uma forma de micro-análise que se orienta das partes para o todo. Esta concepção considera que a análise deve preocupar-se com o conhecimento dos elementos responsáveis pela coerência e pela coesão”⁹⁰.

⁸⁹ “El discurso es aquello gracias a lo cual nos comunicamos en el análisis conversacional. En la pragmática el discurso es el acto de habla con todas sus implicaciones situacionales; es el objeto que produce el sujeto desde el punto de vista psicoanalítico y es la materia que toma el inconsciente para permitir que se muestre lo rechazado y lo inhibido; el discurso es el habla y su historia [...] Cuando decimos “análisis del discurso” solamente en un aspecto hay acuerdo: la unidad que se toma como objeto es cuantitativamente más extensa que la frase”.

⁹⁰ “Podríamos agrupar alrededor de las investigaciones del discurso de inspiración harrissiana, aquellas que dividen el todo en niveles -fonético, morfológico, sintático y que practican una forma de micro-análisis que se orienta de las partes hacia el todo. Esta concepción considera que el análisis del discurso debe preocuparse por el conocimiento de los elementos responsables de la coherencia y de la cohesión”.

Marcuschi (2003,III,6-7) não aceita, por inexata e simplista, e compartilhamos sua visão, a diferenciação entre texto e discurso quando se baseia numa correlação de proporcionalidade matemática entre enunciado e enunciação. Para ele discurso é o que sai da sua situação de enunciação e é percebido como portador de sentido; o sentido auferido é uma resultante que não precisa mostrar-se proporcional ao que o enunciado apresenta.

Espar T. (1994) observa o que Benveniste adverte sobre a inscrição do sujeito no enunciado quando “emite e apropria-se do aparelho formal da língua, enunciando sua posição de locutor através de indícios específicos”⁹¹. Posição que consideramos que já observa marcas dialógicas.

Espar T. (2006:351), também, lembra que se reconhece à Escola Francesa de análise do discurso, e, em particular, a Pêcheux, a autoria de uma diferenciação entre texto e discurso; o discurso tratado “como formação social dotada de regras de projeção que estabelecem relações entre situações e posições, permite a projeção do social sobre o individual, ao mesmo tempo que a instância da enunciação permite a projeção do individual sobre o lingüístico (Pêcheux e Fuchs:15)⁹² Orlandi (1987:27), cita Pêcheux (1987:108), ao referendar que a língua é condição da possibilidade do discurso, e detecta o discurso na produção e efeitos de sentido entre interlocutores⁹³.

Na realidade, atingimos aqui uma das grandes questões que dividem autores e escolas como seja a de dar uma resposta convincente às indagações: ao delimitar a abrangência de texto e discurso, onde começa e termina o texto, onde começa e termina o discurso?

Em visão que compartilhamos, Fiorin observa que todo discurso define sua identidade em relação ao outro (1994:33) ou que o discurso opera sobre os outros discursos (2001,129). Isso equivale a acreditar no descentramento tanto dos sujeitos quanto dos seus discursos para entronizar a interação como relação fundamental. Portanto, a heterogeneidade passa a ser um componente primário constitutivo do discurso (Authier-Revuz, 2004).

⁹¹ “trata de comprender cómo el sujeto hablante se inscribe en el enunciado que emite y se apropia del aparato formal de la lengua, enunciando su posición de locutor a través de indicios específicos”.

⁹² “como formación social provista de reglas de proyección que establecen relaciones entre situaciones y posiciones, permite la proyección de lo social sobre lo individual, al mismo tiempo que la instancia de la enunciación permite la proyección de lo individual sobre lo lingüístico (Pêcheux y Fuchs, 1975:15)”

⁹³ Acreditamos que há modalidades de linguagem ou de discurso que não utilizam alguma das línguas, mas, apenas, elementos paralingüísticos como gestos, imagens, sons, ritmos e formas variadas de semiose.

Não resulta difícil concordar com François (2003:65) quando caracteriza o discurso como a maneira mais natural com que um propósito de uma pessoa concreta é dirigido a uma ou várias pessoas concretas, numa situação dada. Trata-se, pois do processo rotineiro de interagir propositalmente uns com os outros. O propósito suscita reações, efeitos pontuais ou globais, ditos ou não ditos e algum esclarecimento do que é comum ou não na situação em função do que é ausente (o passado, o futuro, o possível). Esclarecer o que se passa nesta circulação discursiva é o que cada um de nós faz no dia a dia.

Mainueneau (2005: 15), em seu livro “A gênese dos discursos”, numa primeira aproximação, vê o discurso como uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas. E observa ser preciso “pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação”. Há no dizer e na enunciação elementos que escapam ao controle do dito, do enunciado. Neste sentido, em sua quinta hipótese, adverte que o discurso não é somente um conjunto de textos senão que é também uma prática discursiva, dado que responde a uma lógica institucional submetida a um sistema de restrições semânticas que desloca o discurso em direção a seu “ambiente” (2005:125-143). Segundo Espar T. (2006:352), para Mainueneau o discurso seria uma instância superior ao texto que juntaria o enunciado e a situação de enunciação ou comunicação.

Em visão que compartilhamos, Fairclough (2001:89-97) assume plenamente o caráter do discurso como forma de prática social o que implica que ele é visto como um modo de ação que estabelece uma relação dialética sobre a sociedade, as estruturas sociais e o mundo. Entre os efeitos que o discurso pode produzir assinala a construção de identidades sociais, de relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença. No âmbito da prática política e ideológica, o discurso “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder” (Fairclough,2001:94).

Estas teorizações representam uma amostra da complexidade da noção de discurso; porque quando a identificação do discurso vai além da noção de texto, quando as instruções auferidas do discurso extrapolam as inferíveis da textualidade, nós penetramos em âmbitos menos controláveis e reduzíveis, mais flexíveis, mais abertos a compreensões e leituras diversas, mais sujeitos às surpresas que podem representar os não ditos, mais vulneráveis aos influxos das ideologias e dos interesses dos intervenientes na relação discursiva, aos elementos não verbais da situação, enfim, mais espaço abrimos para a percepção da palavra como interação.

Para nós a visão do discurso integrado ao documento e ao texto como um *continuum* enunciativo, dentro de um contexto, tem como referência matriz obrigatória o Círculo de Bakhtin. Ao tratar do discurso na poesia e do discurso no romance, nos possibilitam refletir acerca da necessária relação de diálogo social existente entre enunciado e situação e objeto da enunciação, dado que faz coincidir o discurso com a enunciação (Bakhtin,1998:86):

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto.

O “enunciado existente” vem a ser sempre o resultado de processos de enunciação, vem a ser expressão desses “milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social” e por isso constituir-se-á num “prolongamento” ou numa “réplica” do processo de diálogo social ininterrupto em que se constitui a aventura dos seres humanos: as enunciações, em sua situação específica e não repetível, geram enunciados que serão assumidos em novas enunciações que gerarão novos enunciados, e assim por diante.

Também detém-se a expor a complexidade do jogo que penetra o discurso (Bakhtin, 1998:86):

A concepção de seu objeto por parte do discurso é um ato complexo: qualquer objeto ‘desacreditado’ e ‘contestado’ é aclarado por um lado e, por outro é obscurecido pelas opiniões sociais multidiscursivas e pelo discurso de outrem dirigido sobre ele. É neste jogo complexo de claro-escuro que penetra o discurso, impregnando-se dele.

Nessa mesma linha, alerta para o fato de que entre o discurso concreto (enunciação) e seu objeto ‘contestado’ interpõem-se discursos alheios, para, a seguir, inserir uma das formulações básicas adotadas para orientar nosso trabalho de pesquisa (Bakhtin. 1998:86):

O objeto está penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entoações. Orientado para seu objeto, o discurso penetra nesse meio

dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entoações.

Talvez seja esta referência aquela que para nós melhor é capaz de representar um marco para a nossa concepção de interação discursiva, aquela que com maior felicidade consegue exprimir esse fenômeno tão extraordinário da interação discursiva e comunicativa.

E, mais concretamente, no caso que centra o nosso estudo, o dos discursos políticos, pode ser observado como há entre eles uma grande diversidade de modelos discursivos ou gêneros. Desde aqueles prenes de recursos retóricos que recorrem freqüentemente a citações, frases de efeito, estórias, etc., àqueles dominados ou absorvidos pelo afã de explicitude ideológica ou política sem maiores concessões aos recursos da retórica tradicional ou a citações. Mesmo que todos sejam dominados pelo interesse de garantir os pretendidos efeitos de sentido.

Para Bakhtin (2000:290) a resposta, concordar ou discordar, é inerente á relação dialógica do discurso:

O ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude responsiva ativa; ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso [...] toda compreensão é prene de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor.

Ao analisar o plurilingüismo social que se encontra dialogicamente na consciência do romancista, Bakhtin (1998:99) insiste na primazia da intenção, do aspecto semântico, expressivo e objetal, sobre o que possam representar os índices lingüísticos ou os gêneros para diferenciar as linguagens:

O discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre o objeto: se nos desviarmos completamente desta orientação, então sobrá em nossos braços seu cadáver nu a partir do qual nada saberemos, nem de sua posição social, nem de seu destino. *Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado.*

A fortíssima imagem do cadáver nu em nossos braços nos remete, em parte e no tocante ao discurso, ao que em nossa pesquisa chamamos de ‘documento’; nele, à espera do leitor, o externo, que as fizesse interagir. Quanto ao relativo ao sofrimento, hoje em dia, os avanços da genética, por exemplo, contestariam em boa parte a causalidade apenas externa do sofrimento psíquico, o que resultaria em anular o valor pedagógico da metáfora utilizada pelo autor.

A menor conseqüência dessas considerações é que a partir da visão dialógica do discurso própria do Círculo de Bakhtin, amplia-se o universo das interações dialógicas, para todos os demais âmbitos. E como Machado lembra (2005:152-153), os gêneros textuais e os demais discursos, no âmbito do dialogismo, passam a ser focalizados como esferas de uso da linguagem verbal ou da comunicação fundada na palavra.

Daí que um trabalho de pesquisa com esse nível de dimensionamento dialógico tem que ser considerado uma arriscada aventura. Não bastará olhar para o texto, nem sequer para a intertextualidade com outros textos: será preciso olhar para a situação da sociedade, para os acontecimentos históricos, para tudo quanto tem significado como réplicas discursivas.

A relação dialógica para com todo o já dito, passa a mostrar-se como particularmente pertinente para a análise do discurso político (Bakhtin, 1998:88-89):

Qualquer discurso da prosa extra-artística – de costumes, retórica, da ciência – não pode deixar de se orientar para o ‘já dito’, para o ‘conhecido’, para a ‘opinião pública’, etc. A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo [...] O discurso nasce do diálogo como a sua réplica viva, forma-se na mútua orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica.

Mais, ainda, o discurso trabalhará com a perspectiva de respostas potenciais, futuras (Bakhtin, 1998: 89):

Mas a dialogicidade interna do discurso não se esgota nisso. Nem apenas no objeto ele encontra o discurso alheio. Todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada.

Aspecto este que, cada vez mais, mostra-se como um dos alicerces do discurso e da ação política atual.

5.3.3. O texto no discurso e o discurso no texto: correlação plural

Trata-se de uma correlação complexa, *sui generis*, tal como vem sendo apresentado neste trabalho já a partir dos “Elementos de teorização introdutória”. Fazíamos naquele momento uma série de indagações ou perguntas que pode ser interessante retomar: o que é que pretendem dizer mesmo esses textos ou discursos? com quem interagem? a que questões pretendem responder? a quem interessam os discursos e por quê? o que esse texto ou discurso diz sem o dizer? ou o que não diz ao dizer? para que serve? que efeitos produz? age em que sentido?

Advertíamos, a seguir, que a resposta a questões dessa índole gera um sem fim de caminhos teóricos, uma pluralidade de vertentes, mas que fundamentalmente eram duas as tendências que aglutinavam as propostas lingüísticas que nos tinham chamado a atenção neste âmbito: uma, fazia coincidir texto com discurso ou discurso com texto; a outra, diferenciava, numa gradação diferenciada, texto de discurso. Ainda, levantávamos questões como: não parece algo óbvio que o texto só completa sua própria entidade quando é lido por alguém? acaso o texto pode, historicamente, ‘dizer’ algo se ninguém o ‘escuta’? se não “são para-alguém” até que ponto podemos continuar considerando-os textos? o conteúdo do texto não renasce, não se recria, sempre, na nova interpretação quando lido por alguém, mesmo que seja o próprio autor, relendo em outro momento? Respondíamos que o texto sempre será lido de uma forma nova, pessoal, exclusiva, e, deste modo, estávamos introduzindo a perspectiva do discurso como imbricada na própria possibilidade da existência do texto como sendo ‘texto-para-alguém’⁹⁴.

Neste suposto, excluído o âmbito da reflexão metalingüística, o texto nunca poderá deixar de ser apreendido como discurso. A partir do momento em que o texto tem um leitor sujeito, qualquer que ele seja, a leitura com que esse leitor “se contamina” de discursividade, é discursiva, passa a ser um discurso. Trazíamos há pouco a posição de Marcuschi (2003,III,6-7) de que o discurso seria aquilo que sai da situação de enunciação e é

⁹⁴ Conferir as páginas 57-58 .

percebido como portador de sentido. De fato, é a situação de enunciação que faz com que o texto possa ser e seja apreendido como discurso. O experimento de analisar o texto abstraído-o da sua situação de enunciação pode ser realizável porque o texto tem uma peculiaridade inegável: a de estar aí; um estar-aí na expectativa de ser assumido como discurso, mas que não impede que apenas seja olhado como objeto, como construto abstrato objetivável, como “texto-para-ninguém”. Neste caso, podem ser detectadas “n” relações intratextuais, “n” instruções de significação; nesse suposto, tratamos do texto como algo que está aí, aséptico, imutável, inerte. Porém, o texto como “texto-para-alguém” representa a exigência de discursividade.

Na realidade, propriamente falando, não se deve tratar de texto sem o horizonte do discurso. Nem do discurso sem a existência de texto, sempre e quando for considerado texto qualquer espécie de expressão semiótica. Porque há discursividade inscrita em qualquer modalidade de evento cultural, seja ou não obra ou expressão de arte, seja ou não algo utilitário. Um beijo, um gesto, um crime, uma construção arquitetônica, uma fila, a guerra, etc. inscrevem em si próprios uma mensagem, são discursos. Que venham a ser considerados textos implica em considerar como texto todo quanto for semiótico.

Quando texto e discurso passam a ser enxergados como entes inseparáveis, no acontecer histórico, eles passam a acontecer como diferentes e interdependentes: ao explicitar e apreender um deles temos que contar com a correlação existente com o outro, com a sua imbricação mútua. Por isso, acaba tornando-se complexas as tentativas de diferenciação, porque não ficam bem delimitadas a suas respectivas abrangências e noções.

A fim de exemplificar melhor sua diferenciação, narraremos um singelo caso ocorrido conosco. Durante o almoço numa cantina universitária líamos na frente da camisa vestida por uma aluna (enunciados dispostos em seqüência vertical): não bebo; não fumo. Mais embaixo, acabamos lendo: não uso drogas. Sorríamos, e pensávamos, com satisfação, na tranqüilizadora mensagem. Nem imaginávamos que o texto ainda continuava. Mais tarde, quando a aluna levantou-se para procurar uma sobremesa, lemos outra frase escrita mais embaixo: morri! Experimentamos surpresa e decepção e abrimos nosso interior a reflexões sobre a questão discursiva: como o discurso é sensível, volúvel, incrível!; os três primeiros enunciados, sem mudar sua forma externa, sua composição textual, foram arrastados pelo furacão do último enunciado, como por arte de encantamento, para um sentido diametralmente oposto: de uma valorização discursiva não apreciativa das ações consumir bebidas alcoólicas, fumar, usar drogas, tinha-se passado para uma ultra-valorização positiva desse conjunto de ações, ao estabelecer um contraste cognitivo, não dito, entre morrer e viver.

A seguir, em nossas cavilações, lembramos o poema *Biografía*⁹⁵ de Gabriel Celaya (1996:31): “E descansar, morrer”. Parecia um intertexto daquele poema, pensamos, e com isso nos repusemos do choque; mas o mistério do mundo do discurso, da relação do texto com os sujeitos em situação de enunciação específica, o modo surpreendente de como texto e sujeito em situação podem afetar os sentidos captados nos discursos, mantêm-nos perplexos e acordados.

Portanto, a questão colocada é complexa: como compreender e delimitar o texto sem ter que passar por alto que é algo que necessariamente está imbricado numa situação de enunciação e que os sujeitos que interagem estarão implicados e implicando naquela situação e, conseqüentemente, no próprio texto?

É esta a compreensão que tem François, ao caracterizar o texto em relação ao discurso (2003:66-67), quando chama ‘texto’ aquele que estando escrito, é um discurso enquanto saindo da situação de enunciação e sendo percebido como fazendo sentido por um terceiro; a proclamação do texto já significa outra coisa, dado que as condições da enunciação do texto já desapareceram.

Porém, apesar das possíveis e perpétuas novas leituras o texto fica caracterizado como aquele ente que permanece e que possibilita o retorno a ele, a sua retomada indefinida. Aí, então, ocorre uma espécie de “inversão semiótica”: é o texto que detém informações concernentes a determinadas situações que ele é capaz de indicar ou assinalar, trazer à tona, enfim.

François (2004) adverte sobre o caráter regulador do texto em várias dimensões que agem simultaneamente: propicia uma certa imagem do mundo ao qual se remete, organiza de certa forma os enunciados para remeter para um mundo específico e para realizar um certo tipo de interlocução em relação a um interlocutor percebido de modo particular, como próximo ou distante, como perspicaz ou ignorante, etc.

De fato, acreditamos que é inegável a ação reguladora do texto para com as leituras que são realizadas. A questão com a que se pode interrogar o referido autor é referente a até que ponto as dimensões de regulação que atribui ao texto não o são do contexto ou mais propriamente de determinado interlocutor e seu mundo específico naquela situação concreta.

⁹⁵ Conferir também a nota 78. A última estrofe do poema aqui citado diz assim:

(...) “*No seas tan loco. Sé educado. Sé correcto.*

No bebas. No fumes. No tosas. No respíres.

Ay sí, no respirar! Dar el no a todos los nos.

Y descansar: morir.

Porque na medida em que a leitura realizada for atribuída ao texto essa leitura passaria a ser única, a que todos os leitores realizariam, o que nos parece mais do que improvável dado o forte componente ideológico que vemos na associação dos enunciados.

Nesta linha de raciocínio que mostra o quanto a ação reguladora do texto pode vir a ser pouco menos que irrelevante, narraremos outro acontecido. Cremos que pode contribuir a mostrar de forma mais radical, extrema e, portanto, desafiante a reflexão sobre a correlação texto / discurso.

Ministrávamos uma aula de Semântica; tinha iniciado às 8:00h da manhã; o intervalo, de uma hora, para almoçar, estava previsto para o meio dia; à tarde haveria uma nova sessão de quatro horas; passavam das 12:00h e a aula continuava para além desse limite; o tema tratado era o das diferenças entre significado, significação e sentido. Então, uma aluna, das habitualmente mais salientes, interrompe a aula com as palavras seguintes: “*Profesor, está lloviendo*”⁹⁶. Nós, entre surpresos e pegos em flagrante, paramos as argumentações e, após um pequeno silêncio, respondemos: “*Si llueve, entonces podemos quedarnos un poquito más*”⁹⁷. De imediato, ouviu-se uma gargalhada geral. Pouco depois, dávamos a aula por encerrada. O isolamento que proporciona o ar condicionado não nos permitia um contato direto com a climatologia exterior. E não havia qualquer sinal de chuva. Lá fora, brilhava um sol de verão nordestino, tropical, de rachar... Porém, ao que parece, a mensagem foi compreendida de forma semelhante por todos: “está na hora de encerrar a aula, professor!”.

Agora, retomemos algumas das questões que antes assinalamos: o que é que pretende dizer mesmo aquele pequeno texto? ou o que esse texto ou discurso diz sem o dizer e o que não diz ao dizer? age em que sentido?

O texto fala no acontecimento ‘chover’. Acontece que não está chovendo. Nada do mencionado pelo texto acontece que possa ser testificado pelos sentidos externos. Não fala de encerrar a aula, mas o professor e a gargalhada que se escuta parecem indicar que uma mensagem irônica e engraçada semelhante foi captada: “está na hora de encerrar a aula, professor”. Em realidade, a aluna, sabedora do nosso mau costume de esticar as aulas para além do horário, quis anunciar o advento da hora de encerramento da aula, de forma bem humorada; agia, provavelmente, no sentido de poder dispor do intervalo completo para o almoço. Nessa direção é que parece ir o sentido do seu discurso e é nesse sentido que ele foi captado; apesar da operação dissuasória e dissimuladora da resposta “Se chove, então

⁹⁶ “Professor, está chovendo”.

⁹⁷ “Se chove, então podemos ficar mais um tempinho”.

podemos ficar mais um tempinho”. Mais ainda, dentro dum contexto de humor e ironia pode-se pensar que caberia a enunciação de “n” enunciados diferentes com efeitos de sentido semelhantes: “Professor, a cabeça doe”; “Professor, a buzina do ônibus”, etc.

Podemos observar aqui a existência de interpretação e compreensão de um discurso que está amparado num texto que nada diz a respeito, pois o fato de estar ou não chovendo pouco ou quase nada tem a ver com o encerramento ou não de uma aula. O sentido do que se diz, aqui entendido como o comunicado pelo discurso, surge de outras experiências e circunstâncias, diríamos de ‘não ditos’ (momento, olhares, tom, pessoa interveniente, horário na organização escolar, etc.) que não do texto do enunciado entendido como ‘o dito’. Inclusive poderiam ser outras muitas as palavras utilizadas, bem diferentes, e a mensagem comunicada e captada ser semelhante.

Conseqüentemente, o que está funcionando aqui é exclusivamente o ‘não texto’; um discurso que é captado, sim, porém, à revelia da textualidade, distante, alheio ao texto. Como indica François (2004), de fato, fomos remetidos a alguma imagem do mundo que reorganizou nosso discurso e nossa ação. Em sintonia com Bakhtin / Volochinov (1997:128), ao distinguir entre significação e tema: “o tema da enunciação é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entonações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação”. Ou quando critica como “completamente ilegítimo” as demarcações que são feitas entre o denotativo e o apreciativo Bakhtin / Volochinov (1997:135) ou, em outras palavras, como “fundamentalmente insatisfatórias” as distinções que se estabelecem entre denotação e conotação ao tratar do “sentido usual e ocasional de uma palavra” Bakhtin / Volochinov (1997:131), porque “Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra” Bakhtin / Volochinov (1997:132).

No entanto, apesar de que não repudie taxativamente o uso da terminologia, acreditamos que essa filosofia não entra em choque com a linha de reflexão de Genette (1993:87-88) sobre denotação e conotação, entre o que é denotado e o que é evocado, quando fala em função, contágio contextual, etc.: “A diferença de significação não se deve, pois, à natureza dos signos, mas à função que lhes é conferida”⁹⁸ ou, em reflexão mais precisa, do mesmo autor, citado por Kerbrat-Orecchioni(1980:77-78), deve-se ter presentes os elementos paradoxais de atenuação, os fenômenos de contágio contextual, a função apologética da

⁹⁸ “La diferencia de significación no se debe, pues a la naturaleza de los signos empleados, sino a la función que se les confiere”.

publicidade, os efeitos desqualificadores dos discursos polêmicos dado que há palavras para uma “contra-valorização compensatória para uma valorização por contraste”. Elementos estes não próprios do texto, que não correspondem a instruções textuais, mas que se constituem em elementos indispensáveis do discurso.

Possivelmente Maingueneau tenta esclarecer este mesmo tipo de questão ao distanciar texto de discurso e reservar o termo ‘texto’ para quando se tratar de unidades verbais pertencentes a um gênero do discurso ao procurar apreender o enunciado ‘como um todo’, como constituindo uma totalidade coerente. No entanto, nós perguntamos: “Como uma totalidade coerente” é algo que poderíamos atribuir aos textos que antes comentamos? Os enunciados da camisa da aluna – antes citados - formam uma totalidade coerente? Inicialmente, não vacilaríamos em responder negativamente. Acaso podemos cogitar que aquele “morri” final é coerente com os enunciados precedentes, tem a ver com a natureza as referências dos signos empregados? Tem, não; em absoluto. Porém, a coerência possível nos chegará pelo caminho da ironia ou, concordando com Kerbrat-Orecchioni (1980:77-78), há pouco citada, através dos elementos paradoxais de atenuação, dos fenômenos de contágio contextual. Porque, não temos dúvida, existe aí uma totalidade não atribuível ao texto e que encaixa como discurso. Isto traz de volta a questão: onde termina o texto, a textualidade para deixar passo ao discurso, à discursividade?

Maingueneau (2000:57) observa a tendência a “falar de ‘texto’ quando se trata de produções orais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem, a circularem longe de seu contexto original” e o uso corrente de expressões como “textos literários” ou “textos jurídicos” e, observa também, como se evita chamar de ‘texto’ a uma conversa.

Então surgem duas novas perguntas em relação ao primeiro dos exemplos comentados: fora do seu contexto original perdurará a significação que por nós foi conferida ao texto e ao discurso na cantina universitária? Fora da aula, conviremos sem dificuldade tratar-se de um texto bem elaborado mas aparentemente inadequado para a situação que gerou a surpresa que se traduziu num discurso oportuno, competente. Fora do contexto original poderia revelar-se um discurso incompreensível, inoportuno. Portanto, aqui, o componente exterior, a situação de enunciação será o elemento determinante para obtermos o sentido do comunicado.

Na perspectiva semiótica, tem-se a identificação de texto e discurso apenas quando se trata de designar um ritual ou um balé, por exemplo, e existe a consciência do caráter polissêmico e ambíguo que possui o termo ‘discurso’ (Espar T.,1997:32-33).

Orlandi (1987:229) vê a necessidade de criar a distinção texto / discurso para poder operar na análise do discurso com uma unidade delimitável “pois não existe um discurso mas um estado de um processo discursivo”. Para esclarecer a distinção, propõe o seguinte paralelo:

Assim como na gramática transformacional o objeto da explicação é a competência e a unidade de análise é a sentença, na análise do discurso, o objeto da explicação é o discurso e a unidade de análise é o texto. E como há uma relação necessária entre eles, as propriedades detectáveis do texto são aquelas que o constituem enquanto visto na perspectiva do discurso.

Para Orlandi, assim pois, o texto reflete a duplicidade da sua constituição: enquanto objeto empírico pode ser um objeto acabado; quando se olha o texto na perspectiva da análise do discurso ele é referido às condições de produção e devolvido à sua incompletude.

Porém, de acordo com o visto em relação ao texto “professor, está chovendo” e “está na hora de encerrar a aula, professor”, unidades de análise e objeto de explicação diferem tanto que parecem não relacionáveis. No caso, não vemos como sustentar que exista uma relação absolutamente necessária entre texto e discurso. Existe, sim, mesmo que mediatizada por uma certa quantidade e variedade de experiências, uma relação entre ditos e não ditos que não propriamente entre texto e sentido, entre texto e discurso.

Conclusão que está na linha de que é ilusão o isomorfismo das unidades léxicas: mesmo aceitando que pode haver gradação “sempre há subjetividade” sustentará Kerbrat-Orecchioni (1980:71-72). Conclusão sintonizada com as idéias de Authier-Revuz (2004:37): “o lugar ‘do outro discurso’ não é *ao lado* mas *no* discurso”. Avaliação presente nas proféticas palavras de Bakhtin / Volochinov (1979:56):

“Toda vez que a linguagem é delimitada como objeto material, compacto, bem definido, observável, etc., perdemos a essência do objeto estudado: sua natureza semiótica e ideológica: é necessário englobá-la na esfera da relação social organizada”.

Portanto, a correlação que pode ser estabelecida e identificada entre texto e discurso é complexa e merecedora de uma cuidadosa atenção à hora de teorizar a respeito. Porque numa linguagem concebida como sistema estável, insensível a influxos exteriores,

nem existiria a possibilidade de falar em discurso. Numa concepção de linguagem penetrada por e absorvendo influências de relações sociais ela nos transporta necessariamente ao mundo do discurso e o texto passa a ser uma espécie de suporte com amplas dimensões condicionantes mas não necessariamente indispensáveis. Existe habitual, mas não necessariamente uma ampla correlação e influência – interação - entre texto e discurso.

5.4. O DISCURSO COMO ENUNCIACÃO E A ENUNCIACÃO COMO INTERACÃO SOCIAL

Entendemos o mundo do discurso como absolutamente correlato ao mundo da sua enunciação; e o mundo da enunciação é fruto de conjuntos de processos simultâneos que podem ser agrupados sob o nome de interação social.

Afirmaríamos buscando uma maior precisão conceitual: pretender falar em discurso pressupõe compreendê-lo como surgido de um processo enunciativo; querer falar de enunciação pressupõe compreendê-la como resultante de processos interativos, aliás, integrar a enunciação dentro de relações de interação entre um ou mais indivíduos ou grupos e um ou mais indivíduos ou grupos.

Justamente este enfoque será passível de acomodar, acolher melhor a realidade dos discursos políticos, em que indivíduos e grupos representam a si mesmos e a outros indivíduos e grupos.

Bakhtin / Volochinov (1997:31-35,109-135) valorizam a natureza social da enunciação, como indissolúvelmente ligada às condições de comunicação e, portanto, às estruturas sociais. É que, para esses pensadores, a enunciação deve ser entendida como réplica do diálogo social. A enunciação é a unidade de base da língua e não existe fora de um contexto social. O pensamento só existe dentro de uma orientação social dado que todo signo é ideológico.

Com Bakhtin / Volochinov diria: "A enunciação é de natureza social" (1997:106, 127); e, ainda (1997:66):

Em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida

exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de compreensão que deve, cedo ou tarde, provocar uma réplica. A palavra revela-se, no momento da sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais."

Portanto, não se justifica pretender considerar a enunciação como um evento aleatório, isolado ou como uma atitude individual: é sempre fruto de algum processo de interação em que estão presentes o psíquico e o ideológico, a objetividade e a subjetividade. O discurso verbal é um evento social: ele não está auto-encerrado no sentido de alguma quantidade lingüística abstrata, nem pode ser derivado psicologicamente da consciência subjetiva do falante tomada isoladamente. A situação social mais imediata e o meio social são determinantes na estrutura da enunciação.

Para tentar focalizar o fio condutor do pensamento do Círculo de Bakhtin poderíamos formular, com Yagüello (Bakhtin / Volochinov, 1997:14), a seguinte indagação: em que medida a linguagem determina e é determinada pela consciência e pela ideologia? A resposta tenderá a ser que, em verdade, o Círculo de Bakhtin as considera inseparáveis: não dá para compreender a linguagem sem considerar as duas: a consciência só pode ser consciência enquanto mergulhada na interação social. Assim, na medida em que define suas respectivas realidades, consciência e ideologia encontram sua expressão e renovação, o seu ente, na linguagem; e a linguagem, por sua vez, se impregna de abrangência e renova graças à renovação da consciência e da ideologia.

Concordando e parafraseando Bakhtin / Volochinov (1997), a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado: ela não age sobre o enunciado como se fosse uma força mecânica; a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Conseqüentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: a primeira parte percebida ou realizada em palavras e a segunda parte presumida, ou seja, o que constitui o não dito. O enunciado realizado em palavras, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. O enunciado surge desse diálogo como um prolongamento, como uma réplica. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social dado que toda palavra é ideológica e todo conteúdo ideológico depende do social: O

centro organizador é exterior. O enunciado se dilui no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de compreensão que deve, mais cedo ou mais tarde, provocar uma elaboração em forma de réplica.

De acordo com estas premissas, a enunciação não pode ser considerada como um fenômeno objetivável a partir da realidade individual: a enunciação será sempre partilhada entre o enunciado e tudo o que está em volta; o enunciado deverá ser avaliado como integrante de algum processo de interação.

Nesta perspectiva, a "enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor" (Bakhtin / Volochinov, 1997:112).

Por outro lado, Bakhtin / Volochinov (1997:41) condenam as tentativas de conceber o signo como um sistema sincrônico, inerte, dado que isso "apenas serve como escala convencional para registrar os desvios que se produzem a cada momento no tempo". Por isso não se deve pretender "reificar" (abordá-la como coisa, como objeto inerte) a linguagem, despojando-a de seu dinamismo Bakhtin / Volochinov (1997:103, 196).

Só a dialética poderá resolver a contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade da significação: a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta (Bakhtin / Volochinov, 1997: 122,123).

O signo é dialético, é dinâmico, é ideológico, plurivalente, é um fenômeno do mundo exterior. O signo lingüístico vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados. Só pode entrar no domínio da ideologia e tomar forma o signo que adquiriu uma significação inter-individual, um valor social. Tema do signo é a realidade que dá lugar à formação de um signo (assim, cada manifestação verbal tem o seu tema ou realidade que o referenda). O tema e a forma do signo ideológico estão indissolúvelmente ligados (Bakhtin / Volochinov, 1997:34):

A compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos [...] Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e conseqüentemente, somente no processo de interação social.

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação do que Bakhtin (1998:82) chama de forças centrípetas e centrífugas⁹⁹. Neste sentido, a enunciação, cada enunciação, representa um ponto ou momento de chegada, em tensão, da história humana:

Processos de centralização e descentralização, unificação e de desunificação, cruzam-se na enunciação, e ela basta não apenas à língua como sua encarnação discursiva individualizada, mas também ao plurilingüismo tornando-se seu participante ativo.

Por esta participação ativa de cada enunciação o estilo, o aspecto lingüístico é definido e não em menor grau do que pelo sistema normativo-centralizante da língua única. Cada enunciação que participa de uma "língua única" (que seria fruto das forças centrípetas) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilingüismo social e histórico (que seria fruto das forças centrífugas) (Bakhtin, 1998:82):

Trata-se da língua do dia, da época, de um grupo social, de um gênero, de uma tendência, etc." [...] "O verdadeiro meio da enunciação, onde ela vive e se forma, é um plurilingüismo dialogizado, anônimo e social como linguagem, mas concreto, saturado de conteúdo e acentuado como enunciação individual.

Nas enunciações projetam-se experiências, histórias, anseios pessoais e coletivos que virão a funcionar como instruções de sentido para os interlocutores. Nessas instruções encontram-se presentes, e poderão ser desveladas concepções ideológicas, sócio-culturais e políticas dos participantes no discurso.

Todo isso confirma que o discurso verbal é um evento social: ele não está auto-encerrado no sentido de alguma quantidade lingüística abstrata, nem pode ser derivado psicologicamente da consciência subjetiva do falante tomada em isolamento.

Ainda, a noção de dialogismo gera novos horizontes na reflexão acerca da relação enunciação e interação. A característica distintiva dos enunciados concretos encontra-

⁹⁹ Estes conceitos, originários da física, falam metaforicamente da duplicidade de forças que interagem na linguagem. Esta é comparada a um eixo submetida a movimentos em sua volta: a força centrípeta puxa para o centro do eixo e indica aproximação, permanência sem mudança; a centrífuga puxa para fora do eixo e indica afastamento, tendência à mudança. Assim, no discurso, o centrípeto representaria as tendências unificadoras, geridas por uma voz univalente dos sujeitos, a linguagem como algo unívoco; o centrífugo, as vozes não unificadoras, a linguagem como algo pluralente.

se precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extra-verbal da vida, e, uma vez separados deste contexto, perdem quase toda a sua significação (Bakhtin, 1998:82). Neste sentido, toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal¹⁰⁰. Ou, ainda, todo enunciado, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa. (Bakhtin / Volochinov, 1997:98).

Deste modo, “qualquer enunciação constitui uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta” que é apenas um momento da evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado (Bakhtin / Volochinov, 1997:123), pensamento que está em consonância com a visão ‘hiperfísica’ da evolução universal de Teilhard de Chardin (1994).

Qualquer enunciação pode ser contemplada como processo ou dentro de processos de interação verbal. Não se pode isolar a comunicação verbal da comunicação global em perpétua evolução e, por isso, é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (Bakhtin, 1997:121-123).

Este último aspecto é muito restrito na perspectiva de Maingueneau (2005:21-35). Ele chega a afirmar que o interdiscurso, como heterogeneidade constitutiva, prevalece no discurso, considerado como prática discursiva, por esta ser fruto da interação social e estar sujeita a um sistema de restrições semânticas globais. Mas, à diferença da visão sustentada pelo Círculo de Bakhtin, sua concepção de interação não extrapola as fronteiras do semântico, entendido o semântico como quanto tem ligação com instruções de sentido originadas do texto em seu processo de enunciação. Segundo Maingueneau (2005), o discurso é algo plenamente ideológico, construído em função de uma finalidade e submetido a regras; ele é interativo e é forma de ação; é assumido por um sujeito, acontece contextualizado e deve ser considerado no bojo do interdiscurso. É preciso procurar o interdiscurso dentro do intradiscurso. Seguindo esta linha de raciocínio, infere que a análise do discurso precisa de hipóteses que a tornem operacional. Estas hipóteses são as seguintes: o primado do interdiscurso (a unidade de análise é a relação interdiscursiva como espaço de trocas); entre os discursos ocorre um processo de inter-incompreensão regrada a partir de simulacros; existe um sistema de restrições semânticas globais, que não é de palavras, frases ou argumentos; a

¹⁰⁰ Já alertamos anteriormente que trabalhamos no horizonte dialético relativo a tudo o que possa ser concebido como linguagem. Nesta convicção até um monumento deve ser visto como dialógico e não como uma voz isolada e sem destino: o monumento interage semioticamente, por exemplo, com o seu próprio povo, sua cultura e tradições.

competência interdiscursiva se dá dentro da própria formação discursiva; o discurso é uma prática discursiva mensurável que integra produções de outros domínios e interage com outros momentos dentro de um esquema de correspondência entre campos heterônimos. Explicita que o sentido não se encontra essencialmente ‘no’ enunciado mas na situação de enunciação.

Sem dúvida, estamos perante uma série de ricas hipóteses que, além de retirar os discursos da teorização restritiva do lingüístico, abre interessantes portas à interação discursiva baseada em relações e trocas de índole lingüístico-discursivas. Porém, fecha as portas a outras relações e trocas próprias da interação social, tão generosamente abertas pelo pensamento do Círculo de Bakhtin. Acontecimentos, experiências, emoções, sonhos, interesses, etc, não traduzidos em material lingüístico ou semiótico ficam condenados a não ter vez na interação social que será assumida na opção de Maingueneau de análise do discurso.

5.5. A INTERAÇÃO NA ENUNCIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

Debruçar-se sobre discursos políticos é uma dessas atividades que têm tudo para fascinar e seduzir o pesquisador. Provavelmente porque reveladores dos mais recônditos e significativos esteios dos sujeitos humanos e porque os instrumentos passíveis de serem usados no processo de geração do discurso não somente são mais diversificados, abrangentes e complexos, senão também mais determinantes para os destinos da humanidade e mais interdependentes com esses próprios destinos. O que se faz ou não se faz sob o chicote ou o afago do discurso político!

Para nós, é mais particularmente no discurso político que os processos de interação que constituem a enunciação devem explodir no tocante à sua relevância social; porque são institucionalmente chamados a carregar anseios e frustrações, audácias e medos, alegrias e pesares de povos inteiros. Quem não vê os ciclones de energias contagiantes que impregnam muitas campanhas eleitorais! Como ignorar a significação discursiva de multidões delirando de esperança e de prazer! Como é bom deixar-se apossar por aquele sentimento de vitória!

Quando refletimos sobre o discurso político, transparecem, até com maior luminosidade, a propriedade das considerações que fomos trazendo relativas ao pensamento do Círculo de Bakhtin. Dentre outras coisas, por ser no discurso político onde mais

explicitamente se enunciam ou se tentam camuflar os interesses das diferentes classes sociais. Provavelmente, será nele onde melhor poderão ser identificados a interação e o confronto dos interesses das classes sociais entre si. Também pelo seu caráter tão genuíno e explicitamente polêmico (Bakhtin, 1986:284-285) e, quem sabe, porque o pesquisador vai ‘visitar’, vai se aproximar da região onde está em jogo o exercício do poder, de ditar direcionamentos coletivos à sociedade.

Assinalam Bakhtin / Volochinov (1997:43,47) que no ato de significar próprio da linguagem vivencia-se uma intensa atividade: “O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes”. As mudanças nas estruturas sociais levarão a mudanças ideológicas que levarão a mudanças lingüísticas que, a partir da enunciação, por sua vez, levarão a mudanças nas estruturas sociais. E assim sucessivamente. Trata-se de uma perspectiva de dimensão integradora, tendencialmente holística, própria do Círculo de Bakhtin. Porém, essa interação, com aparência de um certo determinismo, pode ter sua verdade, em relação à luta de classes, relativizada ou negada pelos acontecimentos: as estruturas sociais têm ritmos e movimentos de mudança bastante descolados das mudanças lingüísticas e ideológicas.

Parafraseando o que Bakhtin e seu Círculo afirmam em relação ao signo ideológico, consideraremos a palavra do discurso político, o próprio discurso político como palavra, também como aquela arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios: em outros termos, os conflitos da enunciação, refletem os conflitos de classe. (Bakhtin / Volochinov, 1997:14, 46, 66).

Nessa ‘arena’, no momento da enunciação, todo discurso, e, com maior densidade, o discurso político, carregando seu signo ideológico, revelará seu caráter ideológico e poderá representar uma encruzilhada histórica para alguém, para algum povo ou para os destinos de toda a humanidade.

Possivelmente seja a enunciação do discurso político junto com os discursos religiosos aqueles que melhor ou com maior facilidade permitem vislumbrar a indicação de acordos ou de desacordos já realizados ou por realizar, também, de convergências ou divergências entre os atuais discursos e os anteriores e os posteriores.

Os contextos encontram-se em interação onde coincidem acertos e desacertos, entendimentos e conflitos: ao afirmar-se algo, nega-se seu oposto; ao negá-lo, afirma-o; ao descrever, oculta, ao destacar, escurece.

Em definitivo, recordando Bakhtin / Volochinov (1997:125), a enunciação realizada vem a ser como que uma ilha num oceano emergindo do discurso interior cujo tamanho é determinado pela situação de enunciação e seu auditório.

Em não discordante linha de pensamento, Monteforte (1980:12) acha fundamental interpretar as práticas discursivas políticas sob a ótica da dinâmica conflitiva. É o mundo, a sociedade em situação de permanente disputa.

Enriquecendo e diversificando a relação discurso político / sociedade, Bulnes (1980: 300-304) reconhece no discurso político um misto de palavra e ação e vincula o discurso político ao mito e à utopia e, em consequência, ao caráter libertador e mobilizador de ambos, fundamental na história da humanidade:

O mito sempre veio a proteger e dar expressão positiva, e saída às estreitez das próprias circunstâncias ou condições, cumprindo assim, originalmente um papel libertador e mobilizador [...] O discurso político tem sido o veículo eminente do mito e da utopia, levando utopias e mitos à sua culminação e à sua morte ou recuperação autêntica no novo mito que descobre¹⁰¹.

Marcellesi (1980:92) define o discurso político como marcado pela procura do poder de uma forma, no mínimo, curiosa, mas bem expressiva: “discurso de um intelectual coletivo em busca da sua hegemonia”¹⁰². Acrescentando que este locutor coletivo existirá na medida em que exista um discurso coletivo; e sua identidade será definida pelo lugar que ocupar nas relações de produção e como se posicionar perante elas.

Da nossa parte, nesta reflexão pretendemos caminhar na direção de mostrar que o discurso político, - com seus ecos, vozes, histórias, situações de conflito ou não, etc. -, carrega um marcado caráter dialógico. Cada camada social e cada indivíduo, em cada momento da história, têm sua especificidade e exclusividade no seu discurso; cada camada social e cada indivíduo, em cada momento da história, têm seus interesses que poderão ser contrários aos das outras camadas ou indivíduos e que poderá ou não ficar patente em seus discursos. Discursar politicamente pode representar interagir profundamente com a sociedade como um todo, confabulando, discordando.

¹⁰¹ “*El mito siempre vino a cubrir y a dar expresión positiva, y salida, a las estrecheces de las propias circunstancias o condiciones, cumpliendo así, originalmente, un papel libertador y movilizador [...] El discurso político ha sido el vehículo eminente del mito y de la utopía, llevando utopías y mitos a su culminación y a su muerte o recuperación autêntica en el nuevo mito que descubre*”.

¹⁰² “*discurso de un intelectual colectivo en busca de su hegemonía*”.

Não se torna difícil observar como até aqueles discursos tidos como credo, como dogma de fé indiscutível, aqueles que passam de geração em geração, vêm seu sentido renovado por cada comunidade ou leitor. O que poderá resultar até em sua negação como nos casos de heresias e revisionismos como revelam, por exemplo, diferentes versões da história do cristianismo.

Parece um fato inegável que quaisquer manifestações de discursos políticos, especialmente quando surgidas em formas aceitáveis, aliás, quando são adjetivadas como democráticas, podem ser o resultado de longos processos de avaliação de experiências e de negociações, de parada diante de duradouros enfrentamentos ou conflitos das classes sociais e dos indivíduos; ou podem ser o fruto de obtenção de acordos que formulam propostas, alimentam anseios e sonhos, viabilizam possibilidades, limitam expectativas e resultam em determinações, decisões, projetos, modos de organização e participação, etc.

Enfim, o discurso político representará tentativas de orquestração mais ou menos harmoniosas ou dissonantes, num determinado momento da história, de uma plêiade de interesses coletivos e individuais, cada um deles "entoado" de forma *sui generis* pelas vozes surgidas dos indivíduos e coletividades que se encontram envolvidas, de uma ou de outra forma, na consecução ou recusa do implicado naqueles interesses. Como resultado, o discurso político estará carregado de caráter dialógico, mesmo quando obsessivamente e pretensamente monológico, porque sempre será resposta a apelos ou a situações criadas, sempre, portanto, terá o caráter de resposta a algo que vem de outro ou de outros e que se assume como questão ou problemática que aguarda alguma ação.

Heterogeneidade, confirmada por Indursky em discursos dos ditadores presidentes do Brasil (1997)¹⁰³. A pesquisadora percebe como o sujeito do discurso tem a ilusão de que o seu discurso é homogêneo, responde exclusivamente à sua formação discursiva e que ele, o sujeito, é totalmente responsável pelo seu discurso. Na enunciação, no interior do dito existe o não-dito e o discurso passa a ser constitutivamente heterogêneo. “É na articulação do enunciado na enunciação que o discurso se constitui. É aí que se dá o encontro da repetição com a variação do discurso [...] e que se instaura o sujeito do discurso” (Indursky, 1997: 36).

Indursky, ao analisar o funcionamento do discurso dos ditadores militares do Brasil, estuda como é construído o sujeito do discurso, o outro e o processo de interlocução

¹⁰³ Em *A fala dos quartéis e outros discursos* a autora traz os resultados da sua pesquisa em relação aos discursos dos ditadores militares do Brasil à raiz do golpe de 1964.

discursiva. Observa que entre as várias construções do sujeito presidencial existe a de apontar para uma pessoa discursiva construída como vazia resultando um aparente monologismo dado que “o sujeito do discurso dá lugar ao sujeito do enunciado que se transforma numa referência externa à interlocução, sendo assim incorporada pelo discurso” (Indursky, 1997:86).

O sujeito do discurso procura que o outro resulte “fragmentado, difuso, disperso” (Indursky, 1997:128). Porém, o outro estará presente no discurso e estabelecerá um processo de interlocução discursiva no qual ele, o outro, vem a ser o real destinatário do discurso. Assim, de fato, os processos de determinação discursiva, acabam instaurando um processo de sobre-determinação discursiva que tenta camuflar a incorporação de elementos alheios em seu discurso “donde resulta uma heterogeneidade não marcada que rompe com a homogeneidade imaginária” (1997:159).

Confirma-se que as linguagens sociais, como o discurso político, têm sua dimensão objetiva, caracterizada, socialmente localizada e limitada (Bakhtin, 1998:95). Em outras palavras (Bakhtin, 1998:97):

Ademais, todas as visões de mundo socialmente significativas têm a faculdade de espoliar as possibilidades intencionais da língua por intermédio de sua realização concreta específica"

Nesta mesma linha, entendemos que o pesquisador que se coloca no horizonte da perspectiva dialógica do discurso consegue verdadeiramente nos aproximar e aproximar-se dos sentidos refletidos no discurso, dado que ninguém melhor do que ele conseguirá realizar uma leitura que reflita e refrate as oposições e confrontos existentes entre interesses, sonhos e anseios históricos de coletividades e indivíduos.

Ao refletir sobre o discurso político, transparece até com maior luminosidade a propriedade dessas considerações. Acreditamos que a orientação dialógica na análise do discurso pode nos aproximar dos sentidos que refletem a influência da consciência e das ideologias e refratam os interesses, sonhos e anseios históricos de coletividades e indivíduos.

Toda manifestação verbal socialmente importante tem o poder, às vezes por longo tempo e num amplo círculo, de contagiar com suas intenções os elementos da linguagem que estão integrados na sua orientação semântica e expressiva, impondo-lhes nuances de sentido precisas e tons de valores definidos: deste modo, ela pode criar a palavra-slogan, a palavra-injúria, a palavra-louvor, etc.

Cada época histórica da vida ideológica e verbal, cada geração, em cada uma das suas camadas sociais, tem a sua linguagem. A consciência lingüística, sócio-ideológica e concreta, ao se tornar ativa, encontra-se de antemão envolvida por um pluridiscorso, e de modo algum por uma só linguagem, única, indiscutível e peremptória. Na verdade, não tem relação com uma, mas com várias linguagens, sendo que apenas o lugar de cada discurso é estabelecido e indiscutível (Bakhtin / Volochinov, 1997:97-102).

Por outra parte, Bakhtin / Volochinov (1997:128-136) observam que aquilo que falamos é o conteúdo do discurso, o tema. O discurso de outrem pode entrar no discurso e na construção sintática e passar a ser tema do discurso: O tema autônomo então torna-se o tema de um tema. No caso em que o outro é explicitamente introduzido no discurso (como discurso citado), essa passagem não é mecânica porque as fronteiras podem ser apagadas e o enunciado estar sofrendo transformações significativas. Por exemplo, o narrador pode apagar as fronteiras do discurso citado, colorindo-o com suas entoações (traz a marca de um idealismo ou de um coletivismo discretos), ou pode deslocar para o discurso citado a dominante do discurso, começando a dissolver o contexto.

Por isso, se destacam dois importantes fenômenos concomitantes: o discurso citado "é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação" (Bakhtin / Volochinov, 1997: 144). Não se passa mecanicamente do discurso direto ao indireto: uma interação dinâmica se manifesta no discurso indireto. A palavra citada é assimilada, mas não é diluída completamente, de tal forma que a substância do discurso de outro permanece como um todo auto-suficiente. A compreensão da linguagem é uma tomada de posição ativa a propósito do que é dito ou compreendido.

Cunha (1992:113)¹⁰⁴ já alertava para a imbricação entre o discurso citante e o citado e na não garantia de identidade entre ambos. Toda transmissão tem um fim específico e leva em conta uma terceira pessoa para a qual estão sendo transmitidas as enunciações; isto reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso. A recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto afetam o discurso.

¹⁰⁴ A pesquisadora partiu de um 'texto indutor' para analisar como funciona a circulação da palavra no discurso citado e mostrou, dentre outras categorias de análise, condensações, deslocamentos, e acréscimos, aspectos da sua metodologia que pretendemos também utilizar neste trabalho.

Nem o estilo está imune a essa imbricação: as próprias variações estilísticas ao integrar o "discurso de outrem" são também suscetíveis de refletir tanto a terceira pessoa destinatária das transmissões quanto as tendências sociais da interação da época e do grupo social.

Neste sentido observamos que no Círculo de Bakhtin atentam para o fenômeno de que o discurso existente não se contrapõe da mesma maneira a seu objeto. Entre discurso e objeto interpõem-se discursos de outrem sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo tema. É particularmente neste processo de interação mútua que o discurso pode individualizar-se e elaborar-se estilisticamente. Assim, todo discurso concreto (enunciação) já encontra o objeto ou contestado, avaliado ou iluminado pelos discursos que já falaram sobre ele (Bakhtin 1998:86):

Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente seu discurso, penetrar em todos seus estratos semânticos, tornar complexas a sua expressão, influenciar todo seu aspecto estilístico".

No caso, pois, de alguns dos gêneros de discurso político, mais concretamente daqueles que analisaremos neste trabalho – manifestos e resoluções partidárias -, pouco se fará presente o discurso citado. Mas na medida em que cada texto petista constrói uma história de textualização com os demais textos partidários será possível buscar apreender o dialogismo, o discurso de outrem no próprio discurso. Em nosso caso específico, ao dialogar, especialmente, com o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores que é o texto que escolhemos como 'indutor' das análises.

No horizonte epistemológico onde nos situamos, a tarefa mais motivadora pode ser a de procurar captar os principais discursos presentes na sociedade que dialogam com os textos oficiais do Partido dos Trabalhadores. E dentro dessa perspectiva dialógica procurar captar aspectos reveladores dentro de indagações do tipo: o que diz ao não dizer? o que não diz ao dizer?

No entanto, se motivadora é, a pesquisa desses diálogos interdiscursivos, ela não é plenamente realizável. E, no momento que nos ocupa, deveremos ficar restritos a analisar apenas alguns documentos. Na esperança de que esse trabalho seja revelador; limitado, mas revelador. Na expectativa de futuramente conseguir realizar novas análises em novos documentos

É possível que questões mais interessantes e complexas relativas ao discurso político do Partido dos Trabalhadores sejam deixadas de lado por infelicidade na escolha dos textos ou na adoção da perspectiva e orientação das análises. Pensamos agora em questões que serão tratadas marginalmente como seja a de tentar detectar e avaliar a autoria, quem fala, com que objetivos e como se posiciona o autor ao falar determinado discurso ou parte do discurso. O fato de não dedicar-lhes maior atenção não será para retirar importância ao tema. Apenas que seja visto como expressão das limitações que a pesquisa viu-se obrigada a assumir

O discurso político encarna, como nenhum outro, a possibilidade de estar marcado pelo seu caráter polifônico com seus ecos, vozes, discursos, histórias, situações e interesses envolvidos. Porque seus instrumentos, no processo de geração do discurso, são outros mais complexos e determinantes para os destinos da humanidade.

6. ANÁLISE DE DOCUMENTOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Assumíamos, na apresentação deste trabalho, que pretendíamos conjugar duas vertentes da análise de discurso: a centrada em extrair as informações das correlações identificadas nas unidades léxicas e nos enunciados e a focalizada nas instruções e restrições de sentido que surgem da enunciação reconhecidas ao atentar para a interação dialógica entre discurso e sociedade. Escolhíamos categorias lingüístico-discursivas como as acentuações, os apagamentos, os deslocamentos, as inclusões e as exclusões, como instrumentos reveladores do ontem e do hoje do discurso do Partido dos Trabalhadores, em temas como socialismo, democracia, luta de classes, partido de massas e organização partidária, exploração e opressão, exclusão e inclusão social, estatização e privatização.

Ao tratarmos da metodologia para levar adiante as duas vertentes da análise de discurso advertíamos que não pretendíamos ficar amarrados a um formalismo mecânico nem a um único caminho: o trabalho de pesquisa seria realizado com formas diferentes para textos de gêneros diferentes.

Procuraremos aplicar a dupla vertente de pesquisa, primeiramente, ao Manifesto de Fundação do Partido; somente depois, partiremos para a análise dialógica do Manifesto com outros três textos: a Carta de Princípios, as deliberações do 13º Encontro Nacional e do atual Estatuto partidário. Procuraremos detectar vozes que representam cada um dos outros três textos, enfatizando a ação discursiva que representam oposições ou coincidências enunciativas e as categorias de análise selecionadas - os apagamentos ou realces ou ênfases, a desaparecimento ou eliminação ou substituição, a introdução de novos conteúdos discursivos - como fontes de instruções de sentido.

Assim, para perseguir nossos objetivos, abordaremos logo o Manifesto. Será tratado como integrante de uma saga ideológica e política e como texto fundador. Também o analisaremos como portador de instruções de sentido, expressão de dialogismo e polifonia e de heterogeneidade de vozes..

Outra das estratégias metodológicas escolhidas será a de mostrar o Manifesto -como texto indutor de outros textos, concretamente, dos textos do 13º Encontro Nacional e do Estatuto do Partido dos Trabalhadores.

6.1. ANÁLISE DO MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores, como vimos, foi aprovado pelo Movimento Pro-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

Tratou-se de cumprir uma exigência indispensável da Lei Orgânica dos Partidos para poder registrar um novo partido: a aprovação de um manifesto que expressasse os objetivos e linhas fundamentais de pensamento amparado em, no mínimo, 101 assinaturas. O Movimento Pro-PT extrapolou as exigências: 242 delegados de todos os Estados do Brasil e mais de mil e duzentos participantes lançaram a proposta base do Partido dos Trabalhadores.

O Manifesto do Partido dos Trabalhadores é lançado como proposta resultante de uma opção coletiva pela transformação do Brasil, rumo a uma sociedade democrática e igualitária, onde não haja nem explorados nem exploradores. Apresenta-se como resposta a uma necessidade de efetiva participação e protagonismo político dos trabalhadores e do povo, que se encontra inserida num longo processo de lutas pela democracia, a liberdade e a justiça.

Surge, portanto, com a consciência de ser uma proposta inovadora. Questão que não deve surpreender a quem se detiver a olhar o caráter de outras propostas políticas precedentes, em geral, marcadas por uma opção de sociedade em que o povo não ultrapassa o estágio de espectador beneficiado e de massa de manobra.

Frente a este tipo de opção política predominante e das carências de participação política que observamos na política brasileira até aquele momento, tentaremos caracterizar o texto do Manifesto – por nós escolhido como peça fundamental de nossas análises contrastivas - como um documento inserido numa saga universal de discursos políticos alimentadores das lutas de interesse da maioria da população.

Este propósito nos aconselha a situar a produção desse texto fundador dentro das principais circunstâncias e acontecimentos discursivos e de luta social em que ocorreu na tentativa de melhor captar como o discurso interage com a sociedade. A utilização dos avanços nas práticas próprias das ciências da linguagem na análise do discurso constituirão os recursos de que nos valeremos para melhor captar os sentidos auferíveis da atuação discursiva dos formuladores do Manifesto do Partido dos Trabalhadores.

6.1.1. O Manifesto apresentado como inserido numa saga universal, ideológica e política de lutas populares com uma proposta inovadora

1.

Parece-nos interessante tentar explorar a potencial filiação do Manifesto do Partido dos Trabalhadores a outros discursos e processos gerados pela atividade política no Brasil e em outras latitudes. Fazemo-lo seduzidos pelas revelações discursivas que surgem a partir da identificação de relações dialógicas com outros discursos. Seduz, a identificação de vozes, fruto de outros tempos e lugares, que estão presentes no Manifesto e que se constituíram em eco, elo ou resposta de outros discursos e situações favoráveis ou contrários à libertação popular,

Nessa perspectiva, o discurso do Manifesto do Partido dos Trabalhadores faria parte de uma saga de discursos alimentadores das lutas populares. Discursos que são exprimidos em documentos, movimentos e ações que interagem entre si, que considerados conjuntamente, poderão ou deverão iluminar as leituras dos analistas do discurso que optam pelo dialogismo. Pode parecer a alguns um exagero trazer à tona a simples narração de acontecimentos como fatos para tentar ajudar a delimitar e localizar os contextos dos discursos. Entendemos que não é assim neste trabalho, porque, como viemos assinalando, e pensamos estar em sintonia com Bakhtin (1998:86), o texto se entrelaça com interações complexas – não apenas qualificáveis como lingüísticas – dentre as que destacamos as estabelecidas com as estruturas sociais e os acontecimentos de cunho político.

Consideramos que ao procurar traçar liames que sinalizem respeito à correlação do Manifesto petista com outros textos e situações precedentes ou posteriores será de grande valor atentar para as marcas de subjetividade e de autoria inscritas no texto ou nos simulacros da interação com outros textos e com a sociedade, ou, também, atentar para as marcas de dialogismo e polifonia identificáveis.

Neste sentido podem ser significativas as tentativas que se realizem para inserir os textos e discursos numa saga textual e discursiva. Saga verdadeiramente identificável e particularmente reveladora no caso de outros textos produzidos pelo Partido dos Trabalhadores; textos que renovam e atualizam discursos e que são um campo a explorar para pesquisar redes de significação, elos, ecos e instruções de sentido, para identificar não ditos e vozes que interagem; tudo a fim de melhor apreender os sentidos.

Não é gratuito supor que um Manifesto como o lançado para fundar o Partido dos Trabalhadores interage, dialoga com toda uma tradição anterior. Mais concretamente, nesta tradição temos a convicção de que encontraremos como decisivas as idéias socialistas, comunistas e cristãs em diversas realizações históricas. Pode ser compreendido como expressão dos movimentos de libertação nacional e popular, de reação contra os colonialismos, imperialismos e de reação contra a ausência de direitos para as maiorias que foram uma constante histórica durante os séculos XIX e XX. Primeiro, na América; depois na África e Ásia, e, finalmente, em todos os cantos do planeta terra.

Pelo mundo afora, a década dos anos 60 do século XX adquiriu um marcado protagonismo pois nela foram impulsionadas enormes mudanças sociais, culturais e políticas. A guerra e derrota norte-americana no Vietnã; a Revolução Cultural na China, a revolução cubana, a atividade guerrilheira do Che Guevara, a Primavera de Praga, o fenômeno hippie e o amor livre, os transplantes de coração, os computadores, etc., todos esses acontecimentos alimentavam as ânsias de liberdade e democracia. Valia a pena correr riscos, aventurar-se.

Foi assim que chegaram os movimentos de 1965, quando trabalhadores e estudantes se levantaram em vários países questionando o sistema capitalista. Sonhava-se com um mundo socialista, mesmo que o caminho exigisse assumir guerrilhas libertadoras.

Os diversos movimentos, suas conquistas e derrotas, vieram acompanhados de documentos e discursos que proclamavam as aspirações de grupos que se levantavam contra diversas modalidades de dominação e exploração.

O Brasil não ficou alheio aos movimentos reivindicatórios como se deduz do comentário de Basbaum (1972:6,218) dentro de sua interpretação materialista dialética da história brasileira em que os movimentos reivindicatórios têm suas raízes na história do povo e nas suas lutas por melhores condições de vida:

No Brasil, como de resto em quase todo o mundo, particularmente nos países secularmente explorados e subjugados por nações mais fortes, como o nosso, começam a soprar, com violência, impetuosos ventos nacionalistas, como se o povo tivesse despertado de um sono de longos anos, adquirindo consciência de si mesmo e da sua força, lutando por impor a sua existência e a sua independência.

Em anos recentes, de acordo com Basbaum (1968) a chamada União Democrática Nacional (UDN), detentora do poder econômico do Brasil, braço político dos grupos da alta burguesia financeira, banqueiros e grandes industriais, ligados e subservientes ao capitalismo norte-americano, apesar de gerarem crises e mais crises para conquistar o

poder político, fracassavam uma e outra vez no seu intento na hora de impor seus programas e interesses pelo voto. Do amargor de cada fracasso eleitoral ou legislativo - e da convicção de que legalmente não conseguiriam chegar e exercer em plenitude o poder – os membros da UDN partiram para apelar, uma e outra vez, para a implicação golpista das Forças Armadas (anos 1945, 1951, 1955, 1961) até que, finalmente, obtiveram êxito. Foi quando, em 1º de abril de 1964, um golpe militar interrompeu o processo de democratização da sociedade brasileira: “A paz dos cemitérios foi instalada no País” (Basbaum, 1968:144).

Seguiram-se anos de alinhamento ao chamado capitalismo selvagem e de repressão política e social aos movimentos que teimavam em se opor àquela opção. Para muitos a questão era: como superar tão odiosa situação?

O mesmo historiador, Leôncio Basbaum, (1968:16,216) utiliza a metáfora médica para sugerir caminhos outros mesmo que implicarão em derramamento de sangue:

Mas é preciso fazer alguma coisa: mudar os médicos, mesmo que sejam mais caros, e também a terapêutica: o País não suporta mais óleo de rícino e sanguessugas. Não importa o preço. Custe o que custar.

Esta visão foi seguida à risca por alguns grupos, especialmente a partir dos acontecimentos do ano 1968 no mundo. Surgiram, nos anos 1969 e 1970, as tentativas de provocar uma sublevação popular a partir de movimentos como as guerrilhas urbana e rural. A repressão da Ditadura, segundo nossa avaliação, foi cruel, genocida.

Depois, protagonizada pelo clandestino Partido Comunista do Brasil, ainda aconteceu a concebida como luta pela liberdade, chamada “Guerrilha de Araguaia”, no Pará, esmagada pelo Exército em 1972.

É visão compartilhada por amplos setores que as opções políticas da Ditadura Militar sustentavam-se, basicamente, na ação desenvolvimentista encabeçada pelo executivo, alimentada por empréstimos estrangeiros e pela condescendência ou o silêncio cúmplice de grande parte das classes empresariais, das classes abastadas e dos meios de comunicação. Outrossim, não careciam do apoio, incondicional, da maioria dos membros dos poderes políticos e judiciais e, particularmente, do poder de convencimento da força bruta dos quartéis e da polícia política com uma atividade constante de seqüestros, torturas e assassinatos.

Enfim, o período 1969-1974 chega a ser caracterizado como os “anos de chumbo”, dado o nível de obscurantismo, de regressão político-social em que os espaços de

democracia e liberdade –para não sofrerem repressão violenta- tinham que ser cavados com habilidade, aproveitando espaços nas instituições toleradas – igrejas católicas, sindicatos e associações - ou o anonimato das residências particulares.

A partir de 1974 inicia-se um lento processo de abertura política. Assim descreve esses períodos um texto da Fundação Perseu Abramo (2002:9):

Era o tempo da ditadura. De censura, perseguição política, tortura e assassinato, exílio. Os partidos políticos haviam sido extintos, dando lugar a duas agremiações artificiais, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que muitos chamavam de "partido do sim" e "partido do sim, senhor". As eleições ou não eram realizadas ou viravam pura encenação. Às vezes, mesmo essa farsa não funcionava direito e o Congresso Nacional era fechado e os políticos, cassados.

Era o tempo do arrocho salarial, que dava sustentação ao chamado "milagre brasileiro". Os sindicatos estavam atrelados à ditadura e se, mesmo assim, quisessem reivindicar algo, eram prontamente reprimidos.

É avaliação nossa que na época, o Governo militar e os meios de comunicação aliavam-se na sustentação dum nacionalismo ufanista e simplório, alardeado por um simulacro econômico desenvolvimentista, vendido como o “milagre brasileiro”, que, para os críticos, não consistia em mais do que em mal-empregar empréstimos estrangeiros, endividando irresponsavelmente o País, e em acentuar uma real dependência política e econômica para com os Estados Unidos e às grandes corporações multinacionais: para muitos, um suicídio político, econômico e social, camuflado num crescimento artificial das riquezas do país, obtido a base de dinheiros forâneos, de empréstimos internos garantidos por juros extorsivos e de arrocho salarial. É um fato que a alta conta ainda hoje é paga pelo povo, hipotecando boa parte das possibilidades de maior e melhor bem-estar e progresso.

Foi um tempo, para muitos, de triste memória em que Governo, elites e mídia conspiraram contra os interesses populares, contra as necessidades, direitos e exigências da maioria, sustentando e proclamando uma bizarra teoria econômica de que primeiro haveria que fazer crescer o bolo – assim eram caracterizadas metaforicamente as riquezas do País - para poder distribuí-lo depois. Na realidade, quase todo o bolo estava sendo ‘engolido’, apropriado por minorias de privilegiados. O depois, a cada dia ficava mais longe, esquecido, o dia da distribuição para a maioria da população. Demonstrava tratar-se de um discurso enganador.

Os fatos, no decorrer dos anos, viriam desmoralizar os discursos de libertação no Brasil; os propósitos propalados eram negados pela realidade social constituída, excludente para a maioria dos cidadãos e para as tentativas de alterar o quadro existente de correlação de forças. Diversas formas de dominação foram sendo substituídas por outras, talvez mais sutis. Urgia encontrar caminhos para superar este aparente e triste determinismo histórico.

As últimas greves de que se tinha notícia aconteceram em 1965, em Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais), e haviam terminado com muitas prisões. Tratava-se de um modo de luta de tradição mundial que não poderia ser ignorado para sempre pelos trabalhadores brasileiros. E assim foi.

Saradas muitas feridas, eclodiram novas greves operárias, em 1976, em Osasco SP, e as do ABC paulista, nos anos 1978 e 1976, emergindo como canalização do inconformismo existente em alguns setores dos trabalhadores e da sociedade e como sinais visíveis da existência de um processo de revolta e resistência a uma situação de arbítrio institucionalizado e de terrorismo estatal. Ao tempo que acabarão por sinalizar claramente as limitações dessas modalidades de organização – a da luta social e a das lutas das organizações populares -, para conseguir mudar a orientação imposta ao País pela ditadura.

Desta feita, reações contra a situação vivida, que se politizavam sob o grito “Abaixo a ditadura!”, iam criando uma consistente corrente de oposição. Observemos como é descrita a insatisfação e os movimentos reivindicatórios no texto da Fundação Perseu Abramo (2002:9):

Mas era o tempo também de não agüentar mais. Em 12 de maio de 1975, 1.600 trabalhadores da Saab-Scânia, em São Bernardo do Campo (São Paulo), entraram na fábrica e... "braços cruzados, máquinas paradas". O movimento grevista rapidamente se alastrou por outras fábricas, outras regiões, outras categorias: metalúrgicos das cidades de São Paulo, Osasco e Campinas (São Paulo) ou de João Monlevade (Minas Gerais), professores do primeiro e segundo graus do estado de São Paulo, bancários e trabalhadores da construção civil de Porto Alegre. Em 1979 e 1980 novas ondas de greves pararam várias regiões do país, a começar, novamente, por São Bernardo do Campo. Ali, o Sindicato dos Metalúrgicos passou por intervenções e, em 1980, seu presidente, Luiz Inácio da Silva, Lula, foi preso, junto com outros membros da diretoria. Estava evidente que até mesmo para reivindicar simples melhorias salariais era preciso enfrentar a ditadura. "Abaixo a ditadura!" tornou-se palavra de ordem dos trabalhadores.

Mas não eram só as greves dos trabalhadores as que questionavam a organização social e política: o movimento estudantil e outros movimentos populares reagiam

contra o arbítrio instaurado pela ditadura militar. Assim descreve-o um texto da Fundação Perseu Abramo (2002:15):

Em 1977, os estudantes já haviam saído às ruas. Clamavam por liberdades democráticas e cantavam: "Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar!". Nessa época, moradores dos bairros organizavam-se em associações e entidades para exigir saneamento, asfalto, transporte, escolas. Donas de casa começaram a se reunir passando a exigir creches, saúde para todos, o fim da carestia. Dessas discussões nasceu o Movimento do Custo de Vida, que, em agosto de 1975, realizaria uma grande manifestação na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, sob olhares vigilantes da Polícia Militar.

No Recife, em março de 1976, os moradores do bairro de Brasília Teimosa eram a primeira comunidade brasileira a se lançar às ruas para reivindicar a legalização da posse e urbanização do seu local de moradia; venciam, assim, os medos à repressão, realizando a primeira de diversas passeatas, questionando a demagogia das políticas públicas de *apartheid* implementadas pelos governos dos prepostos da ditadura militar nos estados e municípios¹⁰⁵.

Nessa mesma época, setores progressistas da Igreja Católica representaram um importante reforço organizativo e mobilizador, como também diversos setores profissionais (Fundação Perseu Abramo, 2002:15):

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) aglutinaram várias dessas lutas, possibilitando a sua organização. Setores como os de professores universitários, médicos, advogados, jornalistas e funcionários públicos também começaram a se mobilizar, levantando bandeiras e formas de organização próprias, mas que desembocavam inevitavelmente na luta contra a ditadura.

Enfim, outros movimentos assumiram uma postura de clara manifestação política de oposição consolidando a idéia de se construir o Partido dos Trabalhadores. (Fundação Perseu Abramo, 2002:15):

Formou-se o Comitê Brasileiro pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita que exigia, como a canção "a volta do irmão do Henfil", numa referência ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Resumindo todas essas lutas, a palavra de ordem, por tanto tempo sufocada, já podia ser pronunciada: Abaixo a ditadura! E foi tomando corpo a idéia da necessidade de unificar todos esses movimentos em uma organização mais ampla: um Partido dos Trabalhadores.

¹⁰⁵ Movimento em que esteve engajado o autor-escritor do presente texto.

Serão justamente a avaliação da história brasileira e mundial e a consciência das limitações que representavam os modelos de luta assumidos por aqueles movimentos sociais que se constituíram no estopim deflagrador da decisão – publicamente protagonizada, a partir de 1979 - de investir na organização de um partido político que aglutinasse e representasse, que encampasse os interesses dos trabalhadores.

Por tudo isso é que inserimos a origem do Partido dos Trabalhadores numa saga universal, ideológica e política de lutas.

O engajamento do operário, conhecido por Lula, presidente e líder do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (São Paulo) conferiu maior dimensão popular ao movimento: muitos puseram mãos à obra e conseguiram o que parecia quase impossível: fundar o Partido dos Trabalhadores, o PT.

Observemos as informações disponibilizadas pelo site do PT¹⁰⁶ que referem circunstâncias desta época:

As intensas mobilizações sociais - que marcam o final da década de 1970 -, protagonizadas por setores da classe operária, entre os quais os metalúrgicos; bancários; funcionários públicos; estudantes; por segmentos sociais organizados, como o da Panela Vazia; movimentos eclesiais de base, movimentos de intelectuais, artistas e militantes de esquerda que haviam lutado pelo fim da ditadura militar vão derivar na decisão de criar o PT. Um desafio a toda a política brasileira, o PT se apresenta como um partido de massas, democrático e socialista.

Desafio, de fato, à tradição partidária do Brasil, que mantinha na ilegalidade os partidos comunistas. A construção do PT será, preponderantemente, um processo gerado a partir das organizações dos trabalhadores, sejam elas sindicais, sejam elas populares, tentando manter a organização partidária dentro das exigências legais.

Vejamos como descreve o texto da Fundação Perseu Abramo o processo de decisão de construir o PT e de superar os limites partidários idealizados pela ditadura militar (2002:21):

Há quem diga que a primeira vez que a idéia da criação de um Partido dos Trabalhadores apareceu foi em julho de 1975, no Congresso dos Petroleiros, em Salvador, Bahia. Outros dizem que a decisão de formar o PT foi tomada em janeiro de 1976, no XI Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizado na cidade de Lins. Naqueles anos, iniciava-se no Brasil

¹⁰⁶ (www.pt.org.br). Considere-se esta referência quando for citado o *site* do PT.

o processo de abertura lenta e gradual que marcava o começo do fim da ditadura militar. Levado pelas crescentes pressões populares e também pelo calendário do projeto de abertura, o regime lançou em dezembro de 1979 a reforma partidária. Procurava, assim, dividir as forças oposicionistas, garantir o apoio ao governo com a criação de um partido de centro (o Partido Popular) e assegurar a representação das classes trabalhadoras sob uma sigla "confiável", com o renascido PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Mas o que o regime não previu foi o surgimento, de modo independente dessas maquinações, do Partido dos Trabalhadores, baseado nas mobilizações do novo sindicalismo concentrado no ABC.

De fato, no XI Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo é aprovada a construção de um partido de trabalhadores. Consta assim no *site* do Partido dos Trabalhadores:

Em 24 de janeiro de 1976, durante o IX Congresso de Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, lideranças e ativistas dos movimentos social e sindical aprovam a proposta dos metalúrgicos de Santo André, que conclama “todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores.

Sobressai aqui o protagonismo de um setor metalúrgico, da classe operária, como oficializador formal da existência da proposta de construir o Partido dos Trabalhadores e de conclamar a todos quantos o sejam a engajar-se nessa construção. Essa conclamação vem a ser como o anúncio, a oficialização de um amadurecimento político, ao defender a ação de unificação e a preocupação com a unidade de todos os trabalhadores. Porque historicamente a união dos movimentos políticos chamados de esquerda soava a utopia irrealizável (é do saber popular a expressão “as esquerdas só se unem na cadeia”).

Como surpresa histórica surgia no panorama político brasileiro um partido novo, sem história anterior, alguém que não parecia ter sido contado entre os convidados à futura festa ou simulacro de festa democrática organizado pela ditadura, cedendo à pressão social para democratizar o País; era constituído um partido não previsto pelos geopolíticos do sistema porque conseguiu-se aglutinar um conjunto de forças de opções políticas diferenciadas que souberam encontrar motivações comuns (Fundação Perseu Abramo, 2002:15):

Ao lado dos sindicalistas estariam também outras forças políticas e sociais: lideranças populares, muitas delas ligadas à Igreja progressista, lideranças democráticas, militantes marxistas independentes, setores de organizações de esquerda que haviam sobrevivido à repressão militar, intelectuais, lideranças dos trabalhadores rurais, parlamentares de esquerda oriundos do antigo MDB. A necessidade de uma organização política dos

trabalhadores, autônoma e independente estava no ar e muitos desses setores já defendiam, explicitamente, a construção de tal partido. O movimento pró-fundação do PT desembocou, em 13 de outubro de 1976, numa reunião que aprovaria uma declaração política.

Dada a história da constituição dos partidos políticos até então no Brasil, o processo de gestação deste futuro partido político constituía um ethos fundador que o diferenciava de todos quantos tinham surgido antes na história do Brasil: ele era fruto da união de movimentos de base; mais, ainda, as bases eram populares, ele surgia fruto de discussões; ele encarnava, a partir da própria origem, um discurso político novo, diferente. E o partido que os trabalhadores estavam a criar escapava aos complexos controles preparados pela burocracia ditatorial e seus apoiadores. Para os articuladores do movimento, estava surgindo, no fim do túnel, a luz de uma esperança; ela tinha forma de estrela vermelha de cinco pontas...

Mais adiante, o mesmo *site* petista traz à tona outro momento do processo de construção do PT que é o lançamento de sua Carta de Princípios: “No dia 1º de maio de 1979 é lançada a Carta de Princípios do PT”. A seguir, o *site* sublinha um dos trechos do documento lançado durante as atividades do Dia Internacional dos Trabalhadores:

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

Justamente é esta declaração política do movimento pró-fundação do PT, a intitulada “Carta de Princípios”, o primeiro dos documentos de que nos serviremos como amostra para analisar as relações dialógicas dos discursos do PT. É uma declaração que mostra a sua filiação com a ideologia marxista-leninista da luta de classes: vemos marcado seu discurso com expressões como “jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas” que acentuam a contraposição de classes que permeia sua visão.

Esta Carta, apresentada, quando foi editada, curiosamente, como “Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores”, é lançada como parte de um evento local assumida por uma Comissão Nacional Provisória composta por dirigentes sindicais que reivindicam o papel de lançadores do PT. A sua formulação, como pretendemos mostrar com maior detalhamento mais adiante, quando contrastada dialogicamente com os conteúdos do Manifesto, poderá ser vista como uma antecipação não só das convergências, mas,

principalmente, das divergências que dividiam e dividiriam os mesmos espaços partidários; amostra primeira da pluralidade ideológica que caracterizará a existência do PT até o presente. E poderá ser vista, desde hoje, como uma espécie de profecia de que no Partido dos Trabalhadores existem valores que aglutinam.

Voltando ao historiar, o *site* do Partido dos Trabalhadores conta que houve a escolha da Comissão Nacional Provisória, composta por dirigentes sindicais, - em realidade, “Comissão Coordenadora Provisória” - cinco meses depois da divulgação da Carta de Princípios:

Em 13 de outubro de 1976, durante reunião com 130 representantes de seis estados do país, é lançado oficialmente o Movimento Pró-PT. Na reunião também é aprovada a Declaração Política, que expressa uma plataforma identificada com os anseios dos movimentos populares, e apresentada uma nota contrária à reforma partidária imposta pelo regime.

É eleita uma Comissão Nacional Provisória, com dezessete responsáveis pela direção do Movimento Pró-PT e promulgado um texto com sugestões básicas para a organização do PT, em todos os níveis. O texto já sinaliza as pretendidas senhas de identidade do futuro partido porque aponta para a importância de “uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases”. Propósitos destinados a marcar o discurso e o ethos de que o PT se orgulha até o presente. Essa estrutura interna que se apóia em decisões “coletivas” e “colegiadas” virá a ser um dos cacoetes típicos das críticas deferidas pela grande mídia ao Partido dos Trabalhadores: é passado, depreciativamente, para a opinião pública, por muitos de seus críticos desafetos, que o PT é o partido que demora a decidir.

A Declaração Política será outro dos textos a interagir bem diretamente com a Carta de Princípios que lhe precedeu e com o Manifesto que lhe sucederá. A Declaração abandona o que qualifica como caráter principista, dogmático e prepotente da Carta e se apresenta como um documento elaborado com ponderação e que, efetivamente, reflete a correlação de forças existente entre os diferentes setores que se mobilizam para fundar um novo partido, o Partido dos Trabalhadores. Observaremos apenas que por questões basicamente operacionais não nos deteremos a analisar nem a contrastar a Declaração Política com os demais documentos. De qualquer forma, avaliamos que seu discursar fica referendado no discursar adotado pelo futuro Manifesto.

A narração do fato histórico da fundação consta assim no *site* atual do PT:

Em um ato realizado no auditório do Colégio Sion, em São Paulo, o Manifesto do PT é aprovado, por aclamação, por 1.200 pessoas. Representantes de comissões regionais de dezessete estados brasileiros iniciam a organização do novo partido pelo país e preparam a escolha das coordenações estaduais.

No dia 10 de fevereiro de 1980 nasce, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores.

A destacar o fato comentado da aprovação não apenas cartorial mas “por aclamação” e que representantes de comissões regionais de “dezessete estados brasileiros” já se tivessem articulado para organizar um novo partido. A narrativa delata a significação política nova de uma origem partidária de características dialógicas – representantes, comissões, coordenações - no panorama político brasileiro. Como detalhe, observaremos que a narração dos trazida pela Fundação Perseu Abramo (2002:9) difere quanto ao número de participantes à reunião: “Em 10 de fevereiro de 1980, a Comissão Provisória Nacional, reunida no Colégio Sion, em São Paulo, com mais de 2.000 simpatizantes, aprovou o Manifesto do Partido dos Trabalhadores”.

Qualquer que seja o número exato de participantes no evento do Colégio Sion, a presença de lideranças profissionais e sindicais e de cidadãos vindos de todos os cantos do País é um dos aspectos que mais chama a atenção quanto à pluralidade original do PT. Sem esquecer que irrompe no panorama político brasileiro com traços que indicam que vem representar o discurso duma nova forma de fazer política. A significativa representação presente no evento é prenúncio não somente da existência dum processo dirigido a vencer as severas restrições aprovadas pelo último governo da fase de ditadura militar para poder legalizar um partido, mas representa a proclamação de que o texto aprovado e lançado como Manifesto não é um mero instrumento retórico concebido para abrilhantar retoricamente uma festa.

Consolidada a legalização do Partido dos Trabalhadores, o Diretório Nacional Provisório, ano e meio depois, será substituído pelo Diretório efetivo que terá como uns dos elementos mais significativos o fato de que seja um operário metalúrgico aquele que foi chamado a presidir o novo partido. De acordo com a narração do site do PT:

Em agosto de 1981, o 1º Encontro Nacional do PT elege o seu 1º Diretório Nacional, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. Em 27 de setembro, a 1ª Convenção Nacional referenda o Diretório Nacional, o Manifesto, o Programa e o Estatuto do Partido dos Trabalhadores.

A força discursiva de que um operário metalúrgico, num Encontro Nacional, fosse eleito presidente da direção partidária, contribui para acordar ideais de libertação enterrados durante cinco séculos de história. Usando de uma certa licença poética, apontaríamos que os restos mortais de milhões de escravos, de trabalhadores oprimidos e explorados devem ter reagido sacudidos por um choque de dignidade e orgulho: num país como o Brasil, habituado a acomodar em seus quadros dirigentes as elites – civis ou militares, empresariais e intelectuais - o fato de que o principal dirigente do Partido eleito fosse um operário fala mais alto do que qualquer palavra. Seu simbolismo ficará marcando dialogicamente, o agir político do PT e, em parte, da política brasileira. A partir de então, o discurso populista ficará contaminado com um vírus acusador e desmoralizador que, pouco a pouco, irá enfraquecendo esse pilar fundamental de sustentação da tradicional política brasileira. Aos poucos, temas como o coronelismo na política, currais eleitorais, voto de cabestro, governo democrático e popular, etc. irão adquirindo carta de cidadania ao ganhar espaço nos debates da sociedade.

Com suas características de novidade e proposta de mudança, a fundação do Partido dos Trabalhadores constituiu-se, pois, naquela conjuntura específica, não apenas num acontecimento chamativo mas num acontecimento marcante e num revulsivo para o Brasil, colocando, na pauta da sociedade, alguns anseios dos trabalhadores dentro da saga das lutas movidas a sonhos por alcançar uma sociedade melhor, mais justa e humana,

Em relação a setores e movimentos políticos que se consideravam opostos aos regimes políticos implantados no Brasil até então, os partidos e grupos que se consideravam de esquerda, deu-se um outro fato importante, do ponto de vista discursivo, acerca do significado político do Partido dos Trabalhadores na sociedade brasileira Trata-se da questão da sua caracterização como partido de quadros ou como partido de massas, prato temático ao gosto dos partidos comunistas e revolucionários em longa situação de clandestinidade no Brasil. Nos partidos de quadros, seus membros são doutrinados e preparados para agir como doutrinadores em consonância com as deliberações das direções partidárias. Nos partidos de esquerda comunista ou revolucionária a tradição era de organizar partidos de quadros submetidos ao chamado centralismo democrático, em que as direções encaminham suas deliberações aos quadros bem formados para que eles levassem as orientações e diretrizes definidas ao conjunto da população, às massas. Isso mexerá profundamente na identidade do PT até o presente. Porque, nos partidos, quando concebidos como partidos de massas, os processos de filiação são facilitados e a maioria dos seus

componentes não tem acesso nem à formação nem a qualquer mecanismo ou processo de decisão: passam a ser simples massas-de-manobra. Como é tradição e prática normal nos partidos de massa é o dirigente ou alguns dirigentes quem decide ou decidem os rumos a seguir no partido. Os filiados não são chamados para decidir qualquer coisa.

No Partido dos Trabalhadores certas inconsistências em relação a esta temática persistem desde o nascedouro: opta-se por pretender ser um partido de massas que conta com excelentes quadros, apesar da unânime decisão partidária de priorizar a participação das massas nas decisões. Como poderemos constatar ao analisar o Estatuto, o Partido dos Trabalhadores propicia mecanismos para que as decisões partidárias sejam fruto de foros com efetiva caracterização democrática. São foros organicamente instituídos para propiciar a participação deliberativa das massas. No entanto, a realidade mostra que existem muitos filiados que apenas ou nada participam. A modo de exemplo, na última eleição direta da direção partidária, em 2005, compareceram a votar menos da metade dos mais de oitocentos mil filiados, e isso foi considerado uma expressiva vitória, num momento em que o PT vivia acuado pelos incessantes ataques deferidos pela grande mídia nacional.

Em realidade, as tendências políticas que se organizam dentro do Partido, normalmente se compõem apenas de quadros formados por elas, e algumas chegam a constituir-se, quase, em verdadeiros partidos de quadros dentro do PT e tentam marcar o Partido com a sua visão e orientação política. Entre elas, ditas tendências protagonizam enfrentamentos que servem para alimentar um noticiário hostil ao PT, um imaginário do Partido como briguento ou incapaz. Como já observamos que o Partido dos Trabalhadores optou por constituir-se como “um partido de massas, democrático e socialista”, as tensões que se geram dentro do Partido, em razão da existência camuflada dos quase partidos de quadros, trarão à tona, no dia a dia partidário, algo dos dramáticos enfrentamentos ocorridos entre tradições doutrinárias dos movimentos socialista e comunista espalhados pelo mundo a partir do século XIX¹⁰⁷.

¹⁰⁷ O sonho socialista, identificável em tradições como a greco-romana, cristã, musulmana, recebe um forte impulso da Revolução Francesa, ao proclamar a idéia da igualdade, e, também, da revolta contra a opressão e dos anseios de justiça que acontecem durante a Revolução Industrial. O socialismo vai aos poucos se consolidando como utopia para alguns pensadores, agentes políticos e trabalhadores. Entre os grupamentos e personagens que partilham essa utopia irão surgindo divisões e mais divisões, nas que seus líderes parecem especializar-se: os mais próximos ideologicamente passam a tratar-se como adversários preferenciais. Como aconteceu, no século XIX, com Marx combatendo Proudhon, Lasalle e Bakunin ou, no século XX, com Stalin

Na opção pelo PT como partido, enquanto diversos grupamentos que o formaram, pugnam uma e outra vez por mudá-lo e constituí-lo à sua própria imagem política e ideológica, enquadrá-lo dentro do seu discurso específico, encontrar-se-á, de imediato e ao longo de seu primeiro quarto de século de existência, outra questão de relevância extraordinária para à sua identidade: ele será considerado um partido tático ou estratégico? Porque em se tratando de um partido tático, ele passará a ser um aglomerado de opções políticas diferentes, com objetivos diferentes, de identidades diferentes, unidas em função de interesses específicos de cada grupo. Em se tratando de um partido estratégico ele passará a ter uma identidade específica, em que as diferenças contarão como elementos de contraste e de enriquecimento discursivos da proposta hegemônica, levada à sociedade brasileira como opção de conquista e exercício do poder.

A opção oficial, a majoritária será definida, uma e outra vez, a de ser um partido estratégico que permite a existência de tendências em seu seio como instrumento de dinamização de sua práxis política e de sua democracia interna e como fonte de enriquecimento para o debate de propostas.

Porém, no partido real, os discursos partidários contribuem a confirmar que, sob o guarda-chuva que o PT representa, permanecerão agrupamentos que alimentam propósitos partidários diferenciados, particularmente no que diz respeito à concepção das relações com a sociedade e o Estado, a democracia e construção do socialismo. Sob a sigla do Partido dos Trabalhadores poderemos encontrar, como referido anteriormente, dentre outros, leninistas, trotskistas, stalinistas, maoístas, socialistas utópicos, socialistas cristãos, libertários¹⁰⁸. Grupos aparente e historicamente não conciliáveis. Grupos que alimentam os imaginários socialistas ou comunistas e a saga de suas utopias. Grupos cujas vozes se farão sentir nas deliberações do PT, seja por acentuação, apagamento, deslocamento, exclusão e, inclusão.

Assim, no Partido dos Trabalhadores pode estimar-se, por exemplo, que a opção pelo socialismo é de todos. Porém, são notáveis as diferenças de concepção do que seja socialismo e, mais ainda, das diferenças relativas às opções acerca dos caminhos que a ele conduzirão.

deportando e, depois, mandando assassinar Trotski, além de mandar matar um milhão de dissidentes e de deportar sete milhões, entre os quais se conta o intelectual, filósofo da linguagem, Bakhtin.

¹⁰⁸ Droz (1983, 10-13) consegue sintetizar em três as estratégias revolucionárias dos socialistas. Inicialmente postula duas - a revolucionária e a reformista - e, posteriormente, acrescenta a auto-gestionária.

As visões passam tanto pela organização em núcleos de base em função de interesses vários, como passam por fortalecer a autonomia das organizações populares a fim de fazer possível a conquista de uma sociedade socialista através de reformas institucionais continuadas conquistadas nas lutas sociais e no Parlamento¹⁰⁹.

Nesse contexto, a opção pela democracia, concebida como estratégica por uns, não passará de concessão transitória para os que combatem-na qualificando-a de democracia burguesa. Para estes últimos a verdadeira democracia ainda não pode existir porque será aquela que deverá ser exercida diretamente pelas massas de trabalhadores em seus foros exclusivos, em suas assembleias e que constituir-se-ão na autêntica expressão da sonhada democracia operária, com a próxima implantação do socialismo, etapa prévia ao advento mais distante do comunismo.

Apesar das posições diversas, ou, quem sabe, catalisado por elas, paulatinamente, no PT, tanto nos debates e deliberações relativas ao próprio partido, quanto nos comunicados que avaliam situações, acontecimentos e opções de outras instituições, e mercê às deliberações definidas por maiorias, foi-se consolidando, mais e mais, a visão da democracia como opção estratégica. As propostas do Partido mantiveram-se como de apostar plenamente num projeto democrático popular, na crença ou convicção de que a democracia representa o caminho para os trabalhadores exercerem o poder social. Essa posição política - amplamente hegemônica hoje, como pode ser comprovada ao analisar textos contemporâneos oficiais do PT - engata com diversos imaginários: o das primeiras comunidades cristãs, o dos utopistas renascentistas, barrocos, modernos e contemporâneos, o dos republicanos da Revolução Francesa, o dos socialistas e comunistas democráticos. Bate de frente com as tradições de imaginários e práticas centralizadoras, autoritárias ou despóticas.

Na experiência histórica brasileira, após a colonização, tão carente de vivência democrática, a existência e as propostas do Partido dos Trabalhadores virão a significar o reencontro do imaginário do “bom selvagem”, e de tradições de marcada origem popular como Canudos, os quilombos e o anarco-sindicalismo.

No terreno da política partidária, quer representar a consolidação de uma proposta inovadora em relação ao modo de fazer política. Proposta que pode significar a quebra da espinha dorsal do modo elitista tradicional de fazer política, basicamente adotado

¹⁰⁹ Essa conclusão é fruto da análise das propostas ou teses que chegam para os Encontros Nacionais e Congressos do Partido dos Trabalhadores, questão de enorme riqueza para uma análise, mas que não será possível abordar neste trabalho.

até o presente, pelos partidos - de direita, de centro ou de esquerda - no Brasil. Quem sabe, não radica aqui uma das principais razões que faz com que o Partido dos Trabalhadores tenha chegado a ser tão odiado por tantos políticos e partidos políticos do Brasil.

6.1.2. O Manifesto¹¹⁰ como texto e discurso fundador do partido dos trabalhadores e como 'texto indutor' das análises

A princípio, parece justo pensar que o Manifesto, por tratar-se de um texto fundador, representa o consenso máximo a que puderam chegar as diversas forças políticas e sociais que se articularam para criar o Partido dos Trabalhadores. Assim sendo, o Manifesto seria a expressão do consenso inicial possível entre as forças que se aglutinavam em volta da bandeira petista – representada por uma estrela branca de cinco pontas no meio de um pano vermelho.

Por ser o texto fundador do Partido dos Trabalhadores, como anunciamos antes, ele será aquele que escolhermos como documento 'indutor'¹¹¹ dos textos posteriores para tentar fazer transparecer sua relação dialógica com eles e com os acontecimentos assumidos como vozes incorporadas nos discursos. Serão, principalmente, as correlações entre as mudanças e as constantes verificadas nos textos, as que servirão de fonte alimentadora das pistas e instruções de sentido surgidas dessa interação dialógica. A partir das correlações, espera-se contar com um quadro de dados que permita advertir convergências e divergências discursivas, fidelidade ou não, adaptação ou abandono na praxe discursiva do PT no presente, da praxe discursiva fundadora. Assim, em último termo, as análises deverão passar pelo crivo do Manifesto.

Assumir o Manifesto como 'texto indutor' das análises tem o aval da sua importância qualitativa por ter sido amplamente discutido e referendado como o texto fundador.

Trata-se, da nossa parte, de ter um espaço textual e discursivo que de alguma forma possa servir de unidade de contraste, de comparação intertextual e discursiva.

¹¹⁰ O texto completo consta no Anexo 1.

¹¹¹ Usamos a idéia e a terminologia a partir de Cunha (1990). O texto indutor, que é o texto fundador, servirá para tentar captar relações dialógicas existentes entre ele e dois documentos posteriores: as deliberações do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e o Estatuto vigente na atualidade (ano 2007).

Em sendo um texto fundador, a análise da interação com ele ficará marcada por um movimento caracterizável de referenciação ou de legitimação por intermédio da “volta às origens”. Deverá ser útil o esforço de correlacionar outros textos com o das origens tentando captar as mudanças, os apagamentos, as acentuações ocorridos ao longo dos anos.

Consciente de que tanto no caso do texto das origens como no caso dos demais as circunstâncias da enunciação não mais existem. Circunstâncias não repetíveis, portanto, inatingíveis como enunciação. O intento de volta e os intentos de contraste fazem que realizemos novas enunciações que não passam de serem simulacros de simulacros. As novas leituras, a leitura feita neste texto, assim como as possíveis conclusões, terão um caráter relativo, transitório e pontual.

Queremos dizer com isto que o objetivo de voltar não só à enunciação originária mas a qualquer outra pode ser caracterizada, até certo ponto, como uma miragem e como um idealismo voluntarista. A convergência de circunstâncias que se deram nos momentos da enunciação do Manifesto e dos demais documentos para cada indivíduo ou grupo não podem voltar a acontecer. A relação dialógica em que foi gerado cada texto não é repetível, suas condições de produção são inatingíveis. Nesse sentido é que todas as tentativas de análise dialógica do discurso ficam caracterizadas como simulacros.

Porém, nem por isso, o que diz respeito ao sentido que emerge da enunciação estará perdido. Antes ao contrário, como sugere Bakhtin, (1998:88), em volta do objeto do discurso abre-se um multidiscurso social onde se concentram vozes multidiscursivas. Vozes que sinalizam e representam instruções de sentido espalhadas aqui e acolá como que em teias significantes que o pesquisador analista do discurso pode tentar colher, relacionar e interpretar. São instruções que surgem do simulacro de colocar em interação, dentro das exclusivas circunstâncias de cada instante, as circunstâncias relatadas dos acontecimentos da época e outros textos escritos gerados nela. Dessa interação, limitada, surge a possibilidade de percepção e identificação de fenômenos como acentuações, apagamentos, deslocamentos, inclusões, supressões que poderão vir a ser esclarecedores, dado que repercutem a presença do(s) outro(s) nos textos e nos discursos, sinalizam para escolhas ou opções que podem ser fonte reveladora de causas ou motivos.

Bem é verdade que a escolha desta modalidade de análise não fica isenta de ter sua legitimidade e a validade de seus conteúdos questionadas. Porque, além de outras circunstâncias ou acontecimentos que não foram considerados, existem outros muitos acontecimentos e documentos anteriores que, como etapas prévias, foram delimitando,

mostrando ou aplainando os caminhos para que se pudesse chegar a escrever determinado documento.

Na época, o Manifesto, ao ser apresentado como consenso, aclamado pelos cidadãos presentes, já continha importantes elementos que o diferenciavam dos documentos que o precederam: a Carta de Princípios do PT, a Declaração Política do Movimento Pró-PT, a Plataforma Política e, do aprovado junto com ele, o próprio Programa. Assim, cobram relevância enunciativa as palavras presentes no texto, porque, concordando com Bakhtin (1998:86), entre o discurso e seu objeto interpõem-se discursos de outros: o discurso se entrelaça com interações complexas enquanto que o objeto está penetrado por idéias gerais, pontos de vista, entoações e apreciações. As palavras do texto são a porta de entrada a esses processos interativos interdiscursivos gerados.

A fim de poder contribuir à explicação dos processos lingüísticos e comunicativos, o olhar analítico adotará como sua a responsabilidade de captar da melhor forma possível algo veraz no conjunto de fenômenos expressados no texto, assinalando semelhanças e diferenças, coincidências e não coincidências, convergências e divergências, redes relacionais geradas, vozes, elos e ecos surgidos.

Um os elementos relacionais importantes é o que surge do fato do texto encontrar-se inserido num gênero textual. O gênero implica em expectativas cognitivas por parte do leitor informado. Concretamente, o gênero `manifesto`, quando representativo de uma organização coletiva, parece normal que apresente uma autoria plural que assuma o discurso marcado em primeira pessoa, com a forma *nós*, mostrada ou não. Porém, o texto fundador do PT apresenta uma autoria que, majoritariamente, narra os fatos utilizando quase sempre a terceira pessoa, como quem fala de algo com a onisciência de quem conhece e refere-o como verdade indiscutível, mas marcando que não está diretamente implicado nisso. Algo semelhante ao que fizeram Marx e Engel, em 1845, especialmente na primeira parte do Manifesto do Partido Comunista, escrito que, como pretendemos assinalar mais adiante, refrata-se, deixa suas marcas no manifesto petista. O texto, mais conhecido como *Manifesto Comunista*, vê a história humana como a história da luta de classes: opressores e oprimidos, em oposição constante, travam uma guerra ininterrupta. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. O proletariado, não tendo nada a perder e tudo a ganhar, e conclamado a se unir em todos os países do mundo para realizar a emancipatória Revolução Comunista.

Em relação à problemática acerca da pessoa do discurso, entende Bal (1995:127) que a forma de escrever, em terceira ou em primeira pessoa, quanto à autoria, tem pouca relevância, pois “eu e ele são ambos eu”, em outras palavras, seria outra forma de explicitar que sou eu quem vejo e conto isto, isso ou aquilo. Já, para Mainguenu (2002:103-104), apoiando-se em Benveniste, a chamada terceira pessoa é não-pessoa, enquanto que o “eu” e o “tu” não passam de vestígios do enunciador e do co-enunciador, respectivamente. Da nossa parte, queremos fazer constar que, a princípio, pode fazer grande diferença o uso ou não da primeira ou da terceira pessoa como expressão do enunciador¹¹². O uso do “nós”, neste texto, serviria para sinalizar e marcar inclusão e identidade, indicaria mais explicitamente que alguém está dentro, que alguém ostenta a voz representando a outros com os quais está de acordo ou que, previamente, estão de acordo com ele. E, de fato, no Manifesto do PT, a terceira pessoa chega aos nossos ouvidos como mais marcada por expressões do tipo: “encomendaram-me que escrevesse”; “não sou trabalhador, mas pediram-me que formulasse o que interessa a eles”; “estou falando em nome dos interesses dos trabalhadores”, etc. A terceira pessoa, irremediavelmente, aqui, soa-nos a distanciamento, a alteridade. Neste sentido, pode ser recordado o que Amossy (1999:9) observa: deliberadamente ou não, o locutor se apresenta em seu discurso.

Nossa percepção é que na maior parte do texto do Manifesto, tem-se uma espécie de voz enunciativa, onipresente e onisciente, que traz ao texto um aspecto de distanciamento por parte dos seus autores ou autor, teoricamente, dos assinantes ou patrocinadores do Manifesto, pois nada garante que a assinatura represente plena aceitação: entre os signatários pode haver também oportunistas, especuladores, ‘entristas’. De fato, os enunciados – salvo os poucos que aparecem em 1ª pessoa do plural e o momento em que foi introduzido o possessivo de pluralidade de possuidores “nossa” -, por estarem expressados em terceira pessoa, vêm revestidos, como exemplificamos antes, de certo ar de distanciamento, assumindo o caráter de verdades indiscutíveis, algo assim como se fossem verdades atemporais, eternas.

Para nós os enunciados parecem estar referidos a fatos de importância que interessam a conjuntos significativos de pessoas que cederam a voz a autor/autores ou escritor/escritores. Os fatos referem expressivas mudanças de comportamento de conjuntos de pessoas que culminam, naquele momento, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT):

¹¹² Lembremos que há expressões em terceira pessoa que implicam ou podem implicar o “eu”: “a gente”, “qualquer um”, ‘a pessoa’, o “nós” como plural majestático, etc.

esses conjuntos de pessoas e o PT aparecem como os sujeitos protagonistas no acontecimento que é o Manifesto. Acontecimento, por outra parte, que proclama como um dos alvos a serem atingidos pelas mudanças que se pretendem os pertencentes ao outro lado, os responsáveis pela situação que se busca mudar, os sujeitos ora carregados de privilégios na sociedade.

Os enunciadores que apóiam e redigem o Manifesto se arvoram em co-fundadores do movimento e do partido político e ainda em representantes ou porta-vozes de milhões de brasileiros (representatividade que naquele contexto ressoa a hiperbólica, retórica, como analisaremos mais adiante).

6.1.3. Âmbitos semânticos e instruções de sentido nos enunciados do Manifesto

O Manifesto comunica à sociedade a criação do Partido dos Trabalhadores como um dos resultados das mobilizações promovidas por um leque bem diversificado de setores e grupos. Esta realidade é formulada com expressões plurais e até certo ponto desencontradas. E, provavelmente, não poderia ser de outra maneira.

De fato, a diversidade de setores e grupos que se comprometeram na fundação do PT e das tendências e correntes políticas que o construíram até hoje, acabará mostrando-se um aspecto de importância fundamental na formulação e no enriquecimento dos textos oficiais do Partido. Porque no PT os textos oficiais, representativos da identidade política, deverão ser decididos por votação majoritária nas respectivas instâncias; tudo terá que passar pelo crivo de dirigentes ou delegados eleitos em seus locais de engajamento mais permanente.

Uma amostra significativa da dificuldade do discursar desencontrado podemos comprová-lo ao ler com atenção o relato antes citado acerca dos protagonistas segundo o *historiar* do *site* do próprio Partido. Observemos que as categorias de cidadãos mencionadas, supostamente, por merecerem destaque, são agrupados em quatro referências distintas:

- setores da classe operária, entre os quais os metalúrgicos; bancários; funcionários públicos; estudantes;
- segmentos sociais organizados, como o da Panela Vazia;
- movimentos eclesiais de base;

- movimentos de intelectuais, artistas e militantes de esquerda que haviam lutado pelo fim da ditadura militar.

A heterogeneidade existente do ponto de vista de uma racionalidade organizativa é flagrante nessa relação do *site* do PT. Não há como ignorar a inadequação dessa divisão. Por exemplo, chama a atenção que metalúrgicos, bancários, funcionários públicos e estudantes sejam agrupados numa única referência, a de “classe operária” quando nada impede que esses cidadãos sejam também participantes de outras referências como a dos segmentos sociais organizados ou os movimentos eclesiais de base. Ou, pelo contrário, como negar que membros das comunidades eclesiais de base pertencem à classe operária?

Ocorrem aqui diversas e chamativas anomalias referenciais porque nada impede, como efetivamente acontece, que haja estudantes e funcionários públicos nos demais grupamentos: alguns, certamente, estiveram nos movimentos e segmentos sociais organizados e entre os militantes que haviam lutado pelo fim da ditadura militar; outros, nos movimentos eclesiais de base, e assim por diante. Este tipo de raciocínio pode ser aplicado aos demais referentes com resultado semelhante: há metalúrgicos nos movimentos eclesiais ou entre os militantes de esquerda, há intelectuais, bancários e estudantes militantes de esquerda nos segmentos sociais organizados; mais esquisito, ainda, é colocar os bancários entre a classe operária.

Outra questão: por que mencionar apenas a metalúrgicos, bancários, funcionários públicos e estudantes? acaso não há outros segmentos profissionais responsáveis pela fundação do PT, como comerciários, médicos, advogados, engenheiros, escritores, padres, professores, etc.? alguns deles não estiveram entre os militantes de esquerda que haviam lutado contra a ditadura?

As evidentes distorções implicadas nesta divisão refletem, provavelmente, um afã didático de não tornar mais complexa a referência. Mas cabe indagar: existe outras intenções não explicitadas? A classificação responde a algum outro imaginário específico? Está presente a opção de caracterizar, segundo movimentos sociais mais ativos em cada tipo de referência? Esse seria o motivo mais forte para a existência de apagamentos e exclusões? Seria o que justificaria as ênfases?

Essas e outras indagações são suscitadas pelo analista do discurso por causa de uma classificação feita com critérios racionalmente menos objetivos. Justamente a partir do que é dito são estabelecidas possíveis correlações que trazem também à tona vozes não ditas. É claro que as possíveis respostas às anteriores indagações não estão explicitadas no texto. Porém, as anomalias detectadas nele alertam-nos para que procuremos respostas que nele não

se encontram e que podem ser significativas para esclarecer melhor os sentidos do texto. Pois a instrução de sentido mínima que essa série de enunciados nos passa é a de que devemos prestar atenção aos possíveis motivos porque enunciados dessa espécie são estranhos e podem estar escondendo algo importante, passando ideologias ou posicionamentos, etc. Justamente a partir do que é dito são estabelecidas possíveis correlações que trazem também à tona vozes não ditas.

Mudando do terreno da formulação desconstruída do *site* oficial do Partido – afinal de contas uma publicação situada num plano inferior enquanto a representação do pensamento partidário – para os parágrafos dedicados a apresentar os protagonistas presentes na formação do PT, segundo o próprio Manifesto, podemos observar que este texto parece ser algo mais preciso ao referir-se aos setores do mundo do trabalho - os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos – mas incorre em inadequações ou desencontros semelhantes ao colocar num patamar semelhante, apenas separando os sintagmas pela igualitária e simples virgula, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados (1,019-022). Porque segmenta grupos de cidadãos identificando-os por critérios de divisão díspares. Segundo as quais cada um poderia situar-se em vários deles, como sejam local de moradia, modalidade de trabalho, atividade, gênero, raça e condição social. Ocorre uma aparente e chamativa heterogeneidade de critérios para estabelecer tipos de grupos sociais, merecedora de ser questionada com indagações semelhantes às dirigidas ao *site* do Partido. Caberia, por exemplo, indagar: mulheres, negros e estudantes não podem ser moradores de periferia ou trabalhadores rurais?

No entanto, é possível advertir que existe uma tipologia que parece querer nos alertar para questões como as de gênero e raça que demarcam campos específicos de categorias de cidadãos que sofrem maior discriminação social e pessoal

Quaisquer que sejam as intenções políticas do texto, podemos ter presente que a diversidade léxica para referir o mesmo ente é um dos recursos habituais da técnica da escrita. Assim, pode ser argüido que as incongruências classificatórias presentes no texto podem ser motivadas, também, pelo desejo de fugir de um linguajar concebido dentro do mais estrito plano lógico. Daí o uso de expressões ou de palavras que funcionam como sinonímicas ou quase-sinonímicas¹¹³ ou servir-se de um amplo leque de figuras de linguagem para que um

¹¹³ Costuma ser chamado de sinônimo o termo cuja configuração fonética é distinta mas cujo significado é similar ou idêntico; nos quase-sinônimos trata-se de uma preferência estilística em palavras vizinhas

texto não venha resultar irritante para o leitor. Tem-se que convir, por exemplo, que concatenar um discurso longo sem usar com frequência um número abundante de repetições léxicas exige trabalho, disciplina e farto conhecimento da linguagem por parte do escritor. Sem dúvida, a repetição usada apropriadamente contribuirá a obter textos mais concisos, claros e precisos. Por conseguinte, a princípio, não temos por que considerar que o recurso à repetição seja algo que empobrece o texto.

A este respeito, ao refletir acerca das funções da repetição, Espar M. (1995:viii) após fixar a noção de repetição como sendo uma “produção lingüística, falada ou escrita, semelhante ou idêntica a outra precedente no âmbito de unidade de interação”, observa que as repetições se apresentam como sistematizáveis e essenciais à fala. O mesmo autor, ao referir-se ao uso da repetição em sala de aula, atribui a ela notáveis funções textuais seja de negociação discursiva, seja de disputa do poder (Espar M., 1995:xii-xiii):

Apresenta-se como um instrumento textual/discursivo complexo. É caminho para apontar, indicar, iniciar e estabelecer plataformas de negociação. E, como todo recurso posto em interação, pode constituir-se numa das estratégias colocadas ou escolhidas para a disputa do poder: através da acentuação da assimetria em função da confirmação de uma posição hegemônica na sala de aula.

Trata-se duma reflexão que, a partir da existência do fenômeno lingüístico da repetição, traz a linguagem para a arena da disputa política porque relaciona linguagem e poder, porque linguagem é poder.

Para melhor tentar mostrar a larga diversidade referencial das unidades lexicais existente nos textos, seja mostrada, seja constitutiva, iremos trabalhar com a noção de âmbito semântico do modo que anteriormente a conceituamos. Recordemos: ambiente textual onde são integradas vozes, expressões ou enunciados passíveis de agrupamento em razão da ocorrência de duas confluências: a das contribuições ou instruções de sentido advindas de significação, por um lado, e a da memória discursiva que se atualiza em determinado evento

conceitualmente. A melhor prova do cumprimento das condições de sinonímia consiste na substituição ou comutação dos termos sem que aconteça mudança importante de significação. Para muitos autores, a sinonímia perfeita não existe a não ser em nomenclaturas técnicas. Baldinger afirma a sinonímia absoluta apenas no plano simbólico ou de representação, aliás, no plano *onomasiológico* (Fernández, A. – Hervás, S, - Báez, V., 1989:63-74). Baylon, C e Fabre, P. (1994:110) lembram que os verdadeiros sinônimos não existem, que não é verossímil que sobrevivam duas palavras que na mesma língua tenham o mesmo significado.

comunicativo. Funciona como um espaço cognitivo de associações de palavras num ambiente textual que as relaciona porque propicia coincidências com vozes, expressões ou enunciados e instruções de sentido.

Esta noção de âmbito semântico nos permite trabalhar a significação do texto sem solução de continuidade a partir: do léxico; das diferentes agrupações léxicas; de correlações entre sintagmas; dos agrupamentos de enunciados e correlações discursivas (a modo de eixos semânticos).

O carácter aberto da noção de âmbito semântico permitir-nos-á utilizar critérios semelhantes a fim de estabelecer diversos sub-âmbitos semânticos quando isto parecer de interesse para a pesquisa.

Observado este aspecto, e situados neste momento numa perspectiva metodológica de carácter indutivo, poderemos tentar agrupar determinadas relações de expressões num ou vários âmbitos semânticos. Sendo que os critérios utilizados poderão obedecer ou bem a razões de uma lógica formal organizativa ou bem a razões eminentemente discursivas.

A fim de colher instruções de sentido extraíveis das redes relacionais do Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, poderemos observar que o texto, para referir-se aos seus autores, destinatários ou protagonistas, utiliza um largo espectro de formulações e repetições que lhe conferem diversidade e o correlacionam multipolarmente, provavelmente sem quebrar sua unidade.

Inicialmente, apresentaremos, uma tentativa de tipologia quantitativa e qualificativa dos eventos léxicos em três partes: primeira, dos eventos léxicos e seus atuantes políticos coletivos institucionais; segunda, dos eventos léxicos e seus atuantes políticos coletivos não institucionais; terceira, dos eventos léxicos e seus atuantes políticos processuais ou situacionais. As partes constarão, respectivamente, nos Quadros 2, 3 e 4. Cada quadro constará de um levantamento quantitativo do léxico e agrupações léxicas relativas às opções políticas, vistas e tratadas como eventos lingüísticos presentes no texto do Manifesto. Também serão feitas ponderações valorativas de sua significação como indícios da atitude discursiva dos enunciadores. O número de referências será particularmente significativo em razão de que o Manifesto pode ser considerado um texto pequeno, por contar com pouco mais de mil palavras.

Quadro 2: número de eventos léxicos do Manifesto e seus atuantes políticos coletivos institucionais:

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
Partido dos Trabalhadores	05	15	11 como sujeitos oracionais; indica priorização
PT	10		
referência a outros partidos políticos	02	02	indica não priorização
Estado	06	09	indica priorização
Nação	02		indica não priorização
regime	01		
governo	01		
sindicatos	02		

De acordo com as instruções de sentido que comportam a reiteração léxica e a reiteração das funções sintáticas, o mais significativo parece ser que o texto do Manifesto, do ponto de vista institucional, concentra-se, de fato, na apresentação da figura do novo partido e seu papel perante o Estado que aí está. Deixa de lado os demais atuantes políticos institucionais.

Quadro 3: Número de eventos léxicos do Manifesto e seus atuantes políticos não institucionais:

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
trabalhador(es)	18	22	06 como sujeito oracional; indica máxima priorização
população trabalhadora	01		
povo trabalhador	02		
massa(s) trabalhadora(s)	01	07	indica priorização do termo ‘massas’ com adjetivos, marcados pela tradição de análise marxista
massas populares / oprimidas / exploradas	03		
massas	03		
população	02	06	indica crise terminológica: estes termos superam em quantidade – 21 frente a 7 - o uso de termos, como ‘massa(s)’, mais marcados por uma opção ideológica marxista
povo	03		
coletividade	01		
sociedade	06	09	
sociedade brasileira / igualitária	02		
a maioria da sociedade	01		
as maiorias / as grandes maiorias	02	03	
país	01		
brasileiro(a)(s)	02	03	
brasileiros de segunda classe	01		
bases / organizações de base	02		
popular(es)	07		

explorados	06	08	indica priorização; termos marcado pela tradição marxista de luta de classes
setores explorados	02		
elites dominantes / minoria de privilegiados	02	03	
privilegiados do sistema capitalista	01		
exploradores	02		

No Quadro 3 podemos assinalar dois destaques especiais. O primeiro, a reiterada utilização de ‘trabalhador’, seja como substantivo e sujeito oracional, seja como adjetivo, o que funciona como indício de acentuação da importância dada ao trabalhador no discurso. O outro destaque pode ser estabelecido ao contrastar a utilização de um léxico – como ‘massas’, ‘elites’, ‘explorados’ – que responde nitidamente a uma tradição marxista de luta de classes, com a utilização de outro léxico – como ‘sociedade’, ‘população’, ‘populares’, ‘brasileiros’ – em processo de disputa e ruptura com aquela tradição ideológica.

Quadro 4: Número de eventos léxicos do Manifesto e seus atuantes políticos processuais ou situacionais:

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO ESPECIAL
democracia/democrático/democratização	07		indica priorização
luta(s) / lutar / lutar	09	11	indica priorização
lutas sociais / populares	02		
direito de greve	02		indica certa priorização
grande capital	01	05	indica priorização
capitalismo	02		
sistema capitalista	02		

Do Quadro 4, destacaríamos indicações que enfatizam o aspecto do valor da luta e da democracia, junto com a preocupação com o referente ao capitalismo.

Avaliando os três quadros precedentes, advertimos que a categorização no texto do Manifesto é feita utilizando as palavras com clara intencionalidade classista, que marcam oposição, enfrentamento, na linha do que pode ser chamado luta de classes: sua colocação em blocos opostos já pretende estabelecer uma gradação de caráter classista, de disputa e de contraposição social.

Para melhor caracterizar a diversidade referencial do Manifesto em relação aos autores, aos protagonistas e aos destinatários e a sua provável direção ideológica, serão apresentados, a seguir, o léxico e os agrupamentos léxicos em seus respectivos enunciados e serão agrupados em dois âmbitos semânticos que, segundo entendemos, obedecem a critérios contrapostos: os estabelecidos pelas oposições dominador / dominado, explorador / explorado, privilegiado / não privilegiado. Um primeiro âmbito abrangerá as significações dominador,

explorador, privilegiado. Um segundo âmbito semântico abrangerá as significações dominado, explorado, não privilegiado.

Vejamos, em negrito¹¹⁴, assinaladas nos respectivos enunciados, as expressões, palavras e sintagmas – léxico e grupos léxicos - identificadores que salientamos como pertencentes ao primeiro âmbito semântico (o do dominador, explorador, privilegiado) por ordem de aparição no texto¹¹⁵ (conferir o Anexo 1):

1. “Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das **elites dominantes**” (1,011-012);

2. “O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar **uma minoria de privilegiados**” (1,031-33);

3. “O PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para **os políticos e os partidos comprometidos** com a manutenção da atual ordem econômica, social e política” (1,036-039);

4. “Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêm os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, **dos exploradores** para os explorados” (1,041-43);

5. “Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia **os privilegiados do sistema capitalista**, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade” (1,058-60);

6. “Não existe liberdade [...] onde **os burocratas e tecnocratas do Estado** não são responsáveis perante a vontade popular” (1,067-068);

7. “O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem **exploradores**” (1,089-91).

Mesmo que a distinção entre quantitativo e qualitativo leve a equívocos porque não existe uma sem a outra, utilizaremos esta distinção para continuar a nossa análise. Ao adotar uma perspectiva mais marcada pelo caráter do quantitativo, por exemplo, sob a categoria grupo limitado de pessoas, seria factível estabelecer um âmbito semântico do qual

¹¹⁴ Nas citações, inserir destaques em negrito será utilizado como estratégia didática nossa.

¹¹⁵ Não nos restringiremos a operar com critérios meramente formais de delimitação dos campos semânticos de caráter reducionista. Por isso optamos pela noção de “âmbito semântico”. Queremos com isso dizer que em nossa orientação analítica terá o mesmo peso de exemplaridade uma palavra, um sintagma ou uma expressão ou frase. O critério aglutinante será o da convergência ou não segundo semas de significação escolhidos para pautar a classificação.

formariam parte palavras como ‘elites’, ‘minoria’, ‘privilegiados’. Numa perspectiva mais marcada pelo caráter qualitativo, na categoria de dominação econômica, seria factível estabelecer um âmbito semântico do qual formariam parte palavras como ‘exploradores’ e sintagmas como ‘os privilegiados do sistema capitalista’ e ‘o grande capital nacional e internacional’.

Sob a categoria função pública seleta destinada a manter a atual ordem social – função de Estado -, poderíamos estabelecer outro, âmbito semântico do qual formariam parte palavras como ‘políticos’, ‘burocratas’, ‘tecnocratas’.

Observando os três âmbitos, nesses enunciados, cabe pensar que, provavelmente, os da categoria ‘grupo limitado’ constituem a minoria que detêm o poder social; os da categoria ‘dominação econômica’ poderiam ser caracterizados pelo controle que exercem para com a sociedade; os da categoria ‘função pública seleta’ pelo fato de que administram o Estado a serviço do poder e do controle social. Portanto, todos são poderosos, privilegiados, exploradores. Eles são poucos e possuem muito. Eles se servem de um Estado que se utiliza de mecanismos autoritários ou ditatoriais para se apropriar das riquezas do país.

A relação existente entre os âmbitos, tal qual agrupados, não pode ser apresentada nem como constituída por sinônimos ou referentes análogos, nem pode ser responsabilizada exclusivamente pelos efeitos de sentido gerados. Isso, porque os sintagmas e expressões se referem a conjuntos diversos de pessoas, uns menos extensos e outros mais extensos, marcados por características diferentes. Porém, parece-nos que as marcas das categorias dominador, explorador, privilegiado são atribuíveis a todos esses âmbitos; isso, porque a referenciação efetuada pela memória discursiva acumulada, nos diferentes vocábulos utilizados como expressão da mesma ou parecida realidade, implica na pressuposição da ocorrência de algum grau de semelhança sêmica ou de conteúdo semântico. Este fenômeno não ocorreria, por exemplo, quando da utilização dos enunciados como linguagem irônica ou humorística dado que provocaria a inversão significativa: estaríamos falando de conteúdos semânticos dificilmente identificáveis, o que poderia tornar relativamente estéril o recurso à repetição, os enunciados dispersos ou pouco compreensíveis e a tentativa de tipologização irrelevante.

No caso específico, não temos dúvida de que este grupo de pessoas fica atingido por um imaginário não dito do tipo: trata-se de seres desprezíveis, marcados pelo *ethos* do mal, como seres humanos maus. Imaginário que reflete, por outro lado, uma visão dos enunciadores dualista, de caráter maniqueísta, que divide a sociedade entre os bons e os maus. E atribui aos enunciadores o *ethos* de seres humanos bons, como poderemos confirmar,

a seguir, ao aplicar caminhos de reflexão semelhantes aos sintagmas identificadores do âmbito semântico que integra as significações dominado, explorado, não privilegiado.

A relação de enunciados correspondente a este grupo é numerosa e variada porque a quantidade e a diversidade de sintagmas e expressões agrupáveis nele que apresenta o texto é muito grande. Por esta razão juntaremos as realizações presentes no texto de acordo com a presença de determinadas palavras classificáveis dentro do âmbito semântico examinado antes.

O léxico selecionado para estabelecer as categorias dos pertencentes ao âmbito do dominado, explorado, não privilegiado ou marginalizado é composto pelas seguintes palavras: massas, maiorias, população, coletividade, por um lado; explorados, trabalhador, povo, cidadão, brasileiro movimento, organização, base e país, por outro lado; no fim, incluímos numa única categoria o enunciado que relaciona e associa conjuntamente trabalhadores e cidadãos¹¹⁶.

Dentro do âmbito semântico do dominado, explorado, não privilegiado ou marginalizado, um primeiro grupo (massas, maiorias coletividade, população) reflete, indica mais diretamente, o ponto de vista mais marcado pelo quantitativo no âmbito do dominado, explorado, não privilegiado ou marginalizado: trata-se de termos que significam grande quantidade de indivíduos, seja de forma absoluta, seja de forma relativa.

A relação correspondente a este grupo é a seguinte:

a) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressões marcadas pelo lexema ‘massas’:

1. “**Por um partido de massas**” (1,035);
2. “Nasce, portanto, da vontade de emancipação **das massas populares**” (1,039);
3. “Queremos a política como atividade própria **das massas** que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade” (1,047-048);
4. “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente **pelas massas**” (1,069-070);

¹¹⁶ Observação metodológica: a referenciação que realizamos obrigar-nos-á a repetir alguns enunciados, por motivos didáticos, quando eles ajudarem a melhor apresentar a contraposição entre expressões dos dois âmbitos semânticos estabelecidos para as análises.

5. “Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar **as massas exploradas** e suas lutas” (1,070-072);

6. “Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido **pelas massas trabalhadoras**” (1,083-085);

7. “O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas **as massas oprimidas do mundo**” (1,091-092).

b) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressões marcadas pelo lexema ‘maioria’ ou ‘maiorias’:

1. “**A grande maioria** de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe” (1,007-008);

2. “**As grandes maiorias** que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias” (1,009-010);

3. “O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas **pelas maiorias**” (1,048-052);

4. “Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam **a maioria da sociedade**” (1,058-060).

c) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressões marcadas pelo lexema ‘população’:

1. A grande maioria **de nossa população** trabalhadora, das cidades e dos campos (1,007);

2. **a população** das cidades e dos campos (1,018);

d) Enunciados com a presença de sintagma ou expressão marcado pelo lexema ‘coletividade’:

1. “As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar **da coletividade**” (1,076-078).

Dentro deste âmbito semântico - do dominado, explorado, não privilegiado ou marginalizado -, um segundo grupo (explorados, trabalhador, povo, cidadão, brasileiro,

movimento, organização, base e país) reflete, indica mais diretamente, o ponto de vista qualitativo no âmbito do dominado, explorado, não privilegiado ou marginalizado:

A relação de enunciados correspondente a este grupo é a seguinte:

a) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressões marcadas pelo lexema ‘explorados’:

1. “O PT nasce da **decisão dos explorados** de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (1,031-033);

2. “Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores **para os explorados**” (1,041-043);

3. “O PT pretende ser uma real expressão política **de todos os explorados** pelo sistema capitalista” (1,044-045);

4. “O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, **onde não haja explorados** nem exploradores” (1,090-091).

b) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressões marcadas pelo lexema ‘trabalhador’ ou pelo seu plural ‘trabalhadores’:

1. “A mais importante lição que **o trabalhador brasileiro** aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá” (1,004-006);

2. “Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses **dos trabalhadores** e dos demais setores explorados pelo capitalismo” (1,013-014);

3. “a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização **dos trabalhadores** para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos” (1,016-018);

4. “Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos **trabalhadores**, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve” (1,025-026);

5. “**O Partido dos Trabalhadores** nasce da vontade de independência política **dos trabalhadores**, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política” (1,036-037);

6. “**Os trabalhadores** já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista” (1,040);

7. “**Os trabalhadores** querem se organizar como força política autônoma” (1,044);

8. “Somos **um Partido dos Trabalhadores** não um partido para iludir **os trabalhadores**” (1,046);

9. “O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia **de todos os trabalhadores**” (1,049);

10. “Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa **dos trabalhadores** e com o seu programa” (1,053-054);

11. “**Pela participação política dos trabalhadores**” (1,057);

12. “Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão **dos trabalhadores** sobre a economia e os demais níveis da sociedade” (1,079-082);

13. “**Os trabalhadores** querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras” (1,083-085);

14. “É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção **dos trabalhadores** nas decisões dos seus rumos, tanto no plano econômico quanto no plano social” (1,085-087);

15. “Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista **dos trabalhadores**” (1,087-089).

c) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressões marcadas pelo lexema ‘povo’:

1. “Agora, as vozes **do povo** começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas” (1,008-009);

2. “Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses **do povo trabalhador**” (1,026-033);

3. “O Partido dos Trabalhadores pretende que **o povo** decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país” (1,075-076);

4. “Entendem que a Nação é **o povo** e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras” (1,083-085);

5. “O PT buscará conquistar a liberdade para que **o povo** possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores” (1,089-091).

d) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressão marcados pelo lexema cidadão:

1. “O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos **dos cidadãos** e pela democratização da sociedade em todos os níveis (1,060-062).

e) Enunciados com a presença de sintagmas ou expressões marcadas pelo lexema ‘brasileiro’:

1. “O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões **de brasileiros** de intervir na vida social e política do país para transformá-la” (1,003-004);

2. “A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de **brasileiros** de segunda classe” (1,007-008).

f) Enunciados com a presença de outros sintagmas ou expressões marcadas pelos lexemas movimentos, organização e base, de caráter sociológico mais neutro:

1. “Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os **movimentos** populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador” (1,026-030);

2. “Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde **os movimentos** populares são alvo permanente da repressão policial e patronal” (1,063-067);

3. “O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas **organizações de base** da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias” (1,048-052);

4. “Em conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos **em suas bases**” (1,055-056);

Do ponto de vista qualitativo, os termos sinalizam para a significação de que os que partilham o âmbito do dominado, explorado, não privilegiado ou marginalizado são muitos; ao contrário dos poucos das elites, dos poucos privilegiados. Não deixa de marcar significativamente as instruções de sentido do texto o fato de que as expressões identificadas como pertencentes a este grupo constituem um grupo de 30 enunciados, quantidade maior que o total dos demais enunciados.

Resta um terceiro grupo, de referência mais complexa e plural por associar sem diferenciação sintagmas marcados seja por aspectos quantitativos seja por aspectos qualitativos. Trata-se da categoria que relaciona e associa conjuntamente trabalhadores e cidadãos, por um lado, com evidente intencionalidade classista, marcada por vários lexemas que por influência mútua resultam equípolos em termos de classe social, e, por outro lado, com provável intenção de demarcar setorialmente grupos de população com necessidades e aspirações específicas - de gênero, sexo, atividade, etc:

“Os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados” (1,019-022).

As referências a operários, assalariados, funcionários, moradores de periferia, autônomos, camponeses e trabalhadores rurais são percebidos como setores explorados e são realizadas desde o horizonte discursivo duma perspectiva classista que não pode acolher plenamente as referências a mulheres, negros, estudantes, índios, dado que nelas podem ser colocados também setores explorados.

Afora esta ressalva, podemos assinalar que os sintagmas e expressões contidos nos últimos âmbitos semânticos de alguma forma, pertencem ao âmbito maior dos dominados, explorados e não privilegiados. E encontram-se, dentro do âmbito semântico menor pautado preferencialmente pela categoria de ‘em número não limitado’, ‘em grande quantidade’. Nele poderemos situar: massas, população, povo, operários, assalariados, camponeses, coletividade, o país, etc.

Dentro do âmbito semântico pautado pela categoria ou critério ‘função exercida de pouca qualidade’, poderemos incluir os cidadãos de segunda classe, precisamente aqueles que constroem as riquezas, são explorados, bases, cidadãos, etc., ou, quando

exercendo função pública, trata-se daqueles que não têm poder (funcionários). Em definitivo, são muitos e têm pouco poder.

O discurso reflete e refrata um imaginário de que os cidadãos que se encontram nesse grupo, com o que se identificam os autores do texto, são bons e merecem e plena solidariedade. Para ambos passa-se, como antes assinalamos, o ethos do bem, dos seres humanos bons.

De acordo com a divisão estabelecida, podemos aceitar que há dois campos de identificação contrapostos. De um lado, os da primeira classe, os privilegiados, os exploradores. Do outro, os de segunda classe, os excluídos, os explorados. Os da primeira classe, os desprezíveis, o são porque obstáculos para dar o valor que merecem os da segunda classe, os trabalhadores.

Isto não obsta para que constatemos questões de articulação semântica e textual que podem chegar a dificultar a articulação discursiva. Verifica-se isto ao tentar considerar os possíveis conteúdos polissêmicos dos enunciados. Por exemplo, apresentam problemas de pertença ao mesmo espaço semântico os termos “povo” e “coletividade” ou a expressão “a população das cidades e dos campos”, em relação a toda uma outra série de denominações de menor extensão como “os trabalhadores”, “milhões de trabalhadores”, “o trabalhador brasileiro”, “a grande maioria de nossa população trabalhadora das cidades e dos campos”, “brasileiros de segunda classe”, “as grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação”, etc. Mais especificamente, por exemplo, se “povo” fosse considerado semelhante a “brasileiros de segunda classe”, não mais caberiam os brasileiros de primeira classe porque estariam fora do conceito ‘povo’. Aí, então, os do outro lado – os da elite de privilegiados - não formariam parte nem do povo, nem da coletividade, nem da população da cidade ou do campo, nem da cidadania. Seriam algo que não são – marcianos, por exemplo - pois sua presença privilegiada na sociedade costuma estar bem marcada por relações de dominação e exploração. Porém, sabemos, por outro lado, que existe uma memória discursiva que ideologiza o termo ‘povo’ em termos de classe social e de luta de classes, que tende a conferir à palavra ‘povo’ uma certa intensão lingüística que faz que restrinja a abrangência de sua denotação. Tal é o caso prototípico da máxima “O povo unido jamais será vencido”.

Outro exemplo é o que poderia ser compreendido como exclusão dos que têm poder da pertença ao campo dos trabalhadores por parte das “mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados”. Como também fica estabelecida a sua exclusão quando se fala em outros setores, além dos explicitados como trabalhadores: “dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo”; “mulheres, negros,

estudantes, índios e outros setores explorados”. Porque, sendo conseqüente com as indicações sequenciais do texto, os citados depois estariam fora do campo dos “trabalhadores” e entre os privilegiados não haveria nem mulheres, nem estudantes, nem índios (entenda-se de origem indígena). Aspectos contestados pelos fatos. Vá lá que a alguns lhes seja negada a pertença a categorias como a de “trabalhador brasileiro”, ou à das “grandes majorias que constroem a riqueza da Nação” ou à dos “brasileiros de segunda classe”, porém, o que é que “os privilegiados do sistema capitalista” seriam se excluídos do “povo” ou, ainda, da “população? Inexistentes, habitantes de outras possíveis galáxias e talvez por isso “elites dominantes”? Passa por esse discurso o imaginário da eliminação, tipo expressões como a de “acabar com essa raça” utilizada recentemente por um senador de ultra-direita?

Não, respondemos, porque entendemos que esse tipo de discurso tenta marcar “mulheres, negros, estudantes, índios” enquanto setores explorados, discriminados naquela sociedade.

Assim, a questão antes levantada vem também carregada de uma certa carga irônica ou pretensamente humorística. No entanto, o leitor, o analista do discurso poderá ir além do seu caráter heterogêneo, do certo grau de incongruência ou ambigüidade textual existente, não só terminológica mas também de conteúdo. Porque há instruções de sentido suscitadas pelos aspectos de contextualização, a influência da memória discursiva, a interação do gênero textual ou a retórica presentes no discurso. Em outras palavras, será conveniente ou necessário que sejam procuradas instruções de sentido no âmbito da interação, numa perspectiva discursiva dialógica para viabilizar análises consistentes.

Que no texto estudado existe incongruência conceitual, segundo critérios duma lógica formal, não há como negá-lo: por exemplo, segundo infere-se do texto, “mulheres, negros, estudantes, índios” todos e sempre, pertenceriam aos setores explorados ou, em outras palavras, nenhuma mulher ou negro ou estudante ou índio pertenceriam aos setores exploradores. Acreditamos que aceitar isto como incongruente não represente maior problema.

A vontade do discurso do Manifesto de ser ouvido como sendo a voz de uns, a grande maioria – os trabalhadores - e não de outros – os privilegiados - não parece que possa ser posta em dúvida. E isso age como elemento dialógico que procura selecionar seus destinatários e suas leituras, entre aqueles que presumivelmente acatam, apóiam ou vibram com o texto tal qual a expressão das prováveis intenções do(s) autor(es) na redação. Assim, numa perspectiva ou horizonte discursivo interativo, mediado pelos interesses de classe social, equivalências enunciativas desejadas pelos enunciadores poderão vir a ser assumidas

sem maiores problemas por aqueles leitores que são partícipes de uma realidade social semelhante ou próxima, ou estão identificados com um posicionamento ideológico e discursivo semelhantes. Esses poderiam facilmente não fazer qualquer restrição ao texto por estar implícita sua visão de separar e contrapor os lados, o lado dos exploradores do lado dos explorados. Incluso certas inadequações poderão ser aceitas, assumidas por qualquer leitor, mesmo experimentando uma certa sensação de que algo no discurso está fora do lugar. Algo assim como umas notas que ao serem interpretadas destoam na execução duma boa melodia mas que não impedem nem o reconhecimento nem a aprovação da execução da melodia.

O que é que pode ou deve acontecer dentro de um posicionamento discursivo petista, aos sujeitos interessados na constituição e participação no Partido dos Trabalhadores, ao associar e contrastar cognitivamente os âmbitos semânticos acima referidos ou, em outras palavras, ao assumi-los em relação dialógica? Não duvidamos de que poderão ser gerados novos ecos e vozes que reforçarão e se juntarão aos captados inicialmente no texto para expressar a posição pessoal a respeito, para realizar juízos de valor e para exigir, como uma das possibilidades, que a situação estabelecida no Brasil mude. Provavelmente, também se consolidará a avaliação de para mudar é preciso contar com a participação democrática organizada, que pode propiciar um partido político; e que esse partido político é o PT, um partido ao qual pertençam, naturalmente, todos os trabalhadores. O discurso – como bom discurso político - acabará sendo argumentativo, apelativo: convence, convoca, chama.

Constatemos, ainda, que entre os lexemas assinalados há alguns que indicam mais diretamente, do ponto de vista qualitativo, uma identidade; identidade que teria que incluir também, se analisado em termos sociológicos, os do outro lado - as elites, os privilegiados, os exploradores - dado que eles também formam parte da 'coletividade', do 'povo', da 'população', são 'cidadãos' e 'brasileiros'. Porém, aqui, não estão contemplados; neste discurso estão excluídos; são os *anti-coletividade*, *anti-povo*, *anti-população*, *anti-cidadãos* e *anti-brasileiros* dessa sociedade democrática que se pretende construir e isso não é preciso que seja explicitado no texto (de fato, não o está; trata-se de não ditos). É um eixo semântico de exclusão, inserida como voz do discurso nas circunstâncias concretas do uso de sintagmas e enunciados em interação que refletem e refratam essa exclusão. Mais especificamente, os sentidos enunciados ficam contaminados, marcados, pelos sentidos que comportam os termos classistas dos enunciados nos que estão inseridos os lexemas do âmbito semântico: a coletividade é aquela que vive explorada, é a trabalhadora; o povo, o brasileiro é o trabalhador, o explorado, são as massas. E assim por diante. Estaremos assim, agora, perante um eixo semântico de inclusão Curiosamente, às elites ou minorias privilegiadas, aos

exploradores acaba sendo-lhes negado, em termos discursivos, a identidade o ethos, como brasileiros, cidadãos, povo, população. Resta-lhes a identidade e o papel estigmatizado de exploradores privilegiados.

Para nós o trabalho que realizamos amparados na delimitação de âmbitos semânticos serviu-nos como guia que nos trouxe a perceber instruções de sentido geradas na correlação semântica, na dedução de eixos semânticos e, a partir de ambas, na captação de vozes em interação dialógica. O discurso acentua o ethos de cidadania, democracia e brasilidade dos que absorve como trabalhadores em quanto exclui dessa cidadania, democracia e brasilidade os tratados como não trabalhadores; os primeiros são deslocados do seu *locus* inferior de sujeição para o superior de libertação onde se encontra o bem; os segundos são deslocados de seu *locus* superior para a condenação onde se encontra o mal: um autêntico embate discursivo maniqueísta.

6.1.4. Instruções de sentido na heterogeneidade de vozes do Manifesto

No que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores, a alguns não pode deixar de causar uma certa surpresa que seja apresentado no documento como o resultado de uma junção de origens um tanto plural, não homogênea, heterogênea; em verdade, surpreende que a gênese do PT seja tão diversificada.

Em relação aos destinatários explícitos do Manifesto constata-se que são aqueles cidadãos tratados, referidos, por meio de diferentes palavras e expressões, nas diferentes partes do texto, como sujeitos interessados na constituição e participação no Partido dos Trabalhadores: as massas, as maiorias, a população, a coletividade, os trabalhadores, o povo, os cidadãos, os brasileiros. As palavras são escolhidas em função de seus destinatários. Como se trata dum documento oficial e público ele dialoga, também, com outros destinatários que não têm cabida no Partido que está sendo fundado: as elites dominantes, os privilegiados, os exploradores, verdadeiros inimigos a serem enfrentados e derrotados.

Mais: o Manifesto quer interagir com toda a sociedade e seus vários discursos, quer polemizar e disputar hegemonia. Na linha do que Bakhtin (1998:86) assinala: entre o discurso e seu objeto interpõem-se discursos de outros; o discurso se entrelaça com interações complexas enquanto que o objeto está penetrado por idéias gerais, pontos de vista, entoações. Porque na enunciação é como se os sentidos dos enunciados fossem sempre e

permanentemente recriados para superar-se a si mesmos como instrumentos a serviço do discurso e de seus autores.

No Manifesto, por exemplo, são apresentadas motivações várias para explicitar a origem do Partido. Motivações não coincidentes, não sinonímicas, heterogêneas e afirmadas com expressões de cunho generalizador. Parece, por exemplo, por uma parte, que o texto é o resultado do consenso alcançado para incluir uma seqüência de formulações colocadas para satisfazer exigências feitas por vozes que representam interesses dos diferentes grupos que participavam da sua elaboração; como se a formulação fosse uma composição de fragmentos assumidos sob argumentos do tipo “isso não pode faltar no texto”, ‘isso tem que estar na resolução”. Determinada colocação estaria garantida sempre e quando não fossem vetada por um outro grupo. Por outra parte, há formulações que garantem sua presença no texto porque interagem mais diretamente com a história e a situação do povo brasileiro.

Para justificar os porquês dessas impressões mencionaremos a seguir as expressões e enunciados que explicitam a origem do PT (mesmo que algumas das citações já tenham sido utilizadas para outra finalidade):

a) “da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la” (1,003-004) ¹¹⁷;

b) “de ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista” (1,044-045);

c) “O avanço das lutas populares permitiu a trabalhadores, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes” (1,018-024);

d) “Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas

¹¹⁷ Recordaremos que os textos que compõem o corpus constam em anexos numerados. O texto do Manifesto é numerado, linha por linha, de acordo com o seguinte formato: número 1 do anexo, hífen (-) e três dígitos indicando a linha em que se localiza cada fragmento do texto. Assim, ao citar fragmentos de textos do corpus constante nos anexos, utilizaremos, em consonância com a numeração constante, o seguinte código: o primeiro dígito, anterior à vírgula, identifica o anexo; os dígitos posteriores identificam a(s) linha(s) em que se localiza a citação. Por exemplo, (1,003-004) deve ser lido desta forma: texto do Anexo 1 – que é o do Manifesto – linhas 1-003 a 1-004.

lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador” (1,025-030);

e) “da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (1,031-033);

f) “da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares” (1,036-039);

As formulações são variadas, não equivalentes e semanticamente heterogêneas. Assim, pode ser verificado que refere-se a:

a) um sentimento quando se menciona a “necessidade sentida por milhões de intervir”;

b) uma identidade política expressada quando se fala em “ser real expressão política dos explorados”,

c) uma reivindicação quando se exige uma melhor situação;

d) a solução para a insuficiência de resultados por parte das reivindicações em relação às lutas imediatas e específicas;

e) uma decisão de lutar contra o sistema explorador;

f) um desejo, fruto da vontade de independência política e de emancipação.

Nem todos os conteúdos são equivalentes ou semelhantes: sentimentos, desejo, avaliação, determinação não são palavras da mesma abrangência de significação, o que, possivelmente, confirmaria a heterogeneidade de origens que pautou a construção do texto, em correlação com a diversidade que as histórias narram acerca da criação do Partido. Porém, os conteúdos não são contrários nem contraditórios: sentir, ser, reivindicar, solucionar, decidir, querer, podem coexistir. Parece-nos que a temática da inclusão / exclusão pode ser vista como uma isotopia, de alguma forma, nesses enunciados e formulações, por cima das suas particularidades e diferenças. Estaríamos perante uma pluralidade de vozes que se harmonizam no fato de cidadãos e grupos conseguirem existir politicamente de outra maneira na sociedade brasileira; para tanto conspiram na gênese do PT, como aderindo a um destes dois discursos não explicitados: ‘o PT é chamado a ser tudo isso que está aí’ ou ‘o PT tem que ser o que eu ou o meu grupo quer e que está explicitado aí’.

Tentemos articular e diferenciar algum dos enunciados referidos anteriormente a fim de tornar mais diáfana sua relação dialógica que suas vozes constituem:

O objetivo contido no enunciado “a necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la” (1,003-004), se não é coincidente ao menos é possível considerá-lo um objetivo correlato ao contido em a “decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (1,031-033). Se a necessidade de intervir para transformar e a decisão de lutar contra não são a mesma coisa, ambas as expressões têm alguma proximidade semântica entre si (por exemplo, semas relativos a participação, a mudança, a forma de lutar), e “lutar contra” pode ser uma parte do “Intervir para transformar” e vice-versa; ambas as ações denotam a inclusão como sujeitos sociais.

Já, a “vontade de emancipação das massas populares” (1,039) e a “vontade de independência política dos trabalhadores” (1,036) seriam querereres que estariam em âmbito semântico próximo entre si: o da libertação, dado que ‘emancipação’, como processo e ação, e ‘independência’, como estado, são termos correlatos pois podem referir-se concomitantemente ao mesmo objetivo. Ainda, expressões como ‘massas populares’ e ‘trabalhadores’ podem apresentar notáveis diferenças, por exemplo, em função da pertença ou não a uma coletividade indiscriminada ou da existência de relação ou não com o mundo do trabalho, mas no discurso podem ser inscritos no ‘nós-sujeito-discursivo’. Juntaríamos, portanto, ‘nós’ com libertação.

Mais diferenciada, por específica, é a declaração de que os movimentos populares e as suas lutas imediatas e específicas “não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador” (1,029-030). É justamente a insuficiência aqui assinalada aquilo que tornará essencial a criação de um partido, porque só a intervenção, a luta e a conquista, valendo-se de um partido político, constituir-se-á em instrumento válido e suficiente para que poder alcançar a emancipação; os demais caminhos não são suficientes, “não bastam” (1,029).

De acordo com esta reflexão, uma das afirmações que parece aceitável é a de que, segundo consta no Manifesto, o discurso do PT é a de que surge como o instrumento suficiente e necessário para que, por intermédio dele, se promova a necessária mudança social e política que é de interesse dos trabalhadores para superar a exclusão social. Este conteúdo parece brotar do conjunto de enunciados ao ser colocado em situação de enunciação.

Para nós, a diversidade discursiva do texto do Manifesto é reflexo e refração da diversidade de posições políticas dos grupos que se juntaram para fundar o Partido dos Trabalhadores. Portanto, estamos perante uma heterogeneidade constituinte de posições

políticas. Interpretamos que é sua heterogeneidade a que propicia que ele venha a funcionar como discurso porta-voz de grupos diversos, de posturas diversas que se aglutinam no nascente PT. O Partido nasce plural, em consonância com as expressões aceitas para formular sua origem. Mercê a isso o Partido vê apresentada e definida, em linhas gerais e de consenso, uma certa filosofia com seus objetivos, estratégias e compromissos.

Por outra parte, enunciados como os citados anteriormente não deixam de repercutir, em certa forma, sem a nitidez que poderemos observar na Carta de Princípios, a visão de sociedade dual, de confronto entre a burguesia e o proletariado própria do imaginário do Manifesto Comunista (www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp):

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.

François (2003:63) observa como em cada comunidade a linguagem tem seus próprios campos temáticos, suas formas específicas de pô-los em palavras e uma relação diferente entre o dito e o não dito¹¹⁸. No Manifesto do PT, particularmente em sua formulação heterogênea, percebemos que o Manifesto Comunista e diversas de suas leituras estão entre as vozes que habitam seu discurso. Como exemplo chamativo, no tocante à forma, o texto do Manifesto não deixa de surpreender-nos: de repente, no fim da apresentação do tema intitulado “Por um Partido de massas”, após utilizar o estilo impessoal ou a terceira pessoa, aparece uma mudança no registro da fala, a qual aparece em 1ª pessoa do plural, em tom de profissão de fé (os tipos em negrito são inseridos por nós para facilitar a identificação dos termos que estamos destacando):

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. **Somos** um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. **Queremos** a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. [...] **Queremos**, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, **queremos** construir uma estrutura interna

¹¹⁸ Aqui utilizamos não dito, em oposição a dito, como o que não está explícito no enunciado e se faz presente na enunciação.

democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases (1,044-056).

O “somos”, marca de identidade, assinala o ser e a consciência de ter um poder coletivo. Os vários “queremos” respondem a objetivos e estratégias, assinalam a consciência do querer e do poder ser. Ambas as expressões aproximam o interlocutor-leitor das teses e propostas do Manifesto graças a mecanismos de apropriação do discurso com a sua inclusão na responsabilidade pela proposta.

Quanto à inserção de enunciados em primeira pessoa do plural, não deve ser casualidade o fato de O Manifesto Comunista intercalar, de repente um diálogo direto, em primeira e segunda pessoa com a burguesia, repetindo a mesma palavra “queremos” (www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp):

Horrizai-vos porque **queremos** abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que ela existe para vós. [...] Em resumo, acusai-nos de querer abolir vossa propriedade. De fato, é isso que **queremos**. Desde o momento em que o trabalho não mais pode ser convertido em capital, em dinheiro, em renda da terra, numa palavra, em poder social capaz de ser monopolizado, isto é, desde o momento em que a propriedade individual não possa mais converter-se em propriedade burguesa declarais que a individualidade está suprimida.

Para nós a palavra “queremos”, introduzida em ambos os Manifestos vem a funcionar como um sinalizador dum imaginário comum. Não deixa de ser um tanto paradoxal o fato de que os registros em primeira pessoa, que como tendência expressiva tenderiam a marcar mais fortemente a singularidade dos autores enunciadores como sujeitos do discurso, apareçam no item que é intitulado “Por um Partido de massas” (1,035), justamente porque a palavra “massas” costuma estar marcada nos textos marxistas como expressão que abrange um grande número de pessoas exploradas e oprimidas, um coletivo de não-sujeitos, sem singularidade individual.

Nos demais momentos, até o fim do Manifesto do PT reaparecem os registros em terceira pessoa para apresentar o leque de metas, objetivos, estratégias e compromissos fundadores da práxis política petista:

a) “**pretende ser** uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista” (1,044-045);

b) “**quer atuar** não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias” (1,048-052);

c) que “**lutará** pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade” [...] “**lutará** por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis” (1,060-062);

d) “**afirma** seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido **proclama** que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas” (1,069-072);

e) “**Lutará** por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos” (1.073-074);

f) “**pretende** que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país” (1,075-076);

g) “**pretende chegar** ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social” (1,087-089);

h) “**buscará** conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores” (1,090-091);

i) “**manifesta** sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo” (1,091-092).

Esse leque de metas, objetivos, estratégias e compromissos fundadores da práxis política petista pode ser identificado, dentro do que poderia ser chamado um posicionamento discursivo que pleiteia um tipo de discurso que pó de ser dito numa democracia de caráter republicano.

Em diversos enunciados podem ser construídos novos sentidos, não ditos, que permitem acompanhar discursos na linha de delimitar o fato histórico da exclusão dos trabalhadores, da maioria do povo, do exercício a democracia; discursos que coincidem em comportar as idéias de que a maioria do povo foi impedida de participar, de ser incluída socialmente; em várias expressões encontramos marcas semânticas que produzem efeitos que possibilitam unir tudo como que numa rede de sentido; e em muitas das colocações

conseguimos encontrar as pistas da dialogicidade com os discursos sociais aos quais se contrapõem ou se alinham.

Nas proposições acima, autores e leitores que assumem ou desejam aderir a esse rumo de posicionamento político encontrarão uma primeira e breve síntese programática que traz ecos, suscita vozes das que podem ser chamadas palavras chave do Manifesto – explorados e exploradores, democracia e liberdade – e que traz um conceito ou discurso chave – a construção de uma democracia autêntica, livre e solidária; este último elemento sendo reforçado pela solidariedade ou o apoio explícito “à luta de todas as massas oprimidas do mundo” (1,092).

Outra questão é a de indagar-se pelo porquê de um ou de outro uso das pessoas nos enunciados em determinados momentos do texto. De saída, não encampamos que o motivo seja exclusivamente estético ou que seja apenas casual ou por distração dos escritores. Nem que a razão seja uma conjugação de ambos. Acreditamos existem sinalizações políticas e ideológicas, que respondem a necessidade de querer mostrar tons discursivos mais envolventes para dialogar e interagir com outras e determinadas vozes (no caso concreto, por exemplo, aquelas visões que lutam pela participação política das massas (1,047) ou aquelas que querem um partido amplo e aberto (1,053). A motivação de enfatizar ou acentuar a identidade seria uma razão mais do que suficiente para justificar o tom das declarações em primeira pessoa do plural.

Relativo à identidade dos assinantes, pouco consta no texto. Fala em Movimento Pró-PT, sem maiores detalhes diretos sobre as características dos participantes do movimento. Porém, os conteúdos inseridos no texto indicam aspectos comuns, supostamente, aos membros da coletividade petista. Como é de se esperar de um manifesto, ali estará minimamente representada a definição política unificadora, comum a todos ou, quando não assumida, tolerada por todos.

O texto traz constantes referências que levam a inferir que os presentes ou os assinantes não se sentem membros das classes dominantes e, sim, representantes dos anseios de milhões de brasileiros trabalhadores e estão dispostos e apregoando a necessidade de se organizarem – como única alternativa - para melhor lutar para conquistar a democracia e seus interesses econômicos, sociais e políticos, e para, através de um partido político, “lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (1,032-033). Os privilegiados pelo sistema econômico representam uma voz a ser combatida.

Os assinantes propugnam que a economia se submeta aos interesses populares, que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade, que o Estado se torne a expressão da sociedade sonhada, dado que aspiram a “construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”. Afirmam, ainda, que são solidários às lutas de todas as massas oprimidas do mundo (1,090-092). Trata-se de um ideário ambicioso.

Mais problemas apresenta avaliar sua representatividade. Fala-se, com exagero que consideramos de caráter retórico, no surgimento do PT como “decisão dos explorados” e fruto “da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la” (aqui não parece fora de lugar contrastar aspectos dessa afirmação com o fato de hoje, 27 anos depois, o PT atingir a casa do milhão de filiados, num país com mais de cem milhões de cidadãos eleitores).

Falar em “decisão dos explorados” equivale a significar a decisão de todos quantos são explorados; os formuladores do Manifesto podiam estar imaginando que representavam tal espécie de decisão adotada quando, onde, como? E como chegar a conhecer o sentimento de necessidade de intervir de milhões? Porque não basta alguém ser explorado para que a consciência da necessidade da participação política seja gerada nele. Pelo contrário, as carências que reduzem o cidadão à miséria, agem como pesado fardo a ser carregado que dificulta o engajamento na construção de uma nova sociedade. Mesmo quando há um processo eleitoral local, regional ou nacional, o voto dado pode não ser expressão de uma necessidade de intervir na direção de mudar a situação de exclusão social.

Neste ponto parece-me oportuno lembrar dos dilemas interiores do oprimido, segundo as reflexões de Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido* (1970:40-45):

Os oprimidos, acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem da estrutura de dominação temem à liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la [...] Quando descobrem em si o anelo por libertar-se percebem também que este anelo só se concretiza na concreção de outros anelos [...] sofrem uma dualidade que se instala na interioridade de seu ser. Descobrem que ao não serem livres, não chegam a ser autenticamente. Querem ser, mas temem se” [...] Este é o trágico dilema dos oprimidos, dilema que sua pedagogia deve enfrentar.

Por isto, a libertação é um parto. É um parto doloroso¹¹⁹

¹¹⁹ “*Los oprimidos, acomodados y adaptados, inmersos en el propio engranaje de la estructura de dominación temen a la libertad, en cuanto no se sienten capaces de correr el riesgo de asumirla*” [...] “*Cuando descubren*

Em breves palavras, sem a descoberta do caminho da libertação, o oprimido tende a interiorizar o modelo do opressor, até por medo à liberdade (Freire, 1970: 40-44, 66-68). Por causa disto, nos inclinamos a avaliar como sendo basicamente de caráter imaginário ou retórico a representatividade que se auto-atribuem os que lançam ou redigem o Manifesto. O que não obsta a que lhes atribua méritos e consideremos importante o fato de que um grupo encampe propostas que podem entusiasmar e seduzir coletivos e indivíduos diversos, colocando as pré-condições necessárias para poder beneficiar comunidades inteiras, milhões de pessoas, especialmente quando suas carências e necessidades forem tratadas como prioridade política e social pelo Governo e pelo Estado.

Portanto, que a atitude dos assinantes e promotores do Manifesto pode ser avaliada como de importância para a história do Brasil é uma coisa; outra bem diferente é a da representatividade que, segundo nossa avaliação, naquele momento concreto, existia em relação a pequenas parcelas da população organizada.

Como expressara o Manifesto Comunista no século XIX ao denunciar realidade própria do mundo capitalista, é como se um grupo de cidadãos manifestasse sua insatisfação com os rumos do país gritando: existimos, somos fortes e vamos inverter a atual situação exigindo a posta em prática de uma sociedade verdadeiramente democrática, inspirada nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade com os que a Revolução Francesa acenou para o mundo mais de dois séculos atrás.

Bem é verdade que um dos aspectos que, julgamos, não deixa lugar a dúvidas em relação à identidade dos autores do Manifesto é o de que eles não se consideram “massa” pois manifestam seu desejo de que a política seja atividade própria delas, das massas, dado que estas “desejam participar” das decisões da sociedade. Os autores não dizem ‘aqueles que formamos parte das massas desejamos participar’. Esta constatação lembra, por exemplo, os conteúdos da canção “Admirável gado novo”, em que o cantor Zé Ramalho, pouco depois, em 1981, enuncia “Vocês que fazem parte dessa massa / que passa nos projetos de futuro” [...] “É, ô ô, vida de gado, povo marcado, é, povo feliz”. Letra artística que é expressão da consciência de que as massas são, como o gado, um povo marcado pela pouca capacidade de reagir à submissão.

en sí el anhelo por liberarse perciben también que este anhelo sólo se concretiza en la concreción de otros anhelos” [...] “sufren una dualidad que se instala en la interioridad de su ser. Descubren que al no ser libres, no llegan a ser auténticamente. Quieren ser, mas temen ser” [...] “Este es el trágico dilema de los oprimidos, dilema que su pedagogía debe enfrentar. Por esto, la liberación es un parto. Es un parto doloroso”.

Podemos observar como a partir de expressões que, a princípio, não gozariam de determinada significação, mostram seu caráter polissêmico quando vistas associadas e interagindo com a situação e o conteúdo textual. Podemos estabelecer linhas de raciocínio que relacionem explorados, trabalhadores ou massas com cidadãos excluídos, discriminados ou marginalizados e que relacionem as minorias de privilegiados com déspotas e não-povo. Estas opções deverão proporcionar ao público leitor a oportunidade de identificar-se ou pronunciar-se em prol de uns ou de outros.

Basicamente, o discurso do Manifesto pretende levar a tomar uma posição, por um lado, em favor dos cidadãos apresentados como excluídos, discriminados ou marginalizados e, por outro lado, para a rejeição dos apresentados como déspotas. Porque efetivamente o seu discurso tem lado, tem preferência que é divulgada aos quatro ventos: o lado dos trabalhadores ou dos seus equivalentes - no léxico marxista, dos que não têm o controle dos meios de produção, aqueles que trabalham para outros, os explorados; entre os trabalhadores não se encontram os que lucram com a mais valia.

O Manifesto do PT não dispensa o tirar proveito de mecanismos discursivos de sedução. Primeiro, com a utilização de recursos habitualmente presentes no discurso retórico realizado no terreno da política, como sejam a simplificação maniqueísta de enfrentar o bem e o mal e a generalização e ampliação da aceitação, concordância e participação. Ambas os mecanismos agem como vozes que conclamam, fundamentalmente, como forças centrípetas, no sentido de propiciar a coesão do discurso. Segundo, e especialmente, a ferramenta que representa trazer à tona tudo quanto puder servir para despertar sonhos humanísticos. Sonhos que chegam alicerçados na longa saga de lutas empreendidas pela humanidade para realizar utopias que apresentam o ideal da construção de uma sociedade em paz e feliz, sem explorados nem exploradores. Sonhos em que conspiram forças de caráter centrífugo que agem, principalmente, no sentido da expansão do ideal para a maioria da sociedade.

Chamávamos antes a atenção para o processo de apropriação por parte dos assinantes do Manifesto de termos de caráter amplo, não classista, não excludente, como são povo, brasileiro, cidadão, etc. Nisso pode ser visto, justamente, como a denúncia assumida pelo Manifesto numa situação que vem se eternizando, a de impedir a grandes parcelas da população de viver e agir como povo, como brasileiros ou como cidadãos.

Re-avaliando a reflexão, podemos inferir algumas tendências:

a) que dentre as vozes presentes no texto do Manifesto encontram-se aquelas que indicam a presença numa multiplicidade de identificações – que foram indicadas

ao tratar da fundação do PT (páginas 174-175); elas são enunciadas a modo de reformulações que abrangem extensões de significação, à primeira vista, bem diferentes, heterogêneas, não homogêneas. Porém, as redes relacionais que se estabelecem e interpenetram nos processos de interação comunicativa e discursiva propiciam que as seqüências lexicais, sintagmáticas ou enunciativas, quando do acontecer da enunciação, sejam lidas ou ouvidas como homogêneas por determinados públicos de posicionamentos discursivos semelhantes ou próximos.

b) que a explicação de como podemos chegar a determinadas sínteses discursivas não devemos procurá-la só na materialidade textual, mas também nos fenômenos da interação discursiva com o acontecer social - no caso, por exemplo, a opção de indivíduos e coletivos de possibilitar a democratização e superação do regime ditatorial ou a luta contra a exploração da maioria da população.

c) que as diferentes vozes que se fazem presentes por habitarem os discursos – sejam as dos sindicalistas ou as dos movimentos populares, sejam as dos progressistas da Igreja Católica ou as dos comunistas ou socialistas, sejam as dos opressores - constituem uma polifonia que estabelece um processo dialógico de aportes e trocas que ora relativizam, ora potencializam e, no fim, harmonizam as diferentes prestações de significação apresentadas pelos textos contribuindo na geração dos sentidos.

d) que afinal de contas, o afastamento da maioria do povo brasileiro do jogo da democracia, da participação nas decisões de interesse coletivo está aí, presente, como uma voz de alerta e de denúncia.

e) quem determina em maior medida os efeitos de sentido gerados é o processo dialógico de interação que acontece entre a narrativa presente nos textos, os sujeitos que se apresentam na enunciação e as suas relações com a sociedade e todos os potenciais interlocutores e situações históricas.

De fato, os efeitos de sentido são fruto da interação das vozes que ressoam na concatenação das agrupações de palavras utilizadas com as vivências da sociedade e sua memória histórica, mesmo que o discurso resultante ou captado não seja plenamente intencional ou racional ou logicamente elaborado.

Igualmente, produz efeitos de sentido a associação dos contrastes de significação colocados reiteradamente no texto.

No discurso do Manifesto são tecidas redes relacionais de instruções de sentido, que interagem com ecos sócio-culturais e históricos. As redes relacionais nos levam a inferir aquelas interpretações que sintetizam os conteúdos ditos e não ditos que configuram o discurso fruto da enunciação. Mais concretamente, uma síntese possível do texto evidencia

duas asserções básicas: a primeira, que são poucos os que possuem muitas riquezas e poder e muitos os des-possuídos de riquezas e de poder; a segunda, que só a união e a organização política independente num partido de trabalhadores poderá levar a uma mudança substancial da atual situação com o fim da exploração e opressão, com a construção de uma verdadeira democracia.

6.2. ANÁLISE EM PERSPECTIVA DIALÓGICA DA CARTA DE PRINCÍPIOS E DO MANIFESTO DO PT

Dez meses distanciam, no tempo, a Carta de Princípios (do 1º de maio de 1979) do posterior Manifesto do PT (do 10 de fevereiro de 1980). Esperamos conseguir mostrar que as diferenças de visão ideológica que os separam, talvez sejam de anos luz. A comprovação de um fato desta índole pode ser considerado uma excelente primeira amostra dos conflitos ideológicos existentes já entre os futuros fundadores do PT e uma amostra dos que continuarão a ocorrer ao longo da história do Partido.

Desde o nascedouro, a interlocução dentro do PT, pode ser percebida, mesmo desde fora, como complexa em razão da coexistência, por exemplo, de posições políticas no campo do socialismo e comunismo, que além de se considerarem adversárias ou contrárias entre si, cada uma acreditava ser dona e depositária da verdade. Como conseqüência, quando da necessidade de adotar algumas deliberações partidárias, se instalavam acirrados campos de batalha político-ideológicos sem ter a expectativa de como encontrar um certo ponto final às discussões que não fosse o de realizar uma votação. Havia vencedores e vencidos e as posições assumidas posteriormente, de modo geral, não mudavam. Isto gerava tensões e confrontos dialéticos que contribuiriam, por um lado, a ajudar a criar uma imagem externa do PT como briguento e atemorizador e, por outro lado, a permitir a organização de tendências dentro do Partido.

Para mostrar o distanciamento entre os discursos do Manifesto e da Carta de Princípios, nem será necessário realizar uma comparação exaustiva de ambos os textos. Até, em razão do caráter prévio do primeiro documento e de sua menor representatividade: a chamada Carta de Princípios é fruto de uma “Comissão Nacional Provisória” composta por dirigentes de sindicatos da região do ABC paulista que expressam a consciência de serem eles os “lançadores do PT”; já o Manifesto traz o aval de 1.200 presentes e foi oficializado como texto fundador. De qualquer forma, procuraremos, como proposto no planejamento do trabalho, analisar a ação discursiva que representam as oposições ou coincidências enunciativas, os apagamentos ou realces ou ênfases, a desaparecimento ou eliminação ou substituição e a introdução de novos conteúdos discursivos.

Inicialmente, parece justo pensar que o texto do Manifesto, por tratar-se de um texto fundador, representa o consenso máximo a que puderam chegar as diversas forças políticas e sociais que se articularam. Neste sentido, os enunciados presentes no texto servirão

de primeira porta de entrada ao processo de articulação discursiva dessas forças; sem esquecer da importância de outras portas, como as representadas pelos diversos tipos e níveis de não ditos, inferíveis ou não, nos textos.

Esperamos que nas análises que iremos realizando transpareça que, mesmo com uma abordagem pontual, é possível perceber que ainda subsistem várias das convergências e divergências existentes nos discursos que foram divulgados nas origens do Partido dos Trabalhadores. Até porque a permanência de certas correntes de esquerda no PT garante que diversas posições sejam novamente ouvidas, aparentemente, como se o tempo estivesse parado. Como reza a canção interpretada por Fagner “quando a gente pensa de todas maneiras dele se guardar, sentimento ilhado, morto, amordaçado volta a incomodar”.

A história do PT é cabal confirmação disso: certas propostas minoritárias, de cunho mais dogmático ou doutrinal, derrotadas uma e outra vez pelas majorias, reaparecem, uma e outra vez, quase idênticas. Mostrar algo dessa realidade discursiva constituir-se-ia, cremos, num apaixonante trabalho de pesquisa ao qual agora não podemos dedicar-nos.

Adotamos a perspectiva de considerar que as vozes do Manifesto escutam, interagem com as vozes que suscita a Carta de Princípios e, de alguma forma, é resposta a elas destacando-as, acolhendo-as, mudando-as ou negando-as. Negando-as, inclusive, ignorando-as.

Como fizemos anteriormente com o Manifesto, apresentaremos, uma tentativa de tipologia quantitativa e qualificativa dos eventos léxicos em três partes: primeira, dos eventos léxicos e seus atuantes políticos coletivos institucionais; segunda, dos eventos léxicos e seus atuantes políticos coletivos não institucionais; terceira, dos eventos léxicos e seus atuantes políticos processuais ou situacionais. As partes constarão, respectivamente, nos Quadros 5, 6 e 7. Cada quadro constará de um levantamento quantitativo do léxico e agrupações léxicas relativas às opções políticas, vistas e tratadas como eventos lingüísticos presentes no texto da Carta de Princípios. Também serão feitas ponderações valorativas de sua significação como indícios da atitude discursiva dos enunciadores. O número de referências será particularmente significativo em razão de que a Carta de Princípios é duas vezes e média maior do que o texto do Manifesto.

Quadro 5: Número de eventos léxicos da Carta de Princípios e os atuantes políticos coletivos institucionais:

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
---------------	----	----	------------

Partido dos Trabalhadores	07	28	22 como sujeito oracional
PT	20		indica priorização
nosso partido	01		
partido	10	24	indica priorização
outros partidos políticos	14		08 menções ao MDB
Estado	05		indica priorização
Nação	01		
regime	09		indica priorização
governo	05		
sindicatos / movimento sindical	08		indica priorização

De acordo com as indicações que a frequência e reiteração do léxico e dos grupos léxicos, dentre os atuantes políticos coletivos institucionais da Carta de Princípios destaca, em primeiro lugar o partido a ser fundado, o PT, e sua diferenciação de outros partidos precedentes. Em segundo lugar, centram a atenção dos enunciadores a questão do regime político e a dos sindicatos.

Quadro 6: Número de eventos léxicos da Carta de Princípios e seus atuantes políticos coletivos não institucionais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
classe(s)	02	11	indica máxima priorização; termos marcados pela tradição de análise marxista de luta de classes
classes dominantes	04		
classe(s) explorada(s)	02		
classes produtoras / sociais	02		
classe trabalhadora	01	42	
trabalhador(es)	34		
população trabalhadora	02		
massa(s) trabalhadora(s)	06		
massas oprimidas	01		
massas exploradas	06	17	
massas marginalizadas	01		
massa(s)	03		
operariado / setores proletarizados	01		
explorados / (super)exploração	07	09	
oprimidos / opressão política	02		
população explorada	01		

nossa população	01	05	indica não priorização
população	03		
povo	05		
sociedade	02	04	indica não priorização
sociedade brasileira	02		
país	05	09	indica priorização
nosso país	02		
Brasil	02		
bases	01		indica não priorização
popular(es)	08		indica priorização
núcleos	02		
direção liberal conservadora	01		
patrões	04		indica priorização; termos marcados pela tradição de análise marxista de luta de classes
elites /privilegiadas/liberais/dominantes	07	09	
elites políticas / e intelectuais	02		
grupos dominantes/ detentores do poder	02	05	
capital financeiro / monopolista	03		

Destaca no Quadro 6 o predomínio de uma análise da sociedade fortemente marcada pela tradição de análise marxista de luta de classes: das ‘classes’ e das ‘massas’, dos ‘trabalhadores’ explorados e populares parte-se para a confrontação com os patrões e as elites de privilegiados.

Quadro 7: Número de eventos léxicos da Carta de Princípios e seus atuantes políticos processuais ou situacionais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
democracia/democrático/democratização	19		indica forte priorização
luta(s) / lutar	10	15	indica priorização
lutas sociais	01		
lutas populares	04		
greve / grevista	10		
movimento	05		
acumulação capitalista	01		indica não priorização
socialismo / sociedade socialista	03		tema divisor de águas
eleições / aliados	02		indica não priorização

No Quadro 7 chama a atenção, como aconteceu também no Manifesto, a prioridade da democracia. Junto a ela, a acentuação do valor da luta, especialmente quando adquire a forma de greve. De particular relevância e a explicitação da opção pelo socialismo, explicitação que não será feita no Manifesto.

Com a finalidade de começar a explicitar a tensa relação ideológica que permeia a existência do PT desde antes da sua constituição ou existência legal, oficial e para. procurar alcançar uma maior exatidão e significação em nossas reflexões, deixaremos de centrar a atenção nas coincidências entre os textos, sem dúvida, importantes, para priorizar o destaque de algumas das não-coincidências. Ao examinar e contrastar os conteúdos do texto da Carta de Princípios, anterior ao do Manifesto, utilizado como indutor das análises, ficaremos prioritariamente restritos a comentar alguns aspectos enunciados de forma genérica. O trabalho comparativo dos textos permitir-nos-á uma situação privilegiada de observação dos discursos presentes na agrupação partidária. A nossa hipótese inicial é a de que poderemos concluir que as propostas que ganham força são aquelas que podem significar democracia e inclusão social e política para a maioria do povo. O que permitirá reconhecer o valor da diversidade quando existe algo que possibilita alcançar uma certa unidade de ação. Em outras palavras, aguardamos que a pluralidade de visões existentes entre os grupos e indivíduos que se engajaram na construção do PT desde primeira hora tenha contribuído mais ao crescimento da aceitação do Partido do que a sua rejeição.

Assumir uma focalização dialógica permitir-nos-á estabelecer contrastes que poderão ilustrar convergências e divergências discursivas entre ambos os textos. Por isso é que procuraremos colocá-los frente-a-frente tanto a partir do dito em seus textos quanto do não-dito.

Carta de Princípios e Manifesto ao dialogarem, afirmam as respectivas posições como vozes hegemônicas. Suas convergências parecem-nos mais abrangentes menos pontuais e mais difíceis de assinalar que suas divergências.

A Carta de Princípios, mesmo que alguns de seus conteúdos possam ser caracterizados como princípios, adota um formato que parece se assemelhar mais com aquilo que seria um manifesto com análise de conjuntura mais raciocínios próprios de comício. Já o Manifesto apresenta um tom mais reconhecível como pertencente ao gênero manifesto, com maior ênfase na proclamação das intenções e opções dum coletivo.

A Carta de Princípios – que pouco partilha das características do gênero carta - apresenta um tom que identificamos como um tanto de manifesto panfletário ou

descuidado não apenas pela reiteração léxica, mas por demonstrar – como poderemos observar em suas hipérboles - pouca precisão na abrangência de suas afirmações.

Chama a nossa atenção ter que avaliar as afirmações da Carta de Princípios como a expressão de um discurso com déficit claro de objetividade, um tanto apressado, que, quando contrastado com o Manifesto, passa uma certa imagem de tratar-se de um estranho no ninho petista. O título sugere ao leitor que tem em mãos um texto pertencente a um gênero textual com vocação de estável, porque diz pretender estabelecer princípios - e seria de supor que estes fossem elementos considerados relativamente permanentes. No entanto, a leitura revela que boa parte dos enunciados são destinados a avaliar questões conjunturais, mais transitórias. Na terceira parte do documento são explicitados uma série de princípios, quase sempre iniciados pela formulação “O PT”. Os conteúdos anteriores têm um formato que parece assemelhar-se mais com o que seria um manifesto de contestação e afirmação com uma incidência grande na análise de conjuntura.

Já o Manifesto apresenta majoritariamente um tom de manifesto, de texto fundador. Isso é verificável a partir da própria enunciação das suas partes: “Manifesto”, “Nascendo das lutas sociais”, “Por um partido de massas”, “Pela participação dos Trabalhadores”. As duas primeiras concentram-se na origem e as duas últimas na direção.

Como detalhe inicial acerca dos contrastes discursivos identificáveis podemos observar que o texto da Carta de Princípios começa universalizando historicamente a idéia de formação de um partido só de trabalhadores chegando a afirmar que “é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora” (2,003-004). Afirmação que contraria, em parte, as pretensões de ação inicial, de novidade crítica e de expressão da maturação processual dos trabalhadores brasileiros proclamadas no Manifesto:

Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, **começou** a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores (1,026-031).

A mudança existente entre um e outro discurso é flagrante. A proposta do Partido, segundo o Manifesto, “surgiu”, “começou” naquele momento como fruto de um processo lento que está sendo assumido. Em se tratando dum documento posterior, ele representa uma negação do contido no texto da Carta de Princípios. A proposta desta implica na existência dum processo permanente e habitual que poderia perder-se nos primórdios da

história da humanidade. Porque caberia indagar: onde situa a Carta, onde se remonta, em antiguidade a classe trabalhadora? à primeira rebelião popular da história? aos Gracos? à primeira Revolução Industrial que, em relação a nós, não é nem tão antiga, mas que é importante quando se estabelecem as relações de super-exploração patrão / empregado?

Não esperamos respostas específicas a estas indagações porque interpretamos que a resposta pode nem ser fundamental por estarmos perante um elemento retórico dentro do discurso de futuros petistas.

Em relação a como as vozes da Carta de Princípios ressoam no Manifesto é visível como ambos mantêm bem claramente o enfrentamento de dois mundos temáticos. Num lado o mundo dos exploradores com privilégios e poder, formado pelas classes dominantes, por grupos que controlam o aparelho de Estado, que são os detentores do poder e que têm sede de opressão e de privilégios; e do outro lado, o mundo dos explorados, sem privilégios e sem poder, o mundo em que o “povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país” (2,065-066), porque são ignorados os interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente.

A contraposição traz o imaginário fundador da visão marxista, do mítico confronto guerreiro entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos, a voz do Manifesto Comunista (www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp) :

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada, uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

Afora isto, pode ser observado que há acentuações, rupturas e apagamentos que demonstram a existência de significativas diferenças ideológicas e de objetivos políticos entre um e outro texto. As propostas que serão acentuadas no Manifesto dizem respeito à organização dos trabalhadores e à construção da democracia representativa. Nas propostas da Carta respira-se luta de classes e a opção pelo isolamento político. Entre as rupturas encontra-se, no Manifesto, precisamente, a omissão de expressões de caráter mais isolacionista. Não aparece nele, por exemplo, a proposição “um partido só dos trabalhadores” (2,004) ou a de

que “os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte” (2,006-007).

Também é omitido no Manifesto o referente ao governo marcado como repressor - “O governo desencadeia sua repressão” (2,036) - e como aliado exclusivo dos patrões e das elites - “partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas” (2,075-076), “os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos” (2,031-032) - que são destaques na Carta

Entre outros apagamentos que o Manifesto realiza consideramos significativo, fundamentalmente, o do abrandamento do tom de confrontação de classes em relação ao que se fez presente na Carta de Princípios: “Os patrões usam de todos os meios a seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores” (2,033-034) ou o PT “buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta” (2,189-192).

Um outro aspecto a destacar é o de que a Carta surpreende por recorrer a uma sucessão de afirmações menos exatas, facilmente caracterizáveis como hiperbólicas ou acentuações retóricas, pois não parecem comprováveis nem acordes - batem de frente - com a memória e o legado históricos da humanidade.

Mesmo que a história oficial seja escrita pelos vencedores - que tentam deturpar ou apagar os aspectos positivos dos vencidos – resulta difícil acatar como algo acontecido aquilo contido em enunciados como os seguintes (os negritos são nossos): “Mas **sempre que** as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, **toda sorte de obstáculos** se contrapõe a seus esforços. Essa situação **vivida milhares de vezes em todos os países do mundo** vem acontecendo agora no Brasil” (2,012-013).

Evidentemente, “sempre que”, “toda sorte de obstáculos” “vivida milhares de vezes” e “em todos os países” constituem um conjunto de hipérboles impensável no acontecer humano. E podem servir, por exemplo, como pano de fundo, como um discurso não-dito, para aumentar a importância e a relevância histórica do Partido dos Trabalhadores.

Por não parecer fruto de experiências concretas, não dá para pretender acreditar na ocorrência da obstrução de milhares de tentativas de formação de partidos políticos como o dos trabalhadores que está sendo proposto. E muito menos ainda, que esse fato tenha ocorrido milhares de vezes em todos os países do mundo e “vem acontecendo agora no Brasil”. Não encontramos registros orais ou escritos – outras vozes - que possam

corroborar a primeira assertiva. Quanto ao Brasil, não há como negar que o governo militar fez aprovar exigências legais que implicavam em enormes dificuldades para poder constituir partidos políticos; mas não fica claro se é ou não a primeira vez em que “toda sorte de obstáculos” é contraposta aos esforços de trabalhadores e oprimidos de construir sua organização de classe independente. Porém, sim, é possível reconhecer ecoando neste texto vozes dos antagonismos de classe próprios do Manifesto Comunista, assinalados antes.

É o clima de confrontação de classes de interesses contrapostos, que para este documento marca toda a história conhecida da humanidade. É o clima que é reformulado pela Carta de Princípios. Só que o Manifesto Comunista alerta para uma experiência histórica que não vemos presente nos documentos petistas: o caráter auto-destrutivo das divisões entre os operários (www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp):

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre e cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa.

Por sua vez, o Manifesto não deixa de lado as asseverações hiperbólicas: demonstra pouca exatidão e triunfalismo ao quantificar em milhões o sentimento de necessidade em relação à existência do Partido dos Trabalhadores (ainda, em 2007, o PT não atingiu um milhão de componentes) e ao dotar de vontade o que qualifica como “massas populares” tal qual verificado em enunciados já citados (1,003-004; 1,036-037; 1,039). Essa suposta vontade de universos tão extensos de brasileiros ou de trabalhadores ou das massas, pouco tem a ver com a difícil experiência da consolidação do Partido ao longo dos anos. Observamos, como cidadão atento às questões político-partidárias, que a participação ativa, constante e continuada na vida partidária e na política em geral não parece ser um dos elementos distintivos da cidadania do País.

A Carta distancia-se da realidade ao acentuar que a idéia de um partido dos trabalhadores ganha, hoje, - transcorria o ano 1979 - “uma **irresistível popularidade**” (2,050). Porque esta afirmação não se ajusta a uma avaliação amparada em dados, dado que, por exemplo, conseguir o registro do PT foi muito difícil, supôs esforços e dedicação quase heróicos de muitos militantes e representou uma autêntica façanha, ainda hoje motivo de orgulho dos atores na época. Porque acreditamos que o alardeado nível de popularidade é fruto de olhos que simulam acontecimentos a partir de pouca conexão com o real, por

discurso descuidado devido à vontade de que a realidade seja tal qual o próprio desejo ou por se tentar passar uma visão que tem a aparência de demagógica. Ou, simplesmente, porque os simulacros costumam ser um dos artifícios mais recorrentes para narrar histórias e para construir um discurso político. Ou para aproveitar o poder argumentativo que possuem as narrativas. Mas, acaso se pode duvidar de que essa afirmação guarde parentesco com a visão que tenta passar o Manifesto Comunista nos enunciados que recolhemos há pouco relativos a um renascimento mais forte, mais firme, mais poderoso da organização do proletariado em classe? Segundo a nossa avaliação, a Carta de Princípios reflete e refrata esta visão.

Na Carta, transparece o apego e a super-estimação –ênfatização - do valor das greves localizadas como instrumento gerador de transformações ou de mudanças positivas para os trabalhadores dentro de um regime capitalista. Avaliação inexistente no Manifesto e avaliação chocante por induzir a acreditar que de uma greve numa fábrica de automóveis, no ano anterior, poderia ser inferido que se trata do “**início**, em 12 de maio do ano passado” (greve da Scania) da “**luta emancipadora**” dos trabalhadores. A imagem utilizada da avalanche acaba por resultar, à luz dos acontecimentos, um tanto irreal, restando seriedade e autoridade ao discurso:

Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma **verdadeira avalanche** pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho (2,013-015).

Em relação a essa “verdadeira avalanche”, a partir de maio de 1976, não consta qualquer registro de que tenha existido a não ser na vontade ou na imaginação dos dirigentes sindicais que assumem o documento: acontecimentos e texto não parecem harmonizáveis. Verifica-se, sim, que ocorreram algumas greves que passaram sem que fossem mudadas sensivelmente as condições de vida e trabalho dos trabalhadores brasileiros. É tanto assim que foi justamente a insuficiência ou pouca capacidade emancipatória das greves que será uma das razões que o Manifesto colocará como fundamentais para se decidir a fundar o Partido dos Trabalhadores (1,028 - 1,030). Funciona, portanto, este texto como mais uma argumentação que contraria as afirmações da Carta de Princípios.

Também, quando situados fora de uma ambientação discursiva retórica, passar a dizer que o início da luta emancipadora dos trabalhadores brasileiros acontece em

1976, nessa greve, senão é por demagogia ou por oportunismo, parece ou descuido demais, no fundo, um autêntico insulto a qualquer memória histórica séria de lutas do povo brasileiro.

O Manifesto tem a afirmação de algo semelhante, que entendemos incorreto, a-histórico quando escreve “**agora** as vozes do povo **começam a se fazer ouvir** por meio de suas lutas” (1,008-009), porque ao longo da história brasileira diversas vozes populares se ouviram e fizeram ouvir clamando por liberdade. Mas, pelo menos, não reduz somente às greves o âmbito do que seria o campo de batalha, o lugar das lutas dos trabalhadores.

Como mais um dado significativo, expressado em referência às greves, a Carta menospreza o fato dos grevistas ver-se forçados a aceitar o apoio de setores médios da sociedade; mostra uma espécie de “obreirismo” explicitado ao analisar que:

As lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de **aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia** (2,043-044).

A Carta vem marcada pelas limitações colocadas a potenciais alianças. Se, por um lado, “o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país” (2,197-198), por outro lado, “o PT recusa-se a aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!” (2,200-202). Discurso que será apagado no Manifesto. Como também o de que a “massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva” (2,150-151).

Outro discurso que será apagado no Manifesto será aquele em que a Carta de Princípios critica explicitamente o MDB criando um simulacro de seu discurso, construindo sua imagem com um *ethos* destinado a ser repudiado pelos trabalhadores:

Por sua origem, por sua ineficácia histórica, **pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória**, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis (2,126-129).

Aqui, mais uma vez podemos identificar aqui as vozes de luta de duas classes enfrentadas que apresentava o Manifesto Comunista: seriam não apenas sua direção, composição e programa, mas, especialmente, os interesses incompatíveis que eliminariam a

possibilidade de que um partido como o MDB pudesse ser contado como aliado das classes trabalhadoras.

Na contramão dessas posições, o Manifesto, sem reparar em origens de classe, lançará um princípio identificador como partido que qualifica de amplo e aberto, centrado na construção da democracia:

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases (1,053-056).

Outro elemento de polêmica velada nos documentos iniciais do PT, podemos verificá-lo quando a Carta sinaliza para uma visão auto-suficiente das massas trabalhadoras, com recheio de profetismo - que não transparece no Manifesto - e que os fatos se encarregarão de desmoralizar. Pode ser isto comprovado, por exemplo, quando, após lembrar o golpismo como uma ameaça constante na política brasileira, afirma que “o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades” (2,177-179). Como se massa pudesse ser fiadora de qualquer coisa que seja! (comentário pessoal).

No tocante ao Manifesto pode experimentar-se a existência de uma certa dose de prudência em qualificar-se como a única força capaz de dotar o Estado brasileiro de democracia. Mais concretamente, defende uma democracia mais orgânica e representativa:

É preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade (1,078-082).

Em relação aos discursos dos documentos, o assunto para nós mais surpreendente é o do apagamento, da não explicitação formal da aposta pelo socialismo no Manifesto, quando constou na Carta de Princípios com a formulação a seguir:

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo (2,218-219).

O Manifesto limita-se a proclamar que “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas” (1,069-070).

Ao longo dos 27 anos de existência do PT correram rios de tinta para definir e expor o socialismo petista enquanto no Manifesto não consta esta palavra. Constatam, sim, como referido antes, propostas que levam a construir uma sociedade igualitária, o qual alguns chamariam de sociedade socialista.

Outra questão interessante é observar como as concepções de democracia são apresentadas em relativo confronto; a desejada pela Carta de Princípios desliza para uma espécie de processo de assembleias que não mais estará presente no Manifesto. Assim, quando mostra sua simpatia para com “a retomada, em toda linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembleias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve” (2,025-026). Na Carta de Princípios, de um lado, temos a democracia como participação ordenada e consciente e a democracia direta e plena exercida diretamente pelas massas, quando, então, a massa trabalhadora passa a ser considerada, “o único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva” (2,153-154); do outro lado, aparece a democracia formal existente que é para as elites (2,056-057; 2,071), de ‘fachadas democráticas (2,071) e apenas ‘formal e parlamentar’ (2,172-175).

Também podemos advertir como o linguajar do Manifesto ainda conserva terminologia ligada à leitura comunista da história. Concretamente pode ser constatado como, dado a que a dimensão do texto do Manifesto é bem menor que a da Carta não existe diferença no uso dos termos ‘massa’ e ‘massas’: no Manifesto aparecem três vezes sem qualquer adjetivação ou complemento (1,035; 1,047, 1,069); e uma única vez para cada combinação, formando os sintagmas ‘massas populares’ (1,047), ‘massas exploradas’ (1,070), ‘massas trabalhadoras’ (1,084) e ‘massas oprimidas do mundo’ (1,092). Já na Carta, após o texto introdutório, o termo massas, consta três vezes sem adjetivação ou complemento (2,212; 2,218; 2,226); mas aparece quatorze vezes em formulações como: ‘massas trabalhadoras’, ‘amplas massas exploradas, marginalizadas’ e ‘massas exploradas’.

Porém, não aparecem no Manifesto os termos da tradição marxista ‘classe’ e ‘classes’ que aparecem em dez ocasiões na Carta formando sintagmas com ‘trabalhadora’, ‘explorada’, ‘exploradas’, ‘médias’, ‘produtoras’, ‘dominantes’, ‘exploradoras’.

Enquanto isso se consolidam os sintagmas com as palavras ‘trabalhadores’, ‘trabalhadoras’ (no Manifesto, vinte e duas vezes, e mais de quarenta vezes na Carta), cuja memória semântica se afasta da comunista tradicional. Nesta linha de afastamento e nova

identidade em relação aos comunistas, importa assinalar que nenhum dos dois textos está presente a expressão - tão cara dos marxismos e presente no Manifesto Comunista, 'luta de classes' - expressão da união dos trabalhadores na luta pelos seus interesses face aos dos burgueses. Lembremos a pedagogia do Manifesto Comunista para explicitar este conceito (www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp):

Os choques individuais entre o operário e o burguês tomam cada vez mais o carácter de choques entre duas classes. Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários, chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em rebelião. Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.

No entanto, esse tom de luta política marca de modo especial a Carta de Princípios, que além do seu forte componente de críticas – explícitas ou implícitas - à conjuntura brasileira e universal pretende conclamar à união dos trabalhadores:

O PT declara-se comprometido e empenhado na tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais (2,233-235).

A insistência e o carácter da crítica social da Carta de Princípios, passam um discurso de que os interesses do grupo formulador estão mais polarizados pela vontade de realizar a denúncia da situação social. Convidam-nos a pensar: será que eles acreditam na viabilidade dos seus propósitos, ou será que o que realmente mais está interessando é realizar o discurso, denunciar uma situação e marcar uma posição política? A nossa tendência é a de responder na linha de interpretar seus discursos apenas como uma tomada de posição mesmo que não leve a efetivos resultados concretos. Por sua falta de avaliação das condições de viabilidade, para nós, explicitam mais a vontade de fazer discurso ou exprimir desejos do que a de partir para realizações potenciais. Se tal seria o caso da Carta de Princípios, não, certamente, o do Manifesto.

Vejamos alguns dos enunciados da Carta de Princípios que são apagados no Manifesto:

a) afirmar que a nossa sociedade é “baseada na exploração e na desigualdade entre as classes” (2,005-007);

b) proclamar que apenas estando organizados à parte será possível aos trabalhadores resistir aos exploradores e opressores” (2,006-008), e que a solução dos problemas dos trabalhadores, a sua emancipação (2,168-171) implica em recusar quaisquer apoios, alianças;

c) passar a crença no enunciado de que está na hora de “o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro” (2,056-058);

d) afirmar “que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades” (2,172-179);

e) divulgar o objetivo de “apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta” (2,192-195).

Aparecem, ainda se cabe, mais acentuadas as diferenças discursivas entre a Carta de Princípios e o Manifesto quando comparados ambos os discursos numa panorâmica mais ampla. O Manifesto elimina: a visão da existência duma sociedade baseada na exploração, a estratégia da organização aparte dos trabalhadores, a tendência a rejeitar tudo quanto não seja dirigido e formulado pelos trabalhadores ou pelas massas, a recusa de observar a correlação de forças existente na sociedade e a pretensão de estabelecer uma democracia direta.

Associando as várias questões revela-se um quadro em que o aspecto processual da construção duma nova sociedade parece contar pouco para os formuladores da Carta de Princípios: basta manifestar os desejos; algumas das ambições parecem propostas para serem inalcançáveis quando se chega a qual deverá ser seu sentido na proposta final: um governo de trabalhadores fundado no exercício da democracia direta!

Por outra parte, os assinantes do Manifesto incorporam novos discursos: primeiramente, o de que acreditam na existência de possibilidades reais de construção de caminhos que levem à superação da situação que tem levado à maioria “à condição de brasileiros de segunda classe” (1,008); em segundo lugar deixam transparecer um discurso preocupado em estimular e viabilizar a organização e participação dos trabalhadores no processo de construção da democracia. Por isso que, na direção contrária da Carta de Princípios:

a) Ampliam o leque dos potenciais interessados e limitam a importância da organização autônoma considerando-a uma mera “ferramenta da construção de uma sociedade

que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo” (1,012-014). Isso autoriza-nos a pensar que havendo conveniência ou necessidade a ferramenta pode ser trocada por outra;

b) assumem que a construção duma nova democracia passa pelas “organizações de base da sociedade” (1-0051), por “construir uma estrutura interna democrática” (1,055), “pela democratização a sociedade em todos os níveis” (1,062), por “sindicatos e partidos independentes do Estado” (1,073-074), por que “as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares” através de representações “fundadas nas organizações de base” (1,078-081);

c) afirma-se que o Brasil “só será verdadeiramente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras”, acrescentando ser preciso que “o Estado se torne expressão da sociedade” (1,084-086). A correlação aqui existente entre a opção dirigente das massas trabalhadoras como sendo a expressão da vontade social é colocada numa perspectiva processual, de construção que pode vir a ser realidade.

O Manifesto, ao não exagerar o valor de uma organização autônoma dos trabalhadores, abre espaço para que se construam processos que levem a uniões mais amplas onde os trabalhadores possam desenvolver um papel dirigente.

Chama, também, poderosamente a atenção o fato de o Manifesto não polemizar diretamente nem explicitar qualquer referência a um documento anterior. Nem sequer se faz referência aos assinantes da Carta de Princípios que fizeram questão de identificar-se, em momento pontual, segundo sua origem e posição de classe, em primeira pessoa seu caráter e função de autores escritores: “Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT” (2-059). E que assumem o papel de lançadores insubstituíveis do PT:

Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT (2,063-065).

Nem são donos, nem serão citados no Manifesto. Como autores sofrem um apagamento total. No entanto, não há porque duvidar que estariam presentes no lançamento do Manifesto e que se engajaram no processo de construção do novo partido. A omissão do papel deste conjunto de dirigentes sindicais na origem do Partido dos Trabalhadores foi intencional, tática ou estratégica? Foi casual, conjuntural, meramente anedótica?

Quando articulado com outras instruções de sentido que nos chegam sobre a história do PT, este fato pode ser significativo, dado que encaixa na tese, cara a esta pesquisa e que trataremos com maior detalhamento no próximo item, de poder ser vista como mais um dado duma prematura amostra pública dos conflitos ideológicos que perpassam a vida do Partido dos Trabalhadores e, apesar disso, da sua capacidade de aglutinação de forças que se declaram a favor dos interesses dos trabalhadores ou defensoras duma sociedade socialista.

Colocados diante das divergências entre ambos os textos surge a indagação: o que foi que aconteceu ao costurar o Manifesto, um documento apresentado como consensual, mas tão significativamente diferente do precedente?

Uma resposta mais precisa pode ser muito interessante e exigirá tentar conhecer com maior exatidão o processo de construção e formulação dos textos e discursos. Porém, pode estimar-se que aqueles dirigentes sindicais que se consideram os lançadores do Partido dos Trabalhadores não constituíam mais a força hegemônica do Partido e seus discursos não mais eram discursos hegemônicos.

Possivelmente quando estas vozes de origem sindical que compuseram a Carta de Princípios mais convergem com as vozes do Manifesto é ao reconhecer-se depositárias de uma tradição de utopia social. Trata-se, entre outras, de vozes que recolhem ecos de sonhos e utopias políticas dos trabalhadores militantes socialistas. Assim, talvez a mais radical das coincidências entre ambos os documentos seja a visão da importância de aspirar e lutar por realizar a utopia duma sociedade igualitária, onde não exista exploração. No caso da formulação da Carta de Princípios mencionamos:

O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem (2,207-209).

Na formulação do Manifesto pode-se ler:

O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores (1,089-091).

Estamos perante propósitos de orientação diferente: o texto da Carta diz querer um partido para acabar com uma situação existente; o texto do Manifesto quer um partido para construir algo novo. Ambas as formulações afastam-se da necessidade

expressada no Manifesto Comunista de atingir o poder pela violência (www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp):

Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder e a não ser suas algemas. Têm um mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!.

O distanciamento acima refletido pode ser debitado em boa parte à necessidade de encontrar consensos mínimos dada a pluralidade de visões existentes entre os grupos e indivíduos que se engajaram na construção do Partido dos Trabalhadores desde primeira hora. Porém, em relação às deliberações políticas estratégicas assumidas referentes às vias que devem ser assumidas para construir a democracia, as propostas que ganham força e representatividade partidária são aquelas que, sem recorrer à violência, podem significar inclusão social e política para a maioria do povo.

Resulta significativo observar que embora partes fundamentais do seu discurso tenham sido ignoradas ou contraditas no documento fundador, o texto da Carta de Princípios permanece no leque dos documentos partidários considerados importantes. Vemos este fato, simbolicamente, como uma amostra pública de como se dá a convivência dos conflitos ideológicos dentro do Partido dos Trabalhadores. E que, ao mesmo tempo, funciona como afirmação da surpreendente capacidade aglutinadora, de posições político-ideológicas pouco compatíveis, que acontece no Partido dos Trabalhadores. Até o presente, os conflitos ideológicos no PT não apenas são tolerados, mas são aceitos como uma realidade positiva, como motivo de orgulho e afirmação; como confirmação de ser um partido sem doutrina, sem dogmas, sempre em disputa, democrático em suas decisões e opções. Neste sentido, não é raro escutar declarações e dirigentes partidários afirmando que as divergências – geradas pelas ideologias das diferentes tendências organizadas do Partido – constituem uma das grandes riquezas do PT.

Pode ser. No entanto, pertence ao âmbito das nossas observações pessoais mais consolidadas que a grande mídia do País aproveita essas divergências para tentar passar para a população o discurso de que o PT é sinônimo de bagunça assustadora, que não merece

qualquer confiança, porque os petistas vivem brigando entre si e vivem lavando a roupa suja em todas e cada uma de suas reuniões¹²⁰

Na saga do discurso assumido pelo Manifesto, esse PT ideologicamente dividido e combatido acaba assentando-se no cenário político brasileiro e aparecendo como o partido que luta por uma sociedade mais democrática e que cultiva a democracia interna porque e para que prevaleça a voz da maioria: discute-se e discute-se, mas depois o caminho é decidido no voto e a opção vencedora é sustentada. Uma realidade como a assinalada, dialoga com toda a sociedade apontando em direção ao imaginário da possibilidade da existência de uma democracia consistente e rica como imaginara o Manifesto¹²¹.

Esses pressupostos e considerações, levam o analista a pensar que as convergências e divergências existentes entre a Carta de Princípios e o Manifesto de fundação do PT podem ser consideradas uma primeira amostra pública tanto do nível de conflito próprio da convivência dentro do PT quanto da sua capacidade política aglutinadora e da força da sua unidade de ação política.

6.3. ANÁLISE EM PERSPECTIVA DIALÓGICA DAS DELIBERAÇÕES DO 13º ENCONTRO NACIONAL DO PT E O MANIFESTO

Antes da análise das deliberações, realizaremos a apresentação de algumas das circunstâncias que estavam postas quando da realização do 13º Encontro.

Tinham-se passado 26 anos de existência no Partido dos Trabalhadores quando foi realizado o seu 13º Encontro Nacional. Antes, aconteceram doze Encontros Nacionais e dois Congressos Nacionais. Foi neles que se debateu, legislou e foi sendo dada e sendo renovada a identidade oficial do Partido dos Trabalhadores. Participaram desses eventos centenas de milhares de filiados refletindo e deliberando em reuniões pelos quatro cantos do Brasil; milhares de páginas de documentos, de textos foram analisados. Apenas alguns foram os aprovados e passaram a representar oficialmente a identidade política do Partido. Porém, todas essas resoluções, aprovadas ou não, continuarão interagindo, como

¹²⁰ A grande mídia tem apresentando o PT como o partido dos briguentos, alimentando dois imaginários: o do monstro ameaçador que gera pavor e o da casa dividida que anula as energias da família levando todos à inépcia.

¹²¹ em contraste com o imaginário de postular um país do jeitinho, dos privilégios arbitrários, da irresponsabilidade e da falta de compromisso com as necessidades coletivas por parte dos dirigentes.

vozes, sobre a prática e discurso petista até os dias de hoje, especialmente quando reivindicadas, por uns, como expressão da necessária volta às origens, e, por outros, como justificativa para reivindicar a re-fundação do Partido.

Em razão da sua significação dialógica, na poderíamos omitir uma referência simbólica tanto aos grandes eventos quanto às suas resoluções: eles podem iluminar a enunciação que identificamos nos textos atuais.

Extremando o seu caráter sintético, mencionaremos, no Anexo 3, as grandes linhas dos Encontros e Congressos anteriores do PT, apenas como murmúrios de vozes, como tênues lâmpadas que mostrem algo da saga dialógica que desemboca, de 28 a 30 de abril de 2006, no 13º Encontro Nacional e no recém realizado III Congresso, de 31 de agosto a 2 de setembro de 2007.

Seria de uma enorme riqueza, para uma pesquisa no âmbito do discurso, em horizonte dialógico, analisar todos os textos, compreendê-los como uma saga, acompanhá-los como guias, diferenciá-los e relacioná-los um a um, todos com todos como num diálogo ininterrupto. Mas, possivelmente, isso sejam tarefas para uma equipe de pesquisadores. Certamente, não, para uma única pessoa que realiza um trabalho de doutoramento e tem tempo delimitado para finalizá-lo.

Por não termos a possibilidade material de acompanhar, passo a passo, a evolução do discurso oficial do Partido dos Trabalhadores - incluindo o último, o do III Congresso -, como seria o ideal, trabalhamos os penúltimos documentos de caráter deliberativo nacional - os do 13º Encontro - na expectativa de que nos forneçam dados esclarecedores, porque sendo mais próximos a nós, podem encarnar melhor o simulacro discursivo da identidade atual do Partido.

Do 13º Encontro do Partido dos Trabalhadores, saíram dois documentos: “Conjuntura, tática e política de Alianças” e “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição presidencial de 2006)”. O primeiro é composto por 161 itens, geralmente, breves, agrupados em treze partes. O segundo é composto por 40 itens, de extensão bem maior sem divisão em partes. Assim, do ponto de vista de sua apresentação, de edição, no que diz respeito à redação, trata-se de textos de autoria diferente: certamente, o Encontro não cuidou de igualar o estilo de ambos os textos. Por exemplo, como detalhe ortográfico significativo podemos observar que no primeiro documento a referência ao Governo é feita sistematicamente em letra minúscula – “governo” - enquanto que no segundo documento essa referência é feita de acordo com a norma ortográfica culta com o vocábulo começando com letra maiúscula – “Governo”. Bem

provavelmente isso não ocorreu por uma questão casual ou banal: pode ser vista como carregada de sentido político, no sentido de mostrar menor ou maior apreço ao ente referido.

Dentro das propostas metodológicas que nos propusemos, para analisar as deliberações do 13º Encontro do Partido dos Trabalhadores seguiremos percursos diferenciados. Um dos percursos tentará assinalar contrastes com as deliberações e circunstâncias do Manifesto fundador, em outras palavras, captar até que ponto o discurso fundador se induz, se faz presente no discurso do 13º Encontro. O outro percurso consistirá em realizar uma leitura circunstanciada, mais centrada no texto, procurando analisar aspectos relativos aos temas previamente selecionados (recordemos: socialismo, democracia, luta de classes, partido de massas e organização partidária, exploração e opressão, exclusão e inclusão social, estatização e privatização) e procurando analisar como os enunciadores se posicionam ao enunciar. Ambas as análises na perspectiva de identificar apagamentos, ênfases, deslocamentos, introdução ou eliminação, portanto, procurando priorizar a focalização dos não ditos

No tocante ao pretendido pelo 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, cabe sublinhar, inicialmente, que estamos frente a textos que correspondem a um gênero textual¹²² diferente do gênero manifesto. Em razão de circunstâncias específicas existentes em ambos os momentos, mesmo que respondem a finalidades e a algumas circunstâncias radicalmente distintas, acabaram sendo elaborados com metodologias semelhantes.

Efetivamente, o gênero - resoluções de Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - obedeceu anteriormente, no processo da sua elaboração, a uma dinâmica de votações que inexistiram para os textos do Manifesto e do 13º Encontro. Nos demais Encontros, as resoluções finais constituíam um documento, elaborado a partir da acumulação, estruturação e aceitação de teses vitoriosas em votações que eram realizadas ponto a ponto. Isto implicava na existência duma maioria de teses derrotadas, o que significa que havia diversas vozes apagadas ou silenciadas.

¹²² Acolhemo-nos à visão de gêneros do discurso de Bakthin (2000:279-287) que concebe-os como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Nessa perspectiva, sua riqueza e variedade são infinitas ‘pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de ‘gêneros’ do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa [...] os gêneros do discurso são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua’.. Ducrot, O – Todorov, T. (1983:181) comentam que as classificações de gêneros já propostas são infinitas “pero que rara vez se basan en una idea clara y coherente de la noción misma de género”.

No Manifesto e no 13º Encontro Nacional do PT não houve votações de várias propostas de textos, traduziram-se consensos. A razão básica da mudança de metodologia procedimental no Encontro foi conjuntural, a fim de mostrar o que unia o Partido numa conjuntura ameaçadora, complicada, a fim de não acumular mais obstáculos à obtenção de um bom desempenho eleitoral nas eleições que se aproximavam.

Não se deve perder de vista que as finalidades e circunstâncias em que se deu o 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foram bem outras que as existentes quando da elaboração do texto do Manifesto, adotado como indutor em nossas análises. Finalidades e circunstâncias que deverão ser decisivos à hora de delimitar os objetivos pretendidos e os temas abordados por ambos os textos.

De fato, o Manifesto tem como principal objetivo o anúncio da criação de um partido de trabalhadores com determinadas características, constringido a moldes impostos por um regime ditatorial em fase final de decomposição. O 13º Encontro elabora documentos, dentro dum horizonte de democracia parlamentar institucional, com base num importante acúmulo de experiências de ação política conjuntural, para servirem, fundamentalmente: de base à campanha de reeleição do seu filiado, Lula, como Presidente da República; às campanhas de seus candidatos a governadores e vices de Estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais; e como pautas dirigentes – “diretrizes” - dos governos e mandatos conquistados. Encontrar-se-ão esses fatos entre os que principalmente condicionarão as diferenças nos enfoques e nas escolhas temáticas.

Às proclamações dos textos do Manifesto e do 13º Encontro precederam discussões prévias para alcançar um consenso, mas não existiram votações. Foi necessário concordar em evitar temas ou questões polêmicas assumindo-se apagamentos, ênfases, deslocamentos, inclusões e exclusões que permitissem alcançar um consenso.

No Manifesto, as principais teses, basicamente, relativas à “emancipação das massas populares” (1,039) constituem o que poderia ser considerado como o núcleo ideológico do discurso da esquerda que aspira a conquistar o poder, de inspiração e linguajar marxista. É explicitada a vocação emancipatória internacionalista, numa formulação de caráter mais genérico, ao proclamar a “solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo” (1,092). Lutas que, ideológica, histórica e sociologicamente, situam-se no campo chamado da esquerda política e social. No 13º Encontro, as teses centrais tratam do combate ao neoliberalismo e da importância da reeleição de Lula. Ambas não se encontram no Manifesto, a não ser de forma derivada, de inferências pragmáticas. Isso, de por si, implica em que ambos os documentos estariam distanciados entre si.

Temos como pressuposto que o Manifesto e os documentos do 13º Encontro dialogam entre si por estarem numa cadeia ininterrupta de comunicação social ou em processos discursivos de construção de uma mesma identidade política. No 13º Encontro, fazem-no a partir de novas vozes que se incorporam às anteriormente existentes; novas vozes que exigem respostas novas para os novos acontecimentos; novos documentos que respondem a outras necessidades políticas, refletem realidades diferentes.

Para quem tiver vivenciado minimamente ou recebido informação dos principais acontecimentos das disputas políticas no Brasil, de 2003 a 2006, não resulta difícil convir que a conjuntura em que se celebrou o 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores seria plenamente adversa, desesperadora para o conjunto do Partido, não fosse, em medida significativa, pelo fato de que as pesquisas de opinião pública teimavam em mostrar a preferência e a aprovação popular de Lula não parava de crescer. Porém, era um clima, por exemplo, no que circulavam e se reproduziam as ameaças de cassar tanto o mandato do Presidente Lula quanto o registro legal do Partido dos Trabalhadores.

Nessas horas ocorreu um fato que contribuiu para o resgate da auto-estima e combatividade dos petistas e da tradição partidária. E, curiosamente, tratava-se de uma voz significativa, que dialogava diretamente com a disposição de construção da democracia expressada no Manifesto: em 2005, no País, onde de uma ou de outra forma, os partidos são controlados, dominados por algum ou alguns caciques políticos, vivenciou-se o peso da lição de valores democráticos que representava o fato da participação dos filiados petistas para escolher a sua direção partidária e seu presidente, em eleição direta: “A força do petismo ficou visível em setembro-outubro de 2005, quando mais de 315 mil filiados compareceram para votar na eleição da nova direção partidária” (4, 52)¹²³. Assim o reconhece o 13º Encontro Nacional do Partido utilizando a primeira pessoa do plural:

A superação do cerco político foi possível por uma série de fatores, entre os quais **devemos** destacar: a participação massiva dos filiados no processo de eleição das direções partidárias, o apoio popular ao presidente da República, a rearticulação da base do governo na eleição do atual presidente da Câmara dos Deputados, a

¹²³ As referências relativas a este documento constam no Anexo 4. Para que a nossa referência resulte mais simples e breve, resolvemos utilizar o código em que “4” faz referência ao documento “Conjuntura, tática e política de Alianças” e o número que segue a uma vírgula indica o item em que consta a referência. Portanto, “(4,52)” deve ser lido: documento do Anexo 4 - “Conjuntura, tática e política de Alianças” -, item 52. Assim pois, o primeiro dígito do parêntese faz menção ao anexo; os dígitos que seguem à vírgula indicam o item correspondente à citação. Este modelo será seguido para as demais citações.

maturação dos programas de governo e as iniciativas político-administrativas adotadas no último período (4,131).

Lembre-se que a eleição direta da direção partidária, fato político recolocou o Partido dos Trabalhadores na saga que se iniciou com o Manifesto, não é realizada por nenhum outro partido político brasileiro. Em boa parte essa é a razão principal de que as partes iniciais do texto em análise pouco ajudariam a identificar um partido à defensiva, inseguro, submetido a um bombardeio constante por parte de quase todos os grandes meios de informação do País.

Nas circunstâncias do 13º Encontro Nacional, tentar agrupamentos nos mesmos tipos de âmbitos semânticos virá a ser pouco relevante para melhor apreender os discursos. A mera leitura dos documentos, fruto do 13º Encontro, confirma que as atitudes e preocupações que polarizam o entorno petista são outras bem diferentes que as do bisonho partido que se apresentava no Manifesto.

Quanto aos temas, atitudes e posições assumidas pelo 13º Encontro, poderá ser observada a sua amplitude e seu dialogismo: adotam um discurso anti-neoliberal e anti-capitalista; assumem as principais polêmicas que envolvem membros do Partido dos Trabalhadores; encampam a teorização que diz respeito à tática para a transição de um tipo de sociedade a outro; enfatizam à questão da correlação de forças que traz em seu bojo a necessidade de encarar pragmaticamente a opção de assumir alianças; debruçam-se sobre o fato do PT ser Governo, o que importa enfrentar contradições; focalizam a realidade da insatisfatória gestão das finanças do Partido; sublinham a importância de fortalecer a democracia representativa e participativa; assinalam o projeto do Governo como de inspiração democrática e popular com ressalvas em determinadas opções feitas de política econômica. Compõem uma voz clara que reflete e refrata a posição de poder então ocupada.

Na seqüência do trabalho que realizaremos nos próximos itens, não resultará difícil observar como os âmbitos semânticos que concentram o léxico e as expressões presentes nos textos do 13º Encontro distanciam-se dos que analisamos no texto do Manifesto. Neste, o futuro Partido dos Trabalhadores se apresentava como o espaço democrático a ser construído para organizar politicamente, de forma autônoma, os trabalhadores com o objetivo de construir uma sociedade verdadeiramente democrática; tratava-se de constituir um espaço para exercerem a política partidária, defendendo seus interesses, os cidadãos identificáveis por terem sido atingidos pelas marcas da dominação, da opressão, da marginalização. Refletiam-se e refratavam-se as carências do lado que estava

fora do poder. Ao analisar o Manifesto, agrupávamos expressões, palavras e sintagmas – léxico e grupos léxicos -, sob âmbitos semânticos contrapostos: uns, com as marcas das categorias dominador, explorador, privilegiado; outros, com as marcas de dominado, explorado, não privilegiado ou marginalizado. Como poderemos verificar, no 13º Encontro, esse léxico perderá protagonismo.

6.3.1. Análise em perspectiva dialógica do texto “Conjuntura, Tática e Política de Alianças” do 13º Encontro Nacional do PT e do Manifesto

A retomada e atualização da visão do Partido dos Trabalhadores sobre seu papel na política brasileira irá sendo colocada tema a tema, deliberação a deliberação, palavra a palavra no 13º Encontro Nacional do PT.

O texto “Conjuntura, Tática e Política de Alianças” apresenta um bloco introdutório e as seguintes partes: a conjuntura internacional; conjuntura nacional; as eleições de 2004; a disputa com a direita; as finanças de um partido de trabalhadores; resolução de apuração sobre a crise do PT em 2005; a herança corruptora e as falhas estruturais do estado brasileiro; composição do governo, tratamento dado à oposição e a corrupção dos governos tucanos; elementos da tática e política de alianças; a oposição tenta retomar o cerco; coordenação de campanha; convocação do III Congresso Nacional do PT.

Como mais uma amostra da heterogeneidade na formatação do texto, do ponto de vista formal advertimos que apenas o título do último tema e o que trata da herança corruptora, curiosamente, estão escritos com tipo datilográfico da chamada caixa alta. Do ponto de vista do conteúdo e contrariando o que caberia esperar por conta do título do documento, somente os itens que vão do 106 ao 129 abordam, explicitamente, a questão da tática e política de alianças; os demais – quase um 80% do total - podem ser vistos como expressão de uma avaliação de conjuntura.

Como antes observamos, apesar dos filiados e militantes se sentirem ainda pressionados pelas acusações que, na contramão do espírito do Manifesto, atingiam a ética do Partido, o 13º Encontro veio significar para os petistas a confirmação de terem conseguido dar a volta por cima numa fase constrangedora. O Encontro assumiu seu papel formulador e, como poderá ser avaliado, os textos gerados pouco contribuirão para identificar nele a

existência dum partido acuado e inseguro. Antes ao contrário, o Encontro político que realiza mostra uma atitude afirmativa, de postura de força.

As posições assumidas retratam uma situação política muito diferente daquela em que surgiu o Manifesto dado que o PT aqui reage como um partido consolidado e hegemônico no cenário nacional. Em 2006, o PT é um partido que fala situado numa posição de poder. Encontra-se aqui um dos alicerces do marco que viabiliza o discurso do 13º Encontro Nacional. Desta feita, delimita como objetivo central de um partido como o PT o de “trabalhar pela superação do neoliberalismo, em todas as suas dimensões” (4,18) e “num sentido anti-capitalista” (4,19). Nesta direção, não deixa de dialogar e coincidir com aquele Partido que “nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema político e econômico que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (1,031 – 033).

O 13º Encontro reconhece o avanço “da esquerda política e social na América Latina” (4,14) e vê como um dos desafios das forças progressistas, democráticas, populares e socialistas na América Latina o de “ampliar sua força e cooperação política, social e institucional, utilizando a presença no governo para construir um modelo alternativo, que nos liberte da ditadura do capital financeiro e das ameaças políticas e militares dos Estados Unidos” (4,20); sente-se à vontade confrontando-se aos interesses de dominação norte-americana (4,21); avalia como missão complexa contribuir a realizar a transição de modelo econômico e social em razão da base de apoio das forças, conservadoras e neoliberais (4,34 - 4,37). Nada que possa frustrar àqueles fundadores “já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política” (1,037 - 039)

Apesar desses posicionamentos afirmativos e abertos ao mundo, as marcas da atitude defensiva deixaram-se sentir no 13º Encontro: por exemplo, no fato de que mais de trinta itens do texto da análise de conjuntura tragam impressa a voz das acusações de corrupção. Neste sentido, dialogam com acusações, acusadores e acusados (basicamente os membros do próprio partido e os simpatizantes e apoiadores) e refletem e refratam um discurso da sociedade. Dialogam ao lembrar que o PT – aquele que proclamou no Manifesto: “somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores” (1,046) - sofreu gravíssimas acusações, de caráter amplo, geral que atingiam a todos os integrantes do Partido, apresentados perante a sociedade como bandidos:

Bombardeio cotidiano de todos os meios de comunicação, associando-nos à corrupção, ao crime organizado, ao enriquecimento ilícito, entre outros delitos, com destaque para a articulação de um esquema de financiamento de campanhas eleitorais (4,49).

É bem verdade que até o presente momento, foram reconhecidas e tiveram comprovação parcial algumas acusações relativas ao financiamento irregular de campanhas eleitorais (por outra parte, fato tido como corriqueiro pelos que transitam pelo mundo da política).

Perante a situação constrangedora, o texto parte para dialogar com as vozes críticas, de dentro e de fora do Partido, condenatórias, desencantadas e também com a tradição partidária. Isso num Partido que em seu Manifesto que proclamava querer “participar legal e legitimamente de todas as decisões da sociedade” (1,047 – 048) não deveria ser uma tarefa simples. O fato é que o 13º Encontro introduz um discurso que reconhece as dificuldades de enfrentar o “poder econômico” numa campanha eleitoral assumida nos moldes atuais de disputa. Discurso que mal se encaixa no explicitado no Manifesto de proclamar a participação em eleições e suas atividades parlamentares subordinadas “ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”. Não nos parece fora de lugar reconhecer aqui o desencontro de objetivos básicos, entre ambos os discursos, na opção de disputar eleições.

Mas, o processo dialógico mais incisivo dá-se tentando dialogar com a sociedade, quando são colocados na ordem do dia os temas que podem levar à mudança da situação em que vive a maioria dos cidadãos no Brasil e se estabelece que a “tarefa central de nosso governo era e segue sendo construir um Brasil pós-neoliberal” (4,100). O “era e segue sendo construir um Brasil pós-neoliberal” é uma expressão que pretende estabelecer uma conexão direta com todo o mandato do “nosso governo” – o do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, a partir de janeiro de 2003 – e com a história original e anterior do Partido, fundado quando o neoliberalismo ainda não tinha construído uma imagem precisa do seu próprio caráter: de propugnar por um estado mínimo a serviço do mercado e um mercado a serviço dos indivíduos, verdadeira síntese renovada das aspirações que contrariam as contidas no Manifesto: “Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista” (1,058 – 059).

Nesse linha de raciocínio, o neoliberalismo aparece como reprodução atualizada da situação que o Manifesto do PT pretendia mudar; com o que traz as deliberações do Encontro petista para a saga do seu ideário fundador, o de ser a “expressão política,

governamental e partidária, das demandas por um país democrático, popular e socialista (4,118).

Diante deste pressuposto não é de causar espanto que combater o neoliberalismo assuma o status de tarefa central. Justamente porque a pregação neoliberal amarrada no individualismo encarna o discurso oposto ao ideário petista de construir um país democrático, popular e socialista. Esta referência vem sintetizar as utopias petistas históricas e relança o imaginário popular nos rumos da sonhada sociedade adâmica de trabalho com suor, mas sem exploração, “da sociedade igualitária, onde não haja nem explorados nem exploradores” (1,090 – 091).

A referência à tarefa central, olha especialmente para o futuro, e mais particularmente para o possível e futuro período de novo governo, que se pretende hegemonizar com a reeleição de Lula, com o objetivo central de confirmar a condenação dos rumos políticos e sociais assumidos pelo País num passado anterior dominado pelo discurso e a prática neoliberais. A de derrotar a proposta neoliberal através da reeleição de Lula, garantindo com isso a vitória da proposta da esquerda política e social “para realizar a transição do modelo econômico e social” (4,5), é considerada a tese mais representativa do 13º Congresso. Na tese da transição de modelos, opõe-se, prioritariamente, o mundo neoliberal ao da esquerda política e social. Ela representa a adoção de um discurso anti-neoliberal e anti-capitalista que vem colado à importância estratégica que é atribuída ao imediato processo eleitoral no qual será preciso ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares em seu confronto com os neoliberais (4,5).

Prevalece o enfoque de considerar o mandato do Governo Lula e o crescimento da bancada democrática e popular – não apenas a do PT - como elementos fundamentais num período de transição. Porque existe a avaliação, fruto das duras experiências do presente, de que a consecução de um melhor segundo mandato de Lula dependerá, além de apoios na sociedade, da eleição duma boa bancada de parlamentares, em 2006, a fim de “criar as condições políticas, institucionais e sociais que nos permitam realizar um segundo mandato superior ao primeiro” (4,6).

Aqui, fica clara a questão, como exigência histórica, de cuidar de ter uma correlação de forças favorável, questão que é necessário enfrentar é a que traz a primeiro plano a necessidade de realizar alianças ideologicamente não desejáveis. Para o 13º Encontro é clara a exigência de eleger uma bancada expressiva de esquerda, quando não petista, capaz de viabilizar uma grande aliança (4,7).

Perante esta necessidade de alianças amplas e múltiplas ressoa a proclamação do Manifesto: “Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa” (1,053 - 054). Em ambos os casos, os olhos voltam-se para a participação política dos trabalhadores mediante suas organizações e movimentos sociais e para a intelectualidade progressista e os setores populares. Mas, à diferença do Manifesto, no 13º Encontro os olhos voltam-se também para um candidato que representa e exerce a principal função política: o presidente Lula.

Ainda, e de modo semelhante à rejeição pelo Manifesto, em 1980, dos modelos discriminatórios e elitistas dos anteriores governos do Brasil, no Encontro de 2006 passa-se a reforçar a importância de garantir um segundo mandato presidencial petista como recurso para possibilitar seguir superando a “tragédia social” que representaram tanto os períodos de governos autoritários – “modelo nacional-desenvolvimentista” - como os que seguiram o “receituário neoliberal” em suas dimensões mais concretas e amargas (4,11).

Ao sublinhar a importância de fortalecer a democracia representativa e participativa podemos escutar o eco, a repercussão prática do Manifesto (1,036 – 039) quando falava do cansaço sentido pelos trabalhadores por estar servindo “de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política”. Situação que, para poder ser mudada, segundo o 13º Encontro, exige a acolhida de políticas de cooperação política, social e institucional em nível internacional semelhantes às adotadas pelo Governo Lula, porque se constituem num modelo alternativo aos baseados na visão neoliberal (4,20). Aliás, no texto é afirmado que qualquer modelo alternativo passa por adotar posturas que ostentam um formato concreto de cooperação nitidamente internacionalista:

Este desafio estará sendo enfrentado em vários terrenos: na construção da integração continental, em oposição aos acordos bilaterais com os Estados Unidos; na atuação dos governos de esquerda e progressistas; nas eleições que vão ocorrer em vários países latino-americanos; na mobilização e nas lutas sociais; na elaboração de uma política de segurança para a região, que impeça a militarização dos conflitos, bem como a instalação de bases militares dos EUA; no apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano; e também no acompanhamento da situação interna dos Estados Unidos, onde o fundamentalismo político e religioso precisa ser derrotado (4,21).

O 13º Encontro parece experimentar especial fruição em tratar a “conjuntura internacional”. Dedicou-lhe vinte itens (do 4,14 ao 4,33). No bloco de itens introdutórios do documento do 13º Encontro aparece com insistência o discurso do avanço da esquerda política e social e da integração latino-americana (4,1; 4,2). Na parte específica do texto, é reconhecido o avanço “da esquerda política e social na América Latina” (4,14) e, apesar de fortemente questionada, a real hegemonia das forças que sustentam a atual ordem internacional; isso, apesar de carecerem de um projeto de interesse para as maiorias “os ricos não têm um projeto de futuro a oferecer aos pobres do mundo” (4,15).

Parece-nos oportuno notar aqui que diferentemente, no Manifesto, a questão internacional é referida indiretamente apenas no seu último enunciado ao salientar que “O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo” (1,091-092). E está implícita quando fala de “setores explorados pelo capitalismo” (1,014). Inexiste a menção à perspectiva, por exemplo, da integração latino-americana ou de enfrentamento à política norte-americana. Porém, a contraposição ‘Estados Unidos’ / ‘governos de esquerda e progressistas’ tende a funcionar no imaginário do posicionamento discursivo, afim ao PT, como opção pelos oprimidos ou pelos explorados pelo sistema capitalista.

A seguir, o 13º Encontro propõe um conjunto de deliberações políticas que estabelece um autêntico horizonte de lutas como expressão duma atitude vigilante e atuante contra quanto seja veículo da consolidação do capitalismo e de sua atual face, o neoliberalismo e que servem de respaldo à política internacional que afirma adotar o Governo Lula de “superar a hegemonia neoliberal, nas suas quatro dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro, o “Estado mínimo” e o conservadorismo político” (4,12). Propostas que, de alguma forma, representam um avanço na explicitação da vontade política da “grande maioria de nossa população trabalhadora”, expressa no Manifesto, de “que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo” (1,012 – 014).

Mais, ainda: por um lado, o tema da dependência externa mexe com o imaginário e o orgulho de ser uma nação independente num país consciente de ter sido por muito tempo colônia de Portugal; por outro lado, a desigual concentração de renda denuncia o caráter das políticas econômicas conservadoras como fato social vergonhoso num país que se pretende democrático. A lembrança da tradição de conservadorismo político retoma a existência duma praxe política secular orientada a manter a maioria da população afastada das

decisões políticas; justamente, aquela situação alegada no Manifesto como principal razão para partir para a fundação de um partido político de trabalhadores.

Enquanto Partido, o PT, por sua vez, apresenta o discurso de estar obrigado a assumir mais e maiores responsabilidades específicas em sua atuação internacional, na direção de consolidar a cooperação latino-americana. E de fazer isso sem descuidar da atuação em outros continentes e articulações internacionais por tratar-se de mais um meio para viabilizar a resolução dos grandes problemas enfrentados pela sociedade brasileira. O PT deve, pois: ter “uma clara implicação internacional” (4,31); “ampliar sua atuação na América Latina, sem que isso impeça nossa presença ativa na África, Europa e Ásia”; ter uma “participação ativa junto ao chamado movimento altermundista, expresso principalmente no Fórum Social Mundial” (4,23) ; implementar “um plano de integração econômica, política e cultural” (4,24); investir “no fortalecimento do Mercosul e da Comunidade Sul-americana das Nações” (4,25). Todo um programa que enfatiza e introduz estratégias políticas que estão em consonância com o espírito do Manifesto, mas que não constam explicitamente nele.

Acentuando os contrastes, no 13º Encontro, são postos sob suspeição os logros econômicos do período militar lembrando o preço que foi pago: um País vitimado pelo neoliberalismo, situado entre os precursores das ditaduras na América Latina que prepararam o terreno para o empobrecimento dos seus respectivos povos; um país incapacitado para poder dar vida digna a seu povo durante mais de duas décadas (4,35):

Em consonância com esta linha de pensamento ao tratar do tema “Conjuntura nacional”, é enfatizada a complexidade particular do caso brasileiro, haja vista a própria história do país. É nessa perspectiva que é realçada a importância estratégica da eleição de Lula presidente da República destacando dois aspectos: as características existentes anteriormente no Brasil, mais especificamente, durante os quinhentos anos precedentes e o contraste com as opções políticas e sociais que levaram o País a ser um dos mais desiguais do mundo:

Um país que se industrializou e urbanizou velozmente, a partir de 1930, orientado por um desenvolvimentismo conservador que não previa ruptura com os padrões de dependência externa, concentração de riqueza e conservadorismo político (4,35).

Declaração que traz à tona o diálogo do discurso sobre o pequeno crescimento da economia do Brasil que a grande mídia nacional e os partidos políticos de oposição criticam. À veiculação de dados que colocam o crescimento do PIB brasileiro como

sendo um dos menores do mundo, dentre os países em desenvolvimento, apenas equiparável ao de países como o Haiti, o 13º Encontro do PT contrapõe o modelo do crescimento conservador até então implementado que não rompeu com mazelas como a dependência externa, a concentração de riqueza e o conservadorismo político. Mas, que deixa em mau lugar, como fracassado aquele Partido que se arvora de ser quem leva adiante o projeto dos explorados para “resolver os seus problemas (1,032 – 033) e que pretendia ao Governo “para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico, quanto no plano social” (1,087 – 089): o fracasso como ‘incapazes’ atingiria o PT e os trabalhadores.

Um outro eco do Manifesto que ganha destaque é o que repercute a realidade das lutas por uma sociedade democrática: o 13º Encontro reconhece que elas não são patrimônio apenas de um setor, de uma corrente de pensamento ou de um partido, mas de forças diversas e muito plurais que resistiram aos governos militares e ao neoliberalismo:

Um país onde a resistência aos governos militares e ao neoliberalismo foi obra de um conjunto extremamente plural de forças políticas e sociais, que mesmo quando se aliaram em torno de objetivos táticos comuns, expressavam diferentes objetivos estratégicos (4,36).

Trata-se de uma voz que, ao reconhecer a pluralidade de forças políticas que encamparam a resistência à ditadura militar, contesta aquelas vozes que queiram apropriar-se dos frutos das lutas populares.

É num país com antecedentes marcantes e dividido quanto aos caminhos a seguir, onde o PT acredita ter a oportunidade de contribuir à realização da transição de modelo econômico e social. Missão que sabe nada simples, porque as “forças, conservadoras e neoliberais, que administraram o país de 1990 até 2002, pretendem recuperar o governo federal” e contaram com o importante apoio eleitoral de 40% do eleitorado na anterior eleição presidencial.

O Encontro expressa sua avaliação do que está em jogo no processo político que ocorre no Brasil quando se combate Lula e o PT: é desgastá-los para propiciar sua derrota ou, até, conseguir sua eliminação. Volta à tona a situação inicial daquele projeto de partido destinado a ser barrado no baile, quando da democratização do País. Consolidado como a maior força política, consciente de contar com importante respaldo e apelo popular, percebe como diversas forças lutam para tentar eliminá-lo do mapa político pela única via expressa

que aparece como potencialmente aberta: a ação judicial. Via que também tentam emplacar contra o presidente Lula (4,50). Situação que, provavelmente, não poderiam nem imaginar os enunciadores primeiros do Manifesto de fundação do Partido, aqueles que sonhavam com um Estado “dirigido pelas massas trabalhadoras” (1,084 – 1,085).

A resposta a este tipo de ação política condiciona as opções partidárias na conjuntura específica. É assim que entre os principais objetivos do PT passam a contar-se, na linha das proclamas do Manifesto: “Barrar este movimento, reeleger Lula, e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares” (4,34; 4,38). Porque não ressoam longe as proclamas do grupo de cidadãos afastado do âmbito das decisões do Estado que produziu e se comprometeu com o Manifesto querendo que o Estado se tornasse “expressão da sociedade” (1,085). A convergência de objetivos transparece quando a reeleição de Lula e a consolidação do PT são associadas a caminhos construídos para a ação hegemônica dos trabalhadores na definição dos rumos a serem seguidos pelo Brasil.

De fato, chama a atenção a correlação Lula / reeleição, que o texto apresenta com insistência, com as diversas formulações, sinalizando para o que define como seus próprios objetivos fundamentais. Esta correlação aparece como uma inclusão no discurso, que desloca sensivelmente o quadro dos objetivos ou das metas que o Manifesto estabelecia; grande parte deles com a marca do coletivo - trabalhadores, massas, povo, população, explorados, etc. - e com a marca das grandes metas políticas coletivas e individuais - democracia, participação, luta, organização, independência, liberdade, etc.

Outras inclusões nos textos do 13º Encontro em relação ao temas do Manifesto dizem respeito a situações espinhosas ocorridas em períodos recentes. Assim, quando o 13º Encontro interage dialogicamente com o acontecido nas eleições de 2004 - em que o PT viveu “num ambiente político novo: pela primeira vez concorreu a governos municipais, sendo governo no âmbito federal” (4 ,40) e sofreu derrotas nas eleições municipais em importantes centros urbanos, com administração petista anterior. Também percebe que, ele, escolado em discursos e ações de denúncia e reivindicação, ao ver-se envolvido em alianças, fruto de amplas coalizões apresentadas como necessárias à sustentação do Governo e à governabilidade do País, tem dificuldade em articular seu discurso ideológico dada a adoção pelo Governo de políticas administrativas e de finanças estranhas à tradição do discurso partidário.

Mais, ainda: o PT experimenta uma certa orfandade de identidade: O 13º Encontro, ao abordar a “Composição do governo, tratamento dado à oposição e a corrupção dos governos tucanos” distancia-se e questiona as opções do seu próprio Governo, além de

deplorar as medidas econômicas impopulares adotadas pelo Governo Lula (4,99; 4,100). Avaliação que se choca com a exigência do Manifesto de que "as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares" (1,078 – 1,079). Questão chamada a diferenciar e separar o Governo do Partido dos Trabalhadores.

O 13º Encontro lamenta, também, que não tenha sido realizada uma devassa do ocorrido com as privatizações realizadas no governo anterior (4,91; 4,92); inversamente, afirma-se a necessidade do apoio popular organizado e atuante para que um governo mais à esquerda possa desfrutar de uma favorável correlação de forças (4,95). É como tornar público o sentimento de que "não consegue" ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista" (1,045).

No horizonte de uma correlação de forças equilibrada, o texto parte para defender como evidência e, por conseguinte, sem que haja a opção de contestação desse ponto de vista, que, nas condições existentes, a opção pela utilização de recursos de origem privado para fazer campanhas eleitorais e trata como ingenuidade querer participar das disputas sem a utilização desses recursos (4,65). Declaração que mais parece uma resposta às acusações de corrupção eleitoral que pesam sobre o Partido. De fato, é reconhecida a possibilidade de assumir os riscos inerentes à aceitação de financiamento privado de campanhas, o que representa abrir uma porta ao tráfego de influências na hora de definir a destinação dos recursos públicos pelos governantes favorecidos com os recursos advindos desses financiamentos privados. Riscos que se demonstraram e reconhecem como reais: "temos que reconhecer que nossa postura crítica frente à influência do «poder econômico» não nos livrou de cometer erros importantes" (4,63).

Consideração de tipo pragmático que, em qualquer hipótese, entra em confronto com os pressupostos do Manifesto fundador e leva a realizar a ponderação posterior de que os riscos que se aceita assumir podem ser grandes e até afetar os compromissos partidários e os vínculos partidários de classe:

o PT deve debater abertamente os riscos envolvidos na dependência em relação ao financiamento privado de campanhas. Estes riscos incluem, no médio prazo, a alteração dos compromissos programáticos e dos vínculos de classe do Partido (4,66).

Por outro lado, acata-se que a desigualdade de condições com que acontecem as campanhas eleitorais não pode ser deixada de lado por um partido de trabalhadores (4,71).

O texto do 13º Encontro Nacional parte para apresentar para a sociedade os limites e o “custo” da democracia numa sociedade capitalista como um problema crônico e sugere medidas para minimizá-lo. Temática na qual ressoam com força os ecos das acusações de corrupção sofridas pelo PT e em relação às quais é preciso dar a volta por cima:

Não se trata, apenas, de um problema para o nosso Partido. Trata-se de um problema crônico da democracia nos marcos do capitalismo, problema que pode ser minimizado, mas não superado, pelo financiamento público, por leis que restrinjam os gastos em campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela repressão contra a compra de votos e pela educação política permanente da sociedade (4,67).

Uma análise de conjunto desta questão remete para um debate mais complexo, sobre o “custo” da democracia, numa sociedade capitalista (4,70).

A implementação dessas medidas mexe com a vida dos políticos e seus partidos dado que apresenta características que aparecem potencialmente como capazes de mudar radicalmente os rumos da vida política brasileira, especialmente no referente à influência do poder econômico na definição das campanhas eleitorais. Trata-se de um debate que já está na sociedade e que vem sendo protelado no Parlamento. Necessidade de reforma política que chega como voz social imperativa e constrangedora, mas que parece chocar-se num muro de espertezas e cinismo.

O Encontro dirige sua voz para a sociedade ao alertar para uma questão assustadora que confirma como o principal motivo da existência da corrupção: “Não se deve perder de vista, aliás, qual a economia política da corrupção: o beneficiário maior é o corruptor, não o corrupto” (4,68). Ao que poderia ser acrescentado: o prejudicado maior é a população, não o governante.

No entanto, o 13º Encontro nem ilude responsabilidades nem fecha os olhos às conseqüências dessa espécie de acontecimentos e não se furta de condenar os erros, como já foi observado antes, como práticas contraproducentes ao projeto do Partido:

que causaram enormes danos à imagem, ao patrimônio ético, ao ideário socialista e democrático do Partido, colocando temporariamente na defensiva o campo

democrático e popular e dando pretextos para tentativas de desestabilização de nosso governo (4,75).

Ao assumir as irregularidades que envolvem dirigentes e membros do Partido, podemos observar como, face às vozes de indignação que surgem do próprio Partido e da opinião pública e face à sua própria consciência de identidade, o 13º Encontro vê que não poderá deixar a questão morrer por aí. Por isso é que, apesar de ter consciência de que “a corrupção é um fenômeno histórico” (4,85), não dá por esgotado “o processo de discussão sobre as origens da crise e a apuração de responsabilidades” (4,76).

É destacada a tradição e convicção partidária de luta contra a corrupção com apuração das acusações e punição quando comprovadas:

Por sua tradição e convicção, o PT luta contra a corrupção e a apropriação privada de bens e recursos públicos. As acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa (4,73).

Depois, politiza mais as acusações em questão, trazendo a responsabilidade de todo o Partido e estendendo sua abrangência a posturas adotadas quanto à direção, aos movimentos sociais e às alianças realizadas:

Considera que essas práticas políticas inaceitáveis devam ser debatidas de maneira crítica e autocrítica pelo conjunto do Partido” (4,77).

Entre estas práticas, encontram-se: a) a centralização de decisões por alguns dirigentes, sem autorização de nossas instâncias; b) a subestimação do papel da luta social no processo de democratização do Estado e do governo; c) a ilusão sobre a possibilidade de políticos conservadores abdicarem de seus próprios projetos e práticas, em função dos nossos (4,78).

Discorre, também, acerca dos males causados pela corrupção, “facilitando ataques agressivos e profundamente preconceituosos que são feitos sob um manto pretensamente moralista” (4,79). Justamente uma contra-argumentação à atitude dos denunciadores, aos que se considera envolvidos em práticas irregulares semelhantes e, conseqüentemente, não interessados na moralização dos pleitos eleitorais.

Observemos que a temática da corrupção não aparece diretamente no Manifesto. No entanto, as questões que dizem respeito ao exercício democrático, à

participação dos trabalhadores nas decisões foram pontos altos das suas deliberações. O Partido que estava iniciando sua caminhada afirmava seu compromisso com a democracia plena, com o respeito à vontade da maioria; passava uma imagem de segurança na limpidez de seus propósitos de construir uma autêntica democracia em que os trabalhadores tenham vez e voz. A corrupção não estava no horizonte político desse texto, nem de sua concepção de democracia e nada encontramos nele que nos autorize a pensar que formava parte da pauta política da sociedade naqueles momentos. Mesmo não tendo tarefas de governo a ocupar o centro das suas atenções, nada encontramos no Manifesto, por exemplo, relativo a um olhar para o passado sugerindo a apuração de erros ou tramas de corrupção. Isso é um indicador de que eram outros os interesses relevantes e que polarizavam a praxe política. Ou, em qualquer caso, é um indicador de que não existiu a decisão de se debruçar sobre a complexa questão da ética na política.

No entanto a questão da ética na política apesar de não responder a uma problemática tratada diretamente no Manifesto, sofre, sim, um forte questionamento em razão do seu choque ideológico com o expressado no texto dos fundadores e, mais especificamente, ao inserir a expressão “legal e legitimamente” como expressão do modo de atuar na política: “Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade” (1-047 - 048).

Está aqui colocada no Manifesto a questão da legalidade e da legitimidade no agir em sociedade como marco de atuação do Partido dos Trabalhadores: legalidade e legitimidade como exposto desejo de atuação política do novo partido. Expressão, de alguma forma, da opção de querer deixar para trás o mundo da clandestinidade, do complô, do golpe, do fim bom como justificação dos meios maus.

Deste ponto de vista pode ser abordado como a legalidade e legitimidade do Partido dos Trabalhadores foram feridas por práticas eleitorais e de sustentação partidária que comprometem seja a autonomia e independência do Partido - ao ficar devendo favores a banqueiros ou empresários financiadores -, seja a legalidade – ao adotar fórmulas não legais de arrecadação de recursos econômicos -, seja a legitimidade do PT – por não respeitar a democracia interna.

O discurso da gravidade da situação encontra-se presente, também, no próprio fato do assunto ser tratado em trinta e seis expressões ou formulações alternativas no texto do 13º Encontro por constituírem “um aspecto fundamental da disputa eleitoral” (4,118). Avalia-se como desprezo de um passado que vinha exaltando o ético como característica do modo petista de fazer política. Existe a consciência dos deslizes éticos como erros políticos

graves e indesejáveis, passíveis de punição e objetos de explícita condenação; como também a compreensão de que a integração do socialista numa sociedade capitalista entra em riscos de degeneração que exigem cuidados especiais, em relação ao Estado, para poder exibir uma conduta democrática e transparente:

Os movimentos socialistas não são isentos de deformações e de processos de corrupção. A integração ao Estado e à sociedade burguesa são riscos permanentes e significam perda da perspectiva socialista. Construir uma crítica no interior do nosso próprio movimento, enriquecer nosso programa com esse combate, são armas contra o liberalismo e a degeneração. De forma combinada com reformas políticas democráticas, nosso partido deve desenvolver exemplarmente uma conduta democrática e transparente na sua relação com o Estado (4,74).

O texto induz a avaliar que está impregnado do posicionamento discursivo de que exercer o poder numa sociedade burguesa entra em grandes riscos para o sonho socialista. Por sua vez é resposta, também, a muitas vozes na sociedade de hoje, à história do Partido e à maioria dos atuais filiados do Partido que manifestam reprovação e indignação diante das falhas éticas no Partido e do Partido.

Estamos diante de um discurso produzido por quem exerce o poder e percebe sua permeabilidade às possibilidades sedutoras da corrupção. A permeabilidade às pressões corruptoras não seria possível, as pressões não teriam sucesso numa sociedade que funcionasse, de fato, como plenamente democrática: uma democracia autêntica não é conciliável com uma sociedade trapaceira; uma sociedade verdadeiramente democrática exige comportamentos sempre legais e éticos, porque o legítimo coincidirá com o legal.

Só que a sociedade atual, a capitalista, apresenta uma democracia formal - que é a legal e em grande parte feita à medida dos interesses das classes abastadas - habituada a funcionar com enormes carências em relação ao que para muitos seria um exercício efetivo da democracia. A desigualdade de oportunidades dominante, a tolerância ou indiferença face às situações de exclusão ou de marginalização agem como álibi ou incentivo às posturas não legais por parte dos comprometidos com as lutas pelo fim da exclusão e marginalização. Neste ponto fica em aberto o problema da construção, da transição para uma sociedade democrática: enquanto ela não chega, e até para acelerar o seu advento, surge a voz indagadora: não existem pressupostos éticos - que podemos chamar de legítimos - que justificam a utilização de procedimentos não legais? Onde ficaria, senão, o direito

consuetudinário à desobediência às tiranias ou à desobediência civil numa democracia que se conforma em funcionar com acentuadas desigualdades sociais?

Uma reflexão desta espécie, utilizada largamente como pressuposto ético para agir, por exemplo, contra as ditaduras e o arbítrio ou contra as tiranias, que poderia ser avaliada como válida ao proclamar o Manifesto, na situação de 1980, no 13º Encontro não é nem cogitada. No Manifesto fica demarcado um espaço discursivo propício para a fundamentação de discursos heterogêneos e, até, contrapostos. Por exemplo, quando proclama que “O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país” (1,075 – 1,076), o processo de enunciação pode levar à leitura de que a decisão seja exclusiva do povo. E poderia ser esgrimida um raciocínio semelhante em relação, por exemplo, a uma situação avaliada como de arbítrio ou de ditadura informativa por parte dos grandes meios de informação e comunicação ou face à tirania representada pelo poder econômico numa disputa eleitoral.

Algumas das razões do porquê do apagamento desse tipo de reflexão nesse momento podem ser situadas no âmbito da conjuntura pré-eleitoral que é vivenciada: estando a grande mídia nacional funcionando como uma orquestra unânime e acusatória contra o PT¹²⁴ O silêncio, provocado pela constatação de um anti-lulismo que, pela unanimidade, comprometeu a pluralidade “fundamental para a saúde da democracia”, não surpreendeu os autores do trabalho coordenado pelo professor Marcus Figueiredo. O próprio estudo previa, de uma certa maneira, a reação ao registrar que “há uma certa resistência, da parte dos jornalistas, em admitir a legitimidade da análise da mídia”. Esse tipo de reflexão acaba sendo passado à opinião pública e interpretado como conivência com a corrupção e utilizado como um argumento mais para propor a ilegalização do próprio Partido dos Trabalhadores e a impugnação da candidatura de Lula a presidente do Brasil.

Sem maiores pistas que possam levar à abordagem da dialética possível entre o legal e o legítimo, no documento passa-se a lamentar que, em razão das tarefas assumidas para com a população, o Governo Lula tenha deixado passar sem a devida

¹²⁴ A imprensa reagiu com o silêncio aos resultados do estudo realizado pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião, o Doxa, sobre o desempenho dos meios de comunicação na campanha das eleições presidenciais de 2006. Divulgado por *Carta Capital* (edição 450), o trabalho focalizou, principalmente, os jornais *O Globo*, do Rio, e os paulistas *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. O resultado da avaliação foi “predominantemente negativo para o presidente / candidato Lula” e, tomados em conjunto, os jornais “dedicam mais espaço positivo para Geraldo Alckmin”.

apuração às privatizações ocorridas no anterior governo neoliberal, quando já estava montada e funcionando a pleno vapor a malha da corrupção (tratada como herança recebida):

No entanto, o contexto do processo de privatizações no Brasil foi marcado também pelo desmonte neoliberal da máquina estatal e de suas já combalidas estruturas de controle e fiscalização. Eis porque nosso governo se inicia sem mensurar corretamente mais essa herança do período tucano à frente do governo central do país, qual seja, a malha privada de apropriação ilegal dos espaços públicos, reciclada nos governos que precederam a gestão Lula (4,86).

Trata-se de enunciados que parecem pretender serem lidos como uma tomada de posição e resposta, como uma lamentação e, quem sabe, como uma ameaça futura para com os adversários. Como uma tomada de posição e resposta e como lamentação porque faz constar que a malha de corrupção vem como uma herança deixada pelos adversários e que não foi mensurada corretamente. A ameaça futura estaria implícita no próprio fato de que, ao lamentar não ter mensurado devidamente a importância da “malha privada de apropriação ilegal dos espaços públicos”, está sendo anunciado um compromisso futuro de partir para realizar a mensuração correta dessa malha.

Sem deixar lugar a dúvidas ou interpretações diferentes, o texto retoma a linha de discurso político próprio do Manifesto – como seriam governar a partir das maiores e mais urgentes medidas e com inversão de prioridades – procurar justificar as razões de não fazer tudo aquilo que seria conveniente:

Assim, o governo Lula, diante da magnitude das tarefas postas para a realização de nossos compromissos com a população, do esforço para garantir a estabilidade econômica, e a urgente adoção das medidas sociais de inversão de prioridades de investimentos, não deu a devida atenção à apuração das privatizações ocorridas sob a batuta tucana (4,87).

Mas, o texto não foge de realizar uma reflexão autocrítica ao reconhecer que além das dificuldades herdadas existem acertos táticos da oposição e opções equivocadas do Partido e do Governo (4,56).

Reflexão que traduz, particularmente em relação às opções equivocadas, uma situação dificilmente conciliável com a dos que no Manifesto expressavam que sua participação em eleições se subordinaria “ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas” (1,070-072).

Assim, não é de causar estranheza que o 13º Encontro tente dialogar com as vozes do Partido, da sua história e da sociedade, algumas desencantadas ao tomarem consciência de práticas ilegais realizadas por dirigentes e representantes partidários, ou decepcionadas com políticas e alianças assumidas pelo Governo Lula. Em realidade o Partido e os petistas acusados estão enfrentando o julgamento de seu próprio discurso e da sua história política. Acompanhando as vozes do Partido, o 13º Encontro proclama a importância da mudança não ficar só no discurso, mas de que atinja especialmente a prática: “A autocrítica do PT deve estar no discurso e, principalmente, na prática” (4,81).

Só depois dessa conclamação é que se debruça na questão das falhas estruturais do Estado Brasileiro para enfrentar uma herança corruptora, aspecto que o Partido subestimou (4,84).

À primeira vista, os objetivos estabelecidos no 13º Encontro podem parecer distantes dos estabelecidos no Manifesto com a sua opção por lutar pela construção duma democracia plena:

“Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis” (1,058 - 062).

“O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas” (1,069).

Porém, face às características dos enfrentamentos que acontecem, de acordo com o sistema eleitoral brasileiro cabe levantar algumas questões:

- a) não pode ser que a percepção do distanciamento entre as deliberações de ambos os documentos seja mais fruto de diferenças de superfície que de opções teóricas e práticas de fundo?
- b) não parece algo normal e coerente considerar que o compromisso petista fundador para com a democracia plena e o objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas passa, necessariamente, na ótica petista e no momento histórico que antecede às eleições de 2006, prioritariamente, por barrar o movimento que as forças neoliberais fazem para recuperar o governo federal?

- c) em que medida é coerente com a proposta fundadora do Partido dos Trabalhadores e é conseqüente com os ideais primeiros a determinação partidária de lutar prioritariamente pela reeleição de Lula e pela ampliação da força do PT e das forças democráticas e populares?

Para o interlocutor petista está em jogo a continuidade do processo de transição, ora iniciado pelo Governo Lula, rumo aos anseios e sonhos fundadores. Anseios de plena e independente participação política e eleitoral. Anseios que coincidem com a necessidade sentida pelos trabalhadores de intervir na vida social e política do país (1,003-004).

Para colocar o embate político num campo mais favorável, o 13º Encontro Nacional do PT não se furta de polemizar explicitamente no tocante às posturas políticas adotadas pelas forças políticas de direita no Brasil. Para tanto, constata que a direita, após as eleições de 2004, “deflagrou um ataque generalizado contra o Governo e contra o PT” com o objetivo de desgastá-los (4,48 ; 4,50). E que, em 2006, os ataques recrudesceram, mesmo que fossem “esperados, uma vez que representamos programas e projetos políticos antagônicos” (4,56).

Deste tipo de anúncio cabe esperar que o debate seja situado num outro patamar de disputa: o dos programas e projetos políticos. Fora, portanto, do terreno das práticas comprometedoras e do julgamento mais facilmente manipulável pelos meios de comunicação. Dentro dum terreno propício para poder mostrar que se trata de projetos antagônicos: o “tucano” para favorecer os interesses dos privilegiados; o petista, para beneficiar “a grande maioria da nossa população trabalhadora” (1,007) como era proclamado no Manifesto. A retomada do antagonismo de projetos na política brasileira traz marcadamente o 13º Encontro para a saga do Manifesto, texto polarizado pelo antagonismo do projeto dos trabalhadores com aquele que é dirigido e sustentado pelas elites dominantes.

Para nós, outro dos aspectos relevantes do texto do 13º Encontro Nacional do PT é o de assumir a teorização da transição dum tipo de sociedade capitalista para a socialista, através da implementação do projeto democrático e popular do Governo.

Entendemos que pretende ser nesta mesma perspectiva discursiva que no bloco introdutório do 13º Encontro confere-se especial importância à reeleição de Lula. Chega-se a usar a expressão – para nós pouco feliz por parecer bater de frente com formulações fundamentais de pluralismo do PT – “não podemos permitir“. Expressão que se é interpretável como exortativa, de estímulo enfático ao engajamento no pleito eleitoral, é, também, interpretável como eco dum pensamento marcado pela intolerância e o autoritarismo,

reflexo de outra postura política que a da democracia sem nenhuma espécie de oprimidos, presente no Manifesto e nas proclamas habituais do Partido dos Trabalhadores. Observemos:

Defendemos a reeleição de Lula, pelo que fizemos, pelo que ainda precisamos fazer, pelo que isto significará para os povos da América Latina e do mundo. E também porque **não podemos permitir** o retrocesso que significaria a vitória da oposição neoliberal (4,3).

A vitória eleitoral de Lula vista como porta aberta para que os valores de esquerda possam continuar seu processo de consolidação.

A oposição de direita e seus aliados internacionais têm consciência da importância estratégica da eleição presidencial brasileira. As forças neoliberais querem recuperar o controle do governo federal, retomando a repressão contra os movimentos sociais, a submissão aos interesses norte-americanos, a ideologia e a prática do Estado mínimo e das privatizações (4,4).

Recordemos que o Manifesto (1,025 - 034 e 1,075 - 078) explicita que os trabalhadores, os explorados, se levantam para enfrentar os mecanismos de repressão e para que as “riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional” sejam postas “a serviço do bem-estar da coletividade”. A alusão condenatória à desnacionalização das riquezas brasileiras é nítida.

Objetivo que pode ser abordado sob o foco da relação dialógica com a proclamação do Manifesto de que o PT nasce “contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (1,032-033). Dado que o 13º Encontro caracteriza o neoliberalismo como a atualização do capitalismo para melhor poder beneficiar às minorias de privilegiados.

Analisaremos a continuação até que ponto esse “trabalhar pela superação do neoliberalismo, em todas as suas dimensões”, creditado como atual objetivo central do PT, dialoga com as proclamas do Manifesto e o discursar petista. Porque é esta reflexão que encara, de frente, o 13º Encontro:

Enquanto partido socialista, o PT almeja que esta superação se dê num sentido anti-capitalista. Mas a luta contra o neoliberalismo assume múltiplas formas, responde a diferentes estratégias e assume ritmos ditados não por nossa vontade, mas sim pela correlação de forças em âmbito nacional e internacional (4,19).

O anti-capitalismo é visto como exigência da democracia. Não se trata certamente de uma voz nova no Partido dos Trabalhadores. Esta opção traz o eco do 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, de 1990, quando, enfaticamente, identificava como “barbárie” a perversidade estrutural do capitalismo, o que obrigava o democrata, o petista, a comprometer-se radicalmente com a opção anti-capitalista¹²⁵ :

Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos a nossa organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. (6,3)

No mesmo 7º Encontro, o caráter do capitalismo como barbárie fora sublinhado com um rápido olhar às realidades mais lamentáveis e a alguns dos momentos mais trágicos da história humana (mesmo que não se faça referência a realidades semelhantes vivenciadas em regimes considerados genocidas e auto-nomeados anti-capitalistas e socialistas):

É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de um terço da humanidade [...] É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando por nossas tristemente célebres câmaras de tortura (6,4)

E transparece que a barbárie capitalista, por excludente é vista como proposta contrária à dos ideais do Manifesto;

¹²⁵ As referências relativas a este documento constam no Anexo 6. Para que a nossa referência resulte mais simples e breve, resolvemos utilizar este código em que “6” faz referência ao documento e o número que segue à vírgula indica o item em que consta a referência. Portanto, “(6,3)” deve ser lido: documento que consta no Anexo 6, item 3. Assim pois, o primeiro dígito do parêntese faz menção ao anexo; os dígitos que seguem à vírgula indicam o item correspondente à citação. Este modelo será seguido para as demais citações.

É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, pelo analfabetismo, pela marginalidade, pela violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil.(6,4)

A explicitação da superação do neoliberalismo num sentido anti-capitalista é uma questão que envolve vozes diversificadas. Contra o neoliberalismo - enxergado como manifestação concreta da barbárie capitalista, a partir da década de 90 – concentra-se o peso do compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores de se contrapor à exploração e à opressão, particularmente como definido no ano 1980 no Manifesto.

O PT como partido socialista, opção não explicitada no Manifesto, foi enfaticamente definido no 2º Encontro Nacional, em março de 1982: “Só o socialismo resolverá de vez nossos problemas” (Partido dos Trabalhadores, 2005:45). A explicitação do caráter radicalmente democrático do socialismo petista foi particular e especialmente trabalhado e sublinhado no 7º Encontro Nacional, em 1990, definindo que a democracia é exigência e precondição necessária para o socialismo:

O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo. [...] Nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários Encontros Nacionais do partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 1980 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral de nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva de nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. (6,7)

Fica assim delimitada com precisão e reafirmada uma questão polêmica que vem do nascedouro petista: o modo de construção do socialismo. Essa construção será progressiva, processual e não de ruptura revolucionária, como outras vozes do próprio Partido teimavam em proclamar.

Diante da questão colocada relativa ao modelo de socialismo petista, o 7º Encontro assume o questionamento, olha em volta outras experiências ditas socialistas ou de implantação do socialismo, caracterizadas pelo autoritarismo, e, admitindo a dimensão extraordinária dessa tarefa histórica de construir um socialismo democrático, supera os horizontes do Partido e joga a resposta no campo de uma luta que estará a exigir as energias libertárias de toda a sociedade:

Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes (5,9)

Mesmo que algumas das tendências petistas já tenham prontas as respostas, estas indagações acompanham a caminhada do Partido dos Trabalhadores desde seu nascedouro. A maioria afirma jogar-se por inteiro no projeto da construção do socialismo e confia nas “respostas que decorrem de nossa própria experiência ativa e reflexiva” ou de convicções estratégicas adquiridas em sua trajetória de lutas.

O 7º Encontro – num dos raros momentos em que um documento de um Encontro Nacional petista cita outro Encontro - traz à colação que o 5º Encontro Nacional, realizado em dezembro de 1987, já aponta a condição da classe trabalhadora ser hegemônica na sociedade:

Já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado (5,9)

Que os trabalhadores sejam a classe hegemônica do Estado ressoa como eco da voz central do Manifesto fundador.

O 7º Encontro Nacional avalia que a concretização de um projeto de sociedade socialista, como resposta às aspirações dos oprimidos, continua em construção, como um desafio aberto à fantasia política e à criatividade prática dos petistas junto às massas oprimidas. Voz que contraria àquelas vozes dogmáticas que já têm a receita pronta:

Outros aspectos de nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas por nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna (5,9).

A visão do advento do socialismo, assumido pelo documento petista, sai ao passo da visão determinista – tão ao gosto de pensadores marxistas – do caráter inexorável do advento do socialismo, como resultante e fruto da degeneração do capitalismo e suas contradições, para situá-lo como projeto dos explorados e oprimidos e fruto das suas lutas:

O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal, ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários (5,10)

Momento do documento em que é estabelecida a relação necessária entre comportamento político ético e o socialismo como humanismo: “Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo” (5,10)

Sem dúvida, esta visão dialoga com a situação contemporânea em que militantes petistas que se dizem comprometidos com a construção de uma sociedade socialista são alvo de acusações de corrupção.

Estamos perante uma problemática que gera perplexidade quando colocada em interlocução com um Manifesto que, possivelmente, não se atreveria a imaginar nem a discursar acerca duma tal situação de ilegalidades.

Há considerações de ética na política que podem pecar por ingênuas, especialmente se avaliadas dentro duma ética marxista marcada pela visão da luta de classes. Porém, como pudemos advertir, o Partido dos Trabalhadores foi definindo enfaticamente a democracia como estratégica. Já, o Manifesto, conclamava que lutaria “pela democratização da sociedade em todos os níveis” (1,062), democracia sem mais adjetivações que as que comporta falar em democracia representativa ou democracia participativa ou direta, que permita a livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos rumos a ser seguidos pelo Estado (1,085 – 087).

Na mesma linha de estabelecer um projeto que leve à construção de uma sociedade socialista foram estabelecidos princípios básicos de efetiva democracia econômica como pré-condição do socialismo:

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não pode ser confundida com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas (6,11).

Ao tratar de ‘conjuntura, tática e política de alianças’, o 13º Encontro, ao dialogar consigo próprio, dialoga com o Partido e com a sociedade que o apóia, apostando na vitória eleitoral sempre e quando no Partido dos Trabalhadores seja evitado cair na “armadilha do conservadorismo“ (4,116) e os petistas sejam “capazes de aparecer para a sociedade como expressão política, governamental e partidária das demandas por um país democrático, popular e socialista. Ao tratar “A oposição tenta retomar o cerco” um embate entre Lula e o PT frente ao PSDB e seus possíveis candidatos é caracterizado como a tentativa destes últimos de retomada da agenda neoliberal e reacionária:

Qualquer um que seja o candidato presidencial escolhido pelo PSDB, o programa da oposição de direita será o mesmo: retomada da agenda neoliberal e reacionária, supressão dos direitos sociais e constitucionais, privatizações e repressão aos movimentos sociais, submissão do Brasil aos interesses dos Estados Unidos (4,138); O que a escolha do PSDB revela é que sua opção conservadora será apresentada sem disfarces. Geraldo Alckmin, o candidato preferido pelas elites, tem um discurso claramente conservador e reacionário, ao qual o PT oporá a defesa dos interesses democráticos, populares e nacionais (4,139).

Após designar a “Coordenação da campanha e ressaltar a importância do “nosso projeto político no Brasil” (4,155), é assumida a convocação do III Congresso do Partido dos Trabalhadores, salientando que uma “das questões a ser enfrentada, desde já e no processo do III Congresso, é a questão do financiamento da ação partidária. Uma das alternativas a ser considerada, na busca do auto-financiamento militante do Partido, é o retorno da contribuição mensal de todos os filiados” (4,158). Deliberação chocante, pois já presente no Estatuto partidário vigente.

A seguir, introduziremos os Gráficos 5, 6, 10, 11 seguindo estratégia semelhante à adotada com o Manifesto e a Carta de Princípios. Recordemos: realizamos uma

tentativa de tipologia quantitativa e qualificativa dos eventos léxicos agrupando-os segundo três critérios: o primeiro, em relação a seus atuantes políticos coletivos institucionais; o segundo, em relação a seus atuantes políticos coletivos não institucionais; o terceiro, em relação a seus atuantes políticos processuais ou situacionais; cada gráfico constará de um levantamento quantitativo do léxico e das agrupações léxicas relativas às opções políticas. E serão feitas ponderações valorativas de sua significação como indícios da atitude discursiva dos enunciadores. O número de referências será particularmente significativo em razão de que a dimensão do documento em análise, “Conjuntura, tática e política de Alianças” do 13º Encontro do Partido dos Trabalhadores, é quase oito vezes maior do que o texto do Manifesto.

Gráfico 8. Número de eventos léxicos do documento ‘Conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º Encontro Nacional e seus atuantes políticos coletivos institucionais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
Partido dos Trabalhadores	03	83	27 como sujeito oracional; indica priorização mas com certo distanciamento
PT	57		
nosso Partido	04		
Partido	19		
o 13º Encontro/ o Encontro Nacional do PT	13		todas como sujeito oracional; enfatiza a priorização
um partido de trabalhadores	03		
outros partidos políticos / oposição	42		22 menções ao PSDB; indica priorização
Estado / estatal	16	25	indica priorização
Brasil	09		
governo Lula / gestão Lula	15	62	indica notável priorização; indica ora distanciamento –quando referido a Lula – ora identificação – quando ao governo assumido como ‘nosso’
o / deste governo	14		
o governo federal / presidência da República	08		
o governo do Brasil	02		
nosso governo	14		
o segundo mandato	09		
esquerda / socialista/ política e social	05	11	indica certa priorização
partidos/ governos de esquerda	06		
a direita / oposição de direita	16	17	indica priorização
governos neoliberais	01		

Os dados sugerem a identificação de duas grandes prioridades: o PT e o Governo. Algo esperável de acordo com as circunstâncias específicas da política brasileira, dado que o PT encabeça e ocupa os principais postos do Governo. O próprio evento político, o 13º Encontro Nacional, como um todo, aparece no texto com tratamento enfático. Porém, a quase totalidade das expressões referentes ao Partido dos Trabalhadores revela que existe na enunciação um certo distanciamento por parte dos enunciadores: apenas em um de cada vinte eventos o possessivo ‘nosso’ aproxima os enunciadores do objeto discursivo. Esse distanciamento é corrigido, em parte – a proporção passa a ser inferior à de um para cinco –, nos eventos relativos ao Governo. Ganha destaque o confronto da esquerda política com a direita.

Em relação aos atuantes coletivos no institucionais que apresentamos no Gráfico 6, chama a atenção dois aspectos: o primeiro, o apagamento dos eventos léxicos relativos a ‘trabalhador(es)’; o segundo, sua reduzida presença no discurso – de fato é cinco vezes menor que a dos atuantes coletivos institucionais. E restam apenas três eventos lingüísticos que poderiam ser avaliados como resquícios expressivos testemunhais da saga ideológica marxista. Observemos:

Gráfico 9. Número de eventos léxicos do documento ‘conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º encontro nacional e seus atuantes políticos coletivos não institucionais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
classes dominantes	02	03	indica distanciamento
classes trabalhadoras	01		
trabalhador(es)	02	02	indica distanciamento
população	05	12	indica certa priorização
sociedade	07		
país	04	14	indica certa priorização
nosso país	01		
populares (forças/ organismos/ setores)	03		
elites dominantes	02		indica distanciamento

O Gráfico 10 representa a novidade, em relação ao Manifesto e à Carta de Princípios, de tratar de atuantes políticos individuais. Concretamente, trata do membro do PT, Lula, em funções de Presidente da República do Brasil. E quando o faz, não podemos nos furtar a identificar indícios na direção de confirmar o distanciamento que mais acima

assinalamos em relação ao Governo: Lula não merece, não é contemplado com uma única expressão do tipo “nosso Presidente” que o aproximaria do sentimento dos enunciadores:

Gráfico 10. Número de eventos léxicos do documento ‘Conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º Encontro Nacional e seus atuantes políticos individuais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
Lula	05	14	indica tanto certo interesse quanto certo distanciamento
o Presidente	02		
o Presidente Lula	03		
o presidente da República	04		

No Gráfico 11, podemos observar como, mais uma vez, a questão da democracia é prioritária no discurso petista, então com o reforço da expressão ‘popular’. Só que aparece insistentemente a temática das alianças. De resto, destacamos a presença de temas como o socialismo, a inclusão social e os direitos humanos:

Gráfico 11. Número de eventos léxicos do documento ‘Conjuntura, tática e política de alianças’ do 13º Encontro Nacional e seus atuantes políticos processuais ou situacionais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
democracia/democrático/democratização	21	32	indica priorização
democrático e popular	11		
popular(es) (crédito(s), organismos, participação, expectativas)	10		indica priorização
nossa luta	01	05	indica distanciamento
lutas sociais	04		
capital	01	04	indica distanciamento
capitalismo	02		
sociedade capitalista	01		
reeleição / reeleger Lula	06	09	indica priorização
candidatura / campanha Lula	03		
alianças / aliados	34	39	indica forte priorização
aliados internacionais	02		
coligações / coalizão	03		

corrupção / corruptora(s)	12		indica certa priorização
patrimônio ético	01		
socialista(s), socialismo	06		indica certa priorização
neoliberal(is)/neoliberalismo/ liberalismo	23		indica forte priorização

Prosseguindo no caminho de contrastar o texto indutor com este documento do 13º Encontro, a fim de encontrar pistas ou instruções de sentido, procuraremos estabelecer, a partir dos âmbitos semânticos, relações entre as palavras e seus enunciados. Nesse propósito, será focalizada a reiteração léxica como um sinal ou instrução na linha da acentuação; o caso contrário e o da omissão será avaliado na linha do apagamento.

Assim, podemos reconhecer diferenças notáveis relativas à elaboração de um e de outro texto. Por exemplo: se procuramos identificar expressões ou enunciados que contenham as palavras ‘trabalhador(es)’ ou ‘massa(s)’, constatamos que no documento do 13º Encontro Nacional são utilizadas duas vezes (‘massa’ consta uma vez, na expressão ‘meios de comunicação de massa’, *ressemantizada* e esvaziada de qualquer conteúdo semântico de caráter classista). Recordemos¹²⁶ que, no Manifesto, ‘trabalhador(es)’ aparece em 22 ocasiões e ‘massa(s)’, sete vezes.

Observando o uso da palavra ‘trabalhador(a)es’, que no falar marxista vinha a aproximar-se a ‘explorados’, podemos verificar que no texto de 2006 em análise, que tem uma extensão quase oito vezes maior que o do Manifesto, proporcionalmente, à dimensão do texto, sua incidência é, no mínimo, trinta e cinco vezes menor. Isso tem relevância para nós por tratar-se de um indício de apagamento da voz ‘trabalhadores’, uma palavra marcada tanto pelo fato de identificar o Partido enunciador dos textos quanto pelo fato da pertença à saga da tradição ideológica marxista. Já a(s) palavra(s) ‘massa(s)’ – fortemente marcada pela tradição ideológica marxista - quase é omitida, fortemente apagada.

Para conferir outras constatações, em relação ao texto “Conjuntura, tática e política de alianças” do 13º Encontro, observemos nas seguintes formulações (em negrito):

As finanças de um partido **de trabalhadores**

57. Como financiar a atividade política de **um partido de trabalhadores**, especialmente em épocas de refluxo e crise econômica, que reduzem o nível de mobilização, organização, a consciência e a renda **dos trabalhadores?** (4,57).

¹²⁶ Conforme visto em 6.3.

Um partido de trabalhadores, numa sociedade profundamente desigual como a nossa, enfrenta enormes dificuldades para disputar eleições (4,71).

É sintomática a persistente tentativa da direita de desqualificar a opção **dos trabalhadores** por Lula nas próximas eleições (4,132).

Fixaremos nosso olhar, agora, nas expressões mais representativas do texto do Manifesto - “o PT” (o identificador ‘o’ com a sigla ‘pê’ ‘tê’) ou Partido dos Trabalhadores - e do 13º Encontro - “Lula” e “o Governo Lula”.

Nos três sintagmas ”um partido de trabalhadores”, o ‘de’ pode ser identificado com a expressão “ao qual pertencem”; nas expressões “renda dos trabalhadores” e em “opção dos trabalhadores” o “dos” pode ser equivalente a ‘própria daqueles que são’.

Também são de frisar as diferenças semânticas que há entre a expressão “Um partido de trabalhadores” e a expressão o Partido dos Trabalhadores”. Seria equivalente à distinção entre um partido ao qual pertencem só trabalhadores – relativo à primeira expressão - e o partido que é dos trabalhadores – relativo à segunda. Além do mais, a distinção e diferença semântica entre ‘um’ – que admite outros - e ‘o’ – marca de identidade e singularidade – é notável do ponto de vista significativo.

Mas, o que é que ocorre com essa mesma expressão - Partido dos Trabalhadores -, normalmente, no documento e no dia a dia? Que se acentua o apagamento dos termos que a compõem. Como? Porque acaba quase sempre sendo substituída pela sigla equivalente, PT. Equivalente? Não, dado que a sigla desloca à expressão e, ao diluir as partes, apaga, em boa medida, seus componentes semânticos. com seu valor sintático central integrador mas com esvaziamento léxico-semântico. Quantos cidadãos brasileiros que identificam o ‘pê’ ‘tê’ (PT) como algo que tem a ver com política desconhecem que a sigla significa ‘Partido dos Trabalhadores’, que tem a ver com a participação organizada dos trabalhadores na política?

No Manifesto, a expressão Partido dos Trabalhadores aparece quatro vezes; respectivamente, com ‘surge’ (1-003), ‘nasce’ (1-031), ‘nasce’ (1-036) e ‘pretende’ (1-075) e em (1-046); a expressão PT aparece nove vezes, respectivamente, com ‘nasce’ (1-031), ‘pretende’ (1-044), ‘quer’ (1-048), ‘lutará’ (1-059), ‘lutará’ (1-060), ‘afirma’ (1-069), ‘pretende’ (1-087), ‘buscará’ (1-086, 1-090) e ‘manifesta’ (1-091). Introduzem verbos de ser, poder e querer.

Por sua parte, no texto ”Conjuntura, tática e política de alianças” do 13º Encontro, a expressão Partido dos Trabalhadores aparece uma única vez em “O **Partido dos**

Trabalhadores tem dois grandes objetivos” (4,121); outra, em “O ano eleitoral iniciou com o **Partido dos Trabalhadores** [...] conseguindo enfrentar e superar o cerco político” (4,130), e, outra, em “O 13º Encontro do **Partido dos Trabalhadores** reitera a condenação às praticas inaceitáveis” (4,75).

Proporcionalmente ao tamanho do texto, se comparados o Manifesto e o 13º Encontro, o uso da expressão ‘Partido dos Trabalhadores’ é muito díspar, porque, em caso de salvaguardar a mesma proporção, deveria aparecer neste último em mais de trinta ocasiões. Em razão disso, inferir daqui a leitura de que ocorre um processo de apagamento é algo obrigado.

No entanto, neste documento do 13º Encontro, a sigla PT aparece em 57 ocasiões. O PT é uma instituição que, no âmbito do querer, “propõe” (4,9), “almeja” (4,19), “luta contra” (4,73), “fará” (4,127); no âmbito do dever, “deve ampliar” (4,23), “deve debater” (7,66), “deve aprofundar” (4,147), “deve propor” (4,62); no âmbito do ser, “foi crítico” (4,62), (e dirigentes) “passarão a ser” (4,69), “continua sendo” (4,132); no âmbito do poder, “investirá” (4,25), “presta apoio decidido” (4,27), “tornou-se beneficiário” (4,58), “assume o compromisso” (4,90), (com Lula) “chegariam” (4,134), “oporá” (4,139), “denunciou” (4,143), “defende” (4,144), “mobiliza” (4,146), “apóia” (4,154). Realizações de “Partido” com ‘nosso’: “deve” (4,74), “deve” (4,112), reconhece (4,84). Ainda, apesar de tão freqüente uso desses termos não há uma única expressão que denote primeira pessoa tipo ‘nós do PT’.

Analisando as instruções de sentido desses usos, pode ser inferido que a identidade do Partido e a do interlocutor ficam marcadas pelo “petismo” como fenômeno social. Destaca-se o valor essencial abstrato do Partido, acentua-se o seu caráter institucional, enquanto apaga-se sua vinculação classista (através do apagamento da palavra ‘trabalhadores’). Neste mesmo sentido, pode ser observada uma mudança de formulação textual significativa, em relação ao Manifesto, dado que no 13º Encontro não se constata o interesse por construir um destinatário que se identifique como trabalhador pela sua condição de classe social.

Por considerá-lo um aspecto carregado de instruções acerca do sentido do discurso do PT, introduzimos aqui uma análise relativa à presença do termo ‘Lula’, no texto do 13º Encontro Nacional. Lembrando que no Manifesto não constou.

O nome ‘Lula’, em variadas formulações, consta em trinta e duas manifestações explícitas, como fato que pode não ser considerado anormal se considerado o caráter pré-eleitoral do Encontro e seus textos. Em duas das formulações, Lula é inserido e

assumido no discurso como símbolo dos ideais e lutas realizadas e por realizar e como representação das aspirações populares:

Defendemos **a reeleição de Lula**, pelo que fizemos, pelo que ainda precisamos fazer, pelo que isto significará para os povos da América Latina e do mundo (4,3);
O PT mobiliza desde já seus filiados e simpatizantes, seus aliados nos movimentos sociais e a população em geral em defesa da **reeleição de Lula** (4,146).

Em outras formulações, é assinalado o valor conjuntural e estratégico para os trabalhadores de contar com Lula na Presidência da República:

Barrar este movimento, **reeleger Lula**, [...] uma das condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social (4,38);
queremos mais do que **reeleger Lula**, queremos também criar as condições políticas, institucionais e sociais (4,6);
devemos analisar a atual conjuntura brasileira e a importância estratégica de **reeleger Lula** presidente da República (4,34);
Para isto, as direções partidárias em todos os níveis devem procurar estes setores, para dialogar aberta e francamente sobre **a importância de vitória, não apenas de Lula**, mas das candidaturas do PT e aliados, em todos os níveis (4,108).

Outras formulações, com o nome de Lula, ficam mais restritas aos embates do momento da disputa eleitoral:

A candidatura de Lula não apenas segue competitiva, como chega a ser apontada por algumas pesquisas como capaz de vencer a eleição no primeiro turno (4,53);
É sintomática a persistente tentativa da direita de desqualificar **a opção dos trabalhadores por Lula** nas próximas eleições (4,132)
Apostando na idéia de que **Lula** e o PT chegariam muito enfraquecidos a 2006, o PSDB e o PFL foram surpreendidos com nossa recuperação (4,134).

Em relação a outras formulações, em quatro ocasiões é a de “o presidente Lula” (4,7; 4,108; 4,149; 4,154).

Um campo mais vasto de expressões são as que apresentam a expressão ‘governo Lula’. Concretamente, o termo ‘governo’ pode, focalizar dois aspectos diferenciados. Por um lado, as ações que um conjunto de pessoas e Lula realizam (no caso, Lula e seus diversos auxiliares):

Trata-se de debater: [...] as realizações e também os limites **do governo Lula** (4,9);
 Com base nestes parâmetros, o texto a seguir aborda de maneira panorâmica os seguintes assuntos: [...] alguns elementos do balanço **do governo Lula**” (4,13);
 Caberá demonstrar que a política de soberania e integração implementada **pelo governo Lula** tem obtido êxitos (4,33);
 evitar o equívoco muito comum de reduzir a conjuntura brasileira às ações **do governo Lula** (4,37);
 O resultado do PED, a eleição de Aldo Rebelo, as ações desencadeadas **pelo governo Lula** e o debate político-eleitoral aberto resultaram num quadro distinto do imaginado pela direita (4,53);
 Estes desafios devem ser enfrentados “a quente”, ou seja, no curso do balanço **do governo Lula** (4,119).

Por outro lado, pode focalizar preponderantemente os conjuntos de pessoas que partilham com Lula o exercício de governar:

Os ataques da direita, contra o PT e **contra o governo Lula**, eram esperados, uma vez que representamos programas e projetos políticos antagônicos (4,56);
o governo Lula, [...] não deu a devida atenção à apuração e das privatizações ocorridas sob a batuta tucana (4,87);
O governo Lula não realizou nenhuma devassa contra o governo FHC (4,91);
 A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério e dos diversos escalões do governo, o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação, a atitude frente à direção do PSDB não alteraram a conduta dos tucanos frente **ao governo Lula** e ao PT (4,92);
 Estas devem fazer parte das prioridades do segundo mandato **do governo Lula** (4,100);
 A campanha eleitoral de 2006 e **o governo Lula 2007-2010** devem partir dessa experiência, para fazer diferente (4,105);
 O PT deve aprofundar o diálogo com os partidos, os movimentos e a intelectualidade progressista, no sentido de transformar este ano de 2006 em um ano de grande mobilização, **em apoio ao governo Lula** (4,147).

Ainda, o nome próprio Lula vem em outras expressões - “a candidatura Lula”, a ‘campanha Lula’, ‘mandato Lula’ ou ‘gestão Lula’ -, onde se estabelece uma correlação co-referencial de caráter mais descritivo, atributivo ou predicativo; nos sentidos,

respectivamente: ‘quando Lula é candidato’, está em campanha, possui um mandato ou desempenha uma ‘gestão’. Observemos:

Esta polarização, além de política, é também social, sendo marcante o apoio que **a candidatura Lula** recebe dos setores populares (4,8);

trata-se, finalmente, de definir as diretrizes que o PT propõe **para o segundo mandato Lula** (4,9);

Eis porque **nosso governo** se inicia sem mensurar corretamente mais essa herança do período tucano à frente do governo central do país, qual seja, a malha privada de apropriação ilegal dos espaços públicos, reciclada nos governos que precederam **a gestão Lula** (4,86);

tendo em vista as diferentes dinâmicas eleitorais existentes, no plano estadual e federal, em alguns estados **a campanha Lula** poderá ter mais de um palanque (4,129);

Na comparação entre governos, 52% entendem que **a gestão Lula** é melhor que a de FHC, enquanto apenas 23% pensam o contrário (4,132).

Aproveitando a característica do nome próprio de ter sua referência associada a expressões de caráter descritivo, a modo de paráfrases, é normal que surjam no documento outras expressões, referidas a Lula, sem a menção explícita do seu nome:

Nosso segundo mandato presidencial, entre 2007 e 2010, terá melhores condições de enfrentar os dois grandes desafios postos (4,10);

Em nosso segundo mandato presidencial, precisaremos de uma governabilidade de novo tipo (4,122);

Ou até mesmo, dependendo da evolução da crise, contestar o registro legal do PT e solicitar o impeachment do **presidente da República** (4,50);

Os planos da oposição foram parcialmente inviabilizados, graças à base popular **do Presidente** (4,51).

Trata-se de expressões que, no texto, só têm sentido quando percebidas em relação ao referente externo, implícito, Lula. Também, vale a pena assinalar como o uso de “nosso” estabelece uma relação de maior proximidade e apropriação em relação a ação de Lula como presidente.

Ainda, é mais singular e radical dita apropriação quando a referência ao Governo Lula é feita através da forma ‘nós’: “Este foi, aliás, um dos equívocos centrais cometidos **por nós**: a política de comunicação” (4,104).

A quantidade de eventos com a palavra ‘Lula’ e sua diversificação fala da sua importância no discurso. São atribuídos a ele, principalmente, valores simbólicos, conjunturais de poder, de proximidade e de identificação; no entanto, não é ele quem fala. Daí, pode inferir-se que existe um certo apagamento enquanto a uma interação mais profunda entre a pessoa Lula e seus enunciadores. Ou, também, pode ser feito o comentário de um certo distanciamento: não há forma tipo ‘nós’ para incluir Lula nos discursos; a que mais se aproxima dos sujeitos da enunciação é “nosso presidente” (4,152).

Outros aspectos que podem ser reveladores são o uso as formas ‘nosso’, ‘nossa’, ‘nossos’, ‘nossas’. No texto sobre “conjuntura, tática e política de alianças” do 13º Encontro contabilizamos 48 usos, dos quais 25 na forma ‘nosso’.

No texto, o termo ‘nosso’ precede a ‘governo’ em treze ocasiões (4,7; 4,9, 4,56; 4,75; 4,86; 4,88; 4,95; 4,98; 4,100; 4,102; 4,108; 4,133; 4,141) e precede a ‘segundo mandato presidencial’ em quatro ocasiões (4,10; 4,122; 4,146; 4,148) assim como a ‘Partido’ (4,32; 4,56; 4,67; 4,74). Enquanto que precede duas vezes a ‘projeto (4,146; 4,155), uma única vez a unidades léxicas como ‘país (4,115) ou ‘presidente’ (4,152) e nenhuma a palavras como ‘Brasil’, ‘povo’ ou a expressões como ‘Partido dos Trabalhadores’.

Por sua parte, o termo ‘nossa’ precede a ‘tática’ em cinco ocasiões (4,13; 4,13; 4,106; 4,107; 4,126) enquanto precede uma única vez a palavras como ‘América’ (4,24), ‘vitória’ (4,35), ‘luta’ (4,76), ‘convicção’ (4,133), ‘administração’ (4,122) ou ‘base social’ (4,100) e nenhuma a termos como ‘proposta’, ‘utopia’ ou ‘ideologia’.

Essa reiteração de uso nos indica que o discurso é feito por alguém que se identifica como representação de um coletivo que assume algo como próprio; expressa identificação, comprometimento. Podemos extrair pistas que orientem os sentidos dos discursos observando as pessoas dos enunciados. Por exemplo,. As expressões que mais se aproximam do interlocutor que ostenta o turno são as que utilizam o ‘nosso’.

Podemos deduzir que, estamos perante pistas ou instruções de sentido que nos indicam que, para o(s) sujeito(s) do discurso, ser governo, ter ou exercer poder, ser do Partido, contam mais do que pertencer a uma classe ou a um país vitoriosos, ou ter utopias ou possuir uma determinada ideologia. Transparecem indicações de que interessa mais o exercício do poder do que outras questões mais estratégicas como seriam, por exemplo, a construção do partido ou de uma nova sociedade, a inclusão social ou a organização dos trabalhadores.

Em conseqüência, o modo de enunciação, para nós, marca um distanciamento em relação ao Partido tanto do(s) sujeito(s) do relato (aqui assumidos como a

pessoa ou equipe redatoras) quanto dos sujeitos do discurso (aqui assumidos como os participantes do Encontro). O PT interessa mais como grande espaço de ação e atuação política, mas há um déficit de identificação pessoal dos enunciadores em relação a ele.

O texto apresenta a primeira pessoa do plural, na modalidade deôntica, em cinquenta ocasiões. Eventos nos quais percebemos a identificação dos sujeitos do relato e do discurso com aquilo que é falado. Em dezoito dessas ocasiões as expressões têm a marca, de alguma forma, de dever – obrigação ou necessidade que geram compromissos que se assumem. Neste sentido, uma série das expressões que indicam obrigação está relacionada com o fato de derrotar um adversário apresentado como a voz que representa o projeto contrário ao do Partido dos Trabalhadores:

Não podemos permitir o retrocesso que significaria a vitória da oposição neoliberal (4,3);

precisamos eleger mais senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas. **Precisamos** de uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. **Precisamos**, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais (4,7);

Precisamos consolidar esta polarização social e política, através da polarização programática (4,9);

devemos mostrar para a sociedade que o fundamental é o debate entre projetos políticos, sobre como melhorar as condições de vida da população, como ter crescimento com distribuição de renda e riqueza, como recuperar ainda mais as condições de funcionamento do Estado, como ampliar a democracia e garantir soberania nacional” (4,113);

temos que estabelecer um contraponto explícito em relação ao governo tucano que nos antecedeu e em relação ao que fariam o PSDB-PFL caso retornassem ao governo federal (4,117);

Para evitar a armadilha do conservadorismo, **temos o desafio de retomar** o debate programático, sobre os grandes desafios postos para o Brasil e os diferentes caminhos propostos por cada candidatura e partido (4,116).

São textos que impõem obrigações aos enunciadores e a quantos, filiados e destinatários diretos, poderão interagir com o seu conteúdo. Mas também constituem numa declaração de intenções perante a sociedade e face os adversários políticos.

A necessária politização do processo, mostrando o que está em jogo, debatendo os projetos políticos em disputa e tornando claro como para a maioria do povo brasileiro, para os setores populares é importante, é preciso unir-se ao PT na campanha para manter a presidência da República:

Devemos analisar a atual conjuntura brasileira e a importância estratégica de reeleger Lula presidente da República (4,34);

É evidente que **não podemos** ser ingênuos e achar que é possível participar das disputas eleitorais, da forma como elas ocorrem hoje, sem contar com recursos privados (4,65);

Precisamos, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais (4,109);

Mas **devemos estar** atentos ao significado das pesquisas (4,133);

devemos construir uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula (4,108).

As referências de necessidade ou obrigação que vem a seguir têm uma relação maior com as denúncias de práticas ilegais por parte de membros do Partido:

A autocrítica do PT **deve estar** no discurso e, principalmente, na prática (4,81);

Devemos enfrentar, com franqueza, o tema da ética (4,145).

Práticas relacionadas com a necessidade de realizar alianças como estratégia para possibilitar a governabilidade do País:

Tivemos que vivenciar uma inédita política de alianças, que se constituiu à base de uma ampla coalizão partidária, como forma de garantir a chamada governabilidade (4,89);

devemos somar o comportamento dos meios de comunicação, que tentaram reduzir nosso governo à sua política monetária e fiscal (4,98).

E práticas preocupadas com que o modo de fazer campanhas políticas possa ser controlado, de fato, pelo poder público:

Neste sentido, nossas bancadas no Congresso Nacional **devem** se empenhar firmes e determinadas pela aprovação do financiamento público de campanha, ainda nesta legislatura (4,62).

Nesses enunciados há envolvimento, não distanciamento. E, coincidentemente, com as instruções de sentido observadas antes, as citações precedentes estão ambientadas, quando não polarizadas pelo envolvimento direto e pelas preocupações relativas à disputa eleitoral que se avizinha.

Em outra série de enunciados a marca unificadora seria o acatamento da realidade, mesmo quando negativa, com a consciência de ocupar uma situação favorável. É travado um diálogo não explícito com os meios de comunicação e a cidadania para apresentar uma posição vitoriosa ou de avanço das propostas de esquerda tanto no plano nacional como no internacional:

Vivemos um período favorável ao avanço da esquerda política e social em nosso continente (4,1);

Nos últimos meses, graças às atitudes adotadas pelo Partido e pelo governo, desde setembro de 2005, **estamos** também conseguindo recuperar nosso apoio junto aos chamados setores médios (4,8);

Vivemos uma conjuntura de avanço da esquerda política e social na América Latina, num contexto internacional marcado por forte instabilidade (4,14);

está ao nosso alcance implementar, especialmente por **estarmos** no governo do Brasil, um plano de integração econômica, política e cultural que torne possível não apenas a resistência, mas também a superação da dominação imperialista sobre nossa América (4,24).

O uso da primeira pessoa do plural viabiliza com clareza que o enunciador parte para dialogar com seu(s) interlocutor(es) acerca de problemas existentes. E se faz explícita a referência, como argumento de autoridade, à implicação internacional do propósito fundador:

Os grandes problemas que **enfrentamos**, bem como as soluções que **propomos** para eles, têm uma clara implicação internacional. Se isto já era verdade quando o PT foi criado, em 1980, tornou-se ainda mais verdadeiro hoje em dia (4,31).

O texto aponta aspectos que ressoam como uma autocrítica.:

Ainda não se esgotou, no interior do PT, o processo de discussão sobre as origens da crise que **vivemos** em 2005 e de apuração de responsabilidades (4,76);

frente à correlação de forças existente no Congresso Nacional, tínhamos três possibilidades básicas (4,94);

nada justifica, porém, que **não combinássemos** à política de “governabilidade”, principalmente congressual, e à a popularidade do presidente, a construção orgânica do apoio também junto à esquerda política e aos movimentos sociais (4,95);

tivemos reformas ministeriais que reduziram o espaço do PT e das forças democráticas e populares no governo sem que isso tenha ampliado nosso apoio no Congresso ou na sociedade (4,96);

Mais, ainda, em sua avaliação de conjuntura, tática e política de alianças, o 13º Encontro nacional assume— responsabilizando-se como governo - que houve equívocos no tratamento dado aos principais adversários políticos:

O tratamento que **concedemos** ao PSDB e ao governo FHC; bem como a política de alianças que **adotamos** no Congresso; foi acompanhada de atitude extremamente ampla na composição do governo. No caso específico da equipe econômica, **combinamos** petistas e aliados desenvolvimentistas, com quadros importantes vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior (4,97).

Porém, no que afeta à atitude adotada perante a questão das privatizações havidas no Brasil quando a atual oposição governava o Brasil é vista como de defesa da democracia e do estado de direito (4,145).

Nessa mesma linha, existe o reconhecimento de que discursos e certas políticas econômicas exageraram na dose conservadora e entraram em choque “com as expectativas de parcela das bases partidárias, eleitorais e sociais do campo democrático e popular”:

Nos vimos diante de um duplo problema: por um lado, o conflito com as expectativas de parcela das bases partidárias, eleitorais e sociais do campo democrático e popular; por outro lado, o discurso emanado de parcela da equipe econômica (4,98);

Entendemos que depois de três anos de austeridade monetária e fiscal, **temos** todas as condições para acelerar a redução da taxa básica de juros, sem perder o controle sobre a inflação, e elevar o investimento público, garantindo o crescimento sustentável da economia e a aceleração do processo de inclusão social (4,100);

A timidez do governo no quesito democratização não impediu de **sermos acusados** de totalitarismo e “loteamento do aparelho de Estado”, pelos meios de comunicação (4,103).

As vozes dialógicas dos discursos precedentes são retomadas em enunciados que são expressão do querer, dos desejos, do 13º Encontro Nacional. Numa das linhas de enunciação, a reeleição de Lula como presidente do Brasil é colocada num horizonte político que extrapola os pessoais e nacionais, pois é significativo para os povos da América Latina e do mundo:

Defendemos a reeleição de Lula, pelo que fizemos, pelo que ainda precisamos fazer, pelo que isto significará para os povos da América Latina e do mundo (4,3);

Em 2006, **queremos** mais do que reeleger Lula, **queremos** também criar as condições políticas, institucionais e sociais que nos permitam realizar um segundo mandato superior ao primeiro (4,6);

Em nosso segundo mandato presidencial, **precisaremos** de uma governabilidade de novo tipo, baseada numa combinação adequada entre força parlamentar, presença em governos estaduais e municipais, apoio e mobilização organizada da sociedade, maior incidência do PT e demais partidos de esquerda, engajamento da intelectualidade democrática, maior iniciativa política de nossa administração e aprofundamento de nossas alianças internacionais (4,122);

mostraremos que o Brasil não pode andar para trás, exige mudar o terreno principal do enfrentamento: das CPIs para as ruas, do Congresso para a campanha eleitoral (4,114);

esperamos se traduza na votação de uma candidatura de centro-esquerda (4,28).

No âmbito do desejo é retomada a questão das alianças, centradas numa opção tática mais ampla e assentada na sociedade, com o que reabre uma das feridas históricas mais sensíveis no terreno das propostas das tendências partidárias (4,126).

Noutra das linhas de enunciação, eleva-se a voz que pede a mudança do atual sistema eleitoral especialmente no que diz respeito ao seu financiamento: “**defendemos** o financiamento público das campanhas e a redução de seus custos” (4,62).

Na linha do fazer, do agir, a voz do 13º Encontro interage com o debate acerca da correlação de forças afirmando-se como força hegemônica da situação no segundo mandato do governo federal e em outros governos “como expressão das demandas por um país democrático, popular e socialista”:

A diferença é que **faremos** isso, não mais como força de oposição, mas como força hegemônica no governo federal, em três governos estaduais e em centenas de prefeituras” (4,116);

Nossas chances de sucesso nas eleições de 2006 dependem em grande medida de **sermos** capazes de aparecer para a sociedade como expressão política, governamental e partidária, das demandas por um país democrático, popular e socialista (4,118);

O Partido dos trabalhadores tem dois grandes objetivos em 2006, vencer a eleição presidencial e criar as condições para que **realizemos** um segundo mandato superior ao primeiro (4,121).

Em suma, temos um conjunto de enunciados que traduzem, basicamente, o comprometimento com um discurso inserido num processo eleitoral. Segundo esse discurso, assumido em primeira pessoa pelos enunciadores do discurso, a inclusão que está sendo implementada pelo governo Lula é fruto da hegemonia no Governo do Partido dos Trabalhadores e têm correspondência com as aspirações do Manifesto.

Não é automático estabelecer laços, convergências, entre o assinalado nas últimas partes do documento do 13º Encontro e os conteúdos do Manifesto. À princípio, porque diferem os problemas enfrentados. Porém, não advertimos contradições, divergências, entre as vozes originárias de um ou de outro texto. E podem ser extraídas convergências porque ambos postulam um país democrático e popular..

Ao contrário do pragmatismo constatável no 13º Encontro Nacional do PT, provavelmente um certo principismo, presente no Manifesto – ao qual contribuía a ausência de alternativas reais de exercício do poder político – e o fato de tratar-se de um documento inicial de consenso, não permitiu ou não exigiu precisar com maior realismo temas como o das alianças partidárias, a disputa eleitoral e a disputa e o exercício do poder, a corrupção, a privatização dos serviços e as riquezas nacionais.

6.3.2. **Análise em clave dialógica do texto do 13º Encontro Nacional do PT “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição Presidencial de 2006)”, e o Manifesto**

O documento destina quase duas terceiras partes dos quarenta itens do seu texto a expor, novamente, uma análise de conjuntura, uma das metas explicitadas para o outro documento do 13º Encontro, “Conjuntura, Tática e Política de Alianças”. Mesmo que sejam introduzidas considerações com caráter de diretrizes em diversos itens, propriamente, a

exposição das diretrizes - apresentada como tarefa básica deste documento - abrange os itens que vão do 27 ao 40.

Já havíamos comentado anteriormente, quando iniciamos a apresentação da temática do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, alguns aspectos da sua heterogeneidade. Por exemplo, os relativos a opções estilísticas e gráficas do documento. Assim o documento “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição Presidencial de 2006)”, difere substancialmente das opções estilísticas e gráficas escolhidas para o documento “Conjuntura, Tática e Política de Alianças”.

Vejam os itens são muito mais longos; o termo ‘Governo’ tem sua inicial em letra maiúscula; os títulos – quando presentes – não têm qualquer destaque. Curiosamente, o primeiro título – ‘Crescimento’ - consta apenas no item 27 que é onde podemos identificar o início sistemático do que seriam as diretrizes de governo. A partir daí o texto apresenta a seguinte seqüência: 28. Distribuir renda; 29. Estabilidade macro-econômica; 30. Vulnerabilidade externa; 31. Democracia; 35. Combate às desigualdades e discriminações; 36. Desenvolvimento Regional e Sustentável; 37. Integração sul-americana e projeção no mundo; 38. Cultura, educação, ciência e tecnologia e comunicação democrática; 40. O debate do PG na sociedade. Trata-se, portanto, de dez temas acerca dos quais são anunciadas diretrizes para a elaboração do Programa de Governo (PG). Observemos que os temas são abordados num único item exceção feita do tema ‘Democracia’ que abrange os itens 31, 32, 33 e 34, aspecto formal que merecerá, a seguir, análises em razão dos seus prováveis conteúdos discursivos relevantes.

A nossa leitura do texto será pautada em duas perspectivas: na reflexão para relacionar com as proclamações do Manifesto o tratamento dado no Encontro a alguns dos temas representativos da história do PT (como a exploração dos trabalhadores e a inclusão social, o papel dos trabalhadores na sociedade e o socialismo); e, também, no seguimento das instruções de sentido que o texto revela ao focalizar aspectos que dizem da sua heterogeneidade, identificados no uso do léxico, das pessoas verbais, na identificação de relações existentes nos enunciados.

Do ponto de vista formal, chama-nos a atenção que no início do item 31 exista um enunciado, ao parecer com função de conectar seu discurso com o anterior, que principia com a expressão “todos esses avanços no plano econômico e social são essenciais para fortalecer a democracia política no país”. O demonstrativo ‘esses’ é utilizado como referente sem referências claras, porque não dá para precisar o referente; não há como estabelecer a abrangência pretendida pelo demonstrativo: é tudo quanto lhe antecede no texto

ou é relativo a algum ou alguns dos itens precedentes? Na segunda das alternativas, por exemplo, quando apenas dirigido ao item anterior, o discurso centrava-se muito mais em necessidades, vontades ou desejos do que em avanços.

Este tipo de texto, com falhas na coesão, alerta-nos para o fato de que a inclusão do referido texto pode tratar-se de acréscimo negociado, por acordo político, no próprio Encontro. Nesse suposto, seriam assumidos como custo político os ônus de costuras ou emendas inconsistentes: as inconsistências podem decorrer da não mais existência na reunião das condições convenientes e necessárias para avaliar com profundidade seja a coesão textual seja a coerência discursiva. Ainda, também pode ser observado que em seus conteúdos os itens inclusos sob o título ‘democracia’ (de 31 a 34) reiteram de forma diversa a questão da participação popular ou da democracia participativa tão cara ao Manifesto. Inclusive, no item 31 é reivindicada uma versão popular e autônoma, em relação ao Estado, de controle de programas públicos que na linha das aspirações de participação democrática proclamadas no discurso fundador do PT (da “democracia plena e exercida diretamente pelas massas” (1,069). Observemos:

Os projetos sociais, especialmente os de massivo alcance popular, como o Fome Zero, devem combinar formas de controle institucional (Ministério Público, CGU, Tribunal de Contas etc.) com um efetivo controle e fiscalização social, em organismos populares com autonomia em relação à máquina estatal, aos governos e aos partidos (5,31)¹²⁷.

Nessa mesma linha de exercício da democracia direta, o item 32 explicita formas inovadoras de participação popular - Orçamento Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e movimentos sociais - como expressão da possibilidade de construir uma nova sociedade e novas formas de organização do Estado.

Outro ponto que nos parece significativo é que no item 31 são explicitadas as linhas mestras da reforma eleitoral, então assumida oficialmente pelo PT, e que em 2007

¹²⁷ As referências relativas a este documento constam no Anexo 5. Para que a nossa referência resulte mais simples e breve, resolvemos utilizar um código em que “5” faz referência ao documento “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição Presidencial de 2006)”, e o número que segue a uma vírgula indica o item em que consta a referência. Portanto, “(5, 31)” deve ser lido: documento “Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (Eleição Presidencial de 2006)”, item 31. Assim pois, o primeiro dígito do parêntese faz menção ao anexo; os dígitos que seguem à vírgula indicam o item correspondente à citação. Este modelo será seguido para as demais citações.

tem centrado as discussões do Parlamento brasileiro e do próprio PT, que dialoga com eles e confirma o compromisso com a democracia plena, exibido no lançamento do Manifesto, (1,069) e acima citado.

A reforma do sistema partidário e eleitoral, com a adoção do financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária, o voto em lista que permite o fortalecimento nacional dos partidos não pode mais ser adiada (5,31).

Por sua parte, o item 33 aproveita para ressuscitar aspectos relevantes de teses ou esquemas teóricos marxistas da luta de classes, como seja o caráter contraditório – leia-se inconciliável – das reivindicações e interesses dentro de uma sociedade capitalista ou a tese socialista do controle do Estado pela sociedade:

Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, colocando o primeiro sob controle desta (5,33).

Este pressuposto teórico pré-determina e coloca as condições de advento do socialismo, em qualquer cenário futuro, fora da possibilidade de poder existir alguma espécie de conciliação de classes, de confluência de reivindicações e interesses. Condição teórica dificilmente conjugável com aquelas que, como o 7º Encontro Nacional (Anexo 6) falam no socialismo como resultante de uma construção histórica. Construção que no Manifesto era tratada como que o povo pudesse construir “uma sociedade igualitária” (1,090 – 091)

No item 34, ao tratar do novo modelo de Estado – que se acredita encaixa perfeitamente nos sonhos fundadores expressos pelo Manifesto - o 13º Encontro utiliza-se do recurso à heterogeneidade mostrada. Para expressar a necessidade de redefinir o papel do Estado é buscado apoio em deliberações do Encontro Nacional do PT anterior, numa rara situação, dentro do PT, em que resoluções partidárias procuram amparo no discurso citado direto. O fato surpreende porque mostra a necessidade de reafirmar algo que, em tese e tal como está formulado, não consta que tenha sido questionado por alguém e, portanto, continua vigorando como deliberação partidária. Segundo interpretamos, esta estratégia serve aqui, no caso específico, como aval e acentuação do valor do novo modelo de gestão: por um lado, a gestão participativa; por outro lado, a estratégica. A gestão participativa associada à representativa acaba adquirindo um valor estratégico, porque, dentre outros aspectos, implica

na adoção de medidas que viabilizem a co-gestão poder público / cidadania e a mudança central da relação do Estado brasileiro com a sua sociedade:

A redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa (...) deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões” [Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para a o Brasil, Encontro Nacional do PT, Recife, dezembro de 2001] (5,34).

Lembrando aqui o advento, da mão do PT, de propostas do chamado ‘modo petista de governar’ - marcadas por propostas como o orçamento participativo, conferências temáticas, coletivos ou setoriais organizados segundo a questão de gênero ou a organização de entidades representativas de setores da população historicamente marginados ou excluídos – pode-se inferir que um dos expoentes básicos das experiências petistas é a mudança da relação Estado / sociedade nesse sentido de participação. Exemplos que ganharam notoriedade pública são os referentes à “proteção dos Direitos Humanos e as iniciativas em favor de minorias” (5,31).

Em relação ao sonho ou à utopia de alcançar uma sociedade socialista o 13º Encontro faz sua uma formulação que é eco do 7º Encontro Nacional (6,7; 6,9) para pautar o futuro da relação Partido dos Trabalhadores / sociedade socialista: “O **socialismo petista** – nosso horizonte estratégico – é uma **construção histórica** e não um objetivo abstrato a ser atingido” (4,10). Com isso dialoga com posições de dentro e de fora do Partido que defendem a realidade do socialismo como um modelo prefixado ou a sua implantação como uma necessidade histórica irreversível.

No item 6, fala-se do novo modelo de desenvolvimento como resgate dos 26 anos de história do PT. Nesse item, após fazer referência a um ‘velho Brasil’, é delimitado em que consistiria a transição para o novo Brasil, a ser implementada graças ao Governo Lula: “um novo projeto nacional de desenvolvimento que harmonize o econômico e o social”. Transição vista como um dos pilares básicos que resgatam o próprio projeto histórico do PT.

Projeto visto como sua humanização dentro de um processo histórico, despojado do caráter de enfrentamento de classes ou de abolição do sistema capitalista. Postulam-se medidas como: uma melhor distribuição de renda, a consistência macro-econômica e a democracia e solidariedade continental:

O fundamental é afirmar a validade e a atualidade de uma transição de um **velho Brasil**, para um novo projeto nacional de desenvolvimento, que harmonize o econômico e o social, impulsionando as potencialidades locais produtivas e sociais, capaz de avançar mais rapidamente em direção a um ciclo de crescimento acelerado fundado na distribuição de renda, macroeconomicamente sustentado, com mínima vulnerabilidade externa a realizar-se em um marco de expansão da democracia e da solidariedade continental. Esse modelo resgata a esperança desatada pela candidatura Lula em 2002 e pelos **26 anos da história do PT** (5,9).

Parece clara a convergência e sintonia com discursos atuais do Presidente Lula e com o próprio Manifesto quando expressava a pretensão de que “o povo decida o que fazer da riqueza produzida” (1, 075 – 076).

Apresentados elementos que permitem explicitar a heterogeneidade teórica dentro do próprio documento do 13º Encontro Nacional do PT, assinalamos que, ao focalizar o modelo de projeto nacional de desenvolvimento como processo de harmonização do econômico e do social, e considerar isto como resgate das esperanças, que se pretendem unidas ao imaginário da candidatura de Lula e da existência do PT, deduzimos que o texto trata de responder também aos muitos questionamentos ou vozes que, dentro e fora do Partido, intitulado-se de esquerda ou mais à esquerda, defendem ou exigem que o PT, por exemplo, parta para a ruptura revolucionária com o sistema capitalista para implantar o socialismo. Não acatar essa linha confirma o Encontro nos trilhos do Manifesto.

Ao ser caracterizado o modelo de desenvolvimento como uma transição, prepara-se o terreno para a argumentação em favor da opção por reformas, diante das análises contrárias de alguns dos críticos, particularmente dos pertencentes ao próprio Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, o 13º Encontro passa a expor uma espécie de ‘catecismo’ ou receituário da viabilização das mudanças: a) atingir uma correlação de forças favorável; b) superar gradualmente a desigualdade e exclusão social vencendo a inércia burocrática e conservadora das instituições do país; c) avançar na democracia mediante uma maior participação e protagonismo da sociedade no Estado (5,9).

O enfatizador ‘sobretudo’ encabeça uma série de propostas desejadas que a experiência mostra que correm um certo risco de ficarem sobre o papel quando não acompanhadas de uma forte e persistente vontade política: a) expansão da cidadania; b) expansão da participação popular; c) expansão do protagonismo das representações de trabalhadores; d) afirmação da soberania nacional; e) promoção da integração regional. O fato da ênfase nessas propostas fala da consciência que o 13º Encontro Nacional do PT manifesta da sua importância, quando outras propostas políticas prescindem desses pontos seja na teoria, seja na prática, seja em ambas. Os enunciados podem ser avaliados como uma retomada das propostas do Manifesto fundador e como eco de movimentos socialistas históricos.

Neste sentido, o texto discursa sobre a importância de acentuar aquelas políticas necessárias para socializar as riquezas que deixaram de ser realizadas ao longo da história e que agora precisam ser regulamentadas. É o caso de viabilizar a função social da propriedade e a mudança da estrutura fundiária (5,18; 5,28).

Enunciados em que fica clara a atualização das aspirações de mudanças profundas na organização da sociedade que inspiraram o Manifesto e o Partido dos Trabalhadores em sua opção de classe: acabar com a existência de dominados, explorados e não privilegiados. É neste sentido que o 13º Congresso pode afirmar o significado de Lula na quebra da hegemonia das elites na política brasileira:

A presença de Lula na presidência do Brasil constitui um ponto de apoio para que se crie, na sociedade brasileira, uma cultura política que supere a **hegemonia das elites** na política brasileira (5,25).

Criar essa cultura política é algo que casa com as aspirações das tradições socialistas, comunistas e libertárias. O grande diferencial aqui concentra-se no apagamento da oposição dualista de classes. Frente a uma ideologia política que, fortalecendo o capitalismo, contrapõe a elite empresarial exploradora à maioria trabalhadora explorada é colocada outra ideologia, como alternativa de transição do neoliberalismo ao socialismo, que dilui a oposição dualista capital – trabalho.

Um exemplo é o de assumir o empreendedorismo como atividade própria e adequada a qualquer cidadão e indicada para ser estimulada pelo Estado. Em horizonte pautado pela detecção de eixos semânticos diríamos que diante da contraposição capital explorador – trabalho explorado se coloca a alternativa capital habilitador – trabalhador habilitado. Na mesma linha, podemos aportar outro exemplo: frente a uma certa visão de

marxismos clássicos do fim do Estado quando do advento do socialismo, defende-se um Estado forte a serviço de todos – que supere a proposta de Estado mínimo sustentada pelo neoliberalismo, como transição a um socialismo que é algo a ser construído no dia a dia. De acordo com esta concepção, o 13º Encontro expressa sua leitura da história, em relação ao tema da exclusão social, de uma forma que conecta claramente com as aspirações do Manifesto ao apontar que foram justamente os governos democráticos e populares os que marcaram o imaginário social; foram aqueles que, além de mudarem e melhorarem as políticas sociais, puseram em prática formas inovadoras de participação popular (5,32).

A opção do Programa de Governo do 13º Encontro do PT não esquece que se destina a gerir um Estado que ao longo dos séculos contraiu uma gigantesca dívida social para com a maioria da população, relegando-a a uma situação perversa de exclusão social, ou como era sinalizado no Manifesto, de exploração. Em razão disso entende que as diretrizes do seu programa passam por acelerar o crescimento econômico e pela “ação de um Estado democratizado e socialmente controlado” (5,27):

È feita uma correlação crescimento econômico / maior possibilidade de resgate da secular dívida social o que deverá ser feito através de políticas públicas adequadas para viabilizar a inclusão social:

Isso deve se expressar em metas qualitativas e quantitativas de **ganhos progressivos** de sustentabilidade econômica, social, ambiental, étnica e ética nas políticas públicas da macroeconomia, do crescimento econômico, da política urbana, da redução da pobreza, da universalização dos serviços públicos da seguridade social, da equalização das oportunidades para todos e todas, sem discriminação de raça, classe, gênero ou região e de proteção e uso sustentável dos ecossistemas naturais (5,36).

A aceleração do crescimento econômico deve apresentar as características necessárias de sustentabilidade e universalidade em todos os sentidos sem discriminar ninguém. O texto fala em ganhos progressivos, não em revolução; fala em conquistas progressivas dentro de uma sociedade que é capitalista e na que devem ser procuradas metas de bem-estar para todos, sem distinções nem privilégios. Como vozes de um PT progressista que resiste ao mero reformismo e que não renuncia a construir uma sociedade socialista.

Diríamos que, para o imaginário coletivo, a dialética privilégio versus exploração esta sendo substituída por outra que se concentra na questão da inclusão versus exclusão. Desta feita, não surpreende que seja em relação às questões econômicas que o 13º Encontro aporta um viés novo ao raciocínio do liberalismo econômico tradicional baseado na

capacidade individual de acumular suas riquezas: que a maior distribuição de renda haverá maior crescimento econômico. A consequência imediata é que é necessário realizar reformas econômicas e sociais para viabilizar a inclusão social, o combate à pobreza e a melhor distribuição da renda (5,28):

Nesse sentido, é que políticas compensatórias – como é o caso de uma renda básica de cidadania - podem ser consideradas medidas importantes: “Pode ser visto como passo importante na implantação gradual da Renda Básica de Cidadania (Lei 10.835/04) sancionada pelo Presidente Lula” (5,6).

Visão que não se restringe a seus efeitos nos planos econômico e social senão que são relacionados como essenciais à democratização do Estado. Democratização que, na linha do proclamado pelo Manifesto, exige maior participação popular, participação das maiorias, no controle das políticas públicas e para mitigar males como a burocracia e a corrupção:

Democracia. Todos esses avanços no plano econômico e social são essenciais para fortalecer a democracia política no país. Reformas políticas permitirão **democratizar** as instituições do Estado e a ampliação de um espaço público – terreno onde se criam novos direitos sociais – garantirá o controle do Estado pela sociedade. Isso assegura mais eficácia no combate à burocracia e à corrupção e na implementação de políticas públicas (5,31).

É apresentado um modelo que, além de pagar parte da dívida social contraída durante séculos pelo Brasil para com o seu povo, propicia estimular a implementação de formas de democracia participativa ou direta em temáticas da maior transcendência, como sejam a discussão do orçamento federal ou o controle das principais instituições do Estado. No fundo, este é o modelo de gestão que é visto como passível de concretizar as aspirações sonhadas no Manifesto quanto ao controle do Estado por parte da maioria da população e quanto à inauguração de uma nova era: isso será fruto da implementação de um novo projeto político democrático e popular, como assinalado antes (5,31) e como cabe esperar de um projeto democrático e popular:

A prática da democracia participativa, associada à democracia representativa, tem demonstrado e aberto novos caminhos para a implementação de um projeto democrático popular. A participação, organização e mobilização popular garantem governabilidade, transparência na gestão e no gasto público, redistribuição da renda

pública a favor das camadas populares e a construção de uma economia popular, com cidadania plena e solidariedade (5,34).

No documento em questão, no que diz respeito às mudanças no uso de unidades léxicas, sintagmas e expressões, elas são notáveis em relação ao Manifesto, além de confirmar e aprofundar o distanciamento verificado neste em relação à Carta de Princípios.

Observemos, por exemplo, que o termo ‘massas’ é apenas utilizado em expressões que funcionam ressemantizadas como “pacotes”, blocos de uso que agem como fórmulas de significação prefixada, no sentido tratado por Widdowson (2000:89-90). É o caso de ‘consumo de massas’, ‘comunicação de massas’ nos enunciados:

Além de suas conseqüências sociais no plano da saúde e da educação, a Bolsa Família revelou-se meio eficaz para dinamizar a constituição de um grande mercado de bens de **consumo de massas** (5,5);

Entre estas reformas, há algumas (como a Reforma Agrária, a Reforma Urbana e a democratização da **comunicação de massa**) que abrem o caminho para uma mudança na estrutura de propriedade existente no país e que ajudam na constituição de um grande mercado de bens de **consumo de massas** (5,27).

Nada aqui que possa permitir pensar na denotação marxista de ‘massas’ como trabalhadores explorados pelo capitalismo. “Massas’ tende a significar aqui ‘todo o mundo’, sem excluir ninguém pela sua condição sócio-econômica ou social.

Em relação ao uso da palavra ‘trabalhadores’ aqui podemos avaliá-la, basicamente, como expressão de quem sustenta a sua vida com o que recebe do trabalho que realiza, que é sujeito de direitos, sem implícitos relativos a que é dominado ou explorado:

Mas a inflação foi contida e revertida. Iniciou-se um processo de distribuição de renda, que se expressa no aumento do rendimento dos **trabalhadores**, em especial do salário mínimo, na queda do custo da cesta básica em relação ao nível geral dos preços, na redução da pobreza, como atesta a última PNAD, no aumento do ingresso dos **trabalhadores** no mercado formal (5,4);

O Governo Lula iniciou a construção do que podemos chamar de "Estado de Bem Estar" no Brasil, após a onda de ataques ao emprego, às políticas sociais e aos direitos dos **trabalhadores** nos anos FHC (5,16);

Lula introduziu novas relações do Estado com o mundo do trabalho, contrastantes com as imagens do Governo FHC reprimindo os petroleiros e outros **trabalhadores** em greve (5,17);

A imensa maioria dos dissídios propiciaram para os **trabalhadores** aumentos superiores à inflação (5,17).

E, em relação à ruptura com análises marxistas dualistas de luta de classes, são aspectos significativos que trabalhadores e empresários vejam sua distância e contraposição social diminuída ou diluída. Isto acontece quando no texto é defendida a procura e posta em prática de mecanismos para proteger os micro, pequenos e médio empreendedores – que pode ser visto como um eufemismo de ‘empresários’, que não por pequenos ou médios são menos ou mais exploradores ou ‘burgueses’ -, ou quando é invocada a auto-gestão ou o associativismo até em níveis macro-econômicos! (neste último caso, quão improvável que não disponham de enormes poder econômico pessoal e social!). Em qualquer caso, estamos perante a incorporação de um imaginário relativo ao mundo do trabalho e da produção bem diferente daquele dualista que se limitava a refletir a oposição capital – trabalho, trabalhadores - burgueses que inspirara o Manifesto. No atual caso, podemos considerar que o Estado luta para que capital e trabalho possam ser harmonizados:

Serão fundamentais a definição de metas sociais a serem alcançadas e o estabelecimento de mecanismos regulatórios de proteção aos micro, pequenos e médio empreendedores, intensificando o fomento ao desenvolvimento local endógeno, baseado nas potencialidades produtivas e sociais, tendo como modelo de organização produtiva empreendimentos associativos de economia solidária auto-geridos pelos **trabalhadores/produtores**, estimulando o cooperativismo, a autogestão e a participação dos **trabalhadores** na **gestão micro e macro-econômica**. O novo Governo prosseguirá em seu esforço de constituir uma economia solidária, estimulando o cooperativismo, a auto-gestão e a participação dos **trabalhadores** na gestão micro e macro-econômica (5,28).

Resta claro o apóio à forma de produção, de organização produtiva sem exploração de qualquer espécie, com distribuição igualitária dos benefícios : trata-se de formas de organização produtiva que funcionam como vozes que anunciam um mundo sem exploradores e sem explorados; constituem como que um avanço da sociedade futura.

A essa visão favorável à inserção diferenciada do trabalhador nos caminhos que uma sociedade capitalista possibilita para seus cidadãos, acrescenta-se que o Governo, mercê ao estabelecimento de mecanismos de regulação, deve se contrapor a medidas políticas marcadas por critérios discriminatórios ou que não contemplam a participação dos trabalhadores nas decisões:

As políticas de emprego deverão no próximo Governo estar crescentemente marcadas por critérios de aproveitamento equânime em termos de raça, gênero e faixa etária, garantindo a ascensão de **segmentos discriminados** a todos os níveis hierárquicos do mundo do trabalho (5,17);

As metas de inflação, por sua vez, foram definidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem levar em conta opiniões vocalizadas pelos mais variados setores da sociedade, especialmente os **trabalhadores** e os empresários dos setores produtivos (5,23).

Analisar as pessoas dos enunciados do relato das “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores”, gerado no 13º Encontro, é revelador da heterogeneidade constitutiva do texto.

Já, no item 1, ao justificar a necessidade de que seja feito um balanço do Governo, no qual o PT participa como principal força, o analista não pode deixar de surpreender-se diante das quatro variedades de dêixis pessoal usadas num mesmo conjunto de enunciados: “O PT disputará” (em terceira pessoa); os petistas delegados do Partido e que deliberam no Encontro, aqueles que são os sujeitos do discurso e do relato, se auto-referem com o verbo em 1ª pessoa do plural (“temos”), forma mediante a qual transmitem que falam situados numa posição de poder (por tratar de suas qualidades como gestores e dirigentes políticos). Neste contexto, chama a atenção que sua relação com o Governo apareça associada a limitações e que a palavra ‘Governo’ venha precedida pelo demonstrativo ‘deste’, que, certamente, marca distancias entre os sujeitos do discurso e o Governo e suas mazelas: as “limitações que precisam ser superadas” e das quais “é necessário” fazer um balanço ‘franco’ – verificar esta adjetivação em 5,12 - em razão da aparente falta de credibilidade do Governo. Observe-se que a necessidade é colocada de forma impessoal e que não se enuncia, por exemplo, em tom auto-crítico, ‘necessitamos fazer’ (5,1). Dir-se-ia que os enunciadores - competentes - estão acima de algo defeituoso como é o Governo. Parece-nos que existe uma voz que enfatiza positivamente o papel político-administrativo dos enunciadores enquanto se apaga o rol positivo do Governo.

No sentido de apagamento, podemos verificar que o fenômeno também se dá em relação à identificação com o Partido dos Trabalhadores. Diferentemente do que pudemos comprovar no texto anterior analisado do 13º Encontro, aqui apenas se recorre a verbos em 1ª pessoa do plural em apenas cinco dos quarenta itens. E que quando esse tipo de discurso acontece parece ser feito mais em função do *ethos* dos enunciadores, seja para

preservar ou salvar sua imagem, seja para acentuar as próprias virtudes. Assim, por um lado, recorre-se à formulação “nos vimos” (5,12) para relacioná-lo com os problemas que a política da equipe econômica causa em “grande parcela das bases sociais do campo democrático e popular”:

Como a política monetária supunha a adoção de medidas impopulares, **nos vimos** diante de um problema: o conflito com as expectativas de grande parcela das bases sociais do campo democrático e popular, hostis ao discurso emanado de parcela da equipe econômica (5,12).

E recorre-se a “dialogamos” para o que “pretendemos construir”, que não é uma coisa menos nobre do que uma “democracia superior” à liberal, além de políticas para superar as desigualdades. E recorre-se ao “associamos” “uma nova cultura política” às realizações do governo – aqui, pela primeira vez ‘governo’ em letra minúscula (5,33):

Dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma **democracia superior** à democracia liberal e **políticas** que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo. Dessa forma, **associamos** às realizações de governo a construção de uma **nova cultura política**, de homens e mulheres que participam, mobilizam-se socialmente em busca de direitos individuais e coletivos (5,33).

Em todos os casos o protagonismo dos enunciadores é marcado, seja como vítimas do negativo, seja como artífices do positivo.

Pesquisando no texto, dentro dessa visão de que os enunciadores tentam a apropriação de um *ethos* positivo, deixando o Partido dos Trabalhadores mais em segundo plano, pudemos observar como, no item 5,5, depois de referir-se ao papel internacional e à política externa do Brasil com verbos apreciativos em 3ª pessoa, os enunciadores assumem um protagonismo de caráter apreciativo em 1ª pessoa:

Aproximamo-nos da África, continente com o qual temos dívidas históricas. **Estabelecemos** diálogo importante com o mundo árabe. **Impulsionamos** um eixo Sul-Sul, ao definir fortes relações com a África do Sul, Índia, China e Rússia. Mas, sobretudo, **levamos adiante** consistente processo de integração na América do Sul, reforçando o Mercosul, **participando ativamente** da criação da Comunidade Sul-americana de Nações e **estendendo** nossa presença em toda a América Latina e Caribe (5,8).

Esse tão intenso e diferenciado simulacro de protagonismo mais expressivo entendemos que traduz um mecanismo de apropriação de realizações que os enunciadores avaliam, como importantes para fortalecer seu *ethos* e, dentro das suas respectivas visões políticas, como realmente significativas nas políticas implementadas pelo Governo brasileiro:

Buscamos soluções regionais para construir uma infra-estrutura que unifique nosso espaço comum, garanta nossa segurança energética, aproxime nossas culturas e implemente políticas sociais articuladamente. **Vamos continuar avançando** na formação de parlamento regional, de instituições políticas e jurídicas que permitam construir uma Comunidade Sul-americana de Nações próspera, pacífica, livre, democrática e soberanamente inserida no mundo (5,37).

Porque “**buscamos** soluções regionais para construir” e “**vamos continuar avançando**” vem coladas a ações consideradas altamente positivas. Tudo, portanto, como acentuação da qualidade dos enunciadores como sujeitos políticos implementadores de determinada espécie de ação política.

Aqui inseriremos os Gráficos 12, 13, 14 e 15, em que seguiremos a estratégia de realizar uma tentativa de tipologia quantitativa e qualificativa dos eventos léxicos, de modo semelhante ao adotado com os demais documentos até o presente analisados. Para melhor poder valorar a significação do número de referências contaremos com o dado de que o documento em análise, “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo”, gerado no 13º Encontro do Partido dos Trabalhadores, supera em seis vezes o tamanho do texto do Manifesto.

Gráfico 12. Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus atuantes políticos coletivos institucionais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
Partido dos Trabalhadores	02	21	03 como sujeito oracional: indica priorização mas com certo distanciamento
PT	14		
Partido	05		
o 13º Encontro/ o Encontro Nacional do PT	02		
Estado / Estado brasileiro	18	35	indica priorização
União	01		

Brasil	16		indica priorização
Governo Lula	13	73	indica forte priorização do fato de ser Governo e certo distanciamento quanto ao efetivo governo e a Lula
O/ o / de/ do/ ao /... Governo	46		
deste Governo	03		
o Governo Federal	04		
nosso Governo	01		
o segundo mandato/Governo	06		
as esquerdas	02	03	
partidos/ governos de esquerda	01		
a direita / oposição de direita	04		
sindicatos	01		indica distanciamento

Segundo esses dados, o ‘Brasil’ e o ‘Estado brasileiro’ rivalizam com o ‘PT’ como objetos do discurso; mas, encontram-se longe de despertar o interesse suscitado pelo Governo do País, verdadeiro foco central da atenção discursiva.

Já, no Gráfico 13, identificamos diversos indícios muito significativos das mudanças produzidas no PT. Aparece uma pluralidade notável de palavras para designar os atuantes políticos coletivos não institucionais que afastam do discurso a nomenclatura marxista própria de um horizonte polarizado pela realidade da luta de classes como base da compreensão das relações sociais. Ainda, no Gráfico 13, aparece algo que simboliza uma profunda mudança de orientação, de ruptura com a visão do Manifesto Comunista: é assumir o conceito de trabalhadores ‘produtores’ e mencionar trabalhadores e empresários “dos setores produtivos” não mais em campos opostos e enfrentados mas com interesses semelhantes (5,23).

Gráfico 13. Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus atuantes políticos coletivos não institucionais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
trabalhador(es)	08		indica distanciamento relativo
trabalhadores (produtores)	01	02	indica quebra da visão marxista de luta de classes
trabalhadores e empresários	01		
população	02	36	indica certa priorização da procura de outro léxico, um léxico não marcado
sociedade brasileira	13		
os brasileiros	01		

milhões de brasileiras e brasileiros	01		pela reflexão marxista
nosso povo	01		
a maioria da população	01		
país	13		
nosso país	04		
forças/ setores populares	02		
movimento sindical/ sindical e popular	02		indica distanciamento
excluído(a)s / exclusão	04		representa um novo linguajar
minorias	01		indica distanciamento

As referências ao Presidente Lula, como atuante político individual, quantificadas no Gráfico 14, não parecem ser um indício claro em qualquer sentido:

Gráfico 14. Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus atuantes políticos individuais

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
Lula	06	07	indica algum interesse, mas um certo distanciamento
o Presidente Lula	01		

No Gráfico 15, referente aos atuantes políticos processuais ou situacionais, destaca a importância que os enunciadores conferem à democracia e a aparição de temáticas que não existiam nem na Carta de Princípios, nem no Manifesto, como sejam, a ética, a corrupção, a inclusão social e digital e os Direitos Humanos:

Gráfico 15. Número de eventos léxicos do documento “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)” do 13º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores e seus

EVENTO LÉXICO	Nº	Nº	COMENTÁRIO
democracia/democrático/democratização	29	38	indica forte priorização
democrático(a)(as) e popular(es)	09		
participação e expectativas populares	03		indica distanciamento
luta	02		
greve / direito de greve	02		
eleição presidencial de 2006	01	10	indica priorização
Programa de Governo / PG / O Programa	09		

alianças / aliados	01		
coligações / coalizão	02		
corrupção	02		
ética	02		
socialismo	01		remetem à história do PT e às decisões do III Congresso
sociedade socialista	01		
popular(es)	10		
movimento sindical/ sindical e popular	02		indica distanciamento
direitos humanos	03		representam as novas preocupações e o novo linguajar
inclusão social	03		
inclusão digital	01		
sociedade capitalista	01		indica distanciamento
capitalismo / capital	03		
hegemonia das elites	01		
neoliberal/ neoliberais / liberal	05		

Um aspecto que, contrastado com o outro texto do mesmo Encontro Nacional, nos chama a atenção é que as formas possessivas coletivas tenham apenas doze registros que podem ser avaliados, basicamente, como de acentuação do papel social e político positivo dos sujeitos no discurso: “**nossas** propostas programáticas” (5,1), “**nosso** objetivo de construir um Brasil democrático e popular” (5,9), “o socialismo petista – **nosso** horizonte estratégico” (5,10), “**nosso** Governo encontrou” (5,22), “para gerar bem-estar para o **nosso** povo” (5,36), “que unifique **nosso** espaço comum, garanta **nossa** segurança energética, aproxime **nossas** culturas” (5,37), “estendendo **nossa** presença” (5,8), “uma efetiva articulação de **nossas** economias” (5,37). Em “o Governo Lula respeita e promove em **nosso** país a democracia” (5,7) o protagonismo é do Governo, mas o País onde se constrói a democracia é dos enunciadores. Apenas “**nosso** erros” (5,15) trazem à tona uma significação não positiva.

Pode ser observado que, nos demais enunciados do texto, a referência ao Brasil aparecerá em 3ª pessoa e sem a marca de posse que aproxima sujeito e objeto do discurso que apresenta a formulação: “o nosso país”.

Brasil é citado como “o país”, em “o país passou a ocupar” (5,8) e como “o / O Brasil”, em “assumiu” (5,8), “crescerá” (5,27), “terá de” (5,27), “na medida em que o Brasil avançar no Estado de Bem Estar” (5,28), “deverá prosseguir” (5,30), “o Programa Brasil sem Homofobia” (5,35), “o projeto de desenvolvimento do Brasil caminha” (5,37), “aprofundará sua luta por um comércio justo” (5,37). Deduzimos que se pretende marcar –

conscientemente ou não - um distanciamento, um apagamento da relação enunciadores / pertença ao Brasil. Por outro lado, avaliamos que ‘Brasil’ ocupa preferentemente a posição que identifica um sujeito discursivo carente e cheio de negatividades que é preciso mudar.

Ainda, podemos aplicar parecidos entendimentos ao que ocorre quando não há uma única vez em que ‘nosso’ preceda, por exemplo, a ‘Lula’, a ‘Presidente’ ou a ‘Presidente Lula’. ‘Lula’ aparecerá poucas vezes como termo só (5,5; 5,13; 5,17; 5,25; 5,26). Em três delas, com significado discursivamente de caráter positivo. Mas para referir-se a ele são preferidas outras expressões: aparecerá o triplo vezes, quinze vezes, associado a ‘Governo’ o ‘gestão’.

Estes fatos lingüísticos chegam-nos como expressão de uma tendência – acredita-se que não consciente, mas por isso não menos verdadeira – a de apagar a relevância do papel pessoal de Lula na conjuntura política e social e nas diretrizes de governo. Estaríamos, assim, diante de uma operação discursiva de deslocamento. Para nós é significativo o pequeno papel que Lula assume neste texto. O qual torna-se mais significativo quando contrastado com seu papel fundamental para o Brasil – superior ao do próprio Partido, segundo resultados que divulgam pesquisas de opinião.

No entanto, ainda mais chamativo, e, por conseguinte mais significativo, pode resultar o fato de que em nenhuma ocasião ‘Partido’, ‘PT’, ‘Partido dos Trabalhadores’ tenham sido associados a um possessivo marcado pela primeira pessoa. Jamais é usada, por exemplo, a formulação ‘nosso Partido’. Aqui a operação de distanciamento e apagamento da pertença ao Partido apresenta indícios mais consistentes e inegáveis. E parece obrigado estabelecer conexões ou correlações com apreciações que anteriormente já fizemos acerca da heterogeneidade das propostas, atitudes e expectativas políticas dos grupos que se refugiam sob o guarda-chuvas do Partido dos Trabalhadores.

Podemos adotar uma linha de reflexão semelhante em relação à palavra ‘Governo’. Em contraposição ao que verificamos no documento sobre “Conjuntura, tática e política de alianças” do mesmo 13º Encontro Nacional que utilizou em 15 ocasiões a expressão “nosso governo”, aqui sua utilização é única. Isso apesar de ‘Governo’ ser uma das palavras que com maior freqüência aparece nos sintagmas substantivos. Afora no assinalado único caso, ao usar a palavra ‘Governo’ desaparece a marca gramatical de posse. Como quem não quer ser identificado com o que essa palavra carrega.

Observemos: são utilizadas diversas formulações para referir-se ao Governo, em terceira pessoa, que, ao omitir-se qualquer espécie de formas possessivas, permite aos enunciadores manter um distanciamento em relação ao Governo ou tentar que

seja menos presente sua identificação como parte do Governo em funções. A palavra aparece formando uma diversidade de sintagmas: “Governo” (5,20), “O Governo” (5,2; 5,2; 5,5; 5,7), “o Governo” (5,5; 5,7; 5,14; 5,15; 5,20; 5,29; 5,25), “de Governo” (5,18; 5,35; 5,36; 5,40), “do Governo” (5,10; 5,11; 5,11; 5,11; 5,12; 5,12; 5,12; 5,14; 5,16; 5,20; 5,22; 5,23; 5,25; 5,36), “ao Governo” (5,14; 5,19), “deste Governo” (5,1; 5,11; 5,27), “do atual Governo” (5,12), “o novo Governo” (5,28; 5,28), “O Governo Lula” (5,2; 5,7; 5,16; 5,18), “o Governo Lula” (5,2;5,3; 5,7; 5,15; 5,16), “do Governo Lula” (5,4; 5,9; 5,19; 5,24; 5,25), “No Governo Lula” (5,18), “no próximo Governo” (5,17), “O segundo Governo” (5,35), “pelo Governo Federal” (5,5), “O Governo Federal” (5,35), “do Governo Federal”, (5,21), “do governo federal” (5,36), “do atual Governo” (5,12), “O próximo Governo” (5,38), “o próprio Governo” (5,22), “o conjunto do Governo” (5,36), “Programa de Governo” (Título); “O Programa de Governo” (5,10, 5,10; 5,26; 5,36; 5,40), “O PG 2006” (5,10), “do PG” (5,10; 5,40). E há, ainda, dois enunciados em que Governo e PT aparecem associados: “o Governo e o PT sofreram duro golpe no ano de 2005” (5,13), “Nem o Partido nem o Governo, tiveram percepção exata do ambiente conservador que se gestara no país nos últimos tempos” (5,15). Realidades que aparecem marcadas pela negatividade e expressadas como se não fosse da conta dos sujeitos do discurso.

Estas referências constituem um leque de 27 modelos de combinações que apresentam entre si alguma diferença, num total de 74 ocorrências. Tamanha reiteração léxica dirige nossa atenção à voz que surge e sobressai com força daquele discurso diante de nós: a de que a temática ‘Governo’ é provavelmente a maior das prioridades que têm na cabeça os enunciadores do discurso.

Porém, em contraste com as instruções que o texto suscita, que revelam a intenção de produzir efeitos de sentido de distanciamento - mercê o uso ou não uso da pessoa verbal em 1ª pessoa ou de possessivos -, é de destacar que tanto a formulação ‘Governo Lula’ quanto a de ‘Governo’ - trata-se de dez ocasiões, para a primeira formulação e de seis para a segunda - correspondem a atuações ou situações de caráter positivo. Apenas na única ocasião em que Governo foi associado a PT apareceu a negatividade (em 5,13: “O Governo e o PT sofreram um duro golpe”).

Isso pode ser revelador de duas vozes em situação de tensão mútua: de acordo com a primeira voz, os enunciadores não querem apresentar-se como próximos ao Governo ou como fazendo parte dele, parecem querer estabelecer distâncias, ou, até certo ponto, apagar para a maioria dos militantes e membros do Partido a relação de proximidade ou de pertença ao Governo; de acordo com a segunda voz, estamos diante de um discurso que

aceita revelar que esses enunciadores querem, sim, ver reconhecida, por positiva, sua relação e contribuição, especialmente com o ‘Governo Lula’.

Parece ilustrativo analisar as menções ao Partido dos Trabalhadores. Localizamos quatro formulações correspondendo a dezenove diferentes ocasiões, assim distribuídas: PT (doze); Partido (quatro); Partido dos Trabalhadores (duas); partido (uma). Temos três formulações diferentes em cinco sintagmas ou expressões correspondentes a títulos: “Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores” (título); “III Congresso do Partido” (5,10); “Encontro Nacional do PT” (5,34); “Programa de Governo do PT” (5,34); “13º Encontro Nacional do PT” (5,40). Encontramos a formulação ‘Partido dos Trabalhadores’, também, com “defende” (5,18).

As formulações ‘O PT’ ou ‘o PT’ constam integradas nos seguintes contextos: “disputará” (5,1); “tampouco esgota [...] das opções feitas pelo PT” (5,10); “o Governo e o PT sofreram” (5,13); “sempre repudiou” (5,14); “terá que organizar” (5,15); “reafirma” (5,18); “e os partidos de esquerda [...] continuam a ser referências” (5,25); “foram discutidas com a base do PT” (5,40); “deve realizar” (5,40)

A formulação ‘Partido’ encontramos-la em: “não se confunde com o Programa do Partido” (5,10); “não foi capaz de [...], não mobilizou [...] não percebeu a tempo” (5,14); “nem o Partido nem o Governo (5,15).

A formulação ‘partido’ – começada em letra minúscula – escapa do controle ortográfico e aparece uma vez em “tinha como programa máximo [...] a ilegalidade do partido” (5,13).

Depois de confirmar a nossa percepção de que a maioria das referências é de enunciados que tendem a ser negativos em relação ao que vem a ser o PT, é de destacar a associação – chega a ser universal - da formulação ou palavra ‘Partido’ ao “não’ ou à negatividade da rejeição – com o ‘nem’ -. Parece a voz de condenação e rejeição inconfessadas. E não se pode esquecer que nunca é utilizada uma expressão do tipo ‘nosso Partido’ ou ‘nosso PT’ ou ‘nós do PT’. Não parece exagero pensar que não se chega ao nível de apropriação ou de identificação necessário e suficiente entre sujeito enunciador e sujeito ou objeto do enunciado como para expressá-lo com uma marca lingüística clara de posse ou de pertença.

Também, verifica-se que ‘Partido dos Trabalhadores’ / ‘PT’ / ‘Partido’ sua relevância enunciativa é destacada.

Em definitivo, pode estar entre as pistas ou instruções de sentido que, entre os enunciadores do 13º Encontro, o Partido dos Trabalhadores não corre sorte muito melhor

do que Lula e o Governo Lula: é compartilhada uma operação de distanciamento não explícita nem mostrada. Enfim, pouco para a bondade que se publica ou proclama das excelências de Lula e seu Governo e do Partido dos Trabalhadores.

Pode ser considerado como provável que no texto das “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores”, o Brasil, o Governo, Lula e o PT são, basicamente, os ‘outros’; e, de modo semelhante, que as vozes dos sujeitos do discurso e do relato realizam operações discursivas para distanciá-los afetiva e psicologicamente de si, tentando atribuir a eles o considerado negativo e apropriar-se do que consideram positivo.

Agora nos deteremos nas deliberações que abordam a questão do discurso como instrumento relevante de construção social. Um discurso que por força de assumir uma situação de governo de coalizão” (5,14) deverá corresponder a um programa coletivo e não ao de um partido.

No 13º Encontro, o PT assume sua voz como Partido que participa e tem co-responsabilidade no Governo, mas que é diferente do Governo. Por isso, esforça-se por recolocar os fatos dentro da conjuntura vivenciada:

O Programa de Governo 2006 não se confunde com o Programa do Partido, que o Congresso do PT irá (re)definir em 2004, nem com as Diretrizes aprovadas pelo 13o. Encontro Nacional do PT. Tampouco o debate sobre as Diretrizes esgota o processo de balanço do governo Lula e das opções feitas pelo PT em 2003-2006, debate que terá seu momento de conclusão no III Congresso do Partido. O Programa de Governo tem sua especificidade. Deve expressar, no processo eleitoral, a opinião de um conjunto de forças políticas de esquerda e democráticas comprometidas com transformações importantes de nossa economia, sociedade e instituições políticas (5,10).

Se o discurso é focalizado como expressão do que une e realizam um conjunto de forças, também é caracterizado como fruto de um enfrentamento de interesses. Neste sentido, este texto do 13º Encontro, ao chamar a atenção, por um lado, para a tentativa da direita política do Brasil de disseminar o discurso da “decepção”, aproveita para disparar suas críticas contra o Governo, a pretexto de reforçar a argumentação acerca da necessidade que o Governo tem de reencontrar o discurso da “esperança” (5,12):

Não basta celebrar as realizações do Governo e oferecer uma mera perspectiva de continuidade. Será necessário, em primeiro lugar, um balanço franco do Governo.

Em segundo lugar, é importante que o programa mostre o até agora realizado como base para avançar na direção das mudanças que mobilizaram os eleitores em 2002. Contra o discurso da “decepção”, que a direita tenta disseminar e impor, trata-se de buscar o reencontro com a “esperança”. Isso exige uma inflexão no discurso do Governo, capaz de traduzir em outra linguagem os avanços alcançados. A presença na equipe econômica de quadros vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior, deu em muitos momentos um viés conservador ao discurso governamental, que foi ampliado por alguns meios de comunicação.

Com este discurso, o 13º Encontro, ao chamar a atenção para o fato de que os adversários do Governo tentam espalhar na sociedade brasileira um discurso de desencanto, de decepção, acaba confessando que pouco aparece o discurso de esperança, aquele que ajudou Lula a vencer a eleição para presidente da República. E ao falar em reencontrar a “esperança”, está reconhecendo que anda perdida a esperança depositada no Governo Lula. E ao exigir “uma inflexão no discurso do Governo” está condenando, por um lado, o funcionamento do setor da Comunicação do Governo - e aqui parece interessante lembrar que a responsabilidade pelo setor de comunicação do Governo Lula era de membros do próprio PT - e, por outro lado, está condenando o próprio conteúdo do discurso do Governo, que tenta relacioná-lo “com a presença na equipe econômica de quadros vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior”.

Uma leitura possível é a de que em “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo” o 13º Encontro mostra a voz da insatisfação do PT com o Governo e com a sua própria participação nele. O PT, descontente com a situação presente, mostra-se saudoso do passado, da campanha eleitoral que suscitou esperanças. Demonstra, sim, a sua não identificação com alguns dos rumos do Governo. No entanto, observemos que, ao referir-se a que “seja capaz de traduzir em outra linguagem os avanços alcançados”, a crítica é justificada na falta de capacidade de dar a forma adequada à linguagem e não em relação aos seus conteúdos: pede-se um discurso com capacidade de expressar os avanços do próprio Governo Lula. O que significa reconhecimento e concordância com os avanços e que a insatisfação se gera porque isso não é convertido em voz apreendida ou entendida pelo povo.

Mais adiante, o texto do 13º Encontro insiste e associa esta tese a outra que coloca explicitamente a direção partidária na berlinda, provavelmente, objetivo último do discurso, quando historia como a oposição de direita ganhou força a partir de denúncias de corrupção contra o PT e quando apropriou-se de um discurso moralista. Isso ocorre associado a erros e incapacidade da direção do PT e à falta de acerto do Governo na coordenação

política e na comunicação. Aqui é o ‘outro’ o responsabilizado: quem não foi capaz foi “o Partido”; não parecem ter sido os enunciadores (“nós”). Então, é o momento de responsabilizar à direção pelos seus erros, com firmeza (5,14):

Mas, podemos avaliar, que no próprio 13º Encontro se fazem presentes outras vozes. Desta feita, trata-se de uma voz autocrítica, que reconhece um erro fundamental para o que se pretende com um partido como o dos trabalhadores; erro coletivo no campo do discurso: o de não ter sido capaz de construir um discurso de apoio ao governo, que é dos trabalhadores e que procura fazer realidade parte dos sonhos sonhados quando da proclamação do Manifesto. As palavras empregadas, traduzem igualmente que a não capacidade de construir esse discurso, indispensável, é responsabilidade de todo o Partido, de todos os petistas. A ausência do discurso adequado do PT e do Governo teria dado asas à direita para atacar o Governo com o objetivo de desacreditá-lo. Afinal de contas, estava em jogo uma eleição próxima.

A fim de salientar a gravidade da situação e da hegemonia conservadora, em relação aos discursos políticos, na opinião pública no Brasil, o 13º Encontro traz à tona dois exemplos próximos: a derrota sofrida pelo PT no referendo sobre a questão do desarmamento (em realidade, não foi tal: o referendo versou sobre a venda de armas) e o surgimento de uma ativa intelectualidade de direita (5,15):

A autocrítica partidária e a crítica ao Governo de que não “tiveram percepção exata” da situação soa como uma voz acusatória bastante grave para o Partido que é hegemônico e para o Governo, dado que agora é questionada a capacidade das suas equipes de direção, dos seus dirigentes, pois caberia a eles ter a “percepção exata do ambiente conservador que se gestara no país” (possivelmente o adjetivo ‘exata’ delata, como ato falho, o interesse dissimulado da denuncia de atingir à direção partidária naquele momento. Isso, como expressão da disputa política interna, porque a argumentação de que o erro estava em não ter a percepção exata de uma situação soa falso: essa exatidão para realidades de interação, não existe, nem pode existir).

E a autocrítica e a crítica – carregada da acusação de culpabilidade dirigida à direção partidária - vão mais longe: a carência de um discurso apropriado para “as necessidades populares” ajudou a reerguer a direita, aparentemente, segundo interpretamos, porque ela ocupou os espaços discursivos antes ocupados pela esquerda:

Mais do que isso, a ausência de um **discurso** à altura das expectativas populares e que correspondesse às transformações em curso fez com que a direita, até bem pouco combatida, conseguisse ocupar espaços vazios deixados pela esquerda (5,15).

Chamam-nos aqui a atenção particularmente, ao contrapor esses enunciados, dois aspectos: primeiro, aceita-se como fato o apagamento da voz, do discurso prático que representam “as transformações em curso” quando não se consegue realizar o discurso adequado; segundo, entroniza-se o discurso – que não a práxis ou a ação política como o instrumento básico de conquista social. Para nós, isso representa a vitória do *marketing*, a consagração do discurso, seja publicitário, seja político, acima da organização e da ação política que é a que, de fato, tem a influência maior na realização das transformações sócio-econômicas.

Pode ser questionada como menos coerente a preocupação por causa da ocupação de “espaços vazios” por parte da direita: quais são esses espaços vazios (além da derrota ‘anunciada’ no referendo sobre a venda pública de armas, apresentada falsamente como ‘desarmamento’, justamente para que fosse derrotada) que tais lamentações provocam no Encontro petista? são acaso as reivindicações salariais formuladas dando as costas aos dados econômicos? Não há como desconhecer que se olharmos para o comportamento conservador em diversos episódios no Congresso Nacional em relação a greves e reivindicações salariais não parece disparatado diagnosticar seu caráter demagógico dado que nos demais lugares governados por eles agiram e agiam de conformidade com as suas doutrinas de sempre, de arrocho e privatizações. Por outra parte, o Governo Lula ocupava sozinho o espaço da política macroeconômica, renegando as invenções, do modo que avaliava poderia tirar o País da crise e impulsionar um projeto de distribuição de renda com desenvolvimento.

Não pretendemos ignorar que “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo”, do 13º Encontro Nacional do PT, reclama de que o Governo Lula não tenha transitado para outro paradigma macroeconômico e por isso considere conservadora “a gestão macro-econômica” levada a efeito e especialmente a política monetária adotada que vinha “revestida de um discurso conservador” que provocou choques “com as bases sociais do Governo e com o próprio Governo” (5,22).

Os choques do embate discursivo “com as bases sociais do Governo e com o próprio Governo”, como expressado mais adiante, são debitados à avaliação de que se restringia o crescimento econômico (5,24). Porém a afirmação implica que todas as bases

sociais e que todo o Governo se chocaram com ela, quando isso nem pode ser verdade. Isso nem aconteceu nem poderia acontecer porque se todos fossem contra, quem a sustentaria? Diferente seria se o artigo ‘as’, de caráter universalizador, tivesse sido suprimido, e se a expressão “o próprio Governo” fosse relativizada por um substantivo como ‘integrantes’ ou ‘membros’.

Feitas estas considerações, prossequimos indagando: em que consistiria esse discurso “à altura das expectativas populares” que não feito pelo PT nem pelo Governo, que permitiu à direita ocupar espaços?

Mais parece que é o discurso do Encontro tem dificuldade em aceitar ou acatar a plataforma eleitoral com a que Lula comprometeu-se e que foi votada com um programa que explicitava e enfatizava justamente essa política macroeconômica que, certamente, não coincide com a tradição do PT ou com a voz dialógica que renova o imaginário não apenas do Manifesto fundador mas de boa parte da história e dos sonhos dos que compõem o Partido dos Trabalhadores.

Mas, voltemos à ocupação de espaços mediante o discurso: o 13º Encontro, centrado na elaboração de diretrizes para o futuro programa de governo, vê a importância de partir para “a confrontação política-ideológica” que seja capaz de duas coisas: “desconstruir o discurso conservador e refazer uma alternativa progressista e popular” (5,15). A proposta de desconstrução do discurso conservador – especialmente quando travestido de extrema esquerda, por oportunismo – é uma tarefa que encaixa com uma larga tradição de competência dialética partidária e das esquerdas. Já a proposta de refazer um discurso que conte com uma alternativa progressista e popular, no contexto em que é pronunciada, representa uma grave acusação ao Governo Lula, quase de traição a uma proposta política, o que choca com outros enunciados ou discursos do próprio 13º Encontro que elogiam a atuação do Governo Lula. Fato que pode ser visto como uma amostra da heterogeneidade discursiva e de interesses enfrentados que convivem no Partido dos Trabalhadores.

Para nós é particularmente significativa a proposta que o texto encaixa na seqüência: a da necessidade (“terá de”, perífrase verbal que aporta o aspecto de obrigação), a do cuidado de que o discurso seja “didático”. Aqui, a auto-crítica fica mais centrada na forma de divulgação, de marketing:

Significa, igualmente, que o PT terá de organizar um discurso didático que resgate o Governo Lula como superior ao de FHC, mas, sobretudo, como capaz de dar um

salto de qualidade em seu segundo mandato, a partir do trabalho realizado no primeiro (5,15).

Porque novamente, aparece a capacidade do discurso de mudar a realidade. Aqui, ao menos, referido a mudar a realidade do embate ou confronto de discursos: nem mais nem menos realizar, através da argumentação adequada, o resgate do Governo Lula como superior ao do seu predecessor e habilitado para ser ainda melhor no seguinte mandato. Em outras palavras, a referência é à guerra declarada de discursos que caracteriza as possibilidades de uma sociedade democrática quanto à comunicação e à informação.

Outro elemento desta reflexão acerca do discurso político que nos parece relevante é o de que o discurso seja visto como instrumento para dialogar com a onda de acusações que chegam contra o PT e o Governo: certamente corresponde à história do PT que o discurso não deve “escamotear” nem as dificuldades nem os erros. Deve existir um reconhecimento da necessidade de um discurso autêntico como pré-condição para a superação das limitações (5,15). Discurso autêntico que, diante dos conflitos de interesses contraditórios que caracterizam uma sociedade capitalista, deverá servir para buscar a melhor condição possível de diálogo, realidade necessária para avançar na construção da sociedade socialista:

Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo. Dessa forma, associamos às realizações de governo a construção de uma nova cultura política, de homens e mulheres que participam, mobilizam-se socialmente em busca de direitos individuais e coletivos (5,33).

Sociedade que se esforça em superar as desigualdades econômicas e sociais que instaura uma nova cultura de mobilização “em busca de direitos individuais e coletivos” (5,33).

Por outro lado as diretrizes que traça o 13º Encontro incluem e destinam farto espaço àqueles que são talvez os mais representativos da história do PT, em termos atuais: a inclusão social, o papel dos trabalhadores na sociedade e o socialismo. Sem ruptura com as enunciações fundadoras aborda com pragmatismo e utopia as questões que podem dinamizar ou entorpecer o acesso da maioria da população aos bens sociais e que deverão dominar os rumos do Governo Lula, após a reeleição: dentre outros, distribuir renda (6,28); a estabilidade macroeconômica (6,29); o combate às desigualdades e discriminações (6,35); o

desenvolvimento regional e sustentável (6,36); integração sul-americana e projeção no mundo (6,37); cultura, educação, ciência e tecnologia e comunicação democrática (6,38). Esta última vista como uma meta síntese, onde programas que juntam sensibilidade, audácia e realismo pretendem dar-se as mãos.

6.4. ANÁLISE EM CLAVE DIALÓGICA DAS DELIBERAÇÕES DO MANIFESTO E O ESTATUTO DO PT ¹²⁸

Ao chegarmos a este ponto, achamos importante apresentar elementos que nos permitirão avaliar melhor até que ponto a vocação democrática e igualitária do PT, enfaticamente proclamada no Manifesto, está presente ou é estimulada pelas disposições estatutárias. Em outras palavras, tentaremos mostrar se as vozes do Manifesto estão presentes nos textos do Estatuto partidário.

Estaremos atentos a identificar redes de interação existentes entre o Manifesto originário e o Estatuto atual; esforçar-nos-emos em captar como dialogam acerca da democracia e do projeto de sociedade o documento fundador e o atual estatuto partidário. Também, até que ponto o Estatuto do PT responde a um modelo que propicia a existência do exercício, dentro do Partido, de uma democracia direta e de uma democracia representativa e de uma sociedade de iguais ou a um modelo de simulacro das propostas originárias do Partido.

Um estatuto pertence a um gênero textual diferente dos demais que são objeto de reflexão no presente trabalho. Ele tem a característica de ser um texto normativo e por isso composto de disposições e regras que sinalizam para modos de proceder partidários, coletivos e individuais, que norteiam as ações dos membros de determinada sociedade ou grupo, principalmente, em relação a essa entidade ou grupo. Tem como fundamento principal o de organizar a prática institucional de cada indivíduo ou dos grupos pertencentes ao coletivo que o promulga. Nesse sentido um bom estatuto tenderá a refletir as atitudes e comportamentos esperáveis partindo de determinada identidade grupal e de seus discursos. Isso faz do estatuto um texto que ao interagir com os textos da sua instituição pode servir para

¹²⁸ A extensão do texto completo do Estatuto desaconselhou que o anexássemos. Para a consulta do texto recomendamos o *site* do Partido dos Trabalhadores: www.pt.org.br.

avaliar produtivamente as relações teoria-teoria e teoria-prática. Em suas disposições encontramos enunciados que, de alguma forma, são vozes que se esforçam em traduzir, em termos de medidas organizativas, os anseios que transparecem nos enunciados do Manifesto e nos demais documentos elaborados pelo Partido; anseios que refletem decisões, seja de todo o coletivo petista, seja da maioria. Em outras palavras, as disposições do Estatuto podem ser lidas como reflexo e refração da vida partidária, dos consensos, das composições e disputas, dos acordos, tensões, conflitos, etc.

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores é extenso, abrangente e tem acolhido modificações diversas ao longo dos 27 anos de existência do Partido. Como dado expressivo da sua complexidade – indício da complexidade da organização partidária - pode ser aportado o dado de que o primeiro Estatuto, do ano 1980, contava com 106 artigos enquanto que o atual, vigente desde 2001, conta com 251 artigos que chamam a atenção por sua formulação carregada de detalhes de singular precisão dentro de uma opção organizativa que prima pelos cuidados com a viabilização da democratização institucional em todos os níveis.

Um trabalho analítico acerca das inclusões, exclusões e demais alterações feitas no Estatuto do Partido dos Trabalhadores e o contraste com os estatutos de outros partidos seria, provavelmente, relevante, mas, no momento, extrapola as nossas possibilidades atuais de pesquisa. Por esta razão, limitar-nos-emos a destacar alguns dos aspectos abordados no Estatuto que respondem a problemáticas mais expressivas do que seja a interação discursiva no PT. Os membros do PT têm como elementos representativos da sua organização partidária um grande leque de medidas que extrapolam as exigências previstas em lei. Estabelecer um contraste com os demais partidos exigiria uma dedicação agora não prioritária porque comporta cuidados que, apesar de não destacados aqui, vemos transparecer nos demais dispositivos. Apenas os referiremos sinteticamente: os cuidados com as filiações (Artigos 4 a 11), o Processo de Eleições Diretas (PED) (Artigos 35 a 40), a igualdade de direitos e deveres (Artigos 12 a 14), as especificidades para as eleições de delegados e dirigentes (Artigos 15 a 34), os prazos de filiação (Artigo 26), a organização em Tendências dentro do Partido (Artigo 233 a 239), as condições para participar nos Encontros (Artigo 41 a 53), a organização de Núcleos de Base (Artigos 58 a 60), as condições para a escolha de delegados para os Encontros (Artigos 71 e 72, 94 e 95, 105 e 106), as condições para a escolha e indicação de candidatos (Artigo 128), a realização de Prévias Eleitorais (Artigos 135 a 142), os cuidados com as campanhas eleitorais (Artigos 150 a 163), a política qualificada de contribuições

financeiras (Artigos 164 a 196), a disciplina partidária (Artigos 199 a 205) ou a ouvidoria do Partido (Artigo 231 e 232).

Salientamos aqui o próprio fato de que um estatuto implica tentar traduzir o modo de organizar-se numa coletividade. Aspecto, a nosso modo de ver, em plena consonância com o anúncio do Manifesto, quando faz referência ao conjunto dos trabalhadores refletindo que “as grandes maiorias que constroem as riquezas da Nação [...] organizam-se elas mesmas” (1-009-012). Portanto, o mero fato de dispor de um Estatuto já se constitui numa prática concreta destinada a realizar essa deliberação fundadora de organizar-se por si próprio.

A formulação da identidade do Partido, como consta no Estatuto atual, traz palavras que bem poderiam ter sido retiradas do Manifesto fundador, daqueles que sabem “que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra do esforço coletivo” (1,040-041):

Art. 1º: O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a **lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.**

São palavras que bem poderiam ser vistas como a síntese da utopia partidária: o propósito e compromisso de lutas do petista rumo à construção do socialismo democrático. Deixa claro o Estatuto que o exercício da democracia participativa e representativa deve amparar-se no respeito às normas estabelecidas e votadas feitas para amparar a participação de todos os filiados (Artigos 12, 13 e 14). Trata-se de um Estatuto que expressa a vontade explícita de que o Partido seja fiel expressão da sua saga de documentos partidários; vontade que é reforçada pela expressão “estrita observância”:

Art. 3º: O Partido dos Trabalhadores atuará em âmbito nacional com **estrita observância** deste Estatuto e de seus Manifesto, Programa, demais documentos aprovados na Convenção Nacional de 1981, nos Encontros Nacionais e Congressos, nos quais estão expressos seus objetivos.

Igualmente, destacamos algumas das disposições do Estatuto acerca de como são definidos os que terão poder de decisão dentro do Partido, de acordo com a versão

mais recente, a de 11 de março de 2001. Recordemos que se trata de um partido que, a partir do dia de seu lançamento, no lançamento do Manifesto, pretende “atuar no dia-a-dia dos trabalhadores” (1-049), “construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias” (1-050-052).

A pretensão de novidade do Manifesto está relacionada com a forma de construção partidária que vem imperando no Brasil: a opção por um determinado modelo de democracia partidária interage com toda uma dinâmica de organização de partidos “de cima para abaixo”. Como diz o Manifesto: “Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores” (1,046). Daí a importância de que os pertencentes ao novo Partido tenham espaços mais apropriados e próximos para sua participação e formação política e sejam declarados co-responsáveis de suas ações e que seu poder de decisão partidário seja avaliado pela sua insubstituível responsabilidade.

Ainda, assinalamos que um partido que se pretende independente (como proclamava o Manifesto em 1,036-039) precisa achar seu modo de sustentar sua atuação fora dos moldes de verbas advindas dos meios empresariais ou que possam ter a sua origem em mecanismos ilegais ou criminosos. Neste sentido, como poderemos advertir, o PT exige um compromisso financeiro de seu filiado com o Partido. Com esta política, o Estatuto do PT responde ao conjunto de vozes de uma parte da sociedade que esperam comprometimento dos filiados com a atuação do seu respectivo partido. Tal qual o compromisso desejado pelo Manifesto “um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com as causas dos trabalhadores” (1,053-054). Nesta linha pode ser ponderado como no Estatuto é determinado que todos os filiados tenham direito a voz e voto sempre e quando assumam a co-responsabilidade na viabilização econômica do Partido. Neste sentido, consta no Estatuto que no PT todo filiado têm direito a votar e a ser votado sempre e quando “em dia com as contribuições financeiras partidárias, conforme as regras e tabelas estabelecidas” (Art. 166, Art. 43):

De fato, o Estatuto estabelece o quanto cada qual tem por obrigação contribuir para o Partido. Promulga uma tabela que estabelece os percentuais de contribuição do filiado de acordo com a sua remuneração profissional, com a sua função e situação trabalhista. Estar em dia nesse pagamento é pré-condição para poder votar e ser votado. Isto corresponde a uma medida que pertence ao nível do exercício da democracia direta. De conformidade com o que proclama o Manifesto quando ao insistir em sua visão de

democracia estabelece que “O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas” (1,069-070).

A preocupação do Manifesto é com a proclamação de um compromisso que não é com qualquer tipo de democracia, mas com a democracia que é plena. Esse atributo de plenitude, desejado para a democracia partidária é traduzido em numerosos artigos dentre os que destacamos os relativos à escolha de representantes partidários (Art. 22 ; Art. 23)

Formulações como a que trazem estes Artigos, “em todos os níveis”, “em todas as eleições”, “qualquer filiado” ou palavras como “estritamente” e a universalidade potencial de acesso aos maiores cargos partidários ou o esforço de propiciar a existência de direção colegiada, conspiram na direção dum exercício democrático de caráter radical como o proclamado pelo Manifesto. Como também que a representação seja proporcional ao apoio político alcançado e a novidade trazida pelas normas que zelam para atender a exigências relativas à superação da exclusão advinda da questão de gênero, ao exigir cotas mínimas – 30% - de representação feminina. Estaríamos, pois, no nível do exercício de novas formas de participação e de escolha no âmbito de democracia representativa que encarnam uma visão de mundo que, junto ao passado e ao presente, trabalha o futuro.

Parece-nos importante chamar a atenção para outra novidade no modo de organização política partidária que apresenta o PT no seu Estatuto e que entendemos interage dialogicamente com as proposições do Manifesto: a existência de normas que garantem que dos respectivos Encontros só possam participar, com direito a deliberar, delegados – ou seus respectivos suplentes - eleitos em Encontros prévios, sem atender a hierarquias nem amparar privilégios:

Art. 105: Constituem o Encontro Nacional do Partido os delegados eleitos nos Encontros Estaduais.

Art. 94: Constituem o Encontro Estadual os delegados eleitos nos Encontros Zonais e Municipais.

E o Estatuto do Partido dos Trabalhadores adota estratégias para procurar que prevaleçam os valores democráticos. No Estatuto do PT existem medidas que visam a dificultar a ocorrência de potenciais manobras de última hora destinadas a manipular os processos decisórios: Por exemplo, são estabelecidos prazos longos de pertença ao Partido para poder votar e ser votado (Art. 26).

Vemos nessas e outras disposições ecos das opções proclamadas no Manifesto, porque “o PT lutará [...] pela democratização da sociedade em todos os níveis” (1,060-062).

Curiosamente, o cumprimento, a vitalidade e a atualidade do Estatuto, que funciona como uma espécie de Carta Magna partidária, em boa parte, ficam garantidos pelo cuidado de cada tendência petista em amparar-se em sua fiel e correta aplicação. Em diálogo com o proclamado do Manifesto: “Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma” (1,044). A diversidade de posições políticas dentro do PT, nos pleitos eleitorais internos, acaba se transformando num autêntico seguro contra manipulações. O debate constante, a defesa de interesses contrapostos obriga o Partido a aperfeiçoar seu caráter de proposta democrática sob pena de precipitar implosões internas por questões formais que têm uma forte repercussão política.

A fim de tornar visível a interlocução do Estatuto com as deliberações congressuais, procuraremos fixar-nos em avaliar se e de que modo as normas estatutárias propiciam e estimulam a participação e co-responsabilidade de todos os filiados para definir as opções partidárias.

Uma das deliberações originais do Partido dos Trabalhadores é que a exigência da Lei Eleitoral de realizar Convenções é assumida apenas formalmente, pois o que vinga é o decidido nos Encontros partidários prévios quando são debatidas e votadas as teses e escolhidos os delegados que representarão, proporcionalmente aos votos obtidos, as posições políticas daquele fórum. Em consequência, as diferentes posições e tendências do Partido se mobilizam e disputam politicamente os Encontros, dado que é neles que se adotam as decisões significativas e norteadoras dos rumos a seguir:

Art. 143: As Convenções Oficiais destinadas a deliberar sobre a escolha de candidatos e coligações, observado o disposto na Lei Eleitoral e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, serão realizadas de acordo com as normas estabelecidas no presente Capítulo.

§ 1º: **As Convenções Oficiais deverão, obrigatoriamente, homologar as decisões democraticamente adotadas nos Encontros** realizados nos termos deste Estatuto e demais resoluções da instância nacional do Partido.

§ 2º: As Convenções Oficiais que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior serão anuladas pela Comissão Executiva da instância superior correspondente, aplicando-se o disposto no artigo 147 deste Estatuto.

Como se dialogasse permanentemente com o declarado no Manifesto “O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores”, a Convenção oficial costuma ser transformada numa festa que oficializa formalmente as decisões anteriormente adotadas. Os Encontros são realizados nos diferentes níveis de representatividade existentes: zonal, municipal, estadual e nacional. Assim, os incumbidos de aprovar planos, metas e diretrizes, necessariamente serão representantes referendados em esfera de decisão anterior (Artigos 71, 72, 95).

Uma outra característica específica do Estatuto do PT é a possibilidade de estruturar Núcleos, na atualidade, sem poder deliberativo. Relaciona-se dialogicamente com o desejo fundador expressado em “queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases” (1,055–1,056), mas que deixou de explicitar esta opção concreta, presente na Carta de Princípios (2,077, 2,075). No entanto, os núcleos já foram incorporados como forma de organização partidária, no primeiro Estatuto. O atual acrescenta a possibilidade da participação de não filiados e a ampliação do leque das modalidades possíveis de Núcleos de base:

Art. 58: São considerados **Núcleos** quaisquer agrupamentos de pelo menos nove filiados ao Partido, organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria profissional, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo e outros.

§ 1º: **Os Núcleos, abertos inclusive à participação de pessoas não filiadas ao Partido**, com direito a voz, são instrumentos fundamentais da organização partidária e da atuação do PT nas comunidades, setores e de integração com os movimentos sociais[...]

Art. 59: As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação das instâncias de deliberação e direção partidárias, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;

emitir opinião sobre as questões municipais, estaduais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;

aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;

promover a formação política dos militantes e filiados;

sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre as questões locais, estaduais ou nacionais de interesse do Partido;

convocar o Diretório Municipal correspondente, nos termos deste Estatuto.

Trata-se de funções que organizam e estruturam uma dinâmica permanente de participação e debate políticos em função de uma gama enorme de argumentos organizativos, à semelhança da estruturação das células do corpo humano para constituir os tecidos.

Como um dos frutos desse modelo ramificado, plural e integrado de representação política, um Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores costuma constituir-se num momento denso de formulações discursivas: diferentes tendências políticas e ideológicas e diversos grupos de filiados apresentam as propostas que elaboraram ao julgamento dos delegados presentes. Previamente, tendo como fundamento uma orientação pragmática de viabilizar um eficiente e eficaz funcionamento das reuniões assembleárias, costuma ser eleita uma ‘tese guia’ e, a partir dela, são realizadas e concentradas as discussões, com a possibilidade de realizar apartes, propor destaques a serem discutidos, que entram na votação de mudanças, por supressão ou por incorporação. A votação por maioria simples determinará quais serão assumidas como deliberações partidárias.

O modelo do Estatuto, portanto, parece atender às aspirações de favorecer e estimular o exercício democrático na participação política dos filiados característico do Manifesto fundador: “proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas (1,070-071).

Observe-se, por exemplo, que, sem ser eleito para a respectiva instância – zona eleitoral, município, estado, nacional – ou para determinada tarefa – participar de diretórios, setoriais, encontros, convenções, conselhos - ninguém no Partido dos Trabalhadores tem uma garantia previa de poder deliberar (votar) sobre os caminhos do Partido. Porque, para tanto, é necessário submeter o próprio nome a uma sucessão de votações. Só os escolhidos nas respectivas votações poderão deliberar. Neste sentido, a proposta responde radicalmente a um modelo igualitário de democracia participativa e representativa, de acordo com a formulação e pretensão explicitada, a respeito dos recursos naturais do país, no seu Manifesto fundador de que “o povo decida o que fazer” (1,075).

Observe-se, também, como são acolhidas a pluralidade e heterogeneidade fundadoras - “O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis” - (1,061-062). Prevalece a democratização em todos os níveis ao acolher as diferentes opções políticas dos trabalhadores ao legitimar e legalizar o funcionamento de tendências dentro do Partido, numa função básica de que se articulem em volta de temas ou setores e que não conduzam a quebrar a unidade de ação partidária (Artigos de 233 a 238).

No caso específico, as tendências acabam sendo vistas por muitos como a maior riqueza de formulação política do Partido, verdadeira reserva crítica do PT. São elas, de fato, as que se reúnem para formular as teses e propostas que animam Encontros e Congressos. São vozes que interagem dentro do PT para dar sustentação a visões e posições políticas ou pragmáticas. E podem constituir-se numa fonte de dores de cabeça para as direções do PT, especialmente quando decidem partir para hostilidades públicas para com outras tendências ou quando desrespeitam o disposto no Estatuto querendo funcionar como partido dentro de outro partido.

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores pretende escutar, interpretar e dar resposta positiva a vozes que vêm da sociedade exigindo posições políticas de seus representantes. Neste sentido, o PT faz questão de deixar claro no Estatuto que os mandatos eletivos pertencem ao Partido e não aos parlamentares ou aos membros do Executivo eleitos. Assim, no Artigo 128 exige que todo candidato a cargo eletivo assine um compromisso partidário de devolução ao Partido do eventual mandato em caso de desligamento. Trata-se de uma cláusula já histórica, presente nos diferentes estatutos do PT, que, surpreendentemente, jamais foi cobrada pelo Partido. Aparentemente porque se tratava de um compromisso moral e ético que não teria força jurídica para obrigar. É uma realidade que o PT, apesar de sofrer diversas defecções ou expulsões ao longo de sua história - desde a ida de alguns deputados federais ao Colégio Eleitoral para a eleição indireta de Presidente da República até a expulsão mais recente de uma senadora e de alguns deputados - não fez qualquer movimento público no sentido de retomar esses mandatos. Mas, fica na história que quantos deixaram o Partido dos Trabalhadores não respeitaram o compromisso assinado, a palavra empenhada. O mais curioso deste tipo de situação é que, nos tempos que correm atualmente, são os agentes do Poder Judiciário, até então omissos, aqueles que passam a exigir que os mandatos fiquem com os partidos: ironias ou, melhor, lições da história...

Finalmente, sublinhamos que o Estatuto do PT, além de repercutir as vozes do Partido - a origem plural do PT, participação política organizada, igualitária e democrática, responsabilidade e ética na política, dentre outros aspectos - reflete e refrata, no detalhamento dos seus dispositivos, outras vozes da sociedade brasileira. Vozes que pedem que as organizações políticas tenham identidade, sejam determinadas e autênticas, superem não apenas suas falsidades, mas seus próprios simulacros; vozes, muitas, que, na sua rejeição de políticos e de partidos apelidados 'de aluguel', por oportunistas, clamam por maior dedicação, responsabilidade e transparência na ação política; vozes que, por vezes e diante dos custos e

riscos da opção por uma organização social inspirada na democracia parlamentar contemporânea, clamam pelo fim do Parlamento e dos próprios partidos políticos.

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores aparece como um documento construído com uma linguagem precisa e técnica que delimita a abrangência de suas possíveis leituras. Muito debatido e detalhado, na sua complexidade e racionalidade, funciona dentro do Partido como um divisor de águas capaz de autenticar o comprometimento dos militantes, dirimir pendências e punir os inseqüentes. Vem a ser uma espécie de farol que indica a direção da terra firme da democracia; age como um condicionante delimitador do que deva ser a proposta de um partido que atue de acordo com o acúmulo de reflexão alcançado acerca do que seja uma experiência de organização política democrática. Estimamos que atualiza os ideais do Manifesto de fundação Partido dos Trabalhadores.

Consideramos que para o Partido dos Trabalhadores e seus integrantes, o Estatuto que foram construindo consegue funcionar como instrumento canalizador de seus sonhos e utopias, na transição rumo à construção de uma sonhada sociedade socialista e democrática.

7. CONCLUSÃO

Pensamos que as chamadas conclusões, pouco podem alcançar que possa ser qualificado de ‘conclusivo’, especialmente no campo das ciências humanas e mais particularmente nas ciências que tratam do discurso. Ao tentarmos inferir conclusões temos a consciência de nos dispormos a redigir simulacros ‘a modo de conclusões’, porque a descrição plena do dialogismo constitutivo da vida humana, de sua interação com acontecimentos e discursos anteriores e atuais e com a previsão dos conseqüentes é algo impossível de realizar, por inatingível e não repetível.

Numa pesquisa como a que nos ocupa, traçar uma meta para sentar alguns elementos ‘a modo de conclusões’, levar-nos-á a concentrar esforços a fim de conseguir enunciar pistas, indícios, tendências, probabilidades, possibilidades ou dados de parecida índole: instruções de sentido ou sugestões de leitura, enfim.

Consideramos que como “nós-pesquisador-escritor” remetíamos o sentido dos discursos à interação da linguagem com interlocutores imersos numa densa e múltipla rede de conhecimentos, reflexões, convicções, experiências, interesses, desejos, opções, sonhos, etc. que formavam um todo inseparável e em contínua re-elaboração, segundo o seu “lugar existencial”, o seu “lugar gnosiológico” e o seu “lugar metodológico”.

Nos inícios da teorização, suscitávamos uma larga bateria de indagações ou perguntas, de interesse do analista do discurso: “o que é que pretendem dizer mesmo esses textos ou discursos? com quem dialogam? a que questões pretendem responder? a quem interessam os discursos e por quê? o que esse texto ou discurso diz sem o dizer? o que não diz ao dizer? para que serve? que efeitos produz? age em que sentido?”. Questões farto difíceis de abordar num horizonte dialógico. Agora, tentaremos enfrentá-las diretamente pois consideramos chegado o momento de expor as respostas achadas às perguntas e de avaliar em que medida conseguimos nos aproximar de respondê-las. Como os ‘pretensos saberes’ que caracterizávamos: parciais, limitados, marcados pelo seu caráter provisório, por estarem em permanente construção.

Foi, basicamente no intuito de tentar respostas a questões como as lembradas acima - quando relativas a alguns discursos escritos do Partido dos Trabalhadores - que nos lançamos ao trabalho, posicionando-nos na perspectiva enunciativa que nos franqueia o dialogismo do Círculo de Bakhtin, mas sem renunciar a apoiar-nos em instruções de sentido outras que pudessem advir de relações e correlações entre léxico e enunciados.

Com esse objetivo, expusemos nosso propósito de “conjugar um exercício de análise de discurso centrado em correlações identificadas nas unidades léxicas e nos enunciados com a focalização deles dentro dum horizonte enunciativo que assumisse o caráter dialógico do discurso” (página 17). A análise pretendia ser, inicialmente, uma releitura do Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores – adotado como ‘texto indutor’ das análises - para depois contrastá-lo com alguns textos – abordados também como discursos - selecionados dentre os inseridos numa saga ideológica e política do Partido dos Trabalhadores, saga considerada própria do campo das lutas populares, do campo das maiorias. Ao mesmo tempo, tentaríamos, também, verificar a interação dialógica com alguns dos acontecimentos e discursos que “marcam a história e influenciam os destinos de diversas sociedades humanas e da sociedade brasileira” (página 18).

Para pesquisar os discursos escolhemos duas perspectivas: a primeira, a de tentar diagnosticar correlações entre os enunciados dos textos, suas partes e componentes; a segunda, a de tentar diagnosticar suas relações dialógicas quando da enunciação, considerando que ambas as perspectivas constituem um *continuum*. Daí partimos para relacionar dados nos textos a fim de focalizar acentuações, apagamentos, deslocamentos, inclusões ou exclusões realizadas ao abordar, prioritariamente, temas como socialismo, democracia, luta de classes, partido de massas e organização partidária, exploração e opressão, exclusão e inclusão social, estatização e privatização.

Detectar redes ou articulações de significação em enunciados e enunciações ficou, de algum modo, polarizado pela procura de pistas ou sinais que nos levassem a deduzir em que as propostas contidas nos discursos - o fundador e os recentes - convergiam ou não entre si. Tentamos inferir conclusões a partir dos dados “tratados como sendo instruções e restrições semânticas e semântico-pragmáticas orientadoras e geradoras de efeitos de sentido” (página 23).

Em suma, resolvemos assumir duas vertentes de pesquisa diferenciadas:

1ª. Uma, para auferir instruções ou restrições semânticas ou identificar noções semânticas a partir da constatação da presença ou ausência do léxico ou das agrupações léxicas, da organização dos enunciados e suas relações;

2ª. Outra, para apreender os sentidos na harmonização da heterogeneidade de vozes que se fazem presentes na efetivação da enunciação.

Em função de viabilizar e ampliar possibilidades de interpretação discursiva dentro da primeira vertente de pesquisa, exporemos e comentaremos, a continuação, os Gráficos 16, 17, 18 e 19 respondem a uma tentativa de juntar os dados quantitativos do

Manifesto, da Carta de Princípios e das deliberações do 13º Encontro Nacional, numa sistemática semelhante à seguida antes com cada um desses documentos. Esperamos, portanto, poder apontar indícios de instruções ou restrições para a interpretação dos discursos.

Indício comum a todos é a forte diferença, a notável disparidade de ‘eventos léxicos’ existente entre os documentos de 1979 e 1980 e os de 2006: temas diferentes ou reiterados diferentemente, que são, certamente, expressão de novas preocupações e de novos anseios, de profundas mudanças.

Gráfico 16. Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos coletivos institucionais*

DOCUMENTO → EVENTO LÉXICO↓	Nº NA CARTA DE PRINCÍPIOS	Nº NO MANIFESTO	Nº NO 13º ENCONTRO		
			CONJUNTURA	DIRETRIZES	TOTAL
TAMANHO PROPORCIONAL	2,5	1	7,9	6,5	14,4
Partido dos Trabalhadores	07	05	03	02	05
PT	20	10	57	14	71
nosso partido	01	--	04	--	04
Partido / partido	10	--	19	05	24
13º Encontro Nacional	--	--	13	02	15
um partido de trabalhadores	--	--	03	--	03
outros partidos políticos	14	02	42	--	42
Estado/ estatal/ Estado brasileiro	05	06	16	18	34
Nação / União	01	02	--	01	01
Brasil	--	--	09	16	25
regime	09	01	--	--	--
Governo Lula / gestão Lula	--	--	15	13	28
o / deste/ governo / Governo	05	01	14	49	63
o Governo Federal / presidência da República	--	--	08	04	12
o governo do Brasil	--	--	02	--	02
nosso governo / Governo	--	--	15	01	16
o segundo mandato	--	--	09	06	15
esquerda(s) / socialista/ política e social	--	--	05	02	07
partidos/ governos de esquerda	--	--	06	01	07
a direita / oposição de direita	--	--	16	04	20
governos neoliberais	--	--	01	--	01
sindicatos	08	02	--	01	01

*Em negrito, assinalam-se eventos léxicos significativos por sua reiteração ou não

A primeira constatação é que o PT, se não com a veemência e insistência existentes no Manifesto e na Carta de Princípios, tem notável presença no texto sobre “Conjuntura, tática e política de alianças” do 13º Encontro Nacional, enquanto que fica muito esquecido no texto “Diretrizes para a Elaboração de um Programa de Governo, (Eleição Presidencial de 2006)”. Surge, então, a pergunta: estamos diante de novos indícios que nos permitem avaliar que se trata de textos elaborados por equipes em que determinados grupos, que defendem concepções políticas e partidárias diferentes e conflitantes, assumem o protagonismo da redação? Dada a história das tendências partidárias e a necessidade de demonstrar unidade partidária na campanha eleitoral essa hipótese não deve ser descartada.

Reflexão semelhante podemos realizar ao advertir a diferença na quantidade de referências a outros partidos existente entre documentos do mesmo Encontro; um placar de 42 a 0 para o texto das “Diretrizes” parece significativo, isso, além de que o texto “Conjuntura, tática e política de alianças” não individualiza os partidos e prefere referir-se a eles como ‘a direita’ e ‘a esquerda’.

A segunda constatação vista como relevante emerge das referências aos sindicatos e ao Governo. Esta última é mínima ou praticamente inexistente no Manifesto e na Carta de Princípios, enquanto que assume um forte reiteração nas deliberações do 13º Encontro Nacional: sem dúvida, como indício de uma grande preocupação com a questão do poder que é exercido ao ser ou estar no Governo. Por contra, sem o brilho e o papel social épico de lutas do passado, a referência aos sindicatos tende a desaparecer.

Talvez merece ser destacado como a insistência na referência ao ‘regime’ político fica apenas nos prolegômenos da fundação do Partido.

Gráfico 17. Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos coletivos não institucionais*

DOCUMENTO → EVENTO LÉXICO↓	Nº NA CARTA DE PRINCÍPIOS	Nº NO MANIFESTO	Nº NO 13º ENCONTRO		
			CONJUNTURA	DIRETRIZES	TOTAL
TAMANHO PROPORCIONAL	2,5	1	7,9	6,5	14,4
classe(s)	02	--	--	--	--
classes dominantes	04	--	02	--	02
classe(s) explorada(s)	02	--	--	--	--
classes produtoras / sociais	02	--	--	--	--

classe(s) trabalhadora(s)	01	--	01	--	01
trabalhador(es)	34	18	02	08	10
trabalhadores produtores	--	--	--	01	01
trabalhadores e empresários	--	--	--	01	01
população trabalhadora	02	01	--	--	--
povo trabalhador	--	02	--	--	--
massa(s) trabalhadora(s)	08	04	--	--	--
massas populares	--	01	--	--	--
massas oprimidas	01	01	--	--	--
massas exploradas	08	01	--	--	--
massas marginalizadas	01	--	--	--	--
massas	03	01	--	--	--
operariado/setores proletarizados	01	--	--	--	--
população	--	02	02	02	04
a maioria da população	--	--	--	01	01
povo	--	03	--	--	--
nosso povo	--	--	--	01	01
coletividade	--	01	--	--	--
sociedade	--	06	07	--	07
sociedade brasileira	--	01	--	13	13
sociedade igualitária	--	01	--	--	--
a maioria da sociedade	--	01	--	--	--
as maiorias	--	01	--	--	--
as grandes maiorias	--	01	--	--	--
país	--	01	04	13	17
nosso país	--	--	01	04	05
brasileiro(a)(s)	--	02	--	01	01
brasileiros de segunda classe	--	01	--	--	--
milhões de brasileiras e brasileiros	--	--	--	01	01
bases	--	01	--	--	--
organizações de base	--	01	--	--	--
popular(es)	--	07	--	--	--
forças / organismos/ setores populares	--	--	--	03	01
movimento sindical/ sindical e popular	--	--	--	02	02
explorados	06	06	--	--	--
superexploração	01	--	--	--	--
setores explorados	--	02	--	--	--

excluído(a)(s)	--	--	--	04	04
minorias	--	--	--	01	01
elites / elites dominantes	--	01	02	--	02
minoria de privilegiados	--	01	--	--	--
privilegiados do sistema capitalista	--	01	--	--	--
exploradores	--	02	--	--	--

*Em negrito, assinalam-se eventos léxicos significativos por sua reiteração ou não

No Gráfico 17, podemos verificar que o Manifesto já eliminou o termo ‘classe(s)’ enquanto que ‘massa(s)’ resistia. Nas deliberações do 13º Encontro aconteceu a quase completa eliminação de uso desses termos, que eram fundamentais nos textos inspirados no marxismo clássico, além de uma importante redução no uso de ‘trabalhador(es)’. Seus lugares são ocupados por expressões como ‘país?’ ou ‘sociedade brasileira’. Outrossim, ‘excluído(s)’ vem a ocupar o lugar de ‘explorados’.

Gráfico 18. Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos individuais*

DOCUMENTO → EVENTO LÉXICO↓	Nº NA CARTA DE PRINCÍPIOS	Nº NO MANIFESTO	Nº NO 13º ENCONTRO		
			CONJUNTURA	DIRETRIZES	TOTAL
TAMANHO PROPORCIONAL	2,5	1	7,9	6,5	14,4
Lula	--	--	05	06	11
o Presidente	--	--	02	--	02
o Presidente Lula	--	--	03	01	04
o presidente da República	--	--	04	--	04

O Gráfico 18 mostra que a referência pessoal a Lula inexistia nos primeiros documentos e parece pequena em documentos fortemente preocupados com a sua reeleição a Presidente da República. No 13º Encontro, será indício de menor apreço?

Em relação ao Gráfico 19, o destaque comum a todos os documentos é relativo à incidência constante do tema da democracia. Só no Manifesto não vem acompanhado da característica ‘popular’.

Outros destaques: a ênfase nos temas do neoliberalismo, a corrupção e as alianças e certa priorização de questões eleitorais (candidatura à reeleição, Programa de

Governo, etc.) que existe no 13º Encontro; o apagamento da questão das greves já partir do Manifesto; a notável queda na referência à ‘luta’ no 13º Encontro.

Finalmente, restaria assinalar que não há indícios que explicitem que as questões éticas ocupam o centro nas preocupações dos fundadores do PT. Provavelmente a ética na política era considerado um pressuposto: nada transparece de mais específico nos textos que permita alguém levantar a voz acusando os petistas de traição. Por mais que a falta de ética seja, de fato e de direito, uma quebra de confiança das relações que devem pautar qualquer relação social sadia. Quanto mais a ética deve pautar as relações dos membros Partido que defendem e proclamam as vantagens de um governo democrático e popular dentro de uma democracia socialista!

Gráfico 19. Número de eventos léxicos dos documentos e seus atuantes políticos processuais ou situacionais*

DOCUMENTO → EVENTO LÉXICO ↓	Nº NA CARTA DE PRINCÍPIOS	Nº NO MANIFESTO	Nº NO 13º ENCONTRO		
			CONJUNTURA	DIRETRIZES	TOTAL
TAMANHO PROPORCIONAL	2,5	1	7,9	6,5	14,4
democracia/democrático/democratização	19	07	21	29	51
projeto/ forças/ democrático e popular(es)	12	--	12	09	21
luta(s) / lutar / lutará	10	09	--	02	02
nossa luta	--	--	01	--	01
lutas sociais	01	01	04	--	04
lutas populares	04	01	--	--	--
greve / grevista	10	--	--	01	01
direito de greve	--	02	--	01	01
movimento	05	--	--	--	--
popular(es), crédito(s), participação, expectativas	--	--	--	10	10
reeleição / reeleger Lula	--	--	06	--	06
candidatura / campanha Lula	--	--	03	--	03
eleições/eleição presidencial	01	--	--	01	01
Programa de Governo	--	--	--	09	09
aliados / alianças	01	--	34	01	35
coligações / coalizão	--	--	03	02	05
aliados internacionais	--	--	02	--	02
corrupção / corruptora(s)	--	--	12	02	14
patrimônio ético / ética	--	--	01	02	03

direitos humanos	--	--	--	03	03
inclusão social	--	--	--	03	03
inclusão digital	--	--	--	01	01
socialismo/ sociedade socialista	03	--	03	02	05
capitalismo/ sociedade capitalista	--	02	06	03	09
sistema/ acumulação capitalista	01	02	--	--	--
grande capital / capital	--	01	01	01	02
neoliberal(is)/ neoliberalismo/ liberalismo	--	--	23	05	30
hegemonia das elites	--	--	--	01	01

*Em negrito, assinalam-se eventos léxicos significativos por sua reiteração ou não

Por nossa parte, avaliamos que o discurso oficial do PT, refletido nas últimas deliberações partidárias, “mesmo com as divergências constatáveis, mantém marcadas convergências com as linhas mestras do discurso e dos propósitos políticos em que se assentavam as propostas originais do Partido, porém, atualizando temáticas, léxico, expressões e formulações” (página 41).

Aprendemos e focalizamos o Partido dos Trabalhadores como um lugar “denso”, ou seja, como aquele lugar em que se dá a confluência de acontecimentos múltiplos e relevantes para a sociedade em que se está inserido; o PT é um lugar onde nascem, crescem, sonham e lutam certos “filhos da paixão”.

Feitas as considerações precedentes, cremos que chegou a vez de colocar os documentos partidários por nós analisados como discursos diante da bateria de questões que, indicávamos antes. Comprovamos ao reler as análises que, a semelhança das abordagens realizadas, as respostas identificadas são dadas mais a partir do implícito que o formal.

O primeiro texto analisado, a Carta de Princípios - que não tem as características definidoras do gênero textual ‘carta’ nem trata claramente de ‘princípios’ - produz um texto que, preferentemente e ao mesmo tempo, pode ser catalogado como de análise de conjuntura e de manifesto e que dialoga e traz à tona memória de vozes de algumas das tradições ideológicas do marxismo-leninismo, confrontando-as com as das necessidades dos trabalhadores brasileiros do seu tempo; às tradições e aos trabalhadores pugna por dar uma resposta que satisfaça suas expectativas de ser um instrumento de luta pela libertação do povo; reforça a tese da indispensável condição de fortalecer a organização popular, superando a visão de confiar as transformações sociais à ação de cultivadas e hábeis vanguardas; para isso define o PT como “partido de massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os trabalhadores” (2,213-214) e

que oferece aos trabalhadores “uma expressão política unitária e independente” (2,187-188), “um partido sem patrões!” (2,202), “Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática” (2,220). A exemplo dos *soviets*¹²⁹ e da organização dos partidos comunistas em células de militantes, a Carta de Princípios aposta na implantação de “núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros e regiões” (2,236-237); este modelo de fortalecimento da organização popular centrará, até os dias de hoje, boa parte dos imaginários e das teorias sobre uma utopia partidária que superaria os estreitos limites revolucionários do vanguardismo político. A destacar que os anseios de constituir uma sociedade socialista e democrática, será cantado alto e bom som por todas as orquestras do discurso político do Partido dos Trabalhadores, contrastando com a timidez ou prudência com que foi insinuado no Manifesto fundador.

A Carta de Princípios enfatiza a visão de que será preciso acentuar as contradições do capitalismo através da luta ou confrontação de classes, porque, nesta sociedade, patrões e Governo juntam as mãos e organizam partidos e forças repressoras para quebrar a organização e unidade dos trabalhadores sempre que estes reagem à situação de opressão e exploração: nada de bom podem os trabalhadores esperar deles; só das suas próprias conquistas. Assim reafirma uma das teses do Manifesto Comunista e sinaliza sua filiação ideológica. Desta feita, a formulação da Carta de Princípios aparece como eco e elo, tanto da saga das utopias socialistas humanistas como de algumas das categorias do marxismo revolucionário. Por isso, não parece estranho que expresse reticências perante a “uma democracia formal e parlamentar” dentro de uma sociedade capitalista e que faça como única profissão de fé social a de confiar “nas massas exploradas do campo e das cidades” (2,172-179). Mas, abandona a tese da necessidade de instaurar a ditadura do proletariado ao preconizar que “não há socialismo sem democracia, nem democracia sem socialismo” (2,219).

A atitude enunciativa que a Carta de Princípios assume, ao exagerar o significado histórico e social de certos acontecimentos – seja a pujança e significação das greves, seja as atitudes de repressão estatal, patronal ou governamental –, constrói um discurso um tanto quanto retórico ou demagógico - estendido nas formulações políticas de grupos, partidos e governos de esquerda - que pode sugerir estar concebido como simulacro das suas impropriedades, orientado aos trabalhadores para incentivá-los a organizar-se

¹²⁹ Em fevereiro de 1917, na Rússia, soldados enviados a reprimir manifestações populares que pediam pão e paz juntaram-se aos manifestantes e constituíram conselhos populares conhecidos como *soviets*.

vencendo temores, ignorando dificuldades, superando derrotas e demovendo resistências. Constatamos que passa por alto ou analisa quase sem ponderação a questão da correlação de forças existente.

Podemos aceitar, assim, que a Carta de Princípios dialoga com, e repercute em parte, não só as vozes das tradições socialista e marxista anteriores, mas também as propostas dos grupos de esquerda do Brasil, e com segmentos da sociedade – especialmente com algumas organizações sindicais. Justamente são essas organizações as que participam ativamente, naquele momento histórico concreto, de processos de retomada organizativa para se opor à dominação que sofrem os trabalhadores. Mas, nem por isso deixam de tratar os trabalhadores como os ‘outros’ do discurso, em expressões como “explorados e oprimidos” (2,006), “trabalhadores e oprimidos” (2,009), “massas oprimidas” (2,092; 2,238), “massas trabalhadoras” (2,101; 2,119; 2,145; 2,150; 2,153), “massas exploradas” (2,115; 2,178; 2,185), “massas” (2,120), “classe explorada” (2,170): achamos sintomática a ausência da primeira pessoa, do ‘nós’.

O discurso dos autores da Carta de Princípios parece dialogar com as vozes do próprio grupo, com o grupo de autores e enunciadores do discurso para auto-infundir-se esperanças. Porém, sem qualquer sinal mais objetivo de que acreditem na possibilidade da realização de suas metas e sonhos dado que nem propõem, nem aceitam qualquer outra mediação que a organização independente dos trabalhadores. Diríamos que funciona como uma sacudidela ou pontapé inicial de alcance específico e restrito, para acordar sonhos adormecidos, espantar temores, diluir empecilhos e ressuscitar esperanças. Neste grupo, as hipérboles e a falta de objetividade seriam expressão de que seu discurso está co-habitado por esses temores que o poderio dos inimigos de classe suscita. Poderíamos aventurar que a Carta de Princípios reacende a chama da canção-grito de Geraldo Vandré – “Para não dizer que não falei de flores” -, escrita uma década antes, diante da ditadura militar: “Vem; vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe, faz a hora, não espera acontecer”. Sentia-se uma enorme necessidade de fazer acontecer.

E, entendemos que é justamente este o relevo que pega o posterior Manifesto quando investe energias para poder ser o documento fundador de um Partido dos Trabalhadores com certas garantias objetivas de ter um futuro expressivo. O Manifesto, ancorado no presente e no futuro, oferece a organização do Partido como o instrumento adequado para poder resgatar a auto-estima dos trabalhadores. Porém, torna isso realidade dum modo surpreendente: como se quisesse assinalar uma ruptura silenciosa com aquele discurso precedente, sem polemizar abertamente com a Carta de Princípios nem fazer

qualquer menção a ela, muda, substancialmente, seu referencial, seus pressupostos e fundamentos. E parte para expressar posições que acabam apagando alguns dos posicionamentos ou vozes de tradição socialista e marxista da Carta: não explicita que o PT seja um partido socialista; não apresenta o Governo, de mãos dadas com os patrões, dedicado à repressão dos trabalhadores; não rejeita patrões no Partido; não trata dos núcleos; não condena nem fecha a porta a outros partidos políticos e segmentos sociais; não toca no tema do direito à fração ou tendências. Reforça, sim, temas da Carta como o da relevância das organizações de base dos trabalhadores ou da necessidade do Estado se tornar expressão da sociedade.

A ruptura entre ambos os textos transparece também no terreno do léxico e da sua função sintático-semântica: no Manifesto, alguns dos termos da Carta, como ‘massas’ e ‘classes’ - marcados pela leitura marxista da história da humanidade – têm uma presença significativamente menor em funções sintáticas relevantes (1,035; 1,039; 1,047; 1,070; 1,092), enquanto que ganham espaço outros termos como ‘povo’ (1,030; 1,075) ou ‘população’ (1,007).

O Manifesto enfatiza, a participação e o compromisso com um novo modo de democracia que deve surgir da organização a partir das bases para chegar ao Parlamento, ao Governo e ao controle do Estado. Parece acreditar na sua potencialidade e na força da sua proposta. Em seu simulacro discursivo, afora auto-investir-se de uma representatividade hiperbólica, não precisa nem exagerar as questões relativas à luta e seus efeitos positivos nem ignorar as relativas à prejudicial correlação de forças existente. É como se cada palavra tivesse sido negociada até a exaustão antes da sua proclamação e assinatura. Como se o Manifesto se constituísse na voz do consenso máximo possível entre todas aquelas forças políticas presentes e assinantes do texto e fosse habitada por todas elas. Porque o Manifesto pode ter surpreendido a alguns com a presença ou ausência de algumas posições que para outros, possivelmente, seriam condição *sine qua non* para comprometer-se com o PT.

Isso não é explicitado nem no Manifesto nem nos demais documentos que analisamos, mas o conflito interno existe no PT desde a sua gênese: as divergências convivem, quase que permanentemente expostas publicamente. Sem esquecer aqui que os partidos de esquerda comunista tradicionais combateram sem trégua e tudo fizeram para tentar abortar o nascimento do novo partido. E que com estes foi preciso dialogar, sem sucesso, para justificar o projeto do novo partido como uma novidade conveniente no cenário político brasileiro.

Efetivamente, através do Manifesto, o Partido dos Trabalhadores se apresenta aos cidadãos brasileiros de seu tempo, e, hoje, ainda, a nós, dando continuidade a uma saga política e ideológica universal de lutas populares. Aporta-lhe o sangue novo de optar porque tenham o maior protagonismo possível, as vozes do povo e com peso igual ao das vozes do militante ou dos dirigentes, como será consagrado no Estatuto partidário. Desta forma, recolhe o eco e apresenta-se como elo e resposta a sonhos de libertação, escondidos ou recalçados, das majorias. Vem a ser a expressão de uma proposta política solidária, humanista, que representa e ostenta características verdadeiramente novas no Brasil. Surge apadrinhada e elevada à condição de autêntica proposta de esquerda - que rompe decididamente com uma tradição de esquerda elitista e notavelmente infecunda pelo mundo afora -, para centrar-se numa filosofia de participação igualitária no modo e heterogênea nos conteúdos, e, como tal, avisada da sua necessária heterogeneidade constitutiva e opção permanentemente dialógica.

Observe-se que como se de um médico prudente se tratasse – aquele que sabe ler o momento do paciente -, o Manifesto, mercê à sua adesão à democracia plena, participativa e representativa, conseguiu fugir de teses que dividiram ou aglutinaram as esquerdas socialistas e comunistas durante décadas, como a tese da ditadura do proletariado, principal estigma e muitas vezes motivo de vergonha do que era tratado como ‘socialismo real’.

Na mesma linha de ponderação política, o Manifesto dissimulou, também, a tese – para muitos, suicida - da necessidade de destruição do Estado burguês. Ao colocar na pauta da sociedade os anseios dos trabalhadores, cuidou de não enfatizar a luta de classes como realidade dual e hermética da sociedade capitalista; acentuou, sim, as possibilidades da organização autônoma e partidária dos trabalhadores e a relevância da liberdade e da participação para viabilizar processos de profunda mudança social; colocou-se como instrumento para tanto, por sentir-se ou afirmar-se porta-bandeira da vontade política de milhões de trabalhadores: a serviço dessas vozes, contribui a acordar sonhos de independência, liberdade e solidariedade.

Assumindo a formalidade e o espírito de seu gênero textual, privilegiou a enunciação em terceira pessoa, apenas fugindo para acentuar em primeira pessoa do plural, possivelmente, suas mais valoradas verdades: a pertença do Partido aos trabalhadores que quisessem lutar pela efetivação de um programa que contemplasse seus interesses e a opção radical pela democracia interna – no Partido - e externa – na sociedade - (1,044-046).

Apesar das características renovadoras, o Manifesto refletiu vozes do seu tempo mais ligadas ao passado ideológico ao representar seu simulacro de sociedade; traduzido, ele, na contraposição do âmbito semântico, ‘dominador / explorador / privilegiado’ – que representa quem não quer mudar – ao âmbito semântico ‘dominado / explorado / não privilegiado’ – que representa quem quer mudar. Também, o léxico trazia essas e outras marcas que confirmavam a heterogeneidade constitutiva do seu discurso, como saldo da luta entre a velha e a nova ideologia, ao atualizar contraposições dualistas próprias das análises do marxismo clássico (‘massas / elites’, ‘oprimidos / opressores’, ‘trabalhadores / não trabalhadores’, ‘povo / não povo’, ‘maioria / minoria’, etc.). Luta que deixava filtrar resquícios da reprodução, ao contrário, da anterior intolerância: nessa visão, não restaria qualquer lugar para os outrora privilegiados, o qual contrariava ou contrariaria a tese da plena democracia.

O Manifesto constrói e ainda navega sua heterogeneidade entre dois imaginários que habitam em seu discurso: o imaginário do campo de batalha maniqueísta, em que o adversário é o mal e, por conseguinte, o inimigo a ser eliminado, e o imaginário da sociedade igualitária para todos, “sem explorados nem exploradores” (1,090-091), que se encontra em disputa, mas não elimina ninguém.

No Manifesto podemos verificar a insistência com aquela que é reafirmada como opção política que se compromete na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática para todos. Seu discurso constrói sua utopia, situado numa posição de ainda não poder, mas desloca a esperança da construção e conquista da liberdade e da democracia no poder da união e organização do povo, no “poder de decisão dos trabalhadores” em suas organizações de base (1,081-082), antes que no das militâncias políticas: é como uma voz que anuncia que os trabalhadores organizados são chamados a serem sujeitos da história como que reafirmando seu destino político, cunhado no Manifesto Comunista e apagado ou utilizado como recurso retórico no discurso político ou esquecido de vez na práxis dos partidos comunistas e socialistas.

O Manifesto alcança a funcionar como porta aberta à organização tanto para os lutadores de utopias socialistas e comunistas, quanto para os cidadãos que descobrem que suas carências acontecem condicionadas pelas opções políticas e econômicas de um sistema que é capitalista e ao qual é possível pressionar e se opor atingindo-o com eficiência, o que é viável apenas coletiva e organizadamente.

No 13º Encontro Nacional do PT podem ser verificados uma heterogeneidade e distanciamento significativos quanto aos temas prioritários, às expressões e

ao léxico utilizado no Manifesto. Porém, isso não se constitui num empecilho insuperável para ser equacionado dentro de uma convergência significativa de metas que avalia o sistema capitalista como principal alvo a ser combatido pelo Partido dos Trabalhadores, instrumento constituído para mudar para melhor o destino dos trabalhadores ou da maioria da população ao possibilitar-lhes conquistar a liberdade, organizar-se autonomamente, lutar por seus direitos e melhores condições de trabalho e de vida e propiciar-lhes condições de intervir nas decisões do Estado.

De fato, no 13º Encontro Nacional são tratados como fundamentais temas outros - neoliberalismo, eleições, Governo, Lula, alianças, direita, política internacional e corrupção – enquanto perde espaço a temática relativa ao mundo dos trabalhadores – lutas sociais, participação democrática e organização política. Estabelecendo uma correlação de caráter isotópico diríamos que a ação do Governo Lula, a esquerda, as alianças partidárias e a campanha eleitoral ocupam boa parte do espaço que outrora ocuparam as lutas sociais e a organização dos trabalhadores. Há novos temas e novos valores que representam as vozes dominantes que emergem do lado das maiorias sociais. A direita e o PSDB encontram-se no espaço dos privilegiados e exploradores e encampam as vozes em que o neoliberalismo e a sua opção pelo estado mínimo vem a constituir-se na mais eloqüente expressão do capitalismo atual. Assim, no discurso petista do 13º Encontro, a direita e o PSDB são colocados no espaço que era dos privilegiados e exploradores, no território dos maus. Assim com no Manifesto é construído um campo de batalha, que é a sociedade. Aqui a direita e o PSDB são os inimigos a serem combatidos, por encamparem as vozes da opção pelo arma letal do neoliberalismo e suas políticas e pela política de terra arrasada que representa a opção pelo estado mínimo e suas lamentáveis conseqüências sociais. Por isso, são identificados como responsáveis pela tragédia social existente, do capitalismo atual no Brasil (4,011).

Ao procurar estabelecer uma correlação de caráter semântico pode inferir-se que as novas temáticas giram mais diretamente em volta do eixo do exercício do poder de direção da sociedade. Os próprios temas tratados assinalam que os sujeitos da enunciação do 13º Encontro Nacional falam desde uma posição de poder, de Governo, de administradores do Estado brasileiro que não existia no momento do Manifesto. As temáticas centrais do Manifesto giravam mais em volta do poder de organização e de expressão dos trabalhadores.

A ação do Governo Lula, a esquerda, as alianças partidárias e a campanha eleitoral para a reeleição ocupam boa parte do espaço que era ocupado no Manifesto pelas lutas sociais e a organização dos trabalhadores, que representavam as vozes dominantes que emergiam das maiorias sociais. O PT demonstra ter consciência da relevância do seu papel

institucional como voz hegemônica no campo das maiorias sociais - aspecto que não era diretamente explicitado quando da promulgação do Manifesto - a não ser retoricamente, como expusemos ao tratarmos da promulgação desse documento - com o que o 13º Encontro Nacional pode mais decididamente repercutir e satisfazer a necessidade sentida no Manifesto “de intervir na vida social e política do país para transformá-la” (1,003-004), de ter um Estado que seja expressão democrática da vontade das maiorias.

Daí que seja atribuída uma importância fundamental, por um lado, ao Governo do Presidente Lula e à sua reeleição - como governo que torna realidade a condição necessária para a intervenção popular - para que as vozes do povo sejam escutadas e, através disso, para o estabelecimento de uma verdadeira democracia. Daí, também, que seja fundamental o combate a quantos se opõem a esse Governo (pontos que, entendemos, convergem com os ideais do Manifesto). É interpretado e assumido que é graças ao Governo Lula e sua política, em favor das maiorias, que as vozes do povo se fazem ouvir e que o Estado se torna “a expressão da sociedade” e o instrumento “para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores” como proclamara o Manifesto (1,008-010; 085-089) e exige a tradição e memória dos ideais socialistas. Trata-se, pois, de metas convergentes: Manifesto e 13º Encontro Nacional convergem, enquanto, neste último, ficam um tanto apagados a preocupação e o chamamento à organização e dinamização das lutas populares.

Quando se decidiu constituir e organizar o PT, o modelo chamado do socialismo real agonizava na Europa, vítima das suas próprias incongruências e contradições; enquanto isso, o modelo nacional-desenvolvimentista era visto como a tragédia instalada no Brasil: soava como um grito identificador de uma situação social injustamente absurda e de um modelo de sociedade profundamente anti-democrático; era anti-popular, anti-trabalhadores. Ao ser realizado o 13º Encontro ambos os modelos já sucumbiram, porém, no modelo do socialismo cubano, alguns viam a etapa de um caminho de resgate do socialismo popular, enquanto outros tratavam-no como hecatombe autoritária; o nacional-desenvolvimentismo tinha deixado um sucedâneo como herdeiro que chegava com pompa e poder: o neoliberalismo. Este passa a ser visto como a antítese da proposta da construção de um país democrático, popular e socialista; ele vai-se configurando como a atualização da situação deplorável que o PT proclamava querer mudar no Manifesto; o neoliberalismo, através da sua correspondência com o capital financeiro e o imperialismo norte-americano seria associado, no 13º Encontro, à ditadura do capital (4,20) com o efeito nocivo e conseqüente da concentração de renda e das decisões nas mãos de poucos. Na prática, se

considerava que agia de forma semelhante àquela das elites dominantes que na época do lançamento do Manifesto fora associada à exploração e à ausência de democracia. O caminho que restava ao PT era o de reafirmar a herança formulada em Encontros Nacionais anteriores: a opção determinada pela construção do socialismo democrático e popular. Proposta, esta, que apagará tensões e discussões em relação às heranças das idéias socialistas e marxistas e que permitirá traçar agendas de avanço democrático e popular amparadas nos logros das políticas sociais e econômicas implementadas pelo Governo Lula sob o comando do PT.

Em consonância com esse estado da questão, que contrasta poderosamente com a conjuntura refletida no texto do Manifesto, as vozes presentes no 13º Encontro se jogam na arena social a fim de explicitar os caminhos que levam ou que podem levar a superar a situação que qualificam como tragédia social – e, por sua vez, essa voz age como forte voz social que pressiona o Partido na direção da eficiência. Daí que não resulte estranho que o 13º Encontro expresse a consciência de que na atual conjuntura é imprescindível cuidar de alcançar na sociedade uma correlação de forças favorável. A este objetivo poderia aproximar-se de duas formas que podiam agir concomitantemente: com alianças eleitorais no Parlamento e no Governo e com a participação política dos trabalhadores mediante suas organizações e movimentos sociais somada a uma forte articulação internacional. Na primeira das formas, tratar-se-ia de conseguir alianças arquitetadas por e com caminhos, estratégias e forças heterogêneas, forças de interesses diversificados, amarradas em acordos ora táticos e transitórios, ora estratégicos e mais estáveis. A segunda das formas é vista como mais complexa e trabalhosa e de eficiência mais duvidosa.

Por conta de tentar garantir uma correlação de forças mais favorável, o Partido dos Trabalhadores, ou, melhor, o responsável das finanças da sua Direção Executiva, segundo o que foi reconhecido e comprovado até o presente, mergulhou num processo de empréstimos bancários ocultos e suspeitos destinados a articular apoios a campanhas políticas. A argumentação utilizada pelo dirigente é assumida pelo 13º Encontro como argumento a ser repellido; isso, apesar de reconhecer que poderia ser justificado como custo crônico da democracia numa sociedade capitalista. Porque a questão em análise é colocada desta forma: como competir em condições de relativa igualdade com os que usam e abusam do poder econômico? Esta questão traz dentro de si uma outra: como proceder para alcançar as condições indispensáveis para melhor poder competir em condições mínimas de igualdade em embates eleitorais caros, nos que está em jogo, nem mais nem menos, se o PT será ou não quem continue a dar a direção ao Estado brasileiro? Situação em que o bem maior e legitimador – o de poder dar seqüência às políticas que interessam à maioria da população -

poderá fazer parecer como sendo indispensável apelar a práticas financeiras ilegais mesmo que impliquem o risco de levar o Partido a situações constrangedoras e contraditórias. Enfim, uma reedição da velha e surrada ética do ‘fim justifica os meios’ misturada com a das façanhas de Robin Hood, em que um fim bom justificaria a utilização de meios maus.

Posicionamento que retomaria tradições marxistas e interromperia a ruptura teórica que o PT vinha representando em relação a aquelas e que vinha sendo proclamada a partir do próprio Manifesto: a de lutar legal e legitimamente, respeitando as decisões da sociedade (1,047-048).

Porém não é assim: a voz do 13º Encontro coloca limites em relação a quanto possa ser considerado corrupção: proclama que será necessário superar as pressões corruptoras próprias da sociedade capitalista (4,84) e instaurar uma prática política contrária à apropriação de bens e de recursos públicos ou corrupção (4,73).

Nesse terreno é que a voz do PT passa a ser nova. Aparece para nós, ao mesmo tempo, na insistência em explicar-se, como envergonhada e arrependida, contrita e altiva. Mostra-se, sim, consciente do que está em jogo na trama da disputa do poder político; enfrenta vozes acusatórias sabedora de que algumas ostentam as marcas digitais de diversos representantes dos projetos do capitalismo brasileiro, daqueles que têm projetos antagônicos aos dos trabalhadores: vozes, muitas vezes oportunistas, dos que jamais se importaram pelos valores da ética, da igualdade e da democracia, antes ao contrário, são os principais responsáveis pela implantação das desigualdades e pela sustentação das ditaduras.

A diferença do acontecido quando da proclamação do Manifesto, seguindo a tradição consolidada no Partido a esse respeito, no 13º Encontro manifesta-se claramente o sonho de construir uma sociedade socialista. É explicitada a consciência de que graças ao Governo Lula está sendo vivenciado um modelo alternativo de poder, dentro de um período de transição para outro modelo de sociedade, particularmente para outro modelo sócio-econômico que rume e propicie o advento do socialismo. Trata-se de uma voz que coloca o momento atual do Partido e do Governo dentro da saga da construção de uma sociedade socialista nas linhas que o Partido formulou detalhadamente no 5º e no 7º Encontros Nacionais.

Quanto às expressões e ao léxico, no 13º Encontro, pode ser constatado o apagamento de terminologias marcadas pela reflexão de tradição marxista. Assim, por exemplo, ‘trabalhador’ e ‘explorado’ dão passo a ‘esquerda’ ou ‘forças progressistas’; ‘explorador’, à ‘direita’ ou a ‘forças neoliberais. Que, de alguma forma, podem ser vistos como sendo novos acentos para as vozes originais.

Os elementos sintático-semânticos contribuem para desvelar interesses e direção do discurso dos enunciadores, especialmente quando assumem como sujeitos do enunciado e da enunciação. O sujeito da enunciação faz questão de aparecer como sujeito do enunciado ou de utilizar possessivos referidos à primeira pessoa do enunciado ao tratar de temas como a política internacional, especialmente quando referida à América Latina, à responsabilidade com as mudanças positivas ou à questão das lutas dos setores populares (idealizados como homogêneos em seus interesses) ou a do socialismo. No entanto, procura apagar a sua responsabilidade e comprometimento em relação às opções do PT em sua relação com o Governo ou em relação aos seus erros e alianças ou em relação às suas derrotas (como a da perda da batalha do discurso para traduzir a realidade para a sociedade). Procura-se também apagar a relação com Lula e seu Governo, especialmente no referente às suas opções de política econômica e social: prevalecem o uso de enunciados em terceira pessoa, ou com formas impessoais.

Por sua vez, o espaço de destaque empregado para enaltecer as lutas sociais no passado petista, presente no Manifesto, é, em grande parte, ocupado pelas eleições ou pela campanha eleitoral. Apaga-se o caráter classista do PT. Aspectos que podem ser vistos como um deslocamento de metas na direção do que pode ser mais significativo para manter o poder.

E, principalmente, da proposta central utópica de emancipação dos trabalhadores passa-se a uma espécie de concretização transitória e limitada da utopia: a construção de um país pós-neoliberal como tarefa central do Governo Lula. O que acaba por sintetizar o eixo da luta dos cidadãos explorados contra um sistema político e econômico incapaz de resolver os seus problemas como era refletido no Manifesto (1,032-034).

Em síntese, no 13º Encontro Nacional do PT, além da situação de lugar de poder com que se enuncia, é a partir das marcas de caráter lingüístico nas que com maior clareza se revelam as vozes contidas em seus discursos, especialmente quando focalizados os apagamentos e as ênfases. Trata-se de textos que rompem claramente com as categorias léxicas tradicionais de análise marxista para assumir o léxico progressista gerado em confronto com o capitalismo renovado de fim de século.

O último texto analisado, o do Estatuto, pode ser avaliado como um texto que se encontra em relação dialógica com as aspirações fundamentais do Manifesto. Fiel expressão da opção de que os trabalhadores tenham sua organização autônoma (1,009-012) e aspirem à democracia plena (1,069).

Isso é perceptível graças a diversos marcas que aportam seus dispositivos: os cuidados com as filiações e com a igualdade de direitos e deveres parece ocupado pela

própria memória histórica da utopia socialista; o Processo de Eleições Diretas (PED), as condições para participar ou para a escolha dos delegados aos Encontros ou para a escolha e indicação de candidatos às eleições ou as condições para a realização de Prévias Eleitorais são expressão de uma opção que radicaliza a consolidação de uma experiência democrática.

Cada artigo do Estatuto passa indícios de pretender recolher e responder às vozes do povo que sonham com condições de igualdade em sua participação na definição dos destinos da sociedade. A organização em Tendências dentro do Partido e a organização de Núcleos de Base, iniciativas inscritas no eixo da organização partidária, respondem à aceitação da heterogeneidade de propostas, de estratégias e de forças que postularam e postulam uma sociedade melhor ou uma sociedade socialista. Nos cuidados com as campanhas eleitorais, na política qualificada de contribuições financeiras, na disciplina partidária ou na ouvidoria do Partido residem vozes que falam da preocupação ética e do zelo pela autonomia.

O Estatuto do Partido dos Trabalhadores, com seu estilo despojado de efeitos retóricos, apresenta-se carimbado e imbuído dos sonhos e dos temores petistas. Ele age como voz tutelar do Partido, como voz conciliatória nas divergências e confirmadora nas convergências, ou como potencial voz mediadora ou moderadora de divergências de caráter organizativo e de identidade. O seu discurso ecoa como modelo que traduz as exigências do modo de organizar-se numa coletividade que aspira a uma sociedade justa, participativa e harmoniosa. Ele fala para a sociedade brasileira, especialmente para as classes trabalhadoras, para os cidadãos discriminados ou excluídos que, no PT, poderão ter uma participação política plena. Ele afirma que o Partido dos Trabalhadores pretende ser uma organização política modelo enquanto reguladora da convivência dos que sonham com a utopia do socialismo democrático.

E, para tanto, pouco revelam seus usos lingüísticos: marcados pela terceira pessoa os assuntos tratados

Trata-se de um gênero textual em que existe o distanciamento ou apagamento dos sujeitos enunciadore: eles não costumam deixar marcas relevantes de índole sintático-semântica da sua inscrição no texto, nem nos enunciados, nem na enunciação. Os enunciadore não assumem o papel, diretamente, nem de sujeitos do enunciado nem do discurso. Todos os enunciados aparecem em terceira pessoa; seus sujeitos são entidades ou pessoas referidas de forma abstrata ou são inexistentes. Apesar de serem parte interessada no conteúdo do discurso os enunciadore apenas o assumem indiretamente, enquanto

pertencentes e integrados nos destinos do Partido dos Trabalhadores ou, também, como responsáveis das escolhas e definições temáticas.

Numa ponderação de caráter mais global chegamos a algumas percepções que nos parecem significativas do ponto de vista discursivo num horizonte dialógico:

1ª. Enquanto as categorias lingüísticas, ideologicamente mais marcantes, da Carta de Princípios perdem força no Manifesto e praticamente já foram deixadas de lado quando do 13º Encontro Nacional do PT, algumas aspirações, como o socialismo, as tendências e os núcleos, deixadas de lado no Manifesto, têm peso tanto no 13º Encontro quanto no Estatuto. Isso, por um lado, consolida opções ideológicas e políticas que traduzem um afastamento significativo da tradição do discurso marxista tradicional, ao tempo que afirmam e atualizam outras de caráter social que dão seqüência às utopias das diversas tradições humanísticas, incluindo as socialistas.

2ª. Do imaginário atraente da procura do paraíso terrestre para e pelos trabalhadores e massas, próprio da Carta de Princípios e do Manifesto, viável a partir da participação democrática na política, é consolidado e apresentado no 13º Congresso um imaginário de procurar manter a transição para um modelo de sociedade democrática e popular que propicie a construção do socialismo, realidade dependente em grande medida de conseguir manter a hegemonia no controle do Estado.

3ª. Da conclamação aos trabalhadores a construir seu próprio Partido, a fim de avançar nas conquistas sociais e na construção de espaços democráticos, presente nos textos da Carta de Princípios e no Manifesto e confirmado no Estatuto, passa-se no 13º Encontro Nacional a uma voz polarizada pela necessidade de viabilizar um segundo mandato do Presidente Lula e o combate ao neoliberalismo.

4ª. Das vozes exultantes do Manifesto, transpirando orgulho e destemor, identificam-se, no 13º Encontro Nacional, vozes à defensiva que transpiram constrangimento diante das acusações de corrupção que pairam sobre dirigentes e parlamentares do Partido.

5ª. Do sentimento e da crença de ser a representação exclusiva e natural de milhões ou de todos os trabalhadores frente aos exploradores passa-se à consciência de representar uma parte, a majoritária, dos cidadãos.

6ª. De aspirar a ter a própria representatividade reconhecida, passa-se a desfrutar de reconhecido e amplo protagonismo social apenas por ser cidadão.

7ª. De dialogar com as vozes dos movimentos e posições marxistas tradicionais e neo-marxistas passa-se a dialogar com as vozes das propostas e posturas social-democráticas e reformistas ou das qualificadas como progressistas.

8ª. De um partido mais preocupado em restringir alianças, afirmando seu caráter classista, passa-se a um partido preocupado com viabilizar amplas coalizões, adjetivadas de progressistas, que viabilizarão a permanência do Partido dos Trabalhadores como hegemônico no Governo.

9ª. De um partido mais preocupado em marcar posições de classe social, passa-se a um partido mais polarizado em alicerçar a manutenção da atual situação de poder político.

10ª. De um partido mais preocupado com a afirmação organização dos trabalhadores, passa-se a um partido mais preocupado com o combate a uma ideologia - a neoliberal - e a manutenção da hegemonia no Governo.

11ª. Das relativas minorias de militantes bem engajados e preparados que construía basicamente o PT inicial passou-se à existência de centenas de milhares de filiados, a maioria menos preparados e engajados.

12ª. Do tipo de discurso associável a uma situação de minoria social organizada, próprio dos inícios do Partido, passa-se a um tipo de discurso associável a uma situação própria dum movimento político hegemônico no País, a um Partido que fala desde uma situação de poder.

13ª. O *ethos* de altruístas heróis da classe trabalhadora e das massas, que procura passar o Manifesto, é substituído no 13º Encontro por um *ethos* de firmes combatentes contra o neoliberalismo.

14ª. As divergências, especialmente as de caráter ideológico e de participação nas tarefas de direção, permanecem e parecem estar no combustível que move esse lugar denso chamado PT.

15ª. Na prática, os compromissos históricos do PT são mantidos, renovados e são partilhados por um número maior de cidadãos.

Existe, sim, atualmente, um discurso, vozes marcadas pelo desejo de manter ou manter-se no poder. Os contrastes discursivos traçam pistas de que existe uma identificação menor com as causas coletivas e dos trabalhadores e de que existe uma identificação menor com o Partido, com Lula, com o Governo e, especialmente, com os trabalhadores; todos perderam espaço como classe social para o mundo particular, para a ideologia de cada liderança petista. Porém, os textos deixam pouco lugar a dúvidas: existe a vinculação a uma saga que sonha com um modelo de sociedade mais justa; sonho que, em realidade, é atualizado na formulação do 13º Encontro. Portanto, em relação à hipótese de trabalho, ao contrastar o discurso dos documentos atuais - o Estatuto e as deliberações do 13º

Encontro Nacional – com o discurso do Manifesto fundador, fica confirmado que, propriamente, no Partido dos Trabalhadores não se dá nem a ruptura nem a negação de propostas fundamentais do Partido. Houve mudanças profundas que, em boa medida, parece possível conciliar com os propósitos iniciais do Partido. Assim, de acordo com a hipótese de trabalho formulada, “o discurso oficial do PT, aquele refletido nas últimas deliberações partidárias [...], mantêm profundas convergências com as linhas mestras do discurso e dos propósitos políticos em que se assentavam nas propostas originais do Partido, porém, atualizando temáticas, léxico, expressões e formulações”. Perde-se a ênfase no horizonte de classe social e na luta de classes; muda a linguagem; mas não se acaba com a perspectiva de construir uma sociedade plural, mais justa e democrática. Portanto, em relação às propostas fundamentais, não se pode acusar os petistas de traição; sim, deve ser-lhes reconhecido o trabalho de adaptação e de atualização aos tempos que correm.

Para finalizar, observaremos o aspecto metodológico que nos propusemos experimentar. A nossa expectativa era que as duas vertentes de pesquisa escolhidas se iluminassem mutuamente e articulassem numa dinâmica “re-veladora” dos sentidos. Podemos augurar o relativo sucesso da nossa opção metodológica. Cremos que, de fato, é a interação entre ambas as vertentes de pesquisa que, ao complementar-se, em maior medida, tem revelado heterogeneidades e convergências no discurso do Partido dos Trabalhadores. A sociedade brasileira, segundo a visão do PT, vivencia o confronto e enfrentamento de posições contrárias e interesses conflitantes que resultaram da concentração das riquezas em poucas mãos e da marginalização e dominação dos trabalhadores e da maioria da população; situação que era preciso mudar e que está sendo mudada, de acordo com a visão fundamental do Partido refletida e refratada nos documentos.

Concluimos que, de acordo com a nossa perspectiva metodológica, as duas abordagens pretendidas, a enunciativa e a das instruções ou restrições semânticas, longe de contraditar-se, tenderam a irmanar-se e complementar-se numa dinâmica dialógica “re-veladora” de sentidos. Por um lado, produziram efeitos de sentido a ação discursiva que representam as oposições ou coincidências enunciativas, os apagamentos ou realces ou ênfases, a desaparecimento ou eliminação ou substituição, o deslocamento e a introdução de novos conteúdos discursivos. Por outro lado, a reflexão surgida da organização do léxico em âmbitos semânticos: aportou um leque de instruções de sentido convergente com as vozes que emergem dos processos enunciativos dos discursos do Partido dos Trabalhadores.

8. BIBLIOGRAFIA

ADAM, Jean-Michel. Imagens de si e esquematização do orador. In: AMOSSY, Ruth (Org.) *Images de soi dans le discours: La construction de l'ethos*. Lausanne / Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.

ALARCOS LLORACH, Emilio. *Estudios de Gramática Funcional del Espanhol*. Madrid: Gredos, 1984.

_____. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 1994.

ALBA, José G. Moreno de. *Minucias del Lenguaje*. México: FCEM, 1992. 556p.

AMOSSY, Ruth (Org.) *Images de soi dans le discours: La construction de l'Ethos*. Lausanne / Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.

ANSART, Pierre. *Sociologia del Discurso Político. Sociología de los Conflictos*. In: TOLEDO, Mario Monteforte (org.). *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980. p.11-28.

ARCHIBALD, A. Hill (org.). *Aspectos da Lingüística Moderna*. São Paulo: Cultrix, 1974. 290p.

AUSTIN, John L. **Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. *Cómo Hacer Cosas con las Palabras*. Barcelona: Paidós, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a Transparência e a Opacidade: Um Estudo Enunciativo do Sentido**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. 257p.

BACHMANN, C.; LINDENFELD J.; e SIMONIN J. *Langage et Communications Sociales*. Paris: Hatier-Credif, 1981.

BAJTÍN, Mijail . *Estética de la Creación Verbal*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. 400p.

_____. *Problemas de la Poética de Dostoievski*. 1ª reimpr. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2004, 399p.

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance**. 4ed. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Problemas da Poética de Dostoievski**. 3ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BAKHTIN, M. – VOLOCHINOV. **O Marxismo e a Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ucitec, 1979.

_____. **O Marxismo e a Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ucitec, 1997.

BAL, Mieke. *Teoría de la Narrativa: Una Introducción a la Narrativa*. Madrid: Cátedra, 1995. 4ed. 164p.

BARLEY, Nigel. *El Antropólogo Inocente*. Barcelona: Anagrama, 1989. 234p.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Ática, 1990. 270p.

_____. **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: Universitária da USP, 1994.

_____. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Texto e do Discurso. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2001. 3ed. p.21-42.

BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Os discursos do Descobrimento: 500 e mais Anos de Discursos**. São Paulo: Fapesp, 2000. 270p.

BARTHES, Roland. *El Susurro del Lenguaje: Más Allá de la Palabra y la Escritura*. Barcelona: Paidós, 1999. 357p.

BASBAUN, Leôncio. **História Sincera da República:** de 1961 a 1967. 4ed. São Paulo: Fulgor, 1968. 216p.

_____. **História Sincera da República:** de 1889 a 1930. 4ed. São Paulo: Fulgor, 1976. 216p.

BAUMAN, Richard e SCHERZER Joel. *Explorations in the Ethnography of Speaking*. Cambridge: University Press, 1974.

BAYLON, Christian; FABRE, Paul. *La Semántica*. Barcelona: Paidós, 1994.

BEAUGRANDE, Rodert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang U. *Introducción a la Lingüística del Texto*. Barcelona: Ariel, 1997. 347p.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral**. Campinas: Pontes, 1989. v.2.

BERNÁRDEZ, Enrique. *Introducción a la Lingüística del Texto*. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

_____. *Teoría y Epistemología del Texto*. Madrid: Cátedra, 1995. 238p.

BERNARDI, Rosse-Marye. Uma leitura baktiniana de vastas emoções e pensamentos imperfeitos. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2001. 3ed. p.42-68.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: **Bakhtin: Conceito-Chave**. BRAIT, Beth (org.). São Paulo: Contexto, 2005. p.191-200.

BÍBLIA. Português: **Bíblia Sagrada**. Tradução: Monges Beneditinos de Maredsous. São Paulo: Ave Maria, 1967. 10ed. Edição Claretiana.

BOFF, Leonardo. **O Despertar da Águia: O Dia-bólico e o Sim-bólico na Construção da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998. 8ed. 174p.

_____. **Saber Cuidar: Ética do Humano – Compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

199p.

BOLÍVAR, Adriana; KOHN, Carlos. *El Discurso Político Venezolano: un Estudio Multidisciplinario*. Caracas: Tropikos, 1999. 210p.

BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (dir.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española: Sintaxis Básica de las Clases de Palabras*. Madrid: Espasa, 1999. 5351p.

BRAIT, Beth. Discursividade e Figuratividade: Conjecturas em Torno da Imanência do Sensível. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric(org.). **Do inteligível ao sensível**. São Paulo: Educ, 1995.

_____. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2001. 3ed. p.69-126.

_____. **Bakhtin**: conceito-chave. São Paulo: Contexto, 2005. 223p.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide de. Enunciado/enunciado Concreto/enuniação. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceito-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p61-78.

BRANDÃO, Carlos R. **Lutar com a Palavra**: Escritos sobre o Trabalho do Educador. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 186p.

BRITZ, Antonio. *¿Cómo se Comenta un Texto Coloquial?*. Barcelona: Ariel, 2000. 313p.

BROWN, George; YULE, Gillian. *Análisis del Discurso*. Madrid: Visor Libros, 1993.

BULNES, José M. *Determinaciones Retóricas del Discurso Político Latinoamericano*. In: MONTEFORTE, Toledo Mario (coord.). *El discurso político*. México: Nueva Imageu, 1980. p.299-318.

CALSAMIGLIA, Helena; TUSÓN, Amparo. *Las Cosas del Decir*. Manual de Análisis del Discurso. Barcelona: Ariel, 2002.

CALVET, Louis Jean. **Saussure: Pró e Contra, Para uma Lingüística Social**. São Paulo: Cultrix, 1977.

CAÑIZAL, Eduardo Peñuela. Num Lugar Semântico de Outro Lado dos 500 Anos. In: **Os discursos do descobrimento: 500 e mais Anos de Discursos**. BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). São Paulo: Fapesp, 2000. p.51-67.

CARVALHO, Nelly. **O Léxico da Publicidade**. Recife. 1993, 207f. Tese (Doutoramento em Lingüística) – Universidade Federal de Pernambuco.

CAVALCANTI, Marilda C. **Interação Leitor- Texto: Aspectos de Interpretação Pragmática**. Campinas: Unicamp, 1989.

CELAYA, Gabriel, *Itinerario poético*. Madrid: Cátedra, 1996. 9ª ed.167p.

CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. São Paulo: Real Academia Española, 2004. 1249p.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006. 328p.

CHARDIN, Teilhard de. **O Fenômeno Humano**. São Paulo: Cultrix, 1995. 393p.

CHOMSKY, Noam. *El conocimiento del lenguaje*. Barcelona: Altaya, 1998. 325p.

_____. *Aspectos de la sintaxis*. Barcelona: Gedisa, 1999. 262p.

_____. *Mantener la chusma a raya*. Nafarroa: Txalaparta, 2001. 6ed. 223p.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michel. **Mikail Bakhtin**. Tradução: J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1998. 381p.

COLOBRANS, Jordi. *El Doctorando Organizado: La Gestión del Conocimiento Aplicada a la Investigación*. Zaragoza: Mira, 2001. 281p.

COSERIU, Eugenio. *Principios de Semántica Estructural*. Madrid: Gredos, 1986.

_____. *El Hombre y su Lenguaje*. Madrid: Gredos, 1991.

CRYSTAL, David. **Diccionario de Lingüística e Fonética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CULLER, Jonathan. *Hacia una Lingüística de la Escritura*. In: FABB, Nigel et al. (org.). *La lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura*. Madrid: Rogar, 1989. p.181-191.

CUENCA, Maria J.; HILFERTY, Joseph. *Introducción a la Lingüística Cognitiva*. Barcelona: EDITORA, 1999. 252p.

CUNHA, Doris de A. **Uma Leitura da Abordagem Bakhtiniana do Discurso Reportado**. Investigações, Recife: UFPE, 1992a. p.105-117.

_____. *Discours rapporté et circulation de la parole*. Louvain-la-neuve: Peeters, 1992b.

_____. Dialogismo em Bakhtin e Lakubinskii. In: **Investigações: Lingüística e Teoria Literária**. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Recife: Universitária da UFPE, 2006. v.18 n.2, jul/2005.

DERRIDA, Jacques. *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Anthropos, 1989a. 413p.

_____. *Algunas Preguntas y Respuestas*. In: . FABB, Nigel et al. (org.). *La Lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura* Madrid: Rogar, 1989b. p.259-269.

DESCARTES. *Discurso del Método*. Madrid: Mediterráneo, 1969. 2ed. 150p.

DIJK, Teun A. Van. *Texto y Contexto*. 3ª ed., Madrid: Cátedra, 1988. 357p.

_____. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 1992. 207p.

_____. *El Discurso como Interacción Social*. Barcelona: Gedisa, 2000a. v.2. 460p.

_____. *La Ciencia del Texto*. Barcelona: Paidós, 2000b. 6ed. 309p.

_____. *Algunos principios de la Teoría del Contexto*. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**. Venezuela, v.1, n.1, p. 69-81. Agosto, 2001.

DORFLES, Gilo. *Nuevos Ritos, Nuevos Mitos*. Barcelona: Lumen, 1969. 310p.

DROZ, Jaques (coord.). *Historia General del Socialismo*. Barcelona: Destino, 1986. Col. 6

DUBOIS J. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUCROT, Oswald. **O Dizer e o Dito**. Campinas: Pontes, 1978.

_____. *El Decir y lo Dicho: Polifonía de la Enunciación*. Barcelona: Paidós, 1986. 341p.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Diccionario Enciclopédico de las Ciencias del Lenguaje*. Madrid: Siglo XXI, 1983. 9ed.

DURANT, Alan; FABB, Nigel. *Nuevas Tendencias de la Lingüística de la Escritura*. In: FABB, Nigel et al. (org.). *La Lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura*. Madrid: Rogar, 1989. p.231-245.

ECO, Humberto. **A Estrutura Ausente**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1976. 426p.

ESPAR, María Teresa. *Semiótica, Literatura y Mestizaje: Anotaciones*. In: **Voz y Escritura**. Mérida – Venezuela, n° 2-3, 1989-1990.

_____. *El discurso o la Polifonía de un Término*. In: **Lengua y Habla**. Revista del CIAL, Mérida – Venezuela, n.2, 1994a.

_____. *La semiótica y el Discurso Literario Latinoamericano*. Caracas: Ávila, 1998. 187p.

_____. *Semántica al Día*. Mérida: Editorial Venezolana. 2006. 562p.

ESPAR, Miguel Argerich. **Tipos e Funções da Repetição Estudo em Aulas de Espanhol para Brasileiros**. Recife, 1995. 238f. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) – Universidade Federal de Pernambuco.

FABB, Nigel et al (org.). *La lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura*. Madrid: Rogar, 1989. 313p.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 316p.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica: Uma Introdução ao Estudo da História das Línguas**, São Paulo: Ática, 1991.

_____. O Dialogismo como Chave de uma Antropologia Filosófica. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2001. 3ed.

_____. Autor e Autoria. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: Conceito-Chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p.37-60.

FASOLD, Ralph. *La Sociolingüística de la Sociedad: Introducción a la Sociolingüística*. Madrid: Visor, 1996. 491p.

FÁVERO, Leonor L. **Coesão e Coerência Textuais**. 2ed. São Paulo: Ática, 1993.

FERNANDES, Florestan (apres). **Que Fazer?**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 149p.

FERNÁNDEZ, Angel Raimundo G.; HERVÁS, Salvador; BÁEZ, Valério. *Introducción a la Semántica*. Madrid: Cátedra, 1989.

FETSCHER, Iring. *El Marxismo, su Historia en Documentos: Ideología/ Filosofía*. Madrid: Zero, 1973. 280p.

FILHO, Adelmo Genro. Sobre Engels e o Dogmatismo. In: **Teoria & Política**. São Paulo, v.3, ano1, p.112-144, 1980.

FIORIN, José Luiz. Semântica Estrutural: o Discurso Fundador. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric(org.). **Do inteligível ao Sensível**. São Paulo: Educ, 1995a.

_____. Greimas e Propp: Conjunções e Disjunções. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric (org.). **Do inteligível ao Sensível**. São Paulo: Educ, 1995b.

_____. O Romance e a Representação da Heterogeneidade Constitutiva. In: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2001. 3ed.

_____. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. 13ed.126p.

_____. Identidades e Diferenças na Construção dos Espaços e Atores. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Os Discursos do Descobrimento: 500 e mais Anos de Discursos**. São Paulo: Fapesp, 2000. p.27-49.

_____. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. 126p.

FISHMAN, J. *Sociolinguistique*. Bruselas: Labor, 1971.

FONTENILLE, Jacques. *Sémiotique du Discours*. Limoges: Pulim, 1998. p.84-89. Eduardo Serrano Orejuela. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <horespar@yahoo.com.br>. Maio, 2006.

FOWLER, Roger et al. *Lenguaje y Control*. México: FCEM, 1983. 286p.

FRANÇOIS, Frédéric. *Le Discours et ses Entours: Essai sur l'Interprétation*. Paris: Montréal, 1998.

_____. *Linguistique de la Langue et Dialogue avec les Textes: un Point de Vue*. In: *Revue de la Société Int. de Linguistique Fonctionnelle*. N° 39 (2), 2003, p.61-74.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *Pedagogía del Oprimido*. 3ed. Lima: Retablo y Papel, 1972. 242p.

_____. *Las Iglesias, la Educación y el Proceso de Liberación Humana en la Historia*. Buenos Aires: La Aurora, 1974. 47p.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 154p.

FURTADO, Celso. **Brasil Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GARAVELLI, Bice Mortara. *Manual de Retórica*. Madrid: Cátedra, 2000. 3ed. 396p.

GARCÍA, María Marta N. *La Enunciación en la Lengua*. Madrid: Gredos, 2001.

GARDIN, Bernard. *Un Récit d'Interaction: les Comptes-rendus de Délégation*. Greco-Ired. Université de Haute-Normandie. Languages 74, jun. 1984.

GARRIDO, Fernando. *Historia de las Clases Trabajadoras: El Esclavo*. Madrid: Zero, 1972. 2ed. 194p.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. *La interpretación de las Culturas*. Barcelona: Gedisa, 2003. 387p.

GENETTE, Gérard. *Ficción y Dicción*. Barcelona: Lúmen, 1993. 122p.

GIMÉNEZ, Gilberto. *Teorías sobre las Ideologías. Estado Actual de la Cuestión*. In: TOLEDO, Mario Monteforte (org.). *El Discurso Político*. México: Nueva Imagen, 1980. p.65-89.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Linguística de Texto e Pragmática de Leitura*. In: **Anais do IV Congresso de Professores de Espanhol**. Curitiba: Lítero-técnica, 1991. p.123-128.

_____. **O Tópico Discursivo no Discurso Institucionalizado**. Inédito, s.d.

GONZÁLEZ, Luis. *Teoría Lingüística y Enseñanza de la Lengua. (Lingüística para Profesores)*. Madrid: Cátedra. 2001. 392p.

GREIMAS, Algirdas J. **Semântica Estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1976.

_____. *Del Sentido II: Ensayos Semióticos*. Madrid: Gredos, 1989. 290p.

_____. *La Semiótica del Texto: Ejercicios Prácticos*. Barcelona: Paidós, 1993. 2ed. 273p.

_____. Novos Desenvolvimentos nas Ciências da Linguagem. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric(org.). **Do inteligível ao sensível**. São Paulo: Educ, 1995.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix,1979. 493p.

GREIMAS, Algirdas J.; FONTANILLE, Jacques. *Sémiotique des Passions*. Paris: Seuil, 1991.

GRIGOLETTO, Evandra. Reflexões sobre o Funcionamento do Discurso Outro : de Bakhtin à Análise de Discurso. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **Mikhail Bakhtin**: Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005. p.116-131.

GUESPIN, Louis. *Enonciation et Cognitions Monoculturelles*. Paris: Louge, 1976. 130p.

_____. *Tipología del Discurso Político*. In: TOLEDO, Mario Monteforte. **El Discurso Político**. México: Nueva Imagen, 1980. p.43-59.

_____. *L'Analyse du Discours Politique en France*. In: KERBRAT-OR (dir.). **Le discours politique**. Pul, 1983. p.131-163.

_____. *Les mots*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2003. 201p.

GUILHAUMOU, Jacques. *Orientaciones Actuales sobre el Análisis del Discurso Político Contemporáneo*. In: TOLEDO, Mario Monteforte. **El Discurso Político**. México: Nueva Imagen, 1980. p.119-143.

GUMPERZ, John. *Engager la Conversation. Introduction à la Socio-linguistique Interactionnelle*. Paris: Minuit, 1989.

HADDAD, Galit. *Ethos Préalable et Ethos Discursif: L'Exemple de Romain Rolland*. In: AMOSSY, Ruth (Org.) **Images de soi dans le Discours: La Construction de l'Ethos**. Paris:

Delachaux et Niestlé, 1999. p.155-176.

HALLIDAY, M. A. K. *La Lengua y el Orden Natural*. In: FABB, Nigel et al. (org.). *La lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura*. Madrid: Rogar, 1989. p.145-163.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *El Lenguaje*. Madrid: Gredos, 1976.

HOFFNAGEL, Judith C. **Poder nas Interações Verbais entre os Sexos**. Investigações, Recife: UFPE, 1992. p.83-91.

HOLLANDER, John. *El Fino Retozar con las Palabras*. In: FABB, Nigel et al. (org.). *La lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura*. Madrid: Rogar, 1989. p.131-143.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1971. 28p.

INDURSKY, Freda. O Texto nos Estudos da Linguagem: Especificidades e Limites. In: ORLANDI, Eni P (org.). **A Linguagem e seu Funcionamento**. As formas do Discurso. Campinas: Pontes, 1987. p.33-79.

_____. **A Fala dos Quartéis e Outras Vozes**. Campinas: Unicamp, 1994, 268p.

_____. A Ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um Estudo em Contraponto. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **Mikhail Bakhtin: Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005. p.101-115.

JAKOBSON, Roman; WAUGH, Linda R. *La Forma Sonora de la Lengua*. México: FCEM, 1987. 286p.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 22ed. 364p.

KEMPSON, Ruth. **Teoria Semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'Énonciation de la Subjectivité dans le Langage*. Paris: Armand Colin, 1980. 290p.

KLEIMAN, Ângela (Org.). Introdução e um Início a Pesquisa sobre Interação e Aprendizagem. In: **Interações Assimétricas**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, UNICAMP/IEL, v.15, p.5-11, julho/dezembro, 1991.

_____. **Interação e Produção de Texto**: Elementos para uma Análise Interpretativa Crítica do Discurso do Professor. D.E.L.T.A., 1993, v6, Especial, p.417-435.

KOCH, Ingedore G. V. **A Coesão Textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **O Texto e a Construção dos Sentidos**. São Paulo: Contexto 1997.

_____. A Construção dos Sentidos no Discurso: uma Abordagem Sociocognitiva. In: **Investigações**: Linguística e Teoria Literária. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Recife: Universitária da UFPE, 2006. v.18 n.2, jul/2005.

KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**.. São Paulo: Cortez, 1993. 2ed.

KRISTEVA, Julia. *Une Initiation à la Linguistique*. Paris: Seuil, 1981. 336p.

KUTSCHERA, Franz von. *Filosofía del Lenguaje*. Madrid: Gredos, 1979.

LABOV, William. *Modelos Sociolingüísticos*. Madrid: Cátedra, 1983. 411p.

_____. *Principios del Cambio Lingüístico*. Volumem I: Factores Internos. Madrid: Gredos, 1996. 457p.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e Autoria. In: ORLANDI, Eni P (org.). **A Linguagem e seu Funcionamento**. As formas do Discurso. Campinas: Pontes, 1987. p.81-103.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991. 2ed. Ver. E ampl.

LANDOWSKI, Eric. O Semioticista e seu Duplo. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric (org.). **Do Inteligível ao Sensível**. São Paulo: Educ, 1995.

LÁZARO CARRETER, Fernando. *El Dardo en la Palabra*. Barcelona: Galáxia Gutemberg – Círculo de Lectores, 1998.

Lazarillo de Tormes. Editado: Francisco Rico. Madrid: Cátedra, 1987. 191p.

LENIN, V. I. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1978. 150p.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Barcelona: Teide, 1989.

LEWANDOWSKI, Theodor. *Diccionario de Lingüística*. Madrid: Cátedra, 1992. 3ed.

LODGE, David. *Después de Bakhtin*. In: FABB, Nigel et al. *La lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura*. Madrid: Rogar, 1989. p.97-109.

LOPES, Edward. Ler a Diferença. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais Anos de Discursos**. São Paulo: Fapesp, 2000. p.11-25.

LOZANO, Jorge; PEÑA, Cristina; MARÍN, Gonzalo Abril. *Análisis del Discurso: Hacia una Semiótica de la Interacción Textual*. Madrid: Cátedra, 1999. 253p.

LYONS, John. **Introdução à Lingüística Teórica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1979.

_____. **Linguagem e Lingüística: uma Introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1987.

_____. *Semántica*. Barcelona: Teide, 1989. 2ed. 855p.

LUNA, Tatiana Simões. **Guia Eleitoral: as relações dialógicas e a construção do posicionamento discursivo nas campanhas eleitorais majoritárias do Recife em 2004.** 151f. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

MACHADO, Irene. Gênero Discursivos. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: Conceitos-Chave.** São Paulo: Contexto, 2005. p.151-166.

MAGALHÃES, Carlos. As Tarefas Democráticas e Nacionais no Brasil e o Socialismo. In: **Teoria & Política**, São Paulo, v.3, ano1, p.7-34, 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. *Éléments de Linguistique pour le Texte Littéraire.* Paris: Bordas, 1986.

_____. Ethos, Escenografia, Incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.) *Images de soi dans le Discours: Lá Construction de l'Ethos.* Lausanne / Paris: Delachaux et Niestlé, 1999.

_____. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo: Cortez, 2002. 2ed.

_____. **Gênese dos Discursos.** Curitiba: Criar, 2005. 389p.

_____. **Cenas da Enunciação.** Curitiba: Criar, 2006. 181p.

MALMBERG, B. **As novas Tendências da Lingüística.** São Paulo: Nacional, 1974.

MARCELLESI, Jean-Baptiste. *Lingüistique et Groups Sociaux.* In: LEROND, Alain. *Histoire de la Langue.* Paris: Larousse, 1971. p. 118-122.

_____. *Contribución de la Sociolingüística al Estudio del Discurso Político.* In: MONTEFORTE, Toledo Mario (coord.). *El Discurso Político.* México: Nueva Imageu, 1980. p.91-106.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Lingüística de Texto: O que é e Como se Faz.** Recife, 1983. Dissertação – Universidade Federal de Pernambuco.

_____. **Manifestações de Poder em Formas Assimétricas de Interação.** *Investigações*, v1, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985, p.51-70.

_____. **A Repetição na Língua Falada. Formas e Funções.** Dissertação. Cátedra, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1992a, mimeo.

_____. **A Presença da Repetição na Fala e Algumas Perspectivas de Tratamento.** *Investigações*, v2, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992b, p.31-47.

_____. Aspectos da Questão Metodológica na Análise Verbal: o Continuum Qualitativo-Cuantitativo. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*. Venezuela, v.1, n.1, p. 23-42, Ago. 2001a.

_____. **Da Fala para a Escrita.** São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. **Linguística de Texto.** Mimeo 2003.

MARTINET, André. **Conceitos Fundamentais da Linguística.** Lisboa: Presença, 1976.

MARTÍN ZORRAQUINO, Maria A.; MONTOLÍO, Estrella (org.). *Los Marcadores del Discurso.* Madrid: Arco/Libros 1998.

MARTINET, André. *El Lenguaje desde el Punto de Vista Funcional.* Madrid: Gredos, 1971.

MARX, Karl. *Teorías sobre la Plusvalía.* Barcelona: Crítica, 1977. 477p.

_____. *El Capital.* Barcelona: Antalbe, 1984. 245p.

MASIP, Vicente. **Interpretação de Textos:** Cursos Integrado de Lógica e Linguística. São Paulo: E.P.U., 2001. 205p.

_____. **Semântica: Curso** – Oficina sobre Sentido e Referência. São Paulo: EPU, 2003.

MC LUHAN, Marshal. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem.** São Paulo: Cultrix, 1971. 3ed. 408p.

MELLO, Isaltina G. Estratégias de Criação do Humor na Entrevista Televisiva – Estudo de Caso. In: **Investigações**, v.2, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992, p.93-103.

MILLER, George A. *Lenguaje y Habla*. Madrid: Alianza, 1985. 201p.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: Conceito-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p.167-176.

MIRANDA, Basílio. Estado e Partido na Transição para o Socialismo. In: **Teoria & Política**, São Paulo, v.3, ano1, p.145-176, 1980.

MOIRAND, Sophie. *Les Dimensions Dialogiques d'une Catégorie Discursive: L'Explication*. In: **Jalons pour le 75e Anniversaire de l'Enseignement du Français à l'Université de Turku**, Unirversité de Turku (Finlândia), 1999. p.71-87.

_____. *Sémantique de l'Intertexte*. In: **Cahiers de Praxématique**. Paris: Université Paris III, v.33, Abr-Mai/2000a. p.145-184.

_____. *Du Traitement Different de L'intertexte selon les Genres Convoquées: dans les Événements Scientifiques à Caractere Politique*. In: **Revue de Sémio-linguistique des textes et discours**. Université Paris 3. v. 13, 2000b.

_____. *Discours sur la Science et Positionnements Idéologiques*. Montpellier: Université de Montpellier 3, 2002.

_____. *Quelles Catégories Descriptives pour la Mise au Jour des Genres du Discours?*. Lyon: Université Lyon 2, outubro, 2003. 22p.

_____. *Le Dialogisme, entre Problématiques Énonciatives et Théories Discursives*. In: **Cashiers de Praxématique 43**. Université de Montpellier 3, junho, 2005. p.189-220.

_____. *Responsabilité et Énonciation dans la Presse Quotidienne: Questionnements sur les Observables et les Catégories d'Analyse*. Université Paris 3: Semen 22. 2006a. 12p.

_____. *Entre Discours et Mémoire: Le Dialogisme à l'Épreuve de la Presse Quotidienne*. In: **Tranel**, *Intertextualité et Interdiscours dans les Médias*. Université de Neuchâtel, 2006b.

_____. *La Divulgación de la Ciencia y la Técnica: ¿Nuevos Modelos para Nuevos Objetos de Estudio?*. In: **Revista Signos** 39-61, Universidade Católica de Valparaíso, Chile. P.231-258. 2006c.

MOLLICA, Cecília; RONCARATI, Cláudia. **Enfoques sobre Amostragem em Sociolingüística**. D.E.L.T.A.: 4,2, 1991, p.521-528.

MONTEFORTE, Toledo Mario (coord.). *El Discurso político*. México: Nueva Imageu, 1980. 342p.

MONTOLÍO, Estrella. *Conectores de la Lengua Escrita*. Barcelona: Ariel, 2001.

MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofía de Bolsillo*. Madrid: Alianza, 1985. Col. 2 v. 377p.

MOREIRA DE SÁ, Maria da Piedade. **Estratégias Argumentativas em quatro Discursos do Presidente Lula**. Disponível em: <http://www.puc.cl/letras/congresoaled2005/pdf/moreira.pdf>. Acessado em: 11/09/07

MOUNIN, Georges. *Histoire de la Linguistique des Origens au XX Siécle*. Paris: PUF, 1967.

_____. **A Lingüística do Século XX**. Lisboa: Presença, 1973.

MOURA NEVES, Maria Helena. O Estudo da Língua na sua História: a Língua como Fim e como Meio?. In: **D.E.L.T.A.**, 10, Especial, 1994, p.213-223.

MURO, Alexandra Álvares. *Cortesía y Descortesía*. Mérida: Universidad de los Andes, 2005. 252p.

NEGRONI, María Marta García; COLADO, Marta Tordesillas. *La Enunciación en la Lengua*. Madrid: Gredos, 2001. 315p.

NIETO, Luis G. *Teoría Lingüística y Enseñanza de la Lengua: Lingüística para Profesores*. Madrid: Catedra, 2001. 392p.

NÚÑEZ, Rafael; TESO, Enrique del. *Semántica y Pragmática del Texto Común*. Madrid: Cátedra, 1966. 335p.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric(org.). **Do inteligível ao Sensível**. São Paulo: Educ, 1995. 269p.

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu Funcionamento**. As Formas do Discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Análise de Discurso. In: **A Linguagem e seu Funcionamento**. As Formas do Discurso. ORLANDI, Eni P (org.). Campinas: Pontes, 1987. p.11-31.

_____. **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes, 1993. p.11-25.

_____. Entrar na Sociedade Geral dos Cidadãos. Caminhos da História, Trajetos do Político. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais Anos de Discursos**. São Paulo: Fapesp, 2000. p.119-129.

ORLANDI, Eni P.; SOUZA , Tânia. A Língua Imaginária e a Língua Fluida: Dois Métodos de Trabalho com a Linguagem. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Política Lingüística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006. 214p.

ORTEGA y GASSET, J. *La Rebelión de las Masas*. Madrid: Espasa, 1997. 30ed. 295p.

OSAKABE, Haguira. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Kairos, 1979. 200p.

PALMER, Gary B. *Lingüística Cultural*. Madrid: Alianza, 2000. 384p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em:

www.pt.org.br/sitept/index_files/arquivos.php. Acessado em: 01/10/07.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo: 1979-2002.** São Paulo: Bartira, 2005. 62p. Com CD-Rom.

_____. **Documentos Básicos do Partido dos Trabalhadores.** São Paulo: DBO, 1990. 34p.

PASCUAL, José A. *et al.* **La Lengua y los Hablantes.** Madrid: Santillana, 1999. 119p.

_____. **Tipos de Discurso.** Madrid: Santillana, 2000. 127p.

PECHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Remontémonos de Foucault a Spinoza.* In: TOLEDO, Mario Monteforte. **El discurso político.** México: Nueva Imagen, 1980. p.181-199.

PEDROSA, Mário. **A Opção Brasileira.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

PÉREZ, Julio C. **Introducción a la Pragmática del Español.** Madrid: Cátedra, 1994. 286p.

PIÉGAY-GROS, Nathalie. **Introduction à L'Intertextualité.** Paris: DUNOD, 1996. 187p.

PORTOLÉS, José. **Marcadores del Discurso.** Barcelona: Ariel, 2001.

PORZIG, Walter. **El Mundo Maravilloso del Lenguaje: Problemas, Métodos y Resultados de la Lingüística Moderna.** Madrid: Gredos, 1970.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

RAMOS, Alberto Arvelo. **El Dilema del Chavismo: Una Incógnita en el Poder.** Caracas: El Centauro, 1998.

RANDS, Maurício. **O Que é Ser de Esquerda no Brasil de Hoje?.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. 37p.

RASTIER, François. *La Semantique des Thèmes ou le Voyage Sentimental: L'Analyse Thématique des Données Textuelles*. Paris: Didier, 1995. p.223-249.

ROBINS, R. H. **Lingüística Geral**. Porto Alegre: Globo, 1977.

_____. *Breve Historia de la Lingüística*. Madrid: Paraninfo, 1992. 270p.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofía de la Praxis*. México D.F.: Grijaldo, 1967. 384p.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

SAVILLE-TROIKE, Muriel. *The Ethnography of Communication*. Baltimore: University Park Press, 1982.

SCHMIDT, Siegfried J. **Lingüística e Teoria do Texto**. São Paulo: Pioneira, 1978.

SEARLE, John R. **Os Atos de Fala: Um Ensaio de Filosofia da Linguagem**. Coimbra: Almedina, 1981.

SEGUNDO, Juan Luis. *Esa Comunidad Llamada Iglesia*. Buenos Aires: Lohlé, 1968. 264p.

_____. **Teologia abierta para el laico adulto**. Buenos Aires: Lohlé, 1972. 192p.

SIGNORINI, Inês. Explicar e Mostrar como Fazer x em Situações Dialógicas Assimétricas. In: KLEIMAN, Ângela B (org.). **Interações Assimétricas**. Trabalhos em Lingüística Aplicada, 15, jul/dez, 1991, IEL/UNICAMP, p.127-153.

_____. É Conversando que a Gente se Entende: Opacidade e Transparência na Comunicação Intercultural em Língua Materna. In: **Investigações**, UFPE, Recife, 1992, p.133-144.

SITE DO VERMELHO. Disponível em:
www.vermelho.org.br/img/obras/**manifesto_comunista**.asp -. Acessado em: 01/10/07.

SOBRAL, Adail. Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceito-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p.123-150.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; ROCHA, Décio. Acontecimento e Memória: Discursos que (Re)Contam a História do Brasil-Colônia. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais Anos de Discursos**. São Paulo: Fapesp, 2000. p.193-205.

STELLA, Paulo Rogério. Palavra. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceito-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p.177-190.

STUBBS, Michael. *Análisis del Discurso: Análisis Sociolingüístico del Lenguaje Natural*. Madrid: Alianza, 1987. 256p.

TANNEN, Deborah. *Género y discurso*. Barcelona: Paidós, 1996. 237p.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa Sociolingüística**. São Paulo: Ática, 1986.

TCHOUGOUNNIKOV, Serguei. Por uma Arqueologia dos Conceitos do Círculo de Bakhtin: Ideograma, Signo Ideológico, Dialogismo. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **Mikhail Bakhtin: Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005. p.11-40.

TEIXEIRA, Lucia. Quem é esse Povo?. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais Anos de Discursos**. São Paulo: Fapesp, 2000. p.89-101.

TODOROV, Tzvetan. *Mikhail Bakhtine, Le Principe Dialogique*. Paris: Du Seuil, 1981. 220p.

TOLEDO, Mario Monteforte. *El Discurso Político*. México: Nueva Imagen, 1980. 342p.

VASSALLO, Ligia (org.). **A Narrativa Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 191p.

VIALA, Alain. *L'Eloquence. Une Problematique de l'Adhésion*. In: AMOSSY, Ruth (Org.) **Images de soi dans le discours: La construction de l'Ethos**. Lausanne / Paris: Delachaux et Niestlé, 1999. p.177-183.

VOGT, Carlos. Semiótica e Semiologia. In: ORLANDI, Eni P (org.). **A Linguagem e seu Funcionamento**. As formas do Discurso. Campinas: Pontes, 1987. p.105-141.

VOLOSHINOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. **Discurso na Vida e Discurso na Arte**. Tradução: FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão. (mimeo) 2005.

VIGOTSKY, Lev S. *Pensamiento y Lenguaje: Teoría del Desarrollo Cultural de las Funciones Psíquicas*. Buenos Aires: La Pleyade, 1985. 219p.

WIDDOWSON, H. G. *Sobre la Interpretación de la Escritura Poética*. In: FABB, Nigel et al. (org.). *La lingüística de la Escritura: Debates entre Lengua y Literatura*. Madrid: Rogar, 1989. p.247-257.

ZANDWAIS, Ana. Relações entre a Filosofia da Práxis e a Filosofia da Linguagem sob a Ótica de Mikhail Bakhtin: Um Discurso Fundador. In: ZANDWAIS, Ana (org.). **Mikhail Bakhtin**: Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005. p.83-100.

_____. **Mikhail Bakhtin**: Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2005. 159p.

ZAVALA, Íris M. *La Posmodernidad y Mijail Bajtin: Una Poética Dialógica*. Madrid: Espasa Calpe, 1991.

9. ANEXOS

9.1. ANEXO 1 – MANIFESTO

- 1-001 Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e
1-002 publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.
- 1-003 O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros
1-004 de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição
1-005 que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma
1-006 conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.
- 1-007 A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem
1-008 sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do
1-009 povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes maiorias que
1-010 constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a
1-011 conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites
1-012 dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a
1-013 ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos
1-014 trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.
- 1-015 **Nascendo das lutas sociais**
- 1-016 Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela
1-017 sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores
1-018 condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas
1-019 populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos
1-020 serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos,
1-021 camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros
1-022 setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir
1-023 melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos
1-024 serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.
- 1-025 Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos
1-026 trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas,
1-027 tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de
1-028 decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos
1-029 populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a
1-030 conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.
- 1-031 Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos
1-032 explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os
1-033 seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

1-034

1-035 **Por um partido de massas**

1-036 O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos
1-037 trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os
1-038 partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política.
1-039 Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores
1-040 já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu
1-041 próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira,
1-042 vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos
1-043 exploradores para os explorados.

1-044 Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser
1-045 uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um
1-046 Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a
1-047 política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e
1-048 legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos
1-049 momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores,
1-050 pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes
1-051 estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas
1-052 maiorias.

1-053 Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos
1-054 com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, queremos
1-055 construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja
1-056 direção e programa sejam decididos em suas bases.

1-057 **Pela participação política dos trabalhadores**

1-058 Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os
1-059 privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos
1-060 ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as
1-061 liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e
1-062 pela democratização da sociedade em todos os níveis.

1-063 Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação,
1-064 onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem
1-065 atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural
1-066 são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos
1-067 populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e
1-068 tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

1-069 O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas
1-070 massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades
1-071 parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas
1-072 lutas.

1-073 Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos

- 1-074 políticos.
- 1-075 O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza
1-076 produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm
1-077 servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a
1-078 serviço do bem-estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a
1-079 economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não
1-080 prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular,
1-081 fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos
1-082 trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.
- 1-083 Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e,
1-084 por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for
1-085 dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da
1-086 sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos
1-087 trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo
1-088 e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos
1-089 trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará
1-090 conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde
1-091 não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de
1-092 todas as massas oprimidas do mundo.

9.2. ANEXO 2 - CARTA DE PRINCÍPIOS

2-001 Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, a Carta de
2-002 Princípios foi lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979. A idéia da formação de
2-003 um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.
2-004 Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as
2-005 classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter
2-006 organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à
2-007 desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

2-008 Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de
2-009 construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se
2-010 contrapõe a seus esforços.

2-011 Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem
2-012 acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre
2-013 estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio
2-014 do ano passado (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o
2-015 operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma
2-016 verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A
2-017 experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da
2-018 população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas
2-019 lideranças.

2-020 Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das
2-021 formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é
2-022 marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais
2-023 recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram
2-024 a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das
2-025 assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

2-026 Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações
2-027 mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso,
2-028 dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem
2-029 articuladas e eficazes.

2-030 Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as
2-031 mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas
2-032 semifascistas que tangem nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios a
2-033 seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se
2-034 recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo
2-035 desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas
2-036 oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela

2-037 violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

2-038 Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores,

2-039 embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um

2-040 recuo parcial, carece de maior conseqüência, devido, é claro, não à inexistência de

2-041 um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à

2-042 inexistência de sua organização política. Tanto isso é verdade que as lideranças da

2-043 greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados

2-044 ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

2-045 Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais conseqüente todo o seu

2-046 apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles

2-047 mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

2-048 É por isso que a idéia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das

2-049 greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19

2-050 de janeiro de 1976, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se

2-051 trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

2-052 Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a

2-053 campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não

2-054 conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas.

2-055 Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas

2-056 fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora, chegou a vez de o trabalhador

2-057 formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

2-058 Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque

2-059 acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais

2-060 capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido.

2-061 Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir

2-062 um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que,

2-063 nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que

2-064 nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

2-065 O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre

2-066 os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e

2-067 democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as

2-068 verdadeiras classes produtoras do país.

2-069 É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos

2-070 patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam

2-071 propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso

2-072 povo.

2-073 Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser

2-074 superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da Nação.

2-075 O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores.

2-076 Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte

- 2-077 os núcleos elementares desse partido
- 2-078 1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente contraditória e,
2-079 sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos.
- 2-080 Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre
2-081 marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime
2-082 autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente
2-083 promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de
2-084 vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento
2-085 de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao
2-086 Estado e às elites políticas dominantes.
- 2-087 Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa
2-088 histórica que se inaugura no Brasil, hoje.
- 2-089 Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também
2-090 perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas.
2-091 Aqui, cabe destacar que o processo chamado de abertura política está sendo
2-092 promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em
2-093 crise.
- 2-094 Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país e
2-095 com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que
2-096 controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este
2-097 momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer,
2-098 pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim
2-099 de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles
2-100 interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras,
2-101 através do modelo econômico do qual sobressai o arrocho salarial.
- 2-102 Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade
2-103 dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada
2-104 agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o
2-105 sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora
2-106 tenderão a se manter e aprofundar.
- 2-107 O que significa Estado de Direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia
2-108 restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do
2-109 Trabalho] e a da Lei de Greve, urdidas secretamente? Qual o sentido da diminuição
2-110 das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e da preservação do espírito que
2-111 informa essa mesma Lei?
- 2-112 Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair
2-113 para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos opositores, com
2-114 vista a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas
2-115 e sociais e, o que é mais importante, sua concepção de democracia.
- 2-116 Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os de cima, incluindo

2-117 a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos de baixo, as massas
2-118 trabalhadoras do campo e da cidade.

2-119 2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para
2-120 manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a
2-121 existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as
2-122 lutas populares.

2-123 Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o
2-124 MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por
2-125 melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação
2-126 popular.

2-127 O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por
2-128 seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social
2-129 essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários,
2-130 fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos
2-131 interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os
2-132 interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam
2-133 algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que
2-134 insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de
2-135 setores de nossas classes dominantes.

2-136 Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites
2-137 liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto
2-138 impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras.
2-139 Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de
2-140 seus quadros quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de outras
2-141 medidas de interesse dos trabalhadores.

2-142 Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se
2-143 revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses
2-144 das massas trabalhadoras.

2-145 Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população
2-146 têm afirmado que “não souo a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do
2-147 MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

2-148 Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum
2-149 podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas
2-150 trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada
2-151 economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições
2-152 se mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro
2-153 sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a
2-154 existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva
2-155 frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos
2-156 os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do

2-157 país e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação,
2-158 estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e
2-159 envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira
2-160 atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

2-161 3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo
2-162 transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares,
2-163 utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da
2-164 acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas
2-165 estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento
2-166 das empresas estatais do capital monopolista.

2-167 O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra
2-168 dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e
2-169 consciente e que, como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das
2-170 elites privilegiadas a solução de seus problemas.

2-171 O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia
2-172 formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a
2-173 participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá
2-174 débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e
2-175 de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação –
2-176 tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de
2-177 ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do
2-178 campo e das cidades.

2-179 O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os
2-180 trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o
2-181 processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido,
2-182 o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se
2-183 subordinarão a seu objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das
2-184 massas exploradas.

2-185 O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge
2-186 exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e
2-187 independente na sociedade. E é nessa medida que o PT se tornará, inevitavelmente,
2-188 um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

2-189 O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical,
2-190 reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência
2-191 política desses mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do
2-192 poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de
2-193 representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma
2-194 primordial democracia direta.

2-195 Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os
2-196 trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas

- 2-197 assalariadas do país.
- 2-198 Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo,
2-199 sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em
2-200 seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos
2-201 Trabalhadores é um partido sem patrões!
- 2-202 As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas
2-203 “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de
2-204 arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do
2-205 empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido
2-206 político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém denunciemos
2-207 suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos
2-208 demagógicos e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.
- 2-209 O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores
2-210 define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a
2-211 relação de exploração do homem pelo homem.
- 2-212 O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos
2-213 operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores –
2-214 bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais
2-215 liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas
2-216 liberdades democráticas e por participação política.
- 2-217 O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas
2-218 massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo.
- 2-219 Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele
2-220 próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se
2-221 constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista.
2-222 Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições
2-223 serão individuais.
- 2-224 Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e
2-225 consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e
2-226 ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover
2-227 amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:
- 2-228 • lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
2-229 • todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário
2-230 proposições de quaisquer setores organizados da sociedade e que se considerem
2-231 relevantes com base nos objetivos do PT.
- 2-232 O PT declara-se comprometido e empenhado na tarefa de colocar os interesses
2-233 populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes
2-234 classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores
2-235 pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em
2-236 sindicatos, bairros, municípios e regiões.

- 2-237 O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas
- 2-238 oprimidas do mundo.
- 2-239 A Comissão Nacional Provisória
- 2-240 1º de Maio de 1979

9.3. ANEXO 3. BREVE HISTÓRICO DOS ENCONTROS E CONGRESSOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Entre 31 de maio e 1º de junho de 1980, para cumprir as exigências da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, é realizada a **Reunião Nacional de Fundação do PT** para viabilizar o registro provisório do Partido até a Convenção Nacional. 242 delegados de 23 Estados aprovam o Programa, o Plano de Ação e o Estatuto e é referendado o Manifesto (Partido dos Trabalhadores, 2005:39).

Em resposta às rígidas exigências legais, que para o PT cerceavam a possibilidade do debate político, o Partido criou uma sistemática de funcionamento a base de Pré-convenções nas que, em níveis zonal, municipal, estadual e nacional, se debatiam e deliberavam os rumos partidários que depois seriam referendados, em Convenções oficiais de caráter meramente formal. A fim de unificar a memória do Partido, posteriormente, as Pré-convenções foram renomeadas como Encontros.

O **1º Encontro Nacional** é celebrado entre 8 e 9 de agosto de 1981. 214 delegados eleitos e outros considerados natos elegem o 1º Diretório Nacional e aprovam resoluções sobre Regimento Interno, Desemprego e Eleições. (Partido dos Trabalhadores, 2005:40). A resolução sobre Regimento interno regulamenta a criação e funcionamento dos Núcleos e Pré-convenções. A resolução sobre Desemprego terá relevância histórica por conclamar os sindicalistas à unidade de ação através da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), germe da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A resolução sobre Eleições define o lançamento de candidaturas em todos os níveis em 1982 e que o PT lute por eleições diretas em 1982 e 1984, pedra angular da futura Campanha das Diretas.

Representando 24 Estados e um Território Federal, 369 delegados, entre 27 e 28 de março de 1982 realizam o **2º Encontro Nacional** e aprovam a plataforma eleitoral *Trabalho, Terra e Liberdade* e a *Carta Eleitoral* para balizar a forma do PT participar nas eleições (Partido dos Trabalhadores, 2005:41-42). Ambos os textos trazem para dentro da sociedade brasileira o debate radical acerca de questões como a liberdade, a igualdade, a exploração, a discriminação, a fome, os direitos à saúde, educação e cultura e o do socialismo como único caminho para poder acabar com todos os problemas.

No **3º Encontro Nacional**, de 6 a 8 de abril de 1984, 287 delegados, representando 24 Estados e um Território Federal, elegem o 2º Diretório Nacional e aprovam como Tese-guia a *Teses para a Atuação do PT* (entre os quatro textos de propostas políticas apresentados, a Tese-guia é aquela que obtêm o maior número de votos para ser a que pautas as discussões); depois é aprovada como deliberação do Encontro. Também se aprova um novo *Regimento Interno*. Os Núcleos são definidos como instâncias de participação e de decisão partidária. É vetada a participação no Colégio Eleitoral para a eleição indireta do Presidente da República (Partido dos Trabalhadores, 2005:42). Um Encontro Nacional Extraordinário, em 12 e 13 de janeiro de 1985, sem quorum, que é convertido em Reunião Ampliada do Diretório Nacional, ratifica o boicote ao Colégio Eleitoral e aprova *A Política de Organização do PT* (Partido dos Trabalhadores, 2005:43).

Do 30 de maio a 1º de junho de 1986 se realiza o **4º Encontro Nacional** com 326 delegados e três teses-guia para serem discutidas. É eleito o 3º Diretório Nacional e votados um *Documento Eleitoral Básico*, a *Linha Sindical do Partido dos Trabalhadores*, a resolução *Constituinte* e um *Plano de Ação Política e Organizativa do PT para o período 1986/87/85*, “que analisa o estágio de desenvolvimento do

capitalismo no Brasil, as perspectivas de transformações na direção do socialismo, a transição e crise da burguesia, o pacote econômico e o Congresso Constituinte” (Partido dos Trabalhadores, 2005:44).

No **5º Encontro Nacional**, de 4 a 6 de dezembro de 1984, participam 368 delegados representando 23 Estados e um Território Federal, são apresentadas oito teses ou textos com propostas políticas e cinco propostas específicas de resolução e é lançada a candidatura de Lula à Presidência da República e é eleito o 4º Diretório Nacional. Aprovam-se um *Programa democrático-popular*, uma *Política de Alianças do PT*, *Resoluções sobre tendências e sobre a Proporcionalidade*, *A política Sindical do PT*, *O PT e o Movimento Popular*, *O Momento Atual e as Tarefas do PT*, *Objetivo Estratégico do PT: o Socialismo*, *As Táticas do PT*, *A Campanha Eleitoral de 1988 e a Construção do PT e Resoluções Políticas*, “que formulam a «estratégia democrática e popular», na qual a luta pela conquista do governo (que não se confunde com o poder) e concebida como eixo articulador da estratégia de luta pelo socialismo no Brasil” (Partido dos Trabalhadores, 2005:45-46).

No **6º Encontro Nacional**, de 16 a 18 de junho de 1986, com 543 delegados de 25 Estados, a candidatura de Lula a Presidente é formalizada. O Diretório Nacional apresenta uma Tese-guia que dá origem às seguintes resoluções: *O Momento Atual e as Nossas Tarefas*, *As Eleições Presidenciais e a Candidatura de Lula*, *Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo* e *As Bases do PAG (Programa de Ação de Governo)* (Partido dos Trabalhadores, 2005:46).

Após a derrota para Collor na eleição presidencial e o colapso do socialismo burocrático no Leste Europeu, é realizado o **7º Encontro Nacional**, de 31 de maio a 3 de junho de 1990, com a presença de 568 delegados, representando 26 Estados que elegem o 5º Diretório Nacional. São apresentadas oito teses ou textos de propostas políticas e são aprovadas as resoluções *O Socialismo Petista*, *Construção Partidária e Conjuntura e Tática*. (Partido dos Trabalhadores, 2005:47).

Em 27 de novembro de 1991, na presença de 1.196 delegados (representando 26 Estados), 406 observadores, 300 convidados e 110 representantes de organizações e partidos progressistas de esquerda, é realizado o **I Congresso Nacional**. São apresentadas 14 teses e são aprovadas resoluções sobre Socialismo, Partido e Conjuntura.

O **8º Encontro Nacional** se realiza, de 11 a 13 de junho de 1993, com 530 delegados representando todos os Estados do Brasil. Quatro teses são apresentadas e é aprovada a *Carta e Brasília* e a resolução *Por um Governo Democrático-Popular*”, onde a conquista do governo é concebida como resultado de uma ampla mobilização de massas” (Partido dos Trabalhadores, 2005:49).

O **9º Encontro Nacional**, entre 29 de abril e 1º de maio de 1994, com 440 delegados, aprova as resoluções *A conjuntura e a Campanha*, *Fidelidade Partidária*, *Carta Eleitoral* e o documento *1994: Uma revolução Democrática no Brasil*, *Bases do Programa de Governo*. É lançada a candidatura de Lula a Presidente da República.

De 18 a 20 de agosto de 1995, com 414 delegados, é realizado o **10º Encontro Nacional** onde são apresentadas oito teses. A tese *Articulação Unidade na Luta* é eleita como tese-guia e aprova suas resoluções sobre a *Conjuntura Nacional* - na que se enfatiza a necessidade de combater o governo neoliberal de FHC -, sobre a *Construção Partidária*, sobre *O PT e os Movimentos Sociais* e a *Resolução Sobre os Petistas e a Comunidade Solidária*, vista esta proposta como instrumento de cooptação política do Governo Federal. Pela

primeira vez acontece uma disputa na eleição da presidência do Partido. (Partido dos Trabalhadores, 2005:51-52).

No **11º Encontro Nacional**, de 28 a 30 de agosto de 1994, 552 delegados representam as sete teses apresentadas que desembocam na elaboração da *Carta do Rio de Janeiro* que advoga por “articular uma candidatura presidencial e uma plataforma de governo capazes de constituir uma frente de partidos”. Decide-se realizar um Encontro Nacional Extraordinário, com os mesmos delegados, e realizar o II Congresso. O Encontro Extraordinário, de 23 e 24 de maio de 1995, aprova a chapa Lula – Brizola para as eleições presidenciais de 1998.

O **II Congresso Nacional do PT** se realiza de 24 a 28 de novembro de 1999. Os 441 delegados deliberam acerca das 14 teses que disputam o direito de serem a tese-guia dos debates. Vence a do *Programa da Revolução Democrática: Para a Construção de um Brasil Livre Justo e Democrático* da Articulação Unidade na Luta que será a base da Resolução do Congresso *Programa da Revolução Democrática*.

Recife acolhe o **XII Encontro Nacional**, de 14 a 16 de dezembro de 2001, com os seus 538 delegados que representam oito teses. É eleita como tese-guia e aprovada a resolução *Um Outro Brasil é Possível* e é divulgado o documento *Diretrizes do Programa de Governo*, que estava ainda em processo de elaboração. A chapa *Um outro Brasil é possível* vence a eleição para a presidência do Partido. (Partido dos Trabalhadores, 2005:55-56).

9.4. ANEXO 4 - 22/05/2006 - 13º ENCONTRO NACIONAL DO PT - CONJUNTURA, TÁTICA E POLÍTICA DE ALIANÇAS

Conjuntura, Tática e Política de Alianças

1. Vivemos um período favorável ao avanço da esquerda política e social em nosso continente. Um forte sinal disso é a presença simultânea, no governo de seus países, dos presidentes Lula, Chavez, Evo Morales, Kirchner, Michele Bachelet e Tabaré Vasquez.
2. Este avanço poderá ser aprofundado em 2006, principalmente com o resultado das eleições no Peru, México, Nicarágua, Colômbia, Venezuela e Brasil.
3. “Defendemos a reeleição de Lula, pelo que fizemos, pelo que ainda precisamos fazer, pelo que isto significará para os povos da América Latina e do mundo. E também porque não podemos permitir o retrocesso que significaria a vitória da oposição neoliberal.”
4. A oposição de direita e seus aliados internacionais têm consciência da importância estratégica da eleição presidencial brasileira. As forças neoliberais querem recuperar o controle do governo federal, retomando a repressão contra os movimentos sociais, a submissão aos interesses norte-americanos, a ideologia e a prática do Estado mínimo e das privatizações.
5. Frente a isto, o 13º Encontro Nacional estabelece como objetivos táticos centrais: vencer as eleições presidenciais, impedindo que os neoliberais reconquistem o governo federal; e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessária para realizar a transição do modelo econômico e social.
6. Em 2006, queremos mais do que reeleger Lula, queremos também criar as condições políticas, institucionais e sociais que nos permitam realizar um segundo mandato superior ao primeiro.
7. Para isso, precisamos eleger mais senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas. Precisamos de uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. Precisamos, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais.
8. Já existe uma polarização, na disputa presidencial, entre os campos encabeçados pelo PT e pelo PSDB. Esta polarização, além de política, é também social, sendo marcante o apoio que a candidatura Lula recebe dos setores populares. Nos últimos meses, graças às atitudes adotadas pelo Partido e pelo governo, desde setembro de 2005, estamos também conseguindo recuperar nosso apoio junto aos chamados setores médios.

9. Precisamos consolidar esta polarização social e política, através da polarização programática. Trata-se de debater: a herança deixada pelo governo FHC e pelos governos conservadores que o precederam; as realizações e também os limites do governo Lula; as alternativas propostas pela oposição tucano-pefelista e pelos demais partidos que se opõem ao nosso governo; trata-se, finalmente, de definir as diretrizes que o PT propõe para o segundo mandato Lula.

10. Nosso segundo mandato presidencial, entre 2007 e 2010, terá melhores condições de enfrentar os dois grandes desafios postos, no médio prazo, para a esquerda brasileira:

11. a) superar, através de reformas estruturais, a tragédia social produzida pela crise do modelo nacional-desenvolvimentista e pela aplicação do receituário neoliberal;

12. b) superar a hegemonia neoliberal, nas suas quatro dimensões: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro, o “Estado mínimo” e o conservadorismo político.

13. Com base nestes parâmetros, o texto a seguir aborda de maneira panorâmica os seguintes assuntos: a conjuntura internacional; a conjuntura nacional; nossa tática e a política de alianças; alguns elementos do balanço do governo Lula e das diretrizes de programa de governo, que incidem sobre nossa tática

A conjuntura internacional

14. Vivemos uma conjuntura de avanço da esquerda política e social na América Latina, num contexto internacional marcado por forte instabilidade.

15. Politicamente, a hegemonia das forças que sustentam a atual ordem internacional vem sendo fortemente questionada, em grande medida porque os ricos não têm um projeto de futuro a oferecer aos pobres do mundo.

16. Militarmente, os Estados Unidos seguem mantendo a supremacia, mas esta vem se demonstrando absolutamente insuficiente para lidar com os vários focos de conflito existentes no mundo, a começar pelo Iraque.

17. Economicamente, as baixas taxas de crescimento na Europa e os enormes déficits dos Estados Unidos contrastam e dependem do dinamismo de economias como a chinesa.

18. Neste quadro, o objetivo central de um partido como o PT é trabalhar pela superação do neoliberalismo, em todas as suas dimensões.

19. Enquanto partido socialista, o PT almeja que esta superação se dê num sentido anti-capitalista. Mas a luta contra o neoliberalismo assume múltiplas formas, responde a diferentes estratégias e assume ritmos ditados não por nossa vontade, mas sim pela correlação de forças em âmbito nacional e internacional.

20. Um dos desafios das forças progressistas, democráticas, populares e socialistas na América Latina está justamente em ampliar sua força e cooperação política, social e institucional, utilizando a presença no governo para construir um modelo alternativo, que nos liberte da ditadura do capital financeiro e das ameaças políticas e militares dos Estados Unidos.

21. Este desafio estará sendo enfrentado em vários terrenos: na construção da integração continental, em oposição aos acordos bilaterais com os Estados Unidos; na atuação dos governos de esquerda e progressistas; nas eleições que vão ocorrer em vários países latino-americanos; na mobilização e nas lutas sociais; na elaboração de uma política de segurança para a região, que impeça a militarização dos conflitos, bem como a instalação de bases militares dos EUA; no apoio a Cuba contra o bloqueio norte-americano; e também no acompanhamento da situação interna dos Estados Unidos, onde o fundamentalismo político e religioso precisa ser derrotado.

22. A existência e as ações desenvolvidas pelos governos da Argentina, Brasil, Cuba, Venezuela, Uruguai, Bolívia, bem como a força que a esquerda socialista, setores progressistas e anti-neoliberais demonstram ter em países como Chile, Peru, El Salvador, México e Nicarágua, mostram que estão se criando as condições para impor uma derrota de conjunto ao neoliberalismo em nosso continente.

23. Por isto mesmo, o PT deve ampliar sua atuação na América Latina, sem que isso impeça nossa presença ativa na África, Europa e Ásia, nem tampouco nossa participação ativa junto ao chamado movimento altermundista, expresso principalmente no Fórum Social Mundial.

24. No caso da América Latina, está ao nosso alcance implementar, especialmente por estarmos no governo do Brasil, um plano de integração econômica, política e cultural que torne possível não apenas a resistência, mas também a superação da dominação imperialista sobre nossa América.

25. Neste sentido, o PT –diretamente e através das diversas organizações políticas e sociais com os quais mantemos identidade e cooperação- investirá energias no fortalecimento do Mercosul e da Comunidade Sul-americana das Nações; bem como acompanhará ativamente os processos eleitorais que ocorrerão na América Latina, ao longo do ano de 2006, bem como a atuação dos governos de esquerda e progressistas que já estão em curso.

26. No caso do Haiti, a vitória de Preval mostra que existem energias populares naquele país, capazes de reconstruí-lo de maneira soberana e autônoma. Após jogar um papel importante no processo eleitoral, cabe ao governo brasileiro exigir que sejam cumpridos os compromissos internacionais de apoio, necessários para alterar a situação material do país. Empossado o novo governo e em comum acordo com este, a Minustah deve se retirar do país.

27. No caso da Nicarágua (eleições presidenciais em novembro), o PT presta apoio decidido à Frente Sandinista. Esta última tem condições de eleger Daniel Ortega para a presidência do país e vem sendo brutalmente atacada pela direita local e pelo governo norte-americano.

28. No caso da Colômbia, com eleições marcadas para maio, ao mesmo tempo em que prossegue a confrontação armada (entre o governo, o narcotráfico, os paramilitares e diversas organizações guerrilheiras), cresce a resistência política e social civil, que esperamos se traduza na votação de uma candidatura de centro-esquerda, contra a candidatura do atual presidente Álvaro Uribe.

29. Outro país com eleição prevista para 2006 (junho) é o México, onde há três candidaturas disputando com chances a presidência do país: uma do PAN, outra do PRI e outra do PRD, Lopez Obrador, apoiada pelo PT.

30. O ano de 2006 se concluirá, eleitoralmente, com a eleição no Brasil e na Venezuela (dezembro).

31. Os grandes problemas que enfrentamos, bem como as soluções que propomos para eles, têm uma clara implicação internacional. Se isto já era verdade quando o PT foi criado, em 1980, tornou-se ainda mais verdadeiro hoje em dia.

32. Isto impõe ao nosso Partido um duplo movimento. Por um lado, aprofundar nosso conhecimento e análise teórica acerca do capitalismo moderno, tanto no sentido econômico quanto político-social. Por outro lado, aprofundar a prática internacionalista do Partido, nos vários sentidos desta palavra: a solidariedade, as relações com organizações comprometidas com o socialismo e com outra ordem internacional, a mobilização interna e externa em torno de temas de nosso interesse, a ação parlamentar e de governos no plano internacional.

33. Na campanha eleitoral que já está em curso, o tema das relações internacionais terá destaque. Caberá demonstrar que a política de soberania e integração implementada pelo governo Lula tem obtido êxitos -- como a criação do G-20, que foi determinante nas vitórias frente à OMC, a defesa dos interesses nacionais e o compromisso com a soberania brasileira nas negociações da ALCA, a quitação da dívida com o FMI e Clube de Paris, mostrando que a independência financeira com estes credores são fatores concretos na alteração da correlação de forças e o empenho com o fortalecimento do MERCOSUL. Estes são alguns exemplos da robustez da política externa do Governo Lula, ao contrário da política subalterna aplicada pelo governo que nos antecedeu.

Conjuntura nacional

34. É nos marcos desta situação internacional – em que estão sendo criadas as condições para uma América Latina e Caribenha pós-neoliberal— que devemos analisar a atual conjuntura brasileira e a importância estratégica de reeleger Lula presidente da República.

35. Nossa vitória na disputa presidencial de 2002 ocorreu num dos países mais desiguais do mundo, característica marcante de nossos mais de 500 anos de história. Um país que se industrializou e urbanizou velozmente, a partir de 1930, orientado por um desenvolvimentismo conservador que não previa ruptura com os padrões de dependência externa, concentração de riqueza e conservadorismo político. Um dos países que inaugurou o ciclo de golpes e ditaduras militares que varreu a América Latina, ditaduras que prepararam o terreno para a implementação das políticas neoliberais. Um país que desde a década dos 1980 cresce a taxas

inferiores ao que seria necessário para, pelo menos, manter o padrão de vida de sua população e receber com dignidade as novas gerações. Um país que experimentou os efeitos de uma década de governos neoliberais, com efeitos gravíssimos nas condições de vida do povo, na vida econômica do país e na capacidade de atuação social do Estado.

36. Um país onde a resistência aos governos militares e ao neoliberalismo foi obra de um conjunto extremamente plural de forças políticas e sociais, que mesmo quando se aliaram em torno de objetivos táticos comuns, expressavam diferentes objetivos estratégicos.

37. Num país de tanta complexidade, cabe, em primeiro lugar, evitar o equívoco muito comum de reduzir a conjuntura brasileira às ações do governo Lula. É preciso incluir na análise o conjunto das forças políticas, sociais e econômicas em ação, no âmbito nacional, estadual e municipal, desde a eleição presidencial até o momento. Basta lembrar, por exemplo, que as forças vinculadas ao neoliberalismo receberam quase 40% dos votos nas eleições presidenciais, elegendo ainda a maioria dos governadores, senadores, deputados e prefeitos, além de manter enorme poder econômico e influência sobre os meios de comunicação.

38. Estas forças, conservadoras e neoliberais, que administraram o país de 1990 até 2002, pretendem recuperar o governo federal. Barrar este movimento, reeleger Lula, e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, uma das condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social, são os principais objetivos do PT.

As eleições de 2004

39. A contra-ofensiva das forças neoliberais ganhou maior ímpeto entre as eleições municipais de 2004 e outubro/novembro de 2005.

40. As eleições municipais de 2004 realizaram-se num ambiente político novo: pela primeira vez o PT concorreu a governos municipais, sendo governo no âmbito federal.

41. Este fato incidiu de pelo menos três formas na campanha eleitoral: no debate político geral, na incidência político-administrativa do governo federal e na política de alianças.

42. No que toca ao debate político geral, lembramos que até 2002, com maior ou menor ênfase, o PT estruturava suas campanhas na denúncia global do projeto neoliberal e na defesa global do projeto democrático e popular. A existência desta bipolarização organizava, política e ideologicamente, o discurso dos petistas e a recepção deste discurso por parte do eleitorado. Em 2004, o PT teve dificuldade de combinar este discurso nacional e programaticamente polarizador com os desafios e limites decorrentes do fato de encabeçar um governo de ampla coalizão política. Isso permitiu ao PSDB e ao PFL, bem como a vários partidos de “centro”, uma liberdade de movimentos que eles não experimentavam desde 1994.

43. No que toca a incidência político-administrativa do governo federal, apesar das acusações da oposição, o fato é que seus reflexos positivos foram menores, menos homogêneos e menos positivos do que supúnhamos no início da campanha de 2004.

44. No que diz respeito à política de alianças, foram autorizadas coligações com, potencialmente, toda a base de apoio do governo no Congresso Nacional. Isso gerou uma enorme polêmica interna e pública no PT, tanto no primeiro quanto no segundo turno.

45. Um subproduto desta política de alianças foi a decisão, tomada por alguns integrantes da antiga direção nacional e que só veio a público no curso de 2005, de assumir dívidas dos partidos aliados no Congresso Nacional, mesmo que em alguns casos estas dívidas tivessem sido contraídas em campanhas contra candidatos do PT. Estes, por sua vez, foram estimulados a fazer campanhas com um nível de gastos superior à sua capacidade de endividamento, o que explica parte da crise financeira vivida, hoje, pelo PT.

46. Ao término das eleições de 2004, verificou-se que o PT fora derrotado em importantes centros urbanos que ele governava, com importantes exceções (como Belo Horizonte, Recife e Aracaju). Registre-se que isso ocorreu apesar do cenário econômico do segundo semestre ter sido positivo, frente ao que havia ocorrido em 2003.

A Disputa com a Direita

47. Logo após as eleições municipais, os setores conservadores conseguiram eleger, para presidente da Câmara dos Deputados, um representante do chamado “baixo clero”, assumido anticomunista e defensor público do fisiologismo.

48. Dois meses após a eleição de Severino Cavalcanti, a direita deflagrou um ataque generalizado contra o governo e contra o PT, utilizando-se para isto as acusações feitas pelo então deputado federal Roberto Jefferson.

49. O governo e o PT foram submetidos, a partir de março de 2005, a um bombardeio cotidiano de todos os meios de comunicação, associando-nos à corrupção, ao crime organizado, ao enriquecimento ilícito, entre outros delitos, com destaque para a articulação de um esquema de financiamento de campanhas eleitorais, nos mesmos moldes que o PSDB e o PFL.

50. A oposição neoliberal pretendia, desta forma, desgastar o Partido e o governo, criando as condições para uma vitória da direita nas eleições de 2006. Ou até mesmo, dependendo da evolução da crise, contestar o registro legal do PT e solicitar o impeachment do presidente da República.

51. Os planos da oposição foram parcialmente inviabilizados, graças à base popular do Presidente, à força da militância petista, à eleição do presidente da Câmara dos Deputados e aos bons resultados da política do governo federal.

52. A força do petismo ficou visível em setembro-outubro de 2005, quando 315 mil filiados compareceram para votar na eleição da nova direção partidária. Logo em seguida, Aldo Rebelo foi eleito para a presidência da Câmara dos Deputados.

53. O resultado do PED, a eleição de Aldo Rebelo, as ações desencadeadas pelo governo Lula e o debate político-eleitoral aberto resultaram num quadro distinto do imaginado pela direita: a candidatura de Lula não apenas segue competitiva, como chega a ser apontada por algumas pesquisas como capaz de vencer a eleição no primeiro turno.

54. As pesquisas, antes como agora, registram um momento de uma disputa eleitoral que está longe de terminar. O quadro das eleições de 2006 ainda não está definido, nem em termos de candidaturas, nem em termos de coligações, nem em termos de alternativas programáticas.

55. O recrudescimento dos ataques da direita, ao longo de março de 2006, servem para nos lembrar que eleição deste ano ocorrerá nos marcos de uma contra-ofensiva conservadora, cuja profundidade e alcance podem ser vislumbrados no resultado do referendo sobre a comercialização de armas, no relatório aprovado pela CPMI da Terra, na maneira como a direita defende a cassação de deputados petistas e nas declarações conservadoras e elitistas de líderes da oposição.

56. Os ataques da direita, contra o PT e contra o governo Lula, eram esperados, uma vez que representamos programas e projetos políticos antagônicos. O êxito maior ou menor destes ataques decorre, em parte, das dificuldades objetivas enfrentadas por nosso governo (a herança maldita, a correlação de forças, a desestruturação do aparelho de Estado). Decorre também de acertos táticos da oposição neoliberal e de opções políticas equivocadas feitas pelo nosso Partido e por nosso governo.

As finanças de um partido de trabalhadores

57. Como financiar a atividade política de um partido de trabalhadores, especialmente em épocas de refluxo e crise econômica, que reduzem o nível de mobilização, organização, a consciência e a renda dos trabalhadores?

58. Sustentado inicialmente por contribuições de militantes, parlamentares e cargos comissionados, bem como por recursos advindos da venda de materiais e do apoio de estruturas e simpatizantes, o PT tornou-se nos anos 1990 beneficiário de recursos públicos, por meio do Fundo Partidário. Este Fundo, proporcional ao desempenho eleitoral do Partido, tornou-se rapidamente a principal fonte de recursos do PT.

59. Isso permitiu a construção de estruturas permanentes ou temporárias, independentemente da contribuição voluntária de nossas bases militantes, o que deu maior autonomia para a burocracia partidária. Mas tanto o fundo público quanto as demais estruturas dependiam, em última análise, do voto. Isto, mesmo que em última instância, impunha certo “controle social” por parte das bases partidárias.

60. Este controle social perdeu parte de sua força quando entrou em cena o financiamento privado legal das campanhas, que permitiu dissociar progressivamente o desempenho eleitoral do envolvimento voluntário e consciente da militância, além de conduzir o PT a adotar, mesmo que parcialmente, métodos empresariais de campanha, num fenômeno que já ocorria com outros partidos.

61. Ao longo dos anos 1990, as campanhas eleitorais tornaram-se cada vez mais caras, não apenas devido aos custos de produção dos programas dedicados ao horário eleitoral supostamente gratuito, mas também por conta da contratação de shows de artistas de grande apelo popular.

62. O PT sempre foi crítico da influência do “poder econômico” nas campanhas eleitorais, especialmente da sua forma mais extremada, a chamada “americanização”, que trata os candidatos como produtos e o eleitorado como mercado consumidor. Por isto mesmo, defendemos o financiamento público das campanhas e a redução de seus custos. Neste sentido, nossas bancadas no congresso Nacional devem se empenhar firmes e determinadas pela aprovação do financiamento público de campanha, ainda nesta legislatura. Da mesma forma, o PT deve propor um pacto nacional pela validação das regras para barateamento das campanhas eleitorais, aprovadas pelo Congresso.

63. Entretanto, temos que reconhecer que nossa postura crítica frente à influência do “poder econômico” não nos livrou de cometer erros importantes.

64. Esses erros vão desde a contratação, pela direção nacional do PT, de 20 milhões de reais em shows, apenas para a campanha de 2004; até a promiscuidade com personagens que funcionavam como “caixas de campanha” para o PSDB.

65. É evidente que não podemos ser ingênuos e achar que é possível participar das disputas eleitorais, da forma como elas ocorrem hoje, sem contar com recursos privados. Mas também é ingênuo achar que todos os empresários que contribuem com as campanhas eleitorais do PT o fazem desinteressadamente.

66. Neste sentido, o PT deve debater abertamente os riscos envolvidos na dependência em relação ao financiamento privado de campanhas. Estes riscos incluem, no médio prazo, a alteração dos compromissos programáticos e dos vínculos de classe do Partido.

67. Não se trata, apenas, de um problema para o nosso Partido. Trata-se de um problema crônico da democracia nos marcos do capitalismo, problema que pode ser minimizado, mas não superado, pelo financiamento público, por leis que restrinjam os gastos em campanhas eleitorais, pela democratização dos meios de comunicação de massa, pela repressão contra a compra de votos e pela educação política permanente da sociedade.

68. No Brasil, a legislação prevê limites para a contribuição das empresas. Mas muitas empresas querem contribuir via “caixa dois”, porque esta pode ser feita com dinheiro não declarado; pode ser feita sem que a população e os concorrentes do político beneficiado saibam; e pode servir para chantagear o beneficiário da contribuição ilegal. Com o “caixa dois”, impede-se o controle público dos recursos, tanto na origem, quanto no

destino. Não se deve perder de vista, aliás, qual a economia política da corrupção: o beneficiário maior é o corruptor, não o corrupto.

69. Desde março de 2005, o PT como um todo e também dirigentes importantes do Partido passaram a ser acusados de recorrer aos mesmos procedimentos, em alguns casos aos mesmos operadores do financiamento do PSDB e de outros partidos.

70. Uma análise de conjunto desta questão remete para um debate mais complexo, sobre o “custo” da democracia, numa sociedade capitalista.

71. Um partido de trabalhadores, numa sociedade profundamente desigual como a nossa, enfrenta enormes dificuldades para disputar eleições, entre elas a desigualdade de condições materiais, a postura dos meios de comunicação, os recursos disponíveis para os oponentes, a compra de votos.

72. Mesmo que tenha sido com o propósito de enfrentar estas dificuldades, consideramos que foi um erro que alguns dirigentes do Partido tenham terceirizado as finanças do Partido, tomando sem consultar nenhuma instância partidária a decisão de se envolver com operadores financeiros do PSDB e com métodos de financiamento que sempre combatemos.

73. Por sua tradição e convicção, o PT luta contra a corrupção e a apropriação privada de bens e recursos públicos. As acusações de corrupção contra membros do partido devem ser investigadas, garantida ampla defesa, e, havendo comprovação, cabe punição rigorosa.

74. Os movimentos socialistas não são isentos de deformações e de processos de corrupção. A integração ao Estado e à sociedade burguesa são riscos permanentes e significam perda da perspectiva socialista. Construir uma crítica no interior do nosso próprio movimento, enriquecer nosso programa com esse combate, são armas contra o liberalismo e a degeneração. De forma combinada com reformas políticas democráticas, nosso partido deve desenvolver exemplarmente uma conduta democrática e transparente na sua relação com o Estado.

Resolução de apuração sobre a Crise do PT em 2005

75. O 13º. Encontro do Partido dos Trabalhadores reitera a condenação às práticas inaceitáveis de financiamento de campanha e de promiscuidade na relação inter-partidária, que causaram enormes danos à imagem, ao patrimônio ético, ao ideário socialista e democrático do Partido, colocando temporariamente na defensiva o campo democrático e popular e dando pretextos para tentativas de desestabilização de nosso governo.

76. O 13º. Encontro considera que ainda não se esgotou, no interior do PT, o processo de discussão sobre as origens da crise que vivemos em 2005 e de apuração de responsabilidades. Tampouco se encerrou, na sociedade, nossa luta por uma reforma política e pelo financiamento público de campanha.

77. O 13º. Encontro considera que essas práticas políticas inaceitáveis devam ser debatidas de maneira crítica e autocrítica pelo conjunto do Partido.

78. Entre estas práticas, encontram-se: a) a centralização de decisões por alguns dirigentes, sem autorização de nossas instâncias; b) a subestimação do papel da luta social no processo de democratização do Estado e do governo; c) a ilusão sobre a possibilidade de políticos conservadores abdicarem de seus próprios projetos e práticas, em função dos nossos.

79. O 13º. Encontro considera que essas práticas, entre outras, afetaram a capacidade do Partido de resistir à ofensiva político-ideológica que as forças conservadoras movem contra nós, facilitando ataques agressivos e profundamente preconceituosos que são feitos sob um manto pretensamente moralista.

80. O 13º. Encontro considera que esse processo de averiguação possui uma dimensão individual e crítica; mas ao Partido interessa, sobremaneira, a dimensão coletiva e autocrítica, porque estamos diante de um fenômeno de causa e solução sistêmicas.

81. A autocrítica do PT deve estar no discurso e, principalmente, na prática. Para isto, contamos com o impulso da militância partidária, que renovou as direções partidárias no PED. Trata-se de prosseguir neste caminho, revalorizando a luta social como dimensão fundamental de nossa estratégia; reafirmando a autonomia do Partido frente ao governo e às instituições do Estado; acentuando a luta ideológica e política das classes trabalhadoras contra a direita e suas práticas.

82. O 13º. Encontro considera fundamental evitar que este processo de apuração seja constrangido pela dinâmica eleitoral e/ou manipulado pela oposição de direita.

83. Tendo isto em vista, o 13º. Encontro determina ao Diretório Nacional que regulamente os prazos e procedimentos para realizar o processo de apuração das responsabilidades relativas à crise vivida pelo PT no ano de 2005.

A HERANÇA CORRUPTORA E AS FALHAS ESTRUTURAIIS DO ESTADO BRASILEIRO

84. O Partido reconhece que subestimou a condição de permeabilidade do estado brasileiro às pressões corruptoras advindas dos setores privados, sobretudo daqueles setores que se locupletaram do processo de privatizações ocorrido a partir da década de 90.

85. É evidente que a corrupção é um fenômeno histórico. Que precede ao próprio momento das privatizações. Tal fenômeno é, de fato, cultural, envolve costumes seculares e diz respeito à forma como as elites e classes dominantes no Brasil exerceram e exercem sua hegemonia política sobre a sociedade.

86. No entanto, o contexto do processo de privatizações no Brasil foi marcado também pelo desmonte neoliberal da máquina estatal e de suas já combatidas estruturas de controle e fiscalização. Eis porque nosso governo se inicia sem mensurar corretamente mais essa herança do período tucano à frente do governo central do país, qual seja, a malha privada de apropriação ilegal dos espaços públicos, reciclada nos governos que precederam a gestão Lula.

87. Assim, o governo Lula, diante da magnitude das tarefas postas para a realização de nossos compromissos com a população, do esforço para garantir a estabilidade econômica, e a urgente adoção das medidas sociais de inversão de prioridades de investimentos, não deu a devida atenção à apuração e das privatizações ocorridas sob a batuta tucana.

88. A ausência de tal atitude, somada à lacuna causada pela falta de uma reforma administrativa de fundo e de uma reforma política contundente, que deveriam ter sido discutidas diretamente com a população, fragilizou profundamente nosso governo, tornando-o mais pressionável pelas já citadas forças corruptoras.

89. Para agravar esse quadro, tivemos que vivenciar uma inédita política de alianças, que se constituiu à base de uma ampla coalizão partidária, como forma de garantir a chamada governabilidade. Isso resultou também na pressão fisiológica dos partidos tradicionais, que sempre demandaram mecanismos de financiamento eleitoral de origem duvidosa.

90. Neste sentido, sem prejuízo das apurações das responsabilidades específicas sobre o chamado valerioduto, que teve origem na campanha tucana de 1995, a partir de minas gerais, o PT assume o compromisso de propor um conjunto de reformas estruturantes que versem sobre os mecanismos de controles públicos e sociais sobre o orçamento estatal, sobre o sistema político-eleitoral, bem como a continuidade do reforço do aparato jurídico e policial destinado a reprimir a corrupção no país.

Composição de Governo, tratamento dado à oposição e a corrupção dos governos tucanos

91. O governo Lula não realizou nenhuma devassa contra o governo FHC. Uma devassa muito provavelmente colocaria politicamente na defensiva (e, eventualmente, na cadeia) vários dos responsáveis pelos processos de privatização realizados nos anos 1990; pelo endividamento público ocorrido nos anos 1990; por empréstimos subsidiados às grandes empresas, inclusive aos meios de comunicação; pelo financiamento ilegal dos partidos conservadores etc.

92. A decisão de não realizar a devassa, os cuidados tomados na composição do ministério e dos diversos escalões do governo, o tratamento concedido aos setores empresariais, a política de boa vizinhança com os grandes meios de comunicação, a atitude frente à direção do PSDB não alteraram a conduta dos tucanos frente ao governo Lula e ao PT: as recentes declarações do ex-presidente FHC são uma demonstração do baixo nível da oposição conservadora e da impossibilidade de qualquer aliança estratégica com o PSDB.

93. A atitude frente ao PSDB relaciona-se ao debate acerca de como deveríamos obter a governabilidade. Uma hipótese seria construir uma rede de apoio institucional e social, combinada com uma maioria congressual estreita. Outra hipótese seria construir uma maioria congressual ampliada.

94. Neste segundo caso, frente à correlação de forças existente no Congresso Nacional, tínhamos três possibilidades básicas: a) uma aliança com o PSDB; b) uma aliança com o PMDB; c) ou uma aliança baseada nos pequenos e médios partidos de centro-direita (PTB, PP, PL). Prevaleceu este último caminho, que para além dos

efeitos colaterais no campo da ética, demonstrou ser capaz de construir uma maioria congressual instável, mas não uma hegemonia política.

95. Qualquer que fosse a política de alianças escolhida; e por mais que ela tenha sido decorrente, em parte ao menos, da correlação de forças existente no Congresso Nacional e nos governos estaduais, nada justifica, porém, que não combinássemos à política de “governabilidade”, principalmente congressual, e à a popularidade do presidente, a construção orgânica do apoio também junto à esquerda política e aos movimentos sociais. Um governo de esquerda, ou mesmo de centro-esquerda, não sobrevive se não construir uma base de apoio popular, organizada e mobilizada. A atitude respeitosa e de diálogo do nosso governo com os movimentos sociais – atitude, aliás, que nos diferencia profundamente dos governos tucanos – permitiria que tivéssemos construído isso.

96. Ao contrário disto, tivemos reformas ministeriais que reduziram o espaço do PT e das forças democráticas e populares no governo sem que isso tenha ampliado nosso apoio no Congresso ou na sociedade.

97. O tratamento que concedemos ao PSDB e ao governo FHC; bem como a política de alianças que adotamos no Congresso; foi acompanhada de atitude extremamente ampla na composição do governo. No caso específico da equipe econômica, combinamos petistas e aliados desenvolvimentistas, com quadros importantes vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior.

98. Sem dúvida, a essa composição devemos somar o comportamento dos meios de comunicação, que tentaram reduzir nosso governo à sua política monetária e fiscal, tratando a equipe econômica como se ela fosse o pilar central do governo.

99. Apesar de termos hoje a menor taxa de juros desde 2001, caminhando para novas reduções, é preciso reconhecer que a política monetária desenvolvida pela Fazenda supunha a adoção de medidas impopulares, tais como altas taxas de juros e superávit primário, cortes e contingenciamentos de verbas orçamentárias, extrema moderação nos investimentos etc. Neste processo, nos vimos diante de um duplo problema: por um lado, o conflito com as expectativas de parcela das bases partidárias, eleitorais e sociais do campo democrático e popular; por outro lado, o discurso emanado de parcela da equipe econômica, que não dialogava adequadamente com aquelas expectativas.

100. A tarefa central de nosso governo era e segue sendo construir um Brasil pós-neoliberal. Esta não é uma tarefa exclusiva da área econômica. Diante da gravidade dos desequilíbrios macroeconômicos, herdados do governo anterior, a opção adotada foi por medidas impopulares de política econômica, tais como: elevar a taxa básica de juros, contingenciar verbas orçamentárias, cortar investimentos públicos e elevar o superávit primário. Isso gerou críticas e insatisfações de parte de nossa base social e no seio do próprio partido. Entendemos que depois de três anos de austeridade monetária e fiscal, temos todas as condições para acelerar a redução da taxa básica de juros, sem perder o controle sobre a inflação, e elevar o investimento público, garantindo o crescimento sustentável da economia e a aceleração do processo de inclusão social. Estas devem fazer parte das prioridades do segundo mandato do governo Lula.

101. Outro ponto a superar num segundo mandato, é nossa timidez na criação de mecanismos democráticos de participação e controle popular sobre as grandes instituições nacionais.

102. A democratização radical do aparelho de Estado é fundamental para dar suporte a um governo como o nosso, além de ser o melhor antídoto contra um conjunto de hábitos e práticas conservadoras e tradicionais, entre elas as práticas fisiológicas e corruptas vigentes nos governos anteriores.

103. A timidez do governo no quesito democratização não impediu de sermos acusados de totalitarismo e “loteamento do aparelho de Estado”, pelos meios de comunicação.

104. Este foi, aliás, um dos equívocos centrais cometidos por nós: a política de comunicação.

105. A campanha eleitoral de 2006 e o governo Lula 2007-2010 devem partir dessa experiência, para fazer diferente: na comunicação, no controle social e na democratização do Estado, no papel da chamada “área econômica”, na política de alianças institucional e na construção de uma aliança orgânica com os partidos de esquerda, movimentos sociais e intelectualidade progressista.

Elementos da tática e política de alianças

106. Nossa tática para as eleições de 2006 tem dois objetivos centrais: vencer as eleições presidenciais, impedindo que os neoliberais reconquistem o governo federal; e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social.

107. Neste sentido, nossa tática para 2006 deve buscar a eleição de mais senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais de esquerda, em particular petistas.

108. Para isto, devemos construir uma sólida aliança com os movimentos sociais, com a intelectualidade progressista e com os setores populares que se identificam com nosso governo e com o presidente Lula. Para isto, as direções partidárias em todos os níveis devem procurar estes setores, para dialogar aberta e francamente sobre a importância de vitória, não apenas de Lula, mas das candidaturas do PT e aliados, em todos os níveis.

109. Precisamos, finalmente, de uma campanha eleitoral de polarização entre as forças populares e os setores neoliberais.

110. Esta polarização já está em curso, como se pode ver no debate diário nas CPIs e nos meios de comunicação. Cabe ao PT e seus aliados adotar uma atitude ainda mais ofensiva frente ao PSDB-PFL, mostrando entre outras coisas que problemas fundamentais do país remontam às privatizações tucanas (privataria), a compra de votos para a reeleição, ao engavetamento de CPIs e tantos outros casos.

111. A divulgação de um dossiê das privatizações e da quebraadeira, a ser lançado pelo partido no mês de maio, é um instrumento importante nesta disputa.

112. Por outro lado, o Partido deve também acentuar a crítica à CPI dos Correios e dos Bingos, demonstrando que, na primeira, houve um claro desejo de não avançar nas investigações em “épocas tucanas”, o que coloca sob suspeição o relatório final – aprovado em claro desrespeito ao regimento interno da Câmara e a princípios democráticos. Na segunda, dos Bingos, os desvios de foco e do objeto de investigação que vêm incorrendo os seus membros podem tornar inevitável o recurso à Justiça.

113. Ao mesmo tempo em que enfrentaremos de maneira ofensiva o debate sobre a corrupção, devemos mostrar para a sociedade que o fundamental é o debate entre projetos políticos, sobre como melhorar as condições de vida da população, como ter crescimento com distribuição de renda e riqueza, como recuperar ainda mais as condições de funcionamento do Estado, como ampliar a democracia e garantir soberania nacional.

114. Este debate, em que mostraremos que o Brasil não pode andar para trás, exige mudar o terreno principal do enfrentamento: das CPIs para as ruas, do Congresso para a campanha eleitoral.

115. Ao longo de 2005 houve, em nosso país, um considerável avanço do conservadorismo. Apoiando-se na difusão de preconceitos, em erros do próprio PT e no discurso incoerente do esquerdismo, a direita se viu mais à vontade para disseminar um senso conservador, ainda que difuso. Isso se expressou, por exemplo, na votação do referendo de 23 de outubro sobre o comércio de armas e na cobertura que a mídia fez da crise política dos últimos meses.

116. Para evitar a armadilha do conservadorismo, temos o desafio de retomar o debate programático, sobre os grandes desafios postos para o Brasil e os diferentes caminhos propostos por cada candidatura e partido. A diferença é que faremos isso, não mais como força de oposição, mas como força hegemônica no governo federal, em três governos estaduais e em centenas de prefeituras.

117. Aliado a defesa daquilo que já estamos desenvolvendo, nesses diferentes níveis de governo, temos que estabelecer um contraponto explícito em relação ao governo tucano que nos antecedeu e em relação ao que fariam o PSDB-PFL caso retornassem ao governo federal.

118. Nossas chances de sucesso nas eleições de 2006 dependem em grande medida de sermos capazes de aparecer para a sociedade como expressão política, governamental e partidária, das demandas por um país democrático, popular e socialista. Neste sentido, a disputa clara de projetos, o confronto ideológico, a contraposição de modelos de país, constituem um aspecto fundamental da disputa eleitoral.

119. Estes desafios devem ser enfrentados “a quente”, ou seja, no curso do balanço do governo Lula; da elaboração das diretrizes do programa de governo 2007-2010; na organização da aliança com que disputaremos as eleições; da escolha de nossos/as candidatos/as a presidente, vice-presidente, governadores, senadores e deputados; na atuação das bancadas parlamentares; na disputa político-ideológica de projetos na sociedade e na ação de nossos governos, principalmente do governo federal.

120. Desta disputa de projetos deriva nossa capacidade de rearticular organicamente o campo democrático e popular. Chegamos à presidência da República como expressão desse bloco histórico, composto pelos partidos

de esquerda, movimentos sociais, mandatos parlamentares, governos e intelectualidade democrática. Um de nossos desafios, na campanha eleitoral de 2006, é recompor e fortalecer este bloco.

121. O Partido dos trabalhadores tem dois grandes objetivos em 2006, vencer a eleição presidencial e criar as condições para que realizemos um segundo mandato superior ao primeiro.

122. Em nosso segundo mandato presidencial, precisaremos de uma governabilidade de novo tipo, baseada numa combinação adequada entre força parlamentar, presença em governos estaduais e municipais, apoio e mobilização organizada da sociedade, maior incidência do PT e demais partidos de esquerda, engajamento da intelectualidade democrática, maior iniciativa política de nossa administração e aprofundamento de nossas alianças internacionais.

123. Esta governabilidade de novo tipo começa a ser construída desde já, inclusive no processo eleitoral, tanto no âmbito nacional quanto nos estados.

124. É fundamental construir, para enfrentar a campanha eleitoral e o que se seguirá, uma cooperação política permanente entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais de âmbito nacional.

125. É importante, também, a vitória de candidaturas petistas e de nossos aliados de esquerda, nas eleições para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas.

126. É importante, finalmente, que se constituam, - tendo em vista nossa tática eleitoral nacional e estadual – alianças com outros partidos, que integram a base de apoio do governo; bem como alianças com partidos que não integram a base de apoio do governo, mas que, nos estados, são aliados das forças democráticas e populares e adversárias do PSDB e PFL, núcleo da oposição conservadora que devemos derrotar.

127. As alianças que o PT fará, tanto no primeiro quanto no segundo turno, tanto nos estados quanto nacionalmente, serão baseadas exclusivamente em compromissos programáticos e participação nos governos.

128. O 13º. Encontro autoriza o Diretório Nacional a analisar e decidir, caso a caso, as alianças com partidos da base do governo, bem como apreciar recursos sobre alianças estaduais.

129. É importante registrar, porém, que, tendo em vista as diferentes dinâmicas eleitorais existentes, no plano estadual e federal, em alguns estados a campanha Lula poderá ter mais de um palanque.

A oposição tenta retomar o cerco

130. O ano eleitoral de 2006 iniciou com o Partido dos Trabalhadores e o governo do presidente Lula conseguindo enfrentar e superar o cerco político movido pela oposição, em 2005.

131. A superação do cerco político foi possível por uma série de fatores, entre os quais devemos destacar: a participação massiva dos filiados no processo de eleição das direções partidárias, o apoio popular ao presidente

da República, a rearticulação da base do governo na eleição do atual presidente da Câmara dos Deputados, a maturação dos programas de governo e as iniciativas político-administrativas adotadas no último período.

132. Esses fatores refletem-se nas pesquisas de opinião, divulgadas nos primeiros três meses do ano de 2006. O PT continua sendo, dos partidos políticos brasileiros, o que tem maior apoio popular. A aprovação ao governo passou de 42% para 55%, de dezembro para março. Na comparação entre governos, 52% entendem que a gestão Lula é melhor que a de FHC, enquanto apenas 23% pensam o contrário. A intenção de voto melhorou de 9 a 11 pontos no período, e Lula vence em todos os cenários de primeiro e segundo turnos. Esses dados, da pesquisa IBOPE/CNI, é confirmado em vários outros levantamentos. É sintomática a persistente tentativa da direita de desqualificar a opção dos trabalhadores por Lula nas próximas eleições.

133. Os dados das pesquisas realizadas no primeiro trimestre do ano fortalecem nossa convicção acerca da evolução positiva do nosso governo. Mas devemos estar atentos ao significado das pesquisas, sem supervalorizar seus resultados quando são a nosso favor, nem desqualificar quando são contra. Portanto, o nosso otimismo neste momento deve ser moderado e realista, de quem irá enfrentar mais uma dura e decisiva disputa política de nossas vidas de militantes petistas.

134. Apostando na idéia de que Lula e o PT chegariam muito enfraquecidos a 2006, o PSDB e o PFL foram surpreendidos com nossa recuperação. Foi nesses marcos que a oposição conduziu o processo de escolha do candidato tucano à Presidência da República, processo que demonstrou a natureza conservadora e antidemocrática do PSDB.

135. A própria dinâmica da escolha mostrou um PSDB dividido, com decisões centralizadas numa pequena cúpula e repleto de manobras obscuras. Revelou, também, como eram infundadas as ilusões daqueles que acreditavam num suposto compromisso do PSDB com o desenvolvimento, a democracia e a modernidade.

136. Geraldo Alckmin e José Serra expressam as mesmas opções programáticas fundamentais, como demonstram a ação de José Serra à frente da prefeitura paulistana e as ações de Geraldo Alckmin à frente do Governo de São Paulo.

137. Aliás, durante doze anos à frente deste governo estadual, o PSDB reduziu os investimentos sociais, sucateou a saúde e a educação, privatizou empresas públicas, demitiu 195 mil funcionários públicos e impediu a instalação de nada mais, nada menos, do que 65 Comissões Parlamentares de Inquérito.

138. Qualquer um que seja o candidato presidencial escolhido pelo PSDB, o programa da oposição de direita será o mesmo: retomada da agenda neoliberal e reacionária, supressão dos direitos sociais e constitucionais, privatizações e repressão aos movimentos sociais, submissão do Brasil aos interesses dos Estados Unidos.

139. O que a escolha do PSDB revela é que sua opção conservadora será apresentada sem disfarces. Geraldo Alckmin, o candidato preferido pelas elites, tem um discurso claramente conservador e reacionário, ao qual o PT oporá a defesa dos interesses democráticos, populares e nacionais. A mesma coisa acontecerá caso o candidato

do PSDB seja José Serra, que vem demonstrando seu desejo de reverter a decisão de seu partido e ser ele o candidato à presidência.

140. O cenário eleitoral nacional ainda depende de vários fatores, entre os quais a decisão do PMDB acerca de sua tática na eleição presidencial. A combinação das estratégias nacionais dos partidos com os movimentos táticos estaduais será decisiva para uma definição das alianças eleitorais.

141. A hora é de enfrentamento de projetos e de históricos. A oposição, capitaneada pela aliança tucano-pefelista que governou o Brasil por oito anos, desempregando, desregulamentando, privatizando e desestruturando o Estado Nacional e submetendo o país aos interesses do capital financeiro internacional, tenta desesperadamente desconstruir a imagem de nosso governo e, por isso, acirrou seus ataques, que certamente prosseguirão no próximo período, com o claro objetivo de retomar o cerco contra o Partido e contra o Presidente da República.

142. O 13º Encontro Nacional do PT convoca a base do partido a denunciar e reagir à tentativa da oposição de retomar o processo denunciado, tentando levar novamente as atenções para esse campo, pois avaliam que perdem no campo programático e na comparação de governos.

143. Usam partidariamente a CPI dos Bingos, conhecida como CPI DO FIM DO MUNDO, buscando desesperadamente criar fatos políticos negativos contra o governo e o PT. O PT denunciou a inconstitucionalidade dessa CPI e buscou no Supremo Tribunal Federal o restabelecimento do fato determinado, pelo qual a CPI foi instalada. O STF deu provimento à liminar, restando à oposição vociferar contra o controle de constitucionalidade daquela Corte.

144. Por outro lado, o PT defende a imediata instalação da CPI das Privatizações que deve desencadear uma profunda investigação sobre o processo realizado no período em que a oposição governou o Brasil, aprofundando o conhecimento da sociedade sobre a natureza lesiva deste projeto e a marca anti-ética de sua atuação sobre o Estado brasileiro.

145. Ao fazermos isso, vamos também defender a democracia e a Constituição Federal. Devemos enfrentar, com franqueza, o tema da ética, e mostrar que, neste governo, a CGU ganhou força para controlar a administração, que a Polícia Federal tem mais orçamento e plena liberdade para investigar e que os dois procuradores-gerais do Ministério Público Federal não mereceram a alcunha de “engavetador-geral da República” como ficou conhecido Brindeiro no governo FHC.

146. O PT mobiliza desde já seus filiados e simpatizantes, seus aliados nos movimentos sociais e a população em geral em defesa da reeleição de Lula, bem como pela eleição de governadores e governadoras, deputados e deputadas estaduais e federais, senadoras e senadores identificados com nosso projeto, capazes de representar o anseio de mudanças que já se expressou na eleição de Lula em 2002, elegendo legislativos e executivos mais representativos das aspirações populares, criando assim melhores condições institucionais para que nosso segundo mandato seja superior ao primeiro.

147. O PT deve aprofundar o diálogo com os partidos, os movimentos e a intelectualidade progressista, no sentido de transformar este ano de 2006 em um ano de grande mobilização, em apoio ao governo Lula e pela conquista de mais um mandato presidencial, para prosseguir e aprofundar as conquistas deste governo, ampliar a participação popular na política e consolidar o projeto de democratização política e social no Brasil.

148. Como parte deste processo de mobilização, as instâncias partidárias devem constituir fóruns de debates sobre o balanço de nosso primeiro mandato e sobre o programa de governo para o segundo mandato, buscando reunir militantes partidários, dos movimentos sociais e intelectualidade democrática, para diagnosticar os avanços e as insuficiências, divulgar os programas federais e a aplicação de recursos em cada região, bem como debater as diretrizes de governo 2007-2010. Este debate deve ser combinado com a discussão sobre o programa de governo para as eleições estaduais.

149. O 13º Encontro Nacional do PT é um momento de aglutinação das forças partidárias e contribuirá para assegurar nossa unidade em defesa da reeleição do presidente Lula.

150. O 13º ENPT conclama a ampla participação dos filiados e simpatizantes na campanha eleitoral de 2006.

151. A militância de esquerda em defesa de um Brasil justo, democrático, sem retrocesso e que avance para novas conquistas é fundamental para a vitória. O partido apoiará e incentivará essa organização de base através de núcleos e de outras formas de organização.

Coordenação de campanha

152. O Encontro Nacional do PT, consciente da grande jornada política que o Brasil enfrentará nos próximos meses, decide iniciar a construção da Coordenação Política da Campanha Presidencial, designando nosso presidente nacional, deputado Ricardo Berzoini, para ser o Coordenador-geral da campanha.

153. De imediato, o Coordenador-geral e a Comissão Política submeterão à direção nacional do PT uma proposta de coordenação, dentro do espírito de unidade partidária, de construção de alianças partidárias e sociais.

154. O PT apóia a decisão do presidente Lula, de priorizar neste momento seu mandato e compromisso de governante, e tomar a decisão a respeito da candidatura no momento apropriado. Mas inicia a preparação da campanha eleitoral, com a convicção da responsabilidade política de construir a mobilização nacional em torno da continuidade das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que esses três anos e quatro meses propiciam ao país.

155. Construir a vitória do nosso projeto político no Brasil é fortalecer as transformações democráticas e populares que a América Latina vivencia e estabelecer novos desafios para um Brasil mais justo, solidário e democrático.

CONVOCAÇÃO DO III CONGRESSO NACIONAL DO PT

156. Convocar o III Congresso Nacional do PT para o segundo semestre de 2004, para analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação política, sobre questões de âmbito nacional, atualização do programa e forma de organização e funcionamento partidário.

157. O III Congresso Nacional deverá ser antecedido de congressos estaduais e municipais, conforme critérios e pauta definidos em regulamento a ser estabelecido pelo próprio Diretório Nacional, que assegure ampla participação das bases partidárias.

158. Uma das questões a ser enfrentada, desde já e no processo do III Congresso, é a questão do financiamento da ação partidária. Uma das alternativas a ser considerada, na busca do auto-financiamento militante do Partido, é o retorno da contribuição mensal de todos os filiados.

159. A eleição dos delegados/as ao III Congresso deve garantir a mais ampla representação dos petistas inclusive através de delegações diretas da base partidária (núcleos, setoriais e diretórios).

160. O manifesto de lançamento do III Congresso e seu regulamento contendo a pauta, forma de funcionamento, critérios de participação, local e data e demais questões organizativas, deverão ser aprovadas na primeira reunião do Diretório Nacional de 2007.

161. A Comissão de Organização do III Congresso também será instituída na primeira reunião do Diretório Nacional de 2007.

(Texto aprovado entre os dias 28 e 30 de abril de 2006 pelo 13º Encontro Nacional do PT.)

9.5. ANEXO 5 - DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2006)

1. A eleição presidencial de 2006 ocorrerá em um contexto totalmente distinto dos anos 1986, 1994, 1998 e 2002. O PT disputará o próximo pleito não mais como oposição, mas como partido que integra e encabeça a coalizão de forças políticas que atualmente governa o Brasil. Temos hoje maior conhecimento e experiência do Estado, importante para melhor definir diretrizes programáticas futuras. Mas é necessário também fazer um balanço das realizações deste Governo e das limitações que precisam ser superadas em um segundo mandato. Este balanço é fundamental para dar credibilidade a nossas propostas programáticas. Deve sintetizar medidas de transição de um primeiro para um segundo mandato, sem grande parte das limitações impostas pela herança recebida em 2002. Deve resgatar finalmente as esperanças de constituição de um Governo Democrático e Popular.

2. O Governo Lula se constituiu em meio a uma grave crise do capitalismo brasileiro. Crise estrutural, pois durante décadas o processo econômico, social e político brasileiro esteve marcado por profundas contradições: estagnação ou crescimento econômico socialmente excludente; concentração de poder durante as ditaduras ou mesmo nos de democracia mitigada; dependência que comprometeu a soberania nacional. Crise conjuntural, pois na década dos 90 a aplicação de um receituário econômico conservador, de inspiração neo-liberal, freou o crescimento, concentrou renda e riqueza, debilitou o Estado, afetou o equilíbrio regional, fragilizou a segurança energética, comprometeu a soberania nacional. Mesmo a estabilidade, que tanto alardeou buscar o Governo FHC, não foi alcançada, nem no terreno macro-econômico, nem no âmbito estritamente monetário. Ao contrário, findos os oito anos FHC, o Governo Lula herdou pesada herança: reinício de um ciclo inflacionário, elevadas taxas de juros, descontrole cambial, aumento exponencial da relação entre dívida interna e PIB, baixa credibilidade internacional e forte vulnerabilidade externa, desorganização dos serviços públicos, criminalização das oposições, em especial dos movimentos sociais e sistemáticas tentativas de desqualificação das forças de oposição.

3. O Brasil herdado por Lula era um país marcado por uma gravíssima crise social e muito dependente dos movimentos erráticos do capital especulativo nacional e internacional, submetido às regras do FMI, com escassas reservas cambiais, ameaçado por uma moratória, amedrontado pela possibilidade de repetição aqui da crise que se havia abatido pouco antes sobre a Argentina. Graças a uma política externa soberana de aproximação com os países do Sul, o Governo Lula conseguiu reverter a Balança Comercial e o Balanço de Pagamentos, tornando o Brasil superavitário em moedas fortes, o que lhe permitiu amortizar parte da dívida externa, inclusive a contraída com o FMI.

4. Em pouco mais de três anos, essa tendência começou a ser revertida. A ação do Governo Lula evitou a catástrofe. A economia ainda não retomou o crescimento esperado pelos que elegeram Lula em 2002 e desejado pelo próprio Governo. Mas a inflação foi contida e revertida. Iniciou-se um processo de distribuição de renda, que se expressa no aumento do rendimento dos trabalhadores, em especial do salário mínimo, na queda do custo

da cesta básica em relação ao nível geral dos preços, na redução da pobreza, como atesta a última PNAD, no aumento do ingresso dos trabalhadores no mercado formal. O país está menos vulnerável do ponto de vista internacional, graças em parte ao extraordinário crescimento e diversificação do comércio internacional. O déficit em conta-corrente do Balanço de Pagamento se transformou em superávit. Diminuiu a dívida externa e alongou-se seu perfil. A dívida interna foi praticamente desdolarizada e sua relação com o PIB reduzida. O país não renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional e pode prescindir de seu monitoramento.

5. O caminho adotado para fazer o ajuste da economia, ao exigir a limitação do gasto público e o contingenciamento da execução orçamentária para elevar o superávit primário, impôs limites aos investimentos, às políticas de redução da pobreza e de redistribuição de renda. Isso não impediu, no entanto, avanços importantes no plano social. Houve diminuição significativa do desemprego, formalização do mercado de trabalho, forte expansão do salário mínimo, progresso efetivo na reforma agrária. Todas essas conquistas o Governo compartilha com os movimentos sindical e popular, com os quais manteve interlocução permanente. O Programa Fome Zero e, dentro dele, em especial, o Bolsa Família, permitiu que, até agora, mais de 30 milhões de brasileiros pudessem se beneficiar desse mecanismo de transferência de renda. Mesmo tendo impacto menor do que políticas sociais como o SUS e a Previdência Social, a Bolsa Família constitui importante instrumento que de distribuição de renda. Além de suas conseqüências sociais no plano da saúde e da educação, a Bolsa Família revelou-se meio eficaz para dinamizar a constituição de um grande mercado de bens de consumo de massas. Trata-se de importante instrumento econômico que confere às famílias em situação de emergência social um direito claramente definido em lei, administrado em forma isenta pela Governo Federal em cooperação com estados e municípios. Pode ser visto como passo importante na implantação gradual da Renda Básica de Cidadania (Lei 10.835/04) sancionada pelo Presidente Lula. Soma-se a essas iniciativas, a expansão do crédito popular, cuja consistência a médio prazo depende da retomada do crescimento e do emprego.

6. Foi necessário desencadear um processo de reconstrução do Estado, enfraquecido por forte crise fiscal, por privatizações, terceirização de seu pessoal, pelo caráter conservador das políticas públicas anteriormente postas em prática. Deu-se um enfrentamento racional e corajoso das questões energéticas, dos temas do meio ambiente, das desigualdades regionais, sobretudo no que se refere ao Nordeste. Sentaram-se as bases para uma efetiva recuperação da infra-estrutura nacional, combatida por décadas de descaso. Uma nova política industrial e de ciência e tecnologia, abriu perspectivas para efetiva modernização do país. Ela vai acompanhada da revalorização e democratização da universidade brasileira, de que são testemunhas sua expansão e os aumentos de salários e os investimentos nas áreas de pesquisa.

7. Apesar dos ataques e denúncias da oposição, o Governo Lula respeita e promove em nosso país a democracia, as instituições republicanas e os direitos humanos. Implementou inúmeras iniciativas de combate ao racismo e defesa dos direitos das mulheres. A imprensa não sofreu nem sofre qualquer restrição, mesmo quando setores dela operam com indisfarçável parcialidade. Diferentemente do passado, Comissões Parlamentares de Inquérito examinam todas as denúncias que surgiram. O Poder Judiciário cumpre seu papel e instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público e a Ouvidoria têm realizado exemplar trabalho de investigação de delitos, sejam os acusados de partidos da base governamental ou da oposição. Parte importante das denúncias que o Legislativo investiga foram apuradas pela Polícia Federal. O Governo esteve na origem de importantes

iniciativas votadas pelo Congresso como a reforma do Judiciário, a lei que combate a violência doméstica, que abre os arquivos da ditadura militar. Além disso estabeleceu-se nova relação da União com estados e municípios, que puderam beneficiar-se, sem discriminação partidária de qualquer tipo das políticas sociais e de combate à violência implementadas pelo Governo Federal

8. Finalmente, o país passou a ocupar internacionalmente o lugar que lhe corresponde e que os brasileiros exigiam. Uma política externa ativa e altiva, devolveu-nos o sentido da soberania. Sem confrontações ideológicas e enfrentamentos desnecessários, o Brasil assumiu papel importante nas grandes questões internacionais – econômico-financeiras, comerciais, da reorganização das Nações Unidas ou do combate à fome e à pobreza - pregando a paz, o respeito ao Direito, o fim das desigualdades econômicas e sociais entre as nações e o multilateralismo. Aproximamo-nos da África, continente com o qual temos dívida históricas. Estabelecemos diálogo importante com o mundo árabe. Impulsionamos um eixo Sul-Sul, ao definir fortes relações com a África do Sul, Índia, China e Rússia. Mas, sobretudo, levamos adiante consistente processo de integração na América do Sul, reforçando o Mercosul, participando ativamente da criação da Comunidade Sul-americana de Nações e estendendo nossa presença em toda a América Latina e Caribe.

9. O Programa para as eleições de 2006 tem dois pontos de partida: por um lado, as realizações do Governo Lula, que o colocam muito à frente dos últimos governos, sobretudo do de FHC. Por outro lado, nosso objetivo de construir um Brasil democrático e popular, liberto da dependência externa, com soberania nacional e igualdade social. Não se trata, porém, de ficar preso à comparação com o medíocre governo FHC. Nem, tampouco, de propor uma simples continuidade do até aqui realizado. O fundamental é afirmar a validade e a atualidade de uma transição de um velho Brasil, para um novo projeto nacional de desenvolvimento, que harmonize o econômico e o social, impulsionando as potencialidades locais produtivas e sociais, capaz de avançar mais rapidamente em direção a um ciclo de crescimento acelerado, fundado na distribuição de renda, macroeconomicamente sustentado, com mínima vulnerabilidade externa a realizar-se em um marco de expansão da democracia e da solidariedade continental. Esse modelo resgata a esperança desatada pela candidatura Lula em 2002 e pelos 26 anos da história do PT. A realização desses objetivos não é um simples ato de vontade política. Exige enfrentar e mudar uma correlação de forças desfavorável - nacional e internacionalmente -, dar passos seguros para superar a grande tragédia que são a desigualdade e a exclusão que marcam secularmente nosso país. Exigirá reformas sociais e políticas capazes de vencer a inércia burocrática e conservadora de nossas instituições. Mas, sobretudo, dependerá dos avanços na democratização do Estado brasileiro e da intensa participação da sociedade, construindo novas bases para a governabilidade, expandindo a cidadania, a participação popular e o protagonismo das entidades representativas dos trabalhadores e dos movimentos sociais, afirmando a soberania nacional e promovendo integração regional.

10. O Programa de Governo 2006 não se confunde com o Programa do Partido, que o Congresso do PT irá (re)definir em 2004, nem com as Diretrizes aprovadas pelo 13o. Encontro Nacional do PT. Tampouco o debate sobre as Diretrizes esgota o processo de balanço do governo Lula e das opções feitas pelo PT em 2003-2006, debate que terá seu momento de conclusão no III Congresso do Partido. O Programa de Governo tem sua especificidade. Deve expressar, no processo eleitoral, a opinião de um conjunto de forças políticas de esquerda e democráticas comprometidas com transformações importantes de nossa economia, sociedade e instituições

políticas. Busca ir além dos partidos, traduzindo a vontade de mudança de amplos setores da sociedade brasileira. Mais do que isso: tendo em vista as resistências que ele enfrenta, só será factível se a sociedade mobilizar-se para sua implementação. O socialismo petista – nosso horizonte estratégico – é uma construção histórica e não um objetivo abstrato a ser atingido. O PG-2006 - sua formulação e implementação - tem de estar em sintonia com nossa visão mais ampla sobre o futuro do Brasil.

11. A credibilidade do Programa depende não só do balanço do Governo e da relação entre o que foi até agora realizado e o futuro. Depende também da capacidade do Governo de transformar muitas de suas metas em iniciativas concretas, ainda em 2006. Nesse sentido, o último ano deste Governo deve ser entendido como o primeiro ano do próximo. Os resultados concretos da ação governamental que estão aparecendo nestes primeiros meses de 2006 – e que são claramente percebidos pela sociedade brasileira - mostram que uma nova dinâmica está se impondo.

12. Não basta celebrar as realizações do Governo e oferecer uma mera perspectiva de continuidade. Será necessário, em primeiro lugar, um balanço franco do Governo. Em segundo lugar, é importante que o programa mostre o até agora realizado como base para avançar na direção das mudanças que mobilizaram os eleitores em 2002. Contra o discurso da “decepção”, que a direita tenta disseminar e impor, trata-se de buscar o reencontro com a “esperança”. Isso exige uma inflexão no discurso do Governo, capaz de traduzir em outra linguagem os avanços alcançados. A presença na equipe econômica de quadros vinculados ao pensamento hegemônico no governo anterior, deu em muitos momentos um viés conservador ao discurso governamental, que foi ampliado por alguns meios de comunicação. O objetivo era reduzir a política econômica às iniciativas nos campos monetário e fiscal, apresentando-a como continuidade do governo FHC. Como a política monetária supunha a adoção de medidas impopulares, nos vimos diante de um problema: o conflito com as expectativas de grande parcela das bases sociais do campo democrático e popular, hostis ao discurso emanado de parcela da equipe econômica. Na verdade, a política econômica do atual Governo não é continuidade daquela de FHC, como pretende a oposição e, candidamente, às vezes foi repetido por alguns membros no Governo. Estando o país à beira de grave crise, foi implementado um conjunto de medidas com o objetivo de evitar – como se conseguiu - uma catástrofe.

13. O Governo e o PT sofreram duro golpe no ano de 2005. A direita reorganizou-se e soube aproveitar nossos erros para desfechar um ataque frontal, que tinha como programa máximo o impeachment de Lula e a ilegalidade do partido e, como programa mínimo, a derrota acachapante de ambos nas próximas eleições para, com isso, desmoralizar as esquerdas, “varrer por trinta anos esta raça”, com proclamou Konder Bornhausen.

14. Passado o impacto da derrota de 2002, a oposição se recompôs, sobretudo a partir do caso Valdomiro Diniz. Ao lado de um discurso sobre a ética republicana, para cuja autoria não tinha autoridade política ou moral, e que ganhou força em 2005, ela tentou sucessivamente caracterizar o Governo como “autoritário”, ou mesmo “totalitário”, “aparelhista”, desprovido de projeto nacional, buscando o poder pelo poder. Em sua ofensiva beneficiou-se dos erros políticos cometidos pela direção partidária e de desacertos do governo, especialmente em matéria de coordenação política e comunicação. O Partido não foi capaz de construir um discurso de apoio ao governo e, ao mesmo tempo, manter sua autonomia, indispensável num governo de coalizão. Não mobilizou a

sociedade. Ademais, não percebeu a tempo que membros de sua direção haviam enveredado pelo caminho da aventura, tentando, de forma temerária, construir uma base de sustentação governamental e uma política de finanças com base em métodos que o PT sempre repudiou.

15. Nem o Partido, nem o Governo, tiveram percepção exata do ambiente conservador que se gestara no país nos últimos tempos e que se expressava em episódios como o do referendo sobre o desarmamento, no surgimento de uma ativa intelectualidade de direita, para só citar dois exemplos. Mais do que isso, a ausência de um discurso à altura das expectativas populares e que correspondesse às transformações em curso fez com que a direita, até bem pouco combatida, conseguisse ocupar espaços vazios deixados pela esquerda. Isso implica em que o debate programático que se avizinha terá de ser também uma confrontação político-ideológica, um enfrentamento cultural capaz de desconstruir o discurso conservador e refazer uma alternativa progressista e popular. Significa, igualmente, que o PT terá de organizar um discurso didático que resgate o Governo Lula como superior ao de FHC mas, sobretudo, como capaz de dar um salto de qualidade em seu segundo mandato, a partir do trabalho realizado no primeiro. Esse discurso não deve escamotear as dificuldades objetivas que nos cercam; menos ainda nossos erros. Ele próprio é instrumento para vencer nossas limitações.

16. O Governo Lula iniciou a construção do que podemos chamar de "Estado de Bem Estar" no Brasil, após a onda de ataques ao emprego, às políticas sociais e aos direitos dos trabalhadores nos anos FHC. Os programas de transferência de renda têm forte impacto sobre a reativação da economia, transcendem o assistencialismo, mas o desafio para o segundo mandato é transformar esses programas em políticas sociais universais, tais como a Previdência Social e o SUS mais adequados ao nosso país que se caracteriza por profundas desigualdades sociais. Contribuem também para a inclusão social o forte processo de bancarização, o micro-crédito, o crédito consignado e o Luz para Todos. Na educação, a aprovação do FUNDEB abre novas perspectivas para o ensino médio, dando-lhe a qualidade que ele hoje não possui. Foram criadas novas universidades e novos campi em universidades existentes. O Pro-Uni contribui para esse esforço de democratização da Universidade incorporando setores até então fortemente excluídos do ensino superior por sua origem social ou étnica, com destaque para a implementação das políticas de cotas para negros e índios para acesso às universidades. Da mesma forma, avançou-se muito na universalização em matéria de saúde: o programa SAMU (atendimento de emergência) hoje serve 68 milhões de brasileiros, com mais serviços, contra 10 milhões em 2003; foi implantado o primeiro programa integral de saúde bucal, atendendo hoje 47 milhões de brasileiros, contra 26 milhões no início do Governo; o programa de saúde da família foi multiplicado em sua capacidade, hoje com 24 mil equipes espalhadas por todo o país.

17. Lula introduziu novas relações do Estado com o mundo do trabalho, contrastantes com as imagens do Governo FHC reprimindo os petroleiros e outros trabalhadores em greve. Não só houve o crescimento de cerca de dez vezes da taxa mensal de criação de empregos, como reverteu-se uma forte tendência de informalização do mercado de trabalho, além dos ganhos em matéria salarial. A imensa maioria dos dissídios propiciaram para os trabalhadores aumentos superiores à inflação. As políticas de emprego deverão no próximo Governo estar crescentemente marcadas por critérios de aproveitamento equânime em termos de raça, gênero e faixa etária, garantindo a ascensão de segmentos discriminados a todos os níveis hierárquicos do mundo do trabalho.

18. O PT reafirma sua convicção de que a questão agrária é parte fundamental de nosso projeto de desenvolvimento nacional, entendendo que deva ser tratada a partir do respeito à diversidade ambiental, étnica, de gênero e cultural, e possibilitando a necessária desconcentração fundiária em nosso país. No Governo Lula fortaleceu-se a agricultura familiar. Seu financiamento cresceu de 2,3 bilhões de reais, em 2002, para 9 bilhões em 2006. Duzentas e sessenta e seis mil famílias foram assentadas em três anos, mais do que nos oito anos do Governo anterior. O Governo Lula pretende, até o fim deste ano, assentar as 400 mil famílias previstas. A área destinada a reforma agrária em três anos de Governo alcançou 22,5 milhões de hectares, muito mais do que nos oito anos anteriores. As famílias assentadas com assistência técnica chegaram a 450 mil no final de 2005, contra apenas 85.460 mil no último ano do governo anterior. Foi de extrema importância a ação governamental que permitiu o resgate de terras para os Quilombolas. A Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade continua sendo a principal bandeira para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, pois o Brasil ainda é um dos países com maior concentração de terras, o que é a causa dos conflitos e da violência no campo. Comprometido com essa luta, o Partido dos Trabalhadores defende o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação da intervenção sobre a estrutura fundiária. O avanço da reforma agrária e da agricultura familiar demanda a atualização dos índices de produtividade, a ampliação das possibilidades de desapropriação, a verificação das dimensões ambiental e trabalhista da função social da propriedade. Exige ainda a construção de um novo padrão de organização econômica e social no campo, através da sua agro-industrialização, acompanhada de ações de reforço expressivo na alocação de recursos orçamentários e uma maior integração das políticas de acesso a direitos e de apoio à produção, agregação de valor e comercialização, criando assentamentos adequados a cada ecossistema brasileiro. Foi de extrema importância a ação governamental que permitiu o resgate dos Quilombolas, com a identificação de 1800 comunidades, habitadas por estas populações há mais de um século e que necessitam ter suas terras titularizadas. A criação da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca possibilitou a milhares de pescadores receberem orientação e capacitação para acesso ao crédito, ao associativismo e a organização da cadeia produtiva, além de mecanismos de proteção social.

19. No que se refere ao Estado brasileiro abandonou-se a opção anterior pelo Estado mínimo, que privatizou empresas, terceirizou funções e instituiu mecanismos frágeis de regulação. Interrompeu-se o ciclo de privatizações, concursos recompuseram áreas fundamentais do serviço público. Foram retomados os investimentos no saneamento básico, tendo sido já contratados 6,2 bilhões de reais de serviços nesta área. Deu-se vigoroso impulso às grandes estatais A Petrobrás, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, o BNDES, a Infraero, para só citar algumas empresas, passaram a ter papel estruturante na reorganização do país, ao mesmo tempo em que exibem uma rentabilidade que nunca tiveram. Cai por terra a tentativa de atribuir ao Governo o “aparelhamento” do setor estatal. Pelo contrário: o desempenho positivo das estatais é produto da orientação política implementada a partir do Governo Lula.

20. Por intermédio de grandes conferências e consultas nacionais sobre o orçamento, saúde, campo, mundo do trabalho, mulheres, cultura, meio ambiente, políticas de promoção racial, economia solidária e tantos outros fóruns, foi possível fazer incidir sobre a agenda do Governo a opinião da sociedade organizada, diferentemente do que ocorreu no passado. Mas o Governo compareceu a esses foros com um amplo espectro de propostas. Essa interlocução Governo-sociedade foi de extrema importância para a consolidação e aprofundamento da democracia.

21. O investimento em pessoal e equipamento na Polícia Federal permitiu inéditos avanços no combate ao crime organizado. No plano da repressão às organizações criminosas que eliminam lideranças populares no campo e na cidade, iniciaram-se experiências de ação articulada do Governo com os movimentos sociais e de Direitos Humanos, envolvendo a Polícia Federal e outras instituições do Estado, visando um combate ao crime organizado com a participação da população. Medidas de transparência e sistemáticas auditorias foram organizadas pela Corregedoria Geral União, zelando pelo emprego adequado dos recursos públicos. É necessário reconhecer, no entanto, que o combate à corrupção sistêmica exige iniciativas de maior profundidade, em particular com o aumento da transparência pública e de formas de controle social – internas e externas -, tecnicamente equipadas, sobre todos os entes do Governo Federal.

22. Foi na relação do Estado com a gestão macro-econômica que nosso Governo encontrou maiores dificuldades de transitar para um outro paradigma. A “autonomia operacional” do Banco Central, maior do que em períodos anteriores, permitiu uma política monetária – revestida de um discurso conservador – que se chocou, mais de uma vez, com as bases sociais do Governo e com o próprio Governo.

23. A taxa de juros básica da economia, ainda que menor do que a média dos anos FHC, permaneceu elevada, com forte impacto no aumento da dívida pública e na dinâmica da economia, na medida que os elevados superávits primários, além das metas publicamente fixadas, subtraíram recursos para investimento e custeio, com conseqüências negativas para o desempenho do Governo. Taxas de juros elevadas foram as únicas soluções encontradas pelo BC para o necessário controle da inflação. As metas de inflação, por sua vez, foram definidas pelo Conselho Monetário Nacional, sem levar em conta opiniões vocalizadas pelos mais variados setores da sociedade, especialmente os trabalhadores e os empresários dos setores produtivos.

24. Assim, se a inflação foi controlada, se foi reduzida a relação dívida pública/PIB, se o crédito consignado permitiu acesso ao crédito com taxas diferenciadas, o crescimento da economia brasileira ficou aquém do crescimento médio das economias mundial, latino-americana e dos países emergentes. Restrições ao crescimento, cortes na execução orçamentária e inibição ao crédito para investimento e consumo a taxas compatíveis com o resto do mundo limitaram fortemente o positivo das políticas de emprego e renda do Governo Lula .

25. Tendo como objetivo conduzir a transição de um paradigma neo-liberal para outro padrão de desenvolvimento, a obra do Governo Lula é ainda parcial, desigual e incompleta. Foi insuficiente para mudar de conjunto a realidade social aflitiva do país. Condicionantes externos e internos do Governo foram sendo, no entanto, modificados. Apesar da crise vivida em 2005, o PT e os partidos de esquerda que apóiam o Governo continuam a ser referências para os movimentos sociais mais importantes do país. A presença de Lula na presidência do Brasil constitui um ponto de apoio para que se crie, na sociedade brasileira, uma cultura política que supere a hegemonia das elites na política brasileira.

26. Por isso tudo, a vitória de Lula e das forças populares em 2006 será um passo fundamental para dar novo impulso à mudança histórica anunciada em 2002, iniciada nos últimos três anos, e para cuja aceleração estão

criadas condições excepcionais, dentre outros fatores pelas reformas até agora já realizadas. É necessário, assim, anunciar as grandes diretrizes do Programa de Governo 2006, que dará novo impulso ao processo em curso.

27. Crescimento. Crescimento. O Brasil crescerá em forma acelerada, em níveis superiores aos das duas últimas décadas, inclusive aos deste Governo. Esse crescimento é condição necessária, ainda que não suficiente, para atualizar a infra-estrutura, expandir e qualificar o parque produtivo e, sobretudo, resgatar a gigantesca dívida social que golpeia o país. Para esse crescimento sustentado se fazer viável, sem gerar surtos inflacionários de demanda, gargalos na infra-estrutura ou desequilíbrios ambientais irreversíveis, o Brasil terá de: (a) avançar na estrutura de financiamento do investimento produtivo, potenciando a ação combinada de vários bancos, especialmente dos públicos, e/ou estabelecendo regulações pactuadas que incentivem o retorno de capitais rentistas ou especulativos para a esfera da produção; (b) harmonizar o ritmo e o direcionamento dos investimentos produtivos com o potencial de expansão do fornecimento de insumos e serviços básicos, tais como energia, transportes e telecomunicações, bem como adequá-los à capacidade de suporte de cada um dos nossos diversos ecossistemas. Nesse processo será fundamental a ação de um Estado, democratizado e socialmente controlado.

28. Distribuir renda. O crescimento não pode ser apenas fator de distribuição de renda, mas também sua consequência. A inclusão social, o combate à pobreza, a distribuição de renda serão alcançadas com reformas econômicas e sociais. Entre estas reformas, há algumas (como a Reforma Agrária, a Reforma Urbana e a democratização da comunicação de massa) que abrem o caminho para uma mudança na estrutura de propriedade existente no país e que ajudam na constituição de um grande mercado de bens de consumo de massas. As políticas de transferência de renda por meio do Estado serão necessárias por muito tempo. Tenderão a perder seu peso, no entanto, na medida em que o Brasil avançar na constituição de um Estado de Bem Estar. No campo brasileiro, essa estratégia de desenvolvimento supõe aprofundar a reforma agrária com fortalecimento da agricultura familiar e a efetivação da demarcação das terras indígenas e quilombolas permitindo um desenvolvimento sustentável e respeitadas as particularidades culturais. Serão fundamentais a definição de metas sociais a serem alcançadas e o estabelecimento de mecanismos regulatórios de proteção aos micro, pequenos e médio empreendedores, intensificando o fomento ao desenvolvimento local endógeno, baseado nas potencialidades produtivas e sociais, tendo como modelo de organização produtiva empreendimentos associativos de economia solidária auto-geridos pelos trabalhadores/produtores, estimulando o cooperativismo, a autogestão e a participação dos trabalhadores na gestão micro e macro-econômica. O novo Governo prosseguirá em seu esforço de constituir uma economia solidária, estimulando o cooperativismo, a auto-gestão e a participação dos trabalhadores na gestão micro e macro-econômica. Da mesma forma, impõe-se a regulamentação do dispositivo constitucional que estabelece a função social da propriedade, o que se fará em perfeita consonância com os movimentos populares que lutam pela terra, pela moradia, pelo ambiente sustentável e contra a usura bancária.

29. Estabilidade macro-econômica. O esforço de estabilizar a economia deve ser conduzido de forma a cumprir os objetivos de crescimento e distribuição de renda. A melhor forma de reduzir a relação dívida/PIB é expandir o Produto Interno Bruto. O combate à inflação é fundamental. Pode ser feito através de um sistema de metas adequado aos imperativos do desenvolvimento, assim como pelos instrumentos postos à disposição do Estado e

da sociedade democrática para estimular e regular a oferta de bens e serviços. O Banco Central, cuja ação tem um impacto decisivo sobre o conjunto do desempenho econômico-social do país, tem de adequar sua agenda ao conjunto dos interesses da sociedade. Além de ser o guardião da moeda, deve igualmente preocupar-se com o crescimento, o emprego, trabalho e renda e o bem estar social, como ocorre em outros países do mundo. Necessita, assim, estar sintonizado com os grandes problemas nacionais. Será necessário acelerar o esforço atual de reduzir os juros, para permitir ao país uma expansão mais pronunciada. Uma maior redução da Taxa Selic é essencial, inclusive para lograr-se um câmbio mais compatível com as políticas de desenvolvimento e exportação necessárias ao país. O gasto público em custeio e investimento tem de ajustar-se a esse enfoque renovado do desenvolvimento econômico. Isso exige uma execução orçamentária criteriosa que não paralise o Governo, sobretudo suas políticas sociais.

30. Vulnerabilidade externa. Dar-se-á prosseguimento ao exitoso esforço de reduzir a vulnerabilidade externa da economia. A política de comércio exterior, cujo sucesso esteve vinculada em boa parte à projeção político-diplomática do Brasil no mundo, mostrou que se pode fortalecer o mercado externo de maneira compatível com a ampliação do mercado interno. Crescentes superávits comerciais e das contas externas, desdolarização da dívida interna, alongamento do perfil do endividamento externo, expansão das reservas, são elementos necessários de proteção contra ataques especulativos, reduzem o Risco País e permitem à economia maior competitividade em sua inserção mundial. O Brasil deverá prosseguir em seu esforço de modificar as instituições financeiras internacionais na busca de uma ordem econômica menos desigual e mais justa. Para aumentar a soberania nacional será necessário também fortalecer um sistema nacional de inovações e um sistema público de financiamento de longo prazo.

31. Democracia. Todos esses avanços no plano econômico e social são essenciais para fortalecer a democracia política no país. Reformas políticas permitirão democratizar as instituições do Estado e a ampliação de um espaço público – terreno onde se criam novos direitos sociais – garantirá o controle do Estado pela sociedade. Isso assegura mais eficácia no combate à burocracia e à corrupção e na implementação de políticas públicas. Deverá se avançar mais na criação de formas participativas de discussão do orçamento federal. Os projetos sociais, especialmente os de massivo alcance popular, como o Fome Zero, devem combinar formas de controle institucional (Ministério Público, CGU, Tribunal de Contas etc.) com um efetivo controle e fiscalização social, em organismos populares com autonomia em relação à máquina estatal, aos governos e aos partidos. A reforma do sistema partidário e eleitoral, com a adoção do financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária, o voto em lista que permite o fortalecimento nacional dos partidos não pode mais ser adiada. A proteção dos Direitos Humanos, iniciativas em favor de minorias e um maior entrosamento e controle sobre polícias e prisões são fundamentais para reduzir um dos principais fatores de intranquilidade da sociedade na cidade e nos campos: a violência e o crime organizado. A democratização do acesso e da produção de informação deve ser vista cada vez mais direito essencial da cidadania e não como mercadoria controlada por monopólios.

32. Os governos democráticos e populares que marcaram o imaginário social foram aqueles que combinaram a idéia de inverter prioridades e garantir ganhos materiais aos historicamente excluídos pelas políticas dos governos tradicionais, via melhorias na infra-estrutura e políticas sociais, com formas inovadoras de participação popular através da democracia participativa, materializada em experiências exitosas como o Orçamento

Participativo (OP), os conselhos de direitos, temáticos e setoriais e movimentos sociais. Para amplos setores da sociedade, essas experiências mostraram que é possível construir uma nova sociedade e novas formas de organização do Estado.

33. Ao combinar ganhos na qualidade de vida dos setores populares (que têm reivindicações e interesses históricos contraditórios com o funcionamento da sociedade capitalista) com novas formas de relação do Estado com a sociedade, colocando o primeiro sob controle desta, temos melhores condições de responder positivamente à contradição de como governar sem frustrar expectativas. Ao mesmo tempo, dialogamos com dois princípios básicos da sociedade socialista que pretendemos construir: uma democracia superior à democracia liberal e políticas que buscam superar as desigualdades econômicas e sociais existentes sob o capitalismo. Dessa forma, associamos às realizações de governo a construção de uma nova cultura política, de homens e mulheres que participam, mobilizam-se socialmente em busca de direitos individuais e coletivos.

34. A prática da democracia participativa, associada à democracia representativa, tem demonstrado e aberto novos caminhos para a implementação de um projeto democrático popular. A participação, organização e mobilização popular garantem governabilidade, transparência na gestão e no gasto público, redistribuição da renda pública a favor das camadas populares e a construção de uma economia popular, com cidadania plena e solidariedade. A “redefinição do papel do Estado, no quadro do novo padrão de desenvolvimento, requer um novo modelo de gestão estatal, que se desdobra em duas grandes vertentes: a gestão participativa e a gestão estratégica. A gestão pública participativa (...) deve ser uma dimensão básica da reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, também no nível central. A constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa será fator chave para, ao mesmo tempo, combater as práticas clientelistas, valorizando a fala dos direitos, e propiciar a participação de novos protagonistas sociais, representando a maioria da população, hoje excluída das decisões ..” [Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para a o Brasil, Encontro Nacional do PT, Recife, dezembro de 2001]

35. Combate às desigualdades e discriminações – O segundo Governo deve consolidar e avançar na implementação de políticas afirmativas e de combate aos preconceitos, à discriminação, ao machismo, racismo e homofobia. As políticas de igualdade racial e de gênero e de promoção dos direitos e cidadania de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais receberão mais recursos. A Secretaria Especial de Mulheres, a Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial e o Programa Brasil sem Homofobia serão fortalecidos, influenciando e dialogando transversalmente com o conjunto das políticas públicas. O Governo Federal se empenhará na agenda legislativa que contemple as demandas desses segmentos da sociedade, como o Estatuto da Igualdade Racial, a descriminalização do aborto e a criminalização da homofobia.

36. Desenvolvimento Regional e Sustentável. O Desenvolvimento Sustentável será um dos eixos centrais do Programa de Governo. Ele impõe uma estratégia de transição do atual padrão de desenvolvimento regional e socialmente desigual, baseado na super-exploração dos recursos naturais e na baixa agregação de valor aos produtos primários, para um novo, que valorize as vantagens comparativas de país mega-diverso, fortaleça seu mercado interno, reforce a capacidade criativa e inovadora da sua força de trabalho, revitalize suas cidades, enquanto espaço de trabalho, convivência e lazer – para gerar bem estar para o nosso povo. Isso deve se expressar em metas qualitativas e quantitativas de ganhos progressivos de sustentabilidade

econômica, social, ambiental, étnica e ética nas políticas públicas da macroeconomia, do crescimento econômico, da política urbana, da redução da pobreza, da universalização dos serviços públicos da seguridade social, da equalização das oportunidades para todos e todas, sem discriminação de raça, classe, gênero ou região e de proteção e uso sustentável dos ecossistemas naturais. No segundo mandato dar-se-á continuidade e profundidade a uma política da redução das desigualdades regionais, por meio de um tratamento diferenciado das distintas regiões e, dentro delas, das áreas mais postergadas. Para tanto, será fundamental o incremento das parcerias do governo federal com os outros entes federativos, de modo a somar esforços e direcionar melhor as suas ações para a solução dos problemas específicos que atingem cada parcela do nosso território. Essa orientação caminhará paralelamente à ampliação da política de proteção ambiental do primeiro mandato, através de ações transversais que impregnem as iniciativas do conjunto do Governo.

37. Integração sul-americana e projeção no mundo. O projeto nacional de desenvolvimento do Brasil caminha junto com uma política de integração que permita não só a formação de um grande mercado sul-americano, começando pelo Mercosul, mas também uma efetiva articulação de nossas economias por meio de políticas industriais, agrícolas e de ciência e tecnologia combinadas. Buscamos soluções regionais para construir uma infra-estrutura que unifique nosso espaço comum, garanta nossa segurança energética, aproxime nossas culturas e implemente políticas sociais articuladamente. Vamos continuar avançando na formação de parlamento regional, de instituições políticas e jurídicas que permitam construir uma Comunidade Sul-americana de Nações próspera, pacífica, livre, democrática e soberanamente inserida no mundo. Para construir essas alternativas é fundamental combinar as iniciativas de integração regional com medidas macroeconômicas inovadoras que rompam com a hegemonia neo-liberal na região. A América do Sul será o eixo central da política externa brasileira que continuará implementando a aproximação do país com a África, dialogando com o mundo árabe e fortalecendo alianças com os grandes países emergentes do Sul do mundo, ao mesmo tempo em que mantém relações equilibradas com as grandes potências. O Brasil aprofundará sua luta por um comércio justo, por uma mudança na relação de forças internacional que assegure um mundo de paz, multilateral, menos desigual política, econômica e socialmente.

38. Cultura, educação, ciência e tecnologia e comunicação democrática. Um grande projeto de Nação passa pela educação de qualidade, ciência e tecnologia, criação e difusão cultural. Essa pode ser uma meta síntese. O próximo governo dará impulso particular a grande reforma da educação já em curso no país. A entrada em vigor do FUNDEB permitirá a efetiva democratização do sistema educacional, pois garantirá qualidade da escola pública. Prosseguirá sua política de democratização da Universidade brasileira, dando continuidade à expansão de novas Universidades e de novos campi, investindo na melhoria salarial de professores e pesquisadores e carreando mais recursos para a investigação científica. O PRO-UNI continuará garantindo maior acesso ao ensino superior, particularmente aqueles que foram excluídos das universidades por sua condição social e étnica. A Universidade e os centros de investigação científica, em sintonia com as grandes diretrizes das políticas industrial, científica e de inovação tecnológica lançadas no atual Governo, contribuirão para uma mudança de qualidade em nosso desenvolvimento. Esses fatores, somados aos continuados esforços de inclusão social, colocarão o Brasil no caminho de uma sociedade de conhecimento, apta a enfrentar os grandes desafios colocados pelo mundo de hoje. A política cultural prosseguirá seu esforço de socialização dos bens culturais e de resgate dos grandes valores da civilização brasileira. O fomento à atividade cultural receberá crescente apoio

orçamentário e de fundos públicos, socialmente controlados e direcionados a projetos selecionados mediante editais. O mecanismo público de financiamento à cultura deve integrar o Sistema Nacional de Cultura. É possível a convivência, em sistemas híbridos de financiamento, entre fundos públicos e recursos privados obtidos a partir de renúncia fiscal, regulada por leis (aperfeiçoadas) de fomento à cultura.

39. A política de comunicação será construída com a democratização do acesso aos meios de produção audiovisual e impressos com vistas a promover o debate público e plural e a diversidade cultural brasileira. Esta política passa: pela implantação de um sistema democrático de rádio e TV digital a partir de novo marco regulatório para o setor e que contribua para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e política industrial nacionais; pela continuidade e ampliação dos programas de inclusão digital com base no conhecimento livre e compartilhado; e pela promoção da produção e difusão cultural popular, comunitária, independente e regionalizada.

40. O debate do PG na sociedade. Essas diretrizes apontam para os eixos fundamentais do Programa de Governo 2006. Antes mesmo do 13o. Encontro Nacional do PT, elas diretrizes foram discutidas com movimentos sociais, intelectuais, partidos aliados e, evidentemente, com a base do PT. Essa elaboração será beneficiada pelo conhecimento dos grandes problemas nacionais que está concentrado nos órgãos do Governo, nas universidades, nas associações empresariais, nos sindicatos, nas ONGs e em um sem-número de organizações da sociedade civil. Passado o Encontro Nacional, o PT deve realizar um debate com os partidos aliados, além de dar continuidade ao debate programático com a sociedade. A interlocução com o candidato à Presidência da República será elemento essencial para o perfil definitivo do Programa. O Programa de Governo, como elaboração coletiva, não deve ser apenas um conjunto de propostas de mudanças econômicas, políticas e sociais. Será o desenho de um país que queremos e podemos construir. Um instrumento de luta dos que querem assegurar as conquistas que obtivemos, para lograr as transformações com que sonham milhões de brasileiras e brasileiros.

São Paulo, abril de 2006.

(Texto aprovado pelo 13º Encontro Nacional do PT, entre os dias 28 e 30 de abril de 2006.)

9.6. ANEXO 6 – 7º ENCONTRO NACIONAL DO PT. RESOLUÇÃO SOBRE O SOCIALISMO PETISTA

O Socialismo Petista é parte da resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, ocorrido entre 31 de maio e 3 junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, e reafirmado no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, entre 24 e 28 de novembro de 1999.

Esta resolução propõe-se a reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade brasileira sobre a superação concreta de tais desafios.

1. O PT já nasceu com propósitos radicalmente democráticos. Surgimos combatendo a ditadura militar e a opressão burguesa, exigindo nas ruas e nos locais de trabalho respeito às liberdades políticas e aos direitos sociais. Crescemos denunciando a transição conservadora e construindo as bases da soberania popular. Em dez anos de existência, o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião e manifestação, pela anistia, pelo pluripartidarismo, pela Constituinte autônoma, pelas eleições livres e diretas. Tornando-nos um grande partido de massas, denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado, o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal, o imposto sindical. Diversos companheiros deram sua vida na luta dos trabalhadores pela democracia. Santo Dias, Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Padre Jósimo, Chico Mendes e tantos outros.

2. Na raiz de nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. Aprendemos na própria carne que a burguesia não tem verdadeiro compromisso histórico com a democracia. A relação das elites dominantes com a democracia é puramente tática, elas se socorrem da via democrática quando, pragmaticamente, lhes convém. Na verdade, a democracia interessa, sobretudo aos trabalhadores e às massas populares. Ela é imprescindível, hoje, para aprofundar suas conquistas materiais e políticas. Será fundamental para a superação da sociedade injusta e opressiva em que vivemos. Assim como será decisiva, no futuro, a instituição de uma democracia qualitativamente superior, para assegurar que as maiorias sociais de fato governem a sociedade socialista pela qual lutamos. A vocação democrática do PT, no entanto, vai além das bandeiras políticas que defendeu e defende. Também a sua organização interna expressa nosso compromisso libertário. Ela reflete o empenho, sempre renovado, de direções de bases militantes para fazer do próprio PT uma sociedade livre e participativa, premissa daquela outra, maior, que pretendemos instaurar no país. Refratário ao monolitismo e verticalismo dos partidos tradicionais – inclusive de muitas agremiações de esquerda –, o PT esforça-se por praticar a democracia interna como requisito indispensável a seu comportamento democrático na vida social e no exercício do

poder político. O mesmo vale para a relação do partido com suas bases sociais e com a sociedade civil em seu conjunto. Embora tenha nascido pela força dos movimentos sindicais e populares e com eles mantenha um poderoso vínculo de inspiração, referência e interlocução, buscando propor-lhes uma direção política, o PT recusa-se, por princípio, a sufocar sua autonomia e, mais ainda, a tratá-los como clientela ou correia de transmissão.

3. O ideário do partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses dinâmicas no plano da elaboração política concreta. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade, que favoreça o fim de toda exploração e opressão. Esse compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas – assim como a opção anticapitalista qualificou de modo inequívoco nossa luta democrática. Um dos estímulos mais poderosos a nossa organização, como partido político dotado de um projeto alternativo de governo e de poder, foi a descoberta (para a maioria dos petistas, antes empírica que teórica) da perversidade estrutural do capitalismo. Fomos, e seguimos sendo, resposta indignada ao sofrimento desnecessário de milhões, consequência lógica da barbárie capitalista. A experiência histórica concreta – por outras palavras, a pedagogia negativa do milagre brasileiro e de tantas outras situações tragicamente exemplares da vida nacional e internacional – nos ensinou que o capitalismo seja qual for sua pujança material, é vocacionalmente injusto e excludente, avesso por natureza àquela partilha fraterna da riqueza social, que é o pressuposto de qualquer autêntica democracia.

4. É da opressão capitalista que resulta a miséria absoluta de mais de um terço da humanidade. É ela que impõe à América Latina novas formas de escravização, que reduziram a renda per capita em 6,5% nos últimos anos, fazendo vários países regredirem a patamares de vinte anos atrás. É o sistema capitalista, fundado, em última análise, na exploração do homem pelo homem e na brutal mercantilização da vida humana, o responsável por crimes odiosos contra a democracia e os direitos humanos, dos fornos crematórios de Hitler aos recentes genocídios na África do Sul, passando por nossas tristemente célebres câmaras de tortura. É o capitalismo brasileiro, com sua dinâmica predatória, o responsável pela fome de milhões, pelo analfabetismo, pela marginalidade, pela violência que se dissemina por todos os planos da vida nacional. É o capitalismo que conserva e aprofunda as bases reais da desigualdade social no Brasil. Por isso mesmo, os documentos constitutivos do PT – Manifesto e Programa de Fundação – já advogavam a superação do capitalismo como indispensável à plena democratização da vida brasileira. Ainda que textos maiores não aprofundassem o desenho interno da pretendida sociedade alternativa, a ambição histórica do PT já era, em sua origem, nitidamente socialista. E os dez anos que se seguiram, de penosa, mas apaixonada luta democrática, só fizeram confirmar nossa opção anticapitalista e robustecer os compromissos transformadores do PT.

5. Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o parlamento, sem a mobilização das massas

pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

6. Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. Nunca ignoramos a falácia do termo. A mídia conservadora o utiliza para facilitar o combate ideológico a qualquer projeto histórico que se insurja contra a dominação capitalista. Segundo seus detratores, o socialismo seria, quando materializado, fatalmente avesso aos ideais de progresso e liberdade, reacionarismo que repudiamos com veemência.

Além disso, a expressão socialismo real, em sua generalidade abstrata, desconsidera particularidades nacionais, diferentes processos revolucionários, variados contextos econômicos e políticos etc. Nivela experiências de transformação social heterogêneas em sua natureza e em seus resultados, desqualificando conquistas históricas que, seguramente, não são irrelevantes para os povos que as obtiveram. Algumas das experiências autoproclamadas socialistas originaram-se de revoluções populares, ao passo que outras decorreram da derrota da Alemanha nazista e da ocupação desses países pelo Exército Soviético, o que redesenhou o mapa geopolítico europeu, dando origem ao chamado Bloco Socialista, controlado pela URSS. Em alguns processos nacionais, as massas obtiveram influência não desprezível nos rumos da vida nacional. E, seguramente, merece avaliação a parte e juízo positivo, com todos os seus percalços, a experiência sandinista, na medida em que se assegurou ao povo nicaraguense uma inédita equidade política e civil.

O PT apóia a luta dos trabalhadores e dos povos por sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente seu direito de crítica. Foi assim que, desde sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. Sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose partido-Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista.

7. Nossa crítica a tais processos históricos, feita sob a ótica da luta revolucionária e à luz das diversas experiências socialistas, em nível internacional, tem sido constante, ainda que limitada. O PT foi o primeiro partido político brasileiro a apoiar a luta democrática do Solidariedade polonês, mesmo sem outras afinidades ideológicas. Temos combatido os atentados à liberdade sindical, partidária, religiosa etc. nos países do chamado socialismo real com a mesma motivação com que lutamos pelas liberdades

públicas no Brasil. Denunciamos com idêntica indignação o assassinato premeditado de centenas de trabalhadores rurais no Brasil e os crimes contra a humanidade cometidos em Bucareste ou na Praça da Paz Celestial. O socialismo, para o PT, ou será radicalmente democrático, ou não será socialismo.

Os movimentos que conduziram às reformas no Leste Europeu voltaram-se justamente contra o totalitarismo e a estagnação econômica, visando institucionalizar regimes democráticos e subverter a gestão burocrática e ultracentralizada da economia. O desfecho desse processo está em aberto e será a própria disputa política e social a definir seus contornos. Mas o PT está convencido de que as mudanças ocorridas e ainda em curso nos países do chamado socialismo real têm um sentido histórico positivo, ainda que o processo esteja sendo hegemônico por correntes reacionárias, favoráveis à regressão capitalista.

Tais movimentos devem ser valorizados, não porque representem em si um projeto renovador de socialismo, mas porque rompem com a paralisia política, recolocam em cena aberta os diversos agentes políticos e sociais, impulsionam conquistas democráticas e, em perspectiva, podem abrir novas possibilidades para o socialismo. A energia política liberada por tamanha mobilização social não será facilmente domesticada pelo receituário do FMI ou pelos paraísos abstratos da propaganda capitalista.

8. Nossa bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários Encontros Nacionais do partido, orientou a conduta do PT ao longo de toda a década de 1980 e garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral de nossa política – democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção progressiva de nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. Quisemos evitar tanto o ideologismo abstrato, travo elitista da esquerda tradicional brasileira, quanto o pragmatismo desfibrado, característico de tantos outros partidos. De nada nos serviria um aprofundamento ideológico puramente de cúpula, sem correspondência na cultura política real de nossas bases partidárias e sociais.

De resto, também as direções careciam de muita experiência, que só a luta democrática de massas, paciente e continuada, pode proporcionar. O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto socialista é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na auto-educação das massas por meio de sua participação civil, revelou-se, no geral, acertada.

9. Reconhecemos a existência, em escala mundial, de forças e movimentos de caráter democrático, popular, de libertação e socialista com identidades com o projeto petista e com os quais manteremos relações privilegiadas. A hora presente nos faz inéditos desafios, que só serão vencidos através de uma superior criatividade político-ideológica. Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração doutrinária ainda mais audaz e rigorosa.

Com a projetada reestruturação da economia brasileira e a decorrente recomposição da hegemonia interburguesa, a disputa política passa a dar-se, cada vez mais, no terreno dos projetos gerais, de notórias implicações ideológicas. Mais do que a mera estabilização da economia ou seu ajuste, o que está em jogo

é o próprio caráter da inserção estratégica do Brasil no contexto internacional, seja como projeto econômico, seja como projeto ideológico.

Por outro lado, à medida que o PT galvaniza parcelas crescentes da sociedade brasileira e se credencia como alternativa política para o país, impõe-se maior explicitação de nossa alternativa histórica. Muitos dos desafios aparentemente conjunturais – a reforma do Estado, por exemplo, ou a luta pela democratização da propriedade fundiária – só podem ser de fato equacionados e superados à luz de maiores definições estratégicas.

Da mesma forma, o fracasso de tantas experiências do socialismo real, com o reforço conjuntural da ideologia capitalista, mesmo num país como o nosso, vítima das contradições mais agudas e destrutivas do capitalismo, convoca-nos a um renovado esforço crítico especulativo, capaz de relançar ética e historicamente a perspectiva da democracia socialista.

10. Mas qual socialismo? Qual sociedade, qual Estado lutamos com tamanho empenho para construir? Como deverá ser organizada sua estrutura produtiva e com quais instituições políticas contará? Como serão conjurados, no plano da política prática, os fantasmas ardilosos do autoritarismo? Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes.

Para algumas dessas perguntas podemos avançar respostas que decorrem de nossa própria experiência ativa e reflexiva. Brotam, por negação dialética, das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas. O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder de Estado. Outros aspectos de nosso projeto socialista são desafios em aberto, para os quais seria presunçoso e equivocado supor que podemos dar respostas imediatas. Sua superação demandará, provavelmente, insuspeitada fantasia política e criatividade prática, legitimadas não apenas por nossas opções ideológicas, mas pela aspiração concreta das massas oprimidas a uma existência digna.

11. O PT não concebe o socialismo como um futuro inevitável, a ser produzido necessariamente pelas leis econômicas do capitalismo. Para nós, o socialismo é um projeto humano cuja realização é impensável sem a luta consciente dos explorados e oprimidos. Um projeto que, por essa razão, só será de fato emancipador na medida em que o concebemos como tal, ou seja, como necessidade e ideal das massas oprimidas, capaz de desenvolver uma consciência e um movimento efetivamente libertários. Daí porque recuperar a dimensão ética da política é condição essencial para o restabelecimento da unidade entre o socialismo e humanismo.

12. A nova sociedade que lutamos para construir inspira-se concretamente na rica tradição de lutas populares da história brasileira. Deverá fundar-se no princípio da solidariedade humana e da soma das aptidões particulares para a solução dos problemas comuns. Buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo sem, com isso, negar a fecunda e desejável singularidade individual. Assegurando a

igualdade fundamental entre cidadãos, não será menos ciosa do direito à diferença, seja esta política, cultural, comportamental etc. Lutará pela libertação das mulheres, contra o racismo e todas as formas de opressão, favorecendo uma democracia integradora e universalista. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social, como antídoto à burocratização do poder, das inteligências e das vontades.

13. Afirmando a identidade e a independência nacionais, recusará qualquer pretensão imperial, contribuindo para instaurar relações cooperativas entre todos os povos do mundo. Assim como hoje defendemos Cuba, Granada e tantos outros países da agressão imperialista norte-americana, a nova sociedade apoiará ativamente a autodeterminação dos povos, valorizando a ação internacionalista no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista será sua inspiração permanente.

O socialismo que almejamos, por isso mesmo, só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não se confunda com propriedade estatal, gerida pelas formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica perversa do mercado capitalista quanto o intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas. Cujas prioridades e metas produtivas correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos do Estado. Que busque conjugar – desafio dos desafios – o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização de trabalho, capaz de superar sua alienação atual. Democracia que vigore tanto para a gestão de cada unidade produtiva – os conselhos de fábrica são referência obrigatória – quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social.

14. No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.

15. O PT, lutando por tal socialismo, não menospreza os desafios teóricos e práticos a superar para sua obtenção. Sabe que tem pela frente um gigantesco esforço de construção doutrinária e de luta social, e declara-se, mais do que nunca, disposto a realizá-lo, em conjunto com todas as forças democráticas e transformadoras presentes na vida brasileira.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)